



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA EDUCAÇÃO, CULTURA E PRODUÇÃO DE SUJEITOS**

Manuel Alves de Sousa Junior

**“BRANCO COM BRANCO, PRETO COM PRETO”: CONTRIBUIÇÕES DA  
EDUCAÇÃO EUGÊNICA PARA A PRODUÇÃO DA BRANQUITUDE NO BRASIL  
(1909-1945)**

Santa Cruz do Sul/RS

2025

Manuel Alves de Sousa Junior

**“BRANCO COM BRANCO, PRETO COM PRETO”: CONTRIBUIÇÕES DA  
EDUCAÇÃO EUGÊNICA PARA A PRODUÇÃO DA BRANQUITUDE NO BRASIL  
(1909-1945)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Doutorado, Área de Concentração em Educação, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva

Santa Cruz do Sul/RS

2025

### CIP - Catalogação na Publicação

Sousa Junior, Manuel Alves de

Branco com branco, preto com preto : contribuições da educação eugênica para a produção da branquitude no Brasil (1909-1945) / Manuel Alves de Sousa Junior. – 2025.

328 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva.

1. Educação eugênica. 2. Racismo de Estado. 3. Biopolítica. 4. Branquitude. 5. Subjetividade. I. Silva, Mozart Linhares da. II. Título.

Manuel Alves de Sousa Junior

**“BRANCO COM BRANCO, PRETO COM PRETO”: CONTRIBUIÇÕES DA  
EDUCAÇÃO EUGÊNICA PARA A PRODUÇÃO DA BRANQUITUDE NO BRASIL  
(1909-1945)**

Essa tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Doutorado, Área de Concentração em Educação, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

*Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva*

Professor Orientador – UNISC

*Profa. Dra. Betina Hillesheim*

Professora Examinadora – UNISC

*Prof. Dr. William Fernandes Araújo*

Professor Examinador - UNISC

*Profa. Dra. Marisa Adriana Miranda*

Professora Examinadora - UNLP/Argentina

*Prof. Dr. Rodrigo Diaz de Vivar y Soler*

Professor Examinador – FURB

Santa Cruz do Sul/RS

2025

Com todo amor e carinho, para meu companheiro,  
Jadir Gargur, e nossa filha, Luísa!

## AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial ao meu orientador, Prof<sup>o</sup> Dr. Mozart Linhares da Silva, pela atenção dispensada sempre que necessário ao longo da jornada e pela forma com que conduziu a orientação. Suas contribuições e sugestões acadêmicas e intelectuais contribuíram substancialmente para meu crescimento social, pessoal e profissional, por meio de abordagens críticas sobre os mais diversos temas. Obrigado por ter acreditado em mim.

Agradeço ao PPGEduc da UNISC, à coordenação, aos professores e aos colegas do curso pela acolhida e pela agradável convivência durante esses anos, sobretudo durante as disciplinas cursadas, bem como à Mariele Fernandes Garcia e Daiane Maria Isotton, sempre dispostas a ajudar com as demandas burocráticas institucionais da secretaria. Às colegas de outras linhas de pesquisa, Aline Caroline da Rosa, Carine Josiéle Wendland e Idianes Tereza Mascarello, que merecem um agradecimento especial pelas trocas realizadas nos anos de curso. A última, inclusive, gentilmente me hospedou em sua casa em uma das minhas viagens da Bahia para Santa Cruz do Sul, cidade sede da UNISC no Rio Grande do Sul.

As discussões realizadas no Grupo de Pesquisa *Identidade e Diferença na Educação* vinculado à linha de pesquisa *Educação, Cultura e Produção de Sujeitos*, sob liderança do meu orientador, tiveram papel fundamental no meu amadurecimento intelectual a partir das trocas e discussões realizadas semanalmente por todos estes anos. Todos os membros do grupo foram sempre agradáveis e geraram trocas enriquecedoras nesse período. Não posso deixar de citar algumas pessoas, da linha e do grupo de pesquisa, em que as parcerias se deram com mais frequência, como Camila Francisca da Rosa, Catia Regina Züge Lamb, Henrique Arthur Lopes, Marisa Fernanda da Silva Bueno, Rafaela Rech, Caroline da Rosa Couto, Sandra Verónica Barzallo Mora e Simone Andrea Schwinn. Muitas trocas renderam publicações acadêmicas.

O IFBA e o MEC merecem um destaque especial pelo apoio e incentivo ao afastamento para qualificação dos servidores federais. A partir do edital 29/2020, consegui ser aprovado e pude me afastar por cerca de três anos e meio, o que foi um fator de suma importância para que eu conseguisse realizar o doutorado com a devida dedicação. Desse modo, agradeço ao IFBA, em particular aos servidores da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPGI) juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e a Diretoria de Gestão de Pessoal pela tramitação e auxílio nos processos burocráticos referentes ao meu afastamento, bem como pela gestão do *campus*, nas pessoas de Jocelma Almeida Rios (Diretora de Ensino) e Raimar Barbosa Santos (Diretor do *campus*), bem como aos professores André Luís da Silva Santos, Olívia Silva Nepomuceno Santos e Adriana Magalhães Lúcio, que, gentilmente, aceitaram absorver minha

carga horária de sala de aula, o que permitiu uma celeridade no meu processo de saída para qualificação, bem como o apoio dos demais colegas do *campus*.

Gratidão à minha família, sobretudo, meu marido, Jadir Gargur; minha filha, Luísa, e minha mãe, além dos meus amigos e minhas amigas pela compreensão de minha ausência em diversos momentos em que precisei ficar estudando e debruçado nas leituras e páginas desta tese e nas produções acadêmica e intelectual que consegui realizar nesses anos.

A CAPES teve um papel importante na realização desta tese. Sem a bolsa Prosuc modalidade 2 não seria possível a realização do curso de doutorado em Educação.

A bibliotecária Ana Lúcia Albano e toda equipe da *Bibliotheca Gonçalo Moniz* da Faculdade de Medicina da Bahia merecem meu agradecimento pela dedicação na conservação e guarda do acervo e no atendimento nas visitas que fiz para consulta de documentos históricos, sobretudo, teses doutorais de Medicina.

Agradeço aos pesquisadores Ângelo Tenfen Nicoladeli e Rhaiane das Graças Mendonça Leal pelo envio de algumas fontes históricas pontuais sobre Eugenia, que foram muito úteis para consulta e enriquecimento das discussões aqui apresentadas.

Meu obrigado aos membros da banca de qualificação que contribuíram com sugestões e apontamentos para o andamento deste trabalho, bem como aos membros da banca de defesa por terem aceitado o convite: Profa Dra. Betina Hillesheim da UNISC, Profa Dra Marisa Adriana Miranda da UNLP/Argentina, Prof. Dr. Rodrigo Diaz de Vivar y Soler da FURB, Prof. Dr. William Fernandes Araújo da UNISC.

Agradeço à professora Elaine dos Santos (@profe.elainerevisoradetxtos) pela cuidadosa revisão linguística, ortográfica e gramatical que fez nesta tese com muito profissionalismo e competência.

Meus seguidores do perfil @debateracialpolitico, os leitores dos meus livros autorais e organizados, bem como a rede de pesquisadores em relações étnico-raciais desenvolvida ao longo dos últimos anos, também merecem minha gratidão pelas trocas realizadas ao longo do período de escrita desta tese.

Por fim, um agradecimento à memória de todos os sujeitos históricos citados nesta tese, que, com suas ânsias em fazer ciência, promoveram grandes debates científicos, cada um em seu tempo. Os pesquisadores contemporâneos citados nesta tese também merecem uma homenagem, são inúmeras as pesquisas que possibilitaram chegar ao resultado desta tese.

Obrigado a cada leitor que chegar nesta tese, que ela sirva como inspiração para que cada vez mais pesquisas abordem os temas que tangenciam esta pesquisa, que compõem parte da História e Educação do nosso país.

Pensar a educação, repensar a educação. Pensar. Pensar o já pensado. Pensar o ainda não pensado. Produzir e viver experiências de pensamento, fazendo da Filosofia da Educação uma empresa viva, dinâmica, criativa. Usar a Filosofia de Foucault como ferramenta, como dispositivo para descolonizar o pensamento, em lugar de novamente loteá-lo, agora em nome de conceitos e expressões foucaultianas (Gallo, 2006, p. 259).

O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar. Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber (Freire, 1996, p. 31-32).

## RESUMO

A tese analisa como as teorias raciais modernas difundidas no Brasil a partir da segunda metade do século XIX e o movimento eugenista desdobrado dessas teorias no início do século XX contribuíram por meio da educabilidade/subjetivação para a constituição da branquitude no Brasil em um contexto marcado pela construção das narrativas identitárias nacionais. O recorte temporal concentrou-se de 1909, com o primeiro artigo que citou a Eugenia em solo brasileiro, até 1945, com o término da Segunda Guerra Mundial, momento em que o movimento eugenista perdeu o status de ciência e entrou em declínio em todo o mundo, após a exposição das práticas realizadas pela Alemanha nazista. As lentes teóricas que ancoraram esta pesquisa foram a biopolítica e o racismo de Estado, conforme a perspectiva do filósofo Michel Foucault e seus comentadores. Para alcançar este objetivo, foi necessário, inicialmente, problematizar e percorrer a constituição do conceito de raça no Ocidente e suas recepções pela intelectualidade brasileira. A Eugenia surgiu na Inglaterra no final do século XIX e, de início, conseguiu abrangência na Europa e depois em outros países, como na América Latina e Japão. Tendo como foco o Brasil, esta pesquisa problematizou e percorreu os conceitos de raça, mestiçagem, Educação eugênica, branqueamento da população, imigração, (mito da) democracia racial, subjetividade e branquitude, além do percurso racial ao longo dos censos no país. A proposição do conceito Micropoder da Branquitude, os achados de documentos históricos inéditos na historiografia nacional sobre a chegada da eugenia no Brasil e o tema central desta tese justificam o ineditismo da pesquisa. Foram analisadas as seguintes fontes históricas primárias e documentais que compõem o *corpus* empírico desta pesquisa: (1) Legislação e documentos oficiais; (2) Congressos, conferências e eventos similares; (3) Teses doutorais de Medicina; (4) Revistas, periódicos e similares; (5) Jornais; (6) Livros e (7) Arte. Em centenas de fontes consultadas, foram encontradas evidências de que a Educação eugênica contribuiu substancialmente para a constituição da branquitude no Brasil em um país marcado pelos recortes raciais e eugenistas na sociedade a partir do privilégio e superioridade brancos e inferioridade não-branca, relegada, muitas vezes, a estereótipos preconceituosos.

**Palavras-chave:** Educação eugênica. Racismo de Estado. Biopolítica. Branquitude. Subjetividade.

## ABSTRACT

The thesis analyzes how modern racial theories disseminated in Brazil from the second half of the 19th century and the eugenics movement unfolded from these theories at the beginning of the 20th century contributed, through educability/subjectivation, to the constitution of whiteness in Brazil in a context marked by the construction of national identity narratives. The time frame was concentrated from 1909, with the first article that quoted eugenics on Brazilian soil, until 1945 with the end of the Second World War, when the eugenics movement lost its status as a science and went into decline throughout the world, after the exposure of the practices carried out by Nazi Germany. The theoretical lenses that anchored this research were biopolitics and State racism according to the perspective of philosopher Michel Foucault and his commentators. To achieve this objective, it was initially necessary to problematize and explore the constitution of the concept of race in the West and its receptions by Brazilian intellectuals. Eugenics emerged in England at the end of the 19th century, initially gaining ground in Europe and later in other countries, such as Latin America and Japan. Focusing on Brazil, this research problematized and explored the concepts of race, miscegenation, eugenic education, population whitening, immigration, (myth of) racial democracy, subjectivity and whiteness, in addition to the racial trajectory throughout the censuses of the country. The proposition of the concept of Micropower of Whiteness, the findings of unpublished historical documents in national historiography about the arrival of eugenics in Brazil and the central theme of this thesis justify the originality of the research. The following primary historical and documentary sources that make up the empirical corpus of this research were analyzed: (1) Legislation and official documents; (2) Congresses, conferences and similar events; (3) Doctoral theses in medicine; (4) Magazines, periodicals and similar; (5) Newspapers; (6) Books and (7) Art. In hundreds of sources consulted, evidence was found that eugenics education has contributed substantially to the constitution of whiteness in Brazil, in a country marked by racial and eugenicist cuts in society based on white privilege and superiority and non-white inferiority, often relegated to prejudiced stereotypes.

**Keywords:** Eugenics education. State racism. Biopolitics. Whiteness. Subjectivity.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABL** - Academia Brasileira de Letras
- ACM** - Associação Christã dos Moços de São Paulo
- ANM** - Academia Nacional de Medicina
- APAE** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- BGM** - Bibliotheca Gonçalo Moniz
- CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBE** - 1º Congresso Brasileiro de Eugenia
- CCBE** - Comissão Central Brasileira de Eugenia
- CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho
- COVID-19** - *Coronavirus Disease* 2019 (Doença do coronavírus 2019)
- DIP** - Departamento de Imprensa e Propaganda
- EAD** - Educação à distância
- EJA** - Educação de Jovens e Adultos
- FMB** - Faculdade de Medicina da Bahia
- FTC** - Faculdade de Ciências e Tecnologia
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFBA** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
- KKK** - Ku Klux Klan
- LBHM** - Liga Brasileira de Higiene Mental
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MBA** - *Master in Business Administration* (Curso de pós-graduação *lato sensu*)
- MES** - Ministério da Educação e Saúde
- MESP** - Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública
- MJNI** - Ministério da Justiça e Negócios Interiores
- MNU** - Movimento Negro Unificado
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PCN** - Parâmetros Curriculares Nacionais
- PD** - Partido Democrático
- PNAD** - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios
- PPGEdu** - Programa de Pós-Graduação em Educação
- PRP** - Partido Republicano Paulista
- SESP** - Sociedade Eugênica de São Paulo

**SMC-SP** - Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo

**SUS** - Sistema Único de Saúde

**UCSal** - Universidade Católica do Salvador

**UERJ** - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**UFBA** - Universidade Federal da Bahia

**UNIJORGE** - Centro Universitário Jorge Amado

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

**UNISC** - Universidade de Santa Cruz do Sul

**UNIT** - Universidade Tiradentes

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> - Os estudos sobre ângulo facial de Camper deram subsídios para algumas ciências, como a Frenologia.....	<b>63</b>
<b>Figura 02</b> - Citação em que Galton fala pela primeira vez a palavra “eugenic” no livro <i>Inquiries into human faculty and its development</i> publicado em 1883 .....	<b>71</b>
<b>Figura 03</b> - Símbolo do 2º Congresso Internacional de Eugenia em 1921 .....	<b>74</b>
<b>Figura 04</b> - Início da reportagem sobre Eugenia na Revista <i>Brazil-Médico</i> . .....	<b>97</b>
<b>Figura 05</b> - Reportagem de 1935 na primeira página do jornal <i>O Globo</i> em que Kehl defende a implantação da esterilização às vésperas da 1a Conferência Inter-americana de Hygiene Mental.....	<b>101</b>
<b>Figura 06</b> - Capa da edição de abril/1929 do <i>Boletim de Eugenia</i> com imagem de Francis Galton. ....	<b>103</b>
<b>Figura 07</b> - Recorte do jornal <i>Correio Paulistano</i> com planejamento do recebimento de mais 30 mil imigrantes. ....	<b>122</b>
<b>Figura 08</b> - Cartaz feito em 1888 por uma fábrica de tecidos em que mostra um homem branco e um homem negro se cumprimentando após o fim da escravidão, com uma flâmula da Bandeira do Império do Brasil. ....	<b>131</b>
<b>Figura 09</b> - Capa do Jornal <i>Gazeta de Notícias</i> do dia seguinte à abolição da escravidão, 14 de maio de 1888.....	<b>146</b>
<b>Figura 10</b> - Capa do Jornal <i>O Cachoeirano</i> celebrando a abolição da escravidão, 20 de maio de 1888.....	<b>147</b>
<b>Figura 11</b> - Obra <i>Operários</i> de Tarsila do Amaral representando a massa de trabalhadores brasileiros na industrialização de São Paulo.....	<b>157</b>
<b>Figura 12</b> - Obra <i>Mestiço</i> de Candido Portinari como uma tentativa de personificar positivamente a noção da identidade do brasileiro.....	<b>157</b>
<b>Figura 13</b> - Demonstração de como as microrrelações humanas são subjetivadas pelo Micropoder da Branquitude.....	<b>193</b>
<b>Figura 14</b> - Representação de Tia Nastácia no livro <i>Serões de Dona Benta</i> de Monteiro Lobato.....	<b>198</b>
<b>Figura 15</b> - Propaganda do Leite de Colônia na Revista <i>Vamos Lêr!</i> afirmando que o produto “limpa, alveja e amacia a pele”.....	<b>200</b>
<b>Figura 16</b> - Elevadores social e de serviço em ambientes separados, com o detalhe do tapete no lado social.....	<b>202</b>

<b>Figura 17</b> - Ku Klux Klan retratada em jornal de grande circulação na capital federal.....	<b>204</b>
<b>Figura 18</b> - Reportagem em jornal falando sobre os vencedores dos concursos de Eugenia e robustez infantil.....	<b>215</b>
<b>Figura 19</b> - Adenir Ferreira de Carvalho, a menina vencedora no 1º concurso de Eugenia em São Paulo em 1928, estampada na página inicial do <i>Boletim de Eugenia</i> .....	<b>216</b>
<b>Figura 20</b> - Artigo do professor Luiz Silva criticando o casamento inter-racial no <i>Boletim de Eugenia</i> .....	<b>244</b>
<b>Figura 21</b> - Propaganda de perfume na revista <i>Careta</i> .....	<b>247</b>
<b>Figura 22</b> - Parte da Propaganda do sabonete Eucalol na revista <i>Careta</i> .....	<b>248</b>
<b>Figura 23</b> - Propaganda do creme dental Gessy na revista <i>Careta</i> .....	<b>249</b>
<b>Figura 24</b> - Propaganda do Leite de Colônia na revista <i>Careta</i> .....	<b>249</b>
<b>Figura 25</b> - Capa da revista <i>Careta</i> com viés racista e privilégio branco.....	<b>250</b>
<b>Figura 26</b> - Aquarela <i>Um Jantar Brasileiro</i> de Debret.....	<b>252</b>
<b>Figura 27</b> - Artigo sobre as tradições do Congo na revista <i>O Cruzeiro</i> .....	<b>253</b>
<b>Figura 28</b> - Fotos de coluna social na revista <i>O Cruzeiro</i> .....	<b>254</b>
<b>Figura 29</b> - Capa da revista infantil <i>O Tico Tico</i> .....	<b>255</b>
<b>Figura 30</b> - Conto sobre um menino negro em <i>O Jornal</i> .....	<b>261</b>
<b>Figura 31</b> - Mulher branca bela e fascinante em propaganda de produto para cabelos.....	<b>263</b>
<b>Figura 32</b> - Mulheres brancas retratadas como consumidoras em loja de presentes.....	<b>263</b>
<b>Figura 33</b> - Homem não-branco doente em propaganda de remédio para tosse.....	<b>264</b>
<b>Figura 34</b> - Meninas negras estereotipadas em propaganda de medicamento para prisão de ventre. ....	<b>264</b>
<b>Figura 35</b> - Misses estaduais com seus paraninfos e convidados de festa em homenagem ao concurso de 1929.....	<b>266</b>
<b>Figura 36</b> - Exemplo de desenhos ilustrativos de brancos no livro <i>A Fada Hygia</i> .....	<b>275</b>
<b>Figura 37</b> - Desenho de mulher branca no livro <i>Formulario da Belleza</i> .....	<b>276</b>
<b>Figura 38</b> - Pintura <i>A redenção de Cam</i> no Museu Nacional de Belas Artes.....	<b>281</b>
<b>Figura 39</b> - Detalhe da gravura aquarelada <i>Casa-grande do Engenho Noruega</i> que compõe um encarte no livro <i>Casa-Grande &amp; Senzala</i> de Gilberto Freyre.....	<b>282</b>
<b>Figura 40</b> - Pintura <i>A Pátria</i> indicando que não havia espaço para pretos, pardos e indígenas na nação brasileira.....	<b>284</b>
<b>Figura 41</b> - Pintura <i>Abolição dos escravos</i> retratando o isabelismo.....	<b>285</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> - Dados de categorias raciais nos censos de 1872 e 1890.....	<b>137</b>
<b>Quadro 02</b> - Distribuição percentual da população residente por cor/raça, segundo os censos de 1872 a 2022.....	<b>141</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1 Trajetória acadêmica, delimitação do tema e apresentação da tese.....	13
1.2 Questões teórico-metodológicas da pesquisa.....	20
<b>2 BIOPOLÍTICA E RACISMO DE ESTADO</b> .....	<b>32</b>
2.1 A emergência da biopolítica na modernidade.....	32
2.2 Racismo de Estado: uma guerra das raças.....	43
2.3 A operacionalização do racismo de Estado, necropolítica e seus desdobramentos.....	51
2.4 Formação dos conceitos de raça, racismo científico e Eugenia.....	58
<b>3 A RECEPÇÃO DAS TEORIAS RACIAIS, EUGENIA E MISTIÇAGEM NO BRASIL</b> .....	<b>79</b>
3.1 O conceito de raça e recepção das teorias raciais .....	79
3.2 Recepção e atuação do movimento eugenista .....	86
3.3 A mestiçagem como entrave civilizatório e o projeto de branqueamento .....	107
<b>4 O ARRANJO RACIAL BRASILEIRO E A DEMOCRACIA RACIAL</b> .....	<b>130</b>
4.1 A formação racial nos censos.....	132
4.2 Primórdios da democracia racial no Brasil.....	144
4.3 Legitimação da democracia racial no Brasil e a formação do mito.....	159
<b>5 BRANQUITUDE E SEUS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO/SUBJETIVAÇÃO NO BRASIL</b> .....	<b>175</b>
5.1 A branquitude e sua constituição .....	177
5.2 A subjetividade e a branquitude .....	186
5.2.1 Micropoder da Branquitude .....	191
5.3 As bases da branquitude no Brasil, a desigualdade e o racismo.....	196
<b>6 EUGENIA, EDUCAÇÃO, RACISMO DE ESTADO E PRODUÇÃO DA BRANQUITUDE NO BRASIL (1909-1945)</b> .....	<b>206</b>
6.1 Educação eugênica no início do século XX .....	207
6.2 Educação e constituição da branquitude no movimento eugenista .....	219
6.2.1 “Estimular no Brasil a educação eugênica e sexual”: Legislação e documentos oficiais.....	221
6.2.2 Em busca de “uma raça única e pujante”: Conferências, Congressos e outros eventos.....	225
6.2.3 “A eugenia triumphava agora e sempre”: Teses doutorais de Medicina.....	233

6.2.4 “Quem é bom já nasce feito”: Revistas, periódicos e similares.....	240
6.2.5 “Typos a eliminar e typos a multiplicar”: Jornais.....	256
6.2.6 Entre o sangue maldito das raças inferiores e o sabão de coco ariano: Livros.....	268
6.2.7 Do regozijo de uma raça à redenção de Cam: Arte.....	280
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>288</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>294</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Trajetória acadêmica, delimitação do tema e apresentação da tese

Se estivessem animados daquele cuidado primário do historiador, que é o de documentar-se, os ácidos comentaristas, que pretenderam escrever à margem da história de nossos dias, teriam poupado a dignidade de sua pena. Aqui, portanto, lhes oferecemos alguns subsídios (Reis, 1944, p. 06)<sup>1</sup>.

Iniciei minha<sup>2</sup> vida acadêmica na primeira graduação a partir de 1999 no curso de licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade Católica do Salvador (UCSal). Minha vida profissional também foi iniciada nesse período: ministrei aulas esporádicas em cursos técnicos da cidade, prestei monitoria na disciplina *Microbiologia e Imunologia* nos cursos de Biologia e Enfermagem, participei de projetos de pesquisa com a orientação da professora Edvana dos Santos Ferreira e de eventos científicos. Ingressei em um estágio extracurricular no laboratório de análises clínicas da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em Salvador, sob a coordenação do farmacêutico-bioquímico Gildásio Carvalho e, assim, iniciei na área que gostaria de seguir na Biologia: Análises Clínicas.

Ao longo da minha vida profissional no laboratório da APAE, atendendo pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), em sua grande maioria pretos, pobres e periféricos, posteriormente, como professor de universidades privadas populares e depois na condição de professor de escola pública do interior da Bahia, pude entrar em contato com realidades bem diferentes da minha. Ao ver pessoas extremamente debilitadas tendo que dormir na fila para poder ter acesso a um exame laboratorial, pude perceber, na prática, as desigualdades raciais e sociais do nosso país, questões que só tive contato teórico recentemente nos estudos doutorais, como, por exemplo, a vida precária da estadunidense Judith Butler (1956-) e a necropolítica do camaronês Achille Mbembe (1957-), além da biopolítica foucaultiana e da vida nua do italiano Giorgio Agamben (1942-). Hoje, eu entendo que a grande maioria dessas pessoas encontrava-se no “deixar morrer” da máxima da biopolítica “Fazer viver e deixar morrer” proposta pelo francês Michel Foucault (1926-1984).

Após a formatura, fui contratado pelo mesmo laboratório como biólogo e ingressei na minha primeira pós-graduação *lato sensu*, uma especialização em análises clínicas também na

---

<sup>1</sup> Ernani Reis era funcionário do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI) do Brasil, responsável pela elaboração de pareceres para vistos permanentes de migrantes, sobretudo, europeus, a partir do Decreto-Lei 3.715/41 (Koifman, 2012).

<sup>2</sup> Por se tratar especificamente da minha trajetória acadêmica, esta será a única seção desta tese em que será utilizada a primeira pessoa do singular ou do plural, exceto nas citações diretas ao longo do texto.

UCSal, concluída em 2004. Estava realizado profissionalmente, porém, faltava alguma coisa: a Educação. A docência pulsava na minha vida desde a adolescência. Eu sempre quis ser professor.

Em 2006, surgiu a oportunidade de ministrar aulas em uma faculdade particular. Pedi demissão do laboratório e fiquei exclusivamente na carreira acadêmica. Outras oportunidades foram surgindo e, em dado momento, eu estava ministrando aulas em cinco instituições de ensino superior privadas, tanto em cursos presenciais de Enfermagem, Biomedicina e Fisioterapia quanto em cursos à distância (EAD) em Biologia e Segurança do trabalho em três cidades diferentes: Salvador, onde morava, Feira de Santana e Alagoinhas, distantes 110 e 120 quilômetros da capital, respectivamente.

Uma das faculdades que eu ministrava aulas, a Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), possuía um mestrado em bioenergia em parceria com a Universidade Tiradentes (UNIT) e, como responsabilidade social, oferecia um bom desconto para funcionários que fossem aprovados no processo seletivo. Agarrei essa oportunidade e, em 2011, concluiu o mestrado em Bioenergia pela FTC.

Na FTC, eu lecionava aulas de disciplinas voltadas para a Saúde no curso superior de Tecnologia em Segurança do trabalho EAD. Essa aproximação fez com que a segunda graduação fosse realizada entre 2014 e 2016, dessa vez, a graduação tecnológica em segurança do trabalho na modalidade do ensino a distância semipresencial pela Uniasselvi, instituição que eu já havia trabalhado como tutor presencial do curso de Biologia. A aproximação com o curso segurança do trabalho ajudou também na docência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), concurso em que fui aprovado e entrei em exercício em 2010, visto que o *campus* que eu trabalhava oferta esse curso na modalidade - Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Seleção do concurso público do IFBA ocorreu em meio ao diagnóstico de câncer e óbito do meu pai e, então, entre as etapas de seleção, as viagens de Salvador para o Rio de Janeiro (minha cidade natal), onde meu pai morava, eram constantes. O resultado final do concurso foi publicado no dia 14 de junho de 2010, sendo que, dois dias antes, meu pai havia perdido a batalha contra a doença. Foi uma mistura de sentimentos. A alegria da aprovação em 1º lugar no concurso público do IFBA para a vaga de professor de Biologia do *campus* Santo Amaro em que disputei a única vaga com mais de 100 candidatos e a tristeza pelo óbito do pai. Como a vaga exigia dedicação exclusiva, precisei pedir demissão rapidamente em todas as instituições que trabalhava, assim que tomei posse e entrei em exercício, em setembro do mesmo ano.

No IFBA, a minha trajetória acadêmica ganhou impulso pela atuação docente na pesquisa, extensão, ensino e gestão. Foram diversas as disciplinas ministradas até o momento e as atividades docentes desenvolvidas até aqui auxiliaram muito nessa nova trajetória acadêmica e profissional que estava por vir: o doutorado em Educação.

Sempre gostei de viajar e conhecer novos locais e seus passados, surgindo, desse modo, um novo interesse: a História! Em 2017, iniciei a terceira graduação, dessa vez, licenciatura em História no ensino presencial no Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE) em Salvador/BA. No decorrer dessa graduação, mais maduro academicamente, consegui fazer diversas publicações tendo os professores do curso como orientadores e parceiros. Ainda ao longo dessa graduação, cursei minha segunda especialização: MBA em História da Arte. Apesar do concurso do IFBA ter sido para professor de Biologia, as outras formações também estão sendo aproveitadas na docência pela instituição. Sem dúvida, toda essa experiência vivenciada na Educação proporcionou-me uma maturidade maior ao longo do doutorado, que eu não possuía na época que lecionava apenas nas instituições privadas, onde a pesquisa era inexistente e a extensão era mínima.

No meio da pandemia da doença do coronavírus 2019 (Covid-19), confinado em minha casa com minha família, concluí a graduação em História e, trabalhando remotamente, deparei-me com a chamada do processo seletivo para o doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) nas redes sociais e, sem a menor pretensão, resolvi me inscrever, fui aprovado em segundo lugar e aqui estou com esta tese finalizada. Ser bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) ajudou muito no processo e certamente sem a bolsa eu não conseguiria estar cursando o doutorado na UNISC.

O ingresso no grupo de pesquisa *Identidade e Diferença na Educação*, sob a orientação do Professor Dr. Mozart Linhares da Silva, vinculado à Linha de Pesquisa *Educação, Cultura e Produção de Sujeitos* do PPGEdu/UNISC possibilitou entrar em contato com os estudos foucaultianos, biopolítica, necropolítica, neoliberalismo, governamentalidade e com outros temas que nunca tinha mantido contato. Um mundo fascinante apresentou-se, somou e passou a dar sentido aos aprendizados raciais iniciados no decorrer da licenciatura em História, realizada em Salvador, cidade mais negra fora da África, sendo que o curso apresentou-me os estudos sobre a escravidão atlântica e o tráfico negreiro. Dessa forma, aproximei-me mais ainda das temáticas raciais, legitimando meu interesse em seguir nessa área acadêmica e de pesquisa.

Para a pesquisa da tese de doutorado, o desejável era que fosse um tema que conseguisse abranger a História, a Biologia e a Educação, minhas três principais áreas de interesse e atuação.

Já havia me aproximado dos estudos das relações raciais no Brasil e, a partir de então, com uso das lentes teóricas pude retomar esses estudos em outras perspectivas: a partir do encontro com os estudos foucaultianos e com a pesquisa em biopolítica.

O conceito de racismo de Estado de Michel Foucault, analisado no campo da biopolítica, foi utilizado como lente teórica desta pesquisa. O racismo aparece como fruto de uma guerra das raças, na qual a sociedade é atravessada de um extremo ao outro e ocorre uma apropriação do biológico pelo poder do Estado. Por meio do biopoder, o poder soberano do direito de morte atua para ativação do racismo que se enraíza pelo corpo social, estando completamente atravessado pela temática racial no início do século XX.

A Educação como educabilidade por intermédio da subjetivação da população foi uma das principais estratégias utilizadas pela intelectualidade, sobretudo, com a Eugenia, para constituir a branquitude e chegou a ser implementada como projeto nacional, inclusive constando nas Constituições brasileiras de 1934 e 1937.

Assim, considerando as teorias raciais modernas difundidas no Brasil a partir da segunda metade do século XIX e o movimento eugenista desdobrado dessas teorias no início do século XX, esta tese tem como **objetivo geral**: analisar, na perspectiva do racismo de Estado, teorizado por Michel Foucault, como esses movimentos contribuíram por meio da educabilidade/subjetivação, para a constituição da branquitude no Brasil em um contexto marcado pela construção das narrativas identitárias nacionais.

De acordo com os objetivos propostos para esta tese, foram considerados dois eixos de problematizações: o primeiro problematiza como a leitura das teorias raciais no Brasil atuou sobre a miscigenação e como os seus discursos construídos em torno da mestiçagem atuaram na desracialização do negro, na falta de racialização do branco e implicaram na constituição da branquitude nas práticas sociais no Brasil. O segundo está relacionado com a finalidade da educação/subjetivação do corpo-espécie da população como estratégia biopolítica na constituição da branquitude a partir das práticas sociais e da Educação eugênica, assim como o conceito de racismo de Estado auxiliou na construção da ideia de ser branco no Brasil. A primeira problemática é necessária para dar embasamento à segunda.

**Primeira Problemática:** Após a abolição da escravatura no Brasil em 1888, os pretos e pardos passaram a ser um problema para a República, proclamada em 1889. Era preciso criar uma identidade nacional e um projeto de nação, por meio da europeização do país. O que fazer com os pretos e pardos que não faziam parte desse projeto? Como a mestiçagem foi pensada pela *Intelligentsia* do país (intelectuais, estadistas e cientistas)? Frente a essas contestações, a primeira problemática desta tese reside em: De que forma os discursos sobre a raça e a

mestiçagem atuaram como dispositivo para desconstruir a possibilidade de uma racialização do negro em detrimento da branquitude? Como o racismo de Estado, por meio do discurso de Guerra das Raças, dialoga e contribui para as reflexões sobre a construção da branquitude no Brasil? Como analisar o conceito de branquitude a partir das narrativas em torno da mestiçagem, da superioridade branca e da inferioridade negra na primeira metade do século XX (1909-1945)?

**Segunda Problemática:** A Educação eugênica foi uma das principais formas de educabilidade no início dos noventa e chegou a constar nas constituições de 1934 e 1937. No seu percurso, ela contribuiu para a construção do mito da democracia racial que se constituiu no Brasil nas primeiras décadas do século XX e nos anos 1930, a partir do governo Getúlio Vargas. A Educação eugênica chegou a ser assumida pelo Estado como discurso oficial. De que maneira o movimento eugenista e o projeto de branqueamento atuaram na educação/subjetivação da população sobre o discurso racial que culminou na constituição da branquitude no Brasil? O que problematizamos aqui, analisado com as lentes foucaultianas biopolíticas do racismo de Estado, é como e quais os métodos, quais as ferramentas, quais as estratégias, formas e veículos de divulgação que foram utilizados nesse processo de educabilidade. Neste sentido, a segunda problemática da tese reside em entender quais os mecanismos utilizados na educação/subjetivação das práticas sociais e como o movimento eugenista e o projeto de branqueamento no Brasil contribuíram para a construção da branquitude de acordo com as lentes biopolíticas foucaultianas? Como o racismo de Estado ajudou a construir a ideia de ser branco no Brasil? Cabe ainda, nessa problemática, analisar o mito ou ideologia da democracia racial, que, desde o início do século XX, constituiu-se como uma narrativa que negava o racismo no Brasil e apontava para a inexistência de conflitos raciais, como um dispositivo de segurança implicado na branquitude no Brasil?

Esta tese justifica-se por tratar de uma problemática pouco pesquisada na academia e nas Ciências Humanas que merece ser tencionada sob os mais variados aspectos ao abordar sobre os estudos e desdobramentos da educação eugênica no Brasil. Temas como este precisam ser cada vez mais estudados, pois ajudam a entender como a sociedade se formou, como foi educada e como foi conduzida. O ineditismo da tese está centrado na relação entre Educação eugênica e branquitude, com as lentes teóricas biopolíticas do racismo de Estado.

Neste sentido, Pietra Diwan (2007) afirma que apesar de temas como a Eugenia gerarem desconforto, visto que “não é um tema fácil de pesquisar pelo fato de termos de lidar todo o tempo com o desprezo, a segregação e o desejo de controle de um grupo sobre o outro” (Diwan, 2007, p. 09), é um tema historicamente relevante e “conhecer essa história é ter a possibilidade

de refletir sobre um tema ainda pouco divulgado no Brasil e de grande importância para entender o presente” (Diwan, 2007, p. 09). A autora ainda cita a escravidão e a inquisição como outros exemplos de temas com a mesma dualidade: desconforto e relevância histórica.

Seguindo a justificativa desta tese, pode-se trazer uma reflexão de Paulo Bonfim (2013), que, em sua dissertação de mestrado, afirmou que a Eugenia é um tema que oscila entre o desconhecimento e uma noção muito vaga da população em geral. Existe, na academia, um nicho de pesquisadores que se debruça sobre o tema, porém a referência do tema com as relações étnico-raciais e com a Educação é muito tímida. O racismo de Estado e a branquitude entram nesta tese para reforçar a originalidade das pesquisas envolvendo tais áreas. Para isso, é necessário entender a relação entre os temas supracitados para fazer a ligação existente entre a Eugenia e a branquitude.

Santos (2006, p. 09) também colabora com a justificativa desta tese ao afirmar que, “na história da sociedade brasileira, a questão racial sempre esteve presente, embora eficazmente ignorada. Conhecê-la é essencial para a compreensão de como se formaram as relações de dominação em nosso país”. Desse modo e concordando com o autor, esta pesquisa busca trazer à tona um novo viés da Eugenia para o meio acadêmico.

Para isso, esta tese está estruturada em seis capítulos. O primeiro capítulo é esta introdução. Para o capítulo dois, buscou-se responder o primeiro objetivo específico: *Problematizar como o racismo de Estado pode ser utilizado como lente para pensar o projeto de branqueamento do corpo-espécie da população, da formação do conceito de raça no Ocidente e como foi perspectivado a partir das primeiras décadas do século XX.*

Para isso, o segundo capítulo traz reflexões e problematizações do conceito de poder, o poder soberano e o poder disciplinar chegando ao biopoder, à biopolítica e ao conceito de raça no Ocidente. O surgimento do conceito de população é descrito como sendo de grande importância para a posterior construção dessa biopolítica. A relação do racismo com o biopoder trouxe à tona preconceitos para o tecido social, de modo que alguns corpos não fossem dignos de viver em determinadas sociedades: era o prenúncio do **racismo de Estado**.

O surgimento desse racismo de Estado nos escritos foucaultianos aparece como uma forma de inserir uma espécie de corte no domínio do corpo populacional atravessado pelo biopoder, o corte entre aqueles que devem viver e aqueles que devem morrer. Na obra foucaultiana, esse tipo de racismo atua como uma prática política e um instrumento de dominação, que Foucault, por vezes, chama de Guerra das Raças. Esse capítulo continua entregando para os demais capítulos a relação do racismo de Estado com o movimento eugenista. Mbembe também aparece no debate no capítulo com o movimento que ele fez em

deslocar a análise do eixo de poder para o sistema escravista trazendo o conceito de necropolítica. Para o filósofo camaronês, o sistema colonial trouxe consigo uma escala de violência jamais vista na humanidade e a escravidão foi a primeira experiência biopolítica no Ocidente. Por fim, é traçado um panorama histórico sobre a construção do conceito de raça no Ocidente.

A intenção do terceiro capítulo foi alcançar êxito no segundo objetivo específico: *Analisar o debate sobre a mestiçagem pela **Intelligentsia** (intelectuais, estadistas e cientistas) na primeira metade do século XX na construção de uma narrativa e identidade nacionais.* Para isso, estão problematizados os conceitos de raça, Eugenia e mestiçagem no Brasil. A chegada das teorias raciais modernas, do movimento eugenista e o desenvolvimento do projeto de branqueamento da população aqui no país também são abordados. Nesse período, um dos motivos importantes para o desenvolvimento do eugenismo nas primeiras décadas do século XX estava na preocupação com o controle da população de ex-escravizados e seus descendentes que estavam em processo de proletarização.

O capítulo quatro será responsável por suprir o terceiro objetivo específico: *Problematizar a democracia racial como dispositivo de segurança no Brasil.* Nesse capítulo, está problematizada a diversidade do arranjo racial brasileiro e dos cenários encontrados nos censos realizados no Brasil com ênfase no período de recorte nesta tese. O conceito e as implicações do mito da democracia racial na sociedade também estão discutidos e problematizados. O capítulo finaliza com a discussão sobre a legitimação da democracia racial e a formação do mito correspondente.

Os capítulos 5 e 6 serão destinados à educação/subjetivação nas diversas nuances que atravessam a tese. O quinto capítulo tem a intenção de alcançar o quarto objetivo específico: *Entender a educabilidade/subjetivação das práticas sociais para a construção da branquitude no Brasil a partir de uma perspectiva biopolítica e do racismo de Estado.* Esse capítulo está marcado pelos processos de educação, subjetividades e a produção de branquitude a partir das questões de racismo de Estado, raça, mestiçagem e da democracia racial, já conceituados anteriormente na tese.

O sexto capítulo traz a resposta dos dois últimos objetivos específicos: *Analisar o movimento eugenista no processo da formação da branquitude no Brasil a partir da perspectiva biopolítica através das narrativas/discursos atinentes à raça na primeira metade do século XX e Analisar a partir do corpus discursivo da pesquisa, as implicações dos discursos construídos acerca da mestiçagem na produção da branquitude no Brasil.*

O movimento eugenista, que já havia sido discutido anteriormente enquanto sua formação no país, foi analisado especificamente sobre suas contribuições discursivas para a formação da branquitude no Brasil de acordo com as narrativas e discursos presentes em fontes históricas sobre o mestiço no período de recorte da tese (1909-1945). A Educação e a produção da branquitude foram problematizadas e entrelaçadas com o movimento eugenista, o branqueamento da população, a mestiçagem e a democracia racial no Brasil, no período supracitado.

## 1.2 Questões teórico-metodológicas da pesquisa

A ciência deve estar ‘disposta’ a compreender e dialogar com o mundo, penetrar nas múltiplas possibilidades cognoscitivas que permeiam o existir, transpassar as verdades totais, lineares e absolutas em si mesmas. [...] Dialogar filosoficamente com o conhecimento e com as diversidades mundanas, não como técnica, mas como partícipe da vida, é um modo de vislumbrar novas maneiras de produzir conhecimento (Cassol; Oliveira, 2019, p. 79-90).

A seleção de um tema de pesquisa, para Costa e Cardim (2007), ocorre com base em fatores internos como as preferências pessoais do pesquisador, como alto grau de interesse e afetividade pelo tema e por fatores externos, como a importância, a novidade, a aplicabilidade e os valores acadêmicos e sociais da pesquisa. Estes são justamente os motivos que levaram à escolha do tema desta tese. Recorrendo aos estudos de Foucault, Albuquerque Junior (2019, p. 271) contribui com a discussão ao afirmar que

Foucault considera que os recortes de objeto são, desde o princípio, atitudes políticas, implicam um posicionamento estratégico no interior do campo de pesquisa, das instituições, do pensamento, do próprio saber. Recortar objetos de pesquisa é inseparável de assumir posições políticas, éticas, estéticas, epistemológicas.

Dialogar filosoficamente com a ciência e com as diversidades existentes no mundo é uma forma de produzir conhecimento. É necessário que se produza um diálogo com as potencialidades que tensionam a realidade a favor de uma (re)aproximação entre a ciência e a Filosofia como um caminho interrogante, como a não aceitação de verdades impostas (Cassol; Oliveira, 2019). Assim, as correntes filosóficas são importantes para o projeto de pesquisa e para o objeto de reflexão. As análises teóricas, por sua vez, servem como um filtro de vigilância epistemológica para manter controlada a subjetividade da pesquisa e afinar os parâmetros que serão utilizados para a percepção do objeto (Handem *et al.*, 2007).

Colaborando com a discussão, Fischer (2003), ao abordar sobre como Foucault revoluciona a pesquisa em Educação, afirma que

na perspectiva foucaultiana, nossas análises precisarão dar conta das pequenas lutas, das lutas por imposição de sentidos, das lutas pelo poder da palavra, num certo foco específico de relações de poder; ora, essas lutas não são verticais somente, elas existem lado a lado, por todos os lados, e não são linearmente compreensíveis ou compreendidas (Fischer, 2003, p. 380).

Neste sentido, para dar conta dos objetivos propostos e problemáticas descritos na tese, esta pesquisa lança mão da biopolítica e do racismo de Estado enquanto seu desdobramento direto, a partir dos quais é possível analisar como as teorias raciais modernas e o movimento eugenista utilizaram os processos de educabilidade/subjetivação que culminaram na constituição da branquitude no Brasil.

Trazendo a caixa de ferramentas como uma metáfora, quando perguntado a que lutas suas obras podem servir, Foucault (2006a) pontuou que seus conceitos e ideias podem ser empregados como ferramentas, que gostaria que seus escritos fossem utilizados das mais diversas formas servindo para múltiplos usos possíveis, muitas vezes, não definidos pelo autor, que

quanto mais houver usos novos, possíveis, imprevistos, mais eu ficarei contente. Todos os meus livros seja História da loucura seja outros podem ser pequenas **caixas de ferramentas**. Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, tal ideia, tal análise como de uma chave de fenda, ou uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive, eventualmente, os próprios sistemas de que meus livros resultam, pois bem, tanto melhor! (Foucault, 2006a, p. 52, grifo nosso).

Gallo (2006) afirma que a Filosofia da educação pode usar Foucault como ponto de partida, porém sem ter um ponto de chegada definido. Desse modo, é permitido que o pensamento flua livremente sem predefinições. Para isso, a proposta é fazer deslocamentos do pensamento, abrindo para possibilidades que se encontram no percurso. É desse modo que as ferramentas supracitadas serão utilizadas nesta pesquisa.

Veiga-Neto (2009) cita, em um artigo sobre teoria e método, que Foucault considera a genealogia como uma atividade, uma forma de entender, “um modo de ver as coisas que estão em determinadas práticas e suas relações com outras práticas - sejam elas discursivas ou não-discursivas” e não apenas como “um conjunto de procedimentos técnicos para executar descrições, análises e problematizações” (Veiga-Neto, 2009, p. 90). Em que pese Veiga-Neto (2009) afirme que não agradava muito a Foucault dizer que a genealogia é um método, Moraes (2018, p. 01) descreve a genealogia como um “método instrumental de investigação voltado à compreensão da emergência de configurações singulares de sujeitos, objetos e significações nas relações de poder, associando o exame de práticas discursivas e não-discursivas”.

Com base nesses argumentos, entende-se que esta tese constitui-se na atmosfera da

genealogia foucaultiana atuando como fio condutor nos objetivos da pesquisa. Para Foucault, a genealogia está presente na articulação do corpo com a História. Assim, para o genealogista

é preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas que dão conta dos começos, dos atavismos e das hereditariedades; assim como é necessário saber diagnosticar as doenças do corpo, os estados de fraqueza e energia, seus colapsos e resistências para avaliar o que é um discurso filosófico (Foucault, 2000, p. 264).

Moraes (2018) considera que existem três dispositivos que podem ser desdobrados da genealogia foucaultiana: **o disciplinar**, que utiliza “o corpo como foco de estratégias de saber-poder, desenvolvendo tanto uma microfísica do poder quanto uma anatomia política dos indivíduos” (Moraes, 2018, p. 01); **o dispositivo de segurança**, que “desenvolve uma biopolítica das populações, considerando o ser humano como espécie” (Moraes, 2018, p. 01) e **o dispositivo da sexualidade**, “que emerge do questionamento e da intervenção em relação ao sujeito, considerando distintos modos de subjetivação” (Moraes, 2018, p. 01).

O **dispositivo disciplinar** pode ser lido no movimento eugenista, já que os corpos dos aptos e inaptos era o cerne do que era ou não desejado para o progresso nacional, além da utilização de práticas educacionais, como a Educação física e práticas subjetivas não academicistas. O **dispositivo de segurança** pode ser percebido na Eugenia, no que tange à tentativa de cientistas de purificarem a espécie humana sem provocar rebeliões, revoltas, motins ou guerras civis na sociedade por causa da polaridade da cor dos indivíduos e, por sua vez, **o dispositivo da sexualidade** fica evidente com a intenção da *intelligentsia* eugenista em promover estratégias de controle da sexualidade, da reprodução, dos exames pré-nupciais, bem como em mutilações e esterilizações em casos extremos.

A biopolítica só pode ser compreendida e estudada após o surgimento das técnicas de gerenciamento da população pelo Estado, em que a vida do corpo populacional passou a ser controlada em temas sociais, como, por exemplo, morbidade, natalidade, Saúde pública, epidemias, doenças e higiene. Pensando assim emerge a discussão sobre como a biopolítica e o racismo de Estado surgiram nos estudos e reflexões foucaultianos? Como ambos atuam na sociedade e como operam nesta tese?

A biopolítica, segundo Foucault (2010), surgiu no final do século XVIII a partir dos processos de conjuntos próprios da vida afetados com as dinâmicas vitais, problemas econômicos, sociais e políticos e após a noção de população ser introduzida em seus estudos. Naquele momento, ocorreu a emergência da população. Nas palavras do filósofo:

A população vai parar de aparecer como uma coleção de súditos de direito, como a coleção de vontades submetidas que devem obedecer à vontade do soberano por

intermédio de regulamentos, leis, decretos, etc. Ela vai ser considerada um conjunto de processos que é preciso administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural (Foucault, 2008a, p. 92).

A partir daí, as taxas de nascimentos, mortes, fecundidade, doenças e outras começam a ser pensadas como um corpo populacional e não mais um corpo individual como ocorria no poder disciplinar. A biopolítica lida com a população como um problema político, sendo ao mesmo tempo um problema científico, político, biológico, e como um problema de poder. Nas palavras de Candiotti e D’Espíndula (2012, p. 28), “o novo poder que irrompe em meados do século XVIII parece ter em vista uma atuação sobre o ser humano como espécie biológica, a fim de ter assegurada a existência e a continuidade da mesma”.

Com o surgimento da biopolítica, é interessante perceber que, com a mudança do paradigma da morte para a potencialização da vida pelo Estado, não se exclui completamente do cenário social “a capacidade de se permitir ou criar condições para que vidas sejam exterminadas” (Seixas, 2020, p. 03).

Colaborando com essa discussão, Adverse (2021) reflete que, no início dos anos 1970, Foucault estava se dedicando à genealogia dos modos de funcionamento do poder, os mecanismos e técnicas pelos quais ele é implementado, os níveis e domínios em que as relações de poder efetivam-se na sociedade. Foucault fez uma genealogia do racismo<sup>3</sup>, tendo, como ponto de partida, os conflitos políticos do século XVII e, como ponto de chegada, os sistemas totalitários do século XX. O discurso histórico-político sobre o combate entre as raças transformou-se em **racismo de Estado** ao longo do século XIX. O movimento eugenista, o projeto de branqueamento e as teorias raciais modernas que chegaram ao Brasil estavam imersas no corpo social nesse contexto.

Para Pelbart (2011), o termo “biopolítica” surgiu, inicialmente, na obra foucaultiana em uma conferência intitulada *O nascimento da medicina social* realizada no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no Rio de Janeiro/RJ, em 1974, quando o filósofo francês falava sobre o capitalismo e descreveu:

O capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica (Foucault, 2021, p. 144).

---

<sup>3</sup> Vale destacar que, inclusive, o curso *Em defesa da sociedade* (1975-1976) foi publicado como livro no idioma espanhol com o título de *Genealogia del racismo*.

Em 1976, a expressão voltou a ser utilizada em dois momentos de sua obra: no último capítulo, intitulado *Direito de morte e poder sobre a vida*, da obra *História da Sexualidade volume I - A vontade de saber* (Foucault, 2020a), assim como na aula ministrada em 17 de março de 1976 no *Collège de France* no curso publicado, posteriormente, em português com o título *Em defesa da sociedade* (Foucault, 2010). Pelbart (2011) afirma que esses textos podem ser estudados conjuntamente, já que eles entrecruzam-se. Neles, a biopolítica pode ser tratada dentro de uma estratégia mais ampla, chamada biopoder. O comentador de Foucault continua afirmando que “ao diferenciar biopoder do poder de soberania ao qual ele sucede historicamente, insiste sobretudo na relação distinta que entretém, cada um deles, com a vida e a morte: enquanto o poder soberano *faz morrer e deixa viver*, o biopoder *faz viver e deixa morrer*” (Pelbart, 2011, p. 55, grifos do autor), ou seja, deixar morrer alguns para o bem viver de outros. Nesse contexto, o racismo de Estado também opera com o biopoder. A humanidade deixou de ser governada considerando os indivíduos como sujeitos políticos para ser governada considerando os seres humanos que compõem uma população em prol da vida, em prol do fazer viver.

Para Jardim (2006, p. 104), “o poder não é algo que se detém, se apropria, mas sim, algo que se exerce por relações de força de forma difusa, como multiplicidade e campos de resistência”. Conforme Foucault (2021), o poder não emana de um centro, mas se manifesta nas próprias pessoas, por meio de diversos ângulos periféricos do poder central por meio de micro relações. Além disso, esses poderes produzem sempre novas articulações, que estão relacionadas à produção de saberes, que, por sua vez, são produzidos pela Educação eugênica e atravessados pelo racismo de Estado, sendo o objeto de pesquisa desta tese. Sobre o poder, Foucault reflete:

Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. [...] O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (Foucault, 2020a, p. 101).

O filósofo francês ainda assinala que o poder não existe de fato, o que existe são as práticas ou relações de poder, ou seja, o poder não é concreto e palpável, é uma relação. Roberto Machado (2021, p. 17-18) complementa: “o que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social”.

Seria um anacronismo tratar de uma sucessão temporal entre os diferentes poderes (soberano, disciplinar e biopoder). Não existe uma data de sucessão do poder soberano para o poder disciplinar. Eles mesclavam-se na sociedade e progressivamente o soberano foi ficando para trás de acordo com o contexto histórico e as práticas sociais. O mesmo ocorreu no período histórico com predominância do poder disciplinar na passagem para o biopoder. No biopoder, com o governo da população estabelecido, ainda se podia constatar o poder soberano e disciplinar agindo localmente, ou seja, na sociedade do biopoder, os poderes não se excluem, eles complementam-se, interseccionam-se, atravessam-se.

No curso denominado *Em defesa da sociedade*, ministrado no *Collège de France* em 1976, Michel Foucault continuava a abordar sobre biopoder e biopolítica. Ele trouxe o elemento do racismo de Estado para o debate e a reflexão. O racismo aparece como fruto de uma guerra das raças, na qual a sociedade é atravessada de um extremo ao outro e ocorre uma apropriação biológica do racismo pelo Estado. Para Foucault (2010), a guerra das raças começou no século XVII até culminar com o racismo de Estado no século XX. O discurso das raças deixou de cumprir a função de resistência para colocar-se a serviço da proteção do social.

Para Adverse (2021), tratou-se de uma “Estatização do biológico”, ou seja, ocorreu a captura da vida pelo poder político, de modo que o racismo foi sendo reativado com uma finalidade conservadora para tornar-se o racismo de Estado. Essa estatização do biológico pode ser lida na tentativa dos eugenistas de regularem o biológico para obterem uma raça ariana pura para o progresso nacional. É exatamente esse termo que Foucault (2010, p. 201, grifo nosso) aborda em “uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de **estatização do biológico**”.

Neste sentido, surgiam os discursos biológico-racistas sobre degenerescência e as teorias, políticas, projetos raciais e seus desdobramentos que operaram no corpo social “como princípio de eliminação, de segregação e, finalmente, de normalização da sociedade” (Foucault, 2010, p. 52). Assim, o discurso, que, inclusive, deu nome ao curso, mudou: “Não será: ‘temos que nos defender contra a sociedade’, mas, ‘temos de defender a sociedade contra todos os perigos biológicos dessa outra raça, dessa sub-raça, dessa contrarraça que estamos, sem querer, constituindo’” (Foucault, 2010, p. 52). Surgiu, então, o racismo de Estado como um racismo que a sociedade atua em si própria, sobre sua população e seus produtos. A purificação passa a ser almejada permanentemente como princípio normalizador. Logo, para Foucault (2010), o racismo de Estado por intermédio do biopoder utilizou o poder soberano do direito de morte para ativação do racismo que se enraíza pelo corpo social, estando completamente atravessado

pela temática racial no início do século XX e, desse modo, foi usado como principal lente teórica desta tese.

Segundo Foucault, foi o biopoder que inseriu o racismo nos mecanismos de Estado. Esse racismo atua como uma linha tênue entre quem deve viver e quem deve morrer, ele vai funcionar com a máxima “se você quer viver, é preciso que o outro morra” (Foucault, 2010, p. 215). O racismo desenvolveu-se junto com a colonização, a partir do genocídio colonizador. Por meio dos temas do Evolucionismo e teorias raciais do século XIX, é que se resolve se é preciso matar pessoas, matar populações, matar civilizações por intermédio do biopoder. Somente a partir do racismo de Estado que o biopoder consegue funcionar e ao mesmo tempo exercer os direitos de guerra, os direitos de assassinio e da função de morte.

Mas como um poder que faz viver também pode deixar morrer ou mesmo levar à morte? Seixas (2020) afirma que a resposta está no conceito de racismo de Estado de Michel Foucault, sendo caracterizado como uma tecnologia de poder que determina os modos de eliminação de quem pode/deve morrer, por meio “da eliminação dos indesejáveis, dos descartáveis, dos inúteis, objetivando promover a saúde e bom funcionamento do corpo social” (Seixas, 2020, p. 03). Colaborando com a análise de Seixas (2020), em um contexto distópico em seu romance *O Conto de Aia: the handmaid's tale*, Atwood (2017) pontua que, o melhor (no caso a vida), nunca é o melhor para todo mundo, sempre é pior para alguns.

Na ótica do racismo de Estado de Michel Foucault, o extermínio e os massacres são justificados seguindo a lógica do biopoder na conjuntura política neoliberal e biopolítica do poder. Para Sousa (2012), as tecnologias do biopoder e os seus saberes desdobrados produzem a normalidade. Um exemplo da materialidade do racismo de Estado é o tratamento destinado aos anormais no movimento eugenista, que eram considerados degenerados, impuros e inaptos à existência da raça pura. Era necessário construir formas para a eliminação dos anormais, eles eram considerados um fardo para a sociedade.

Desse modo, o biopoder exerce seu direito de morte e abandono da vida em nome do conjunto populacional governado, ou seja, a morte de uns acontece pela vida de outros. A morte do inferior, do anormal, da raça ruim beneficia a vida de outros, tornando a vida mais sadia e pura (Foucault, 2010). É justamente nesse contexto que o conceito foucaultiano vai operar nesta tese, ao analisar os processos de educabilidade executados pelos eugenistas em prol, não de uma morte direta em termos bélicos, mas uma morte em termos biológicos, por meio de uma morte no sentido do desaparecimento, que se dá pelo branqueamento da população às custas de uma branquitude que estava sendo gestada.

Foucault (2010, p. 216) complementa ao afirmar que “é claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc”. Sendo assim, quanto mais os elementos impuros forem eliminados ou impedidos de se reproduzirem, maior a chance dos superiores, considerados como puros ou melhores, sobreviverem.

Adverse (2021) aponta que o objetivo de Foucault não era investigar a história do racismo em sentido geral nem o tomar estritamente no nível da ideologia, mas investigar o racismo como prática política e como instrumento de dominação. Assim posto, complementa:

Os dispositivos de poder mais proeminentes na modernidade, seja sob a forma das disciplinas seja sob a forma da biopolítica, encontram seu ponto culminante na sociedade nazista, aquela colocada sob o domínio do Estado totalitário que opera a completa fusão entre o biopoder e o poder soberano (Adverse, 2021, p. 245).

No curso *Segurança, Território e População*, em 1978, Foucault traz a reflexão de que a forma tradicional de manifestação do poder soberano “não mais [se limita] a segurança do príncipe e do seu território, mas [com a] segurança da população e, por conseguinte, dos que a governam” (Foucault, 2008a, p. 85). Assim, não bastava mais governar um território delimitado por fronteiras, mas governar um corpo populacional composto de indivíduos e suas coletividades.

Foucault (2008a, p. 87) assegura que “o governo das populações é, creio, algo totalmente diferente do exercício de uma soberania sobre até mesmo o grão mais fino dos comportamentos individuais. Temos aí duas economias de poder que são, parece-me, totalmente diferentes”, a anátomo-política, que conduzia o corpo-indivíduo para ser útil e dócil por intermédio do poder disciplinar e a biopolítica, que analisa o corpo-espécie populacional regida pelo biopoder.

Em continuidade à cronologia foucaultiana do biopoder, cabe acrescentar que, por volta de 1976 até 1979, Foucault utilizou, em seus textos, o poder disciplinar como um marco para trazer os conceitos de biopolítica, segurança e governamentalidade, a partir do poder que emana do povo e a partir da noção de população (Taylor, 2018). Em *Nascimento da Biopolítica*, Foucault (2008b) afirma que a biopolítica insere-se na história do liberalismo político, que, só depois de entender o regime chamado de liberalismo, é que a biopolítica pode ser compreendida. Neste sentido, o liberalismo é entendido enquanto regime político (não o seu viés econômico). Quando ocorre o deslocamento para a atualidade, o filósofo aponta que a biopolítica não é

apenas o ato de governar Estados ou de gerir as economias destes, mas uma racionalidade da gestão do corpo social dos indivíduos (Seixas, 2020).

A partir desse *corpus* analítico, o conceito de racismo de Estado funciona como uma grade de análise para investigação dos processos de educabilidade no movimento eugenista no Brasil. A Eugenia foi uma ciência em vigor a partir do final do século XIX na Europa, que se espalhou por dezenas de países em todo o mundo. Buscava um aprimoramento racial, à procura da raça pura, para um melhor desenvolvimento de cada nação. No Brasil, teve muitos adeptos na elite intelectual nas primeiras décadas do século XX, tendo atuado, principalmente, a partir da Educação eugênica para eliminação ou desaparecimento dos não-brancos, utilizando o branqueamento da população por meio da miscigenação em busca da verdadeira raça brasileira (Diwan, 2007, Stepan, 2005, Dávila, 2006).

Na guerra das raças proposta pelo racismo de Estado foucaultiano, pode ser feito um paralelo com o mestiço/pardo, que ganhou um protagonismo nas discussões da intelectualidade brasileira a partir do início da República, ocasião em que era preciso criar uma identidade nacional para o progresso da nação desejada: branca e europeizada. A Eugenia, o Darwinismo social<sup>4</sup> e outras teorias, políticas e projetos científicos, bem como seus desdobramentos, foram utilizados em prol desse objetivo. Por intermédio da Higiene e Educação, era possível tornar um mestiço quase branco e um negro em mestiço (Dávila, 2006; Daflon, 2017; Munanga, 2020; Nogueira, 1985). A elasticidade dessa categoria racial foi (e continua sendo) movida a partir de interesses.

Os intelectuais eugenistas utilizaram as práticas discursivas para a Educação eugênica disseminar-se no tecido social em busca de uma produção da verdade. Conferências públicas, pesquisas variadas, livros, periódicos, congressos e outros eventos, ligas, sociedades, comissões e concursos eugênicos foram algumas das ações e atividades em que a Eugenia promoveu a partir de discursos e verdades no Brasil em várias frentes da intelectualidade, ligadas, sobretudo, à Antropologia, ao Direito e à Medicina.

Nesse contexto, esta pesquisa concentrou-se a partir de 1909 com o primeiro artigo sobre a Eugenia no Brasil até o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), considerado um marco importante para o início do declínio da Eugenia no país (embora seus ideais não tenham

---

<sup>4</sup> O Darwinismo social foi uma teoria racial que influenciou fortemente o debate social entre o final do século XIX e início do século XX. Sua base teórica foi extraída e reconfigurada dos postulados de Charles Darwin (1809-1882) sobre a evolução, ou seja, uma teoria com origem biológica conduzida para o ambiente social. Nessa doutrina, o branco era reconhecido como o topo da escala hierárquica das raças. “As raças humanas, segundo essa linha de pensamento, passariam por processos evolutivos similares, porém, como nos ensina a obra de Darwin, apenas os mais aptos chegaram à ‘reta final’” (Salaini, 2012, p. 103).

desaparecido da sociedade). Esta tese buscou analisar fontes primárias de pesquisa divididas em sete grupos: (1) legislações e documentos oficiais: Constituições Brasileiras de 1934 e 1937, Anais da Assembleia Constituinte de 1933/1934, Decretos-Lei e declarações/movimentações de partidos políticos; (2) Conferências, congressos e outros eventos: *Annaes de Eugenia* a partir de conferências e atividades da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918), *Annaes* do Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção à Infância (1922), Teses apresentadas na I Conferência Nacional de Educação (1927), *Actas e trabalhos* do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia (1929) (eram previstos três volumes e apenas um foi publicado, com parte dos trabalhos apresentados) e atividades do I Congresso de Brasilidade (1941); (3) Teses doutorais de Medicina: teses inaugurais de conclusão da graduação em Medicina das Faculdade de Medicina da Bahia, Faculdade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e Faculdade de Medicina de São Paulo; (4) Revistas, periódicos e similares: *Boletim de Eugenia*, cartilha *Educação Eugénica*, *Revistas do Brasil*, *Careta*, *O Tico-Tico* e *O Cruzeiro*; (5) Jornais: *O Jornal*, *Correio da Manhã*, *A Epoca*, *O Jornal*, *A Noite*, *Gazeta de Noticias*, *Jornal do Commercio* (AM e RJ) e *O Estado de S. Paulo*; (6) Livros: livros de intelectuais da época como Gilberto Freyre, Monteiro Lobato, Roquette-Pinto, Oliveira Vianna, Octávio Domingues, Renato Kehl, Arthur Ramos; (7) Arte: exemplos de pintura, aquarela, literatura e música.

Foram consultadas fontes históricas físicas, arquivos digitalizados e documentos disponíveis em portais públicos, como a hemeroteca digital disponibilizada pela Biblioteca Nacional e portais privados, como o acervo digital do jornal *O Estado de São Paulo*, além da visita presencial a instituições que guardam e preservam os documentos históricos originais no Rio de Janeiro e em Salvador.

A escolha das fontes primárias aconteceu com base em documentos que fossem representativos de cada grupo de fontes históricas. A grafia em citações das fontes primárias foi mantida conforme consta nos originais, respeitando os acordos ortográficos da época e vícios ou erros de ortografia/digitação dos autores, a fim de manter a língua portuguesa do mesmo modo que aparece nas publicações históricas devidamente referenciadas ao final da tese. Optou-se por uma única lista de referências em ordem alfabética no final desta pesquisa, devido à natureza dúbia entre referências contemporâneas e fontes históricas em diversos itens consultados.

A história do presente é outro elemento importante que consta nas questões teórico-metodológicas desta tese. Foucault parte de problemas da atualidade e, a partir deles, propõe uma genealogia para reflexão sobre cada tema: “parto de um problema nos termos em que se coloca atualmente e tento fazer sua genealogia. Genealogia significa que encaminho a análise

a partir de uma questão atual” (Foucault, 2006b, p. 247). A expressão “história do presente” aparece na obra de Foucault pela primeira vez no livro *Vigiar e Punir*, quando o autor define que sua intenção seria “fazer a história do passado nos termos do presente” (Foucault, 2014, p. 34). O livro é apresentado ao leitor como uma história do presente. Foucault não conceitua essa expressão ao longo de sua obra, porém “nós podemos inferir algo do significado do termo a partir de uma mudança explícita na autocompreensão acadêmica de Foucault, que ele realizou na mesma época: a saber, a mudança da ‘arqueologia’ pela ‘genealogia’” (Garland; França, 2014, p. 79).

A história do presente opera dentro da atmosfera genealógica. “Uma história do presente começa por identificar uma prática atual que é tanto tomada por certa como ainda, em certos aspectos, problemática ou de certo modo ininteligível [...], e, então, procura traçar as lutas de poder que a produziram” (Garland; França, 2014, p. 85). Esse é o ponto desta tese: partir da problemática da branquitude na atualidade e construir um percurso na atmosfera genealógica de sua história de modo a entender como os preceitos eugenistas contribuíram para sua constituição. Isso ocorre, pois “a genealogia não é motivada por uma inquietação histórica em entender o passado – embora quaisquer afirmações históricas que se façam devam ser válidas e verificáveis –, porém, antes, por um interesse crítico em compreender o presente” (Garland; França, 2014, p. 85).

A genealogia das problemáticas desta tese busca traçar as forças que deram sustentação às práticas atuais da branquitude por meio da identificação das condições históricas que ela ainda depende, como a raça, a mestiçagem, a Eugenia, o branqueamento da população e a democracia racial. A genealogia não objetiva “pensar historicamente sobre o passado, mas, em vez disso, usar materiais históricos para repensar o presente” (Garland; França, 2014, p. 85).

A utilização por Foucault do método genealógico e sua escrita da história do presente demonstram que a pesquisa histórica pode servir a instituições contemporâneas de maneiras que são fortemente críticas e reveladoras, visto que

uma história do presente sempre envolve um distanciamento crítico do presente, uma descrição analítica do dispositivo dentro do qual o objeto de estudo é construído e experimentado no presente e uma problematização específica que vê aquele objeto como intrigante de modo que possa se tornar menos enigmático por meio da investigação histórica (Garland; França, 2014, p. 92).

Na obra *História e Memória*, o historiador francês contemporâneo de Foucault, Jacques Le Goff (1924-2014) faz uma análise sobre a utilização de documentos históricos, ao afirmar que todo documento é, em certa medida, um monumento. Neste sentido, utilizando o viés

metodológico modificado de Bonfim (2017), os ensinamentos de Le Goff (1990) servirão para orientar, nesta tese,

o trabalho de caracterização geral desses registros e a reflexão metodológica de como proceder à crítica dos documentos selecionados, de forma a não isolá-los do seu contexto social de produção, dos interesses e das intencionalidades presentes neste processo; por isso mesmo a decisão de cotejá-los na intenção de analisar as propostas relacionadas à educação no âmbito do debate eugênico brasileiro (Bonfim, 2017, p. 68).

A pluralidade de ideias eugênicas e de atores envolvidos foi constatada nas análises ao longo da tese, visto que houve ideais racistas para além do movimento eugenista, como o movimento de branqueamento, movimento higiênico-sanitarista e o Darwinismo social/racial. A Eugenia se desenvolveu como um movimento multifacetado com diversas vertentes, atores, ideais e não pode ser reduzida a um único conceito ou a uma única vertente. Alguns intelectuais defendiam a miscigenação e acreditavam que não haveria problema para o Brasil, outros defendiam ferrenhamente que a mestiçagem ocasionaria uma degeneração, alguns pensadores eram neolamarckistas e outros mendelianos<sup>5</sup>.

Essas questões teórico-metodológicas são finalizadas com uma metáfora feita por Durval Muniz Albuquerque Júnior (2019) sobre a pretensão desta tese. O historiador, ao abordar sobre ensino e pesquisa em História (que aqui pode ser extrapolado para a Educação), assinala que Foucault, como uma borboleta, quer apenas polinizar nossos pensamentos e sentimentos, ensinar a olhar de outro modo, pousar em locais distintos, desde que exalem aromas de vida e democracia e não o cheiro de morte do fascismo, do poder soberano e da ordem. “Que sejamos borboletas e não lagartas, arrastando-nos por territórios fixos e gastos na hora de ensinar e pesquisar” (Albuquerque Júnior, 2019, p. 276).

---

<sup>5</sup> Enquanto os mendelianos seguiam os postulados de Gregor Mendel (1822-1884) e acreditavam na transmissão de caracteres a partir de uma combinação de fatores genéticos, os neolamarckistas seguiam a teoria da transmissão dos caracteres adquiridos de Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829).

## 2 BIOPOLÍTICA E RACISMO DE ESTADO

### 2.1 A emergência da biopolítica na modernidade

A ferramenta conceitual desta tese é o racismo de Estado, teorizado por Michel Foucault no âmbito das reflexões e investigações da biopolítica, portanto, para pensar o racismo de Estado é necessário situar esse campo específico de análise que Foucault estabeleceu a partir do curso *Em defesa da sociedade*, ministrado no *Collège de France* entre janeiro e março de 1976 (2010). O curso ocorreu entre as publicações dos livros *Vigiar e Punir*, em 1975 (2014), e *História da Sexualidade - A vontade de saber*, em 1976 (2020a), período em que o filósofo dedicava seus estudos às reflexões sobre as diferentes dimensões do poder e a subjetivação moderna. A última aula do curso, ministrada em 17 de março de 1976, merece uma atenção especial ao tema em questão.

O racismo não foi estudado por Foucault em sua forma mais geral e popularmente conhecida, tampouco em suas raízes históricas ou contemporâneas. Ele foi investigado e analisado em suas obras como uma prática política e um instrumento de dominação. O racismo de Estado surgiu nos escritos foucaultianos como uma forma de inserir uma espécie de corte no domínio do corpo populacional atravessado pelo biopoder, o corte entre aqueles que devem viver e aqueles que devem morrer. De acordo com Foucault (2020a, p. 149), “a morte é o limite, o momento que lhe escapa; ela se torna o ponto mais secreto da existência, o mais ‘privado’”. Foucault (2020a) aponta que foi a era do biopoder que proporcionou a sujeição dos corpos e o controle das populações.

Esse pequeno preâmbulo é necessário para a compreensão do funcionamento do racismo de Estado no âmbito da biopolítica. Desse modo, é preciso fazer uma digressão para, primeiramente, elucidar as dimensões do poder apontadas por Michel Foucault. Assim, este texto inicia com as reflexões e problematizações do conceito de poder, dando sequência com o poder soberano e o poder disciplinar até chegar ao biopoder, à biopolítica e ao racismo de Estado como seu desdobramento.

Em *Microfísica do Poder*, publicado originalmente em 1978 (2021), Foucault afirma que o poder é uma prática social, sendo, desse modo, constituído historicamente. Para Foucault (2020a, p. 101), o poder provém de todos os lugares e está em toda parte, “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”. O poder é exercido de forma difusa como relações de força, multiplicidade e resistência. Os sujeitos

sociais, para o filósofo, são interpelados pelo poder, constituindo-os a partir de processos de governo e subjetivação. O poder, portanto, precisa ser entendido na dinâmica social e não como um artefato (Jardim, 2006).

Conforme Foucault, o poder é articulado ao Estado e atravessa o tecido social em sua plenitude. O poder é exercido como uma rede que atinge as microrrelações. Desse modo, a análise dessa microfísica do poder

supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, do que um privilégio que se pudesse deter; que se seja dado como modelo antes a batalha perpétua do que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas - efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados (Foucault, 2014, p. 30).

Foucault (2014) reflete que as relações de poder aprofundam-se por toda a sociedade e que não se manifestam apenas nas relações com o Estado, de modo que esse poder não mostra sua face apenas com uma obrigação ou uma proibição, ao contrário, o poder atravessa todo o corpo social em diversas possibilidades de relações.

O poder, como apresentado até aqui, diz respeito às formas de governo, de subjetivação e de condução de condutas. Lynch (2018, p. 31) considera que as relações de força compõem a unidade básica da abordagem do poder: “em linhas gerais, as relações de força constituem no que quer que seja, nas interações sociais de alguém, algo que o empurre, incite ou obrigue a fazer algo”. Em outras palavras, o poder opera por intermédio de relações de força “do nível micro para o macro, do molecular para o cotidiano”, como descreve Lynch (2018, p. 40) ao analisar o movimento do eixo do poder em Foucault, passando por estágios “de (1) relações de força específicas, individuais, passando por (2) seus processos de transformação e (3) pelas redes ou sistemas que a sua interação produz, até (4) suas manifestações maiores, estratégicas, no estado, na lei e em outras hegemonias” (Lynch, 2018, p. 40), tais como as dimensões de poder estudadas por Foucault: soberano, disciplinar e biopoder.

De que modo a primeira dimensão do poder estudada por Foucault atua? Em que contexto histórico situa-se e como operava o poder soberano? Em que momento e em que circunstâncias foi necessário um deslocamento de análise para o poder da sociedade disciplinar?

No poder soberano, o rei, para defender sua família e seu território, tinha o direito de tirar não apenas a vida, mas também riquezas, serviços e produtos de seus súditos. O poder sobre a vida era restrito à retirada de elementos da vida social e biológica, não existia qualquer

regulação ou controle da vida coletiva. Taylor (2018, p. 59) ao colaborar com a definição de poder soberano aponta que “o seu único poder sobre a vida consiste em apoderar-se dessa vida, terminá-la, empobrecê-la ou escravizá-la”. A relação de soberania estendia-se por toda a sociedade, “incide sobre a terra e sobre seus produtos (extraíndo, dos corpos, bens e riquezas); está ligada ao deslocamento e à apropriação do poder” (Gadelha, 2016, p. 57).

Segundo Foucault (2010, p. 38), a teoria da soberania “visa fundamentar a unidade essencial do poder e se desenvolve sempre no elemento preliminar da lei”. O teórico francês ainda complementa que os elementos envolvidos com essa teoria são o sujeito, a unidade do poder e a lei. Na prática do poder soberano, imperava a máxima “Fazer morrer e deixar viver”, ou seja, fazer morrer as pessoas que iam de encontro às leis e regras do soberano e deixar viver quem o soberano não se importava.

É interessante situar esse contexto na Idade Média entrando pela Idade Moderna na Europa, passando pelo absolutismo e chegando às teorias contratualistas do século XVIII, que propuseram o modelo das democracias parlamentares em substituição às monarquias absolutistas. Todos foram períodos de efervescência nas guerras e conquistas por novos territórios, o que é um dos principais objetivos do soberano.

Aqueles que agiam de alguma forma contrariando o rei, por meio de manifestações contra o corpo régio, por exemplo, eram punidos no exercício do poder soberano e podiam ser considerados criminosos. Eram supliciados<sup>6</sup> e sofriam penas severas que se constituíam em espetáculos públicos para educar os que continuavam vivos com aquele exemplo, mostrando uma possível pena em casos de desobediência ou atitudes consideradas criminosas. As imagens do suplício ficavam presentes na memória dos indivíduos e reverberavam por todo o corpo social, deixando claro o poder exercido sobre o corpo dos indivíduos. Brutalidade, castigo, presença constante da morte e medo são palavras que expressam bem os sentimentos dessa prática. O supliciado precisava suplicar por perdão e por arrependimento para o espetáculo ficar completo (Jardim, 2006). O suplício também era usado para extrair

a verdade [que] era obtida por meio da dor via o espetáculo público punitivo como forma de restaurar o poder real, numa valorização da morte. Dessa forma, a verdade era extraída violentamente pelo castigo corporal, mostrando o poder do rei ou do juiz inquisidor. A educação pelo espetáculo público do corpo supliciado serve para inibir quaisquer que fossem as atitudes contra o soberano, além de impedir o delito que

---

<sup>6</sup> O suplício era uma forma de punição que se dava pela execução em vias ou praças públicas, de modo que o supliciado sofria uma infinidade de dores que culminavam na sua morte. O espetáculo da dor e da tortura era mais priorizado do que a morte em si. Era preciso que o condenado gritasse e suplicasse por arrependimento como um show de horrores assistido pelos súditos. Prática comum na Europa, o suplício servia como modo de educação do povo, para que se cumprissem as regras, leis e decretos reais. Michel Foucault (2014) descreve uma cena de suplício de um condenado chamado Damiens por tentativa de parricídio no início de seu livro *Vigiar e Punir*.

poderia ferir as regras sociais estabelecidas por esse *soberano* (Jardim, 2006, p. 106, grifo do autor).

Segundo Foucault (2010, p. 32), a soberania “permite fundamentar o poder em torno e a partir da existência física do soberano e não dos sistemas contínuos e permanentes de vigilância”, ou seja, o corpo do soberano atua como fundamento e centro do poder. A partir de suas análises sobre o poder soberano, que identificava o poder como vindo apenas do rei em direção aos seus subordinados e aos súditos, Foucault reconfigura e expande a noção de poder para outras dimensões com a análise de que o poder surge de diversos outros tipos de relações, até consigo mesmo (Taylor, 2018).

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2014) mostra que o poder soberano é exercido por meio da repressão por um indivíduo, na figura do rei, sobre os seus súditos. Com o passar dos anos, esse poder “tornou-se ineficaz diante das relações sociais, políticas e econômicas cada vez mais complexas que se desenvolveram [inicialmente] em finais do século XVI e início do século XVII” (Taylor, 2018, p. 12). No decorrer dos séculos XVII e XVIII, as mudanças intensificaram-se nas sociedades ocidentais, culminando na emergência de uma nova dinâmica do poder no corpo social incompatível com a soberania.

Sendo assim, execuções públicas como a de Damians, condenado por parricídio, cujo suplício foi descrito na obra supracitada, já não tinham mais tanto efeito educativo sobre a população, ou seja, já não tinham mais o efeito de exibir o poder do rei e de evitar novos atos criminosos em prol da ordem sociopolítica. Para Foucault (2014, p. 14), “a punição pouco a pouco deixou de ser uma cena. E tudo o que pudesse implicar de espetáculo desde então terá um cunho negativo” Era o prenúncio de um novo poder que emergia no corpo social. Estava posto o deslocamento do eixo de análise do poder para a sociedade disciplinar.

Com isso, o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos. Essa morte que se fundamentava no direito do soberano se defender ou pedir que o defendessem, vai aparecer como o simples reverso do direito do corpo social de garantir sua própria vida, mantê-la ou desenvolvê-la (Foucault, 2020a, p. 146-147).

Do que se tratava esse novo poder? O que viria a ser esse poder disciplinar e como ele interfere nos corpos dos sujeitos? Como se desenvolveu, como ocorreu esse deslocamento de análise do eixo do poder e o que buscava esse poder da sociedade disciplinar?

A transição da soberania para a sociedade disciplinar não significou o desaparecimento imediato da primeira. O poder soberano mudou sua configuração e passou a ser exercido de outras formas e em outros espaços, “ela [a soberania] ainda continuou a marcar sua presença

através da organização, durante o século XIX, dos códigos jurídicos europeus, elaborados a partir dos códigos napoleônicos” (Gadelha, 2016, p. 57-58).

No final do século XVIII, a punição pelo suplício começava a ceder espaço para um outro tipo de punição, dessa vez, com função de isolar e interditar o corpo do condenado, submetendo-o a obrigações (Jardim, 2006). Com o passar dos anos, a prisão passou a ser a principal prática punitiva adotada nos centros urbanos e

acaba exercendo uma grande função social, econômica e política, generalizada e habitual. A punição do corpo pelo suplício vai perdendo notoriedade, até alcançar seu quase declínio. Devido à ordem econômica que progressivamente se instaurava na sociedade moderna, a morte do criminoso faz-se desnecessária, pois o mesmo poderia ser usado como força útil à sociedade. O fim do suplício – técnica das mil mortes – se efetiva justamente com a efervescência e estruturação do capitalismo, que de agora em diante, necessitava de gente para ser utilizadas nas fábricas (Jardim, 2006, p. 107).

O corpo do indivíduo na soberania era utilizado como uma passagem para o suplício, para a tortura, para a dor e o sofrimento. Já o poder disciplinar passou a utilizar o próprio corpo do indivíduo, que deveria ser moldado, disciplinado, docilizado para extração do máximo possível de aproveitamento, objetivando um corpo útil, dócil e produtivo. Foucault, em *A verdade e as formas jurídicas*, obra que traz cinco conferências ministradas em 1973 (2002, p. 119) reflete:

se fizéssemos uma história do controle social do corpo, poderíamos mostrar que, até o século XVIII inclusive, o corpo dos indivíduos é essencialmente a superfície de inscrição de suplícios e de penas; o corpo era feito para ser supliciado e castigado. Já nas instâncias de controle que surgem a partir do século XIX, o corpo adquire uma significação totalmente diferente; ele não é mais o que deve ser supliciado, mas o que deve ser formado, reformado, corrigido, o que deve adquirir aptidões, receber um certo número de qualidades, qualificar-se como corpo capaz de trabalhar.

A visão foucaultiana buscou trazer o poder disciplinar em contraposição ao poder soberano. A prisão era entendida como modelo de sistema disciplinar, sendo que, nela, o corpo do indivíduo era docilizado, vigiado e disciplinado para ser útil e produtivo. A disciplina permite a materialidade e a visibilidade do poder funcionando. A partir do século XVIII, passou a servir como dispositivo de constituição dos corpos, por meio de uma espécie de anatomia, de um investimento político dos corpos, uma especialização a partir da melhoria das pessoas, que foi fundamental, inclusive, para a Revolução Industrial. Se não fosse esse investimento político dos corpos, a Revolução Industrial não seria possível, já que esse fenômeno precisava de corpos moldados, disciplinados e vigiados.

A vigilância individualizada e contínua é abordada no panoptismo analisado em *Vigiar e Punir* como uma forma de poder. O sistema de vigilância era utilizado como controle, castigo, recompensa e correção. O panóptico era um modelo de observação proposto para prisão, dotado

de uma torre central<sup>7</sup> de modo que os vigilantes poderiam facilmente ver todas as partes da estrutura sem serem observados. Desse modo, esse sistema possibilita uma garantia de ordem. Era mais importante que o prisioneiro tivesse consciência que poderia ser observado o tempo todo do que, de fato, a vigilância estivesse ocorrendo a todo momento. Nas palavras de Foucault (2014, p. 209): “nossa sociedade não é de espetáculos, mas de vigilância”.

O estabelecimento prisional afastava do meio social as pessoas que rompiam com a lei, pois o crime nas sociedades contratuais posterior ao absolutismo significava uma ruptura do tecido social e não mais uma afronta ao rei. Com o aumento populacional das cidades, a prisão recolhia os improdutivos e buscava extrair deles a máxima utilidade de seus corpos. Outros espaços fechados também ganhavam espaço na sociedade, sempre buscando a docilidade, a utilidade e a produtividade dos corpos. Com a produção de corpos dóceis, úteis e produtivos, Foucault percebe o extrapolamento da disciplina e do panoptismo observados na prisão para outros espaços fechados utilizados pelos indivíduos como a escola, as oficinas, as instituições militares/quartéis, os hospitais, os hospícios, as indústrias e seus derivados. Pelbart (2011, p. 57) ainda complementa que a disciplina era baseada “no adestramento do corpo, na otimização de suas forças, [e] na sua integração em sistemas de controle”.

O poder disciplinar opera, principalmente, “sobre os corpos e suas potências, adestrando-os, deles extraíndo tempo e trabalho (mais do que bens e riqueza)” (Gadelha, 2016, p. 57). Neste sentido, a disciplina produz indivíduos apesar de ser uma técnica de poder que utiliza os indivíduos como seus objetos e instrumentos. Taylor (2018, p. 42) aponta que o poder disciplinar “produz tais efeitos elegendo corpos como alvo” com o objetivo de “controlar de forma metódica, exaustiva e continuamente as atividades dos corpos, de modo a constituí-los como portadores de uma relação altamente particular entre utilidade e docilidade” (Taylor, 2018, p. 43).

Foucault (2014, p. 135) reflete sobre a disciplina ao afirmar que o corpo do sujeito passou a ser

tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrija, o desarticula e o recompõe. Uma ‘anatomia política’, que é também uma ‘mecânica do poder’; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer,

---

<sup>7</sup> A arquitetura panóptica era dotada do edifício em formato de anel com uma torre no centro. As celas estavam dispostas em andares com aberturas para o exterior da construção e para a torre central, de modo que a visão do observador na torre fosse completa. Não existe ponto de fuga ou esconderijo, o observador consegue ver todos os movimentos, ao passo que não consegue ser visto pelos prisioneiros.

mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina.

Barros (2019) considera que o poder disciplinar é o primeiro estágio do biopoder, sendo uma condição para a regulação da população. Nesse contexto, a norma fica em evidência como uma integração entre as duas formas de poder, podendo ser aplicada a um corpo que precisa ser disciplinado ou ao corpo da população. A norma é internalizada e passa, então, a subjetivar as pessoas e conduzir condutas, visto que, sem isso, não se governa um corpo ou uma população de corpos. “A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulação” (Foucault, 2010, p. 213).

As tecnologias do biopoder operam de modo a definir as categorias de anormalidade, com base no normal e no anormal, construindo formas para o fazer viver e o deixar morrer, ou seja, fazer viver a maior parte da massa populacional que se encontra no campo da normalidade e deixar morrer, ou mesmo construir formas de eliminação dos anormais. Em outras palavras, não existe biopoder sem a parcela da população que pode morrer do mesmo modo que não existe biopoder sem a maioria da população que deve viver. O biopoder pode ser exercido de forma sutil, muitas vezes, de forma imperceptível. A partir daí, fomenta a produção de comportamentos, métodos e tecnologias que garantem cada vez mais técnicas especializadas em garantir a perpetuação da vida, não da vida individual, mas da vida do corpo populacional.

O surgimento do conceito e noção de população e sua regulação pelo Estado permitiu emergir um novo tipo de poder, não mais tendo como alvo o corpo do indivíduo, mas sim o corpo da população. Na passagem entre os séculos XVIII e XIX, já não era suficiente o controle sobre os corpos dos indivíduos, estava posto um governo da população com seus padrões de normalidade e condutas. Era a preparação para a emergência do biopoder e da biopolítica.

O conceito de biopolítica, em Michel Foucault, não é posto de vez com formato desenvolvido e acabado. Ele foi sendo trabalhado e problematizado no decorrer das obras foucaultianas a partir de 1974, o que ocorreu em suas palestras, cursos e publicações. Neste sentido, em que pese já ter sido citada anteriormente, foi em 1976, no primeiro volume de *História da Sexualidade*, que Foucault apresentou o conceito de biopolítica como um dos polos de desenvolvimento que são interligados por um sistema de relações. O primeiro polo citado pelo filósofo foi o corpo como máquina na anátomo-política do corpo humano, já o segundo, formado inicialmente por volta da segunda metade do século XVIII,

centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma biopolítica da população* (Foucault, 2020a, p. 150, grifos do autor).

Entre 1976 e 1979, Foucault utilizou, em seus textos, o poder disciplinar como um marco para cunhar os conceitos de biopolítica, segurança e governamentalidade, a partir do poder que emana do povo e a partir da noção de população (Taylor, 2018). Os cursos *Em defesa da sociedade* (1975-1976), *Segurança, território e população* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), ministrados no *Collège de France*, no período supracitado, serviram como embasamento para Foucault refletir sobre diferentes interfaces da biopolítica.

No curso *Em defesa da sociedade*, Foucault (2010, p. 204) coloca o questionamento: “de que se trata nessa nova tecnologia do poder, nessa biopolítica, nesse biopoder que está se instalando?” O próprio filósofo traz a resposta com uma definição da biopolítica como um

conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos [...] constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica. É nesse momento, em todo caso, que se lança mão da medição estatística desses fenômenos com as primeiras demografias (Foucault, 2010, p. 204).

Foucault trabalha o conceito de biopolítica dentro de um espectro mais amplo, chamado biopoder. Ele descreve o biopoder como fio condutor dos estudos em *Segurança, Território e População*. Na referida obra, o biopoder é definido como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (Foucault, 2008a, p. 03). Já em *Nascimento da biopolítica*, Foucault aponta uma definição de biopolítica ao entendê-la como a “maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um grupo de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...” (Foucault, 2008b, p. 431).

Pelbart (2011) pondera que a biopolítica dirige-se ao homem vivo, ao homem espécie, diferente da disciplina que focava no homem-corpo. Com esse foco dirigindo-se para a massa global, afetada por processos inerentes ao homem como morte, vida, produção e doença, Foucault percebe que era a primeira vez que a vida entrava na História, ou seja, a biopolítica aparecia e se definia em seus estudos.

Nessa perspectiva biopolítica, a vida passou a ser pensada como um elemento biopolítico gerido pelo Estado, que Foucault (2010) chama de uma “Estatização do biológico”, conforme já abordado anteriormente. Furtado e Camilo (2016, p. 37) resumem bem ao afirmar que “a biopolítica tem como seu objeto a população de homens viventes e os fenômenos naturais a ela subjacentes”. Silva (2015, p. 09) contribui para a discussão ao trazer que “a governamentalidade biopolítica fez das morbidades, epidemias, nascimentos, mortes, longevidade e, ainda, das tipologias raciais, objetos de cálculo político e de intervenção especializada”.

Neste sentido, a biopolítica vai estudar e operar no corpo populacional em diversos fenômenos e passar a identificar curvas de normalidade, por exemplo, quantos indivíduos foram acometidos por alguma doença específica em um determinado período naquele território, ou qual a vacina que foi mais eficaz em determinada faixa etária da população. Esses estudos permitem que o governante consiga propor políticas públicas que possam melhorar a vida da maioria da população que se encontra na curva de normalidade. É o fazer viver! Percebe-se, portanto, um deslocamento do eixo do poder de uma sociedade disciplinar focada no corpo do indivíduo para um modelo que atua nos fenômenos do corpo populacional. Foucault (2010, p. 205) explica que

são esses fenômenos que se começa a levar em conta no final do século XVIII e que trazem a introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior da higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população.

Qual a relação da população com o biopoder? Por que era preciso ter o conceito de população previamente estabelecido para que o biopoder pudesse ser entendido?

No curso *Segurança, Território e População*, Foucault (2008a) utilizou uma epidemia de varíola que avançava na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, como materialidade para apresentar como o poder mostra um deslocamento de seu funcionamento. A análise das técnicas médicas para cuidar da população foi a base fundamental para um estudo posterior e o desenvolvimento de técnicas políticas de regulação da população. Seixas (2020, p. 02) indica que “a vida tornou-se o elemento político que legitimou a intervenção sobre o controle da população, em temas como a morbidade, a saúde pública, a higiene e as epidemias”. Com essa mudança de foco de análise do eixo do poder para o biopoder não era mais possível apenas governar um Estado enquanto território político, era necessário governar toda uma população.

O biopoder está enraizado em todo o corpo populacional, ao invés de estar localizado em um único indivíduo, o rei soberano. Ao contrário do poder soberano que funcionava a partir

das leis régias, muitas vezes, marcado pela violência, o biopoder funciona por intermédio de normas internalizadas pelos sujeitos que compõem a população (Taylor, 2018).

Foucault (2010, p. 206) aponta que “a biopolítica lida com a população, a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder”. Para Foucault (2008a, p. 87), a emergência do biopoder com o governo da população

é uma maneira bem diferente de fazer funcionar a relação coletivo/indivíduo, totalidade do corpo social/fragmentação elementar, é uma maneira diferente que vai agir no que chamo de população. E a governo das populações é, creio, algo totalmente diferente do exercício de uma soberania sobre até mesmo o grão mais fino dos comportamentos individuais. Temos aí duas economias de poder que são, parece-me, totalmente diferentes.

Dreyfus e Rabinow (1995) afirmam que, ao longo do século XVIII, ocorreu um crescimento do interesse pelos estudos estatísticos da população. Os gestores públicos “abordaram a questão da população como algo a ser conhecido, controlado, cuidado, cujo crescimento deve ser estimulado” (Dreyfus; Rabinow, 1995, p. 187). Assim, passa a ser “necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las estéreis ou férteis, o efeito do celibato ou das proibições, a incidência das práticas anticoncepcionais” (Dreyfus; Rabinow, 1995, p. 187). Conforme Darsie, Hillesheim e Weber (2021, p. 03-04), foi a partir da noção de população, “construída mediante a percepção da existência de fenômenos não redutíveis ao indivíduo e que podem ser auferidos por meio da Estatística, que a família deixa de ser um modelo para se tornar um segmento no interior da população”.

O entendimento do biopoder é uma maneira de normalizar as condutas da espécie humana. Neste sentido, é possível “regrar, manipular, incentivar e observar macrofenômenos como as taxas de natalidade e mortalidade, as condições sanitárias das cidades, o fluxo das infecções e contaminações, a duração e as condições da vida” (Sousa, 2012, p. 47). Foucault (2020a), em *História da Sexualidade - A vontade de Saber*, justifica, inclusive, que o estudo da sexualidade e do sexo são importantes, pois, com base nos supracitados fenômenos, era essencial que o Estado conhecesse o que ocorria com o sexo do seu corpo populacional. Para Foucault (2020a, p. 138), “o sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes”, ou seja, o conhecimento do conceito de população foi um dos motivos que justifica o interesse do Estado pela sexualidade do corpo-espécie da população.

Desse modo, o sexo tornou-se um problema entre o Estado e o indivíduo visto que

através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico. Aparecem também as campanhas sistemáticas que, à margem dos meios tradicionais - exortações morais e religiosas, medidas fiscais - tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada (Foucault, 2020a, p. 29-30).

O censo moderno foi um importante marco para o Estado poder mensurar os fenômenos na população e para a consolidação e atuação do biopoder. No mundo antigo, já existiam relatos de censos parciais em diversas civilizações, como, por exemplo, Roma, China, Palestina, Babilônia, Pérsia e Egito, porém, apenas contabilizando o que interessava aos chefes de Estado, como propriedades e homens que pudessem prestar serviço militar, ser tributados, alistados ou forçados a trabalhar. Na Idade Média, com a desintegração do Império Romano e rearranjo social na Europa, os censos praticamente desapareceram (Taylor, 2018).

A autora ainda complementa que

a ideia de enumerar a totalidade de uma população só foi introduzida nos países ocidentais no final do século XVII e tornou-se cada vez mais detalhada nos séculos seguintes. Logo, o censo assegurou dados sobre datas e locais de nascimento, estado civil e ocupações. Os estados modernos reconheceram a necessidade de entender as características, estruturas e tendências das suas populações a fim de gerenciá-las ou para compensar o que não podiam controlar (Taylor, 2018, p. 65).

Lima (2018) pode ser inserida nesse debate quando ela reforça que o surgimento da noção do conceito de população foi de suma importância para a posterior construção da biopolítica. A partir desse fenômeno iniciado e consolidado entre os séculos XVII e XIX na Europa ocidental possibilitou-se que a demografia se constituísse como um domínio de saber “que terá nos fenômenos populacionais e demográficos seu núcleo de reflexão e investigação, [...] o surgimento da população enquanto fenômeno vai permitir que os mecanismos de poder adentrem a vida e suas possibilidades de controle, sujeição e majoração” (Lima, 2018, p. 22). Silva (2015, p. 04) colabora com a análise ao afirmar que “a entrada da vida nos cálculos do governo toma a população como organismo vivo que urgia conhecer em suas multiplicidades, especificidades e processos biológicos”.

Como ocorreu esse novo deslocamento da análise do eixo do poder? Como surgiram os conceitos de biopoder e biopolítica a partir da noção de população estabelecida?

Em consonância com Foucault (2020a, p. 151-152), o biopoder “foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos”. Desse modo,

as guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens (Foucault, 2020a, p. 147).

Foucault afirma que o direito soberano de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida e devolver à morte, ou seja, o autor opera com as máximas do poder soberano - fazer morrer e deixar viver, e do biopoder - fazer viver e deixar morrer. Com o biopoder, a humanidade deixou de ser governada enquanto sujeitos políticos para ser governada enquanto seres humanos que compõem uma população em prol da vida, em prol do fazer viver da espécie. Para Foucault (2020a), o poder assumiu a função de gerir a vida e, assim, o princípio de

poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio de estratégia entre Estados; mas a existência em questão já não é aquela - jurídica - da soberania, é outra - biológica -, a de uma população. Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e é exercido no nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população (Foucault, 2020a, p. 147-148).

Foucault (2010) aponta que foi o biopoder que inseriu o racismo nos mecanismos de Estado. Esse racismo trouxe preconceitos para o tecido social, de modo que alguns corpos não fossem dignos de viver em determinadas sociedades. Era o prenúncio do **racismo de Estado**. Duarte (2008, p. 06, grifo do autor) contribui com a discussão ao afirmar que

A descoberta não apenas da biopolítica, mas também do paradoxal *modus operandi* do biopoder, o qual, para produzir e incentivar de maneira calculada e administrada a vida de uma dada população, tem de impor o genocídio aos corpos populacionais considerados exógenos, é certamente uma das grandes teses que Foucault legou ao século XXI.

O entendimento dessa necessidade de impor um genocídio aos corpos exógenos permite refletir e analisar o conceito de racismo de Estado foucaultiano com um desdobramento do biopoder operando no corpo social. Esse conceito será analisado criteriosamente no próximo tópico.

## 2.2 Racismo de Estado: uma guerra das raças

Na ótica do Racismo de Estado foucaultiano, o extermínio e os massacres são justificados seguindo a lógica do biopoder em uma conjuntura política liberal e biopolítica, que também se rearticula na lógica neoliberal, sobretudo, pelo caráter necropolítico que vem se desenvolvendo nas últimas décadas. Desse modo, o biopoder exerce seu direito de morte e

abandono da vida em nome do conjunto populacional governado, ou seja, a morte de alguns dá-se pela vida de outros. O racismo de Estado opera por meio de estratégias políticas em prol da purificação da população de determinado local, o que acontece pela eliminação de alguns grupos, distinguindo-se do tradicional racismo conhecido pelo ódio ou ofensas a pessoas negras ou indígenas, por exemplo.

Santos (2020, p. 21) explica que, a partir do mecanismo do biopoder, “o Estado pode exercer a sua função assassina e ‘fazer morrer’ aquelas vidas que ele, juntamente com a raça dominante, destituíram de humanidade, bem como de cidadania, fazendo com que determinadas mortes não causem comoção”. Essas vidas podem ser entendidas na visão de Butler (2018) como precárias e indignas de luto, de serem salvas, protegidas ou valorizadas. Desse modo, merecem a morte, ainda que seja apenas uma morte social, ou uma “morte civil”, como define Miranda (2020).

Para Foucault, o racismo de Estado encontra-se “muito longe de um racismo que seria, simples e tradicionalmente, desprezo ou ódio das raças umas pelas outras” (Foucault, 2010, p. 217), ele surge como “um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (Foucault, 2010, p. 52-53). Soler e colaboradores (2022) contribuem para o debate ao afirmar que “a mesma biopolítica a que interessa gerir a vida é aquela responsável por tornar o anormal o objeto de exceção por excelência do capitalismo”.

Para Sousa (2012), embora a vida tenha se constituído como um elemento político que precisa ser normalizado, a violência, por sua vez, “não foi controlada, pois tal cuidado com a vida traz a exigência contínua da morte em massa, já que é no contraponto da violência purificada que se podem garantir melhores formas de sobrevivência a uma dada população” (Sousa, 2012, p. 50).

A morte do inferior, do anormal, da raça ruim beneficia a vida de outros, tornando melhor a vida do grupo dominante, como cita Foucault (2010, p. 215): “a morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura”. Furtado e Camilo (2016) acrescentam que essa forma de equivalência entre vida e morte, fundamentada pelo biopoder, ajuda a explicar a emergência do racismo de Estado como um desdobramento biopolítico.

Neste sentido, o racismo de Estado surgiu no final do século XIX, a partir do genocídio colonial, como uma tecnologia do biopoder para justificar o porquê da morte, resumido na máxima biopolítica foucaultiana do “Fazer viver e deixar morrer”, deixar morrer alguns para o

bem viver de outros. “O poder consegue matar porque consegue justificar o porquê de matar, e isso se dá como consequência do racismo de Estado como mecanismo do biopoder” (Santos, 2020, p. 20).

Foucault (2010, p. 221) questiona: “Como se pode fazer um biopoder funcionar e ao mesmo tempo exercer os direitos da guerra, os direitos do assassinio e da função da morte, senão passando pelo racismo? Era esse o problema, e eu acho que continua a ser esse o problema”. Para o filósofo, foi a emergência do biopoder que introduziu o racismo na maquinaria estatal, “como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo” (Foucault, 2010, p. 214).

Soler e colaboradores (2022, p. 189) argumentam que “as condições de possibilidade para a emergência do racismo não são as diferenças biológicas, mas sim efeitos de poder, cujas bases são históricas”, ou seja, a partir dos efeitos do biopoder, que se ancora com bases históricas, foi possível utilizar a raça, a partir do século XIX, para o desenvolvimento do racismo de Estado.

Os efeitos desse tipo de racismo de Estado extrapolam a categoria étnica e permitem genocídios de múltiplas categorias, sistematizando o que é legítimo e ético, “ou seja, o problema do genocídio no terreno das disputas étnicas, mas também religiosas, ideológicas e econômicas” (Soler *et al.*, 2022, p. 195-196). Esse extermínio de determinados grupos não é pensado apenas como a morte do corpo físico, mas também a morte política ou civil, a expulsão, a rejeição etc.

Diante desses argumentos, pode-se questionar: Qual a relação do racismo de Estado com o Estado-nação? Qual a função do Estado-nação na construção do racismo?

O conceito de nação é complexo. A essência de uma nação, para o historiador francês Ernest Renan, ocorre quando todos os indivíduos pertencentes têm coisas em comum e esquecimentos em comum. Ele cita como exemplo a França, “nenhum cidadão francês sabe se ele é burgundo, alano, taifalo, visigodo; todo cidadão francês deve ter esquecido a noite de São Bartolomeu<sup>8</sup>, os massacres dos países meridionais no século XIII” (Renan, 2006, p. 06). A nação moderna, geralmente, tem raízes históricas que foram construídas a partir de uma sucessão de acontecimentos e fatos convergentes. Muitas nações modernas foram criadas a

---

<sup>8</sup> Na noite de 23 de agosto de 1572, entrando pela madrugada do dia seguinte, Paris viveu uma noite ímpar. Os católicos, maioria no país, mataram dezenas de milhares de huguenotes, uma minoria protestante, seguidores da linha protestante do teólogo francês Jean Calvino (1509-1564). A noite celebra São Bartolomeu, como ficou conhecido Natanael, um dos 12 apóstolos de Jesus (Veiga, 2022).

partir do vínculo com a terra no feudalismo europeu. A nação é, muitas vezes, confundida e atravessada pela raça.

Já Foucault (2010, p. 112) assevera que a nação, antes do século XIX, poderia ser confundida com a sociedade, “entendida como associação, grupo, conjunto de indivíduos reunidos por um estatuto; uma sociedade, composta de certo número de indivíduos, que tem seus costumes, seus usos e até sua lei particular”. O filósofo finaliza o raciocínio afirmando que “é dessa noção, desse conceito de nação que vai sair o famoso problema revolucionário da nação; é daí que vão sair, é claro, os conceitos fundamentais do nacionalismo do século XIX; é daí também que vai sair a noção de raça” (Foucault, 2010, p. 113).

Soler e colaboradores (2022, p. 195) defendem que, no decorrer do século XVIII, gradativamente, o Estado-nação foi se transformando em Estado-população, “alimentando-se por meio de narrativas que serão sustentadas sempre em possíveis ameaças, colocando no interior das próprias práticas sociais os elementos de uma guerra em curso que ameaçam a sua purificação”.

Qual a relação entre o racismo e o Estado? Como o corpo populacional e a raça se entrelaçam na problematização com esses dois elementos?

O Estado e o racismo estão intimamente imbricados. Foucault (2010, p. 217) afirma que o racismo está diretamente ligado “ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano”. O racismo desenvolveu-se junto com a colonização e o capitalismo e legitimou-se com o advento da formação dos Estados nacionais e com o neoliberalismo. Sobre o racismo, sua formação, sua relação com o Estado e o biopoder, Foucault (2010, p. 214) aponta: “não quero de modo algum dizer que o racismo foi inventado nessa época. Ele existia há muito tempo. Mas eu acho que funcionava de outro modo. O que inseriu o racismo nos mecanismos de Estado foi mesmo a emergência desse biopoder”.

Foucault (2021) considera que o controle da sociedade sobre os indivíduos começa pelo corpo, ou seja, o Estado precisou apoderar-se do corpo populacional para então decidir o que fazer e como gerir tais corpos. Nesse ponto, entra a morte e o fazer morrer. É interessante perceber que, com a mudança do paradigma da morte para a potencialização da vida pelo Estado, não se exclui completamente do cenário social “a capacidade de se permitir ou criar condições para que vidas sejam exterminadas” (Seixas, 2020, p. 03).

Por isso, em contraste com as lutas das raças do discurso histórico dos séculos XVII e XVIII, a especificidade do racismo moderno, seu papel propriamente político, consiste na capacidade de assegurar ao Estado o exercício excepcional do poder soberano e afirmar-se como o promotor da vida da população envolvendo, no caso

mais extremo, a eliminação física daqueles considerados perigosos (Adverse, 2021, p. 244).

Outro elemento importante que precisa ser problematizado quando se trata de racismo e Estado-nação é a raça. Hillesheim e Silva (2018, p. 419) asseveram que foi a raça que “ofereceu aos Estado-nação o elemento naturalizador, o laço de união biológica e consanguínea que garantiam a homogeneidade do corpo-espécie da população”. Barros (2018, p. 13) pondera que foi

a partir da fragmentação do *continuum* biológico e da oposição binária entre as raças, é possível compreender a atuação do racismo de Estado ao buscar estratégias de governo para a proteção de algumas raças em detrimento de outras. Já não fazemos todos parte de um mesmo grupo. O corpo social é dividido de forma que suas partes passam a ocupar posições opostas, ao ponto de atentarem contra a própria vida umas das outras.

Foucault (2010) indica que o Estado passou a ser considerado como o responsável por oferecer mecanismos para a pureza da raça. A raça pura e dominante passa a ser ameaçada quando outros grupos infiltram-se na sociedade, trazendo costumes e línguas diferentes que contaminam e ameaçam a integridade, superioridade e pureza da raça<sup>9</sup>. Tais grupos são “elementos heterogêneos, mas que não lhe são essenciais, que não dividem o corpo social, o corpo vivo da sociedade, em duas partes, mas que são de certo modo acidentais” (Foucault, 2010, p. 68). E por serem acidentais, representam um perigo biológico e contaminam a sociedade.

Neste sentido, precisam ser eliminados, exterminados ou expulsos para o bem da raça dominante. É preciso “destruir não simplesmente o adversário político, mas a raça adversa, [essa espécie] de perigo biológico representado, para a raça que somos, pelos que estão à nossa frente” (Foucault, 2010, p. 217).

Se o discurso das raças, das raças em luta, foi mesmo a arma utilizada contra o discurso histórico-político [...], o discurso da raça (a raça no singular) foi uma maneira de inverter essa arma, de utilizar seu gume em proveito da soberania conservada do Estado, de uma soberania cujo brilho e cujo vigor não são agora assegurados por rituais mágico-jurídicos, mas por técnicas médico-normalizadoras (Foucault, 2010, p. 68).

---

<sup>9</sup> Antes do século XIX a pureza racial era de cunho religioso. A partir do século XIX, houve uma virada nos valores e a cor da pele passou a ser usada para distinguir a superioridade das raças ariana e anglo-saxônica de outras raças. “Proponho que o momento de virada ocorreu em 1898, quando a guerra EUA-Espanha foi justificada, na perspectiva dos EUA, pela superioridade da ‘raça branca anglosaxônica’, cujo destino era civilizar o mundo, sobre os ‘brancos cristãos católicos e latinos’. A idéia do latino foi introduzida pela intelectualidade política francesa e usada na época para traçar as fronteiras, tanto na Europa como nas Américas, entre anglosaxônicos e latinos” (Mignolo, 2003, p. 59).

As guerras passam a ser travadas pelos Estados-nação como uma estratégia de purificação e regeneração da raça. A morte de uns é saudável e necessária para o fortalecimento biológico de outros. A guerra

vai se mostrar, no final do século XIX, como uma maneira não simplesmente de fortalecer a própria raça eliminando a raça adversa (conforme os temas da seleção e luta pela vida), mas igualmente de regenerar a própria raça. Quanto mais numerosos forem os que morrerem entre nós, mais pura será a raça a que pertencemos (Foucault, 2010, p. 217).

De acordo com Foucault, o racismo é ligado “ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano” (Foucault, 2010, p. 217). Segundo o filósofo, a raça e o racismo são autorizados a matar em uma sociedade imposta pela normalização e, considerando que “a função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo” (Foucault, 2010, p. 215), pode-se perceber que todos os elementos estão interligados: biopoder, Estado-nação, raça, racismo de Estado e normalização.

Vale observar que, na perspectiva foucaultiana, a normalização está relacionada como um padrão idealizado de conduta, distinguindo o normal do anormal. Ao passo em que o poder de normalização funciona dentro de um sistema homogêneo, ele também individualiza, na medida em que permite “toda uma gradação das diferenças individuais” (Foucault, 2014, p. 181). Silva (2014, p. 904) defende que os processos de normalização são “construídos a partir dos parâmetros biológicos e a eugenia será o dispositivo de intervenção que avalia, examina e determina quem contribui ou não para a melhoria e especialização da espécie”.

Foucault (2010) assevera que, no século XIX, a guerra assume outros contornos. As batalhas, invasões e pilhagens são substituídas “pelo tema biológico, pós-evolucionista, da luta pela vida. Não mais batalha no sentido guerreiro, mas luta no sentido biológico: diferenciação das espécies, seleção do mais forte, manutenção das raças mais adaptadas etc.” (Foucault, 2010, p. 68). Assim, pode ser questionado: que contornos biológicos são esses assumidos na guerra? Como pode uma guerra dar-se no campo biológico? Como analisar a guerra das raças inserida no pensamento foucaultiano do racismo de Estado?

O racismo de Estado opera de modo que o biopoder “não suprime a guerra, na verdade, ele dá continuidade a essa guerra por outros meios, amparado por mecanismos que concedem às suas ações um caráter de defesa e segurança contra os supostos perigos que existem no corpo social” (Santos, 2020, p. 21). O racismo vai provocar uma guerra não bélica, uma guerra não militar, mas uma guerra no campo biológico

quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu - não enquanto indivíduo mas enquanto espécie - viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar (Foucault, 2010, p. 215).

Para Foucault (2010), no decorrer do século XIX, essa guerra assumiu a forma não de uma luta entre duas raças, assumindo-se como a de uma raça, considerada como verdadeira e única, “aquela que detém o poder e aquela que é titular da norma” (Foucault, 2010, p. 52), contra os indivíduos e grupos sociais considerados perigosos ao patrimônio biológico da sociedade, ou seja, contra os que estão fora da norma. Adverse (2021) cita que é como se o racismo passasse a funcionar a partir de uma chave biológico-social, em que a “outra raça” deixa de vir de outro lugar para permanecer continuamente infiltrada no corpo social. O racismo biológico-social desenvolve-se e passa a operar no sentido

de que a outra raça, no fundo, não é aquela que veio de outro lugar, não é aquela que, por uns tempos, triunfou e dominou, mas é aquela que, permanente e continuamente se infiltra no corpo social, ou melhor, se recria permanentemente no tecido social e partir dele. [...] [Ou seja], Em outras palavras: o que vemos como polaridade, como fratura binária na sociedade, não é o enfrentamento de duas raças exteriores uma à outra; é o desdobramento de uma única e mesma raça em uma super-raça e uma sub-raça. Ou ainda: o reaparecimento, a partir de uma raça, de seu próprio passado. Em resumo, o avesso é a parte de baixo da raça que aparece nela. (Foucault, 2010, p. 51-52).

Foucault chama de Guerra das Raças a nova face assumida pela guerra. Não adianta mais apenas destruir o adversário político. Passa a ser necessário aniquilar a raça considerada inferior. A guerra assume contornos biológicos por intermédio de uma estatização do biológico. Para Foucault (2010, p. 51), os elementos fundamentais para a guerra estavam postos na sociedade: “diferenças étnicas, diferenças de línguas; diferenças de força, de vigor, de energia e de violência; diferenças de selvageria e de barbáries; conquista e servidão de uma raça por uma outra”.

Nesse discurso em que se trata da guerra das raças e em que o termo ‘raça’ aparece bastante cedo, fica bem claro que essa palavra mesma - ‘raça’ - não é pregada no sentido biológico estável. No entanto, essa palavra não é absolutamente variável. Ela designa, finalmente, uma certa clivagem histórico-política, ampla sem dúvida, mas relativamente fixa (Foucault, 2010, p. 65).

Essa guerra das raças apresenta-se como uma guerra biológica em que a morte do outro, da raça inferior, do anormal, do degenerado, do impuro, do inapto, é entendida como uma forma de fazer a vida melhor, mais segura e pura, de um modo geral. Quanto mais morrerem desses inferiores, mais pura e melhor será a vida dos superiores.

Foucault aponta que o racismo nasce quando a luta das raças passa a considerar a pureza da raça como princípio fundamental dessa guerra não bélica e “a ideia de pureza da raça, com

tudo o que comporta a um só tempo de monístico, de estatal e de biológico, será aquela que vai substituir a ideia da luta das raças” (Foucault, 2010, p. 68). Foucault considera que o racismo é uma forma de discurso revolucionário posto de outra forma:

quando o tema da pureza da raça toma o lugar do da luta das raças, eu acho que nasce o racismo, ou que está se operando a conversão da contra-história em um racismo biológico. O racismo não é, pois, vinculado por acidente ao discurso e à política antirrevolucionária do Ocidente. No momento em que o discurso da luta das raças se transformou em discurso revolucionário, o racismo foi o pensamento, o projeto, o profetismo revolucionários virados noutro sentido, a partir da mesma raiz que era o discurso da luta das raças (Foucault, 2010, p. 68).

De acordo com as análises e problematizações, pode-se perceber que o racismo de Estado surge na biopolítica como um racismo em que a sociedade atua em si própria, sobre sua população e seus produtos. A purificação passa a ser almejada permanentemente como princípio normalizador. Logo, para Foucault (2010), o racismo de Estado, que se dá pelo biopoder, utiliza o poder soberano do direito de morte para ativação do racismo que se enraíza pelo corpo social.

Soler e colaboradores (2022) defendem que o racismo de Estado atua como uma máquina de guerra por intermédio de uma luta constante entre sua própria população e surge como um desdobramento da biopolítica e governamentalidade iniciado por Foucault, que abriu caminho para a formulações de reflexões e conceitos de outros filósofos como a necropolítica de Achille Mbembe, a partir das condições de matabilidade do Estado e os seus efeitos na racionalidade política contemporânea. Desse modo, “o elemento racial se torna um mecanismo altamente eficiente neste percurso, uma vez que ele sinaliza os traços pelos quais se deve vigiar atentamente todas as possibilidades de revoltas, todas as ameaças ao quadro empírico da relação entre Estado e população” (Soler *et al.*, 2022, p. 196).

As reflexões encaminhadas pelo racismo de Estado podem ser utilizadas para pensar sobre os desdobramentos das teorias e políticas raciais, que foram fruto do colonialismo e seus reflexos nas temáticas raciais debatidas pelas intelectualidades dos Estados-nação no início do século XX, o que leva a problematizar qual a relação que se pode fazer do racismo de Estado foucaultiano com as teorias e políticas raciais? Como se pode pensar os desdobramentos do colonialismo ocidental com o racismo de Estado e suas reverberações para o século XX? Como a biopolítica pode ajudar nesse processo de reflexão e compreensão?

### 2.3 A operacionalização do racismo de Estado, necropolítica e seus desdobramentos

Como apresentado até aqui, para Foucault (2010), o racismo biológico e centralizado, chamado de racismo de Estado, surgiu no fim do século XIX e foi “constituído como a transformação, alternativa ao discurso revolucionário, do velho discurso da luta das raças, passou ainda no século XX por duas transformações [...] utilizado nas estratégias específicas” (Foucault, 2010, p. 69). A primeira transformação foi o nazismo alemão, que o filósofo francês abordou com mais intensidade e a segunda foi o racismo de Estado soviético, que considerava o doente, o transviado e o louco como perigos biológicos. Foucault (2010, p. 70) explica o modelo soviético como

a arma que outrora devia lutar contra o inimigo de classe (arma que era a da guerra ou, eventualmente, a da dialética e da convicção) agora não pode ser mais do que uma polícia médica que elimina, como um inimigo de raça, o inimigo de classe. Portanto, temos, de um lado, a reinserção nazista do racismo de Estado na velha lenda das raças em guerra e, do outro, a reinserção soviética da luta das classes nos mecanismos mudos de um racismo de Estado.

No regime nazista, houve “uma coincidência de um biopoder generalizado com uma ditadura a um só tempo absoluta e retransmitida através de todo o corpo social pela formidável junção do direito de matar e da exposição à morte” (Foucault, 2010, p. 219). Desse modo, formou-se “um Estado absolutamente racista, um Estado absolutamente assassino e um Estado absolutamente suicida” (Foucault, 2010, p. 219).

O nazismo foi a expressão máxima da materialização do racismo de Estado que utilizou uma política ideológica mítica e quase medieval para fazer funcionar o discurso de luta das raças, sendo que o controle dos processos biológicos se configurou como um dos principais objetivos do regime. Foucault (2010, p. 69) aponta que, no nazismo, ocorreu “um racismo de Estado encarregado de proteger biologicamente a raça”. Para isso, o poder disciplinar, o biopoder e o direito soberano de matar foram essencialmente utilizados.

Não há Estado mais disciplinar, claro do que o regime nazista; tampouco há Estado onde as regulamentações biológicas sejam adotadas de maneira mais densa e mais insistente. [...] Não há sociedade a um só tempo mais disciplinar e mais previdenciária do que a que foi implantada, ou em todo caso projetada, pelos nazistas (Foucault, 2010, p. 218).

No nazismo, o racismo de Estado estava entranhado em todo tecido social, “o poder de vida e de morte é dado não simplesmente ao Estado, mas a toda uma série de indivíduos, a uma quantidade considerável de pessoas” (Foucault, 2010, p. 218), ainda que, pela denúncia, o poder

de vida e morte fosse conferido até mesmo aos vizinhos, de modo “que permite efetivamente suprimir, ou fazer suprimirem, aquele que está a seu lado” (Foucault, 2010, p. 218).

Como foi a atuação da Eugenia no regime nazista? Como a raça e o racismo podem ser pensados no movimento alemão sob o comando de Adolf Hitler (1889-1945)?

A Eugenia nazista “está diretamente ligada à ascensão de Hitler ao poder, em 1933” (Diwan, 2007, p. 63) e pode ser considerada uma das vias práticas em que o racismo de Estado, enquanto lente teórica, materializou-se no mundo contemporâneo. Formou-se uma ordenação eugênica da sociedade “com o que ela podia comportar de extensão e intensificação dos micropoderes, [...] acompanhada pela exaltação onírica de um sangue superior; esta implicava, ao mesmo tempo, o genocídio sistemático dos outros e o risco de expor a si mesmo a um sacrifício total” (Foucault, 2020a, p. 162). A busca por uma raça pura, considerando estratégias políticas e propaganda pela Eugenia, pode ser interpretada no pensamento de Foucault que, na guerra das raças, a regeneração da raça pura ocorre na medida em que muitos da raça inferior morrem, purificando a raça superior vivente.

Entre 1939 e 1945, a Alemanha nazista utilizou a eliminação e esterilização dos indivíduos que eram considerados com características externas à raça ariana, prática conhecida como Eugenia negativa que foi implementada em diversos países. Inspirada em leis estadunidenses, as leis alemãs foram executadas em todo o território ocupado pelos alemães na época, incluindo os países europeus sob domínio germânico, “tirando a vida de milhões de pessoas de diferentes grupos étnicos e religiosos, adultos ou crianças, em nome da ‘pureza’ racial ariana” (Diwan, 2007, p. 50).

Nas suas análises sobre o biopoder, Foucault sempre esteve atento

a essa ordem para evidenciar que as **políticas [eugenistas,] higienistas e saneadoras** levam a população a louvar o espírito humanitário das intervenções políticas que visam a incentivá-la, protegê-la, estimular e administrar a sua vida, e a não perceber a contrapartida brutal dessa obsessão do poder estatal pelo cuidado purificador da vida (Sousa, 2012, p. 50, grifo nosso).

A Eugenia expressou-se em sua face mais letal e invasiva no nazismo alemão. Kühl (1994) assevera que cerca de um por cento da população alemã foi esterilizada, cerca de 400 mil pessoas. A união de procedimentos biopolíticos aliados à soberania e à disciplina fizeram do nazismo uma máquina de matar os considerados inferiores e inaptos de diversas maneiras. No pensamento eugenista alemão, a raça ariana precisava ser purificada, expurgando qualquer elemento que atrapalhasse o processo: judeus, maçons, testemunhas de Jeová, homossexuais,

ciganos, eslavos, poloneses, prisioneiros, oponentes ao regime nazista, degenerados<sup>10</sup>, deficientes físicos e mentais. Diwan (2007, p. 71) aponta que “além da solução final que executou mais de 6 milhões de judeus, [...] o nazismo, através da eugenia e do conhecimento científico, esterilizou e matou sob o argumento da raça centenas de milhares de pessoas ‘indesejáveis’ na Alemanha”.

Em consequência, não é simplesmente a destruição das outras raças que é o objetivo do regime nazista. A destruição das outras raças é uma das faces do projeto, sendo a outra face expor sua própria raça ao perigo absoluto e universal da morte. O risco de morrer, a exposição à destruição total, é um dos princípios inseridos entre os deveres fundamentais da obediência nazista, e entre os objetivos essenciais da política. É preciso que se chegue a um ponto tal que a população inteira seja exposta à morte. Apenas essa exposição universal de toda a população à morte poderá efetivamente constituir-la como raça superior e regenerá-la definitivamente perante as raças que tiverem sido totalmente exterminadas ou que serão definitivamente sujeitadas (Foucault, 2010, p. 218-219).

Foucault (2020a) considera a Eugenia como uma das grandes inovações da segunda metade do século XIX na tecnologia do sexo. Para o filósofo, “toda uma prática social, cuja forma ao mesmo tempo exagerada e coerente foi o racismo de Estado, deu a essa tecnologia do sexo um poder temível e longínquos efeitos” (Foucault, 2020a, p. 129).

Soler e colaboradores (2022, p. 188) explicam que “muito antes da emergência dos primeiros discursos eugenistas da biologia do século XIX, encontra-se um fluxo de discursividades que toma a forma de um regime de verdade em torno do qual circulam as práticas jurídicas associadas à biopolítica”. Curto (2009) contribui com a discussão ao apontar que, de certo modo, a vida já fazia parte dos interesses do governo, visto que o soberano lidava o tempo todo com a vida e a morte. A novidade para a biopolítica passou a residir na forma como essa vida integrou-se nos objetivos do governo, agora como o corpo-espécie da população. Desse modo, no racismo de Estado,

a morte passa a ser o limite, a fronteira, o ponto final do exercício do poder; o instante em que a vida pode escapar ao controle e à vigilância; o momento em que a vida não está mais sob as garras do poder. A morte, por ser o ponto de ruptura, o momento em que o poder cessa de se exercer sobre a vida, deve ser, portanto, evitada. A morte só pode ser usada em benefício da vida (Curto, 2009, p. 45).

---

<sup>10</sup> A teoria da degenerescência foi elaborada na França, em meados do século XIX, fundamentada na hereditariedade. “Muito cedo adotada pela medicina legal, ela teve efeitos consideráveis sobre as doutrinas e as práticas eugênicas e não deixou de influenciar toda uma literatura, toda uma criminologia e toda uma antropologia” (Foucault, 2010, p. 222). Para Munanga (2020), a degenerescência aplicada a um povo significa que essa população não tem mais o mesmo valor, o mesmo sangue, a mesma força de outrora, “cuja qualidade foi afetada por sucessivas alterações provocadas pelas mestiçagens” (Munanga, 2020, p. 49).

O filósofo camaronês Achille Mbembe (2016, p. 132) aponta que processos como o nazismo ampliaram uma série de “mecanismos que já existiam nas formações sociais e políticas da Europa ocidental [...] [tais como a] subjugação do corpo, regulamentações de saúde, darwinismo social, eugenia, teorias médico-legais sobre hereditariedade, degeneração e raça”.

Considerando que o racismo de Estado foi pensado por Foucault na Europa, como extrapolar esse pensamento para outros locais como a América Latina e, em particular, para o Brasil?

Mbembe ajuda nesse aspecto quando reflete a partir do pensamento e biopolítica de Michel Foucault por meio de um deslocamento da análise do eixo do poder para a época colonial do sistema escravista. O filósofo afirmou que o modelo colonial de escravidão realizado em paralelo com o sistema *plantation* foi o primeiro processo biopolítico que operou no Ocidente, surgindo então o conceito de necropolítica como um outro olhar da biopolítica, dessa vez, sendo pensado como o “Fazer morrer”. Fazer morrer alguns em detrimento de outros. O necropoder surgiu como o poder da necropolítica:

qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica. Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema de colonização e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção (Mbembe, 2016, p. 130).

Fátima Lima (2018) defende o uso do termo bionecropolítica como um acoplamento “entre os diagramas de poder – soberania-disciplina-biopoder-biopolítica-necropolítica” (Lima, 2018, p. 22). A noção de bionecropolítica pode ser convocada para pensar o genocídio vivido pela população negra na contemporaneidade com todas as questões e reverberações possíveis atravessadas pela raça, bem como o contexto brasileiro do mito da democracia racial e do racismo à brasileira (Lima, 2018).

Já Berenice Bento (2018) prefere tratar de uma necrobiopolítica. Ela considera que o biopoder e o necropoder são indissociáveis para pensar a relação do Estado com grupamentos humanos que o habitam e define o necrobiopoder como sendo “um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver” (Bento, 2018, p. 07). A autora defende que o termo deve ser chamado de necrobiopoder e não de bionecropoder, visto que, por meio do deslocamento proposto por Mbembe (2016), percebe-se que

foram a pilhagem e o genocídio que antecederam aquilo que hoje se pode chamar, de forma limitada, a meu ver, de “biopoder” – conceito que temos utilizado em nossos

estudos sobre violência de Estado sem o devido cuidado com as condições históricas que definem uma cultura política baseada na eliminação do Outro (Bento, 2018, p. 04).

Ao problematizar sobre o racismo de Estado na necropolítica, Mbembe (2016) cita Foucault ao afirmar que,

com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer” (Mbembe, 2016, p. 128).

De que tipo de colonização Mbembe trata em suas obras? Como o sistema colonial pode ser entendido enquanto ponto focal na análise do poder? Quais as reverberações do sistema colonial para a raça e o racismo de Estado?

A colonização é citada por Silva e Silva (2015) como uma categoria histórica que se refere a diferentes sociedades ao longo da História das civilizações humanas. “*Colonizar* está intimamente associado a *cultivar* e *ocupar* uma área nova, instalando nela uma cultura preexistente em outro espaço” (Silva; Silva, 2015, p. 67, grifos das autoras). Os sistemas coloniais que Mbembe refere em suas obras são os que envolvem, principalmente, o continente africano, o primeiro modelo, chamado de colonização moderna, é justamente o que culminou com a escravidão moderna no Ocidente de africanos a partir do século XV por parte dos europeus, pioneiramente, portugueses. O segundo regime colonial é chamado de colonização tardo-moderna por Mbembe (2016), diz respeito às práticas coloniais dos séculos XIX e XX, também chamado de neocolonialismo ou imperialismo pelos historiadores. O filósofo camaronês ainda cita um outro tipo de colonialismo tardo-moderno que ele refere como contemporâneo, como a questão Palestina.

Para Mbembe, o sistema colonial trouxe consigo uma escala de violência jamais vista na humanidade. As colônias são zonas permanentes de guerra e desordem, o processo de escravização dentro da colonização causa uma tripla perda aos escravizados: “perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político” (Mbembe, 2016, p. 131). A raça passa a ser um elemento importante no processo colonial para entender como o biopoder opera no mundo colonial.

Mbembe (2016, p. 137) ainda aponta que a concatenação dos poderes disciplinar, biopolítico e necropolítico possibilita “ao poder colonial [uma] dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado”, cujo auge foi realizado com o holocausto, experimentos médicos e práticas eugenistas na Segunda Guerra Mundial. Sobre o uso do mecanismo de poder no mundo colonial, Foucault assinala que

nunca se deve esquecer que a colonização, com suas técnicas e suas armas políticas e jurídicas, transportou, claro, modelos europeus para outros continentes, mas que ela também teve numerosas repercussões sobre os mecanismos de poder no Ocidente, sobre os aparelhos, instituições e técnicas de poder. Houve toda uma série de modelos coloniais que foram trazidos para o Ocidente e que fez com que o Ocidente pudesse praticar também em si mesmo algo como uma colonização, um colonialismo interno (Foucault, 2010, p. 86).

Violência, terror, morte e liberdade estão constantemente entrelaçados no contexto colonial, tanto no processo colonial a partir do século XV na América com uso de mão de obra escravizada da África (e ameríndios em menor número), quanto da intensificação do processo de colonização e imperialismo na África a partir do século XIX, que culminou na repartição da quase totalidade dos territórios africanos entre as nações europeias com a Conferência de Berlim/Partilha da África.

Todo esse processo colonial, sobretudo, no imperialismo do século XIX, trazia consigo uma suposta missão civilizatória dos povos europeus, considerados superiores, em territórios considerados atrasados e inferiores, ou seja, eles possuíam a atribuição de levar civilização aos povos pelo planeta, sobretudo em África e na Ásia. Os europeus arcaram “com um fardo de vanguarda de civilização; cabia-lhes uma missão regeneradora e civilizadora, a responsabilidade enfim pelos destinos do resto do mundo” (Dias, 1974, p. 110).

O mito do fardo do homem branco surgiu a partir do poema *O Fardo do Homem Branco* (*The White Man's Burden*) em 1899 do poeta Rudyard Kipling (1865-1936). Cabia aos europeus o árduo sacrifício de levar o cristianismo, a Educação, a alimentação adequada e outras benesses e práticas às civilizações atrasadas. As teorias raciais e seus desdobramentos políticos, como a Eugenia e o Darwinismo social, que já existiam pontualmente, ganharam força na Europa com esse terreno fértil, aliados com as ideias do fardo do homem branco e de sua superioridade, expandindo-se para outros continentes.

O imperialismo, portanto, deu substância e vida às teorias raciais, que decerto já existiam antes da colonização, formatando um imaginário coletivo de ampla ressonância. O mito da superioridade do homem branco e a violência epistemológica do racismo permeavam a mentalidade colonial, justificando a expansão dos países ocidentais e a submissão dos povos ditos inferiores (Reis Filho, 2017, p. 21).

Todo esse contexto histórico colocou a raça e o racismo em evidência no meio científico e intelectual. Para Foucault, foi nesse contexto, que a teoria da guerra das raças passou por duas transcrições. A primeira transcrição é biológica e traz a luta permanente entre as raças:

de um lado, uma transcrição francamente biológica, aquela que se opera, aliás, bem antes de Darwin, e que copia seu discurso, com todos os seus elementos, seus conceitos, seu vocabulário, de uma anatomofisiologia materialista. Ela vai se apoiar igualmente numa filologia, e será o nascimento da teoria das raças no sentido histórico-biológico do termo. É uma teoria [...] no século XVII, que vai se articular,

de um lado, com base nos movimentos das nacionalidades na Europa e na luta das nacionalidades contra os grandes aparelhos de Estado [...]; e vocês a verão também articular-se a partir da política de colonização europeia (Foucault, 2010, p. 51).

Já a segunda transcrição “vai se operar a partir do grande tema e da teoria da guerra social, que se desenvolve já nos primeiros anos do século XIX e que vai tender a apagar todos os vestígios do conflito da raça para definir-se como uma luta de classe” (Foucault, 2010, p. 51).

Entre o final do século XIX e o início do século XX, ocorreu na Europa uma época que ficou conhecida como *Belle Époque*, que significa em português “Bela Época” em tradução livre. O período compreendido entre 1871, com o final da Guerra Franco-Prussiana, e 1914, quando teve início a Primeira Guerra Mundial, contou com grande efervescência política, econômica, cultural e científica em todo continente. Os avanços tecnológicos e científicos estavam em todas as áreas, como eventos, exposições e congressos que se multiplicavam e a população desfrutava dos benefícios e avanços em todos os campos. “Desde a segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, como um fenômeno internacional, os Congressos e Exposições Científicas ocorrem com uma frequência crescente num processo em que envolve também o Brasil” (Kuhlmann Júnior, 2010, p. 179).

No período, diversos congressos e outros eventos nacionais e internacionais ocorreram em áreas como Medicina, Direito e Educação. Nesses congressos,

apontava-se para a perspectiva da organização do Estado moderno e configuravam-se representações modelares da sociedade urbanizada e suas instituições. A infância e os cuidados médicos, assistenciais e educacionais dirigidos a ela aparecem como um dos importantes temas que transborda por todas as áreas e que passa a situar a educação - pelo que é e deixa de ser, pelo que significa e produz - como um fator importante para a estruturação da sociedade ‘moderna’ (Kuhlmann Júnior, 2010, p. 186).

Descobertas e avanços na Biologia e Medicina, como a hereditariedade e a evolução, reverberavam no meio intelectual e novas ciências humanas surgiam ou aumentavam seu alcance, passando a ganhar protagonismo científico como a Antropologia criminal, Darwinismo social, Frenologia e Eugenia. A Antropologia criminal contou com importantes eventos do período, iniciando com o I Congresso Internacional de Antropologia Criminal em Roma (1885). Outros eventos que dialogam com a raça também ocorreram, como o Congresso Universal das Raças em Londres (1911) e o I Congresso Internacional de Eugenia em Londres (1912). Essas doutrinas raciais buscavam atuar em diversas frentes da vida social, agindo sobre indivíduos e coletividades por intermédio de estratégias que buscavam conduzir condutas para a subjetivação e produção de alguma verdade.

Conforme Foucault (2010), toda essa guerra das raças proposta pelo racismo de Estado era travada em “defesa de uma sociedade eugenista sustentada pelo confronto e extermínio sistemático daqueles que são considerados descartáveis pela máquina do Estado e do Capital” (Soler *et al.*, 2022, p. 188). O racismo de Estado, neste sentido, atua como protagonista em prol desse objetivo.

Com base em toda essa análise, pode-se refletir que “a raça ofereceu aos Estados-nação o elemento naturalizador, o laço de união biológica e consanguínea que garantiam a homogeneidade do corpo-espécie da população” (Hillesheim; Silva, 2018, p. 419). Desse modo, a raça, ao entrar na racionalidade do Estado, pode ser considerada como um dos principais elementos que ajudou na construção da biopolítica no século XIX, ou seja, a formação dos Estados modernos está completamente atravessada pelo racismo.

Diante de toda essa análise sobre o racismo de Estado, pode-se inferir que não há nada que escape à raça e que a formação de seu conceito é indissociável à formação dos Estados-nação. Assim, a partir do entendimento da raça como status científico na modernidade, é necessário fazer uma digressão para entender a formação do conceito de raça, da Eugenia como operacionalização do racismo de Estado enquanto biopolítica, bem como do racismo científico e teorias/doutrinas raciais na humanidade. A próxima seção será dedicada a esta digressão.

#### **2.4 Formação dos conceitos de raça, racismo científico e Eugenia**

Os principais dicionários da língua portuguesa indicam a discussão do termo raça dividida entre os campos sociológico e biológico. O dicionário *Aurélio* relata a informação que diversos autores propuseram a classificação da humanidade em três grandes raças: branca, negra e amarela, mas também afirma que, como conceito antropológico, sofreu fortes críticas, “pois a diversidade genética da humanidade parece apresentar-se num contínuo, e não com uma distribuição em grupos isoláveis, e as explicações que recorrem à noção de raça não respondem satisfatoriamente às questões colocadas pelas variações culturais” (Ferreira, 2010, p. 1767). Já o dicionário *Houaiss* chama de “arbitrária” a divisão de raças humanas e entra na discussão ao apontar que “etnologicamente, a noção de raça é rejeitada por se considerar a proximidade cultural de maior relevância do que o fator racial” (Houaiss; Villar, 2009, p. 1602), e complementa que a “coletividade de indivíduos que se diferencia por sua especificidade sociocultural, [é] refletida principalmente na língua, religião e costumes” (Houaiss; Villar, 2009, p. 1602).

O termo raça vem do latim *ratio*, que significa categoria ou espécie. Ao ser utilizada, inicialmente, ao referir-se a populações e grupos distintos, a raça propôs hierarquizações apoiadas em supostas linhagens biológicas, suas descendências, castas e características físicas e territoriais (Todorov, 1993). Hofbauer (2006) acrescenta que o termo latino é originado da palavra em árabe *Ra's* que significa cabeça ou chefe do clã. “*Ra's* não apenas indicava a ascendência de um indivíduo, mas também determinava seus papéis sociais” (Hofbauer, 2006, p. 100, grifo do autor). Nos últimos séculos da Idade Média, nobres portugueses e espanhóis passaram a recorrer “ao termo raça (*raza*) para - de forma semelhante ao uso árabe-beduíno - destacar sua origem, sua descendência” (Hofbauer, 2006, p. 100, grifo do autor), ou seja, a origem do termo raça não tem relação com tipos humanos ou características fenotípicas. Ao longo dos séculos, houve uma reconfiguração no sentido do termo.

Nesse período, ser de uma boa raça significava ser de uma boa família não se referindo a um grupo étnico ou racial no sentido moderno do termo. Até o século XVI, o sentido de raça estava restrito ao caso de alguns animais, como cavalos, ou para destacar a linhagem pura de nobres e bispos. No início do século XVII, “o conceito de raça já não se limita apenas à realeza e aos bispos, mas inclui também soldados corajosos, leigos e ‘profissionais legais’. [Ou seja,] a boa descendência não é mais suficiente para que alguém possa ser considerado ‘de raça’” (Hofbauer, 2006, p. 100). Percebe-se, então, que aos poucos o termo raça vai abrindo sua abrangência a grupos cada vez maiores, saindo dos limites da elite política e religiosa.

A raça é um conceito sociológico, em que pese tenha sido, inicialmente, idealizada pela intelectualidade como um conceito biológico em um contexto em que as diferenças biológicas justificavam as desigualdades sociais. O conceito de raça foi reconfigurado de maneira diferente a depender do contexto histórico, social, nacional e cultural em que foi concebido em diferentes locais, como uma espécie de Estatização do biológico, como cita Foucault (2010). Nos Estados Unidos, por exemplo, até hoje é válida a teoria da gota de sangue (*one drop laws*) que afirma que se a pessoa tiver qualquer ascendente pardo ou preto, ela é considerada negra, independente do fenótipo, como compara o sociólogo Oracy Nogueira (1917-1996), ao afirmar que, no Brasil, existe o preconceito racial de marca, enquanto, nos Estados Unidos, o que vale é o preconceito racial de origem, baseado no princípio de descendência:

enquanto nos Estados Unidos há uma linha de cor a separar os brancos dos não-brancos, no Brasil há uma zona intermediária, fluida, vaga, que flutua, até certo ponto, ao sabor do observador ou das circunstâncias. Enquanto nos Estados Unidos exclui-se da categoria “branco” todo indivíduo que se saiba ter ascendência não-branca, por mais remota e imperceptível que seja, no Brasil mesmo indivíduos com leves porém insofismável traços negróides são incorporados ao grupo branco, principalmente

quando portadores de atributos que implicam status médio ou elevado (riqueza, diploma de curso superior e outros) (Nogueira, 1985, p. 06).

Para chegar até as discussões de raça com as teorias raciais do século XIX, é preciso fazer uma digressão que remonta aos séculos XV e XVI, quando as discussões sobre a diversidade humana passaram a ganhar mais importância com as expansões mercantilistas europeias e o tráfico de escravizados. Esse movimento é importante visto que o processo civilizatório e colonizador imposto pelos europeus na América foi realizado a partir de elementos que, posteriormente, foram utilizados para compor o conceito de raça, que se deu pela separação dos povos em raças, hierarquizando-as, tendo a raça branca como a superior e a responsável por levar a civilização e os preceitos cristãos aos demais povos do planeta.

Foucault (2010) refere que, em nome da raça, as guerras são travadas, muitas vezes como guerras não bélicas, como guerras ideológicas ou racialistas. Para Foucault, a partir da raça, o racismo de Estado formou-se como um racismo biologizante e utilizou

toda uma política do povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes no nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida cotidiana, receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça (Foucault, 2020a, p. 162).

Segundo Quijano (2005), a ideia de raça foi inaugurada com a tomada da América e do desenvolvimento do capitalismo a partir de uma espécie de globalização da colonialidade de relações de poder. Para o autor, a raça “talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos” (Quijano, 2005, p. 117). Mbembe (2016, p. 132) faz uma análise da raça no tempo colonial e afirma que foi “nesses casos que a seleção de raças, a proibição de casamentos mistos, a esterilização forçada e até mesmo o extermínio dos povos vencidos foram inicialmente testados no mundo colonial”.

Entre os séculos XV e XVII, a percepção racial auxiliou na organização interna das nações, apontando os norteadores políticos e papéis sociais dos indivíduos. Eles foram os primeiros movimentos para o que veio a ser a noção de população entre os séculos XVIII e XIX, demonstrando a indissociabilidade entre população, raça e formação dos Estados-nação. A partir das grandes viagens e encontros entre os Estados nacionais, a questão da raça tornou-se aos poucos um aspecto essencial para a construção da cultura renascentista do Ocidente e dos modos de ver e medir o outro, ambos pautados em marcadores da diferença e do colonialismo.

De acordo com Silva (2015, p. 10), após a formação do conceito de população com a emergência da biopolítica, a raça tornou-se “fator ‘determinante’ na formação do ‘cimento constitutivo’ da ideia de nação, pois oferecia a possibilidade de naturalização do sentimento de pertencimento a uma coletividade nacional”. Para o autor, o conceito de povo ganhou contornos de raça nacional a partir do princípio “Um Estado, Uma nação”.

Para continuar o debate sobre a constituição da raça, é necessário voltar aos principais teóricos e pensadores intelectuais sobre a constituição das raças humanas no Ocidente. Hofbauer (2006) cita que o médico François Bernier (1625-1688) foi o primeiro pensador a dividir os seres humanos em quatro ou cinco espécies de raças de homens. Segundo ele, eram os costumes que ordenaram essa divisão, visto que “as diferenças entre elas seriam tão notáveis (facilmente detectáveis para qualquer viajante) que permitiriam uma nova divisão do mundo diferente da usual segundo regiões geográficas” (Hofbauer, 2006, p. 103-104).

O termo raça ampliou seu significado no século XVIII com a obra do sueco Carl Von Linné (1701-1778), que, em 1758, foi o primeiro a propor uma classificação propriamente dita da espécie humana em raças, dividindo-a em seis tipos de acordo com a geografia continental e com um esquema de cores: o homem selvagem, o americano, o asiático, o europeu, o africano e o monstro. Linné também fez a “primeira tentativa de relacionar atributos anatômicos com comportamentos morais” (Silva, 2015, p. 10). O cientista é considerado o pai da taxonomia. Seus estudos sobre o assunto foram exaustivamente analisados por Foucault (1999) e sua análise filosófica foi publicada originalmente no livro *As palavras e as coisas* em 1966.

Lineu subdivide o grupo *homo* em quatro categorias, juntando-lhe ainda dois grupos misteriosos (pouco definidos pelo autor), denominados *ferus* e *monstrosus*: (1) *Europaeus albus*: engenhoso, inventivo; branco, sanguíneo. É governado por leis. (2) *Americanus rufus*: contente com sua sorte, amante da liberdade; moreno irascível. É governado pelos costumes. (3) *Asiaticus luridus*: orgulhoso, avaro; amarelado, melancólico. É governado por opinião. (4) *Afer niger*: astuto, preguiçoso, negligente, negro, fleumático. É governado pela vontade arbitrária de seus senhores; o quinto grupo, chamado de *ferus* (*homo feras*), é caracterizado como quadrúpede, mudo e cabeludo; e o sexto (*monstrosus*) refere-se a supostos homens gigantes e anões (Poliakov, 1987, p. 183 *apud* Hofbauer, 2006, p. 104).

O naturalista francês Georges Cuvier (1769-1832) fez diversas pesquisas sobre anatomia comparada dos animais e publicou as bases de um sistema de classificação animal. Para ele, as partes anatômicas possuíam atribuições específicas e relacionadas. Seus estudos tiveram grande serventia, por exemplo, para a Paleontologia. No que se refere às raças humanas, ele manteve-se como monogenista e defendia que existiam três raças humanas: branca, amarela e negra. Apesar de defender um ancestral comum dos seres humanos, seus trabalhos forneceram ferramentas para os poligenistas (De Luca, 1999). Conforme Foucault (1999, p. 281) “sem

dúvida, na época de Cuvier não existe ainda história do ser vivo, como a que descreverá o Evolucionismo; mas o ser vivo é pensado, logo de início, com as condições que lhe permitem ter uma história”. As considerações de Cuvier foram fundamentais para a noção científica de raça, “entendida como um conjunto de diferenças hereditárias, o que equivale dizer permanentes, que separariam as várias espécies de homens” (De Luca, 1999, p. 137).

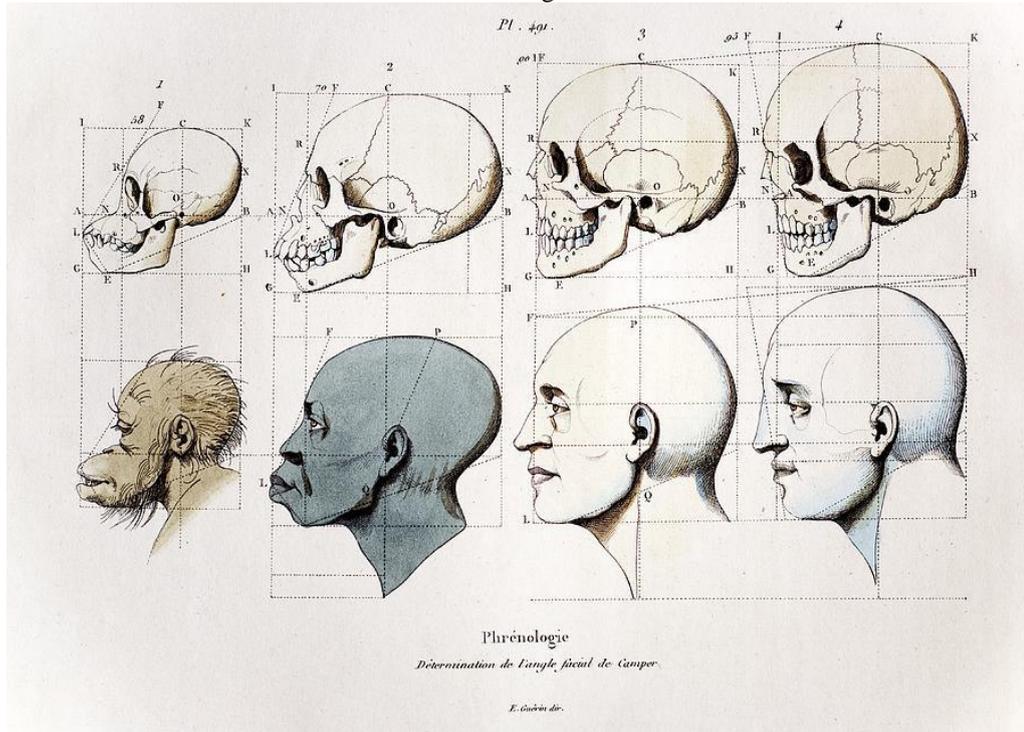
O monogenista francês Georges-Louis Leclerc (1707-1778), conhecido como conde de Buffon, acreditava que as raças humanas surgiram por degeneração ocasionada por fatores ambientais/climáticos, má alimentação e costumes diversos. Para ele, a degeneração poderia ser revertida, caso houvesse um controle dos fatores degeneracionistas, levando todas as raças a serem caucasianas. A raça original e superior, portanto, era branca. Os brancos da Europa setentrional eram o ápice da hierarquia das raças. Para Buffon, nas palavras de Tânia de Luca (1999, p. 134), eles eram “povos dotados de perfeição, beleza e civilização”. Todos os outros povos tinham alguma degeneração. Seus estudos sobre fauna e flora constantemente eram deslocados para comparação com as raças humanas. A América, por exemplo, era “considerada pelo autor um continente imaturo e, portanto, incapaz de gestar seres de porte avantajado, zologicamente *superiores* aos répteis e insetos que pululavam por aqui, também foi estendida para os habitantes” (De Luca, 1999, p. 135, grifo da autora). Neste sentido, “Buffon atribuía ao negro o estágio menos evoluído, cabendo ao branco não só a superioridade biológica, mas também civilizatória” (Silva, 2015, p. 10-11).

Na óptica de Buffon e de outros pensadores do século XVIII, a “questão do negro” aparecia inserida numa concepção do mundo já, até certo ponto naturalizada, embora ainda permeada por imagens e valores cristãos. O “branco” já não se referia exclusivamente ao ideal religioso, mas ligava-se cada vez mais a certas áreas geográficas e climáticas que permitiam o florescimento da expressão máxima do ser humano, pensado como filho de Deus. “Ser negro” era um “estado accidental” e potencialmente “reversível”. “Branquear-se” era fundamentalmente uma questão de tempo; dependia de condições climáticas favoráveis e talvez ainda de formas de sociabilidade adequadas. Tudo indicava que os “cruzamentos” com “raças mais claras” acelerariam ainda mais esse processo (Hofbauer, 2006, p. 112).

O holandês Petrus Camper (1722-1789) foi o precursor da antropometria. Enquadrado como monogenista, ele mediu o ângulo facial em símios (macacos), negros, chineses e brancos e elaborou uma escala que ia do mínimo ao máximo de curvatura. O ângulo era formado por duas linhas, uma horizontal da narina até a orelha e a outra perpendicular da parte avançada do maxilar superior até a parte mais proeminente da testa (figura 01). Em seus estudos, ele chegou à conclusão de que as estátuas greco-romanas antigas tinham ângulos próximos a 100 graus, seguidos dos europeus com 90 graus, orientais com 80, africanos com 70 e orangotangos com 58 graus. Desse modo, concluiu que, de todas as raças humanas, os africanos eram os mais

afastados do senso clássico de beleza. Esses pressupostos foram utilizados pelo racismo científico no final do século XVIII e no século XIX e alimentaram as ideias de medição eugênica com base em dogmas racistas preconcebidos. A Antropologia “nascia, já marcada por juízos e inferências de valor, a antropometria, que se afirmaria no decorrer do século XIX como uma importante especialidade do saber médico” (De Luca, 1999, p. 138).

**Figura 01:** Os estudos sobre ângulo facial de Camper deram subsídios para algumas ciências, como a Frenologia.



**Fonte:** Guérin-Menéville, 1838, p. 408.

O resgate intelectual de pensadores clássicos da Grécia, a Revolução Francesa (1789-1799) e o fortalecimento de ideais iluministas reconduziram as teorizações em torno da raça no século XVIII. Depois de um processo de naturalização das diferenças, esse período potencializou a categorização moral de grupos julgados como impuros, bárbaros ou selvagens, além da ordenação de diferentes raças a partir de características físicas ou fenotípicas, inclusive, a cor da pele. Esse processo posicionou os seres humanos aos poucos, principalmente, as populações sistematicamente inferiorizadas, como objetos da ciência, ancoradas, principalmente, nas pesquisas sobre heranças físicas de Cuvier.

O alemão monogenista Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840) propôs uma classificação racial humana, baseada nos princípios de Linné, em cinco principais raças humanas distribuídas em todos os continentes: caucasóide, mongolóide, etiópica, americana e malaia. Para ele, os caucasóides formavam o grupo que englobava os nativos da Europa, Índia,

norte da África e Oriente Médio. Os tipos humanos perfeitos eram encontrados nas montanhas do Cáucaso e, por isso, deram nome ao grupo. Para Blumenbach, as raças humanas eram entidades fixas, praticamente espécies diferentes.

O filósofo alemão, Immanuel Kant (1724-1804), abordou sobre a raça humana em dois textos. Para ele, os seres vivos continham, em seu interior, uma espécie de “germe” que se desenvolveria a partir de fatores externos e ambientais, permitindo seu desenvolvimento, fixação e tornando tais características em fixas e irreversíveis. Em conformidade com Kant, o negro e o branco já estavam fixados em suas raças, uma vez que “os germes tomaram forma e tornaram-se características constitutivas de um povo, devido a um longo processo de adaptação às condições climáticas (geográficas), todos os outros serão eliminados, apagados, anulados. O caráter racial tornou-se agora indelével” (Hofbauer, 2006, p. 122).

No século XIX, os cientistas estavam mais conscientes da necessidade de objetividade e da importância de utilizar características e medidas físicas reais para estudar e classificar animais e humanos. No entanto, as comparações culturais e os preconceitos ainda faziam parte de alguns esquemas de classificação, normalmente elevando o estatuto dos europeus e rebaixando outros grupos à posição de povos primitivos. O século XIX destaca-se como um período em que os intelectuais debruçaram-se com afinco para diferenciar os tipos humanos a partir de uma perspectiva biológica. Nos Estados Unidos,

Josiah C. Nott, George R. Gliddon e Samuel Morton, nomes ilustres da antropologia americana e cujos trabalhos acabaram por fornecer argumentos para justificar racionalmente a escravidão negra, coletaram séries de crânios humanos, contemporâneos e antigos, com intuito de estudá-los comparativamente. O conjunto reunido por Morton, um dos mais importantes do mundo, permitiu-lhe publicar *Cranea Americana* (1839) e *Cranea Aegyptiaca* (1844), obras que não só apresentavam evidências à favor da origem múltipla da humanidade [poligenismo] e que influenciaram o naturalista Louis Agassiz, como também afirmavam a íntima solidariedade entre estrutura física e capacidade intelectual, caráter, valores e formas de comportamento (De Luca, 1999, p. 139, grifos da autora).

O antropólogo francês, Pierre-Paul Broca (1824-1880), retomou os estudos de Buffon juntamente com os preceitos de antropometria e foi o responsável pela criação de importantes instrumentos de medição: craniógrafo, craniômetro, estereógrafo e cefalógrafo. Tais equipamentos serviram para legitimar a superioridade do europeu. Assim, como um bom poligenista, ele “classificou diferentes tipos de cruzamentos inter-raciais, prevendo como consequência deles, juntamente com a fraqueza moral, física e intelectual, a esterilidade em diferentes graus” (El-Dine, 2010, p. 76). De um modo geral, os poligenistas condenavam a miscigenação a ponto de acreditarem que esse fenômeno colocaria em risco o futuro da humanidade.

O suíço radicado nos Estados Unidos, Louis Agassiz (1807-1873), era professor de zoologia em Harvard. Foi responsável por várias expedições científicas, uma delas ao Brasil em 1865-1866. Poligenista e antidarwinista, ele “acreditava que as raças humanas haviam surgido de maneira independente em oito pontos do globo” (De Luca, 1999, p. 140).

Já o francês monogenista, Arthur de Gobineau (1816-1882), conhecido como conde de Gobineau, se autodefinia como descendente de Odin (Deus nórdico) e defendia a superioridade da raça ariana como a única passível de levar civilização às demais. Por estarem mais próximos aos brancos, os mestiços seriam superiores aos negros, porém incontestavelmente inferiores à raça branca. Ele esteve em missão oficial no Brasil entre 1869-1870 e proferiu suas premonições sobre o decadente futuro da humanidade com a degeneração ocasionada pela hibridização (miscigenação) cravando em até quatro milênios a extinção dos humanos por causa desse fenômeno. O pessimismo de Gobineau

baseia-se nesse paradoxo racial civilizatório: quanto maior a “pulsão civilizatória” de uma raça, tanto mais ela tende a assimilar as outras. E, quanto mais absorve sangue estranho, mais enfraquece e decai. Dessa forma, ele explica também o surgimento e a decadência dos grandes reinos históricos, como o dos gregos e dos romanos (Horbauer, 2006, p. 126).

Na condição de cristão, Gobineau acreditava, nos escritos bíblicos e, portanto, que todas as raças humanas provinham de um único ancestral. Para justificar seus estudos e no que acreditava, ele argumentava que “uma catástrofe natural (dilúvio) teria feito com que surgissem as três raças fundamentais, portadoras de características essencialmente diferentes: os brancos, os amarelos e os negros” (Hofbauer, 2006, p. 126).

Diante do exposto, os cientistas estavam divididos em dois grandes grupos, de um lado, os monogenistas que acreditavam que toda a humanidade foi proveniente de um núcleo racial original. Teoria adotada pelos cristãos, que seguiam fielmente os ensinamentos bíblicos. De outro lado, estavam os poligenistas. Para eles, existiram vários centros de surgimento de grupamentos humanos pelo planeta, ou seja, os monogenistas acreditavam que grupos específicos descendiam de Adão e formariam uma unicidade ao conceito de humanidade com um ancestral comum. Já para os poligenistas, as diferenças raciais refletiam a diversidade de linhagens humanas, ou seja, as raças humanas tiveram ancestrais diferentes na evolução humana e, portanto, poderiam ser consideradas como espécies distintas do gênero *Homo*. Defensores de ambos os grupos tentavam justificar sua posição sempre que possível, como afirmou o médico poligenista Fróes da Fonseca (1890-1988), no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929:

*Nada*, absolutamente *nada*, constitue em sciencia, prova de que todas as raças humanas se tenham derivado de uma especie unica, em uma região unica. Ao

contrario, si em verdade não existe *prova* de origem multipla, existem pelo menos indícios abundantes e de ordem vária que tornam mais aceitável a idéia de uma origem multipla. Pelo menos esta hypothese explica, desde logo, grande numero de factos difficilmente consorciaveis com a idéa monogenista (Fonseca, 1929, p. 69-70, grifos do autor).

Charles Darwin resolveu parcialmente o debate entre monogenistas e poligenistas com a teoria da evolução e com a publicação, em 1859, do seu livro *Sobre a origem das espécies graças à seleção natural, ou a preservação de raças favorecidas na luta pela vida*, que ficou conhecido como *A origem das espécies e a seleção natural*. No entanto, expressões como “sobrevivência do mais apto”, “adaptação”, “eliminação dos mais fracos e incapazes” e “luta pela sobrevivência” escaparam do campo evolucionista das ciências naturais e ganharam espaço em outras áreas do conhecimento, como nas ciências humanas e sociais, o que levou mais adiante ao que ficou conhecido como o Darwinismo social, que teve Herbert Spencer (1820-1903) como maior expoente (Schwarcz, 1993). Foi nesse contexto que a Biologia ocidental inventou o conceito de raça: “a partir dos anos 1870, vários Estados nacionais passaram a adotar práticas que visavam ‘racializar’ as relações sociais, controlando grupos considerados inferiores” (Schwarcz, 2024, p. 238).

Os poligenistas, apesar de terem que reconhecer a existência de um ancestral comum “reestruturaram seus argumentos no interior do novo paradigma e, ancorados no princípio da seleção natural, divisaram a possibilidade de diferenciações profundas a ponto de originar várias espécies de homens” (De Luca, 1999, p. 148-149). Eles passaram a argumentar que as espécies humanas tinham se separado evolutivamente a tempo suficiente de terem formado heranças e aptidões diversas, ou seja, existia a novidade de que, tanto monogenistas, quanto poligenistas “assumiram o modelo evolucionista como atribuíram ao conceito de raça uma conotação bastante original, que escapa da biologia para adentrar questões de cunho político e cultural” (Schwarcz, 1993, p. 72).

A reorganização e a confusão dessas diversas classificações ocorreram repetidamente ao longo do século XIX. Durante esse período, os trabalhos de Darwin e Mendel<sup>11</sup> começaram a influenciar significativamente a Antropologia, à medida que as ciências da Evolução e da Genética ganhavam atenção e aceitação. Gradualmente, tornou-se óbvio que a variação humana não se baseava em genes diferentes, mas em frequências variadas dos mesmos genes partilhados por todas as populações humanas. Nenhum sistema de classificação que separasse os humanos

---

<sup>11</sup> As anotações dos experimentos do monge austríaco Gregor Mendel sobre o arranjo e a recombinação de caracteres hereditários em ervilhas foram redescobertas por um grupo de cientistas no início do século XX, que utilizou como suporte para compreender os fundamentos da hereditariedade moderna. Tais princípios foram usados para entender os processos de mestiçagem da população brasileira por alguns cientistas.

em espécies distintas, ou mesmo subespécies, poderia sustentar-se à luz dessas ciências.

O século XIX foi marcante para o crescimento industrial na Inglaterra, acompanhado de uma explosão demográfica nas cidades, que trouxe consigo os problemas da urbanização como a superlotação de bairros operários, a proliferação de doenças e epidemias ocasionadas também pela falta de infraestrutura sanitária acentuando a miséria, a insalubridade e a tensão social. A elite intelectual preocupava-se tanto com a proliferação das doenças quanto com os ideais insurrecionais que despontavam no cenário social. Dessa forma, ciência, progresso, Biologia e teorias/doutrinas raciais combinavam-se a partir de interesses sociais bem específicos, trazendo o prenúncio biológico e hereditário da raça para as desigualdades sociais explícitas. Essas ideologias europeias foram se consolidando pelo próprio continente e, aos poucos, disseminadas por todo o Ocidente. No bojo dessas difusões científicas, a raça era criada e o racismo era cada vez mais consolidado no tecido social.

O mesmo pensamento que separava os animais em espécies também passou a separar o homem em raças. Como o cruzamento entre espécies diferentes era considerado como um fator negativo pela Biologia, seria igualmente degenerativo o cruzamento entre os tipos humanos. “As raças humanas, enquanto ‘espécies diversas’, deveriam ver na hibridação um fenômeno a ser evitado” (Schwarcz, 1993, p. 57).

Os teóricos da raça ao longo dos séculos XVIII e XIX consideraram entre três e mais de 30 raças humanas com base em características raciais como cor da pele e dos olhos, aspecto do cabelo, formato do nariz, lábios e cabeça. Sobre toda essa divisão da espécie humana em raças, Foucault (2010, p. 214) reflete que

no contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros.

Foi nessa conjuntura que “o conceito de raça ganhou posição de destaque nas discussões sociológicas no século XIX. Acreditava-se que as diferenças entre as sociedades eram reflexo das diferenças naturais, ou seja, para cada raça uma cultura” (Sá; Coelho; Mendes, 2022, p. 121). Essa noção evolucionista eurocentrada definiu uma hierarquia entre os povos

que coloca no topo da escala, como classe modelar, como objetivo a ser atingido, o povo europeu. Esse fato justificaria a supremacia da Europa em relação aos demais povos do globo. Diferenças culturais passíveis de serem lidas por meio de diferenças expressas no corpo - como a cor da pele - eram vistas como etapas rumo ao progresso das sociedades mais adiantadas: as sociedades europeias (Salaini, 2012, p. 102).

Essas hierarquias raciais foram postuladas

pelo denominado racismo científico e serviram de base para as teses que visavam relacionar a criminalidade com a hereditariedade, ou melhor, com a degeneração das raças inferiores inferiores, sobretudo as mestiças, cujo atavismo e impulsos primitivos seriam causadores dos comportamentos antissociais e anacrônicos em relação à civilização (Hillesheim; Silva, 2018, p. 418).

Diversas outras ciências e teorias foram sendo desenvolvidas e desdobradas ao longo dos anos para tentar explicar uma possível hierarquia entre as raças humanas, cada uma com seus fundadores/defensores, geralmente, cientistas respeitados no meio intelectual, como, por exemplo: Frenologia<sup>12</sup> defendida por Franz Joseph Gall (1758-1828) na França (Macedo, 2016); Antropologia Criminal liderada por Cesare Lombroso (1835-1909) na Itália (Darmon, 1991) e Eugenia idealizada por Francis Galton (1822-1911) na Inglaterra (Diwan, 2007; Souza, 2019; Stepan, 2005).

Para Hobsbawm (2000, p. 370), a separação e categorização de raças levou à criação das raças consideradas inferiores, porque “representavam um estágio anterior a evolução biológica ou da evolução sócio-cultural, ou então de ambas”, ou seja, existia toda uma hierarquização da evolução das raças, com o branco europeu no topo dessa cadeia evolutiva. Para a intelectualidade, a inferioridade era comprovada, pois a raça superior era dotada de tecnologia mais avançada, era militarmente mais poderosa, mais rica, e claro, portanto, mais bem sucedida nos caminhos da humanidade.

As discussões sobre raça estavam tão efervescentes, que, no início do século XX, em 1911, ocorreu o *Congresso Universal das Raças* que contou com a presença de personalidades de mais de 50 países da Europa, América, África e Ásia, dentre eles, os brasileiros médicos e antropólogos João Batista de Lacerda (1846-1915) e Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), ambos ligados ao Museu Nacional, representantes do único país latino-americano presente no evento. O foco principal do congresso foi a pacificação entre diversas nações em um contexto histórico marcado por tensões pela expansão imperialista, sobretudo, na África e na Ásia. A Antropologia com foco racial também foi amplamente discutida e muitos defenderam a existência da preservação de barreiras raciais na Europa. Uma segunda edição do congresso estava prevista para 1915, mas não ocorreu por causa da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), na época chamada de Grande Guerra.

Os geneticistas da atualidade não reconhecem qualquer caráter científico para o conceito de raça biológica humana. Tanto a Genética clássica quanto o *Projeto Genoma Humano* não reconhecem especulação sobre a distinção dos seres humanos em categorias biologicamente

---

<sup>12</sup> A Frenologia foi uma ciência desdobrada a partir da craniologia, que contou com as técnicas estudadas e desenvolvidas por diversos cientistas envolvidos, como Camper, Gall, Broca, entre outros (Gould, 2014).

fundamentadas. Entretanto, a ideia de raça permanece ativa na atmosfera intelectual o que acontece em virtude de discussões e formas histórico-sociais de desigualdade e discriminação, tendo, como elemento de referência, os aspectos da Biologia e Saúde humanas. O sociólogo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, a partir de constatações historicamente biológicas, cunhou o termo raça social na contemporaneidade. Ele descreveu que raça não é um dado biológico, mas “construtos sociais, formas de identidade baseadas numa idéia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios” (Guimarães, 1999, p. 153).

A Eugenia foi a forma em que a raça instrumentalizou-se enquanto biopolítica a partir do final do século XIX. Silva (2014, p. 904) aponta que a ciência eugênica trata da “espécie humana, considerada na sua diversidade racial. Será o saber da intervenção, inflexão sobre os desejados e indesejados, os eugênicos e disgênicos, os (bio)anormais, os que merecem ou não viver/procriar”. Isto posto, é necessário entender para esta tese: O que foi a Eugenia? Como ela foi pensada no final do século XIX e como foi efetivada no Ocidente nas primeiras décadas do século XX? Quais as nações que tiveram a Eugenia como política de Estado? Como a Eugenia dialoga com o racismo de Estado?

Muito popular no meio científico e na elite social na primeira metade do século XX, a Eugenia pretendia o melhoramento humano por intermédio da pureza racial, sendo que os preconceitos sociais e raciais imperavam e moldavam o domínio biológico em prol do progresso nacional, atuando entre defensores de medidas reformistas sanitárias e educacionais até propostas radicais de aprimoramento do perfil racial pela segregação e esterilização dos indivíduos considerados inaptos.

Para Diwan (2007), o objetivo da Eugenia era implantar um método de seleção humana baseado em premissas biológicas que se daria por meio da ciência de modo a purificar a raça, aperfeiçoar o homem e evoluir a cada geração, fazendo os homens cada vez mais saudáveis, fortes e belos. Souza (2019) complementa que a Eugenia, além de fomentar as discussões sobre raça, gênero, matrimônio, imigração e a formação das identidades nacionais, também apresentou “noções cientificamente fundamentadas que procuravam justificar as diferenças entre os indivíduos biologicamente ‘superiores’ e ‘inferiores’, entre os ‘aptos’ e ‘inaptos’” (Souza, 2019, p. 33).

Já a historiadora Nancy Stepan (2005) cita a Eugenia como um movimento científico e social que representava as possíveis aplicações sociais do conhecimento da hereditariedade para obter uma melhor reprodução por intermédio da pureza racial de determinados grupos. Associada ao Darwinismo e Mendelismo sociais, a Eugenia foi “um programa social que

privilegia o controle direto da reprodução humana em lugar de métodos indiretos de melhoramento humano” (Stepan, 2005, p. 39). A autora ainda refere que a Eugenia promoveu uma grande discussão sobre projetos sociais que mobilizaram a sociedade e autoridades políticas como um todo.

Como ciência [e movimento científico], a eugenia se baseou nos entendimentos supostamente novos das leis da hereditariedade humana [e nos fundamentos da genética]. Como movimento social, envolveu propostas que permitiriam à sociedade assegurar a constante melhoria de sua composição hereditária encorajando indivíduos e grupos ‘adequados’ a se reproduzirem e, talvez mais importante, desencorajando ou evitando que os ‘inadequados’ transmitissem suas inadequações às gerações futuras (Stepan, 2005, p. 09).

A Eugenia foi nomeada e idealizada em 1883 pelo inglês Francis Galton, primo<sup>13</sup> do naturalista Charles Darwin. Ele dedicou, inicialmente, seus estudos a diversas áreas como Antropologia física, Meteorologia, Matemática e Estatística. Na segunda metade do século XIX, Galton desenvolveu pesquisas na área de hereditariedade humana, aplicando conhecimentos que vinham sendo estudados por outros cientistas para verificar a transmissão das características humanas por intermédio das gerações.

Após a publicação, em 1859, do livro de seu primo Darwin sobre a teoria da evolução, Galton inspirou-se e passou a debruçar-se nos estudos e pesquisas sobre a variedade hereditária, na reprodução doméstica e sobrevivência dos mais aptos, passando a construir os arcabouços ideológicos científicos do melhoramento humano em prol do aperfeiçoamento da raça humana por meio de cruzamentos seletivos. Desse modo, os mais aptos ou superiores, dotados de qualidades inatas, deveriam reproduzir-se, e os inaptos, identificados como degenerados ou inferiores, deveriam ser desencorajados a reproduzirem-se aos poucos em prol do aprimoramento progressivo da raça humana, sendo legitimado pela ciência e elevando o valor biológico e racial da sociedade (Bonfim, 2017; Diwan, 2007; Schwarcz, 1993; Stepan, 2005). Assim, “o desenvolvimento de métodos estatísticos, antropométricos e testes de inteligência ocuparam, nesse sentido, as preocupações do pai da eugenia” (Bonfim, 2017, p. 77).

Embora fossem parceiros científicos em diversos momentos, os primos Galton e Darwin romperam em definitivo em 1865, quando divergiram sobre a transmissão hereditária em coelhos em uma pesquisa conjunta (Bonfim, 2017; Diwan, 2007). Stepan (2005) cita que, em determinados momentos, Darwin mostrou-se simpático em aceitar algum tipo de controle eugênico para a humanidade em nome do progresso, porém refutou os ideais radicais de Galton.

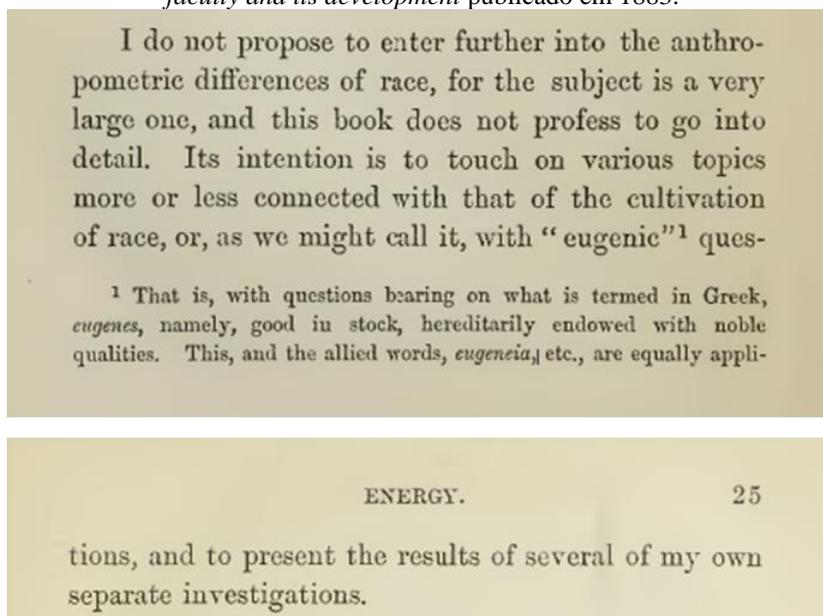
---

<sup>13</sup> A mãe de Galton, Frances Anne Violetta Darwin Galton (1783-1874), era filha do segundo casamento de Erasmus Darwin (1731-1802) e o pai de Charles Darwin, Robert Waring Darwin (1766-1848), era filho do primeiro casamento de Erasmus.

Em que pese, seu filho Leonardo Darwin (1850-1943) ter sido um grande eugenista na Inglaterra, tendo, inclusive, presidido o I Congresso Internacional de Eugenia em 1912 em Londres.

Galton (1869) propôs, na sua obra, que as habilidades naturais do homem são advindas da transmissão hereditária. Ele afirma que, da mesma forma que para obter uma seleção cuidadosa de uma raça animal de cachorro ou cavalo com características desejáveis específicas como velocidade, por exemplo, também é bastante viável produzir uma raça humana superior por casamentos criteriosos durante várias gerações consecutivas. Conclui afirmando que cada geração “tem enorme poder sobre os dons naturais das que se seguem, e sustentar que é um dever que temos para com a humanidade de investigar o alcance desse poder e exercê-lo de uma forma que, sem ser insensato conosco, será mais vantajoso para os futuros habitantes da terra”<sup>14</sup> (Galton, 1869, p. 01, tradução nossa). Neste sentido, a Eugenia, aplicada aos seres humanos, foi adaptada da agricultura e da pecuária, áreas que selecionavam as melhores linhagens por meio dos cruzamentos, em busca do aperfeiçoamento de cada raça animal ou cepa vegetal.

**Figura 02:** Citação em que Galton fala pela primeira vez a palavra “eugenic” no livro *Inquiries into human faculty and its development* publicado em 1883.



**Fonte:** Galton, 1883, p. 24-25.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> Citação original: Each generation has enormous power over the natural gifts of those that follow, and maintain that it is a duty we owe to humanity to investigate the range of that power, and to exercise it in a way that, without being unwise towards ourselves, shall be most advantageous to future inhabitants of the earth.

<sup>15</sup> Texto da figura 02: I do not propose to enter further into the anthropometric differences of race, for the subject is a very large one, and this book does not profess to go into detail. Its intention is to touch on various topics more or less connected with that of the cultivation of race, or, as we might call it, with “eugenic” questions, and to present the results of several of my own separate investigations (Galton, 1883, p. 24-25).

Nota de rodapé na figura 02: That is, with questions bearing on what is termed in Greek, *eugenes*, namely, good in stock, hereditarily endowed with noble qualities (Galton, 1883, p. 24).

Segundo Bonfim (2017, p. 78), “Galton era cético em relação ao valor da educação na determinação do intelecto e, por conseguinte, no aprimoramento dos indivíduos de uma sociedade”. No livro publicado em 1883, intitulado *Inquiries into human faculty and its development*, Francis Galton, pela primeira vez, utilizou a palavra “*Eugenic*” (Eugenia), como se observa na figura 02, ao referir-se ao “cultivo da raça”, ou seja, a um suposto melhoramento biológico da raça humana, que, inclusive, não era novidade, visto que existem relatos de tentativas de melhoramento humano desde a antiguidade, sobretudo, em Esparta, onde existia o interesse da criação de uma raça de guerreiros fortes. Na nota de rodapé do livro supracitado, como também se nota na figura 02, o autor afirma que o termo Eugenia é originado do grego “*eugenes*”, que seria algo como “bem-nascido”, ao mencionar algum ser “hereditariamente dotado de qualidades nobres”<sup>16</sup> (Galton, 1883, p. 24, tradução nossa) e que o termo pode ser usado para homens, feras e plantas. Em outras palavras, apesar de ter sido nomeada no final do século XIX, os gregos e outros povos já adotavam formas de eliminação de indivíduos considerados inadequados, as quais eram similares à Eugenia.

Galton defendia que o futuro das nações dependia do melhoramento humano que aconteceria pela perpetuação das melhores linhagens e que a Eugenia era necessária no sentido de evitar a degeneração. Dessa forma, “Estado e ciência agiriam, assim, juntos a fim de, por meio de modelos deterministas, garantir aos eugenistas uma intervenção direta na saúde das comunidades” (Schwarcz, 2024, p. 237).

Ele chama a capacidade para o trabalho de energia e pontua que os líderes do pensamento científico eram, geralmente, dotados de notável energia, que eles herdaram de seus pais e avós. Referindo-se aos inferiores, pondera que os idiotas são fracos e apáticos (Galton, 1883). O inglês aponta que

a energia é um atributo das raças superiores, sendo favorecido além de todas as outras qualidades pela seleção natural. Somos instigados a entrar em atividade pelas condições e lutas da vida. Elas proporcionam estímulos que oprimem e preocupam os fracos, que reclamam e lamentam, e pode sucumbir a elas, mas o que o homem enérgico acolhe com um encolher de ombros bem-humorado, e é o melhor no final das contas<sup>17</sup> (Galton, 1883, p. 25-26, tradução nossa).

O ideal eugênico proposto pelo cientista inglês, apesar de amplamente difundido, só foi consolidado e executado na Europa, Estados Unidos e América Latina no século XX, quando

<sup>16</sup> Citação original: Hereditarily endowed with noble qualities.

<sup>17</sup> Citação original: Energy is an attribute of the higher races, being favoured beyond all other qualities by natural selection. We are goaded into activity by the conditions and struggles of life. They afford stimuli that oppress and worry the weakly, who complain and bewail, and it may be succumb to them, but which the energetic man welcomes with a good-humoured shrug, and is the better for in the end.

ganhou prestígio no meio intelectual e político. A redescoberta (seus apontamentos ficaram esquecidos por quase 30 anos) e ampla divulgação das pesquisas de Gregor Mendel sobre hereditariedade em 1900 e os estudos sobre hereditariedade, Biologia celular e Evolucionismo do biólogo alemão August Weismann<sup>18</sup> (1834-1914) ajudaram no debate da aceitação das ideias de Galton no início dos noventa. Muitos cientistas já estavam questionando a tese do biólogo francês Jean-Baptiste de Lamarck sobre a transmissão hereditária das características adquiridas ao longo da vida (Bonfim, 2017; Stepan, 2005).

Em 1904 e 1905, Galton levou suas ideias definitivas e os escopos para melhoria progressiva da espécie humana para a *Sociedade de Sociologia de Londres*. Apesar dos esforços, a Eugenia só tomou força e foi amplamente difundida e agregada pelo meio intelectual depois da fundação da *Eugenics Education Society* em Londres, quando “foram convidados os homens de maior destaque nas ciencias medicas, sociologicas e juridicas da Europa para constituírem commissões de estudos” (Kehl, 1929a, p. 52).

Com o advento e ampla divulgação da ciência de Galton, como também era chamada a Eugenia, buscava-se explicar que a inferioridade de alguns acontecia em termos raciais e sem qualquer relação fundamental com a educação que receberam ao longo da vida ou com as oportunidades sociais apresentadas na sociedade. O início do século XX testemunhou o surgimento de diversas sociedades e instituições eugênicas em vários países para o melhoramento racial de suas populações. Intelectuais debruçaram-se nos estudos e difusão dos novos conhecimentos. Todas as nações “civilizadas” queriam ficar atualizadas com as novidades do meio científico. Para Hobsbawm (1998), o período entre as duas guerras mundiais foi caracterizado pela expansão do nacionalismo em todo o mundo, juntamente com seu discurso nacionalista que apontava a raça como elemento fundamental na construção das nacionalidades.

Stepan (2005) destaca ainda a criação das sociedades eugênicas com o pioneirismo alemão com a *German Society for Racial Hygiene* (Berlin, 1905), seguida da *Eugenics Education Society* (Londres, 1907-1908), *Eugenics Record Office* (New York, 1910) e *Société Eugénique Française* (Paris, 1912). Diversos eventos ocorreram para difundir, divulgar e discutir a ciência galtoniana, como o I Congresso Internacional de Eugenia (Londres, julho/1912) por iniciativa da *Eugenics Education Society* sob liderança de Leonard Darwin,

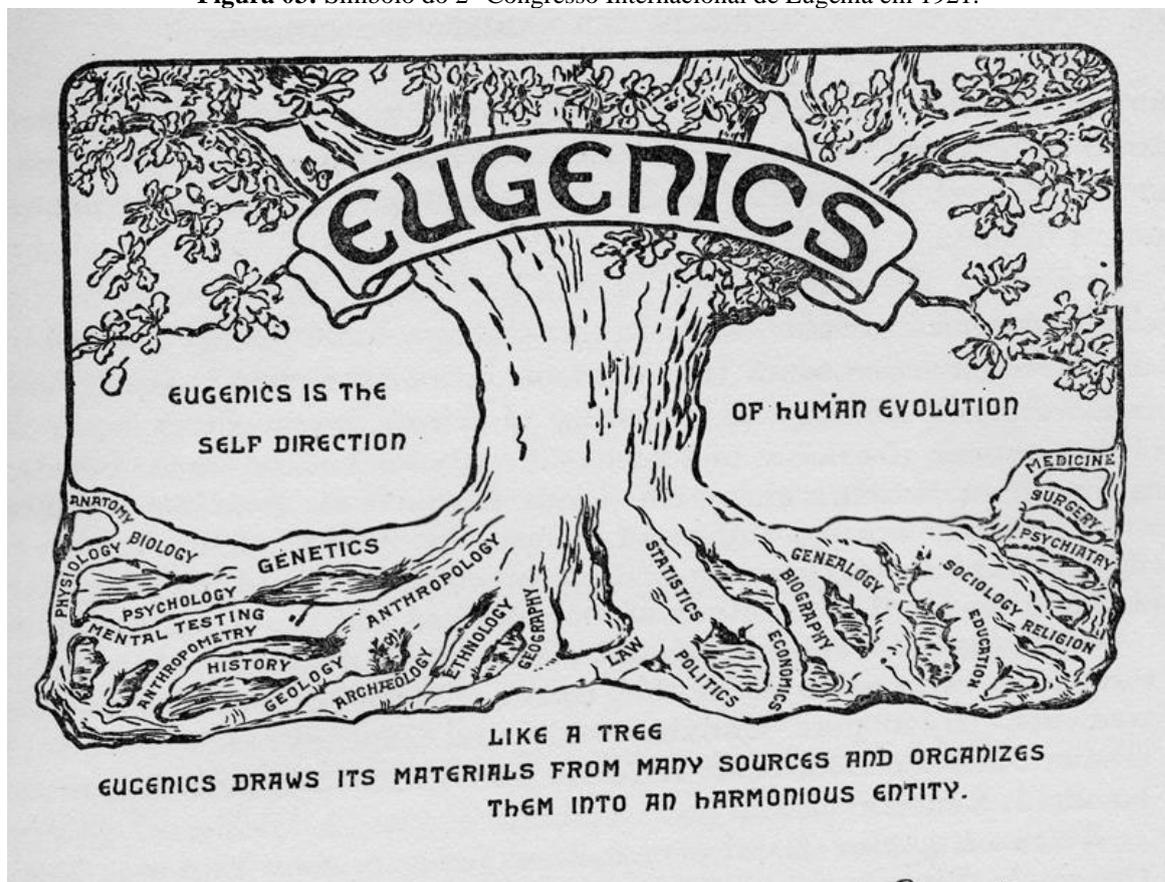
---

<sup>18</sup> A Teoria de Weismann trouxe um entusiasmo ao pensamento biológico nos primeiros anos do século XX ao afirmar que o plasma germinativo era totalmente independente da célula da reprodução e que seria transmitido para a geração seguinte sem influências do meio externo. Sua teoria era antagonista aos preceitos de Lamarck sobre a transmissão dos caracteres adquiridos e trazia “ousadas considerações acerca da evolução e da hereditariedade humana” (Souza, 2019, p. 247).

além do Congresso Universal das Raças (Londres, 26 a 29 de julho/1911).

Em 1921 e 1932, Nova York sediou dois outros Congressos Mundiais de Eugenia. Um importante destaque do congresso de 1921 foi o lançamento da imagem que se tornou um símbolo da Eugenia mundial e foi amplamente utilizada para demonstrar as áreas de relação da Eugenia (figura 03). O logotipo, inclusive, estampou documentos e certificados do evento de 1921 e trazia a inscrição “Eugenia é a autodireção da evolução humana. Como uma árvore, retira seus materiais de muitas fontes e os organiza em um ambiente harmonioso”<sup>19</sup> (University of Missouri, 2011, tradução nossa).

**Figura 03:** Símbolo do 2º Congresso Internacional de Eugenia em 1921.



**Fonte:** University of Missouri, 2011.

Como pode ser observado na figura 03, nas raízes da árvore, que representa a Eugenia, encontravam-se todas as áreas que a ciência dialogava para conseguir seus objetivos, como Genética, Biologia, Anatomia, Fisiologia, Psicologia, Antropometria, História, Geologia, Arqueologia, Etnologia, Geografia, Antropologia, Direito, Estatística, Política, Economia, Biografia, Educação, Economia, Sociologia, Religião, Genealogia, Psiquiatria, Cirurgia e

<sup>19</sup> Citação original: Eugenics is the self direction of human evolution. Like a tree, eugenics draw its materials from many sources and organizes them into an harmonious entity.

Testes mentais.

Souza (2019) ressalta que a onda eugenista latino-americana ocorreu com a fundação de sociedades eugênicas e atividades diversas ligadas ao tema em países como México, Peru, Argentina, Paraguai, Chile, Venezuela e Cuba. A Eugenia encontrou um terreno fértil nas Américas. Livros e artigos produzidos em grandes quantidades nos Estados Unidos e Europa chegavam na América latina e a Eugenia conquistava cada vez mais adeptos (Santana; Santos, 2016). Stepan (2005, p. 61) reforça que “as condições sociais e políticas das nações latino-americanas tinham grandes variações entre si. Apesar disso, suas sociedades e atividades eugênicas seguiram, em grande parte, o padrão já descrito para o Brasil”.

Ao abordar sobre a Eugenia na Argentina, Marisa Miranda (2020) afirma que a ciência eugênica, juntamente com teorias científicas supremacistas, utilizou várias estratégias biopolíticas construídas em torno de uma concepção de alteridade. A autora ainda anota que a Eugenia teve como uma das principais metas “a melhoria da raça, pensada como uma entidade concentrada em um objetivo geral, futuro e incerto, integrando assim um coletivo que abrange, indistintamente, os conceitos de ‘Nação’ ou ‘pátria’”<sup>20</sup> (Miranda, 2020, p. 25, tradução nossa). A antecipação eugênica deveria ser utilizada como um processo de seleção natural controlado que tinha como um dos principais objetivos evitar que o Estado tivesse gastos desnecessários com os degenerados, já que, pela sua condição, eles estariam fadados a perder a luta pela vida (Miranda, 2020).

Diversos países aprovaram leis de esterilização de indivíduos inaptos, impuros e inferiores devido a aspectos físicos, mentais e comportamentais. Neste sentido, em 1928, a Suíça teve um pioneirismo na Europa no Cantão de Vaud. Em 1929, foi a vez da Dinamarca, que promoveu quase nove mil esterilizações entre 1930 e 1949. A partir de 1935, mais de 15 mil pessoas foram esterilizadas pelo Instituto para Raça e Biologia (fundado em 1921) da Universidade de Uppsala na Suécia (Bonfim, 2017).

Bonfim (2017) afirma que os Estados Unidos possuem grande destaque no processo de esterilização eugênica involuntária com diversas legislações aprovadas antes da década de 30 em vários estados. Em meados dos anos 30, já eram cerca de 30 mil indivíduos esterilizados e, até o final da Segunda Guerra Mundial, já eram mais de 70 mil. De Luca (1999) e Stepan (2005) trazem o dado de que a Alemanha Nazista foi o destaque absoluto em legislação de esterilização

---

<sup>20</sup> Citação original: La mejora de la raza, pensada como una entidad concentrada en un objetivo general, futuro e incierto, integrando de este modo un colectivo que abarca, de manera indistinta, los conceptos de “nación” o “patria”.

e sua consequente efetividade a partir de 01 de janeiro de 1934, quando entrou em vigor a Lei de Esterilização, também conhecida como lei para a prevenção de doenças hereditárias. Diwan (2007) aponta que a estimativa é que até 1% da população do país chegou a ser afetada pela política eugenista nazista. Azevedo e Koehler (2021) trazem numericamente que até 360 mil foram esterilizados compulsoriamente e cerca de 70 mil pessoas foram eutanasiadas (assassinatos de pessoas doentes ou indesejáveis). A ideia era esterilizar forçadamente todos os mestiços nascidos no país das relações entre negros e brancos.

Os autores, seguindo os eugenistas, costumam dividir a Eugenia em positiva e negativa. Alguns também abordavam a Eugenia preventiva. A primeira utilizava a Educação como mola propulsora de modo a estimular a seleção eugênica por meio da orientação a casamentos com realização de exames pré-nupciais e estudos genéticos dos nubentes, além de encorajar a procriação dos casais eugenicamente aptos e desestimular a reprodução dos eugenicamente inaptos (degenerados). O Saneamento básico, a Nutrição, a Educação física, os cuidados com o corpo, o pré-natal, o controle e o tratamento de doenças também figuravam como elementos importantes da Eugenia positiva. Essa Eugenia mais “suave” foi predominante na América Latina, incluindo o Brasil, sendo ancorada pelo neolamarckismo com a crença na transmissão dos caracteres adquiridos pelos indivíduos. Os adeptos dessa Eugenia no Brasil aceitavam a melhoria racial por meio da atenção à Saúde pública, às influências ambientais e aos valores culturais. A vertente preventiva, aliada à Eugenia positiva, estava relacionada com a prevenção, a partir da Higiene, Sanitarismo, Educação sexual e eugênica, Educação física, cultura, Psicologia, Puericultura e com a profilaxia das doenças e vícios sociais.

A Eugenia negativa buscava diminuir o número de seres não-eugênicos ou disgênicos fazendo-o pelo controle estatal sobre os casamentos e sobre a reprodução. Aborto eugênico, esterilização em massa, controle das fontes de degeneração como alcoolismo e doenças infecciosas e venéreas (como tuberculose e sífilis, respectivamente), além da segregação dos doentes mentais e degenerados eram práticas defendidas e estimuladas. Essa Eugenia mais “radical” foi a predominante, sobretudo, nos Estados Unidos e países da Europa. Os adeptos da vertente negativa “não aceitavam a modificação de traços, e se concentravam na eliminação de traços indesejáveis por meio do controle da reprodução” (Dávila, 2006, p. 53). Para Schwarcz (2024, p. 240), desse modo, “em nome da ciência e da biologia, avaliavam-se de forma negativa condições de vida produzidas pela própria sociedade - como a pobreza e a falta de Educação formal, agora entendidas como resultado de fatores hereditários”. Trazendo o recorte racial, Stepan (2005, p. 48) aponta que

a própria problemática do combate às doenças hereditárias foi identificada com a necessidade de eliminar a herança biológica dos tipos raciais degenerados, como os negros e os mulatos, considerados pela elite educada e pelos homens de ciência como preguiçosos, indisciplinados, doentes, ébrios e em permanente vagabundagem.

Renato Kehl (1889-1978), na sessão inaugural da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), explicou sobre os três tipos de Eugenia: “a positiva, favorável as procriações sãs; a negativa, contrária às procriações dos seres defeituosos; a preventiva, que se ocupa de debellar os factores dysgenicos, isto é, tudo que, agindo sobre o indivíduo, o arrasta á decadencia” (Kehl, 1919a, p. 04).

O ápice da Eugenia mundial ocorreu com o nazismo alemão que repercutiu atrocidades em prol de uma suposta pureza racial durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Com o desfecho bélico, a opinião pública internacional cobrou, denunciou e julgou os crimes de guerra cometidos pelos nazistas no Tribunal de Nuremberg. A partir de então, em todo o mundo, a palavra Eugenia caiu em desuso e foi reduzida arbitrariamente a atos diversos cometidos entre seres humanos, como nas leis espartanas, em que crianças inaptas ou deficientes eram atiradas do alto de um precipício intitulado *Apothetai* para morrerem esquecidas por todos (Bonfim, 2017; Stepan, 2005).

No campo da Saúde, para refletir que a Eugenia esteve presente também nas ações médicas, Mai e Angerami (2006, p. 253) afirmam que, como a Eugenia é entendida como uma preocupação da Saúde humana para constituição das futuras gerações: “toda e qualquer utilização de meios e conhecimentos científicos em prol do nascimento de uma criança física e mentalmente saudável pode ser considerada uma ação eugênica”.

Já no campo da sexualidade, ao abordar a defesa de preceitos eugenistas relacionados ao sexo, Foucault (2020a, p. 161) cita algumas práticas da Educação eugênica como a “arte de determinar os bons casamentos, de provocar as fecundidades desejadas, de garantir a saúde e a longevidade das crianças”. Para Miranda (2014, p. 52, tradução nossa), a conformação familiar era realizada a partir de um compromisso social instituído a partir da Educação eugênica, em que “o pretendente (homem ou mulher) portador de algum hipotético estigma disgênico (seja de origem genética ou adquirido em alguma circunstância em sua vida) devia ser excluído de um futuro matrimônio cuja principal função era [...] a reprodução”<sup>21</sup>. Hillesheim e Silva (2018, p. 419) colaboram com a discussão ao citarem que a Eugenia atuou como “imaneente à política do Estado no que diz respeito à formação do corpo-espécie da população nacional”. Já Silva

---

<sup>21</sup> El pretendiente (varón o mujer) portador de algún hipotético estigma disgênico (ya sea de origen ancestral o atribuible a una circunstancia ocasional acaecida durante su vida) debía ser excluido de un futuro matrimonio cuya principal función era, como anticipamos, la reproducción.

(2014, p. 904) aponta que “esses sujeitos eugênicos, formadores de uma coletividade, igualmente eugenizada, no entanto, serão o resultado de uma intervenção na sexualidade”.

Como as teorias raciais foram recepcionadas no Brasil e quais os desdobramentos para a sociedade? Como o mito da democracia racial foi criado no Brasil e qual sua relação com a branquitude no país? Como a Eugenia atuou por meio da Educação em prol da Higiene e do branqueamento da população na constituição da branquitude no país? Como pensar o deslocamento dessa discussão sobre raça e racismo de Estado para entender a construção da branquitude do Brasil contemporâneo? Essas e outras questões serão problematizadas ao longo dos demais capítulos da tese.

Trazendo a discussão para o Brasil, a falta de reconhecimento do racismo pelo Estado e pelos indivíduos ajudou na construção do mito da democracia racial, que, por sua vez, contribuiu também para a invisibilidade do racismo institucional e do racismo de Estado (Silva, 2020). Nas primeiras décadas do século XX, a melhoria do perfil populacional brasileiro, pela depuração realizada pelo sangue branco europeu, era vista com otimismo nas possibilidades de uma ação concreta sobre o futuro da população. Os intelectuais e políticos debruçaram-se cientificamente e socialmente sobre o tema. No próximo capítulo, a discussão avança sobre como foi a recepção das teorias raciais e da Eugenia no Brasil, a discussão sobre raça e o problema da mestiçagem no contexto da política de branqueamento da população em prol de uma identidade nacional em solo brasileiro.

### 3 A RECEPÇÃO DAS TEORIAS RACIAIS, EUGENIA E MISTIÇAGEM NO BRASIL

A raça sempre permeou a ideia de identidade nacional, seja com um Brasil branco e indígena na “imagem idealizada do Segundo Reinado; um país branqueado na concepção corrente na virada do XIX para o XX ou, já nos anos 1930, uma nação ‘divinamente mestiça’, nesse contexto em que o cruzamento de raças e culturas virava símbolo de Estado” (Schwarcz, 2007, p. 12). Em outros termos, ao longo de algumas décadas, a mestiçagem foi da monstruosidade à divindade.

O mestiço foi a monstruosidade dos anos 1800. Diante do fato da mestiçagem, só havia o discurso que condenava a mistura racial. Ao redor desse discurso, teorias científicas foram elaboradas para sustentar práticas que prendiam o mestiço em um circuito lógico-causal, que o condenavam ao crime, à loucura e toda série de desvio (Sá; Coelho; Mendes, 2022, p. 207).

A questão racial sempre esteve presente na História brasileira, porém, em diversos períodos, foi eficazmente ignorada. Conhecer esse percurso é importante para entender as relações que existem na atualidade e a forma como a raça, mesmo que não nomeada, foi tratada no Brasil ao longo dos séculos.

Sílvio Romero (1851-1914), no final do século XIX, já demonstrava espanto ao fato de não ter ocorrido no país algum conflito de grandes proporções em decorrência da raça, quando admitia ser “admirável que, nestas condições, não tenhamos sofrido até aqui uma *guerras de raças*, além dos pequenos episódios dos *Emboabas*, *Palmares*, *Mascates* e *Balaio*” (Romero, 1888, p. 109, grifo do autor).

Neste sentido, após o entendimento da atmosfera do pensamento europeu do período em que as teorias raciais começaram a tomar corpo e operar na sociedade com o pensamento de purificação da raça e eliminação dos indesejáveis discutido anteriormente nesta tese, este capítulo reflete sobre a chegada das teorias e doutrinas raciais ao Brasil, bem como os desdobramentos e conceitos da raça, miscigenação e Eugenia no país, além da mestiçagem como entrave civilizatório para o progresso nacional.

#### 3.1 O conceito de raça e recepção das teorias raciais

Ideais estimulados pelo racismo científico, superioridade racial e degeneracionismo oriundos dessas novas ciências e teorias chegaram ao Brasil por intermédio de filhos da elite nacional que voltavam de estudos na Europa e por expedições científicas ao longo do século XIX. Desse modo, medidas e políticas foram sendo implementadas por meio da subjetivação

da população, sobretudo, ao longo das primeiras décadas do século XX, como a Eugenia, a Higiene, o Sanitarismo e o branqueamento da população. Os teóricos da raça no Brasil foram influenciados pelas novidades que chegavam do exterior e, a partir disso, refletiram, problematizaram e publicaram suas análises exaustivamente, influenciando intelectuais e o meio político.

O naturalista Agassiz esteve em expedição científica no Brasil, em 1865, para estudar os peixes amazônicos, a evolução das espécies e a glaciação nos trópicos. Ao deslocar-se pelo país não pôde deixar de observar os tipos humanos presentes e dedicou o apêndice V de seu livro *Viagem ao Brasil* publicado originalmente em 1869 para abordar as características físicas e mentais dos tipos raciais do povo brasileiro a partir da comparação de negros e indígenas com espécies de macacos:

Como os macacos de braços compridos, os negros são em geral esguios; têm pernas compridas e tronco relativamente curto. Os índios, ao contrário, têm as pernas e os braços curtos e o corpo longo; a sua conformação geral é mais atarracada. Prosseguindo na minha comparação, direi que o porte do negro lembra os *Hilobatas* esguios e irrequietos, ao passo que o índio tem algo do orango inativo, lento e pesado (Agassiz; Agassiz, 2000, p. 486, grifo dos autores).

Agassiz foi um dos intelectuais defensores do racismo científico no século XIX. Ele condenava a miscigenação, acreditava na degeneração ocasionada pelo cruzamento das raças, como

o mestiço de branco com preto, chamado mulato é por demais conhecido para que eu necessite descrevê-lo; tem os traços elegantes e a cor clara; é cheio de confiança em si, porém indolente. O mestiço de índio com negro, que se designa por cafuzo, é muito diferente: seus traços nada têm da delicadeza dos do mulato; a sua cor é carregada, seus cabelos longos, finos e anelados, e o seu caráter apresenta uma feliz combinação do humor afável do negro e da enérgica rusticidade do índio. O mestiço de branco com índio, denominado mameluco no Brasil, é pálido e efeminado, fraco, preguiçoso, embora obstinado (Agassiz; Agassiz, 2000, p. 488).

Em sua passagem pelo Brasil em missão diplomática francesa entre abril de 1869 e maio de 1870, Gobineau analisou racialmente o Brasil, reforçou a condenação da mestiçagem por produzir indivíduos degenerados, mais fracos e com menos possibilidade reprodutiva, o que condenaria a nação brasileira ao desaparecimento. Ele ressaltava a importância de incrementar sangue branco europeu no Brasil, com isso “a raça revelar-se-ia, a saúde pública melhoraria, o temperamento moral ganharia força e as modificações mais felizes introduzir-se-iam no estado social deste admirável país” (Hofbauer, 2006, p. 129).

Gobineau elogiava as estratégias políticas para impor civilização aos indígenas e romantizava a escravidão negra, destacando o Brasil como o “país que mais bem soube lidar com a questão escrava, no qual os escravos teriam sido geralmente tratados com doçura, sendo

obrigados a trabalhar apenas poucas horas por dia e podendo ainda contar com pequenos pedaços de terra para cultivo próprio” (Hofbauer, 2006, p. 128). Ele acreditava que a população brasileira desapareceria entre 200 e 270 anos por causa da limitação reprodutiva ocasionada pela mestiçagem. Sua obra teve grande importância para a inspiração do racismo científico do século XX.

Os teóricos da raça brasileiros como Nina Rodrigues (1862-1906), Euclides da Cunha (1866-1909) e Sílvio Romero estavam em plena efervescência de ideias e desdobramentos das teorias e doutrinas raciais que chegavam do exterior em fins do século XIX e início do século XX. A Escola de Recife<sup>22</sup>, importante centro intelectual a partir de 1870, pensava a raça e trazia para o debate da elite nacional os pontos de vista em busca de um futuro nacional promissor e civilizatório. Como a pureza racial branca parecia intangível, Tobias Barreto (1839-1889), Sílvio Romero e outros intelectuais tiveram que conceber a miscigenação como um processo presente na base da identidade nacional. Com esse movimento, o negro e o mestiço passaram a fazer parte do movimento literário como partes integrantes da identidade nacional. “A passagem do mestiço, de perigo social para principal elemento da cultura brasileira, é, possivelmente, a principal contribuição de Tobias Barreto, porque possibilitou que o povo brasileiro fosse visto com outros olhos pelos grandes centros culturais” (Sá; Coelho; Mendes, 2022, p. 250).

As relações raciais no Brasil tiveram suas peculiaridades quando comparadas com a Europa e Estados Unidos. Havia uma nítida possibilidade de ascensão intelectual e política de mestiços no país. Os limites entre as cores eram negociados de acordo com o status e as relações de poder. Os próprios intelectuais reconheciam isso em seus textos, como João Batista de Lacerda no Congresso Universal das Raças em Londres em 1911.

O Darwinismo social<sup>23</sup>, juntamente com a Antropologia criminal e, posteriormente, a Eugenia chegaram ao Brasil, ganharam adeptos na *Intelligentsia*, adaptaram-se ao modo brasileiro e movimentaram a elite nacional entre os séculos XIX e XX em prol da construção de uma identidade nacional. Era preciso europeizar as cidades brasileiras com “múltiplas etapas da modernização que já vinham sendo implementadas na Europa e América do Norte” (Skidmore, 2012, p. 30). O branqueamento, o Sanitarismo e a Higiene da população

---

<sup>22</sup> Convencionou-se chamar de Escola de Recife um “momento de fervor intelectual que surgiu nas dependências da Faculdade de Direito do Recife, anos antes de 1870. Jorge Amado nos lembra que, em 1868, ano da chegada de Castro Alves à Recife, a faculdade de direito e o Teatro Santa Isabel já se constituíam em centros polarizadores da Cultura pernambucana, nordestina e brasileira” (Sá; Coelho; Mendes, 2022, p. 89).

<sup>23</sup> Apesar do Darwinismo social não ter origem na Teoria da Evolução de Darwin, surgiu no momento propício para ser incorporada de tal modo que deu nome à teoria, amparada por toda uma tradição dos estudos sobre a evolução desde o século XVIII alcançando o XIX como um pensamento consolidado e fundamentado no meio intelecto.

complementavam as práticas adotadas pela intelectualidade do país. O eugenista Azevedo Amaral (1881-1942) refletiu sobre isso ao afirmar que “A nossa finalidade nacional orienta-se no sentido da elaboração de uma civilização do *typo* europeu e para atingir esse objectivo temos necessidade de não agravar, com o accrescimento de elementos ethnicos alheios á raça branca” (Amaral, 1929, p. 336).

O médico e professor Raimundo Nina Rodrigues foi um dos principais defensores do Darwinismo social no Brasil e influenciou os médicos que se formavam em faculdades de Medicina no país, inspirado nos textos de Spencer. Nina escreveu diversos livros para divulgar suas crenças sobre a raça, como a obra *Os africanos no Brasil*, em que procurou explicar como os africanos foram incorporados ao país e como essa ligação ocorreu no campo cultural. Para ele, a presença negra era um fator determinante para legitimar a inferioridade do povo brasileiro.

O Evolucionismo social acreditava que a sociedade teria iniciado em um estágio primitivo e gradualmente foi passando por estágios de modo que se tornasse mais civilizada. O Evolucionismo comteano, influenciado pelas ideias positivistas, acreditava que a evolução da humanidade estaria atrelada à necessidade de progresso, juntamente com o Evolucionismo social de Spencer, posteriormente, incorporado pelo Darwinismo social, acabaram por reproduzir uma ideologia gerada pela euforia das novas análises evolucionistas com um retrato de uma sociedade capitalista que ampliava a técnica e a ciência no mundo produtivo que se apresentava como justificativa à dominação neocolonial. Todas essas teorias foram pensadas antes da divulgação do livro de Darwin e, portanto, sem a influência desses pensamentos. Ao afirmar que o Darwinismo social teve grande influência no Brasil, Skidmore (2012, p. 97) relata que “antes de 1914, praticamente todos os pensadores sociais brasileiros viram-se confrontados com essa teoria”.

A partir do momento em que o negro tornou-se oficialmente livre no Brasil era necessário categorizar os libertos, transformando-os de escravos em negros. Era um período de emergência de uma elite branca intelectual e liberal e do surgimento de um discurso científico e etnológico que buscava instituir uma nova forma de inferioridade, convertendo os negros de máquinas de trabalho em objetos da ciência (Corrêa, 2013). O médico, eugenista e professor Leonídio Ribeiro (1893-1976), em palestra no Rotary Club, publicada pelo *Jornal do Commercio* em 1930, apontava que “uma das maiores conquistas da humanidade seria a de suprimir da superfície da Terra todos os homens incapazes e doentes que na vida das sociedades representam os elementos negativos [dentre eles o negro]” (Ribeiro, 1930, p. 02).

Diante da massa de ex-escravizados e pretos/pardos libertos, os intelectuais precisavam entender a sociedade e as justificativas científicas de diversas ciências, teorias e doutrinas que

ajudavam nessa questão. “Os discursos racistas e eugenistas atribuíram uma hereditariedade inferior aos brasileiros de origem africana. Diziam, inclusive, que a debilidade biológica dos negros era bem-vinda, pois, assim, o elemento inferior desapareceria na miscigenação” (Santana; Santos, 2016, p. 37).

No início do século XX, em virtude do grande número de negros recém saídos do sistema escravista, da presença de uma grande parcela de mestiços e indígenas, bem como do clima tropical e da pobreza que se espalhava pelo território nacional, o Brasil emergia aos olhos do mundo como um imenso contingente de homens incapazes e degenerados (Souza, 2012, p. 04).

O racismo de Estado é evidente nesse contexto, visto que o desaparecimento dos degenerados ocorreria em decorrência de uma guerra das raças. Para Foucault (2010), essa guerra ocorre a partir de uma raça, considerada como a única verdadeira e detentora do poder e do padrão da norma contra todos aqueles que estão fora dessa norma ou que podem constituir perigo para o patrimônio biológico da raça superior. Neste sentido, o foco não é apenas “todos os discursos biológico-racistas sobre a degenerescência, mas também todas as instituições que, no interior do corpo social, vão fazer o discurso da luta das raças funcionar como princípio de eliminação, de segregação e, finalmente, de normalização da sociedade” (Foucault, 2010, p. 52).

Neste sentido, no pensamento intelectual eugenista, não havia espaço para os não-brancos no futuro nacional brasileiro. O que fazer com eles? Uma das saídas foi a mestiçagem, feita pela tentativa de uma espécie de pardização, transformando a população preta e mestiça em branca em algumas gerações, ou seja, era preciso incluir os pretos e mestiços para que eles desaparecessem na população ao longo do tempo a partir do branqueamento.

As teorias raciais traziam a ideia de superioridade do homem branco caucasiano em relação aos demais povos que habitavam os continentes colonizados, como as centenas de etnias e povos africanos. Para muitos defensores de algumas teorias, a humanidade estava dividida hierarquicamente de acordo com o conceito de raça, ideologia que atravessava o progresso de nação pretendido e a Biologia era utilizada para explicar a desigualdade entre as classes sociais.

De um modo geral, as teorias raciais, inicialmente, condenavam a mistura de raças traçando prognósticos pessimistas para o futuro da jovem nação, apontando riscos de degeneração da população. A degeneração racial

trazia consigo estigmas: loucura, epilepsia, alcoolismo, parafrenia (transtorno mental que se caracteriza pelo surgimento de ideias fixas e obsessivas baseadas em fatos falsos ou infundados), e a própria criminalidade. A associação era imediata, pobreza e raça (negra) viravam categorias articuladas a indicar desordem, caos social e perigo (Schwarcz, 2024, p. 235).

No contexto da realidade brasileira, foram feitas adaptações nos pensamentos, preservando a ideia da desigualdade das raças e garantindo a defesa da nação brasileira, ainda que altamente miscigenada. Entre as personalidades e os intelectuais, existiam aqueles que defendiam a regeneração da população por meio da mestiçagem com o imigrante europeu, como Sílvio Romero e João Batista de Lacerda, ou seja, a solução para a escassez de trabalhadores nas lavouras brasileiras no pós-escravidão seria também uma alternativa para o futuro e progresso da nação frente à possibilidade de branqueamento da população brasileira.

A importação das teorias científicas europeias para a sociedade brasileira, que era diferente racial e geograficamente da Europa, eliminava o problema racial no Brasil e legitimava o pensamento romântico que apontava a mistura de raças e a qualidade do solo como grandes empecilhos para o desenvolvimento e avanço da civilização. Em outras palavras, a raça e o meio eram determinantes para a construção de uma identidade nacional. Para Ortiz (1994, p. 16), “a raça e o meio fundamentam o solo epistemológico dos intelectuais brasileiros de fins do século XIX e início do século XX. A interpretação de toda a História brasileira escrita no período adquire sentido quando relacionada a esses dois conceitos-chave”.

A compreensão da natureza, dos acidentes geográficos esclarecia, assim, os próprios fenômenos econômicos e políticos do país. Chegava-se, desta forma, a considerar o meio como principal fator que teria influenciado a legislação industrial e o sistema de impostos, ou ainda que teria sido elemento determinante na criação de uma economia escravagista. Combinada aos efeitos da raça, a interpretação se completa. A neurastenia do mulato do litoral se contrapõe, assim, à rigidez do mestiço do interior (Euclides da Cunha); a apatia do mameluco amazonense revela os traços de um clima tropical que o tornaria incapaz de atos previdentes e racionais (Nina Rodrigues) (Ortiz, 1994, p. 16).

Em todo esse contexto, o racismo científico também chegou ao Brasil. Ele foi uma prática social alimentada por diversas teorias e doutrinas raciais que tiveram muitos adeptos e defendiam que existia uma hierarquia entre as raças humanas. O seu principal ideal era defender a raça ariana como sendo desenvolvida, superior, inteligente e mais apta para liderar as outras raças, consideradas inferiores. Os adeptos desse racismo consideravam os negros como inferiores e os mestiços como degenerados. “Para eles, os cruzamentos sexuais entre indivíduos de etnias diferentes, além de promíscuos, seriam produtores de elementos incapazes para o progresso da nação” (Santana; Santos, 2016, p. 32).

Foucault, no curso *Em defesa da sociedade*, aborda sobre esse debate racial. Para o filósofo, esse discurso biológico-social surgiu como uma ideia nova que

vai fazer o discurso funcionar de modo muito diferente - de que a outra raça, no fundo, não é aquela que veio de outro lugar, não é aquela que, por uns tempos triunfou e dominou, mas é aquela que, permanente e continuamente, se infiltra no corpo social,

ou melhor, se recria permanentemente no tecido social e a partir dele. Em outras palavras: o que vemos como polaridade, como fratura binária na sociedade, não é o enfrentamento de duas raças exteriores uma à outra; é o desdobramento de uma única e mesma raça, em uma super-raça e uma sub-raça. Ou ainda: o reaparecimento, a partir de uma raça, do seu próprio passado. Em resumo, o avesso e a parte de baixo da raça que aparece nela (Foucault, 2010, p. 51-52).

Foucault (2010) assevera que esse racismo produzido é muito mais do que um racismo simples e tradicional de ódio entre as raças, ele “assegura a função de morte na economia do biopoder”, ou seja, “o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano” (Foucault, 2010, p. 217).

Esse jogo de utilização da raça e da mestiçagem a partir de interesses da classe dominante alimentou o racismo de Estado, que, por meio do biopoder, utilizou (e ainda utiliza) o poder soberano para ativação do racismo no tecido social. Foucault (2010, p. 52) aponta que os perigos biológicos e o aparecimento dessa sub-raça ou contrarraça no meio social fortalecem a “estratégia global dos conservadorismos sociais”, dentre eles, a Eugenia. Um dos grandes motivos que levaram ao desenvolvimento da Eugenia no Brasil

estava na preocupação com o controle da população de ex-escravos que estavam em processo de proletarização. É bastante evidente a inquietação dos intelectuais eugenistas com os fatores identificados pelo eugenismo como disgênicos, ou seja, contrários à formação do povo bonito, forte e saudável (Santana; Santos, 2016, p. 32).

Não existiu uma fórmula única eugênica no Brasil. Essa ciência desenvolveu-se no país como um caldeirão multifacetado com grupos distintos que defendiam suas posições em debates acalorados. Todos concordavam com a necessidade final em ter um país eugenizado, mas o “como fazer”, o “como alcançar esse objetivo” e outras questões intermediárias é que estavam em frequente debate. “Desse modo, acabavam por fazer um uso inusitado das teorias deterministas, assimilando a existência das diferenças e hierarquias raciais e, ao mesmo tempo, adaptando-as com o objetivo de criar um caminho viável a uma nação mestiça nos trópicos” (Souza, 2008, p. 148).

Diversos outros intelectuais brasileiros atuantes ao longo das primeiras décadas do século XX, como, por exemplo, Renato Kehl, Monteiro Lobato (1882-1948), Belisário Penna (1868-1939), Arthur Ramos (1903-1949), Edgar Roquette-Pinto e Oliveira Vianna (1883-1951), trataram de abordar a desejada pureza racial e influenciar a elite e até mesmo o Estado com condutas e ações em prol de uma sociedade branca, higienizada e eugenizada. Assim, discutiram e debateram sobre temas como raça e mestiçagem a partir das teorias raciais que chegavam ao país e das ciências e políticas que se desdobravam delas. No próximo tópico, será

abordada justamente como a Eugenia chegou ao Brasil e a atuação que ela teve em solo nacional.

### 3.2 Recepção e atuação do movimento eugenista

Os anos 1920 vivenciaram reformas educacionais em vários estados como em São Paulo (1920), Ceará (1922-1923), Bahia (1928), Minas Gerais (1927-1928), Pernambuco (1928), Paraná (1927-1928), Rio Grande do Norte (1925-1928) e Distrito Federal (1922-1926). Essas reformas ajudaram a impulsionar a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MESP) em 1931. “O próprio nome do Ministério sugere essa estreita relação entre higienismo, leia-se também eugenismo, e educação” (Silva, 2014, p. 913). Essas reformas já apresentavam uma preparação para os anos 1930, em que a Eugenia foi presença marcante na Educação, inclusive, constando na Constituição de 1934:

Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: [...] b) estimular a educação eugênica; [...] f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis; (Brasil, 1934a, art. 138).

A Constituição Brasileira de 1934 enfatizou explicitamente o desejo de uma nação eugenizada por intermédio da Educação. Rocha (2014) ressalta que o texto constitucional foi fruto de uma articulação de um projeto criado pela Comissão Central Brasileira de Eugenia (CCBE), liderada pelo médico, farmacêutico e descendente de alemães Renato Kehl, principal expoente da Eugenia nacional.

A Constituição Brasileira de 1937<sup>24</sup>, outorgada por Getúlio Vargas (1882-1954), ditador do Estado Novo, em 10 de novembro, por sua vez, trouxe implicitamente, em alguns trechos, que o ideal eugênico continuava forte. O destaque foi a implementação da Educação física, que passava a ter caráter obrigatório nas escolas e era considerada um elemento da Educação eugênica para formação do cidadão pretendido pelo Estado.

---

<sup>24</sup> Francisco Campos (1891-1968) foi o primeiro Ministro da Educação e Saúde Pública entre 1930 e 1932. Ele era reconhecidamente eugenista e fascista. Para Gadelha (2016, p. 190), ele baseou “diversas de suas iniciativas de acordo com o que acontecia na Itália de Mussolini”. Ele foi um dos responsáveis pela redação dada à Constituição de 1937. Belisário Penna, eugenista e sogro de Renato Kehl, ocupou o cargo de diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, ligado ao Ministério supracitado. Na mesma época, o Ministério do Trabalho criou uma comissão especial para deliberar sobre Eugenia e imigração que teve Kehl e Roquette-Pinto como membros (Koifman, 2012). Estes são alguns fatos que comprovam a estreita relação que o movimento eugenista conseguiu conquistar no ambiente político no cenário nacional, prática almejada pelos eugenistas, como afirmou o professor e médico Leonídio Ribeiro (1930, p. 02) que “é preciso orientar a política no sentido da Eugenia, para evitar que as futuras gerações continuem a sofrer os inconvenientes dos indivíduos em situação de inferioridade para a luta pela vida”.

A Educação Física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência (Brasil, 1937, art. 131).

Rocha (2014, p. 09) cita que as reformas educacionais dos anos 1930 no Brasil tiveram, no ideal de formação eugênica, “uma proposta moral, de bons costumes e melhorias no condicionamento físico, [...] para a formação de uma raça fisicamente forte, com padrões estéticos que definiriam segundo os parâmetros eugenistas, a nobreza de uma raça”. Os preceitos eugênicos sustentaram “boa parte das ações do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES) nas décadas de 1930 e 1940” (Santos, 2022, p. 226).

A Era Vargas (1930-1945) foi marcada por uma grande expansão da Educação no Brasil<sup>25</sup>. Ministro do MES entre 1934 e 1945, Gustavo Capanema (1900-1985) implementou diversas medidas, entre elas a que ficou conhecida como Reforma Capanema, uma reforma no ensino secundário. “Os reformadores da educação nos anos 1930 tinham na consciência e moralidade eugênicas o suporte para assegurar o dever de uma nação, e o controle da sexualidade via Educação eugênica atendia aos propósitos da construção de uma raça nacional” (Silva, 2023, p. 43). Para além dessas mudanças, “o que se observou no cotidiano escolar foi a implementação de ações fundadas nos pressupostos eugenistas. A escola se tornou uma instituição-chave na luta contra a degenerescência racial, sendo um instrumento muito bem utilizado por quem estava no poder” (Santos, 2022, p. 227).

Mas o que foi a Eugenia? Como foi que o movimento eugenista chegou ao Brasil e ganhou espaço para chegar a ser estimulado pelas Constituições de 1934 e 1937? Quais os movimentos e fenômenos sociais que dialogaram com a Eugenia?

O dicionário Houaiss define a Eugenia como: “Teoria que busca produzir uma seleção nas coletividades humanas, baseada em leis genéticas” ou ainda: “Aperfeiçoamento da espécie via seleção genética e controle da reprodução” (Houaiss; Villar, 2009, p. 849). Já o dicionário Aurélio traz a Eugenia como a “ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento genético da espécie humana” (Ferreira, 2010, p. 890). Ambos os dicionários sintetizam em apenas poucas linhas uma definição generalista da Eugenia, mas não conseguem resumir a grandiosidade que o movimento eugenista teve no país e no mundo.

O médico João Henrique (1896-1974), em artigo intitulado *Do conceito eugenico do habitat brasileiro*, publicado na revista *Brazil-Medico* em 1918, definiu a Eugenia como a nova

---

<sup>25</sup> No final dos anos 1950, o caráter excludente do sistema educacional implementado com as reformas foi denunciado de modo contundente por escolanovistas como Anísio Teixeira (Aranha, 2006).

ciência que “consiste no conhecer as causas explicativas da decadencia ou levantamento das raças, visando a perfectibilidade da especie humana, não só no que respeita o physico senão ainda ao intelectual” (Henrique, 1918, p. 127).

Já o médico Octávio Domingues (1897-1972) registra, em seu livro *A hereditariedade em face da educação*, que a Eugenia é uma “sciencia applicada que tem por fim o melhoramento genetico do homem, no sentido physico, intellectual ou moral, baseada nos principios da Genetica” (Domingues, 1929, p. 161).

Em entrevista ao jornal carioca *Correio da Manhã*, Renato Kehl, considerado pelos estudiosos da área como o maior entusiasta da Eugenia no Brasil (Bonfim, 2017; Diwan, 2007; Silva, 2014; Souza, 2019; Stepan, 2005), trouxe uma definição do termo ao pontua que “a eugenia, como sciencia pura, estuda os factores que regem a evolução humana; como sciencia applicada ella procura utilizar-se desses factores para o melhoramento das famílias e de povos” (Kehl, 1932a, p. 3). Ao longo de sua vida, Kehl cunhou diversos conceitos de Eugenia em suas obras. No livro *Eugenia e medicina social: problemas da vida*, ele afirmou que “a definição de Eugenia é curta, os seus fins é que são imensos:- é a sciencia do aperfeiçoamento moral e physico da especie humana” (Kehl, 1920a, p. 09).

Renato Kehl atuou com destaque na propaganda e difusão da Eugenia no Brasil, teve contato com eugenistas de diversos países da América Latina, Europa e Estados Unidos e concedeu entrevistas sempre trazendo definições e os pontos positivos da Eugenia para o cenário nacional. Em entrevista ao jornal carioca *O Jornal*, Kehl (1920b) trouxe uma definição mais detalhada da Eugenia, reforçando, inclusive, o papel da Educação na ciência eugênica:

ella estuda e procura applicar as questões da hereditariedade, descendência e evolução para a conservação e aperfeiçoamento da especie. Nella se comprehende o estudo e a applicação das questões relativas á influencia do meio, do estado economico, da legislação, dos costumes, do valor das gerações successivas e sobre as aptidões physicas, intellectuales e moraes. A Eugenia basea-se em todas as sciencias bio-sociaes, e tem por um dos escopos principaes divulgar entre o publico conhecimentos hygienicos e eugenicos, para bem do indivíduo, da collectividade e das gerações futuras. [...] Precisamos, pois, sanear o Brasil e ao mesmo tempo eugenisal-o, **educando** o povo nos são principios da hygiene physica e moral (Kehl, 1920b, p. 03, grifo nosso).

Na cartilha *Educação eugénica* publicada por Renato Kehl, em 1932, o eugenista apresentou, dentre outras informações, o que ele chamou de “A definição oficial da palavra ‘Eugenia’” em que resgata os textos de Galton e define a Eugenia como “o controle social das influencias das quais dependem as condições do povo, as quais se dividem em duas classes: 1 - as que afetam o povo em si; 2 - as que afetam a saude do mesmo” (Kehl, 1932b, p. 14). Kehl continua sua análise na publicação e aponta que Galton reuniu-se com cientistas da

Universidade de Londres com base na descrição anterior e eles chegaram à definição: “O termo eugenia deve ser definido como o estudo dos fatores que, sob o controle social, possam melhorar ou prejudicar as qualidades raciais das gerações futuras, quer física, quer mentalmente” (Kehl, 1932b, p. 14). O mentor da Eugenia brasileira finaliza seu texto afirmando que “Em termos mais simples, - aplica as leis da hereditariedade para o aperfeiçoamento integral da humanidade” (Kehl, 1932b, p. 15).

Souza (2012, p. 01-02) define a Eugenia como “um movimento científico e social que se relacionava ao debate sobre raça, gênero, saúde, sexualidade e nacionalismo, apresentando-se freqüentemente como um projeto biológico de regeneração racial”. Enquanto ciência que se firmava no meio científico, a Eugenia utilizou o debate científico no campo da Biologia. Para isso, flertou com diversas teorias, políticas e projetos em voga à época, como a Antropologia criminal, a Higiene-sanitarismo e o branqueamento da população. O movimento eugenista também inferiu, no campo social, por meio de medidas eugênicas para o melhoramento humano, atuando “sobretudo nas ações de cunho repressivo, às populações pobres, aos enfermos, negros e mulatos, indivíduos com deficiências físicas, doentes mentais, imigrantes de nacionalidades consideradas inferiores, viciados e infratores” (Bonfim, 2017, p. 89). Mai e Angerami (2006, p. 253) indicam que “a eugenia alcançou o status de movimento mundial em torno da boa procriação e o Brasil vivenciou a ênfase nesse discurso eugenista nas décadas de 20, 30 e 40”.

Foi nesse contexto que a Eugenia ganhou força e espaço ao dialogar, tanto no ambiente escolar quanto fora dele, com temas emergentes como evolução, seleção natural, progresso, degeneração, mestiçagem e a necessidade da formação de uma identidade nacional e melhoramento racial em muitas nações, como o Brasil. A nova ciência defendia que a reprodução desenfreada dos então considerados inferiores era tida como uma ameaça biológica para o futuro das nações. Assim, o pensamento de que algumas doenças infecciosas, distúrbios mentais, alcoolismo, criminalidade, “bem como os comportamentos sociais patológicos de uma forma geral, derivavam fundamentalmente de fatores hereditários era uma convicção que atraía cada vez mais adeptos no início do século passado” (Bonfim, 2017, p. 83). Para Miranda (2020, p. 35, tradução nossa) “a ciência do cultivo da raça seria aceita em diversos meios, alguns dos quais a consideravam como um insumo básico para o progresso [da nação] e a nivelção dos grupos sociais mais desfavorecidos”<sup>26</sup>.

O Brasil vivia um contexto em que o poder dos homens de ciência crescia e afirmava-

---

<sup>26</sup> Citação original: la ciencia del cultivo de la raza sería aceptada en diversos ámbitos, algunos de los cuales la consideraron como un insumo básico para el progreso y la nivelación de los grupos sociales más desposeídos.

se desde o início do século XX quando estudos sobre Bacteriologia e Medicina tropical passaram a ter uma conotação civilizadora, salvacionista e regeneradora para a nação. O pensamento higiênico-sanitarista transformou-se em uma ideologia para construção da nacionalidade. O pensamento neolamarckista de parte da intelectualidade promovia a união entre as ideias sanitaristas e eugenistas. Assim, estava constituído um terreno fértil para a Eugenia propagar suas ideias e estabelecer-se no cenário político e intelectual com um protagonismo no discurso regenerador da nação “disposta a promover a higiene e o saneamento como panaceia universal, a *intelligentsia* brasileira se viu encantada pela eugenia” (Souza, 2019, p. 58). Miranda (2013) contribui com a discussão ao afirmar que a Eugenia constituiu um mecanismo de reação biopolítica das elites que legitimaram o discurso autorizado com foco na reprodução humana na América Latina.

Neste sentido, a Eugenia brasileira produziu uma intensa atividade política de grupos sociais e intelectuais, muitas vezes, ligados à experiência urbana que buscavam atender às demandas de uma reduzida elite<sup>27</sup> nacional. Foram diversas polêmicas e divergências, numerosos intelectuais debruçando-se nos ideais eugênicos sob vertentes possíveis atreladas às demandas por Educação e Saúde públicas. Apesar de dialogar com vários setores da elite intelectual, como os médicos ligados à Psiquiatria e à Medicina legal, foi com os sanitaristas e higienistas que a Eugenia preferencialmente associou-se.

Stepan (2005, p. 105) aponta que Renato Kehl chamou de eugenismo todas “as atividades que ajudavam a eugenia, incluindo-se aí a educação, o saneamento, os esportes e a higiene”. A associação entre Eugenia e Higiene-sanitarismo “foi tão intensa que os primeiros trabalhos sobre eugenia se confundiram com o próprio ideário ambientalista, sobretudo aquele elaborado por médicos, sanitaristas e higienistas” (Souza, 2019, p. 79). Silva (2014, p. 912) contribui afirmando que “frente às precárias condições sanitárias do país, os eugenistas brasileiros atentavam, sobretudo, para o higienismo, para a eugenia preventiva, que na percepção de Belisário Penna era a verdadeira Medicina Social”. Uma das premissas da Educação sanitária promovida pelo *Instituto de Hygiene* era fornecer estratégias para que, a partir da Educação formal, as crianças servissem como agentes multiplicadores para sanear e higienizar os seus lares o que seria feito por meio dos ensinamentos higiênico-sanitários que os

---

<sup>27</sup> Skidmore (2012) descreve a elite nacional como um número reduzido de pessoas letradas que controlava os instrumentos da cultura e sociedade. “Seriam no máximo algumas dezenas de milhares de pessoas no fim do Império e algumas centenas de milhares em 1940” (Skidmore, 2012, p. 19). As ideias e formação dessa elite eram europeias, tendo influência da Cultura francesa ao longo do século XIX com o advento do iluminismo. Os ideais do liberalismo inglês e estadunidense também ajudavam a moldar a organização política e social brasileiras. Era formada por estadistas, cientistas e intelectuais de diversas áreas do conhecimento (Andrade, 2017).

professores ensinavam nas aulas (Rocha, 2003).

A “higiene” procura melhorar o “meio” e o “indivíduo”; a “eugenia” procura melhorar a “estirpe”, a “raça”, a “descendência”. São preocupações bem diferentes. Outrora acreditava-se que, melhorado o “indivíduo”, estava, por isso, melhorada a “espécie”. Foram os tempos heróicos da Higiene, há uns trinta anos. Naquela época o problema era entregar o homem doente à medicina e o são à higiene, para o proteger. Esta prevenia a doença, aquela procurava curar os doentes. Afinal, verificou-se que a higiene, sozinha, não consegue impedir que surjam certos tipos enfermos. Porque há “doenças da raça”, há doenças ou deficiências do gérmen. E a higiene não vai lá (Roquette-Pinto, 1978, p. 44).

Sobre a Eugenia preventiva com viés neolamarckista e sua relação com o Sanitarismo, os eugenistas entendiam que os venenos raciais como doenças venéreas, tuberculose, alcoolismo e outras drogas e infecções, como a nicotina, poderiam degenerar a prole de pais portadores desses “males”. Renato Kehl (1920c, p. 01) sobre o tema indicou que

sanear corresponde praticar a eugenia denominada preventiva, cujos fins são as defesas da raça contra todos os fatores de degeneração, sejam eles mórbidos (tuberculose, sífilis, impaludismo, verminoses, etc.), sejam eles os venenos sociais. É por isso que a eugenia preventiva corresponde à medicina social.

Um dos movimentos de maior destaque que dialogou com a raça no início do século XX no Brasil foi o Sanitarismo. Ele refutou o pensamento social e político que atribuía à raça, por intermédio dos mestiços, o insucesso econômico e cultural. Para os sanitaristas, o fracasso e a degeneração aconteciam porque a população estava fraca e improdutiva em decorrência de doenças. Posteriormente, muitos eugenistas concordaram com essa ala sanitarista e entendiam que era possível regenerar o Brasil com Saúde, Educação, Higiene e Sanitarismo. Neste sentido, Roquette-Pinto (1941, p. 106) afirmou que “a respeito do povoamento do Brasil, penso que os brasileiros precisam ser educados e não substituídos”. Já os eugenistas mais radicais argumentavam que, apesar de doentes, eles “não abandonavam o estado de imperfeição sob o ponto de vista das leis da hereditariedade. Assim, seria necessário para a regeneração do país um conjunto de ações para tornar os brasileiros doentes e feios em fortes e belos” (Santana; Santos, 2016, p. 32).

Assim sendo, o movimento sanitarista foi de grande importância para a Saúde e Política nacional, “teve um papel central e prolongado na reconstrução da identidade nacional a partir da identificação da doença como o elemento distintivo da condição de ser brasileiro” (Lima; Hochman, 1996, p. 23). As publicações de intelectuais como Belisário Penna, Arthur Neiva (1880-1943), Monteiro Lobato e Euclides da Cunha ofereceram aos políticos o conhecimento sobre o sertanejo e, com ele, a esperança nacional da salvação do povo brasileiro.

A culpa era das doenças e do abandono do povo, como o personagem Jeca Tatu<sup>28</sup> de Monteiro Lobato de 1914 que ganhou uma nova versão em 1918 com a publicação do livro *Problema Vital*, em que o autor alertava que Jeca “estava assim” por causa das doenças e pobreza e não que “era assim”, apontando uma reorientação do personagem da Eugenia para o Sanitarismo, ou seja, o Jeca “agora ele é percebido como produto do abandono e das precárias condições sanitárias (‘Ele está assim!’)” (Silva, 2023, p. 29). Era possível regenerar o povo. “O brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Redimir o Brasil seria saneá-lo, higienizá-lo, uma tarefa obrigatória dos governos (Lima; Hochman, 1996, p. 23).

A Educação por meio do Sanitarismo e Eugenia ganhou espaço no meio social e político com propostas salvacionistas do revigoramento da população. No governo Vargas, nos anos 30, a miscigenação passou a ser considerada como um “cimento constitutivo” da nacionalidade brasileira. O negro, a partir de então, era aceito como parte da sociedade, mesmo que seu desaparecimento estivesse confirmado em mais algumas décadas o que se daria pelo branqueamento ocasionado pela miscigenação. Enquanto isso, ele precisava ser higienizado e sanitizado. Silva (2020) chama esse processo de uma in/exclusão e afirma que ocorreu uma inclusão pela cultura e uma exclusão socioeconômica. O autor assinala que os negros passaram a ter “Direitos políticos, mas não direitos sociais. Toda narrativa daí depreendida será estruturada na negação do racismo no Brasil, haja vista a mestiçagem, constituindo um dispositivo de segurança capaz de impedir os conflitos a partir da anulação das polaridades de cor” (Silva, 2020, p. 288). Desse modo, a mestiçagem anulou a polaridade branco-negro e o pardo surgiu como um eixo norteador dessa construção.

As preocupações eugênicas também estavam no combate aos ‘ambientes disgênicos’, além de doenças como sífilis, tuberculose, ancilostomíase, malária e lepra<sup>29</sup>, muito comuns em todo o país. O médico Miguel Pereira (1871-1918) chegava a descrever o Brasil como ‘um imenso hospital’. O medo do contágio dessas infecções assolava as elites que temiam as “doenças da pobreza”, sendo então necessário que as medidas eugênicas fizessem parte da sociedade. Para Schwarcz (2024, p. 253), “a degeneração racial deixava de ser, pois, só uma questão biológica para virar uma metáfora social”.

---

<sup>28</sup> O personagem Jeca Tatu ganhou novo impulso nacional quando foi utilizado pela campanha presidencial de Ruy Barbosa em 1919 como um protótipo dos motivos do atraso do Brasil. Esse fato foi utilizado pelas revistas ilustradas que representaram diversas caricaturas (Cardoso, 2022).

<sup>29</sup> A lepra passou na década de 1960 por uma revisão no nome da doença e o termo “hanseníase” passou a ser mais aceito, de modo a afastar preconceitos e fantasias sobre a moléstia, além de promover uma atualização da Educação em saúde.

Igualmente, o combate aos ‘vícios sociais’, “considerados altamente prejudiciais à hereditariedade, como o uso dos chamados ‘tóxicos eufóricos’ (álcool, tabaco, morfina e cocaína)” (Souza, 2019, p. 87), era da alçada da Eugenia. O alcoolismo era um dos maiores problemas,

considerado pelos eugenistas como o grande ‘inimigo da raça’, o alcoolismo era visto por Afrânio Peixoto [1876-1947] como uma das principais causas da degeneração racial e do futuro da nacionalidade, sendo responsável, inclusive, pelo grande número de doentes, loucos e criminosos que existiam no meio social. Para Belisário Penna, ninguém escaparia dos males causados pelo alcoolismo, já que ele não produziria apenas ‘degenerados inferiores’, mas, igualmente ‘degenerados superiores’, nas altas camadas sociais (Souza, 2019, p. 89).

O médico Orlando Sampaio, em sua tese doutoral *Hygiene mental e alcoolismo*, tratou sobre a importância do combate ao etilismo para uma sociedade sã e livre de pragas sociais que seriam originadas a partir do consumo de álcool. A Eugenia e a Higiene social estão presentes em sua tese.

De paes alcoolatras geram-se filhos com notavel inferioridade organica e que um nonada tornará alienados. Nos productos que se seguem ainda mais se torna acentuado o cunho de inferioridade e, se não cuidarmos de oppôr uma barreira a esta derrocada da raça ella se terminará fatalmente, na idiotia, na imbecilidade, na debilidade mental, etc. (Sampaio, 1928, p. 07).

O movimento eugenista no Brasil foi marcado por debates de distintas perspectivas com relação à sua fundamentação teórica, propostas de intervenção social e cultural, além do apelo nacionalista que precisava firmar na jovem República. Apesar de existirem grupos defensores da Eugenia negativa, a Eugenia positiva foi a prevalente no país.

Os eugenistas brasileiros utilizaram diversas teorias como embasamento científico, como, por exemplo, Lamarckismo, Mendelismo, Darwinismo dentre outras, sem, contudo, produzir um consenso, o que tornou ímpar a experiência brasileira no desenvolvimento da Eugenia. Desse modo, o movimento eugênico no Brasil não foi único e consolidado, não teve uma prevalência na escolha do referencial teórico, na definição de propostas ou métodos mais adequados para atingir-se o melhoramento humano no país. Seus adeptos envidaram esforços de diversas formas, em frentes variadas, garantindo uma visibilidade para a ciência no cenário social e intelectual da época.

Nancy Stepan (2005) cita uma “apropriação seletiva” de ideias e teorias relacionadas à Eugenia na Europa e nos Estados Unidos absorvidas por grupos e instituições integrantes do movimento eugenista no Brasil, que buscavam ressignificar tais referenciais científicos para a realidade brasileira a partir de tradições e práticas sociais específicas.

Os relatos sobre o homem do Brasil chegaram à elite brasileira apenas depois da obra

*Os Sertões* de Euclides da Cunha em 1902, posteriormente, com o personagem Jeca Tatu do eugenista e escritor Monteiro Lobato, além de escritos de outros autores, como *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás* de 1916 de autoria dos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna, assim como Olavo Bilac (1865-1918), poeta e jornalista carioca que aponta o descaso dos governos com a maioria dos brasileiros, em sua maioria analfabetos (Souza, 2019; Silva, 2015), ou seja, a elite nacional até aquele momento não conhecia a grande massa que compunha o povo brasileiro. Assim surgia o sertanejo. Nas palavras de Silva (2015, p. 20), “estas obras, cada qual à sua maneira, trouxeram o sertão para a agenda nacional [...] e efetivam a ‘descoberta’ do chamado ‘Brasil real’”. Olavo Bilac (1915) reflete sobre o sertanejo:

Nos rudes sertões os homens não são brasileiros, nem ao menos são verdadeiros homens: são viventes sem alma criadora e livre, como as feras, como os insectos, como as arvores. A maior extensão do território esta povoada de analphabetos; a instrução primaria, entregue ao poder dos governos locais, é muitas vezes, apenas, uma das rodas da engrenagem eleitoral de campanario, um dos instrumentos da marroteira politica (Bilac, 1915, p. 05).

A Eugenia ganhou espaço no Brasil, atraindo olhares de uma elite intelectual marcada pela necessidade de progresso aliada à ciência e à urgente configuração de uma identidade nacional a partir da formação de projetos de reforma da sociedade brasileira e de construção do Estado brasileiro. A ciência de Galton trazia consigo a promessa do melhoramento humano, tão desejado para o progresso da nação.

Para João Batista de Lacerda, Renato Kehl e outros tantos eugenistas que figuraram no Brasil nas primeiras décadas do século XX, a morte ou a ausência de reprodução dos não-brancos atuava como uma lógica do racismo de Estado de Foucault (2010), em que a morte (ou o desaparecimento) de uns era em prol de uma melhor vida de outros, ou seja, era preciso eliminar da sociedade os degenerados para o bem viver da raça pura. A morte da raça ruim, da raça impura, dos degenerados, era em nome da vida da raça pura, para uma melhor vida do corpo social. Dessa forma, diversos artifícios foram utilizados para alcançar tais objetivos, como políticas públicas e até mesmo massacres e extermínios. Souza (2019) contribui com o debate ao trazer que ‘elevar o vigor da raça’ vigorava como discurso pelos eugenistas para “integrar o Brasil e conduzi-lo rumo ao progresso e à civilização” (Souza, 2019, p. 71). Discorrendo sobre a biopolítica foucaultiana, Silva (2014) cita que a Eugenia pode ser considerada como o acontecimento biopolítico mais significativo do século XIX.

Na conferência intitulada *A eugenia no Brasil: esboço historico e bibliographico* do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia (CBE), Kehl (1929a) fez um relato cronológico da chegada

dos ideais eugênicos no Brasil. Ele menciona que os primeiros esforços foram alçados por intermédio do professor Souza Lima (1842-1921), que, em 1897, pediu para a Academia Nacional de Medicina o apoio para a defesa de uma lei que tornava obrigatório o exame pré-nupcial que impedia que “*tuberculosos e syphiliticos*” fossem candidatos a casamentos. Embora os exames pré-nupciais tenham sido incorporados como pauta da Eugenia no Brasil, naquele momento, a ciência eugênica ainda não havia chegado na América Latina.

No início do século XX, a ciência de Galton ainda não estava difundida em solo brasileiro e tampouco tinha status de ciência. Alguns pesquisadores em Eugenia e/ou questões raciais no Brasil, como Souza (2019) e Bonfim (2017) concordam com Renato Kehl (1929a) que os primeiros trabalhos nacionais sobre Eugenia ocorreram no início dos anos 1910 com pequenos artigos de autoria de Erasmo Braga (1877-1932), João Ribeiro (1960-1934) e Horácio de Carvalho (1857-1933). Eles ainda referem que o último também publicou, no jornal *Estado de São Paulo*, em 1912, em que era colunista, um artigo com considerações gerais sobre o movimento eugênico na Inglaterra. Góes (2018, p. 121) cita que “nos anos de 1910 e 1920, as ideias de Galton passaram a influenciar médicos brasileiros”.

Diwan (2007) atribui a Lacerda (1911) a autoria do texto mais antigo no Brasil com tema central sobre Eugenia, apesar dessa ciência não ser citada no texto. Silva (2014) concorda que o artigo de Lacerda (1911) tem grande relevância, sendo que, para ele, “o início do movimento [eugenista] no Brasil remonta ao final do século XIX, em que pese não ter sido ainda plenamente explicitado, e via na questão das misturas raciais o maior problema para a construção civilizatória do país” (Silva, 2014, p. 910). Sem mencionar os autores e textos supracitados, Schwarcz (2023, p. 146) afirma, no verbete *Eugenia* no *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas*, que “os movimentos eugênicos começaram a tomar força a partir da década de 1910”. Stepan (2005) é bem generalista sobre o início da Eugenia no Brasil. Ela inicia com a tese de Tepedino (1914).

Em que pese esses pesquisadores contemporâneos não tenham relatado movimentos anteriores a 1912 que façam menção direta à Eugenia em publicações no Brasil, a pesquisa para esta tese possibilitou encontrar **cinco publicações** não explicitadas anteriormente por eles. A **primeira** em 1909, pouco tempo depois da fundação da *Eugenics Education Society* em Londres<sup>30</sup>, em que Azevedo Amaral publicou um texto sobre a nova ciência, que se expandia pela Europa. Ele estava morando na Inglaterra e escrevia semanalmente a coluna *Cartas de Londres* (que depois passou a se chamar *De Londres*) para o jornal *Correio da Manhã*. No texto

---

<sup>30</sup> A sociedade foi fundada em dezembro de 1907. Em 1908, Galton tornou-se presidente honorário e a nova instituição começou, de fato, com suas atividades.

enviado para o Brasil em novembro e publicado na coluna de 19 de dezembro de 1909, Amaral apontou que a ciência eugênica estava em curso como uma proposta radical para regenerar a raça e que a *Eugenics Society* era o núcleo de concentração da atividade eugênica nacional. O avanço das degenerações era um problema para “as grandes massas trabalhadoras da raça branca que succumbam lentamente, em uma decadência progressiva” (Amaral, 1909, p. 02). Ele não menciona a palavra “Eugenia”, mas aponta que “os eugenicistas, adeptos dessa nova ciência de aperfeiçoamento da raça humana. [...] O plano da cruzada salvadora está traçado e aprovado pelos representantes da ciência, em nome dos princípios da biologia” (Amaral, 1909, p. 02). No final do texto, ao focar os degenerados, Amaral (1909, p. 02) afirmou que “não deixa de haver um certo perigo de que aos campeões da regeneração nacional seja dada a honra de inaugurar a câmara letal”. É impossível não remeter este último trecho ao nazismo que, décadas depois, utilizou o artifício descrito nos campos de concentração para o aperfeiçoamento e purificação da raça ariana.

A **segunda** publicação é a citação do movimento eugenista na Inglaterra e na França, como uma ciência que despontava para o aperfeiçoamento da raça humana. O artigo, sem autoria definida, trouxe as novidades da Europa. O texto começa apontando que, em Londres,

os eugenistas envidam todos os seus esforços para operar a selecção de tipos perfeitos, facilitando assim os casamentos entre os indivíduos dos dois sexos mais bem constituídos physica e intellectualmente. Em Pariz existe uma associação para melhoramento da espécie humana e ao mesmo tempo para dissuadir as uniões entre os que não podem trazer para a humanidade senão contingentes de filhos fisicamente defeituosos (Notas..., 1911, p. 05).

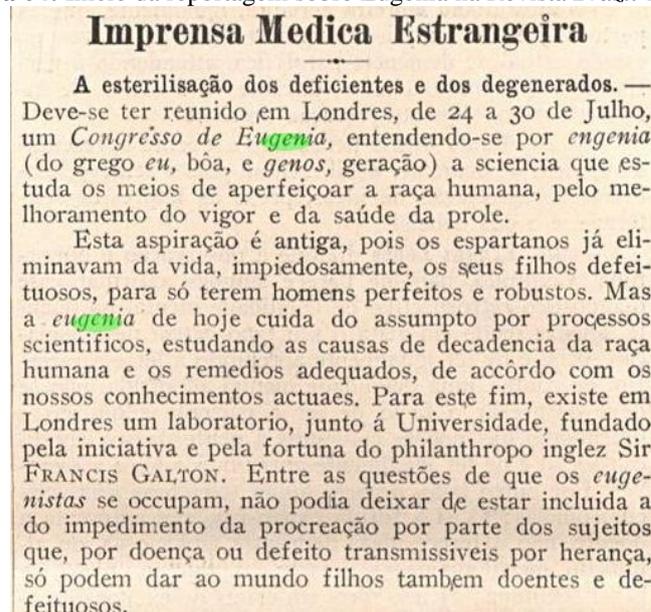
Outros jornais também noticiaram sobre o Congresso Internacional de Eugenia em Londres, ainda em 1912, o que demonstra a força que a Eugenia ganhava paulatinamente no Ocidente. A **terceira** publicação não citada pelos pesquisadores: o jornal *Pacotilha* no Maranhão que publicou em 31 de agosto de 1912 uma reportagem informando que o referido congresso londrino tratou da “pesquisa dos meios científicos para se obter a boa procreação... Trata-se de melhorar a espécie humana, pela seleção científica e, por muito nova que pareça a idéia é original, convenin dizer que o congresso londrino foi presidido por um filho do grande Darwin” (Sabatina, 1912, p. 01).

A **quarta** publicação foi um artigo sem autoria definida intitulado *Ecos do congresso dos eugenistas*, no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 11 de setembro de 1912, que trazia as reverberações do Congresso Internacional de Eugenia em Londres. O texto trouxe as falas de vários professores que abordaram sobre o aperfeiçoamento da raça e a necessidade da beleza física para a prosperidade da raça, como o Professor Roberto Micheli da Universidade de Turim

que disse que “o homem político para chegar a gozar da supremacia de poder, tem necessidade, especialmente se é socialista, de ser dotado pela natureza de beleza física, pois, ao contrário, seria melhor fazer-se cobrador ou agente de companhia de seguros” (Ecos..., 1912, p. 04).

Já a **quinta** publicação ignorada pelos pesquisadores contemporâneos foi em setembro de 1912, quando a revista *Brazil-Médico* publicou uma reportagem sobre o Congresso Internacional de Eugenia em Londres, demonstrando que a nova ciência já apresentava alguma relevância na Europa e como já reverberava na América Latina (figura 04). Vale ressaltar que o texto já traz a palavra “eugenia” como a tradução de “eugenics”, apesar da nomenclatura brasileira só ter sido oficializada em 1914, quando João Ribeiro, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), foi o filólogo responsável por definir a grafia brasileira de Eugenia, em lugar de “eugenética” ou “eugênica”, como almejavam alguns cientistas e gramáticos. Anos mais tarde, ele explicou, em uma publicação no *Boletim de Eugenia*, que o termo Eugenia era mais “eufônico”, mais característico e soava melhor no português, inspirado no idioma italiano (Kehl, 1929a).

**Figura 04:** Início da reportagem sobre Eugenia na Revista *Brazil-Médico*.



**Fonte:** Brazil-Médico, 1912, p. 358<sup>31</sup>.

<sup>31</sup> Texto da figura 04: **Imprensa Medica Estrangeira. A esterilização dos deficientes e dos degenerados.** – Deve-se ter reunido em Londres, de 24 a 30 de julho, um *Congresso de Eugenia*, entendendo-se por *eugenia* (do grego *eu*, bôa, e *genos*, geração) a sciencia que estudo os meios de aperfeiçoar a raça humana, pelo melhoramento do vigor e da saúde da prole. Esta aspiração é antiga, pois os espartanos já eliminavam da vida, impiedosamente, os seus filhos defeituosos, para só terem homens perfeitos e robustos. Mas a *eugenia* de hoje cuida do assumpto por processos scientificos, estudando as causas de decadência da raça humana e os remédios adequados, de acordo com os nossos conhecimentos actuaes. Para este fim, existe em Londres um laboratório, junto á Universidade, fundado pela iniciativa e pela fortuna do philanthropo inglez Sir FRANCIS GALTON. Entre as questões de que os eugenistas se occupam, não podia deixar de estar incluída a do impedimento da procriação por parte dos sujeitos que, por doença ou defeito transmissíveis por herança, só podem dar ao mundo filhos também doentes e defeituosos.

Em 1913, o médico Alfredo Ferreira de Magalhães (1873-1943) foi o responsável pela primeira conferência sobre Eugenia no Brasil em Salvador/Bahia intitulada *Pró Eugenismo*. Professor da Faculdade de Medicina da Bahia e Diretor do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, chamou atenção da plateia, formada principalmente por jovens estudantes de Medicina quanto à importância eugênica da Educação familiar. Em sua opinião, “a educação moral seria um meio eficiente de impedir a propagação de diversos ‘vícios e males sociais’, como o alcoolismo, a prostituição e as doenças venéreas, responsáveis pela degeneração física e moral da raça” (Souza, 2008, p. 149). Magalhães associou-se, em 1913, à Sociedade Francesa de Eugenia e existem registros de que, em 1896, ele já fazia referência a questões que viriam a ser eugênicas no âmbito da Puericultura<sup>32</sup> e no estudo da Higiene (Bonfim, 2017).

Em 1914, durante uma sessão solene na Academia Nacional de Medicina, o médico Miguel Couto (1865-1934), um dos principais médicos brasileiros à época, reconheceu a degenerescência da espécie humana ocasionada por múltiplos agentes e assinalou que “a medicina é a eugenia” (Couto, 1914, p. 272). Renato Kehl não cita alguns dos fatos históricos aqui relatados em sua conferência no CBE, possivelmente, por se autointitular como o primeiro brasileiro a realizar uma conferência sobre Eugenia ao declarar:

a 13 de Abril de 1917 teve lugar a conferencia, **a primeira sobre eugenia**, realizada no paiz [...]. Nella, após um ligeiro exordio, estudei a hereditariedade como fundamento da sciencia de Galton, os factores dysgenicos, a doutrina de Malthus, o direito relativamente à Eugenia, concluindo num appello aos estudiosos para a divulgação e prática das idéas e preceitos eugenicos ao nosso paiz, para a melhoria progressiva da nacionalidade brasileira (Kehl, 1929a, p. 53, grifo nosso).

Retomando a cronologia proposta por Kehl (1929a), em 1914, Alexandre Tepedino, sob orientação do Dr. Miguel Couto, defendeu a tese intitulada *Eugenia* para sua graduação em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nas palavras de Kehl (1929a, p. 53), “o autor condensou com muita habilidade os principaes pontos da doutrina de Galton”. Renato Kehl afirma ainda que Tepedino merece o título de pioneiro em tratar a Eugenia no Brasil, apesar de ter abandonado a causa posteriormente e se dedicado exclusivamente à clínica.

Souza (2006) destaca, ademais, outras iniciativas eugênicas no Brasil, como em 1916 por Charles Armstrong (1871-1963), eugenista inglês que morava no Rio de Janeiro, que publicou um pequeno trabalho afinado com as ideias Darwinistas e Mendelianas intitulado *Melhoremos a Nossa Raça*. O historiador cita ainda que o médico João Henrique publicou, em

---

<sup>32</sup> Puericultura é a área na Saúde que se dedica aos cuidados do ser humano em desenvolvimento físico e psíquico das crianças desde o período gestacional até a puberdade (Houaiss; Villar, 2009). A puericultura, os esportes de equipe e a Educação física são exemplos de importantes áreas em que a Eugenia teve intensa atuação e apoio político durante o Estado Novo (1937-1945) (Koifman, 2012).

1917, o livro *Do conceito eugênico do habitat brasileiro*, ressaltando a importância da Eugenia para o futuro e progresso da nação.

Após essas publicações pontuais, a conferência proferida por Renato Kehl, em 13 de abril de 1917, no salão da Associação Christã dos Moços de São Paulo (ACM) é considerada um grande marco do início da Eugenia no país. A partir daí, importantes movimentos ocorreram na Eugenia brasileira, movimentando o meio científico, intelectual e político. Era o começo do médico como propagandista e difusor da Eugenia, principalmente, no meio médico e intelectual do país, em que pese o próprio Kehl (1933, p. 20) tenha declarado, anos mais tarde, que pensava e estudava sobre a Eugenia “desde essa época [1912], após o memorável Congresso de Eugenia de Londres, que esta ciência representa a ocupação predileta dos nossos lares e, mesmo, dos nossos afazeres”. O discurso na ACM foi publicado na íntegra seis dias depois na edição paulista do *Jornal do Commercio*. Reproduziu ainda essas informações no artigo *Eugenia no Brasil: esboço histórico e bibliographico* e na abertura das conferências do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia em 1929.

No dia 02 de dezembro de 1917, o jornal *Correio Paulistano* divulgou a informação da aprovação do empréstimo do salão da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (SMC-SP) a pedido de Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1920), Diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, para a reunião de fundação SESP que ocorreu no ano seguinte. A sessão ordinária da SMC-SP ocorreu na noite do dia primeiro de dezembro de 1917 e contou com a presença de Kehl, que, inclusive, chegou a ser parabenizado pelo presidente da SMC-SP, ratificando o apoio da sociedade para a fundação da SESP. Na mesma nota do jornal, são relatados os princípios eugênicos que norteariam a SESP (A Sessão..., 1917).

A SESP foi criada nos mesmos moldes da *Société Eugénique Française*. A solenidade de sua fundação aconteceu em 15 de janeiro de 1918 no grande salão nobre da Santa Casa de Misericórdia com a presença de um grande número de médicos da capital e interior, membros da SMC-SP. Segundo Kehl (1929a), a agremiação chegou a contar com 140 membros associados, dentre eles, diversas personalidades importantes da elite intelectual. A imprensa repercutiu a criação da SESP, como o *Correio Paulistano*, do dia 15 de janeiro de 1918, que definiu a fundação como uma “bella iniciativa da classe medica paulista” e a Eugenia como sendo “a sciencia que nos ensina a lapidar as cristas defeituosas da nossa organização para garantir a integridade moral e physica da especie humana” (Fundou-se..., 1918, p. 03).

Em 1919, a SESP publicou os *Annaes de Eugenia*, “no qual se acham os discursos, conferencias e trabalhos realizados pela Sociedade, desde a sua fundação, excepto os das sessões extraordinarias das quaes foram tratados da projectada reforma do artigo 183-IV do

Código Civil” (Kehl, 1929a, p. 56). No texto, Kehl ainda traz alguns marcos da Associação, que também traz informações sobre o artigo do Código Civil supramencionado.

Bonfim (2017) aponta que, na conferência inaugural da SESP, o Dr. Rubião Meira (1878-1946) relatou a importância da Eugenia no contexto daquele tempo, que a então ciência de Galton era a porta de entrada para o melhoramento humano na sociedade brasileira. Os argumentos apresentados serviram de base para angariar mais adeptos no meio intelectual e político, não se restringindo apenas à classe médica. A estreita relação entre a Eugenia e o neolamarckismo foi crucial para a primeira ganhar espaço e simpatia na elite brasileira, visto que se mostrava como recurso científico para a regeneração racial da população, juntamente com esforços nas áreas de Saneamento e Educação. O declínio e o encerramento das atividades da SESP ocorreram após a morte de Arnaldo Vieira de Carvalho em 1920 e depois da mudança de Renato Kehl, principal entusiasta e fundador da sociedade paulista, para o Rio de Janeiro (Kehl, 1929a).

Nos anos 1920, a Eugenia associou-se também com os preceitos da Psiquiatria. Criminalidade, delinquência, prostituição e doenças mentais enquanto problemas sociais que estavam cada vez mais ligadas ao patrimônio hereditário dos indivíduos. A Eugenia despontava como uma solução para regenerar a população também no quesito mental. Desse modo, cientistas como Gustavo Riedel (1887-1934), Juliano Moreira (1872-1933), Miguel Couto, Ernani Lopes (1885-1975) e outros fundaram, em 1923, a *Liga Brasileira de Higiene Mental* (LBHM). “Os principais assuntos eugênicos que entusiasmaram a LBHM se relacionavam às discussões sobre raça, imigração, higiene mental, alcoolismo, mestiçagem, crime, delinquência e prostituição. O fundo teórico destas discussões era marcado pela biologia neolamarckista” (Souza, 2012, p. 11).

A LBHM intensificou a atuação sob os preceitos eugenistas a partir de 1926. A defesa da esterilização de indivíduos doentes, a condenação da miscigenação, a proibição da imigração de não-brancos e os três instrumentos jurídicos idealizados por Hitler: instalação de tribunais de Eugenia, reforma eugênica dos salários e seguro paternidade eugênico, estavam entre as linhas de atuação da Liga. Para seus membros, os vícios, a ociosidade e a miscigenação eram responsáveis pela degradação moral e social no Brasil (Bolsanello, 1996).

Em 1927, o principal expoente da Eugenia no Brasil, Renato Kehl, teve um revés em seu pensamento sobre a ciência de Galton. Naquele ano, ele deixou o cargo no *Departamento Nacional de Saúde Pública* e passou a dedicar-se ao cargo de Diretor da *Indústria Química e Farmacêutica Casa Bayer*, no Brasil. Essa nova função aliada ao crescimento do interesse e divulgação da Eugenia no país, bem como as polêmicas nesse campo que se disseminavam pelo

meio intelectual contribuíram para a mudança em seu pensamento e nas suas posições ideológicas sobre a Eugenia em solo brasileiro.

Em 1928, Renato Kehl passou cinco meses na Alemanha a serviço da *Casa Bayer*, visitou Universidades, Museus e Institutos de Eugenia e Antropologia pela Europa, realizou pesquisas no *Instituto de Eugenia de Berlin*, alimentou-se com os ideais nazistas direto na fonte e retornou ao Brasil disposto a defender medidas mais radicais (Eugenia positiva), que incluíam medidas mais invasivas como esterilização e mutilações para o combate à reprodução dos degenerados (figura 05): “a esterilização, medida eminentemente eugenica, deve ser instituída no nosso país, como já o é nos Estados Unidos da América do Norte. Suas vantagens são indiscutíveis á luz de razões positivas e práticas” (Kehl, 1933, p. 185). Para Adolf Hitler (1922) citado por Munanga (2020) e admirado por Kehl, existia uma hierarquia das raças humanas e a mestiçagem era condenada e considerada uma degenerescência e vergonha racial.

Figura 05: Reportagem de 1935 na primeira página do jornal *O Globo* em que Kehl defende a implantação da esterilização às vésperas da 1ª Conferência Inter-americana de Hygiene Mental.



Fonte: Adoptará..., 1935, p. 01.

Em 1929, a produção científica sobre Eugenia era tão intensa que Athayde afirmou que “há dez annos atraz, quem pretendesse escrever sobre Eugenia lutava com falta de documentação. Hoje luta com excesso della. Multiplicaram-se, por tal forma, em tão poucos

annos os livros, os congressos, as sociedades, as revistas, girando todos em torno do problema da raça” (Athayde, 1929, p. 04).

Até então, Kehl era mais adepto da Eugenia positiva, acreditava no neolamarckismo que utilizava, sobretudo, a Educação, o Sanitarismo e a Higiene como instrumentos eugenizadores. A reorientação do pensamento de Kehl fica evidente em diversas passagens de sua extensa bibliografia, como afirmou, em 1920, que “a transmissão de vícios e degenerescências, é tão positiva como o é a dos traços physionomicos, dos caracteres de semelhança” (Kehl, 1920a, p. 33). Em oposição, o mesmo médico manifestou-se, em 1932, que “o individuo torna-se o que é, por influencia do meio em que vive. Taes caracteres adquiridos não são transmissiveis” (Kehl, 1932c, p. 08). Do ponto de vista teórico, Kehl (1929b) passou a aceitar o mendelismo, em detrimento ao neolamarckismo, que acreditava até então, mas admitia a hereditariedade induzida, ou seja, entendia que algumas condições ambientais, por exemplo, intoxicações por álcool, ações patogênicas decorrentes da sífilis, tuberculose e outras doenças, perturbavam as células reprodutoras e davam origem a “taras hereditárias”. Porém, se um indivíduo nessa condição fosse tratado, poderia gerar filhos saudáveis. Kehl (1929b) ainda condenava os casamentos inter-raciais e julgava os mestiços como “inferiores”, além de acreditar na tese de João Batista de Lacerda de que os negros e os mestiços desapareceriam em três gerações<sup>33</sup>.

Sobre os fatores degenerativos, em seu livro *Sexo e Civilização: Aparas Eugênicas*, Kehl (1933) abordou a sobrecarga dos úteis e produtivos em ter que suportar os degenerados e impuros. É pertinente a comparação com o fardo do homem branco do poema *O Fardo do Homem Branco* (*The White Man's Burden*) do estadunidense Rudyard Kipling, publicado em 1899, quando Kehl (1933, p. 35, grifo nosso) afirma ter

a impressão cada vez mais nítida de que a degeneração campeã infrene e de que o número de medíocres, de debeis mentais, de incapazes, de cacoplastas, em suma, cresce, de modo assustador, afligindo, constringendo, **quasi esmagando a parcela boa e progressista da humanidade**. Se a lei inexorável da luta pela vida ainda se impusesse, completamente, sob a qual sucumbem os fracos e triunfam os fortes, a maior parte dessa residualha, que vem surgindo clandestinamente, violando os preceitos da ‘boa geração’, estaria condenada a perecer logo nos primeiros lances da aspera peleja. Tal, infelizmente não acontece, não mais se podendo contar com a selecção que outrora constituia o crivo eficaz contra todos os indesejáveis e que agora **sobrevivem em grande número para sofrer e, para sobrecarregar os elementos úteis e produtivos**.

A degeneração estava amplamente difundida no meio intelectual. Oliveira Vianna, um

---

<sup>33</sup> Na legenda que acompanhou a imagem da pintura *A redenção de Cam* de Modesto Brocos (1852-1936), pintada em 1895, no artigo *Sur les metis au Brésil* em francês apresentado no Congresso Universal das Raças em 1911, veio a inscrição “Le nègre passant au blanc, à la troisième génération, par l’effet du croisement des races” que em tradução livre seria: “o negro passado ao branco em três gerações pelo efeito do cruzamento de raças”.

dos sociólogos mais lidos pela elite letrada até a publicação de *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre (1900-1987), escreveu, em seu livro *Populações meridionaes do Brazil* (volume 1), publicado em 1920, que a mistura de raças obedeceria a uma lei da Antropologia que, no decorrer de algumas gerações, a prole voltaria a um dos tipos geradores. Dessa forma,

quando os cruzamentos surgem da fusão de raças muito distintas, os retornos têm, em regra, um caracter degenerescente: o elemento inferior é que se reconstrói, de preferencia, e absorve os elementos da raça superior. [...] Os mestiços desta especie são espantosos na sua desordem moral, na impulsividade dos seus instintos, na instabilidade do seu caracter. [...] Os vadios congenitos e incorrigiveis das nossas aldeias, os grandes empreiteiros de arruaças e motins das nossas cidades são os especimens mais representativos desse grupo (Vianna, 1920, p. 108-109).

Seguindo a cronologia da Eugenia nacional, em janeiro de 1929, apenas três meses depois do retorno de Kehl da Alemanha nazista, foi publicada a primeira edição do periódico *Boletim de Eugenia* (figura 06). Publicado até 1933, o periódico especializado esteve presente em um momento em que a elite brasileira aproximava-se dos ideais eugênicos, sobretudo, em temas relacionados ao fortalecimento e regeneração da população brasileira em tempos de turbulência nos âmbitos social, econômico e político.

**Figura 06:** Capa da edição de abril/1929 do *Boletim de Eugenia* com imagem de Francis Galton.

# BOLETIM DE EUGENIA

MENSAL

<p>EDITADO em propaganda do <b>Instituto Brasileiro de Eugenia</b> Cajá Postal 2926 - Rio de Janeiro - Brasil</p>	<p>ABRIL DE 1929</p> <p>VOL. I - NUM. 4</p>	<p>Direcção e Propriedade <b>DR. REAYTO KEHL</b> Rua Smith Vasconcellos, 63 - (Aguas Ferventes) CAIXA POSTAL 2926 - RIO DE JANEIRO - BRASIL</p>
---	---	---

A EUGENIA tem por fim cooperar para o augmento progressivo dos homens physica, psychica e moralmente sadios; para a diminuição paulatina do contingente dos fracos, doentes e degenerados, - concorrendo, desse modo, para a constituição de uma sociedade mais sã, mais moralizada, em summa, uma *humanidade* equilibrada, composta de individuos fortes e bellos, elementos de paz e de trabalho. — *R. Kehl.*

EUGENICS is the study of agencies under social control that may improve or impair the racial qualities of future generations, either physically or mentally.— The Eugenic Society, London.

**Eugenia e procreação**

PELO DR. SEBASTIAN RECASENS

Doutor da Faculdade de Medicina de Madrid

(Resumo feito pelo Prof. Luis Huerta da conferencia inaugural do 1º curso eugenico hispanhol, organizado pela «Gaceta Médica Española»).

A Eugenia é sciencia muito antiga. Suas primeiras observações apparecem nos poemas homericos e nas obras gregas de Euripeles, Aristophanes, Platão e outros classicos, que a denominam *eugenete* ou *eugene*; sua constituição scientifica, porém, effictuou-se no seculo XIX, tendo o inglez Galton ideado a palavra *Eugenie* para denominar a sciencia que tem por objecto a hygiene da raça, tanto sob o aspecto physico como psychico.

Os gregos preoccuparam-se, com effeito, de preferencia com o aspecto physico dos reconhecidos, especialmente Esparta, que applicava unicamente possuir bons soldados. Assim, eram examinados e condemnados todos os que apresentavam alguma defeição physica ou um grau extremo de debilidade que os impedisse de alcançar um desenvolvimento adequado a seu genero de vida bélica, na idade adulta.

Esta selecção não é a da Eugenia moderna, que attende tanto ao vigor physico como ao desenvolvimento intellectual, procurando um equilibrio que possa expressar-se com o classico



SIR FRANCIS GALTON

(Photographia tirada de um quadro de veludo pintor Ferns, quando Galton tinha 82 annos)

Galton era primo do celebre naturalista Ch. Darwin. Foi um tipo perfeito e equilibrado de homem: physicamente robusto, psychicamente um superior; moralmente um tipo superior. Como medico, naturalista, antropologista e philosopho de grande destaque, dedicou-se por muitas annos e com o maior brilhantismo ao estudo da degeneração humana. Escreveu toda a sua magnifica fortuna na fundação do Laboratorio de Eugenia, annexo á Universidade de Londres, e qual se dedica ao estudo da hereditabilidade e ao estudo de todas as condições sob as quaes a physica e mental do homem.

sphorismo de Juvenal — *mens sana in corpore sano*. Define-se hoje Eugenia como o conjunto de regras para a applicação das leis biologicas ao aperfeiçoamento da especie humana.

Não se concebe que possam existir espiritos fortes em organismos degenerados, pois a mente guarda estreita relação com a constituição corporal, com a estrutura do cerebro. A Eugenia seria uma sciencia unilateral, se tratasse somente do aperfeiçoamento physico da humanidade. E' curioso o que succede com os estudos eugenicos. Ouvimos frequentemente falar de melhoramento da raça, da especie humana, e dizemos:— Sim, são cousas muito interessantes, bellissimas concepções! E dahi não passamos.

Fonte: Boletim de Eugenia, 1929a, p. 01.

Na primeira edição do *Boletim de Eugenia*, Renato Kehl (1929c, p. 01, grifo nosso) tratou sobre os propósitos da Eugenia, sendo que a Educação figurava como protagonista.

Prendem-se os seus designios ao estudo e aplicação das questões da hereditariedade, descendencia e evolução, bem como as questões relativas às influencias do meio, economicas e sociais; está dentro da sua esphera investigar o papel representado pela **educação**, costumes, emigração, imigração, mestiçagem, e todos os demais factores que atuam sobre os nossos semelhantes, – com o fito não só de derivar novos conhecimentos e de abrir outros campos de investigação, como de estabelecer valiosos ensinamentos e regras praticas para a regeneração contínua da especie.

Ainda em 1929, seis meses depois da primeira edição do *Boletim de Eugenia*, ocorreu o CBE, evento marcante na ocasião das comemorações do centenário da Academia Nacional de Medicina (ANM)<sup>34</sup>, presidida pelo respeitado médico Miguel Couto. Roquette-Pinto (1941) chegou a declarar que Couto fundou o CBE por amor à raça. Naquele momento, era grande a articulação política em prol da incorporação de medidas eugênicas como políticas públicas por parte do Estado, como informou o primeiro volume das *Actas e Trabalhos* do CBE (1929). O congresso reuniu grande parte da elite intelectual e eugenista do país e até estrangeiros em discussões acaloradas, evidenciando a diversidade de orientações teóricas e propostas do movimento eugênico brasileiro, unidos apenas pela urgência do revigoramento nacional. Para Souza (2012, p. 13), essa reorientação ocorreu, principalmente, em relação às

questões relativas à regeneração racial, imigração, higiene mental, doenças venéreas e alcoolismo, leis matrimoniais como o exame pré-nupcial e até mesmo questões relativas à esterilização eugênica. Uma das discussões que mais polêmica gerou foi mesmo o debate em torno dos fundamentos científicos da eugenia, como o debate entre neolamarckistas e mendelianos, indicando os novos rumos que o movimento eugênico brasileiro seguiria nos anos seguintes.

Pouco antes do CBE, Renato Kehl publicou o livro *Lições de Eugenia*, que foi muito discutido no evento. O livro trazia os objetivos do programa de Eugenia: “favorecer a estabilização de qualidades hereditárias ótimas e impedir a aquisição de caracteres degenerativos e transmissíveis hereditariamente” (Kehl, 1929b, p. 06). No CBE, a obra recebeu tanto elogios de adeptos à Eugenia negativa, como Miguel Couto, Azevedo Amaral e Ernani Lopes, dentre outros, quanto recebeu severas críticas dos adeptos da Eugenia positiva e preventiva, como Roquette-Pinto, Belisário Penna, Fróes da Fonseca, Fernando de Magalhães (1878-1944) e Levi Carneiro (1882-1971), entre outros intelectuais respeitados no movimento

---

<sup>34</sup> O fato do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia ser o ápice das comemorações do centenário da Academia Nacional de Medicina demonstra a importância que o movimento eugenista teve na sociedade. Em 1932, Renato Kehl foi eleito como membro titular para a Academia Nacional de Medicina, décadas depois, em 1968, recebeu o título de membro emérito da mesma instituição pelo reconhecimento da sua atividade médica e científica em prol da pátria e do acervo nacional.

eugenista<sup>35</sup>. Os dois grupos de eugenistas protagonizaram discussões acaloradas em conferências do CBE.

Nas três primeiras décadas do século XX, a Eugenia estava difundida no Brasil com grande apelo social e demandas nas áreas de saneamento e instrução pública, o que unia médicos, antropólogos, advogados e intelectuais, como literatos e professores em prol de mudanças sociais que possuíam suas divergências e tensões em seus campos profissionais. O descontentamento político da época era latente e crescente entre os diversos setores da sociedade, de modo que era urgente a questão nacional, o que tornava o ambiente político instável (Bonfim, 2017).

Em 1º de abril de 1931, foi criada a CCBE. A comissão iniciou suas atividades como uma tentativa de coordenação dos eventos eugenistas mundiais com instituições voltadas para a divulgação da Eugenia. Fundada por Renato Kehl, Octávio Domingues, Belisário Penna, Ernani Lopes e outros eugenistas, a instituição era filiada à *Federação Internacional das Associações Eugênicas* e tinha por modelo a *Sociedade Alemã para a Higiene da Raça*. Os objetivos da CCBE eram:

- a) manter no país o interesse pelo estudo das questões de hereditariedade e eugenia;
- b) propugnar pela difusão dos ideais de regeneração física, psíquica e moral do homem;
- c) prestigiar ou mesmo auxiliar, ad libitum, toda organização científica ou humanitária de carácter eugenico (Kehl, 1932d, p. 13).

Renato Kehl ainda vislumbrava a criação do *Instituto Brasileiro de Eugenia* na década de 1930, mas a instituição não conseguiu ser criada, principalmente, por motivos políticos, visto que, em fins dos anos 1930, a Eugenia nazista já começava a ser malvista por alguns intelectuais brasileiros. “A ideologia oficial professada pelo Estado brasileiro era de valorização da mestiçagem e da formação antropológica do país, o que contrariava em muitos aspectos as pretensões de um tal instituto de eugenia” (Souza, 2012, p. 16). No período do Estado Novo<sup>36</sup>,

---

<sup>35</sup> Apesar de Renato Kehl ser considerado o maior expoente da Eugenia nacional por diversos pesquisadores como Bonfim (2017), Diwan (2007), Silva (2014), Souza (2019), Stepan (2005), ele sofreu duras críticas em sua vida acadêmico-profissional, como Fróes da Fonseca (1929, p. 78), que afirmou no CBE: “Emquanto vae a sciencia abrindo penosamente o seu caminho, segue-lhe os passos a constante cohorte de aproveitadores do momento, dos que, á sombra do seu prestígio, fazem de hypotheses dadas como factos, de affirmações transfiguradas em documentos, de fragmentos doutrinários torcidos [...]. Tal é o caso infelizmente do livro que acaba de ser distribuído, por ocasião deste Congresso, pelo Dr. Renato Kehl, sob o título ‘Lições de Eugenia’”.

<sup>36</sup> Cumpre salientar que, no período, a intelectualidade estava em plena efervescência de ideais nacionalistas. Naquele momento em que a atmosfera eugenista estava mais radical, com muitos defendendo a Eugenia positiva, a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi criada pelo jornalista e escritor Plínio Salgado (1895-1975) em 1932. Inspirada no conservadorismo e no fascismo italiano de Benito Mussolini (1883-1945), possuía como objetivo a construção de uma sociedade tradicional regulada pela moral cristã em oposição ao liberalismo. “Os integralistas aliaram-se a Vargas, que lhes garantiu espaço, sem restrições nem censuras, até 1938. Puderam publicar jornais e livros e obtiveram a aprovação do seu uniforme pelo Ministério da Guerra” (Carneiro, 1995, p. 42).

pairava a ideia de Oliveira Vianna, que defendia um Brasil racial e culturalmente miscigenado. Esse legado foi assimilado pelo governo e setores sociais que apoiavam uma ideologia nacionalista fundada na ideia de unidade nacional (Schwarcz, 1993; Bonfim, 2017).

Muito embora as propostas eugênicas apresentadas e defendidas ferrenhamente pelos intelectuais brasileiros tivessem origem na ciência de Galton, elas não seguiram fielmente as doutrinas pensadas e aplicadas na Europa e Estados Unidos e “frequentemente não guardavam qualquer proximidade com a eugenia” (Koifman, 2012, p. 68). “Os eugenistas norte-americanos, por exemplo, pregavam a esterilização de seres humanos e não interpretavam a prática de educação física, o saneamento e a higiene como projeto propriamente eugenista [como praticado no Brasil]” (Koifman, 2012, p. 74).

Stepan (2005, p. 76) aponta que “aos olhos ingleses, a eugenia brasileira pode ter parecido um exemplo de pensamento científico equivocado ou desleixado” ao passo em que traz a discussão de que a Eugenia brasileira foi uma importante variante do movimento eugênico mundial que possuía destaque em toda a América Latina. Predominantemente não mendeliana, o modelo de Eugenia brasileiro produziu valores e saberes particulares, alguns dos quais serão discutidos nesta tese sob as lentes do racismo de Estado foucaultiano.

O eugenista britânico K. E. Trounson, em 1931, após estudar textos produzidos por brasileiros, destacou que

aparentemente, os brasileiros interpretam a palavra [Eugenia] de forma menos restritiva que nós, e levando-a a cobrir boa parte do que chamaríamos de higiene e sexuologia elementar, além de não traçarem distinções claras entre condições congênitas devidas a danos e doenças pré-natais que são estritamente genéticas. [...] A genética e a seleção natural e social são bastante negligenciadas; a visão é mais sociológica que biológica (Trounson, 1931, p. 236 *apud* Stepan, 2005, p. 76).

Neste sentido, Koifman (2012) aponta que a Eugenia no Brasil teve uma conotação elástica<sup>37</sup>, fugindo da tradicional Eugenia europeia e estadunidense, “porque foi preciso estabelecer outro modelo que **não** considerasse a formação do povo brasileiro como necessariamente degenerado” (Koifman, 2012, p. 74, grifo nosso). Assim, o uso da palavra “Eugenia”, ainda que complexa para a realidade nacional miscigenada, soava como moderna, científica, acadêmica, internacional, civilizada e futurista, tudo que a elite brasileira almejava para a nação.

---

<sup>37</sup> A elasticidade da Eugenia no Brasil pode ser facilmente constatada com a grande abrangência dos assuntos tratados, por exemplo, no primeiro e único Congresso Brasileiro de Eugenia (1929), dentre eles: matrimônio, Educação eugênica, proteção da nacionalidade, tipos raciais, importância dos arquivos genealógicos, imigração asiática e africana, campanhas antivenéreas, tóxicos, tratamento dos doentes mentais, proteção à infância e à maternidade, Antropologia, hereditariedade, diferenças anatomo-fisiológicas nas raças humanas, Educação física, consanguinidade, maternidade etc.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a descoberta das atrocidades realizadas por Hitler em nome da pureza racial, intelectuais ligados à Eugenia no Brasil caíram no ostracismo. Alguns também reorientaram suas biografias a fim de negar a ligação com a Eugenia. Pelo mundo não foi diferente,

os centros de estudo eugenistas norte-americanos trataram de reconsiderar alguns de seus conceitos ou pelo menos modificar seus discursos e ser mais cuidadosos com eles. Na conjuntura do pós-guerra e nas décadas seguintes, em razão de uma certa acomodação, mais simples e confortável da versão ideológica da história, o ideal eugenista passou a ser majoritariamente associado unicamente à sua versão nazista. Dessa forma, 'instituições eugenistas americanas prontamente trocaram seus nomes de eugenia para genética (Koifman, 2012, p. 83).

Apesar de não ser um movimento unificado e contar com vários grupos de adeptos às variedades eugênicas, muitos eugenistas conseguiram realizar contatos políticos afinados e participaram ativamente na conformação de políticas sociais em áreas como Saúde, Educação, Política imigratória, Higiene social e Sanitarismo (Diwan, 2007; Stepan, 2005).

Souza (2019) assevera que Renato Kehl buscou formar uma **rede de poder** para divulgação da Eugenia no país. Para Foucault (2010), o exercício do poder é um conjunto de ações sobre ações possíveis, ele opera sobre o campo da possibilidade em que se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos. Pode incitar, induzir, desviar, facilitar ou tornar mais difícil, além de ampliar ou limitar, ou ainda tornar mais ou menos provável. Neste sentido, o poder consiste na condução de condutas. O filósofo descreve a conduta como sendo o ato de conduzir os outros, com mecanismos de coerção e a maneira de comportar-se em um campo mais ou menos aberto de possibilidades.

### **3.3 A mestiçagem como entrave civilizatório e o projeto de branqueamento**

A mistura de raças, conhecida como miscigenação, é um dos pilares da organização social do Brasil. Sem ela, a colonização portuguesa não teria se desenvolvido com êxito. A mestiçagem foi utilizada ao longo da História do país, principalmente, de acordo com os interesses da elite dominante. Em que pese tenham ocorrido casamentos/relacionamentos naturalmente (não conduzidos) entre pessoas de raças sociais diferentes, a miscigenação passou por diversas fases em que a condução de condutas foi ponto marcante no contexto social de cada época.

O mestiço é o ponto de encontro com o desconhecido. Ele é o ponto de guinada que separa o velho do novo, haja vista que o novo é, desde sempre, um encontro fortuito e crítico entre realidades díspares. Por isso, o mestiço arruína com valores estabelecidos, ao mesmo tempo em que se faz cicerone dos novos tempos. Podemos

supor que a presença do mestiço é o sinal de renovação dos valores. Se ele derruba conceitos, é porque divide o mundo em épocas (Sá; Coelho; Mendes, 2022, p. 171).

Ao longo dos séculos, a miscigenação foi utilizada como estratégia de governo e biopolítica por meio da condução de condutas do corpo populacional por intermédio de mecanismos de saber/poder empregando leis, regulamentos, sexualidade dos indivíduos, normalização e subjetivação para salvaguardar e conduzir os sujeitos da sociedade brasileira seguindo os interesses da elite intelectual branca, no sentido de condenar ou estimular a mestiçagem.

Para Foucault, governar por meio da condução de condutas é estruturar um campo de ação. Para o filósofo, o termo “conduta”,

apesar de sua natureza equívoca, talvez seja um daqueles que melhor permite atingir aquilo que há de específico nas relações de poder. A “conduta” é, ao mesmo tempo, o ato de “conduzir” os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em “conduzir condutas” e em ordenar a probabilidade. O poder [...] não se referia apenas às estruturas políticas e à gestão dos Estados; mas designava a maneira de conduzir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes [e dos grupos raciais] (Foucault, 1995, p. 244).

Para entender o processo da mestiçagem como entrave civilizatório no início do século XX, será necessário fazer uma digressão para analisar e problematizar a história dos usos e da constituição da mestiçagem no Brasil enquanto fenômeno biopolítico.

O mestiço/pardo foi elevado à uma espécie de “categoria racial” ainda no contexto escravista do período colonial, visto que, a depender da cor da pele, os escravizados tinham tratamentos diferenciados por parte de seus senhores. Pessoas mais claras, ou seja, pardas/mestiças, poderiam cuidar dos serviços domésticos e até galgar um cargo de confiança de seu proprietário, enquanto os africanos recém-chegados e os mais retintos eram colocados em serviços mais pesados, como nas lavouras.

Para Prado Júnior (2011, p. 105), sem a “excepcional capacidade do português em se cruzar com outras raças”, a tentativa de colonização portuguesa nas novas terras teria sido fracassada. O autor continua “Graças a ela [capacidade portuguesa de se misturar], o número relativamente pequeno de colonos brancos que veio povoar o território pôde absorver as massas consideráveis de negros e índios que para ele afluíram ou nele já se encontravam” (Prado Júnior, 2011, p. 105).

No Brasil Colônia (1500-1822), Mary del Priore (2016a) esclarece que a grande maioria dos casamentos ocorria entre iguais dentro das uniões legalizadas: brancos com brancos, pardos

com pardos, crioulos com crioulos<sup>38</sup>, pretos com pretos. Para a autora, as uniões mistas “eram menos recorrentes e se davam à margem do sistema oficial de casamentos. [...] Apenas um entre cinco casamentos reunia pessoas de etnias diferentes” (Priore, 2016a, p. 349). Isso significa que, ainda que fosse uma categoria racial socialmente instituída, o mestiço não deveria misturar-se com outras raças.

Em que pese, a mestiçagem, nesse contexto, fosse condenada, o mestiço conseguia movimentar-se nos mundos do branco e do preto, ao passo em que conseguia melhores postos de trabalho escravo, por conta do tom mais claro de sua pele. Os pardos também tinham uma vida mais satisfatória já que não viviam com o banzo e a saudade de sua terra natal, como os pretos africanos e não tinham a sensação de frustração dos brancos colonos por estarem separados de uma Europa civilizada que não conheciam.

Desde o século XVI, entrou em prática um fenômeno social chamado de cunhadismo, conforme Darcy Ribeiro (1922-1997), que o define como uma “instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro [...], velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa” (Ribeiro, 2015, p. 63). Cada europeu que chegava na costa “podia fazer muitíssimos desses casamentos, a instituição funcionava como uma forma vasta e eficaz de recrutamento de mão de obra para os trabalhos pesados” e, de certo modo, aumento da população (Ribeiro, 2015, p. 63). Era a miscigenação sendo estimulada.

O cunhadismo fez “surgir a numerosa camada de gente mestiça que efetivamente ocupou o Brasil” (Ribeiro, 2015, p. 64). Ao passo em que outros grupos de europeus (não portugueses) que chegavam também aplicavam essa prática, a Coroa Portuguesa, por outro lado, combatia esse fenômeno. O aumento da população de europeus de outras nacionalidades poderia ameaçar a hegemonia do Império Português. O projeto da realeza portuguesa para as novas terras “era enfrentar seus competidores povoando o Brasil através da transladação forçada de degredados” (Ribeiro, 2015, p. 66). Assim, foram enviados prostitutas, condenados, ciganos e outros indivíduos indesejados ao país europeu.

Em 1758, a Coroa Portuguesa, por intermédio do *Diretório Pombalino*, também conhecido como *Diretório dos Índios*, estimulava os casamentos entre indígenas e brancos. Era preciso povoar as terras das capitanias ao norte e esta foi uma importante legislação que serviu

---

<sup>38</sup> Os escravizados eram categorizados. Os crioulos eram escravizados nascidos no Brasil e acostumados com a Cultura nacional, muitos deles eram mestiços. Os recém-chegados da África eram chamados de boçais, não entendiam o português e nem os costumes locais. Os ladinos eram escravizados africanos já aculturados e que conheciam bem o português (Priore, 2016a).

como um arcabouço jurídico para as populações indígenas que viviam nos aldeamentos (Diretório, 1758; Carvalho, 2021). Esse estímulo somava-se ao cunhadismo presente desde o século XVI.

A mestiçagem foi mudando de configuração com a crescente introdução dos negros em solo nacional ao longo do tempo. No Brasil escravista, a mestiçagem era bem-vinda para a elite branca, que usava os mestiços bastardos, filhos de escravizadas pretas, também como escravizados, sendo muitos deles gerados a partir de estupro e violência. Por outro lado, a mestiçagem era, igualmente, uma ameaça para a supremacia branca. Nos centros urbanos, chegava-se a ter 70% da população composta de pretos e pardos. Existia o receio que ocorresse um massacre dos brancos, tal como aconteceu no final dos setecentos na colônia francesa de São Domingos, atual Haiti, como relatou Franco (1821, p. 31), “a abundância dos pretos, a pouca população branca, e a vastidão dos desertos, são as três causas que mais se opõem á civilização, e grandeza do Brazil”.

Muitos crioulos originados pela miscigenação eram classificados como pardos. Roberto Guedes (2008) identificou que o termo pardo era designado como status social dessa comunidade cativa. Muitas famílias de escravizados procuravam deixar descendentes mais “claros” e o termo “pardo” era o ponto inicial para que, nos registros das futuras gerações dessa família, não aparecesse termo relacionado à cor, o que os aproximava dos brancos.

Desde o século XVIII, os mestiços já começavam timidamente um processo de proletarização com as alforrias conquistadas com dificuldade. Lentamente, passaram a participar livremente da vida das cidades. “A presença de intelectuais negros e mulatos nas letras - em prosa, verso, jornalismo e oratória - era grande e se fez sentir até antes da Abolição” (Priore, 2016b, p. 422). Naquele momento, as ruas das grandes cidades passavam a ter uma expressiva prevalência de crianças pardas o que “ensejou crítica ácida das autoridades que aí viam o anúncio de uma população mestiça e ameaçadora” (Priore, 2016a, p. 328).

No final do Brasil Colônia, a condenação da mestiçagem e a necessidade de uma raça única e pura para a nação já era pensada, como assinalou o português Francisco Franco (1821, p. 05-06):

os corpos moraes seguem constantemente as mesmas leis, que os físicos; assim como nestes he necessario que os diversos órgãos conspirem todos para constituirem huma saude geral, e a robustez, assim, naquelles he preciso que os seus diversos elementos conspirem todos harmonicamente para produzirem hum fim geral: = *a segurança, e a prosperidade do Estado*. = Hum povo composto de diversos povos não he rigorosamente huma nação; he hum mixto incoherente, e fraco; os diversos usos, e costumes, e mais ainda as diversas côres produzem hum orgulho exclusivo, e hum decidido aborrecimento entre as diversas raças. Daqui emana a desconfiança mutua e

della os roubos, os assassinos, e todo o genero de crimes, e huma dificuldade excessiva de se poder conservar boa ordem, e policia entre elementos tao disparatados.

No Brasil Império (1822-1889), a miscigenação seguia evidente. A fidelidade do homem era uma utopia e os maridos possuíam várias amantes, dentre elas, escravizadas e libertas, pretas, mestiças e brancas. Para grande parte dos estrangeiros que chegavam massivamente ao país, a mistura de raças não era bem-vista ao passo em que depreciava os brancos. Era o início do pensamento degeneracionista sobre os mestiços que viveu um ápice no início do século XX com teorias/políticas raciais, como o branqueamento da população, a Eugenia e o Darwinismo social. O jornal abolicionista *Aurora Fluminense*, em 10 de março de 1834, declarou que os africanos que continuavam a chegar contaminavam os escravizados e as famílias brasileiras com o “germen da corrupção” e questionou retoricamente

como melhorar a moralidade da massa de Africanos que entre nós vivem, se a cada hora, novos reforços de barbaros vêm manter no meio delles a recordação de seus uzos, de seus erros, de seus prejuízos e *africanizar* até os creoulos, com quem estes desgraçados recrutados da escravidão se misturaõ para todos os serviços comuns? (Interior, 1834, p. 01, grifo do autor).

Naquele período, três teorias racistas dominavam o ambiente acadêmico e intelectual no Brasil influenciado pela Europa: a primeira a ser fundada foi a teoria etnológica-biológica, que defendia a poligenia, a superioridade branca e acreditava que os traços físicos teriam influência na interpretação moral dos indivíduos. Para Sá, Coelho e Mendes (2022, p. 102), “o traço fundamental dessa escola é a ideia de uma superioridade da ‘raça branca’ em relação aos índios e negros. A presença de um tipo híbrido - da ‘mistura’ - seria um perigo para a ‘superioridade branca’”, ou seja, a mestiçagem era condenada por essa teoria.

Em 1865, o zoológico Agassiz, alinhado a essa escola teórica, esteve na Bahia e produziu uma interpretação completamente negativa sobre a miscigenação. Para ele, a existência de um tipo híbrido, que seria o “mulato”, tratava-se, na verdade, de um tipo de degeneração que apagava as melhores características de cada raça pura (branca, negra e indígena), resultando em um indivíduo indefinido e com forte probabilidade de deficiência física e mental. Para Agassiz, “o resultado de não interrompidas alianças entre sangues mistos é uma classe de homens nos quais o tipo puro desapareceu, e como êle todas as boas qualidades físicas e morais das raças primitivas, deixando em seu lugar um povo degenerado” (Rodrigues, 1957, p. 131).

Já a escola histórica foi protagonizada por Gobineau e acreditava nas diferenças raciais como um processo evolutivo histórico. Os adeptos dessa escola condenavam a miscigenação por acreditarem que ela poderia levar os indivíduos a uma degeneração. A superioridade ariana, sobretudo alemães e ingleses, era nítida frente às demais raças dando ênfase, como uma espécie

de topo das raças humanas. Essa teoria ganhou grande difusão na Europa e serviu de inspiração para o racismo científico. O naturalista escreveu um artigo sobre o Brasil, em que enfocava com otimismo sobre as belezas naturais e com pessimismo sobre os brasileiros, por causa da população majoritariamente preta e parda. A aversão de Gobineau pela miscigenação “refletia preocupações profundas com o futuro de seu país natal que, desde a Revolução Francesa sofria a decadência da ‘pureza racial’ e o controle político de uma elite de ascendência supostamente alemã, à qual ele mesmo afirmava pertencer” (Fry, 2005, p. 212).

A terceira teoria predominante no país era o Darwinismo social, que explicava a supremacia branca pelo Evolucionismo social. A base conceitual foi retirada da Teoria da Evolução de Charles Darwin e reconfigurada para a espécie humana pela presença de raças que estariam atravessando momentos diferentes em seus processos evolutivos, de modo que os mais aptos chegariam à fase final, havendo uma relação direta entre os mais aptos com os mais brancos. Sílvia Romero e Nina Rodrigues foram influenciados pelo Darwinismo social e, da mesma forma, acreditavam na degeneração da raça pura pela mestiçagem. Para o médico, “a indolência dos nossos mestiços é um legado dos seus maiores, que mais deve merecer da arte de educar do que das repressões penais” (Rodrigues, 1957, p. 135).

Os mestiços do negro, as diversas espécies de mulatos, são incontestavelmente muito superiores pela inteligência aos outros mestiços do país. Temos tido homens de grande talento, de merecimento incontestável não só quase brancos, mais ainda mestiços quase negros. Neste particular, me parece razoável considerar os mestiços que tendem a voltar a qualquer das raças puras, que a branca principalmente, quer mesmo a negra, como muito superiores aos verdadeiros mulatos, de primeiro ou segundo sangue (Rodrigues, 1957, p. 145).

O indigenismo ganhou destaque no romantismo, estilo literário dominante no Brasil Império. A poesia ganhava contornos afro-brasileiros a partir de uma estratégia de apagamento da violência da colonização, do sistema escravagista, do genocídio indígena e da multidão de negros que povoavam as cidades. Existia uma romantização da escravidão, do tratamento com os indígenas, da mestiçagem e o “sentimento fundia todos os povos numa mesma etnia: a brasileira” (Priore, 2016b, p. 422). A Escola de Recife, a partir de uma perspectiva germânica do romantismo e de nomes importantes no cenário nacional como Sílvia Romero e Tobias Barreto, teve um protagonismo nacional na tentativa de formação da identidade nacional com uma crítica estrutural à dominação europeia “quando promove uma crítica à identidade, ao fazer do mestiço a sua natureza. [...] O mestiço é o esboço dessa crítica porque ele elimina a unidade e a pureza, dois alicerces fundamentais para os processos identitários essencialistas” (Sá; Coelho; Mendes, 2022, p. 23).

A formação da identidade brasileira não guardou um lugar especial para o conceito de mestiço:

talvez o mestiço tenha sido a palavra escolhida por Sílvio Romero para traduzir o caráter misterioso que oferece um grau de incerteza à materialidade da identidade brasileira, a começar pelos dois alicerces do pensamento ocidental que o mestiço arruína: a ideia de unidade tão pretendida pelos escritores da história, e a de pureza, desejada pelos nossos cientistas (Sá; Coelho; Mendes, 2022, p. 26).

Skidmore (2012) aponta que, até a abolição da escravidão, em 1888, a maior parte da elite nacional dava pouca atenção à questão da raça ou sua relação com o desenvolvimento do país, ou seja, os usos da mestiçagem enquanto categoria racial eram utilizados, principalmente, com interesses do Estado ou da classe dominante para povoamento ou aumento da escravaria. “Embora preocupações sobre a questão racial estivessem sob a superfície do intenso debate a respeito da abolição e de outras reformas depois de 1850, de modo geral, os brasileiros não aludiam ao problema como um fenômeno social” (Skidmore, 2012, p. 30).

Foi assim que a identidade étnica brasileira foi formada. Majoritariamente, com uma população parda com ascendência europeia (branca), africana (negra) e indígena (parda) que se viu numa carência identitária oriunda da miscigenação, que Ribeiro (2015) chamou de “ninguendade”. Essa população passou a desenvolver-se tendo elementos de todas as culturas supracitadas. Para Ribeiro (2015, p. 100), essa identidade passou a surgir quando “milhões de pessoas passam a se ver não como oriundos dos índios de certa tribo, nem como africanos tribais ou genéricos, porque daquilo haviam saído, e muito menos como portugueses metropolitanos ou crioulos”. Em que pese serem maioria, os mestiços não se viam como brancos, como negros ou como indígenas e eram discriminados pela elite intelectual branca, ainda que em menor intensidade que os negros. Foi esse o cenário nacional em que as teorias e doutrinas raciais encontraram no país e que a mistura de raças passou a ser condenada.

Com a chegada das teorias raciais e sua influência no problema racial, sobretudo, após a massa de negros sem assistência ser assimilada pela sociedade no pós-abolição, a mestiçagem “tornou-se rapidamente alvo dos intelectuais brasileiros, que viram na mistura de raças, na presença do negro e do índio, um dos problemas para o ingresso do país no mundo civilizado” (Santana; Santos, 2016, p. 29). Esse era um problema latente, visto que o negro, antes tido como um povo forte e saudável, encontrava-se, então, atirado a todos os vícios e paixões, contaminando-se com o alcoolismo, a sífilis e a tuberculose, lotando hospitais e hospícios (Meira, 1919). Em outros termos,

até o final do século XIX e começo do XX, tempos do predomínio dos modelos do darwinismo racial, ela [a mestiçagem] levava sempre à degeneração racial e da nação.

Apenas a literatura e a pintura de fundo romântico pensavam a mistura de maneira “otimista”, digamos assim. No entanto, a partir dos anos 1910 tais interpretações são substituídas por outras que apostavam numa mestiçagem benfazeja: aquela que levava ao branqueamento (Schwarcz, 2024, p. 257).

No início do século XX, o Brasil passou por grandes transformações sociais: o processo de urbanização e industrialização aceleraram. Ocorreu o desenvolvimento de uma classe média, de um proletariado urbano e de uma elite letrada e influente na sociedade. Foi nesse contexto social que os ideais científicos pautados no Naturalismo, Cientificismo, Darwinismo social, Evolucionismo de Spencer e Positivismo de Comte chegaram ao país e influenciaram a *intelligentsia* nacional. Já outros intelectuais eugenistas eram mais adeptos ao Higienismo e Sanitarismo, portanto, favoráveis à mestiçagem, achavam que o maior problema do Brasil estava nas doenças que a população pobre enfrentava. Para eles, o brasileiro não era degenerado, ele estava doente e precisava ser saneado e higienizado.

Os europeus consideravam-se superiores racialmente e propagavam essa ideia no mundo, aliada às justificativas científicas das novas ciências. Assim, eles “deveriam ser os condutores da humanidade rumo ao progresso, à ordem e à ciência” (Santana; Santos, 2016, p. 30). Essa pauta também ajudava a legitimar o imperialismo sob os continentes africano e asiático. Devido à subalternidade brasileira e latina no cenário internacional, mesmo com a crise que se abateu sobre a Europa após a Primeira Guerra Mundial, “os intelectuais brasileiros continuaram, em certa medida, dependentes das teorias, dos estilos e das ideias científicas hegemônicas elaboradas no velho mundo” (Souza, 2019, p. 97).

Para Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, a categoria do mestiço entre os séculos XIX e XX funcionava como uma linguagem que retratava aquele momento histórico, o que seria, simbolicamente, a busca de uma identidade nacional (Ortiz, 1994). Nos debates iniciais sobre a formação identitária do Brasil, Romero defendia “a impossibilidade de pensar o Brasil como uma nação uniforme, determinada, tendo em vista que o mestiço foi seu elemento fundador” (Sá; Coelho; Mendes, 2022, p. 82). Os três intelectuais precursores desses estudos no país, cada um da sua esfera temática, concordavam que a raça e o meio eram conceitos-chave fundamentais para entender o pensamento brasileiro. Tanto que

não é por acaso que *Os Sertões* [Euclides da Cunha] abre com dois longos e cansativos capítulos sobre a Terra e o Homem. Sílvio Romero, já em seus primeiros estudos sobre o folclore, dividia a população brasileira em habitantes das matas, das praias e margens de rio, dos sertões, e das cidades. Nina Rodrigues, em suas análises do direito penal brasileiro, tece inúmeras considerações a respeito da vinculação entre as características psíquicas do homem e sua dependência do meio ambiente (Ortiz, 1994, p. 16).

Para Santana e Santos (2016, p. 31), “a mestiçagem pretendida não era com o sujeito latino, visto que este havia sido condenado pelas teorias científicas. A mestiçagem desejada era a que trouxesse a vigor e a pureza das raças superiores: os europeus do Norte”. A pureza do sangue e a supremacia branca já eram citadas em 1888, ano da abolição da escravatura, quando Sílvio Romero assinalava que “o mestiço é a condição dessa victoria do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitar-o, aos rigores de nosso clima” (Romero, 1888, p. 109). Para o intelectual,

é o branco que virá a triumphar; porque elle é que nos trouxe a civilisação; mas para assegurar esta mesma victoria. para formar uma nacionalidade forte neste meio, elle teve de diluir-se na mestiçagem, teve de alterar a *pureza de seu sangue*, si é que neste século que determinou a origem humilde da pobre humanidade, ainda tenhamos necessidade de fallar em pureza de sangue, e outras velhas phrases mysticas e vazias (Romero, 1888, p. 217, grifo do autor).

Inspirado pela Antropologia criminal do italiano Cesare Lombroso e pelo Evolucionismo do inglês Spencer, Nina Rodrigues defendia que a população brasileira era composta por três tipos básicos: brancos, mulatos e negros. Essa classificação poderia ser baseada em critérios genealógicos ou pela aparência e existia uma influência racial na moral dos indivíduos. Ele chegou a sugerir que o Brasil deveria adotar códigos penais distintos para os tipos raciais em razão da propensão ao crime pelos negros e mulatos: “A igualdade das diversas raças brasileiras perante o nosso código penal vai acrescentar mais um aos numerosos exemplos dessa contradição e inconseqüência” (Rodrigues, 1957, p. 70). Schwarcz (2024, p. 236) aponta que o recorte racial atravessa diretamente a degeneração social em que

se examinavam sinais físicos - como o comprimento e a forma da cabeça, o antebraço mais longo (uma característica dos macacos), orelha sem lóbulo, o comprimento da cartilagem nasal, o achatamento do nariz, a testa baixa e pelos faciais. Esses eram os famosos “estigmas” da antropologia criminal de Cesare Lombroso, cuja utopia maior era prender um assassino antes mesmo que ele pensasse em cometer o crime.

Nina Rodrigues via na mestiçagem o inverso: ao invés do branqueamento, ele via o enegrecimento da população ao longo das gerações, pois “é verdade biológica bem conhecida que nos cruzamentos de espécies diferentes o êxito é tanto menos favorável quanto mais afastadas na hierarquia zoológica estão entre si as espécies que se cruzam” (Rodrigues, 1957, p. 126).

Não acredito na unidade ou quase unidade étnica, presente ou futura, da população brasileira, admitida pelo Dr. Sylvio Romero: não acredito na futura extensão do mestiço luso-africano a todo o território do país: considero pouco provável que a raça branca consiga fazer predominar o seu tipo em toda a população brasileira (Rodrigues, 1957, p. 90).

Neste sentido, pode-se constatar que a mestiçagem foi um entrave civilizatório no desenvolvimento e formação da identidade nacional e da sociedade brasileira com a presença ativa da mistura de raças ao longo de todo contexto histórico do país. Outro elemento importante e que foi utilizado por esse conceito em busca de seus objetivos foi o branqueamento da população. O que foi o branqueamento da população? Qual a sua relação com a mestiçagem? De que forma foi pensado e efetivado no Brasil?

O branqueamento da população foi um fenômeno social constituído por uma série de medidas e ações para branquear a população ao longo das gerações. O cruzamento com pessoas de pele mais clara era sempre incentivado, além da abertura de políticas imigratórias de populações brancas, como italianos, alemães e europeus do norte e veto de migrantes indesejáveis e portadores de possíveis degenerações, afinal, já bastava ter que lidar com os fatores disgênicos internos na população brasileira.

Apesar da teoria do branqueamento da população ser atribuída a Sílvia Romero por alguns autores, como Ventura (1991), nota-se que, no Brasil Colônia, em 1821, já existiam intelectuais portugueses que pensavam na população brasileira. Apesar de não chamarem propriamente dito de branqueamento da população, verifica-se em seus textos o fenômeno com evidência como citado por António Sequeira (1821).

Havendo mistura da raça preta com branca, á segunda, ou terceira geração ficão brancos, terá o Brasil em menos de 100 annos todos os seus habitantes da raça branca; porque havendo igualmente casamentos de brancos com indigenas, acabará a côbre; e se quiserem apressar a extincção das duas raças, estabeleça~se premios aos brancos, que casarem com pretas, ou indígenas na primeira e segunda geração: advertindo, que se devem riscar os nomes de *mulato, crioulo, caboco e indigena*; estes nomes fazer ressentir odios, e ainda tem seus resaibos de escravidão... sejam todos *Portuguezes!* (Sequeira, 1821, p. 52, grifos do autor).

Já Francisco Franco em Lisboa, no mesmo ano (1821), também refletiu sobre o branqueamento da população: “os mestiços, inda que formados de diversas origens, tem já em parte o cunho branco, e pelo que depois havemos de dizer, todos devem ser considerados como brancos, pois o virão a ser efectivamente com o tempo” (Franco, 1821, p. 08-09). Ele estimou em até três gerações o desaparecimento dos pretos e pardos:

da união do Europeo, e, India resulta huma raça mixta ou secundaria, a que chamão o *mestiços cabôcos*, não muito diferente da Costa Europea. Do ajuntamento de branco com preta, ou ás avessas, resulta a raça *mulata*; e se esta continúa a unír-se á branca, na segunda ou terceira geração pouca differença tem já em todas as feições desta ultima. [...] Os mestiços conservão só metade, ou menos, do cunho Africano; a sua côr he menos preta, os cabellos menos crespos e lanudos, os beiços e nariz menos grossos e chatos, etc. Se elles se unem depois á casta branca, os segundos mestiços tem já menos da cór baça, etc. Se inda a terceira geração se faz com branca, o cunho Africano perde-se totalmente, e a côr he a mesma que a dos brancos; ás vezes inda

mais clara; só nos cabellos he que se divisa huma leve disposição para se enrespar (Franco, 1821, p. 05-18).

Essas concepções não atrelavam a raça aos fatores biológicos, que ainda eram desconhecidos na ocasião, mas já apontavam uma superioridade da raça branca sobre os negros em casamentos inter-raciais, bem como o branqueamento da população: “os meios de que vou a tratar se reduzem pois a aumentar consideravelmente a raça branca; a diminuir, quanto for possível, a preta; a extinguir a mestiça” (Franco, 1821, p. 09). Ainda para Franco,

no espaço de duas gerações consecutivas toda a geração mestiça estará, para me explicar assim, baldeada na raça branca. E deste modo teremos outra grande origem de aumento da população dos brancos, e quasi extinção dos pretos e mestiços desta parte do Mundo; pelo menos serão tão poucos que não entrarão em conta alguma nas considerações do Legislador (Franco, 1821, p. 19).

Principalmente no final do século XIX e início do século XX, quando o branqueamento já havia sido nomeado, diversos intelectuais cravaram suas hipóteses do tempo de conclusão do fenômeno. Sílvio Romero defendia que, em função da mistura de raças, a miscigenação se completaria em três a quatro séculos branqueando a população (Ventura, 1991). Lacerda (1911) foi mais otimista e cravou em um século a conclusão do branqueamento. Roquette-Pinto (1929b) e Artur Neiva (Skidmore, 2012) concordavam com o otimismo de Lacerda. Neste sentido, percebe-se que os cientistas e intelectuais que pensavam a nação e discutiam a miscigenação tentavam estimar a eliminação dos não-brancos da sociedade brasileira.

Silvio Romero já apontava, em 1888, que os brancos reunidos no sul do Brasil deveriam miscigenar-se com os outros grupos raciais a fim de manter sua hegemonia e supremacia racial em prol do branqueamento da população. “O mestiço, que é a genuína formação histórica brasileira, ficará só diante do branco puro, com o qual se ha de, mais cedo ou mais tarde, confundir” (Romero, 1888, p. 66) e que os demais grupos (negros e indígenas) desapareceriam em um futuro próximo “consumidos na lucta que lhes movem os outros ou desfigurados pelo cruzamento” (Romero, 1888, p. 66). Expresso em outras palavras, os ideais do branqueamento da população já pairavam na atmosfera intelectual brasileira desde o final do século XIX, portanto, antes da chegada da Eugenia ao país. Com a chegada da ciência de Galton ao cenário nacional, o branqueamento ganhou novo impulso a partir da mestiçagem. “A miscigenação e a integração do povo, com novas levas de imigrantes brancos - considerados superiores ou fortes biologicamente -, propiciariam um futuro ‘menos moreno’ à população brasileira” (Koifman, 2012, p. 73), ou seja, “não se tratava de seguir o modelo darwinista social e lamentar os efeitos do cruzamento racial, e sim de procurar a ‘boa mestiçagem’, conseguida mediante o aumento do ‘influxo de sangue branco’ na população” (Sá; Coelho; Mendes, 2022, p. 221).

Entre os séculos XIX e XX, impregnada pela degeneração, influenciada pelo racismo científico e outras doutrinas e teorias raciais, a miscigenação passou a ser condenada em nome da pureza racial que, supostamente, seria essencial para o progresso da nação rumo à civilização. Já no livro *Sexo e Civilização: Aparas Eugênicas*, de Renato Kehl (1933, p. 200), o autor aponta: “os mestiços brasileiros de branco e preto (mulatos), são na maioria, elementos feios e fracos, apresentando, com frequência, os vícios de seus ancestrais. De grande instabilidade de carácter constituem, pois, elementos perturbadores do progresso nacional, sob o ponto de vista étnico e social”.

Existia um desequilíbrio das raças no país que poderia comprometer o futuro da nação rumo à civilização, assim, “era preciso estancar de imediato a infusão de sangue africano na população brasileira” (Gomes, 2022, p. 83). Em seu livro *Lições de Eugenia*, de 1929, Renato Kehl (1929b, p. 188, grifo nosso) consignou que “ninguém poderá negar, que no correr dos annos, desaparecerão os negros e os índios das nossas plagas e do mesmo modo os productos provenientes dessa mestiçagem. **A nacionalidade brasileira embranquecerá á custa de muito sabão de côco aryano!**”. Nota-se, da mesma forma, nas entrelinhas, o racismo de Estado nessas passagens.

Durante as décadas de 1910 e 1920, uma parte considerável da intelectualidade brasileira, incluindo Renato Kehl, tinha uma concepção assimilacionista sobre a questão racial brasileira e acreditavam que a miscigenação, de fato, conduziria o Brasil para o branqueamento da população integrando a nação de forma pacífica (Souza, 2019).

Conforme já foi comentado, João Batista de Lacerda, médico e antropólogo, foi um dos representantes do Brasil no Congresso Universal das Raças em Londres em 1911. Ele publicou, no evento, um artigo intitulado *The metis, or half-breeds, of Brazil*. Lacerda afirmou que os mestiços “não são uma raça real, porque muitas de suas características não são fixas, mas tendem a variar a cada novo cruzamento; às vezes eles divergem para o tipo branco, às vezes para o preto”<sup>39</sup> (Lacerda, 1911, p. 378, tradução nossa). Oliveira Lima (1912), em artigo publicado no *O Estado de S. Paulo*, comentou sobre a participação de Lacerda no referido congresso e de suas impressões sobre o mestiço, que seria

produto da união sexual do branco e do negro, não forma verdadeiramente uma raça, mas sim um tipo étnico variável, transitório, com tendência a regressar para uma das raças fadoras do cruzamento. Esta tendência ingênita do mulato, escrevo o autor, oferece considerável valia nas transformações por que passam, no decorrer dos tempos, as populações mestiçadas, em que os cruzamentos não obedecem a regras sociais precisas, em que aos mestiços é facultada toda liberdade de se unirem aos

<sup>39</sup> Citação original: They are not a real race, because many of their physical characters are not fixed, but tend to vary at each new crossing ; sometimes they diverge toward the white type, sometimes toward the black.

brancos, procriando produtos que cada vez mais se aproximam do branco do que do negro (Lima, 1912, p. 03).

Em que pese os mestiços fossem considerados inferiores fisicamente aos negros, para Lacerda (1911), os mestiços (considerados impuros) tiveram um grande papel na abolição da escravidão no Brasil, atuando na literatura, na imprensa, contra os grandes senhores de escravos (protegidos pelo governo conservador) e até mesmo em cargos políticos. “No Congresso Nacional, nos tribunais, no ensino superior, no mundo diplomático e nos mais altos ramos da administração, os mulatos passam a ocupar posição de destaque. Eles têm uma grande influência no governo do país”<sup>40</sup> (Lacerda, 1911, p. 382, tradução nossa).

Desse modo, os mestiços não poderiam ser desprezados, visto que eram detentores de um potencial de intelectualidade e qualidades morais que se afastavam do negro e aproximavam-se dos brancos. Para Santos (2010, p. 90), o branqueamento seria alcançado “porque os mestiços, além de não formarem uma ‘raça fixamente constituída’, tendiam, por ‘seleção sexual’, a ter filhos com brancos, ainda mais no Brasil, onde

essa tendência inata dos mestiços, desprovidos das qualidades características de uma raça fixa, exerce uma influência considerável nas transformações que uma população mestiça deve experimentar ao longo dos anos, quando o casamento entre indivíduos não está sujeito a regras sociais precisas, e os mestiços são bastante livres para se casar com os brancos, dando origem a descendentes que se afastam cada vez mais, a cada geração, do tipo negro em direção ao tipo branco (Lacerda, 1911, p. 378, tradução nossa)<sup>41</sup>.

No final do documento, o intelectual referiu que, no decorrer de um século, o mestiço brasileiro entrelaçado com o imigrante branco europeu teria branqueado a população brasileira com a extinção do negro na sociedade do país, que, primeiro, seria retirado dos centros urbanos e, aos poucos, desapareceria do Brasil. “Em virtude desse processo de redução étnica, é lógico esperar que no decorrer de um século os impuros [mestiços] tenham desaparecido do Brasil. Isso coincidirá com a extinção paralela da raça negra em nosso meio” (Lacerda, 1911, p. 382, tradução nossa)<sup>42</sup>. Esse fato traria para a nação um grande progresso e desenvolvimento com destaque mundial, esta era a mensagem que o Brasil desejava deixar para a sociedade ocidental.

<sup>40</sup> Citação original: In the National Congress, the courts, higher education, the diplomatic world, and the highest branches of the administration, the mulattoes now occupy a prominent position. They have a great influence on the government of the country.

<sup>41</sup> Citação original: This innate tendency of the metis, depriving them of the characteristic qualities of a fixed race, has a considerable influence in the transformations that a mixed population must experience in the course of ages, when the mating of individuals is not subject to precise social rules, and the metis are quite free to mate with the whites, thus giving rise to offspring which diverges more and more, every time, from the black to the white type.

<sup>42</sup> Citação original: In virtue of this process of ethnic reduction, it is logical to expect that in the course of nother century the metis will have disappeared from Brazil. This will coincide with the parallel extinction of the black race in our midst.

Uma vez vista como solução para a degeneração, a mestiçagem “torna-se o meio pelo qual o corpo-espécie podia ser constituído, branqueado” (Silva, 2020, p. 287). Essa versão do mestiço na Eugenia começou tímida, ganhou corpo e chegou a ser, inclusive, um importante elemento no processo de integração do negro na sociedade nacional nos anos 30. Naquele momento, diversos elementos da Cultura afro-brasileira, como Cultura, Arte e Culinária, passaram a ser incorporados no meio social (Silva, 2020).

Neste sentido, Skidmore (2012) aponta que a teoria do branqueamento foi aceita pela maioria da *Intelligentsia*, ou seja, inicialmente, condenada e considerada como degeneração, foi revista, aceita, estimulada e, inclusive, virou projeto nacional. Essa elasticidade do mestiço fazia alguns acreditarem que esse fator degenerativo poderia ser regenerado a partir da promoção de

condições favoráveis à procriação eugênica por meio da educação; evitando a reprodução dos degenerados e criminosos, porque estes poderiam transmitir os defeitos morais, físicos e mentais aos descendentes, e, por último, o Estado adotando medidas profiláticas para o combate das enfermidades que fortaleciam os fatores disgênicos (degenerativos) de uma sociedade saudável: a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo (Santana; Santos, 2016, p. 36).

Alguns autores como Daflon (2017), Dávila (2006), Munanga (2020) e Nogueira (1985) discorreram sobre a elasticidade do mestiço. Como entender e analisar essa dinâmica da mestiçagem?

Esse fenômeno já era pensado por intelectuais ainda no Brasil Colônia, por exemplo, quando Francisco Franco (1821, p. 05) explanou que, no Brasil, existem “tres raças primitivas de homens, tres variedades primarias de mestiços, que facilmente entrão na casta branca, huma vez que sempre fique hum branco na nova geração. As variedades secundarias de mestiços são muitas, mas he facil reduzillas ás especies primarias”.

No Brasil escravista, a elasticidade do mestiço citada pelos autores pode ser pensada no sentido em que

‘ser escravo’ escurecia inevitavelmente a pele dos africanos que eram ambigualmente apodados de ‘negros de raça branca’, da mesma forma que ‘ser livre’ contribuía para a percepção social do clareamento, no caso mais específico dos mulatos nascidos na terra. [...] A questão é que estes últimos [mulatos de pele mais escura] eram vistos pela elite branca colonial não apenas como um meio caminho entre a diferença branca e a diferença negra, mas, sobretudo, como uma posição intermediária entre a desigualdade liberta e a diferença escrava. Ser ‘mulato’ no Brasil [...] significava estar localizado em uma categoria mais bem situada na escala social do que um escravo vindo da África, até mesmo se o último apresentasse eventualmente pele mais clara (Barros, 2009, p. 108-109).

Daflon (2017, p. 133) explica que “as percepções raciais no Brasil são também influenciadas pela classe social e status”. Por causa dessa elasticidade, Dávila (2006, p. 28)

destaca que, no início do século XX, “brancos pobres podiam ser degenerados, e alguns brasileiros de cor podiam escapar à degeneração embranquecendo por meio da ascensão social”. Oracy Nogueira (1985) também aponta que o brasileiro pode mudar de raça no decorrer de sua vida ao adquirir ou perder status: “o dinheiro compra tudo, até status para um negro” (Nogueira, 1985, p. 21-22).

Verônica Daflon (2017) restringe a crença comum do embranquecimento pelas condições socioeconômicas privilegiadas apenas aos pardos, foco de suas pesquisas. Já Jerry Dávila (2006) refere que, por causa da elasticidade do mestiço, um branco poderia ser enegrecido ou um negro poderia ser embranquecido a depender de suas condições financeiras e higiênico-sanitaristas.

A negritude ainda conservava todas as suas conotações pejorativas, mas os indivíduos podiam escapar à categoria social da negritude por meio da melhoria de sua saúde, nível de educação e cultura, ou classe social. Inversamente, os brancos podiam degenerar por meio da exposição à pobreza, vícios e doenças. Em outras palavras, dinheiro, educação, *status* de celebridade e outras formas de ascensão social aumentavam a brancura (Dávila, 2006, p. 26, grifo do autor).

Daflon (2017), em suas pesquisas, ainda afirma que, historicamente, apesar dos pardos estarem ligeiramente à frente dos pretos em questões sociais como violência, ainda estão muito distantes dos brancos. A autora concorda com Nogueira (1985) apesar de estudar um contexto diferente, quando o sociólogo anota que

não obstante as mudanças ocorridas na sociedade local (e nacional) desde fins do século [XIX] [...], os contingentes branco, mulato (pardo, mestiço) e preto da população continuam a ocupar posições homólogas às de seus ancestrais, com uma rarefação das pessoas de cor à medida em que se vai das camadas mais desfavorecidas para as mais privilegiadas (Nogueira, 1985, p. 24-25).

Desse modo, pode-se entender que a miscigenação teve um protagonismo no branqueamento da população, feito a partir de um caráter eugenista em busca de uma identidade nacional, como pontua Silva (2023, p. 32): “de fato, o mestiço foi visto como um elemento fundamental nessa construção ao lado dos programas de imigração que visavam aumentar a população ‘eugenizada’ no país”.

O movimento eugenista utilizou a migração seletivamente em conjunto com a mestiçagem para alcançar o desejado branqueamento da população. Isto posto, problematiza-se: como o movimento eugenista brasileiro utilizou a migração branca europeia para tentar alcançar o branqueamento da população por meio da miscigenação?

Em 1821, Sequeira assinalou: “como o Brasil deve ser povoado na raça branca, não se concedão benefícios de qualidade alguma aos pretos, que queiram vir habitar no paiz, depois

de abolida a escravatura; esta faculdade he só conceduda ais que já foram escravos” (Sequeira, 1821, p. 52). No mesmo ano, Franco (1821, p. 11) também já apontava a migração como uma resolução para o problema racial no Brasil: “outro meio extensissimo de augmentar a casta branca no Brazil he a imigração da Europa; não por Colonias, que são muito dispendiosas, mas por individuos, e por familias”. Sua ideia era diminuir o contingente de pretos e ir aumentando gradativamente o de brancos da seguinte forma:

os Europeos devem primeiro começar a povoar as nossas grandes Cidades marítimas, substituindo nellas os pretos, já nos differentes officios, já no mesmo serviço domestico, em quanto os pretos se concentão nos sertões para o trabalho das Minas, e da factura dos assacares; depois os brancos tem ainda a fazer o serviço da cultura das terras; e por tanto, o dos pretos he de absoluta necessidade que continue por ora para os dois fins especificados. Muito se conseguirá, se com a população branca, e a mistiça se póde fazer a maior parte do serviço das Cidades (Franco, 1821, p. 16-17).

No Brasil Império, seguia evidente a preocupação do governo com os imigrantes, bem como o seu ordenamento em solo nacional, como aponta a reportagem no jornal *Correio Paulistano*, em 08 de agosto de 1887, em que havia o planejamento de receber mais 30 mil imigrantes (figura 07).

Ainda no final do século XIX, portanto, antes da chegada do movimento eugenista ao Brasil, o então presidente Marechal Deodoro da Fonseca emitiu o decreto n.º. 528, em 28 de junho de 1890, que era livre a entrada daqueles migrantes que desejassem vir para o Brasil, desde que não respondessem processos criminais em seus países de origem e exceto os indivíduos “da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas” (Brasil, 1890, p. 1494).

Um exemplo ilustra bem essa situação: na década de 1920, um grupo de cerca de 300 estadunidenses negros foi impedido de migrar para a região do Mato Grosso, onde tinha interesse no cultivo do algodão. Atraídos por publicações brasileiras em jornais estrangeiros requerendo migrantes e pela suposta harmonia racial do país, eles foram rejeitados, pois poderiam perturbar a ordem pública, uma forma sutil de negar, visto que o país vivia sob a atmosfera da democracia racial (Araújo, 2015).

Figura 07: Recorte do jornal *Correio Paulistano* com planejamento do recebimento de mais 30 mil imigrantes.



Fonte: Prado Junior; Queiróz; Barros, 1887, p. 03<sup>43</sup>.

As primeiras décadas do século XX vivenciaram um aumento expressivo da migração europeia para o Brasil. Com as teorias raciais, Darwinismo social, Eugenia e branqueamento da população na atmosfera política e intelectual, era grande a campanha para seleção dos migrantes. Grande parte dos problemas sociais, como delinquência, criminalidade, alcoolismo, loucura e doenças infecciosas, estava relacionada diretamente à entrada de migrantes indesejáveis ao país. Desse modo, “por meio da importação de brancos da Europa, esperava-se

<sup>43</sup> Texto da figura 07: Immigrantes – A Sociedade Promotora de Imigração, contratou com o governo provincial a introdução de mais de 30 mil imigrantes, e providencias já foram dadas afim de continuar com toda actividade este serviço. Mas tendo a Promotora receio de introduzir repentinamente numero avultado, vindo por qualquer motivo a faltar serviço, e querendo fazer a introdução proporcionalmente ás necessidades, resolveu convidar os proprietários da província, a lhes dirigirem os pedidos das famílias directamente. Estes pedidos serão registrados em livro especial, por ordem das dactas, e a Promotora de preferencia dirigirá os imigrantes para aqueles que em primeiro lugar fizerem, as requisições. Esta resolução tem por fim regularisar o serviço, quer no interesse da Promotora, como dos que precisarem de trabalhadores. Outra não póde ser a conducta da Sociedade Promotora, diante a responsabilidade e compromisso moral que tomou a si, - de empregar imediatamente os imigrantes chegados. De conformidade com os pedidos se regularisarão as entradas e quem os não fizer, ver-se-há na contingencia de não obter trabalhadores, senão muito tardiamente (Prado Junior; Queiróz; Barros, 1887, p. 03).

‘embranquecer’ aos poucos a população, à medida que a superioridade e a força do ‘sangue’ branco eliminassem gradualmente os traços físicos e culturais africanos e ameríndios” (Fry, 2005, p. 212).

Lacerda (1911), no Congresso Universal das Raças em Londres, apontou a migração europeia como salvacionista para a aceleração do processo de branqueamento, por meio da entrada de sangue ariano.

Instituições como a *SESP*, a *LBHM* e a *Liga Pró-Saneamento do Brasil* e periódicos como o *Boletim de Eugenia* são alguns exemplos de elementos que investiam e pressionavam o Congresso Nacional e o Poder Executivo para deliberarem sobre seus ideais em “inúmeras tentativas, algumas bem-sucedidas, de transformar a legislação, marcando o controle do Estado sobre a vida dos indivíduos e, em especial, sobre a imigração, detendo a vinda de imigrantes indesejáveis” (Santana; Santos, 2016, p. 34). Telles (1929, p. 03) reiterou, em sua conferência no *Rotary Club* de São Paulo, que

claro é que não podemos nos oppór á entrada de imigrantes não europeus que sejam pessoalmente desejaveis e venham por sua conta e risco, [...] não sendo individualmente indesejaveis, podem vir quando quizerem, comprar terrenos e dedicar-se á agricultura ou á actividade que melhor desejarem.

A segunda reunião no CBE, presidida por Levy Carneiro (1929a), trouxe à tona a discussão sobre a migração a partir da proposta do médico Azevedo Amaral, que consistia em trazer migrantes brancos e de boa constituição hereditária. O debate foi acalorado, como em diversos outros momentos, com discussões sobre Eugenia. Alguns defendiam que o migrante fosse “homem *individualmente* são (physica, moral e intelectualmente) e *geneticamente eugenico*, representando elemento de progresso e civilização” (Roquette-Pinto, 1929a, p. 16, grifos do autor). Para outros, não deveriam ser admitidos tipos inferiores ou indesejáveis, sobretudo negros. Belisário Penna defendia que os migrantes fossem passíveis de serem assimilados pela raça brasileira. Oscar Fontenele (1898-1963) afirmou que o Brasil já sofreu muito com essa questão da raça. Já Azevedo Amaral reforçou que condenava a entrada do elemento africano no país, enquanto Fernando da Silveira (1893-1970) apontou que não havia raças superiores ou inferiores e que “não devemos proteger corrente immigratoria alguma, pois, o que nos preocupa em eugenia é a questão qualitativa e a não numérica de indivíduos” (Carneiro, 1929a, p. 21).

No mesmo evento, Azevedo Amaral (1929), defensor da poligenia, publicou o artigo *O problema eugenico da immigração*, em que sustentou que os grupamentos humanos têm origem

diversa e que constituem espécies diferentes. Ele nega o meio como elemento purificador da raça e, por isso, problematiza a Política imigratória.

O problema eugenico da immigração encarado no ponto em que já o collocamos pode ser definido como a determinação dos meios de assegurar os processos mais efficazes de escolha dos elementos alienigenas, cuja entrada no paiz concorrerá para levantar o nível dos caracteres superiores da raça e, ao mesmo tempo, vedar o acesso ao nosso territorio de todos aquelles cuja influencia dysgenica seja reconhecida (Amaral, 1929, p. 331).

O racismo de Estado pode ser lido nesse texto de Azevedo Amaral (1929) no sentido de que a luta das raças fica evidente com a condenação da Política imigratória, visto que a raça superior nacional precisaria defender-se da raça inferior, dos selvagens e dos bárbaros, sendo que, para isso, eram necessárias “medidas restrictivas da immigração, que adoptamos em nome dos interesses supremos da defesa da raça [contra] [...] o peso morto de um contingente lastimavel de atrazo intellectual e de perturbação social” (Amaral, 1929, p. 332). O autor ainda traz um balanço dos caracteres superiores que devem ser fixados na raça, reforça que os imigrantes devem ser exclusivamente da raça branca, identifica os indivíduos inferiores que devem ser eliminados e complementa que a preocupação dos eugenistas deve ser a “formação de uma raça superior e uma raça superior não é apenas aquella que goza de saúde physica e robustez, mas a que possúe os attributos intellectuaes necessarios á assimilação e ao desenvolvimento de cultura, [civilização, sociedade e segurança]” (Amaral, 1929, p. 333).

Roquette-Pinto (1941, p. 106, grifo do autor) sintetiza o pensamento dos sanitaristas, higienistas e adeptos da Eugenia positiva sobre imigração:

a respeito da immigração creio que, em nosso interesse proprio, o individuo são, de boa herança, educado e instruido, senhor de um officio - não póde deixar de ser bemvindo. O Brasil não precisa de braços; mas precisa de gente que lhe **traga** ensino e cultura para que elle saiba, afinal, aproveitar os maravilhosos braços que tem.

Para Juliano Moreira, respeitado médico da LBHM, o maior problema da migração para o Brasil não residia nas questões raciais, “mas antes aos aspectos sociais como, o nível de educação e de saúde dos imigrantes que aqui aportavam” (Souza, 2019, p. 106). Moreira, em artigo publicado em 1925 no primeiro volume da revista *Archivos Brasileiros de Saúde Mental*, escreveu: “de nada nos servirá envidar esforços no sentido de melhorar as condições de saúde física e mental de nossa gente, se tivermos sempre a chegar novas levas de tais indesejáveis” (Moreira, 2005, p. 364).

A facilidade de migração de estrangeiros para o Brasil tendo como parâmetros eugênicos “que abrangiam valorações, inclusões e exclusões baseadas em uma presumida diferenciação étnica” (Koifman, 2012, p. 39) durou até o fim da ditadura do Estado Novo do

presidente Getúlio Vargas. No final daquele período, foi emitido o Decreto n.º. 7967, de 28 de setembro de 1945, que deixava bem evidente o tipo de migrante pretendido (ainda) naquele período: “Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia” (Brasil, 1945, Art. 2º).

A partir dessas estratégias de arianização da população brasileira envolvendo a migração de europeus e a mestiçagem, houve um branqueamento da população, fato que se comprovou ao comparar-se as porcentagens de negros e brancos nos censos demográficos de 1872 e 1940, que indicam que o impacto da migração europeia realmente causou um branqueamento na população, pelo menos na autodeclaração dos indivíduos, tanto em número absoluto de brancos quanto por causa dos casamentos interraciais. A expectativa era de que o processo de arianização “ia, a longo prazo, terminar aparentemente no embranquecimento da população e, conseqüentemente, numa situação em que não existisse mais a linha de cor, pelo menos para os brancos aparentes que genotipicamente são mestiços” (Munanga, 2020, p. 81).

Diante do problematizado até aqui, como pode ser pensada e analisada criticamente a dinâmica estabelecida entre raça, Eugenia, mestiçagem e branqueamento da população nas primeiras décadas do século XX para a tentativa de construção de uma identidade nacional? O que significou para a mestiçagem a mudança do pensamento de Renato Kehl e grande parte dos eugenistas no final da década de 1920?

O pensamento eugênico reintroduziu na sociedade a associação entre raça e identidade nacional, já que os eugenistas brasileiros preocupavam-se com as discussões sobre a composição racial no país. Para Souza (2019, p. 95), os eugenistas “procuraram criar um modelo de Eugenia pelo qual fosse possível pensar as diferenças entre as raças, sem que isso excluísse o valor eugênico da mestiçagem nacional e, ao mesmo tempo, a viabilidade do Brasil como uma nação moderna e civilizada”. A desejada consolidação da identidade nacional tinha, como ponto de partida, a inferioridade do mestiço, mirando no futuro da população branqueada, tomando, como modelo, o padrão de superioridade dos europeus. Não havia espaço para uma terceira raça no Brasil do futuro. Para Foucault (2010, p. 50),

o corpo social é no fundo articulado a partir de duas raças. É a ideia segundo a qual a sociedade é, de um extremo a outro, percorrida por esse enfrentamento das raças, que encontramos formulado já no século XVII e como que matriz de todas as formas [...], a fisionomia e os mecanismos da guerra social.

Daflon (2017, p. 61) citando Camargo (2009) refere que “a ‘mestiçagem’, então promovida à condição de categoria racial, assumia assim o papel de registrar o peso da

população negra, bem como a homogeneização étnica do país na direção do embranquecimento”. Assim posto, naquele momento, era preciso incluir os mestiços, para que, ao longo das gerações, utilizando a miscigenação, eles desaparecessem. Uma inclusão para excluir! Os defensores do branqueamento da população brasileira viam, na mestiçagem, o primeiro degrau para o sucesso do projeto. Embora considerado como uma ponte étnica entre o preto e o branco, o que seria a salvação da raça branca, o mestiço não gozava de um status diferente do preto. Neste sentido, é importante discutir sobre a mestiçagem, de modo a decodificar os significados simbólicos e políticos no discurso sobre o mestiço no movimento eugenista.

No final da década de 1920, o pensamento de Kehl e seus seguidores sofreu um revés sobre a miscigenação, visto que “seus pressupostos eugênicos se caracterizariam por um forte pessimismo quanto ao futuro racial da nação, chegando a contrariar veementemente o processo de miscigenação” (Souza, 2019, p. 306). Nesse ponto, Renato Kehl, adepto da corrente neolamarckiana, enfrentou forte oposição de outro grupo de eugenistas: os mendelianos, como Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca, além de outros intelectuais como o sociólogo Gilberto Freyre, que defendiam que o Brasil precisava ser educado à luz do higienismo, não apenas substituído por meio da Eugenia e que o problema da nação brasileira não era “a miscigenação eugênica, mas sim às péssimas condições de vida em que se encontrava a grande maioria dos brasileiros” (Souza, 2019, p. 307) resultantes do “estado patológico e às péssimas condições sociais e econômicas em que vivia a maioria da população nacional” (Souza, 2019, p. 309).

Para estes últimos cientistas, a manifestação da hereditariedade dependia da ação do meio e eles não consideravam a mestiçagem como causa da degeneração racial, demonstrando a pluralidade do movimento eugenista e a existência de contradições. Dessa forma, eles descartavam a raça como um fator de morbidez moral e a hereditariedade dos vícios e das demais imoralidades, visto que os fatores de degeneração seriam atribuídos ao meio e não à herança biológica. Para Roquette-Pinto (1978, p. 23, grifo do autor), a mestiçagem “só é um mal quando realizada ao deus-dará dos infortúnios, sem eira nem beira, *sem higiene e sem eugenia, sem educação e sem família*”.

Sobre as contradições existentes no movimento eugenista, destaca-se um exemplo sobre a mestiçagem. Santana e Santos (2016) afirmam que ao passo em que Roquette-Pinto considerava que a inferioridade não era inata do mestiço, ao mesmo tempo, existia a condição de que não existisse alguma degeneração física ou psíquica instalada. Então, a mestiçagem, o branqueamento e medidas eugenistas mais invasivas sempre estiveram nas discussões do movimento, visto que ganhavam ânimo até mesmo dos defensores da Eugenia positiva.

Em seu livro *Lições de eugenia*, Kehl (1929b) relata que o cruzamento entre raças é um elemento perturbador da evolução natural e que o mestiço é racialmente degenerado, formado por uma mistura racial e deve ser considerado uma sub-raça. Geneticamente, o mestiço “representa um typo intermediario no qual se installam a desharmonia e o desequilibrio organicos, consequentes do ‘conflicto’ de caracteres incompatíveis” (Kehl, 1929b, p. 191). Expresso em outros termos, “o mestiço, ao envez, pois de ser um producto superiorizado, é um producto não consolidado, fraco, meio caminho dos dois elementos que o constituíram” (Kehl, 1929b, p. 191). Para o cientista, a miscigenação levaria facilmente à degeneração da nacionalidade.

Um outro forte exemplo do pensamento eugenista mais radical sobre a miscigenação foi retratado no artigo *Cruzamento do branco com o preto* no *Boletim de Eugenia* em junho de 1931, quando o professor Luiz Silva, da Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Santos/SP, afirmou que não é razoável nem decente o casamento do branco com o preto. Para ele, o branco “sem a menor dúvida, marca o sensível afastamento das espécies inferiores. [...] Já o negro móra no lado opposto, [sua anatomia oral e dentária] marca uma franca e indiscutível animalidade (Silva, 1931, p. 03). O professor termina seu artigo com uma suposta história do reverendo Monsenhor Salles, pároco de Campina Grande/PB, quando foi celebrar dois casamentos:

chegando à Igreja, qual não foi o espanto de Mons. Salles quando viu que os nubentes, dois brancos e dois pretos, iam fazer um verdadeiro cruzamento: preto com branca e branco com preta. Tomado uma natural revolta, gesto evidente de sua superioridade physica e moral, o ilustre prelado, antes de applicar aos dois casais as leis da Igreja, applicou, talvez inconscientemente, as leis eugênicas. E, como num tablado de jogo de Damas, separa os brancos e os pretos e diz com solemnidade: **branco com branco, preto com preto** (Silva, 1931, p. 04, grifo nosso).

Souza (2019) colabora com a discussão afirmando que, naquele momento, para Kehl e seus seguidores, o principal problema nacional estava na miscigenação que contaminava o país com caracteres não desejados. Em uma grande reportagem, cujo título era *Pelas gerações futuras*, no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, em 21 de abril de 1932, Kehl falou das vantagens de ter um casamento dentro da mesma raça, da mesma classe e, se possível, dentro da mesma profissão predominante na família. O intelectual negou que esse pensamento tenha algum cunho nacionalista ou preconceituoso e condenou expressamente a mestiçagem:

entendemos que a mestiçagem é dissolvente, desmoralizadora e degradante, prejudicando, portanto, o espírito superior visado pela procriação eugênica. É indiscutível o antagonismo e mesmo a repulsa sexual existente entre indivíduos de raças diversas. Só motivos accidentaes morbidas fazem unir-se v. g. [via de regra] um homem branco com uma negra ou vice-versa. E o producto deste conubio nasce estigmatizado não só pela sociedade, como, sobretudo, pela natureza; está hoje provado, não obstante a grita de alguns scientistas suspeitas, que o mestiço é um

producto não consolidado, fraco, um elemento perturbador da evolução natural (Kehl, 1932e, p. 03).

Dessa forma, para esses eugenistas, o controle da natalidade e reprodução humana, mortalidade, migração e a implementação de um programa eugênico por meio de políticas públicas era dever do Estado. Ao problematizar sobre esse tema, Foucault reflete:

um racismo biológico-social, com a ideia - que é absolutamente nova e que vai fazer o discurso funcionar de modo muito diferente - de que a outra raça, no fundo, não é aquela que veio de outro lugar, não é aquela que, por uns tempos triunfou e dominou, mas é aquela que, permanente e continuamente, se infiltra no corpo social, ou melhor, se recria permanentemente no tecido social e a partir dele. Em outras palavras: o que vemos como polaridade, como fratura binária na sociedade, não é o enfrentamento de duas raças exteriores uma à outra; é o desdobramento de uma única e mesma raça, em uma super-raça e uma sub-raça. Ou ainda: o reaparecimento, a partir de uma raça, do seu próprio passado. Em resumo, o avesso e a parte de baixo da raça que aparece nela (Foucault, 2010, p. 51-52).

Em 1933, pouco tempo após o retorno de sua segunda viagem à Alemanha nazista, Renato Kehl lançou o livro *Sexo e Civilização: Aparas Eugênicas*, demonstrando uma intensificação na defesa de medidas eugenistas mais invasivas. A mestiçagem foi abordada com teor negativo no referido livro, no qual considerava a raça como um grande mal do Brasil, quando aponta que

os cruzamentos heterogêneos (entre raças diferentes, por exemplo, entre indivíduos brancos e pretos, entre pretos e amarelos ou bronze, etc), são responsáveis pelo aparecimento de excessivas variações que representam desvios da norma genética. A vida numa sociedade é tanto mais intensa, desordenada, prenhe de vicissitudes, de crimes, de degeneração, quanto mais heterozigotos os elementos que compõem (Kehl, 1933, p. 44).

Socialmente, o branqueamento da população, a Eugenia e a mestiçagem também tiveram a contribuição substancial da democracia racial para atingir o objetivo da intelectualidade. Em meados dos anos 1930, Gilberto Freyre despontava no cenário nacional e era considerado o intelectual brasileiro com maior influência sobre a mestiçagem. A visão positiva da miscigenação foi retomada. No livro *Casa Grande & Senzala*, Freyre (2006) revalorizou o papel de indígenas e negros na sociedade brasileira a partir de estudos sobre os engenhos de açúcar nordestinos e deu início à legitimação do pensamento intelectual sobre a democracia racial. Isso aconteceu em pleno auge da atmosfera eugenista no Brasil, o que demonstra que a intelectualidade não formava um único grupo.

A democracia racial serviu para a manutenção de certos privilégios da branquitude ao subtrair a percepção racial implicada nas desigualdades sociais, além de assegurar o seu lugar de neutralidade racial. É sobre esse recorte que o próximo capítulo da tese vai se debruçar, analisar e problematizar.

#### 4 O ARRANJO RACIAL BRASILEIRO E A DEMOCRACIA RACIAL

Antes de problematizar como a democracia entre as raças pôde ter sido pensada no Brasil, é importante trazer para o debate alguns pontos presentes em legislações que contribuem para a reflexão.

O século XIX foi marcado por uma série de leis que, de alguma forma, prejudicaram a cidadania de não-brancos escravos ou libertos e outras leis que foram feitas em decorrência de pressões do movimento abolicionista, mas que, nas entrelinhas, não ajudavam muito os pretos e pardos oriundos da escravidão. A Lei nº 1 de 14 de janeiro de 1837 foi uma das primeiras leis de Educação no Brasil. No seu artigo 3º, ela apontou as pessoas proibidas de frequentar as escolas. O parágrafo primeiro desse artigo trouxe as pessoas com moléstias contagiosas e o segundo foi direto: “os escravos, e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos” (Brasil, 1837, art. 3º).

A Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, foi o primeiro movimento nacional para organizar a propriedade privada no Brasil a partir do anseio de grandes fazendeiros e políticos latifundiários. Era preciso colocar imposições aos negros, visto que a Lei Eusébio de Queiroz (Lei nº. 581 de 04 de setembro de 1850) que dava fim ao tráfico transatlântico de escravos havia sido publicada há poucos dias. A lei trouxe que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (Brasil, 1850, Art. 1º) e, na sequência, reforça: “os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derrubarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado” (Brasil, 1850, Art. 2º). Esses artigos eram suficientes para impedir indiretamente que qualquer escravo ou negro liberto conseguisse a posse de terras no Brasil.

A Lei nº. 2040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre trazia que a partir daquela data “Os filhos de mulher escrava que nascerem no Imperio desde a data desta lei, serão considerados de condição livre” (Brasil, 1871, Art. 1º). Porém, continha uma série de particularidades que não mudavam muito a condição de escravizados das crianças e suas mães.

A lei nº. 3270, de 28 de setembro de 1885, conhecida como Lei dos sexagenários, libertava os escravizados que atingissem a idade de 60 anos, também com restrições (Brasil, 1885). Vale salientar que Klein (2018) aponta que a média de expectativa de vida dos escravizados não chegava a 40 anos, ou seja, em que pese tenham tido alguma relevância para

o movimento abolicionista, na prática, essas legislações mantinham o sistema escravista no Império.

A Lei nº 3353, de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea, libertou uma massa de quase 800 mil escravizados sem qualquer política pública para inserção dos libertos na sociedade. Essa lei, diferentemente das anteriores, foi um marco para a democracia racial, afinal, a partir daquele momento, os pretos e pardos eram todos livres, assim como os brancos, em uma suposta condição de igualdade, como estampado em um cartaz feito por uma fábrica de tecidos no Rio de Janeiro, capital do Império (figura 08). Por ser de autoria de uma produtora de tecidos, notam-se vários de seus produtos nas roupas que vestem os protagonistas da imagem. Os pés descalços do homem negro deixam evidente que até aquele momento ele estava na condição de escravizado. A desigualdade social entre ambos também é notória na figura, a despeito das roupas, calçados e chapéus.

**Figura 08:** Cartaz feito em 1888 por uma fábrica de tecidos que mostra um homem branco e um homem negro se cumprimentando após o fim da escravidão, com uma fâmula da Bandeira do Império do Brasil ao fundo.



**Fonte:** Arquivo Nacional do Brasil, 1888.

Considerando que, segundo Schwartz (1988), o primeiro navio negreiro chegou em Lisboa em 1441 e que o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão em 1888, foram 447 anos de escravidão atlântica. Diante do exposto, é salutar que sejam feitos alguns questionamentos: como a *intelligentsia* brasileira conseguiu elementos para constatação de que existia uma democracia racial no país? De que informações e verdades ela abasteceu-se e o que produziu para reforçar essa democracia, que depois foi convertida no mito da democracia racial? De que forma a democracia racial atuou como dispositivo de segurança no contexto brasileiro? Essas e outras informações relevantes, como a formação do arranjo racial brasileiro, serão discutidas neste capítulo.

#### **4.1 A formação racial nos censos**

A população do Brasil atual foi formada, inicialmente, a partir dos povos originários que já se encontravam nas terras, que, posteriormente, foram nomeadas de América, quando os primeiros europeus chegaram. Os números absolutos de indígenas daquela época são imprecisos, variam de um milhão a cerca de sete milhões distribuídos em centenas de etnias. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2023a) estima em cerca de dois milhões e meio no século XVI, tendo sido reduzidos a aproximadamente 300 mil no início do século XXI.

O negro africano, outro elemento que contribuiu para a formação do arranjo racial brasileiro, de acordo com o *Slave Voyage* (2023), portal internacional alimentado continuamente por pesquisadores de todo o mundo, foram 12,5 milhões de africanos escravizados na diáspora para as Américas entre os séculos XVI ao XIX. Pouco mais de 5,5 milhões de negros desembarcaram nos portos brasileiros ao longo do período escravista.

As cifras de imigrantes brancos europeus no período colonial são imprecisas. Arthur Ramos afirma que, nos tempos coloniais, não houve uma verdadeira imigração dirigida e que o povoamento colonizador ocorreu de forma arbitrária, “com os núcleos iniciais de portugueses e seus cruzamentos com índios e negros. Algumas tentativas foram feitas, como a remessa de órfãs para desposar colonos e oficiais no Brasil; a introdução de casais açorianos; as catequeses e assimilação dos indígenas, etc.” (Ramos, 2004, p. 36). Ainda segundo o autor, apenas de 1884 a 1944, o Departamento Nacional de Imigração contabilizou pouco mais de 4,2 milhões de estrangeiros, principalmente, italianos, portugueses, espanhóis, japoneses e alemães.

Foucault (2008a) defende que, mais importante do que os números absolutos da população, é a sua relação com o conjunto de forças ao longo de sua existência que resulta na

dinâmica social, como, por exemplo, a extensão do território, recursos naturais, riquezas, atividades comerciais, guerras, mortes etc. Porém, discutir esse movimento de números absolutos nesta tese, ainda que imprecisos, é importante para entender a dinâmica do fluxo populacional que resultou na formação do arranjo racial brasileiro, bem como a ação do próprio conjunto de forças citado por Foucault.

Quando a população é posta para a reflexão, pode-se fazer a associação com a biopolítica. Para Foucault (2008a), esta trata aquela como um conjunto de seres vivos e coexistentes, que apresentam características semelhantes. Embora tenha se constituído apenas a partir do século XVIII enquanto conceito e fenômeno perceptível pelos governantes (Foucault, 2010), o estudo da população como um deslocamento para séculos anteriores é pertinente como grade analítica para o entendimento sobre como o arranjo racial organizou-se no Brasil. O próprio Foucault reconhece que, desde o século XVI, com o advento do mercantilismo, “já se pode constatar uma preocupação crescente das principais nações europeias com o estado de saúde de suas populações” (Gadelha, 2016, p. 84).

Desde o final do século XVI e começo do século XVII, todas as nações do mundo europeu se preocuparam com o estado de saúde de sua população em um clima político, econômico e científico característico do período dominado pelo mercantilismo. [...] Nessa perspectiva, a França, a Inglaterra e a Áustria começaram a calcular a força ativa de suas populações. É assim que, na França, se estabelecem estatísticas de nascimento e mortalidade e, na Inglaterra, as grandes contabilidades de população aparecem no século XVII (Foucault, 2021, p. 147-148).

Silva (2012, p. 196) esclarece que o problema da raça “para o Estado-nação, surge, assim, com essa problematização da população como uma massa disforme que precisa ser homogeneizada. A condição da nação se vincula à condição da raça, e toda a impureza e toda a disgenia deverão ser combatidas em nome da nação”. O mesmo autor ainda complementa que “o Estado, portanto, vai tomar a raça como dispositivo agenciador da população” (Silva, 2024, p. 73) e “como dispositivo estruturante das narrativas nacionais” (Silva, 2012, p. 195). Assim sendo, pode-se refletir que, em paralelo à constituição da população, existem os adversários ou os inimigos que são formados a partir de um processo de normalização na atmosfera do racismo de Estado. Para Foucault, o racismo a partir do biológico é indispensável como condição para tirar a vida de alguém e sua ação por meio da função assassina do Estado “só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo” (Foucault, 2010, p. 215).

Conforme Silva (2012), normalizar a população, ou seja, compartimentalizar muitos indivíduos em um bloco populacional, isto é, homem-corpo em homem-espécie (Pelbart, 2011) ou ainda corpo-organismo em corpo-espécie (Gadelha, 2016) constitui-se em “um *corpus* a

partir do qual se pode construir regularidades e previsibilidades que são efeitos das estratégias biopolíticas” (Silva, 2012, p. 194).

No caso do Brasil, Silva (2015, p. 10) defende que foi em torno de 1870 que “as estratégias de poder-saber passaram a constituir o ‘corpo-espécie’ da população brasileira, fundamental no processo de emergência da biopolítica que caracterizou o Estado, sobretudo a partir dos anos 1920 e 1930”. No entanto, o deslocamento da análise para o período colonial é importante para entender que o colonizador branco configurou-se como norma e os não-brancos como os perigos biológicos.

Para continuar o estudo da população brasileira, é necessário fazer uma síntese do arranjo racial do país ao longo das pesquisas censitárias com ênfase no recorte temporal desta tese (1910-1945). Porém, conforme justificado anteriormente, o deslocamento para outros períodos faz-se necessário, visto que o entendimento de raça e da mestiçagem ao longo da História do Brasil e dos censos a partir de 1950 é importante para o entendimento da constituição da branquitude no Brasil contemporâneo, foco do próximo capítulo da tese.

Isto posto, pode-se questionar: quais os censos realizados no Brasil e como a cor/raça foi pesquisada em cada um deles? Como se formou o arranjo racial brasileiro? Como a raça foi contabilizada oficialmente pelo Estado ao longo das edições censitárias?

A coleta e divulgação de dados sobre a população é uma estratégia governamental que auxilia o Estado a conhecer o seu povo e a traçar medidas biopolíticas com base nos dados demográficos, socioeconômicos e culturais de uma sociedade. Essas informações são atualizadas a cada censo e abrangem diversos aspectos, como idade, sexo, raça, Educação, Saúde, habitação, ocupação profissional, renda, entre outras. Para Telles (2004, p. 67), “além de contabilizar a população, os censos nacionais são importantes porque estabelecem e institucionalizam categorias que podem se tornar moldes para a diferenciação social e, dessa forma, estruturam as relações raciais e a compreensão popular sobre raça”.

No caso do corpo-espécie da população brasileira, uma população que ainda estava por se definir racialmente, o conhecimento censitário, por exemplo, oferece ao Estado as informações necessárias para gerir a população e assim a constituir enquanto tal. Sendo assim, o censo e os dados estatísticos mais do que apresentarem o que é a população, permitem constituí-la (Silva, 2017a, p. 607).

Até o século XIX, houve algumas tentativas de estimar-se a população brasileira, porém, sem qualquer uso de metodologias ou documentação necessária para realizar, de fato, uma avaliação censitária confiável.

A década de 1870, com destaque para a intelectualidade da Escola de Recife, vivenciou uma virada epistemológica no pensamento brasileiro com a entrada das teses raciais, científicas

e biodeterministas que Silva (2023, p. 17) chama de “um processo de reinvenção da nação, com atenção especial à formação social que passou a ter a população como elemento central. Formava-se a base intelectual que iria desencadear uma nova narrativa identitária norteada pelas discussões da formação racial brasileira”.

O Brasil tinha saído vitorioso da Guerra do Paraguai (1864-1870), porém amargava muitas dívidas em decorrência do conflito armado. A falta de conhecimento da população atrapalhou, por exemplo, o cálculo de contingente de recrutamento de soldados nas províncias, uma vez que o país ainda não era dotado de um exército consolidado. Desse modo, o imperador brasileiro D. Pedro II entendeu que era importante a realização de um censo. Para isso, liberou verba com projeto de lei com censos decenais, o que foi aprovado pela Câmara e Senado, além da criação da Diretoria Geral de Estatística para conduzir os trabalhos (Agência Senado Federal, 2022).

Neste sentido, o primeiro censo no Brasil é considerado o que ocorreu em 1872 e registrou 9.930.478 “almas”, atualizado para 10.112.061 habitantes com o acréscimo de 181.583 estimados para 32 paróquias que não entregaram seus resultados (IBGE, 2023b). Inicialmente, as informações começaram a ser coletadas pelas administrações vinculadas ao poder político com o objetivo de produzir conhecimentos que fossem úteis ao Império, tendo ênfase na extensão, população e recursos, sem relação direta com políticas públicas em prol do corpo populacional.

O percentual de escravizados na população era de 15,2% no período. Naquele censo e no seguinte, os indígenas, seus descendentes e mestiços das uniões de pretos e brancos foram chamados de caboclos, que representaram 3,9% da população. Um total de 84,8% da população era analfabeta, dentre eles, os 1,5 milhão de negros da nação, que eram impedidos de terem acesso à Educação.

O levantamento feito em torno das características raciais da população brasileira vinha acompanhado de uma pergunta a respeito da condição jurídica livre ou escravizada dos indivíduos. A ideia de contabilizar essa população estava diretamente ligada à intenção de traçar uma estimativa, através de indicadores de mortalidade e manumissão de escravos, de quantos anos levaria até a extinção da escravidão sem que fosse necessário o recurso à abolição legal (Daflon, 2017, p. 61).

Embora existam diversas divergências e ressalvas quanto aos números do censo de 1872, esse movimento recenseador foi importante para que, de fato, fosse possível ser iniciada a pesquisa demográfica no Brasil. No referido censo, os chefes de família receberam formulários chamados de “lista de família”, que deveriam ser entregues preenchidos na paróquia mais próxima.

Pelo estigma racial daquela sociedade assentada sobre a escravidão, os chefes de família podiam se sentir compelidos a descrever a si próprios e aos familiares como brancos quando eram pardos ou então como pardos quando eram negros. [...] Os senhores, pelos números do Censo, declararam que todos os seus escravizados eram católicos. Isso não correspondia à realidade, já que muitos se mantiveram fiéis às religiões africanas. O mesmo raciocínio vale para os escravizados libertos e também para os indígenas (Agência Senado Federal, 2022).

Somam-se a esses problemas, os formulários nunca entregues por algumas paróquias, o fato de todas as respostas serem preenchidas por extenso, o que incorria em rasuras e termos ilegíveis, o alto índice de analfabetismo que fazia com que terceiros preenchessem os formulários (incluindo os funcionários das paróquias que distribuíram os documentos), a impossibilidade de recensear alguns povos indígenas e ribeirinhos que precisaram ser estimados empiricamente e o fato dos ex-escravizados estarem na categoria de livres junto com outros grupos alterava a realidade

já que a liberdade nem sempre era plena para os libertos. Muitos permaneciam ligados aos antigos senhores, devendo-lhes obediência, sendo explorados. Outros podiam ser presos por não ter trabalho. E alguns ainda podiam ser confundidos com cativos e ser reescravizados. Para as pessoas de cor no Império, a liberdade era algo muito precário (Agência Senado Federal, 2022).

O censo de 1890, já na República, contou com preocupações sobre a formação da nacionalidade, visto que a categoria *pardo*, utilizada anteriormente, foi substituída por *mestiço*, “revelando a incorporação da mestiçagem como critério de cor em um contexto, vale lembrar, em que intelectuais, a exemplo de Sílvio Romero, já adotavam a miscigenação enquanto chave interpretativa da nação” (Silva, 2017a, p. 611). O pardo já era uma realidade para a intelectualidade, como aponta Romero (1888, p. 92): “a palavra mestiçagem aqui não exprime sómente os productos directos do branco e do negro e do indio; expressa em sentido lato todas as fusões das raças humanas e em todos os gráus no Brazil, comprehendendo também as dos diversos ramos da raça branca entre si”.

Para a intelectualidade do período, o branqueamento da população já estava ocorrendo, como considerou Romero (1888, p. 92): “o elemento branco tende em todo caso a predominar com a internação e o desaparecimento progressivo do indio, com a extinção do trafico dos africanos e com a immigração européa, que promete continuar”.

Naquele momento, a preocupação com o branqueamento da população já era uma realidade nacional, esperava-se então registrar a diminuição progressiva da população não-branca ao longo dos censos com conseqüente aumento da população branca. “A ‘mestiçagem’, então promovida à condição de categoria racial, assumia assim o papel de registrar a diminuição do peso da população negra, bem como a homogeneização étnica do país na direção do

embranquecimento” (Daflon, 2017, p. 61). De acordo com o IBGE (2023b), a população do Brasil seria de 14.333.915 habitantes.

Decorridos 18 anos entre os censos de 1872 e 1890, já era evidente o branqueamento da população na perspectiva biopolítica do Brasil. A população branca havia subido cerca de 6% e as populações de negros e mestiços havia decrescido (quadro 01). Além das remessas de sangue branco europeu, outros fatores devem ser levados em consideração em uma análise crítica, como o fim do tráfico negreiro desde 1850, a alta mortalidade de pretos/pardos escravizados e de libertos por motivos sociais e de saúde, por exemplo.

**Quadro 01:** Dados de categorias raciais nos censos de 1872 e 1890.

Anos	Branco %	Negro %	Índio %	Mestiço %
1872	38,1	19,7	3,9	38,3
1890	44,0	14,6	9,0	32,4

Fonte: Munanga, 2020, p. 78.

Ao longo dos censos seguintes (1900 e 1920), o Estado continuava com a convicção de que a miscigenação estava cumprindo seu papel no branqueamento da população, “mas o quesito raça foi excluído sob a alegação de dificuldades técnicas de mensuração” (Daflon, 2017, p. 61). Segundo Petruccelli (2007, p. 123), a retirada do quesito “cor” no censo de 1920 é justificada “pelas dúvidas enquanto à validade das informações que puderem ser colhidas, especialmente no que concerne à população mestiça, considerada como a mais relutante a declarar ‘a cor originária da raça’”. O censo de 1900 chegou a ser iniciado, mas foi cancelado, o de 1910 foi suspenso e o de 1930 também não ocorreu. Todos por problemas relacionados à gestão do Estado e ordem política. Em 1920, a população brasileira era de 30.635.605 habitantes segundo o IBGE (2023b).

Entusiasmadas com o branqueamento da população, as publicações eugenistas multiplicavam-se nas primeiras décadas do século XX, como Oliveira Vianna em 1922 que apresentou dados distorcidos ao comparar os censos de 1872 e 1890 em que a população branca teria praticamente duplicado e a negra quase não havia registrado aumento. Munanga (2020, p. 76) justifica que, no pensamento de Vianna, essa superioridade demográfica “do contingente branco, que no século XVII representava quase metade da população negra, Viana evoca a “alta fecundidade da raça branca no meio tropical, estimada [...] em 1,27% em relação ao índice inferior, 1%, apresentado pelos negros, índios e mestiços”. Já Renato Kehl declarou, em 1932, que apenas a Educação não seria necessária para uma eugenização da sociedade brasileira, mas também o impedimento da reprodução dos degenerados e uma imigração selecionada (Kehl,

1932b). Pode-se ler o racismo de Estado nessa estratégia como um desaparecimento dos indesejáveis, por intermédio de uma morte social, uma morte civil, política e por que não, censitária. Camila Rosa (2016), em sua dissertação de mestrado, chamou esse processo de dispositivo de in/exclusão, no qual o negro é incluído por meio da miscigenação para ser excluído em sua negritude, inclusive fisicamente.

Em 26 de janeiro de 1938, o Decreto-Lei nº 218 criou o IBGE a partir da reorganização do Instituto Nacional de Estatística e, com ele, a moderna fase censitária no país foi implementada.

Em 1940, a questão racial voltou ao censo, tendo sido atribuído o quesito “cor”, ou seja, interpretada fenotipicamente e não mais com critérios raciais de origem. A categoria *amarela* foi incluída a partir desse censo para dar conta da imigração japonesa que ocorreu, principalmente, entre 1908 e 1930. Na ocasião, os recenseadores foram instruídos a registrar apenas as respostas como *preto*, *branco* ou *amarelo*. Todas as demais respostas deveriam ser registradas com um traço. “Com essa instrução, os formuladores do Censo construíram a categoria dos ‘pardos’ como um ‘resto’, sob a alegação de que era difícil registrar a condição miscigenada de parte da população por causa do constrangimento dos indivíduos” (Daflon, 2017, p. 61). Ramos (2023, p. 234) pondera que “a comissão censitária quis evitar a obrigação, para o recenseado, de aplicar a si mesmo qualificações de cor que às vezes são usadas com sentido de desprezo”. Desse modo, respostas como *mestiço*, *caboclo*, *moreno*, *indígena*, dentre outras, eram agrupadas com o traço designando uma espécie de resto racial. Na fase de codificação, foram todos somados como *pardos* e somaram 21,2%. O Censo de 1940 registrou 41.236.315 habitantes no Brasil de acordo com o IBGE (2023b).

No censo de 1950, o IBGE utilizou o método de autoclassificação de cor, similar ao realizado atualmente. Foram utilizados quatro grupos raciais: *pretos*, *brancos*, *amarelos* e *pardos*. Os indígenas e descendentes miscigenados foram classificados como *pardos*, que somaram 26,5% da população. Em 1950, a população residente no país era de 51.944.397 habitantes (IBGE, 2023b).

Em 1960, a categoria *indígena* foi adicionada às categorias raciais do censo anterior. Os pardos seguiam com aumento, registrando, dessa vez, 29,5%. Ao todo, a edição censitária de 1960 registrou uma população de 70.191.370 habitantes, segundo o IBGE (2023b).

No censo de 1970, no contexto histórico nacional da ditadura militar, havia um desinteresse estatal pela classificação racial e a identificação racial foi retirada do questionário “sob alegação técnica de que os dados produzidos eram demasiadamente duvidosos” (Daflon,

2017, p. 62). A população residente no país, registrada naquele censo, foi de 93.139.037 habitantes de acordo com dados do IBGE (2023b).

Em 1976, o IBGE realizou uma Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) a partir da autoclassificação de cor com a pergunta subjetiva: “qual a cor do Senhor(a)?” seguida da pergunta estimulada em que o recenseador elencava objetivamente as categorias. Apesar de 57% das respostas concentrarem-se nos tipos raciais difundidos até o momento (*preto, pardo, branco, amarelo e indígena*), foram, no total, 136 respostas diferentes, demonstrando que o brasileiro não era racializado, que existia uma riqueza da representação brasileira dos tons de pele e que o retrato racial no país era uma verdadeira “aquarela do Brasil”, como afirma Schwarcz (2012, p. 100). Eis as cores apontadas:

Acastanhada, Agalegada, Alva, Alva-escura, Alvarenta, Alvarinta, Alva-rosada, Alvinha, Amarela, Amarelada, Amarela-queimada, Amarelosa, Amorenada, Avermelhada, Azul, Azul-marinho, Baiano, Bem branca, Bem clara, Bem morena, Branca, Branca-avermelhada, Branca-melada, Branca-morena, Branca-pálida, Branca-queimada, Branca-sardenta, Branca-suja, Branquiça, Branquinha, Bronze, Bronzeada, Bugrezinha-escura, Burro quando foge, Cabocla, Cabo-verde, Café, Café com leite, Canela, Canelada, Cardão, Castanha, Castanha clara, Castanha escura, Chocolate, Clara, Clarinha, Cobre, Corada, Cor de café, Cor de canela, Cor de cuia, Cor de leite, Cor de ouro, Cor-de-rosa, Cor-firme, Crioula, Encerada, Enxofrada, Esbranquicento, Escura, Escurinha, Fogoió, Galega, Galegada, Jambo, Laranja, Lilás, Loira, Loira clara, Loura, Lourinha, Malaia, Marinheira, Marrom, Meio amarela, Meio branca, Meio morena, Meio preta, Melada, Mestiça, Miscigenação, Mista, Morena, Morena-bem-chegada, Morena-bronzeada, Morena canelada, Morena castanha, Morena clara, Morena cor de canela, Morena-jambo, Morenada, Morena escura, Morena-fechada, Morenã, Morena-parda, Morena-roxa, Morena-ruiva, Morena trigueira, Moreninha, Mulata, Mulatinha, Negra, Negota, Pálida, Paraíba, Parda, Parda-clara, Parda-morena, Parda-preta, Polaca, Pouco clara, Pouco morena, Preta, Pretinha, Puxa para branca, Quase negra, Queimada, Queimada de praia, Queimada de sol, Regular, Retinta, Rosa, Rosada, Rosa queimada, Roxa, Ruiva, Russo, Sapecada, Sarará, Saraúba, Tostada, Trigo, Trigueira, Turva, Verde, Vermelha (Moura, 1988, p. 64).

Clóvis Moura (1988, p. 64) considera a grande variação de cores como um possível desvio da realidade étnica e identitária da população, “procurando, através de simbolismos de fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior”. Nota-se que alguns termos podem ter sido respondidos em tom de ironia pela população, porém, em diversas ocasiões, percebe-se, por outro lado, que as variações de cores tentavam retratar a cor da forma mais precisa possível, ratificando que, no Brasil, o preconceito é de marca.

Schwarcz (2012, p. 102) aponta que “definir a cor do outro ou a sua é mais do que um gesto aleatório; o ato vincula outros marcadores fundamentais para a conformação e o jogo de identidades”. Outro tipo de resposta que cabe destaque são as tentativas de aproximação do branco, foram mais de 30 termos voltados para marcadores raciais brancos que utilizaram

“alva”, “clara”, “leite”, “loira” e suas mais criativas variações. O branqueamento da população pode ser percebido nessas respostas como uma forma de aspiração social e símbolo de status.

A edição censitária de 1980 registrou uma população de 119.002.706 habitantes (IBGE, 2023b). Nos anos 1980, organizações e movimentos sociais ligados à pauta da negritude e antirracismo

esforçaram-se por influenciar o desenho do censo nacional. Além de demandar a reintrodução da questão da cor, que havia sido excluída do censo de 1970, eles também propuseram a substituição das categorias preto e pardo por negro, a fim de reorganizar as identidades raciais em torno do seu novo projeto político. Esta última demanda foi rejeitada pelo IBGE sob a alegação de que a adoção de novas categorias inviabilizaria a comparação com censos anteriores e a produção de séries históricas (Daflon, 2017, p. 62).

Daflon (2017) ressalta que, ao perceberem que a junção de pretos e pardos em negros poderia reduzir o tamanho da população negra nos censos, os movimentos sociais e a militância pararam com a pressão. Esse censo retornou aos moldes de 1950, com um grande grupo para os *pardos*, que somavam “os mulatos, os mestiços, os índios, os caboclos, os mamelucos, os cafuzos etc.” (Schwarcz, 2012, p. 97).

O censo de 1991 foi o primeiro após a ditadura militar, o que permitiu uma retomada dos movimentos sociais e a questão racial voltou ao debate. A partir daquele momento, a lista de categorias empregadas pelo IBGE passou a ser: *branco, preto, pardo, amarelo e indígena*. O resultado revelou que o Brasil tinha, naquela época, 146.825.475 habitantes (IBGE, 2023b).

Em atendimento parcial a demandas dos movimentos negros, o agrupamento de pretos e pardos sob a categoria “negros” foi acolhido por algumas agências governamentais a partir da segunda metade da década de 1990. O governo passou a recomendar o uso das categorias de cor em todos os dados estatísticos produzidos pelas agências públicas e, embora tenha recomendado que o IBGE mantivesse as categorias tradicionais para produzir dados brutos, solicitou que o órgão adotasse a categoria negro, dentro da qual se reuniriam pretos e pardos, nas análises produzidas (Daflon, 2017, p. 63).

Conforme dados do quadro 02, os censos demográficos de 1872, 1890 e 1940 indicam que o impacto da migração europeia realmente causou um branqueamento na população, pelo menos na autodeclaração para os censos. A população branca passou de 38,1% em 1872 para 63,5% em 1940 e, em oposição, a população negra regrediu de 58% para 35,8% no mesmo período. A inclusão da raça no censo de 1940 foi importante “a fim de entender o ritmo com que o Brasil estava embranquecendo por meio dos casamentos inter-raciais com europeus” (Dávila, 2006, p. 101). O auge da quantidade de brancos no censo de 1940 pode ser atribuído às declarações de mestiços que teriam atravessado a “linha da cor”, além dos efeitos do branqueamento da população. Esse fenômeno foi observado por Daflon (2017) e Dávila (2006)

quando se referem que status ou situação financeira mais confortável podem branquear uma pessoa.

**Quadro 02:** Distribuição percentual da população residente por cor/raça, segundo os censos de 1872 a 2022.

Ano	Total %	Cor/Raça %					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Ignorada
1872 (*1)	100	38,1	19,7	-	38,3	3,9	-
1890 (*2)	100	44,0	14,6	-	32,4	9,0	-
1900 (*3)	100	-	-	-	-	-	-
1920 (*3)	100	-	-	-	-	-	-
1940	100	63,5	14,6	0,6	21,2	-	0,1
1950	100	61,7	11,0	0,6	26,5	-	0,2
1960	100	61,0	8,7	0,7	29,5	-	0,1
1970 (*3)	100	-	-	-	-	-	-
1980	100	54,2	5,9	0,6	38,8	-	0,4
1991	100	51,6	5,0	0,4	42,4	0,2	0,4
2000	100	53,4	6,1	0,5	38,9	0,4	0,7
2010	100	47,51	7,52	1,1	43,42	0,43	0,02
2022	100	43,46	10,17	0,42	45,35	0,6	- (*4)

Observações: (\*1) Em vez de indígena foi utilizado caboclo; (\*2) Em vez de parda foi utilizado mestiço e em vez de indígena, caboclo; (\*3) Não foi realizado levantamento sobre cor/raça; (\*4) apenas 0,005% da população não declarou cor ou raça no censo de 2022.

**Fonte:** IBGE, 2023b; Senado Federal, 2023; IBGE, 2023c.

Os censos seguintes demonstram uma redução ainda mais significativa dos pretos: 11% em 1950, 8,7% em 1960 e 5,9% em 1980. Outra análise interessante no quadro 02 é que, a partir do recenseamento de 1980, a população branca começou a diminuir e a de negros (aqui entendido como a soma de pretos e pardos) a aumentar. Esses dados são historicamente compatíveis com um aumento das pressões políticas dos movimentos sociais, sobretudo o Movimento Negro Unificado, que passaram a conscientizar a população de sua negritude com reflexo na responsabilidade às respostas ao recenseador. Paixão (2003) acrescenta que esse movimento também projetou a importância do Brasil internacionalmente com a segunda maior população negra do mundo, perdendo apenas para a Nigéria.

O fato é que relegada ao desaparecimento pelo branqueamento da população em um século por João Batista de Lacerda em 1911, o que se viu foi o inverso. No censo de 2010 com população de 190.755.799 (IBGE, 2023b) foi a primeira vez em que a soma de pretos e pardos, considerada por alguns pesquisadores e pelo *Estatuto da Igualdade Racial* como população negra, foi maior do que a branca, chegando aos 50,94% sendo a soma de pretos 7,52% e pardos 43,42% (quadro 02).

O censo de 2022 foi o primeiro em que o número de pardos (45,35%) ultrapassou o número de brancos (43,46%). O número de pretos também subiu de 7,52% no censo de 2010 para 10,17% na última pesquisa (quadro 02). Essa queda do número de brancos e aumento do número de pardos pode estar relacionada com uma maior conscientização racial na sociedade brasileira nos últimos anos. Embora o quesito “cor” esteja presente desde o censo de 1872, apenas na edição de 1991, a pergunta passou a considerar “cor ou raça”. Para o IBGE, a raça é um conceito mais amplo do que a cor, que envolve outras características físicas e identitárias como a origem familiar e etnia. Aquele censo contabilizou 203.080.756 brasileiros (IBGE, 2023c).

Como o elemento pardo pode ser interpretado nessa análise ao longo dos censos? Quais os vieses interpretativos do pardo enquanto categoria social e identitária no Brasil?

O termo pardo foi utilizado ao longo da História do Brasil de formas diferentes. Os primeiros portugueses que chegaram no século XVI atribuíram aos indígenas a cor parda, como relatou Pero Vaz de Caminha em carta remetida ao rei de Portugal em 1500: “a feição deles é serem **pardos**, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura” (Caminha, 1500, p. 02, grifo nosso). Ao longo do Brasil Colônia, Mattos (2013) atenta que o termo pardo era utilizado para designar libertos, como uma categoria sociopolítica e não racial.

A designação de “pardo” era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não branco. Assim, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre que trouxesse a marca de sua ascendência africana — fosse mestiço ou não. [...] Os “pardos”, fossem negros ou mestiços, tornavam-se, nesta forma de enunciação, necessariamente exceções controladas (Mattos, 2013, p. 42).

Desde o início da história das edições censitárias que os grupos miscigenados são tratados com incerteza pelos censos, resultando em uma categoria residual, principalmente, por causa de fenômenos como o branqueamento da população, a democracia racial e o modelo de nação civilizada que o Estado gostaria que fosse implementado. Dessa forma, o *pardo/mestiço* foi utilizado como uma espécie de coringa em cada momento histórico. Arthur Ramos (2004,

p. 65) explica que ao *pardo* ficou relegada à categoria dos “resultados dos cruzamentos, nos quais não se puderam distinguir os grupos formadores [...] embora esta expressão se aplique também aos mulatos”.

Em 1872, a categoria *parda* estava presente, foi substituída por *mestiço* em 1890 e reapareceu no censo de 1940 constando até os dias atuais. Nota-se, no quadro 02, que, em todos os censos, essa categoria apresentou números expressivos. O percentual de pardos na população mais que dobrou entre 1940 e 2010. Weschenfelder e Silva (2021, p. 313) refletem que, ainda que *pardo* não seja uma designação racial ou étnica, “mas remete para a cor ou para o que se pretende como uma cor, ainda que indefinida, não deixa de ser interessante perceber como ele se constitui como central quando nos propomos pensar a constituição do corpo-espécie da população nacional”.

Para Schwarcz (2012, p. 98), “como ninguém se autodefine como pardo (pardo é sempre uma definição externa), esse conceito funciona tal qual uma opção do tipo ‘nenhuma das anteriores’. [...] Pardo é, pois, um termo paradoxal e de difícil tradução”. Contribuindo com o debate, Telles (2004, p. 67) aponta que o termo pardo “embora seja freqüentemente usado como substituto para mulato ou para identificar pessoas com mescla de branco e negro, também pode incluir outras categorias como os caboclos, isto é, indígenas aculturados ou pessoas com ascendência predominantemente indígena”.

Os pardos sempre estiveram presentes em grande parcela da população brasileira ao longo dos censos. A partir do final do século XIX, concomitante aos primeiros censos, quando a mestiçagem passou a receber importância política e intelectual, “esses índices são utilizados tanto para comprovar o comprometimento da raça, quanto para enaltecer a mestiçagem como identidade nacional, resultando na crença da democracia racial” (Weschenfelder; Silva, 2021, p. 312).

O debate sobre o pardo está longe de ser esgotado. Os ativistas da racialização do pardo e da parditude<sup>44</sup> defendem, inclusive, que o termo seja desassociado do negro, pois mestiços de brancos com indígenas, por exemplo, não são contemplados ou estão categorizados de forma incorreta como negros. Neste sentido, conhecer as problemáticas do identitarismo pardo é também uma nuance do processo de miscigenação que ocorreu no Brasil, embora não seja objeto de pesquisa desta tese.

---

<sup>44</sup> Parditude é um movimento crescente no Brasil para investigar as experiências das pessoas pardas, propagar a consciência mestiça, além de criticar, por exemplo, a imposição de considerar-se negros como a soma de pardos e pretos, desconsiderando a ascendência indígena, muito presente no país (Avelino, 2023).

O resultado dessa indeterminação nas categorias raciais ao longo da história dos censos no Brasil fez com que se subjetivasse o preconceito de marca a partir do fenótipo e questões culturais, em que elementos e traços físicos como o formato do rosto, tipo de cabelo, cor da pele, formato e tamanho do nariz e boca se tornassem a principal via de discriminação no Brasil, que, por sua vez, ajudou, posteriormente, na constituição da branquitude em solo nacional.

Analisar essa constituição da formação do arranjo racial brasileiro auxilia no entendimento sobre como a democracia racial foi constituída e pensada no Brasil e como atuou como dispositivo de segurança. Para isso, a próxima seção vai se dedicar a explicar a origem da democracia racial no país.

## 4.2 Primórdios da democracia racial no Brasil

A democracia racial funcionou no Brasil como um dispositivo de segurança, conforme aponta Silva (2023). O que é um dispositivo de segurança? De que forma a democracia racial pode ser considerada como um dispositivo de segurança e como atua na sociedade brasileira? Como o racismo de Estado pode ser considerado um elemento norteador da democracia racial?

Para Foucault, um dispositivo pode ser definido como:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 2021, p. 364).

Conforme Foucault (2010, p. 52), os discursos biológico-racistas que surgem sobre degenerescência e as teorias raciais operam, no corpo social, “como princípio de eliminação, de segregação e, finalmente, de normalização da sociedade”. Para o filósofo, nesse contexto, o racismo de Estado atua como um racismo que a sociedade atua em si própria, sobre sua população e seus produtos, o que se dá por meio de uma guerra das raças, uma guerra não bélica, cheia de narrativas, subjetividades e processos de educabilidade. A purificação passou a ser almejada permanentemente como princípio normalizador e sutil na sociedade.

Ao passo em que o racismo de Estado atua como uma guerra não declarada, realizada por meios não bélicos como a subjetivação, a democracia racial operou como um dispositivo de segurança para o controle social, mantendo uma harmonia no quesito raça. Não era interessante que os ex-escravizados e seus descendentes se revoltassem, exigindo indenizações e reparações históricas. A democracia racial veio para chancelar a união entre as raças a partir de supostas oportunidades iguais a todos. Foucault (2008a) defende que a revolta urbana era

sempre uma preocupação dos governantes e a utilização de dispositivos de segurança era necessária para fornecer o mínimo possível para evitar os motins. Barros II (2016) entende que o dispositivo de segurança permite ao governante tratar um determinado fenômeno como algo natural. É exatamente assim que a democracia racial foi se enraizando na sociedade brasileira.

O objetivo final de todo dispositivo de segurança é a população. “A população é o novo objeto político dessa nova arte de governar nascente na Modernidade. Será encarada também como sujeito, na medida em que se faz necessário regular a maneira como se conduz” (Barros II, 2016, p. 222). Em outros termos, a partir da condução de condutas orquestradas pela elite intelectual e política do país, a democracia racial operou como um dispositivo de segurança para um governo melhor em prol dos objetivos para alcançar o progresso nacional.

O pensamento político brasileiro, nas primeiras décadas do século XIX, era formado por uma reduzida e “seleta elite de pessoas geralmente ricas e poderosas, formadas, na maioria das vezes, em universidades européias. [...] As reflexões intelectuais sobre a situação brasileira [muitas vezes] eram feitas no exterior” (Hofbauer, 2006, p. 180). Em 1821, portanto, quando o Brasil ainda era colônia, António Sequeira publicou, em Coimbra/Portugal, a obra *Addição ao projecto para o estabelecimento do reino-unido de Portugal, Brasil e Algarves*. Ao passo em que desejava o Brasil um país próspero e branco, ele também relata que “são pretos, se diversos na côr, iguaes a nós na essencia; e se são iguaes, se são homens, como os homens chamão escravos a outros homens?” (Sequeira, 1821, p. 50). O interesse era a libertação dos escravos para acelerar o branqueamento da população na colônia. A preocupação com a massa de pretos no país já era evidente em alguns pensadores, mesmo aliados ao governo, como Sequeira, o que fomentava a operação de um dispositivo de segurança.

A romântica representação da instituição escravista, traçada pelos escritos de estrangeiros que visitaram o Brasil no século XIX, foi uma das causas que engendraram a democracia racial no século XX. Eles descreviam, geralmente, um senhor de escravos amigo e benevolente, uma escravidão doce, branda e amável. A relação entre o senhor e o seu escravo, dessa maneira, seria assentada em laços de generosidade, doçura e intimidade, características que democratizavam racialmente o sistema, negando qualquer tipo de preconceito ou discriminação no país. Em maior ou menor grau, esta foi a visão de muitos, como o francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848) e o alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858), por exemplo, que estiveram no Brasil no início do século XIX (Domingues, 2005). Ainda no Império e antes da abolição da escravidão no país, os próprios abolicionistas também romantizavam a escravidão:

a escravidão entre nós manteve-se aberta e estendeu os seus privilégios a todos indiscriminadamente: brancos ou pretos, ingenuos ou libertos, escravos mesmo, estrangeiros ou nacionaes, ricos ou pobres; e d'essa forma adquiriu ao mesmo tempo uma força de absorpção dobrada e uma elasticidade incomparavelmente maior do que houvera tido se fosse um monopólio da raça, como nos Estados do Sul [dos EUA] (Nabuco, 1883, p. 175, grifo nosso).

Azevedo (1996) sinaliza que, além de Joaquim Nabuco (1849-1910), um dos maiores nomes do abolicionismo no Brasil, vários outros abolicionistas também eram complacentes de alguma forma com a escravidão. O discurso do movimento abolicionista institucionalizado era permeado, igualmente, pelo que se entendia como um dos primeiros movimentos da ideologia da democracia racial no Brasil. No seu livro *O Abolicionismo*, uma das obras mais importantes do movimento abolicionista e que teve grande projeção entre a elite letrada, Nabuco (1883), descreve:

a escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor, falando collectivamente, nem creou entre as duas raças o ódio reciproco que existe naturalmente entre opressores e opprimidos. Por esse motivo o contato entre ellas foi sempre isento de asperezas fora da escravidão, e o **homem de côr achou todas as avenidas abertas deante de si** (Nabuco, 1883, p. 22, grifo nosso).

Figura 09: Capa do Jornal *Gazeta de Notícias* do dia seguinte à abolição da escravidão, 14 de maio de 1888.



Fonte: Brazil..., 1888a, p. 01.

O Jornal *Gazeta de notícias* era conhecido pelas suas críticas à escravidão e a figura 09 estampa a capa da edição de 14 de maio de 1888, portanto, no dia seguinte da lei que aboliu a escravidão no Brasil. Instituída pela Lei n.º. 3353, de 13 de maio de 1888, a chamada Lei Áurea está na íntegra na primeira página do jornal em matéria intitulada como *Brazil Livre*: “É declarada extinta desde a data d’esta lei a escravidão no Brazil. Revogam-se as disposições em contrario” (Brazil..., 1888a, p. 01). O texto ressalta a importância de algumas personalidades no processo abolicionista, dando destaque a José do Patrocínio (1853-1905). A reportagem aponta com tom de conciliação sacramentando a igualdade entre as raças, como se todos realmente pudessem ter condições sociais e econômicas iguais: “Não há mais escravos, todos são livres, todos são iguaes, todos têm aberta diante de si uma carreira por onde podem avançar até onde seus talentos o permittirem” (Brazil..., 1888a, p. 01).

**Figura 10:** Capa do Jornal *O Cachoeirano* celebrando a abolição da escravidão, 20 de maio de 1888.



Fonte: Brazil..., 1888b, p. 01.<sup>45</sup>

<sup>45</sup> Texto da figura 10: Brazil Livre – Não há brasileiro algum que não rejubile-se com semelhante acontecimento. A liberdade de todos os filhos do Brazil é a condição preliminar de nossa existência como Patria. Chegamos ao fim entre flores e sorrisos. Honra ao povo brasileiro. Gloria imortal aos propugnadores da abolição da escravidão. (Brazil..., 1888b, p. 01).

Já o Jornal dominical *O Cachoeirano*, de Cachoeiro de Itapemirim, no dia 20 de maio, celebrava a abolição com a lei descrita na capa com a inscrição *Brazil Livre*, tal como o *Gazeta de notícias* de 14 de maio e afirmava que, entre flores e sorrisos, a escravidão chegou ao fim (figura 10). Essa edição celebrou as comemorações que se sucederam com a publicação da Lei Áurea. “Não ha mais escravos e portanto não ha mais o dominio do homem sobre o homem” (A Lavoura, 1888, p. 02) descreveu o editor do jornal com entusiasmo. Ao romantizar o momento histórico, a reportagem afirma que “o africano é, naturalmente, venerador, e por isso submete-se; não foi o medo, nem o interesse que o mantiveram na escravidão por tanto tempo, **foi o amor para com os senhores** que elles reputavam seus superiores” (A Lavoura, 1888, p. 02, grifo nosso).

A população, sobretudo, os pretos e pardos, alforriados ou não, comemorou por dias a Lei Áurea, já que quase 800 mil brasileiros escravizados foram libertos imediatamente. Por isso, a lei era considerada uma dádiva da Monarquia, um verdadeiro presente benevolente, sem considerar as pressões e a luta que levaram à abolição. Nos primeiros momentos pós-abolição, Gomes (2022) traz a informação que

milhares de homens, mulheres e crianças se puseram em marcha, sem destino algum. Eram os novos ‘libertos’ brasileiros. Muitos deles, depois de receber as notícias do Rio de Janeiro, simplesmente se recusaram a continuar trabalhando para seus antigos senhores (Gomes, 2022, p. 515).

De acordo com Sueli Carneiro (2023, p. 44), a abolição marcou “o momento da emergência do negro na nova ordem disciplinar que se instaura no Brasil, na passagem de uma economia baseada no trabalho escravo para o livre”. O status de liberdade fez surgir um dispositivo de racialidade “enquanto dispositivo do poder disciplinar emergente, [que] haverá de demarcar em ações teóricas de assujeitamento” (Carneiro, 2023, p. 44). Tais dispositivos, para a autora, eram alicerçados a partir de um conjunto de elementos verbais e não verbais de modo a influenciar a própria realidade.

Foucault (2010, p. 16) afirma que “a política é a guerra continuada por outros meios, isto é, a política é a sanção e a recondução do desequilíbrio das forças manifestado na guerra”. Pode-se interpretar justamente assim o contexto da abolição da escravidão para os negros. Os problemas mudaram. Antes o maior problema era a falta de liberdade, depois passou a ser a falta de perspectiva de uma sobrevivência digna, ou seja, a guerra continuada por outros meios, citada pelo filósofo.

Os pretos e pardos eram livres, assim como os brancos. Pela primeira vez na vida, eles tinham assegurado o direito de ir e vir sem a necessidade de controle e vigilância de alguém:

“alguns acampavam ao redor de vendas e tabernas, onde passavam as noites dançando e cantando em celebrações de alegria” (Gomes, 2022, p. 516). Porém, aos poucos, uma dura realidade foi aparecendo. Sem qualquer atenção do governo e sem qualquer política pública que os amparasse ou conduzisse os ex-escravizados para uma inserção na sociedade capitalista, eles “perceberam que não havia pra onde ir. Ninguém lhes daria trabalho. Grupos famintos e esfarrapados continuaram a perambular, a esmolar de casa em casa, de fazenda em fazenda, em busca de comida e amparo” (Gomes, 2022, p. 516). Muitos tiveram que retornar às fazendas que já conheciam e submeteram-se a salários baixíssimos em troca de alimento e moradia nas mesmas senzalas outrora ocupadas. Desse modo,

os novos contratos eram feitos entre partes desiguais. Os fazendeiros precisavam de mão de obra para garantir a colheita da safra seguinte de café. Mas eram os recém-libertos que necessitavam desesperadamente de dinheiro para comer, lugar para dormir, agasalhos e roupas para vestir (Gomes, 2022, p. 517).

Assim, “promovida principalmente por brancos, ou por negros cooptados pela elite branca, a abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte” (Costa, 1999, p. 364). Alguns passaram a viver à margem da sociedade nas cidades, outros viviam se deslocando entre campo e cidade, em busca de oportunidades. Muitas famílias migraram para as periferias dos grandes centros urbanos, em busca de condições melhores e, em locais, como Rio de Janeiro e São Paulo, deram origem às primeiras favelas. Todo esse cenário incomodava bastante boa parte da intelectualidade. Era preciso dar um destino a essas pessoas, levá-los para longe dos olhos e do convívio da elite branca, ou seja, a realidade vivida pelos ex-escravizados era muito diferente do que fora romantizado por alguns intelectuais e longe do que seria uma democracia racial.

Ainda por muito tempo, o medo de re-escravização persistiu entre os negros brasileiros. A liberdade era um direito incerto, tênue, sem garantias definidas, fruto de uma lei que produzira muitas festas e comemorações, mas pouco benefícios concretos aos ex-escravos e seus descendentes (Gomes, 2022, p. 526).

Em 1889, a Proclamação da República tornou universal, *a priori*, o direito à cidadania. “Do ponto de vista do discurso legal, cidadãos negros passariam a desfrutar de uma **igualdade de direitos e oportunidades** em relação aos brancos em todas as áreas da vida pública: educação, emprego, moradia, terra, saúde, lazer, etc.” (Domingues, 2005, p. 01, grifo nosso). Porém, a Constituição Brasileira de 1891 restringia os direitos políticos aos analfabetos<sup>46</sup>, ou seja, eles não podiam votar e ser votados, condição da imensa maioria de ex-escravizados,

---

<sup>46</sup> De acordo com dados do censo de 1890, publicado pelo Senado Federal, cerca de 82% da população acima de 6 anos era analfabeta no Brasil (Westin, 2022).

pardos, pretos e pobres (Brasil, 1891, Art. 70). Sobre os direitos políticos, Gomes (2022) explica que, até 1930, apenas 5,6% dos brasileiros tinham direito ao voto. “O pequeno número de eleitores estava restrito aos homens adultos, em geral brancos, proprietários e alfabetizados. Mulheres estavam excluídas, como também os analfabetos, dos quais a imensa maioria era descendente de escravos” (Gomes, 2022, p. 526).

Neste sentido, a democracia racial já vinha sendo gestada desde o Brasil Colônia, inclusive, pelo movimento abolicionista e foi fortalecida, ao longo dos anos seguintes, ganhando repercussão política e social, atuando como dispositivo de segurança na manutenção da ordem e da paz. Domingues (2005) afirma que muito embora o racismo à brasileira tenha sido aumentado como uma prática social no pós-abolição, foi naquele momento que suas bases teóricas consolidaram-se no imaginário social.

Fernandes (2007, p. 43) reflete que a democracia racial constituiu-se como “uma distorção criada no mundo colonial, como contraparte da inclusão de mestiços no núcleo legal das ‘grandes famílias’ - ou seja, como reação a mecanismos efetivos de ascensão social do ‘mulato’”. Weschenfelder e Silva (2021) referem que, na medida em que a mestiçagem tornou-se importante enquanto elemento na construção de uma identidade nacional, o conceito de democracia racial foi sendo legitimado, visto que

neste novo contexto, os negros continuaram em desvantagem frente aos brancos e não podiam concorrer em condições paritárias; a cor não deixou de ser um fator restritivo ao sucesso individual e/ou do grupo. Por isso, na competição que se instaurou entre negros e brancos, o trabalho, a competência, inteligência, capacidade e esforço individual não poderiam ter sido os únicos requisitos que iriam determinar o acesso aos bens públicos e privados. Já que o mérito não era o único critério para o indivíduo vencer na vida em uma sociedade marcada pela desigualdade, qualquer infortúnio pessoal poderia ser entendido como reflexo das injustiças raciais ou como distorções do sistema social. Pelo discurso da elite, contudo, o fracasso na vida do negro devia ser interpretado como consequência das suas próprias deficiências, pois o sistema oferecia igualdade de oportunidades a todos, negros e brancos, indistintamente (Domingues, 2005, p. 02).

Ainda no final do século XIX, Nina Rodrigues já sinalizava para a apatia dos brancos em reconhecerem um suposto preconceito racial existente no tecido social, como afirmou em seu livro *As raças humanas* em 1894:

seja influência da nossa origem portuguesa, por força da tendência dos iberos a cruzar com as raças inferiores; seja virtude especial da nossa população branca, no que não creio; ou seja finalmente mais uma influência do caráter do povo brasileiro, indolente, apático, incapaz de paixões fortes, o certo é que os prejuízos de cor, que certamente existem entre nós, são pouco apurados e intolerantes da parte da raça branca. Em todo o caso, muito menos do que dizem ser na América do Norte (Rodrigues, 1957, p. 149-150).

Os próprios jornais da imprensa negra<sup>47</sup> reiteravam a democracia racial ao mesmo tempo em que consideravam os negros como inferiores e propensos à degeneração, como Florencio (1924, p. 02) cita no jornal *O kosmos*: “a gente negra brasileira é atrasadíssima em tudo e cultiva os vícios com rara especialidade. [...] O nosso livro foi a chibata e a nossa escola foi a senzala!” Ademais, complementa:

não discutiremos as origens scientificas do atraso da nossa forte e heroica raça, pois que esse assumpto é familiar a todo e qualquer curioso dos livros, desses que estudam os segredos da ethnographia e as bellezas da ethnogenia. E porque sejamos representantes de uma raça inferior, devemos ser condenados à força do preconceito racial? [...] A culpa não é nossa; interrogae os quatrocentos anos do nosso ferrenho captivo, interrogae o miserável regime de obscurantismo em que fomos criados, interrogae a lei do atavismo e da hereditariedade (Florencio, 1924, p. 02).

No Jornal *O Bandeirante*, de 1918, em que atuava profissionalmente como diretor literário, o preto e letrado D’Alencastro (1918) anotou:

Aqui [São Paulo] o preto é empregado nas Repartições Públicas, é auxiliar de confiança nas casas mais importantes do commercio do Paiz, é servente das mais conceituadas casas da aristocracia brasileira, e tem ingresso nas Academias onde o branco estuda, **goza dos mesmos direitos e regalias** que aquelle e é cidadão brasileiro. [...] Vemos, por ahi, a cada passo muitos homens pretos vivendo de vícios, grande número de mulheres mulambas e desgrenhadas, meninos vadios perambulando pelas ruas, emvez de uns procurarem trabalho honrado, outros prezarem mais o asseio, e os ultimos, iram para as escolas, em as quaes nada se paga, creadas pelos brancos, para elles e para nós, em intima communhão... [...] A culpa não é dos brancos, é nossa! Pois os meios estão ahi ao nosso alcance e disposição (D’Alencastro, 1918, p. 02-03, grifo nosso).

Já no jornal *O Clarim d’Alvorada* em 1928, outra publicação da imprensa negra, ao falar sobre a comparação do preconceito nos Estados Unidos<sup>48</sup> afirma que no Brasil “não existe preconceito algum para se combater. Vivemos em communhão perfeita, não somente com os brasileiros brancos, como também com o proprio elemento estrangeiro” (Na Terra..., 1928, p.

<sup>47</sup> “Imprensa negra” é o termo dado como referência aos jornais alternativos que surgiram no pós-abolição, sobretudo, em São Paulo. Eram jornais produzidos por negros e que tinham os negros como público-alvo de leitores (Domingues, 2005). O Jornal *O Bandeirante*, por exemplo, se intitulava como “Orgam de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de côr”.

<sup>48</sup> As comparações entre os Estados Unidos e o Brasil eram recorrentes e feitas à exaustão pela elite letrada. Os Estados Unidos viviam sob as Leis Jim Crow que promoviam um verdadeiro *apartheid* (Batista-Duarte, 2024). Desse modo, a situação no Brasil era considerada uma completa união das raças, sem considerar o contexto histórico de cada nação. A autoimagem positiva de ausência de racismo no Brasil ocorria visto que “o sistema racial estadunidense servia de parâmetro às avaliações locais, [o] racismo era interpretado cini sinônimo de segregacionismo institucionalizado. Qualquer exclusão de outro gênero, inclusive a não institucionalizada – que tipicamente marcou a caracterização do sistema racial brasileiro –, era entendida como ausência de racismo” (Domingues, 2005, p. 123). Azevedo (1996) aponta que intelectuais estadunidenses como Child, Douglas e Koster, inclusive abolicionistas, do século XIX já descreviam sobre a democracia racial no Brasil e as diferenças entre o tratamento com os pretos e pardos nos dois países. A idéia de que “no Brasil havia se constituído uma sociedade paradisíaca em termos raciais, desde o início de sua colonização, foi desenvolvida por abolicionistas dos dois lados do Atlântico já nas primeiras décadas do século XIX, como parte de um largo esforço comparativo” (Azevedo, 1996, p. 158).

03). Esse tipo de discurso ajudava a engendrar a democracia racial e desarticulava o foco de qualquer possível política ou ação antirracista, pois a sociedade não poderia combater o racismo, visto que este não existiria no tecido social brasileiro.

Paralelamente, outras reportagens da imprensa negra, como uma espécie de discrepância, afirmavam que os ideais escravocratas ainda estavam presentes na sociedade, como o diretor do jornal *O Alfinete*:

o estado lamentavel em que jazem os homens de côr no Brazil, oprimidos de um lado pelas ideias escravocratas que de todo modo não desapareceram de nosso meio social e de outro pela nefasta ignorancia em que vegetam este elemento da raça brasileira, inconsciente da sua humilde situação moral, impõe uma reacção salutar para que possam em dias futuros ter a consciencia lucida, de que para elles, os seus direitos são compuscados, a lei asphixiada e estrangulada e a justiça vilipendiada (Oliveira, 1918, p. 01).

A imprensa internacional também foi contaminada com a democracia racial existente no Brasil, como Robert Abbott (1870-1940), jornalista estadunidense, que declarou sobre o país sul-americano no jornal *Chicago Defender*, conhecido como o “Jornal negro da América” no início do século XX: “o fato de um homem ser negro, amarelo ou branco não comporta nenhum significado social. verdadeiramente, este é um país onde o mérito pessoal conta acima de tudo!” (Abbott, 1992, p. 67 *apud* Araújo, 2015, p. 24, tradução da autora).

Como nas primeiras décadas do século XX, a intelectualidade brasileira vivia sob uma atmosfera das teorias e doutrinas raciais embasadas pelo racismo científico, para a imprensa negra, qualquer não-branco que conseguisse o menor dos cargos em uma empresa seria um grande avanço e isso seria motivo de conquista, de vitória, de destaque nos jornais e folhetins da imprensa negra de que pretos e brancos eram iguais perante a sociedade. Essa é uma evidente demonstração da operacionalidade da democracia racial enquanto dispositivo de segurança, uma vez que afastava qualquer possibilidade de embate ou ideal antirracista. Afinal, para que uma luta antirracista onde não havia racismo, diante das evidências e igualdade racial que se escancaravam na sociedade?

Com esse afastamento temporal e os avanços das pesquisas em documentos históricos, é possível compreender que, em alguns casos isolados, um preto empregado em uma empresa era uma exceção e não a regra, ademais, na imensa maioria das vezes estava em cargos de subalternidade.

Para Domingues (2005, p. 119), “aproveitaram-se os raros exemplos de negros e “mulatos” que se projetaram socialmente e os adotaram como modelo do sistema racial”. Essas exceções já eram relatadas desde a época colonial, quando alguns escravizados mudaram de status ao ganharem postos de trabalho escravo na casa grande, por exemplo. Assim, “criou-se

e difundiu-se a imagem do ‘negro de alma branca’ - o protótipo do negro leal, devotado ao seu senhor, à sua família e à própria ordem social existente” (Fernandes, 2007, p. 45). Conforme já citado, o status era capaz de branquear uma pessoa, como aconteceu, por exemplo, com Machado de Assis<sup>49</sup> (1839-1908). “Todos sabiam que Machado era um mulato, mas reconhecer isso publicamente seria uma *gaffe*, uma ofensa a Machado. [...] Toda sua vida, Machado tinha sido perseguido por três pesadelos: seus ataques epiléticos, suas origens modestas e sua cor - três fontes de medo, ansiedade e vergonha” (Costa, 1999, p. 377, grifo da autora).

O fato de que alguns negros tinham aparentemente se livrado de seu ‘estigma’ e ingressado na comunidade branca induzia os negros e brancos a verem a privação em que vivia a maioria dos negros como uma consequência mais de diferença de classes do que de diferenças raciais, ou mais da inferioridade dos negros do que da discriminação por parte dos brancos (Costa, 1999, p. 380).

Sobre essas exceções, Domingues (2005, p. 118) cita que “o espaço na sociedade para o negro era cedido desde que não se colocasse em risco o domínio da ‘raça’ branca”. A leitura do racismo de Estado foucaultiano é evidente nessa passagem, visto que, para Foucault (2010), a morte do outro, do anormal, do degenerado, do inferior deve acontecer quando se coloca em risco a vida ou melhores condições de vida da raça superior. Este é um dos casos em que se pode extrapolar a morte física citada no racismo de Estado para uma morte social e civil.

Conforme Schwarcz (2012), nas décadas de 1920 e 1930, em um contexto marcado pelo processo de construção do Estado nacional, o Brasil despontava como um caso singular e interessante: praticamente não havia conflitos étnicos ou regionais de visibilidade e nenhuma dominação racial havia sido instituída no pós-abolição. O Brasil vivia um verdadeiro paraíso racial.

A democracia racial foi sendo constituída no imaginário da sociedade, já que a lei não colocava qualquer restrição aos pretos. Os brancos sentiam-se confortáveis em saber que, mesmo com todas as mazelas e desgraças vividas pelos pretos e pardos escravizados há pouco tempo atrás, as condições igualitárias estavam postas a todos que quisessem optar pelo crescimento e ascensão. Neste sentido, Emília Viotti da Costa (1999) esclarece que a

---

<sup>49</sup> Este fato é bem notado quando José Veríssimo (1857-1916), escritor e seu amigo, escreveu um artigo em sua homenagem após sua morte. “Numa explosão de admiração pelo homem de origens modestas e ancestrais negros que se tornara um dos maiores romancistas do século, Veríssimo violou uma convenção social e referiu-se a Machado como o *mulato* Machado de Assis. Joaquim Nabuco, que leu o artigo, rapidamente percebeu o *faux-pas* e recomendou a supressão da palavra, insistindo que Machado não teria gostado dela. ‘Seu artigo no jornal está belíssimo’ - escreveu a Veríssimo - ‘mas esta frase causou-me arrepio ‘Mulato, foi de fato grego da melhor época’. Eu não teria chamado o Machado de mulato e penso que nada lhe doeria mais do que essa síntese. Rogo-lhe que tire isso quando reduzir os artigos a páginas permanentes. A palavra não é literária e é pejorativa, basta ver-lhe a etimologia. O Machado para mim era um branco e creio que por tal se tomava” (Costa, 1999, p. 376, grifos da autora).

democracia racial no Brasil, que depois se constituiu em mito, foi criada como uma distorção do padrão das relações raciais no país. Construído por uma elite intelectual e letrada branca, de modo intencional e/ou involuntário para disfarçar a opressiva realidade de desigualdade entre negros e brancos.

Nessa realidade distorcida, qualquer situação de preconceito racial contra os negros era reconhecida, na verdade, como a diferença de classes, ou seja, as diferenças entre brancos e pretos eram causadas pelas desigualdades sociais e econômicas. Como demonstrado no capítulo anterior, a mesma comparação existia por parte de alguns eugenistas, que consideravam que as condições de degeneração eram adquiridas e não inatas, que elas existiam pela miserabilidade e doenças de alguns, coincidentemente, de pretos e pardos.

Domingues (2005) cita três características marcantes que a democracia racial, entendida aqui como dispositivo de segurança, fez operar na sociedade para ocultar os mecanismos de opressão: (1) impediu que possíveis levantes e manifestações contra os brancos, ex-senhores e suas famílias fossem realizadas; (2) ajudou que perdesse força qualquer tentativa de políticas públicas de reparação ou indenizações aos pretos e pardos por causa do regime escravista e (3) isentava os ex-senhores e suas famílias de quaisquer responsabilidades, já que o mercado de trabalho estava aberto a todos de forma igualitária.

O discurso de democracia racial ao destruir a possibilidade de embate garantia que o racismo estrutural, ainda que não nomeado no período, tivesse seus efeitos prolongados e impedia a discussão sobre isso na esfera pública. A negação da diferença acaba se transformando num mecanismo importante de manutenção das desigualdades. Nesse ponto, Kabengele Munanga tece uma crítica, a de que esse mito relata o pensamento da época “somos uma democracia porque a mistura gerou um povo sem barreira, sem preconceito” (Munanga, 2020, p. 83).

Uma parte da intelectualidade acreditava que a mestiçagem contribuiu para a democracia racial, visto que a miscigenação entre brancos e pretos era uma demonstração de uma espécie de tolerância étnica, sem considerar a violência sexual de homens brancos com as escravizadas, o que era normalizado no contexto escravista como aponta Franco (1821, p. 07): “se pelo contrario se adoça a sua escravidão, a depravação dos senhores chama as pretas para o interior das casas, e forma-se huma raça de mulatos, que trazem na frente o signal da proseripção dos costumes, e da vergonha publica”. Essa mistura racial, ao longo dos séculos, teria promovido, no início do século XX, um nivelamento de igualdade entre brancos e não-brancos. Neste sentido, o pardo, reconhecido como mulato, foi “a saída encontrada pela ideologia da democracia racial para difundir a ilusão de que no Brasil não existiam distinções

de ‘raça’” (Domingues, 2005, p. 125). Essa separação entre duas raças como uma unidade política foi indicada por Foucault (2010 p. 65) quando ele afirma que

há duas raças quando se faz a história de dois grupos que não têm a mesma origem local; dois grupos que não têm, pelo menos na origem, a mesma língua e em geral a mesma religião; dois grupos que só formaram uma unidade e um todo político à custa de guerras, de invasões, de conquistas, de batalhas, de vitórias e de derrotas, em suma, de violências; um vínculo que só se estabeleceu através da violência da guerra. Enfim, dirão que há duas raças quando há dois grupos que, apesar de sua coabitação, não se misturaram por causa de diferenças, de assimetrias, de barragens devidas aos privilégios, aos costumes e aos direitos, à distribuição das fortunas e ao modo de exercício do poder.

Silva (2023, p. 38) reflete sobre o papel do mestiço no processo de construção da identidade nacional em um cenário marcado pela democracia racial e anota que

se é evidente que a mestiçagem não é uma invenção maquiavélica dos eugenistas, mas um processo até mesmo estruturante na organização social brasileira desde a colonização, a partir dos anos 1930 ela será capturada por uma narrativa oficial que a transforma em estratégia biopolítica que objetivava sustar o racismo no que diz respeito às desigualdades sociais do país.

Nesse contexto, a democracia racial contou também com outra doutrina que rondou pela atmosfera intelectual das primeiras décadas do século XX: a teoria das três raças. O que foi a teoria das três raças? Como ela ajudou na construção da democracia racial?

Apesar de alguns autores tratarem de “fábula das três raças”, Renato Ortiz (1994) entende que o termo mito é mais preciso e adequado, visto que “o conceito de mito sugere um ponto de origem, um centro a partir do qual se irradia a histórica mítica” (Ortiz, 1994, p. 38).

Esse mito das três raças foi uma abordagem reducionista que elencou que o brasileiro era formado por brancos, negros e indígenas, sem considerar os tipos brancos que chegaram ao país (italianos, alemães, portugueses, holandeses etc.), as diversas etnias africanas que desembarcaram nos portos brasileiros na condição de escravizados (jejês, congos, malês, iorubás, nagôs, benguelas, cabindas etc.) e as centenas de povos originários (tupinambás, tapuias, guaranis etc.). Essa teoria foi concebida para tentar explicar o fenômeno da miscigenação no Brasil e depois categorizada como mito, visto que se mostrou equivocada.

Silvio Romero, ainda no século XIX, já tratava sobre as três raças que estavam por formar a Cultura brasileira: “a estatística mostra que o povo brasileiro compõe-se actualmente de brancos arianos, índios tupis-guarany, negros quasi todos do grupo bantú e mestiços destas **tres raças**, orçando os últimos certamente por mais de metade da população” (Romero, 1888, p. 54, grifo nosso). Em outro trecho, Romero afirma que “as relações da raça superior com as duas inferiores [...] [que ocorreram por] relações de sangue, tendentes a modificar as **três raças** e a formar o mestiço” (Romero, 1888, p. 88, grifo nosso). Romero (1888, p. 12, grifo nosso)

ainda assinala que, “do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças dessas **tres raças**, formou-se a actual população, cuja historia por isso mesmo tem um cunho muito particular”.

Para Renato Ortiz (1994, p. 43), o mito das três raças

ao se difundir na sociedade, permite aos indivíduos, das diferentes classes sociais e dos diversos grupos de cor, interpretar, dentro do padrão proposto, as relações raciais que eles próprios vivenciam. Isto coloca um problema interessante para os movimentos negros. Na medida em que a sociedade se apropria das manifestações de cor e as integra no discurso unívoco do nacional, tem-se que elas perdem sua especificidade.

Com a influência dessa romantização e com a autenticidade nacional baseada na democracia racial enquanto dispositivo de segurança, Fernandes (2007, p. 12) indica que “uma série de símbolos mestiços tornavam-se nacionais, tanto dentro como fora do Brasil”. A feijoada, originalmente como comida de escravos, foi elevada a quitute nacional e junto com o arroz branco formava a analogia da perfeita união entre o preto e o branco.

A princípio conhecida como “comida de escravos”, a feijoada se converte em “prato nacional”, carregando consigo a representação simbólica da mestiçagem. O feijão (preto ou marrom) e o arroz (branco) remetem metaforicamente aos dois grandes segmentos formadores da população. A eles se juntam os acompanhamentos - a couve (o verde das nossas matas), a laranja (a cor de nossas riquezas) (Schwarcz, 2012, p. 59).

O tema racial era pujante na sociedade e estava repleto de símbolos nacionais, que se avolumavam, principalmente, na Cultura com destaque para a grande quantidade de músicas, como a mais tocada no carnaval de 1932, intitulada *O Teu Cabelo Não Nega*, que dizia “O teu cabelo não nega, mulata. Porque és mulata na cor. Mas como a cor não pega, mulata. Mulata, eu quero o teu amor” (Valença; Valença; Babo, 1931).

O samba passou de proibido a exaltado. A capoeira, também proibida pelo Código Penal de 1890, virou esporte nacional em 1937. Carmen Miranda (1909-1955) figurava como a portuguesa mais mestiça e brasileira daquele tempo, o futebol relacionado aos negros e até mais tarde, em 1942, a criação do personagem Zé Carioca por Walt Disney, após sua visita ao país, resumiam a malandragem<sup>50</sup> e a mestiçagem exaltadas no Brasil. Até a fé cristã era mestiça, visto que a escolha de Nossa Senhora da Conceição Aparecida - santa meio branca, meio negra - foi escolhida para padroeira do Brasil (Fernandes, 2007; Schwarcz, 2012).

---

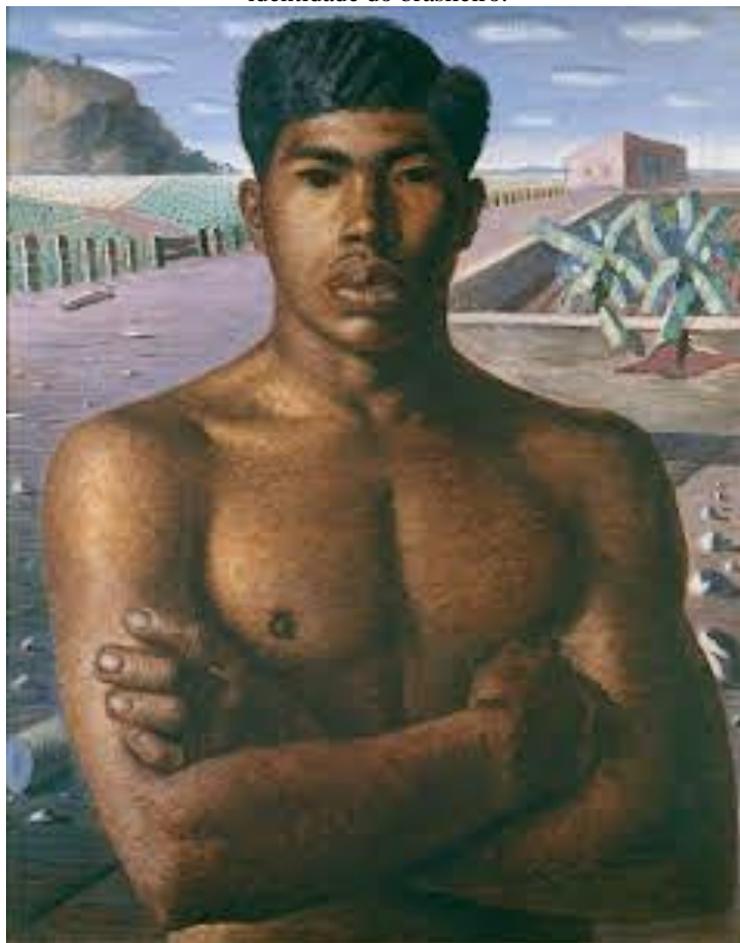
<sup>50</sup> A malandragem esteve tão associada ao imaginário brasileiro que, em 1939, foi emitida uma portaria oficial que proibia a exaltação da malandragem. Na década de 1940, os sambas ainda “faziam apologia da malandragem, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) ‘aconselhou’ os compositores a adotarem ‘temas de exaltação ao trabalho e de condenação à boemia’. A atitude levou ao surgimento de uma série de sambas descrevendo personagens bem-comportados e, inclusive, alguns ex-malandros convertidos em pacatos operários” (Schwarcz, 2012, p. 61).

**Figura 11:** Obra *Operários* de Tarsila do Amaral representando a massa de trabalhadores brasileiros na industrialização de São Paulo.



**Fonte:** Amaral, 1933.

**Figura 12:** Obra *Mestiço* de Candido Portinari como uma tentativa de personificar positivamente a noção da identidade do brasileiro.



**Fonte:** Portinari, 1934.

Uma expressiva parte da intelectualidade artística brasileira passava “a encarar e a representar o Brasil como um país de negros e mestiços” (Santos, 2022, p. 216). Alguns exemplos na pintura artística são: Tarsila do Amaral (1886-1973), que pintou *A negra* em 1923 e *Operários* em 1933 (figura 11), e Candido Portinari (1903-1962), que pintou *O mestiço* (figura 12) e *O lavrador de café* em 1934. Na literatura, Mário de Andrade (1893-1945) publicou *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, e Oswald de Andrade (1890-1954) publicou o livro *Manifesto antropófago* em 1928.

Estava em curso um movimento que negava não só o argumento racial como pessimismo advindo das teorias darwinistas sociais, que, como vimos, detratavam a miscigenação aqui existente. Autores como Nina Rodrigues, Sílvio Romero, João Batista Lacerda, Oliveira Vianna [...] interpretaram, com ênfases e modelos diferentes, os impasses e problemas advindos do cruzamento experimentado no Brasil. Mas o contexto era outro. **O momento parecia propício para se arriscar explicações de ordem cultural sobre esse país que ainda se via como um ponto de interrogação:** ‘Terra tropical e mestiça condenada ao fracasso, ou processo de um eldorado sul-americano?’ (Schwarcz, 2012, p. 46-47, grifo nosso).

A mudança do conceito de raça para o de Cultura trouxe uma virada no pensamento assimilacionista da mestiçagem, eliminando uma série de dificuldades antes imputadas aos mestiços, enquanto aptos a viver na sociedade brasileira. Essa mudança “permite ainda um maior distanciamento entre o biológico e o social, o que possibilita uma análise mais rica da sociedade” (Ortiz, 1994, p. 41). O mestiço transformou-se em ícone nacional, essa “valorização da mestiçagem é acima de tudo uma retórica que desconhece a necessária contrapartida na valorização das populações negras, que continuaram e continuam a ser discriminadas nas esferas da justiça, do direito, do trabalho, da segurança, da saúde, da cultura” (Schwarcz, 2024, p. 332).

A democracia racial enquanto dispositivo de segurança atuou também em uma espécie de enfraquecimento no discurso público do racismo de Estado foucaultiano, que saiu da verbalização eugenista e passou a concentrar-se na subjetividade do tecido social, fornecendo bases para a constituição da branquitude.

Alguns fatores contribuíram para que *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, despontasse como a obra mais importante que representa esse dispositivo de segurança que consolidava a democracia racial para suprir os anseios e as demandas sociais que encontravam no mestiço e na igualdade das raças o arcabouço para a almejada identidade nacional. Dentre eles, destacam-se: o contexto social de valorização do mestiço, a romantização da escravidão, a teoria das três raças, os primórdios do que veio a tornar-se a democracia racial e a guinada de muitos eugenistas que passaram a aceitar a miscigenação e até a estimulá-la.

Quem foi Gilberto Freyre? O que trouxe a obra *Casa Grande & Senzala*? Que

características fizeram com que sua obra fosse difundida em todo meio intelectual nacional e internacional para pensar o Brasil de seu tempo? Como a democracia racial foi convertida em mito? O que foi o projeto UNESCO e qual sua importância para todo esse contexto nacional? Como a branquitude brasileira utilizou o mito da democracia racial como uma das bases de sua constituição? Essas e outras questões serão debatidas a seguir.

### 4.3 Legitimação da democracia racial no Brasil e a formação do mito

No início da década de 1930, o país estava efervescente em vários setores. Uma onda de nacionalismo despontava com o fim da Primeira República e o início da Era Vargas. A Eugenia era uma realidade na atmosfera intelectual e política. O integralismo com inspiração fascista ganhava força no país. A Revolução de 1930 prometia um governo revolucionário para a jovem República. O Brasil passava por muitas reformas, dentre elas, destacam-se as relacionadas ao Trabalho, Saúde e Educação<sup>51</sup>. O Cristo Redentor foi inaugurado em 1931. O primeiro desfile de escolas de samba no Rio de Janeiro ocorreu em 1932. Ocorreu a Assembleia Constituinte da Constituição de 1934. Em 1937, houve o golpe do Estado Novo com nova Constituição outorgada por Getúlio Vargas. Entre tantos desafios enfrentados pelo governo, estava a necessidade da construção de uma identidade nacional. Silva (2023) explica que

quando o governo Vargas adotou a miscigenação como um elemento essencial para a construção da identidade nacional, ele estabeleceu a "ideologia" da "democracia racial" como uma biopolítica no Estado Novo. Ao institucionalizar a miscigenação como um componente importante na formação da nação, o Estado assumiu a responsabilidade de dar à "identidade nacional" uma nova narrativa legitimadora, que fundaria uma característica distintiva internacionalmente, a saber, a "democracia racial" e a ausência de conflito racial (Silva, 2023, p. 48).

Em 1933, Gilberto Freyre tornou-se o intelectual mais lido na sociologia brasileira com

---

<sup>51</sup> Em 1930, após uma reforma administrativa no executivo federal, houve a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MESP). A gestão do ministro Gustavo Capanema durou de 1934 a 1945, antes dele, três ministros chegaram a ocupar o cargo. Capanema implementou duas grandes reformas. A primeira proposta, em 1935 e executada em 1937, definiu os rumos da Saúde pública no país e adequou-a aos princípios básicos do Estado Novo, bem como o nome da pasta para Ministério da Educação e Saúde (MES). “A segunda grande reforma ocorreu em 1941 com a criação dos Serviços Nacionais, que verticalizaram as campanhas de combate a doenças específicas e às grandes endemias” (Hochman, 2005, p. 131). Muitas reformas na Educação ocorreram no início da década de 1930 com intenção de atualizar o sistema de ensino para os estados que ainda não haviam executado a mudança, como Amazonas, Sergipe, Espírito Santo e Paraíba: “o objetivo das reformas educacionais em todos os Estados brasileiros era a nacionalização da educação e a homogeneização do sistema educacional, conforme exposto no capítulo anterior” (Rech, 2017, p. 73). Educação Física, Educação Moral e Cívica e Ensino Religioso são exemplos de disciplinas que atuaram nas reformas, além das Leis Orgânicas da Educação promulgadas na década de 1940 (Rech, 2017). O trabalho também contou com diversas reformas e implementações no governo Vargas (1930-1945) como a primeira legislação trabalhista em 1934, direitos como férias, salário-mínimo, jornada de 8 horas diárias. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) entrou em vigor em 1943 (Alves, 2022).

a publicação de *Casa Grande & Senzala*. Antes disso, os livros e as pesquisas do eugenista Oliveira Vianna eram destaque no campo sociológico. Um de seus livros de maior visibilidade foi *Populações Meridionais do Brasil*, publicado em 1920. O tom racista era, por vezes, disfarçado e não soava tão agressivo, mas o preconceito não era menor, como explicitado no trecho:

em regra, o que chamamos mulato é o mulato inferior, incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da sociedade e provindo do cruzamento do branco com negro de tipo inferior. Ha, porém, mulatos superiores, arianos pelo caracter e pela intelligencia, ou pelo menos suscetíveis de arianisação, capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do paiz. São aquelles que, em virtude de caldeamento felizes, mais se approximam, pela moralidade e pela côr, do tipo da raça superior (Vianna, 1920, p. 106).

O mentor intelectual de Freyre foi seu orientador Franz Boas (1858-1942), antropólogo e professor alemão radicado nos EUA, que trabalhava na Universidade Colúmbia (Nova York/EUA), onde o brasileiro estudou no período em que morou em solo estadunidense. Boas foi um pesquisador que focou seus estudos na inviabilidade das características físicas da raça. “As pesquisas de Boas e de seus seguidores operaram um deslocamento gradual do conceito de raça para o de cultura, enquanto biólogos e geneticistas desenvolviam lentamente uma mudança conceitual, substituindo a categoria raça pela de população” (Maio; Santos, 2010, p. 152).

Foi o estudo de antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor - separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio (Freyre, 2006, p. 32).

Diante de todo o contexto social, a obra *Casa Grande & Senzala* de Freyre foi a maior expressão da democracia racial com um povo miscigenado no Brasil em oposição ao racismo e ao arianismo de Oliveira Vianna. Freyre deu importância aos negros e indígenas na formação cultural e social do país. Ao mesmo tempo, recontou o período da escravidão no Brasil de forma mais branda e romantizada. O livro contendo 517 páginas, em sua primeira versão, foi lançado no final de 1933 e impactou os meios social, intelectual e político do país<sup>52</sup>. Para Schwarcz (2012, p. 48), a obra “oferecia um novo modelo para a sociedade multirracial brasileira, invertendo o antigo pessimismo e introduzindo os estudos culturalistas como alternativas de análise”.

O autor, que só era conhecido em parte de Recife e do Rio de Janeiro por algumas

---

<sup>52</sup> Cumpre salientar que quando se refere elite intelectual e política, trata-se de um número reduzido de pessoas, mas que eram detentoras da máquina estatal e intelectual do país. A título de informação, o analfabetismo na década de 1920 era de aproximadamente 70% e na década de 1940 era 56% (Lima, 2013).

publicações modestas, passou a despontar como celebridade nacional. Enfrentando dificuldades financeiras, Freyre aceitou escrever o livro por 500 mil réis mensais (Lima, 2013). O livro e sua originalidade representam uma síntese do sistema patriarcal. A obra idealizou uma civilização composta da Casa-Grande nordestina e da senzala, onde a inclusão social e a exclusão eram presentes, os opostos equilibravam-se e a escravidão banalizada apenas como uma decorrência do processo colonizador. Conforme citou Freyre (2006, p. 416), ao falar dos idiomas no tempo colonial: “mesmo a língua falada conservou-se por algum tempo dividida em duas: uma, das casas-grandes; outra, das senzalas. Mas a aliança da ama negra com o menino branco, da mucama com a sinhá-moça, do sinhozinho com o moleque acabou com essa dualidade”.

Embora o foco do livro tenha sido o período colonial

da formação do Brasil, *Casa-Grande & Senzala* espelha o tempo da República em que Freyre o escreveu. Num livro a respeito da família patriarcal, era óbvio que se voltava para o mais remoto passado rural do Brasil. Seria mesmo assim tão passado? O que era o Brasil das primeiras décadas do século XX? Um país rural. Setenta por cento dos mais de 37 milhões que formam a população do país viviam no campo. Obviamente, os leitores de Freyre não estavam entre eles, e sim nos outros 30% (Lima, 2013, p. 76, grifo do autor).

*Casa Grande & Senzala* despontou como o mais abrangente estudo da época sobre a mestiçagem e sua valorização, que despontava como uma espécie de representação oficial do Brasil, como o autor afirmou em: “todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo - há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil - a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro” (Freyre, 2006, p. 367). A harmonia entre as raças era amplamente difundida pelo Estado, o que encantava os estrangeiros como um modelo de nação, uma espécie de paraíso racial. Freyre (2006, p. 435) enfoca, por exemplo, a “doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América”. A palavra doçura denota uma fraternidade ou compaixão, sentimentos que, no período escravocrata, podem ter sido a exceção e não a regra na relação entre senhores e escravizados.

É nesse contexto também que uma série de intelectuais ligados ao poder público passa a pensar em políticas culturais que viriam ao encontro de “uma autêntica identidade brasileira”. Com esse objetivo é que são criadas ou reformadas diversas instituições culturais que visavam “resgatar” (o que muitas vezes significou “inventar”, ou melhor, “selecionar e recriar”) costumes e festas, assim como um certo tipo de história (Schwarcz, 2012, p. 48).

Em que pese Freyre, por meio de seu livro *Casa Grande & Senzala*, seja considerado como o criador da democracia racial, a expressão não é citada na obra. A própria palavra ‘democracia’, sem adjetivos, só aparece uma vez. A expressão que mais se aproxima disso é

‘confraternização das raças’ quando o autor trata da relação entre os jesuítas e os indígenas. A democracia racial estava na subjetivação, no relato que crianças pretas e pardas eram educadas em salas de aula nas casas-grandes junto com crianças brancas (o que deve/pode ter sido uma exceção e não a regra), que até existiam professores pretos, que um juiz ou padre negar-se a casar um branco com uma negra era uma atitude esporádica ou ainda abordar o machismo da sociedade patriarcal do Brasil Colônia, em que Freyre (2006, p. 509) afirmou que “esposas e filhos se achavam quase no mesmo nível dos escravos”.

Ao focar uma valorização do mestiço e da mestiçagem, a obra consolidou uma espécie de maquiagem racial como um país sem racismo e imerso em um paraíso da confraternização das raças.

Na sociologia de Freyre, as três “raças” eram *imaginadas* como aglomerações culturais que, combinadas, permitiam a imaginação de um Brasil racial e culturalmente híbrido. Na ausência de segregação “racial”, as “raças” eram menos realidades sociológicas do que elementos presentes de alguma forma, com vários graus de combinação cultural e biológica, em cada indivíduo, no qual se fundem (Fry, 2005, p. 215, grifo do autor).

Apesar de trazer relatos violentos em determinados trechos, como, por exemplo, quando trata sobre violência sexual ao apontar que os portugueses onde quer que pousassem, “na África ou na América, emprenhando mulheres e fazendo filhos, em uma atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo, quanto de política, de calculada, de estimulada por evidentes razões econômicas e políticas da parte do Estado” (Freyre, 2006, p. 70) ou no trecho em que enfoca algumas mazelas sofridas pelos escravizados, como doenças, vícios e suicídios: “houve os que se suicidaram comendo terra, enforcando-se, envenenando-se com ervas e potagens dos mandingueiros. O banzo deu cabo de muitos” (Freyre, 2006, p. 552-553), a obra trouxe também o aconchego da harmonia entre a Casa-Grande e sua senzala, do preto com o branco: “na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra” (Freyre, 2006, p. 367). Era como se houvesse uma cumplicidade fraternal entre senhores e seus escravos, como relatou Freyre ao apontar que, nas brigas de famílias, “os escravos sempre fiéis e valentes ao lado dos senhores. Brigando. Morrendo por eles” (Freyre, 2006, p. 426).

As condições sociais daquele momento eram distintas do panorama social do início do século. Os rumos para o desenvolvimento do país já estavam postos e em curso. Não existiu uma ruptura entre o pensamento de Sílvio Romero e de Gilberto Freyre, o que ocorreu foi uma “reinterpretação da mesma problemática proposta pelos intelectuais do final do século. Arthur

Ramos dizia que para se ler Nina Rodrigues bastava trocar o conceito de raça pelo de cultura” (Ortiz, 1994, p. 40).

Neste sentido, os anos 30 foram decisivos para a reorientação da historiografia brasileira na questão racial. A passagem do conceito de raça para o de cultura promoveu um maior distanciamento entre o biológico e o social. Freyre transformou a negatividade do mestiço degenerado em uma positividade, a partir de uma escravidão romantizada, mesmo com a Eugenia e o racismo científico que estavam presentes na intelectualidade brasileira.

A romantização da escravidão foi algo marcante no ideal do livro. Ao passo em que os senhores eram severos, também eram paternais e, por serem escravos fiéis, a boa escravidão estava posta diferente do modelo estadunidense, ou seja, por aqui a escravidão teria sido mais positiva do que negativa. Por exemplo, o momento em que Freyre (2006) cita que os escravizados alimentavam-se bem: “O escravo negro no Brasil parece-nos ter sido, com todas as deficiências do seu regime alimentar, o elemento mais bem nutrido em nossa sociedade patriarcal, e dele parece que numerosos descendentes conservaram bons hábitos alimentares” (Freyre, 2006, p. 107) ou quando argumenta que “foi ainda o negro quem animou a vida doméstica do brasileiro de sua maior alegria. [...] A risada do negro é que quebrou toda essa ‘apagada e vil tristeza’ em que se foi abafando a vida nas casas-grandes” (Freyre, 2006, p. 551). Schwarcz (2012) justifica que Freyre pesquisou e trouxe, principalmente, os relatos dos escravizados domésticos, que realmente eram um pouco mais próximos dos senhores, em detrimento aos rurais.

Devido à sua importância intelectual, o autor alcançou uma grande difusão na sociedade, inclusive, fora do ambiente acadêmico. Sua obra chegou a ser enredo da escola de samba Mangueira no Rio de Janeiro em 1962, foi adaptada ao teatro e ao cinema, além de nomear inúmeros estabelecimentos pelo país. Freyre “conseguiu com a expressão ‘casa-grande e senzala’ instituir um lugar-comum definidor do Brasil” (Lima, 2013, p. 33).

O livro de Freyre aliado a uma suposta harmonia entre senhores e escravizados e a tendência de comparar as relações raciais com os Estados Unidos - que acaba sendo um equívoco, devido ao caráter segregacionista estadunidense, que não se fazia presente no Brasil - são alguns dos fatores que elevam o imaginário popular do país como uma nação não racista. Fazer a comparação das relações raciais do Brasil com os Estados Unidos era um dos exercícios intelectuais mais frequentes para reafirmar a posição brasileira de paraíso racial. Freyre justificou a segregação estadunidense a partir de uma romantização do negro no Brasil, como o autor fantasia no trecho: “a formação brasileira foi beneficiada pelo melhor da cultura negra da África, absorvendo elementos por assim dizer de elite que faltaram na mesma proporção ao sul

dos Estados Unidos” (Freyre, 2006, p. 382).

A falta de reconhecimento do racismo pelo Estado e pelos indivíduos ajudou na construção da democracia racial, que, por sua vez, contribuiu para a invisibilidade do racismo institucional e do racismo de Estado. Desse modo, a democracia racial operou como um dispositivo de segurança no país.

Qual a importância da democracia racial para o estudo das relações raciais no Brasil na década de 1930?

Silva (2023, p. 33) defende que a estratégia biopolítica de construção da democracia racial levou à mobilização “em torno da ‘pardificação’ nacional, que consiste em promover a mistura de raças como forma de alcançar a tão almejada harmonia racial que, no limite, levaria ao branqueamento do corpo-espécie da população”. Desse modo, a miscigenação foi institucionalizada como um elemento importante na formação da identidade nacional da nação brasileira.

No Estado Novo, a Eugenia encontrou alicerce no campo das relações raciais e da nacionalidade. Aliada à Higiene pública e ao Sanitarismo, a ciência eugênica foi compatível com a miscigenação e com a democracia racial, ganhando apoio nacional em prol da pureza da nação e conseguiu sobreviver bem nesse contexto de suposta ausência de racismo e harmonia entre as raças.

Novos aparatos estatais foram desenvolvidos para criar tal consciência, mobilizar o patriotismo, gerar um sentido de unidade nacional e aplinar as “disparidades étnicas”. Diante dessa orientação ideológica, o uso público deliberado de linguagem racista e o reconhecimento público das realidades da discriminação racial contra os segmentos negros da população eram evitados (Stepan, 2005, p. 174).

Os eugenistas mais radicais, como Oliveira Vianna e Renato Kehl, estavam de lados opostos de Freyre, que, junto com Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca atribuíam os problemas raciais às doenças e não à raça, como pontuou Freyre no prefácio de seu livro:

vi uma vez, depois de quase três anos de ausência do Brasil, um bando de marinheiros nacionais - mulatos e cafuzos [...]. Deram-me a impressão de caricaturas de homens [...]. A miscigenação resultava naquilo. Faltou-me quem me dissesse então, como em 1929 Roquette-Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos e cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes (Freyre, 2006, p. 31).

A crítica ao arianismo e eugenistas mais radicais ficou evidente em toda a obra de Freyre (2006, p. 404), como no trecho: “por ‘inferioridade de raça’, gritam então os sociólogos arianistas. Mas contra seus gritos se levantam as evidências históricas - as circunstâncias de cultura e principalmente econômicas - dentro das quais se deu o contato do negro com o branco

no Brasil”.

A crença no branqueamento da população, a imigração seletiva, o aumento do nacionalismo, a Eugenia, o racismo científico, a suposta ausência de racismo e a democracia racial são fatores, que coordenados entre si, ajudaram a formar a identidade nacional das relações raciais no país. A mestiçagem foi a responsável por pacificar e unir todos esses fenômenos. Desse modo, Stepan (2005, p. 176) contribui ao afirmar que “Em lugar da visão negativa do híbrido racial preguiçoso, indolente e degenerado subjacente a quase todas as discussões sobre identidade brasileira no passado, a imagem positiva do mestiço brasileiro foi atrelada a uma nova ideologia do trabalho e da modernização”.

Em que pese o livro de Freyre tenha sido um divisor de águas na Sociologia brasileira, ele não rompeu em definitivo com a Eugenia que vigorava na sociedade, mas reconfigurou o pensamento e subjetivação para a legitimação e consolidação da democracia racial. Termos como raça superior, raça inferior e raça atrasada foram frequentes em seu livro, dando um tom eugenista à obra. De acordo com Stepan (2005, p. 177), na verdade, Freyre

afirmava que, longe de serem eugenicamente inadequados, como diziam Oliveira Vianna e outros, os africanos trazidos para o Brasil eram “eugenicamente” superiores e tinham se fundido livremente, em uma “democracia racial”, com os índios e os portugueses culturalmente adequados aos Trópicos para produzir um povo racialmente miscigenado de solidez étnica e eugênica cada vez maior.

As décadas de 1930 e 1940 viveram algumas contradições no âmbito das relações raciais. Ao passo em que a Eugenia seguia fortalecida nos meios intelectual e político, outros grupos começavam a descobrir o negro e a repudiar o racismo biológico e científico<sup>53</sup>. Freyre aponta uma crítica ao racismo biológico: “o que se sabe das diferenças da estrutura entre os crânios de brancos e negros não permite generalizações. Já houve quem observasse o fato de que alguns homens notáveis têm sido indivíduos de crânio pequeno, e autênticos idiotas, donos de crânios enormes” (Freyre, 2006, p. 378). Em paralelo, intelectuais como Roquette-Pinto, Azevedo Amaral, Gilberto Freyre e Arthur Ramos assinaram, em 1935, o *Manifesto dos intelectuais brasileiros contra o preconceito racial* que já sinalizava a existência de racismo no país. O documento foi postado como apêndice no livro *Guerra e relações de raça* de Arthur Ramos:

---

<sup>53</sup> Apesar do mendelismo já ser uma realidade nas comunidades científicas europeia e estadunidense, no Brasil, ainda era grande a quantidade de cientistas que acreditavam na transmissão dos caracteres adquiridos do neolamarckismo. O próprio Freyre tece uma crítica sobre o assunto: “Sob o novo ceticismo científico o problema dos caracteres adquiridos é dos que se recolocam entre as questões flutuantes e suscetíveis de debate. Já não soa tão persuasiva a palavra de Weismann: os caracteres adquiridos não se transmitem” (Freyre, 2006, p. 376).

o Brasil não está escapando, nem podia mesmo evitar a repercussão aqui das correntes a que aludimos. [...] Estamos em face de um movimento meramente político e social [chamado racismo] que procura aproveitar-se de uma base pseudo-científica, para criar questões que veem agravar de modo ameaçador a já tremenda complexidade dos problemas do mundo contemporâneo. [...] O movimento contra o preconceito racial visa não apenas combater as influências estranhas que nos querem arrastar para o turbilhão dos racismos truculentos, como também contribuir por todos os meios para o estudo dos problemas surgidos na nossa própria formação étnica, tendo sempre em mira promover maior harmonia e mais fraternal cordialidade entre os elementos que se vão caldeando na etnia brasileira (Amaral *et al.*, 1935, p. 172-173).

Silva (2015) colabora com a discussão ao afirmar que a estratégia biopolítica no Brasil fez funcionar a raça por meio da mestiçagem a partir do processo de exclusão. O investimento biopolítico fez com que “a conformação de uma população que ascendesse ao branqueamento a partir da negação do racismo é um ‘feito notável’ que revela como os novos regimes de verdade sobre a miscigenação a constituíram como dispositivo fundamental para as novas subjetividades da nação” (p. 27). Para o autor, a democracia racial atuou como um processo de inclusão-exclusiva dos sujeitos negros “na construção dos processos de subjetivação raciais desdobrados na ampliação da categoria ‘pardo’ como autoidentificação de cor/raça, o que, do ponto de vista da biopolítica, significou a forma como o corpo-espécie da população” (Silva, 2017a, p. 594). Rosa (2016, p. 43) complementa que

estrategicamente a democracia racial estabeleceu um processo que inclui o negro pela sua exclusão, ou melhor, um processo de in/exclusão que coloca em movimento dois dispositivos complementares. O dispositivo da inclusão nas narrativas identitárias pela via da mestiçagem, nos leva a entender a própria ideia de branqueamento como a inclusão pelo desaparecimento (exclusão) ou a inclusão em zona de indecidibilidade (em que não se é negro e nem branco) que é a mestiçagem.

Esse processo de exclusão citado por Silva (2015) e por Rosa (2016) dialoga com Domingues (2005), levando a um complexo de inferioridade da população negra. Como a democracia racial supostamente oferecia condições igualitárias a brancos e não-brancos, os primeiros eram dotados de um complexo de superioridade e os negros eram os culpados pelas próprias mazelas e por não conseguirem ascender socialmente. Essa realidade foi exposta por décadas na teledramaturgia brasileira com o negro em posição de subalternidade e subserviência e o branco como protagonista, o que era normalizado pela população.

Assim, a hierarquia racial estava posta não na forma de direito, mas de fato, na realidade nacional, como uma consequência natural das deficiências do negro. Quando algum negro virava exceção e conseguia ascender socialmente reforçava o mito, visto que seu gesto era uma aceitação ao sistema imposto pelo branco. O negro sofria então uma espécie de

cooptação ideológica e abandonava sua identificação com a luta do seu grupo racial de origem, preferindo pautar-se como “negro de alma branca”. Tal comportamento causava revolta nos “irmãos de cor” menos favorecidos. Além disso, o mito da

democracia racial conseguiu introjetar na cabeça do negro que a solução para os males produzidos pela exclusão era individual e não passava pela luta coletiva de transformação do sistema racial (Domingues, 2005, p. 126).

Domingues (2005) salienta que, diante da democracia racial e suas consequências, o branco comportou-se de três maneiras que se complementavam no tecido social: (1) atuou com indiferença ao drama dos pretos e pardos; (2) tentou assegurar o controle social sobre os pretos e pardos e (3) acusou os movimentos sociais negros de tentarem criar um problema ao debater sobre racismo, visto que supostamente esse fenômeno social não existia no Brasil. Sob essa compreensão, possíveis conflitos raciais eram encobertos, “possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria” (Munanga, 2020, p. 83-84). Florestan Fernandes (1920-1995) contribuiu para o debate ao afirmar que foi a omissão do branco (e não a ação) que ajudou a perpetuar a posição do homem branco na estrutura de poder da sociedade, seria o início do debate do que, posteriormente, foi nomeado como branquitude (Fernandes, 2021).

Além de invisibilizar as questões raciais no Brasil, a falsa democracia racial gerou dificuldades no processo de construção da identidade negra no país, o que foi comprovado na PNAD de 1976 em que foram contabilizadas 136 cores diferentes autodeclaradas pela população.

A grande contribuição de Freyre para as relações raciais no Brasil foi ter demonstrado as contribuições positivas que negros, indígenas e mestiços tiveram para a Cultura brasileira. A mestiçagem que era condenada por intelectuais como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, foi vista como vantagem para o brasileiro. *Casa Grande & Senzala* veio em um momento propício em que a sociedade já não podia mais se adequar às teorias raciais do século XIX e permitia completar os contornos que faltavam de uma identidade nacional que vinha sendo desenvolvida com base na democracia racial enquanto dispositivo de segurança.

Costa (1999, p. 370) defende que a democracia racial apareceu “como uma tentativa de acomodar as idéias racistas européias - que se tornaram preponderantes na Europa da segunda metade do século XIX - à realidade brasileira”. Desse modo, o Brasil superaria seus problemas raciais com a mestiçagem, o branqueamento da população, a Eugenia e o mito da democracia racial.

Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), contemporâneo de Gilberto Freyre, publicou, em 1936, o livro *Raízes do Brasil*, em que trouxe o brasileiro como um homem cordial. Essa cordialidade característica do brasileiro representou a ruptura entre a instituição familiar e a

estatal na formação do indivíduo. Sá, Coelho e Mendes (2022, p. 38) citam que Freyre e Buarque foram os ensaístas que mais contribuíram para que a violência “ganhasse formas discursivas, disfarçando o impacto de sua ação pelas sutilezas que o universo simbólico sugestiona: a suposta democratização racial [...] e a ideia de ‘homem cordial’”.

A questão racial estava tão em alta no país que o Dia da Raça Brasileira passou a ser comemorado em 05 de setembro a partir de 1939 e o Dia do Índio<sup>54</sup> em 19 de abril a partir de 1943. A proposição desses dias reforçava a democracia racial vivida no período.

Como a democracia racial foi convertida em mito? O que foi o Projeto UNESCO e qual sua importância para as relações raciais no Brasil?

A proposta do projeto UNESCO foi resultado do trabalho de Arthur Ramos que assumiu um posto de trabalho na instituição e desejava conceber um plano de trabalho em que estava previsto o desenvolvimento de estudos sociais e etnológicos no Brasil. O projeto foi aprovado em setembro de 1949 e “correspondia às expectativas da organização e de cientistas sociais europeus e norte-americanos, preocupados com as concepções ideológicas e políticas sobre raça e cultura que haviam de certa forma resultado do nazismo” (Fernandes, 2007, p. 13).

No final dos anos 1940, a instituição [UNESCO], andava sob o impacto da abertura dos campos de concentração nazistas, que levaram à descoberta das práticas de genocídio e da violência de Estado, e acenderam um alerta sobre as consequências nefastas do racismo. E assim, animados pelas teses do antropólogo de Recife [Freyre], e tendo a certeza de que o Brasil representava um exemplo de “harmonia racial”, o estabelecimento financiou, na década de 1950, um grande projeto com a intenção de comprovar a inexistência de discriminação racial e étnica no país (Schwarcz, 2024, p. 339).

Havia a expectativa que os resultados das pesquisas apresentassem elogios à mestiçagem e à constatação do convívio harmonioso entre as raças humanas na sociedade brasileira. Os resultados serviriam de base para sociedades mais habituadas aos conflitos raciais. O Brasil foi escolhido para o projeto-piloto “não só porque parecia representar uma alternativa viável à segregação e ao conflito racial, mas também porque a UNESCO mostrava na época considerável sensibilidade aos problemas específicos do mundo em desenvolvimento” (Fry, 2005, p. 216).

Silva (2023) ressalta que o fato do Brasil ser um paraíso racial sem racismo chamou atenção do mundo. Nos últimos anos da década de 1940, intelectuais e imprensa negros passaram a criticar a democracia racial e essa ideia perdeu força nos anos 50 por alguns fatores. Um deles foi o projeto da Organização das Nações Unidas (ONU), coordenador pela

---

<sup>54</sup> Em 2022, o 19 de abril passou a ser chamado de Dia dos Povos Indígenas por causa do revisionismo histórico que, atualmente, considera o termo “índio” como inapropriado, por ter sido criado pelos europeus.

Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que ficou conhecido como projeto UNESCO. O objetivo maior do projeto “era pontuar elementos culturais, psicológicos, políticos, sociais e econômicos dessas relações para concluir se haveria ou não racismo no Brasil” (Santos, 2022, p. 240).

Esse estudo realizado sobre relações raciais por pesquisadores brasileiros e estrangeiros com financiamento internacional foi realizado entre 1950/1951 e foi publicado em 1952. Constatou que a democracia racial era um mito que encobria uma sociedade cujas desigualdades eram causadas também pelas questões raciais e pelo racismo propriamente dito, ou seja, ficou comprovado que havia racismo no Brasil. Vários intelectuais participaram dessa pesquisa, como Virgínia Bicudo (1910-2003), Fernando Henrique Cardoso (1931-), Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, Costa Pinto (1920-2002) e Thales de Azevedo (1904-1995). A UNESCO divulgou apenas os resultados referentes à Bahia, mas vários artigos e livros foram desdobrados da pesquisa original e publicados ao longo das décadas seguintes pelos diversos pesquisadores da área racial.

Os pesquisadores tentaram constatar a suposta harmonia entre as raças e não obtiveram resultados positivos, ou seja, nenhum deles verificou a democracia racial que passou a ser refutada. A partir dessa pesquisa, Florestan Fernandes cunhou o termo *Mito da Democracia Racial* para explicar o que havia, de fato, no campo racial do Brasil com base no conceito de *Democracia Racial* criado por Arthur Ramos na década de 1930. Ao longo do século XX, esse mito serviu para mascarar o racismo e o abismo social existente entre brancos e não-brancos no país, tornando mais difícil perceber e denunciar os preconceitos raciais. Silva (2023, p. 62-63) explica que “as pesquisas dessa geração demonstraram que as desigualdades sociais entre negros e brancos eram resultado da permanência da tradição escravista, marcada na estrutura hierárquica da sociedade brasileira”.

Apesar de diversos esforços nacionais de desconstrução desse mito terem sido efetivados, o projeto UNESCO comprovou que, no Brasil, existe racismo. Ainda assim, movimentos de desconstrução desse mito são necessários até os dias atuais.

O mito da democracia racial, a partir de sua atuação no meio social, teve suas implicações na construção da branquitude no Brasil. A democracia racial serviu para a manutenção de certos privilégios da branquitude ao subtrair a percepção racial implicada nas desigualdades sociais, além de assegurar o seu lugar de neutralidade racial, mantendo o poder centrado nos brancos, restando aos não-brancos lugares de subalternidade. Ao ser incorporada ao discurso oficial de Estado desde os anos 1930 inoculou nas narrativas identitárias nacionais a impossibilidade da aceitação do racismo, já que encobria os conflitos raciais ao passo em que

possibilitava a todos reconhecerem-se como brasileiros iguais.

A falta de reconhecimento do racismo pelo Estado e pelos indivíduos ajudou na legitimação do mito da democracia racial, que, por sua vez, contribuiu também para a invisibilidade do racismo institucional e do racismo de Estado.

Peter Fry (2005, p. 54) pontua que

o problema de separar o mito da realidade, como se o primeiro fosse apenas um epifenômeno da segunda, é que isto nega o fato de que um constitui o outro, da mesma forma que a transgressão só pode existir em relação à lei. As idéias assimilacionistas, como as segregacionistas, produzem tanta realidade quanto elas disfarçam.

O mito da democracia racial foi construído e legitimado para reduzir ao mínimo qualquer possibilidade democrática de igualdade racial e consolidou-se como uma barreira intransponível ao progresso e à autonomia dos pretos e pardos no país. Em paralelo ao projeto UNESCO, outros intelectuais como Guerreiro Ramos (1915-1982), Clóvis Moura (1925-2003) e Edison Carneiro (1912-1972) desenvolveram pesquisas que também ajudaram a desmascarar a democracia racial e a convertê-la em mito a partir de estudos sociológicos e históricos que enfatizaram o racismo no Brasil e contribuíram para derrubar a crença de que o país seria racialmente pacífico e harmonioso.

Em suas pesquisas, Florestan Fernandes (2007) notou que existia, no Brasil, um preconceito em ter preconceito, ou seja, existia uma tendência no brasileiro em prosseguir com discriminação, “apesar de considerar tal atitude ultrajante (para quem sofre) e degradante (para quem a pratica). Resultado da desagregação de ordem tradicional, vinculada à escravidão e à dominação senhorial, [...] era uma consequência da permanência de um etos católico” (Schwarcz, 2012, p. 70).

A constatação de que o racismo existia no Brasil veio acompanhada da Lei Afonso Arinos contra a discriminação racial. Publicada em 3 de julho de 1951, a Lei nº. 1390 foi proposta por Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) e promulgada por Getúlio Vargas, definindo que “constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de côr” (Brasil, 1951, Art. 1º). A lei previa multa e prisão. Abdias Nascimento (1914-2011) afirma que mesmo com a lei proibindo a discriminação racial tudo continuou na mesma. “Trata-se de uma lei que não é cumprida nem executada. Ela tem um valor puramente simbólico. Depois da lei, os anúncios [de vagas de empregos] se tornaram mais sofisticados que antes: requerem agora ‘pessoas de boa aparência’” (Nascimento, 2016, p. 97).

A discriminação estava enraizada na sociedade e formava um ciclo. Os negros viviam nas favelas e comunidades nos centros urbanos porque não tinham meios para alugar ou comprar residências em bairros mais nobres e centrais, por sua vez, a falta de dinheiro resultava na discriminação no mercado de trabalho. Já a falta de emprego ou empregos com salários menores também se justificavam pela ausência de preparo técnico/estudo, que, por sua vez, igualmente era ocasionado por falta de recursos financeiros que pudessem ser destinados à Educação. “Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação - no emprego, na escola - e trancadas as oportunidades que lhe permitiriam melhorar suas condições de vida, sua moradia, inclusive” (Nascimento, 2016, p. 101).

A partir da década de 1960, com os desdobramentos das publicações de intelectuais posteriores ao UNESCO, o que se notou foi que as reverberações do branqueamento da população, Eugenia e mito da democracia racial engendraram, no Brasil, uma cultura do “quanto mais branco melhor” e a figura do “negro de alma branca”, que, segundo Schwarcz (2012, p. 71), “branca na sua inferioridade, essa figura representou, sobretudo até os anos 1970, o protótipo do negro leal, devotado ao senhor e sua família, assim como à própria ordem social”.

Mesmo depois dos desdobramentos do projeto UNESCO constataram que a democracia racial tratava-se de um mito, a sua subjetivação e o Brasil como um país sem racismo já estavam enraizados na sociedade, como demonstra uma série de reportagens nos anos seguintes. Uma reportagem trouxe, em 1960, uma indignação contra uma manifestação violenta na África do Sul: “é preciso que o Brasil, uma autêntica democracia racial no mundo, proteste contra isso, estudando, inclusive, a possibilidade de ruptura de relações com um país que assim trata seus cidadãos de côr” (Servajaria..., 1960, p. 05). Em 1962, ao comparar com os Estados Unidos, um jornalista que estava em solo estadunidense apontou que “a democracia racial existe no nosso país. Aqui, ainda está por ser alcançada e se constitui na razão de ser uma luta quase sempre surda, não raro, porém, atrasadamente ruidosa” (Problema..., 1962, p. 15). Também em 1962, o mesmo jornal vangloria o fato de o Brasil ser uma democracia racial: “o Brasil tem feito o impossível, em toda a sua história. Era impossível construir uma civilização nos trópicos. O Brasil construiu-a. É hoje uma democracia racial - coisa julgada impossível” (Posição..., 1962, p. 06).

Em 1963, a jornalista Silvia Donato foi uma das primeiras a levantar a pauta racial em um jornal de grande circulação, ela fez uma série de reportagens ocupando páginas inteiras em edições do *Jornal do Brasil*, em que questionou a democracia racial, citou a presença de racismo no país e referiu os trabalhos de sociólogos e pesquisadores raciais como Florestan Fernandes.

Donato chamou para a reflexão racial e questionou se o preconceito havia desaparecido do país. “Seria o Brasil, com efeito, essa tão decantada democracia racial? Pela primeira vez na imprensa brasileira, Silvia Donato levanta o problema, em termos não de uma região, mas de todo o país. E conclui que existe o preconceito, mais atenuado aqui, mais forte acolá” (Donato, 1963, p. 18).

Apenas em 1964, apareceu a primeira reportagem no *Jornal do Brasil* afirmando que a democracia racial é um mito e citando os estudos de Florestan Fernandes (Florestan..., 1964). Em que pese, no período da ditadura militar, houvesse, pela primeira vez, em uma Constituição a punição para o racismo e que não seria “tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe” (Brasil, 1967, Art. 150, § 8º), o Estado brasileiro não tolerava que o racismo fosse pauta dos movimentos sociais. Para Santos (2022, p. 243), o que estava por trás desse parágrafo 8º do artigo 150 “era a aposta por continuar propagando o Brasil como uma democracia racial invejável, [...] também não admitia que a ordem racial imposta de maneira ‘democrática e pacífica’ fosse questionada, sobretudo por aqueles que insistiam em ver racismo em tudo”.

Com a ditadura militar (1964-1985), o sistema educacional brasileiro transformou-se em uma “importante máquina de perpetuação de uma visão europeia e branca da história, que insistia em entender o Brasil como uma democracia racial bem-acabada. [...] Era necessário, a todo custo, evitar que ‘o problema do negro’ minasse o bem-acabado mito da democracia racial” (Santos, 2022, p. 247-249). Durante o mandato do presidente Médici (1969-1974), o período mais violento do regime militar, jornais foram proibidos de publicar matérias sobre os indígenas ou sobre o movimento negro. As pessoas que tentavam insurgir-se como resistência com a pauta racial eram silenciadas. As ações para estancar “o problema do negro” foram a reforma escolar, com Educação sem mencionar a população negra ou indígena em aulas ou materiais didáticos e a inserção de disciplinas que evocassem a moralidade e civilidade, além da atuação dos serviços de espionagem e repressão.

Em 1968, em reportagem no *Jornal do Brasil*, ao passo em que se reconhece que existe discriminação no Brasil, como, por exemplo, lojas e escritórios que exigem pessoas de boa aparência, defende que a discriminação deve ser punida, mas sem estatutos ou leis que assegurem uma igualdade racial, como pregava a ditadura militar.

O remédio é a aplicação severa da lei que pune os delitos de dicriminação racial. Seria um êrro funesto impôr alguma *paridade* de brancos e gente de côr em escritórios. Isto constituiria uma cristalização do preconceito. Devemos punir êsses tolos que discriminam sem criar estatutos que firmem a discriminação (Democracia..., 1968, p. 06, grifo do autor).

Nos anos 1970 começou um movimento de questionamentos, muitos deles reprimidos

e censurados pela ditadura militar. O Movimento Negro Unificado (MNU) surgiu no final daquela década e, ao lado de outras organizações, passou a discutir as formas tradicionais de poder. O MNU “tornou mais forte o coro daqueles que já demonstraram o lado mítico da democracia racial: exaltada como modelo, mas dificilmente encontrada na realidade” (Schwarcz, 2012, p. 72). A primeira atividade política do MNU ocorreu em 07 de julho de 1978, foi um ato público nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo em protesto contra alguns episódios de violência e assassinato de negros (Santos, 2006).

Em 1979, com a publicação de *Discriminação e desigualdades no Brasil* do sociólogo Carlos Hasenbalg (1942-2014), as relações raciais no Brasil atingiram outro patamar de discussões e reflexões. Hasenbalg concluiu, em suas pesquisas, que a desigualdade no Brasil não estava diretamente relacionada com a herança da escravidão, mas com o preconceito e discriminação, reforçando o que já havia sido apontado no projeto UNESCO por Costa Pinto.

A importância das análises sociológicas (qualitativas e quantitativas) dos anos 1980 e 1990 foram fundamentais para o reconhecimento e emancipação dos movimentos negros, pois instrumentalizaram e respaldaram as pautas dessas organizações, como é o caso do Movimento Negro Unificado (MNU) (Silva, 2023, p. 64).

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Silva (2023) refere que os movimentos sociais ganharam destaque nacional, inclusive do Estado, além da pauta de reivindicações ser institucionalizada. Ainda na década de 1990, houve a criação de Grupo de Trabalho voltado para a valorização da população negra, a aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e da Lei n°. 9394/96 com as Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que contemplam as relações raciais e culturais no Brasil.

Em 2001, houve outro impulsionamento nas relações raciais no país quando o MNU participou da *III Conferência Mundial da ONU contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância*, em Durban na África do Sul, “contexto em que ocorre a internacionalização das lutas antirracistas, com influência decisiva no Brasil” (Silva, 2023, p. 65). A partir do governo Lula (2003-2011), várias leis e políticas afirmativas foram implementadas, como as Leis n°. 10.639/2003 e n°. 11.645/2008 sobre ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena na Educação básica; o *Estatuto da Igualdade Racial* por intermédio da Lei n°. 12288/2010 e a Lei n°. 12.711/2012 sobre cotas raciais no ensino superior. No terceiro mandato como presidente do Brasil, a partir de 2023, Lula instituiu, pela primeira vez no Brasil, o Ministério da Igualdade Racial e o Ministério dos Povos Originários.

Desconstruir a democracia racial estabelecida e sua respectiva conversão em mito ainda é um trabalho contínuo. Apesar dos primeiros estudos do projeto UNESCO terem sido

publicados no início dos anos 1950, uma vez que, em 1966, o papa Paulo VI (1897-1978) elogiou a democracia racial no Brasil (Povo..., 1966) e, em 2022, o então Vice-presidente da República Hamilton Mourão (1953-) afirmou que, no Brasil, não existe racismo ao comentar sobre a morte de um homem negro por seguranças de um supermercado. Estas são evidências do enraizamento do mito da democracia racial na sociedade brasileira e internacional.

Florestan Fernandes afirmou que a democracia racial no Brasil “é um mito mantido pelo branco interessado em perpetuar a dependência do negro a êle e evitar sua ascensão e concorrência nas oportunidades que a sociedade hoje oferece” (Florestan..., 1964, p. 12). Na atualidade, o sociólogo quis dizer que uma das funções do mito da democracia racial foi perpetuar a branquitude, que, à época, ainda não estava conceituada no Brasil. É justamente sobre a branquitude que o próximo capítulo desta tese vai abordar e problematizar.

## 5 BRANQUITUDE E SEUS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO/SUBJETIVAÇÃO NO BRASIL

Para chegar até a constituição da branquitude no Brasil, é necessário fazer uma digressão para entender a história do conceito da branquitude no Ocidente. A origem da branquitude remonta aos Estados Unidos na década de 1990, sendo considerado o país pioneiro por pesquisadores do tema (Bento, 2002; 2022; Cardoso, 2010; Schucman, 2012). Naquele momento, os estudos de raça e racismo nos Estados Unidos começaram a mudar o enfoque e a provocar novos olhares e pontos de vista. Para Schucman (2012, p. 17), “o movimento de mudança nestes estudos se deu quando os olhares acadêmicos das ciências sociais e humanas se deslocaram dos ‘outros’ racializados para o centro sobre o qual foi construída a noção de raça, ou seja, para os brancos”.

Esses novos olhares foram chamados de estudos críticos da branquitude (*critical whiteness studies*) e só foram possíveis naquela ocasião após a análise crítica de todo o processo histórico-social do Ocidente, depois de uma reflexão dos processos de colonização, exploração, escravidão negra e descolonização. Ainda que não nomeada, a branquitude foi gerada nesse contexto em redes de poder em que os brancos tomaram sua identidade racial como norma, portanto, superiores em detrimento dos não-brancos, sendo os desviantes que estavam à margem, também chamados de inferiores. Liv Sovik (2009, p. 18) contribui para essa discussão ao afirmar que “a supervalorização do branco é um fenômeno mundial, com particular vigência em lugares que foram colonizados por europeus que implantaram a escravidão”. Para a autora, o valor da branquitude está vinculado à origem europeia e ao eurocentrismo.

Mesmo antes dos anos 1990, já existiam autores que pensavam a identidade racial branca e a supremacia branca, precursoras da branquitude. O estadunidense Du Bois (1868-1963) foi um deles. Em 1920, publicou o ensaio intitulado *As almas do povo branco* (*The souls of white folk*), que é considerado, por alguns pesquisadores como Schucman (2012) e Cardoso (2010), como o pioneiro na teorização sobre a identidade racial branca que, mais tarde, serviu de base para o estudo da branquitude. Pela primeira vez, o branco foi analisado sob o ponto de vista de um pesquisador e sociólogo negro. Em 1935, publicou um livro em que analisou a classe trabalhadora branca estadunidense do século XIX e comparou com o trabalhador negro. Ele demonstrou que a “aceitação do racismo pela classe trabalhadora branca daquela época foi uma forma de se apropriar de benefícios, que Du Bois nomeou de salário público e psicológico, que resultavam em acessos a bens materiais e simbólicos, que os negros não podiam compartilhar” (Schucman, 2012, p. 18).

Outro grande autor que trouxe contribuições para o estudo da branquitude foi Franz Fanon (1925-1961). Nascido na ilha de Martinica no Caribe e formado na França, o filósofo e psiquiatra escreveu muito sobre a diáspora negra e sobre a opressão dos povos colonizados. Em sua obra de maior repercussão, *Pele negra, máscaras brancas* (*Peau noire, masques blancs*), o autor defendeu a abolição da raça. Fanon (2008) aborda diversos temas relacionados aos colonizadores e aos colonizados para entender a constituição das subjetividades de brancos e negros que culminaram na formação da branquitude. As máscaras brancas do título dizem respeito a não aceitação do negro sobre si próprio. Suas análises sobre o racismo subjetivado em brancos e negros resulta no sentimento de superioridade de brancos.

Para Schucman (2012), o tunisiano Albert Memmi (1920-2020) é outro autor que serve de referência para os estudos iniciais sobre branquitude. Em 1957, ele publicou *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador* (*Portrait du colonisé précédé du portrait du colonisateur*) em que problematiza a lógica opressora ao descrever as consequências da colonização tanto para o colonizado quanto para o colonizador, sendo um “pensador pioneiro em apontar a importância de se problematizar também o opressor” (Cardoso, 2010, p. 610). O autor “descreve não só a violência cometida contra o colonizado, mas também os privilégios do colonizador, ou seja, Memmi nos propõe a analisar tanto aquele que se apropria da colonização como agente da opressão quanto aquele que é oprimido por ela” (Schucman, 2012, p. 20).

Cardoso (2010) considera que Steve Biko (1946-1977) é outro precursor na análise da identidade racial branca. Ele refletiu sobre o branco na África do Sul nas décadas de 1960 e 1970, momento em que o país vivia o regime de *apartheid*. Para Cardoso (2010, p. 609), seu legado chega até a academia brasileira, pois “Steve Biko ao ser questionado sobre a dificuldade para definição, ou autodefinição como negra ou negro, nos sugere o debate entre a classificação raça e cor que também faz parte da contenda de nossa literatura científica sobre relações raciais”.

No campo internacional, Du Bois, Fanon, Biko e Memmi foram os principais teóricos que contribuíram para os estudos internacionais sobre branquitude. Eles foram os precursores nas análises sobre o papel do opressor em sociedades desiguais. A intenção do olhar para a branquitude não objetivava desmerecer ou deixar de ter foco também na negritude, mas foi importante para o entendimento da identidade branca e como ela opera na sociedade marcada pelo colonialismo.

Qual o conceito de branquitude? Como iniciaram os estudos sobre branquitude no Brasil? Como os processos de subjetivação atuam na branquitude? Como o racismo de Estado

pode ser percebido em um ambiente em que a branquitude opera? Essas e outras questões serão problematizadas ao longo do capítulo.

### 5.1 A branquitude e sua constituição

Para Bento (2022, p. 62), uma das maiores pesquisadoras sobre branquitude na atualidade, o fenômeno “em sua essência, diz respeito a um conjunto de práticas culturais não nomeadas e não marcadas, ou seja, há silêncio e ocultação em torno dessas práticas culturais”. Para a autora, ela foi constituída com o processo de colonização. Em solo nacional, os europeus e seus descendentes foram criando uma identidade comum que usou os pretos como principal contraste. “A natureza desigual dessa relação permitiu que os brancos estipulassem e disseminassem o significado de si próprios e do outro através de projeções, exclusões, negações e atos de repressão” (Bento, 2022, p. 29). Foi somente nos últimos anos que a branquitude ganhou destaque no meio acadêmico e na mídia nacional, tanto que o verbete não se encontra em alguns dos principais dicionários atuais da língua portuguesa, como o Aurélio e o Houaiss (Ferreira, 2010; Houaiss; Villar, 2009).

Para Schucman (2012), em sua tese de doutorado, a branquitude é um conceito complexo, que envolve uma série de fatores sociológicos como etnia, cor, raça e cultura que se entrecruzam, aproximam-se e afastam-se a depender de variáveis como “país, região, história, interesses políticos e época em que estamos investigando” (p. 22).

Não é apenas por questões genéticas que se estabelece quem é branco e ocupa o lugar simbólico da branquitude. Existem diferentes significados de ser branco em locais diferentes. Por exemplo, nos Estados Unidos, o ser branco está ligado ao genótipo e ascendência étnica de cada um (preconceito de origem). No Brasil, está ligado ao status social e fenótipo (preconceito de marca), enquanto na África do Sul, tanto o fenótipo quanto o genótipo são demarcadores da brancura de uma pessoa.

Desse modo, Schucman (2012, p. 23) define a branquitude como o local social ocupado por indivíduos que “foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade”, ou seja, para entender a branquitude é necessária a percepção das estruturas de poder em determinado meio social. A branquitude utiliza o **poder** como ferramenta para normalizar a opressão, o racismo e a inferioridade dos não-brancos, além da superioridade estética do branco. Esse poder, que pode ser aqui entendido como sendo utilizado pela branquitude, para Foucault, é

centrado, centralizado e centralizador; o discurso de um combate que deve ser travado não entre duas raças, mas a partir de uma raça considerada como sendo a verdadeira e a única, aquela que detém o poder e aquela que é titular da norma, contra aqueles que estão fora da norma, contra aqueles que constituem outros tantos perigos para o patrimônio biológico (Foucault, 2010, p. 52).

Conforme Ruth Frankenberg (1995), atuante desde o início dos anos 1990 como uma das pioneiras nas pesquisas acadêmicas nessa área, a branquitude é um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros e a si mesmo a partir de uma posição de poder não nomeada. Para a autora, existe uma “quase integração” de brancos com negros, ou seja, existem relações em que a integração não é completa para ambos os lados. Edith Piza (2014) cita um exemplo de uma entrevistada de suas pesquisas, em que a mulher branca teve, na adolescência, uma amiga negra. Ela frequentava muito mais a casa da negra, que, por sua vez, praticamente não conhecia sua casa. Apesar do afeto existente, era uma relação de coleguismo, não de amizade, ou seja, era a “quase integração” mencionada por Frankenberg (1995).

Frankenberg (1995) aponta que a branquitude pode ser definida considerando três aspectos básicos: (1) um local de vantagem estrutural de privilégios raciais; (2) um lugar ou posição em que as pessoas brancas observem a si mesmas, os outros e a sociedade e; (3) um conjunto de práticas culturais que são usualmente não marcadas e não nomeadas. Piza (2014, p. 85) ratifica que “é a não demarcação ou nomeação racial que se nota como mais fortemente enganadora no processo da constituição da branquitude”. Essa posição racial não nomeada pode atuar na exclusão da possibilidade de um indivíduo em reconhecer-se e reconhecer o outro como semelhante, como igual ou como diferente.

De acordo com Pinheiro (2023, p. 40), a branquitude é uma categoria social e não pode referir-se às singularidades “que se refere a um lugar de vantagens simbólicas, subjetivas e materiais disponíveis para as pessoas identificadas como brancas em uma sociedade onde o racismo é estrutural”. Para a autora, todas as pessoas brancas são beneficiárias desse sistema de vantagens, mesmo que não sejam signatárias.

Bento (2022, p. 125) contribui para a discussão quando pondera que “é nesse sentido que desfazer sistemas que, durante séculos, promoveram o conforto e a segurança de um grupo de pessoas em detrimento de outro não é uma tarefa para realizar da noite para o dia, nem é uma proposição sem dor, pois envolverá trabalho intenso e duradouro”. Para Silva (2017b, p. 27), a branquitude “é um constructo ideológico, no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista. Ele implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimentos dos não brancos”.

Segundo Piza (2000, p. 104), a branquitude é restrita à ausência de identidade racial de

brancos e pode ser entendida “como uma identidade racializada que visa relativizar o poder branco, no interior das relações inter-raciais”. A autora ainda afirma, com base nos estudos de Ruth Frankenberg, que a branquitude pode ser entendida de uma forma menos pragmática como um “comportamento social, a partir de uma situação estruturada de poder, baseada numa racialidade neutra, não-nomeada, percebida como não-constitutiva de identidade imediata do sujeito, mas sustentada pelos privilégios sociais cotidianamente experimentados” (Frankenberg, 1994 *apud* Piza, 2000, p. 104).

Sovik (2009) explica que a branquitude mantém uma estreita relação com o fenótipo, representado pela cor da pele, formato de nariz e tipo de cabelo, além do status social, que, muitas vezes, define quem é branco no Brasil. Para a autora, a branquitude é um “atributo de quem ocupa um lugar social no alto da pirâmide, é uma prática social e o exercício de uma função que reforça e reproduz instituições, é um lugar de fala para o qual uma certa aparência é condição suficiente” (Sovik, 2009, p. 50).

A antropóloga Lilia Schwarcz, em seu livro *Imagens da branquitude: a presença da ausência*, afirma que a branquitude tem, como consequência direta na sociedade, a perpetuação do poder e a manutenção de monopólios sociais, de modo que pessoas brancas se reconhecem como universais, mesmo que de forma subjetiva. Desse modo, os brancos não se racializaram e não precisaram nomear e estudar sua própria raça. Conforme a autora, a branquitude “corresponde a um sistema internalizado de privilégios materiais e simbólicos que se ancora no passado mas exerce suas prerrogativas no presente” (Schwarcz, 2024, p. 10). Para ela, a cor e o fenótipo viraram

marcadores de diferença fortes a ponto de fazer com que muitas nações e pessoas de origens diversas acabassem definidas como uma só raça, a negra, à qual uma série de atributos negativos foram sendo adscritos. Já em relação às populações europeias realizou-se uma espécie de apagamento oposto, pois mais positivo. Elas foram sistematicamente desracializadas, para assim performar a própria humanidade (Schwarcz, 2024, p. 46).

Em conformidade com Cardoso (2010, p. 610), a branquitude é um lugar de “privilégios simbólicos, subjetivos, objetivos, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial ‘injusta’ e racismo”, ela diz respeito à identidade racial branca e “se constrói e reconstrói histórica e socialmente ao receber influência do cenário local e global” (Cardoso, 2010, p. 609-610). Para o autor, a identidade racial branca é heterogênea e está sempre em movimento, de acordo com as mudanças sociais ao longo do tempo.

Lourenço Cardoso (2010) divide a branquitude em crítica e acrítica. A primeira é mais

estudada pela literatura científica e refere-se ao estudo do indivíduo branco que desaprova publicamente o racismo, sendo aliado da pauta antirracista. Quando ocorrem “deslizes” e o racismo é cometido, vem a público pedir desculpas ou emite notas de repúdio a qualquer tipo de preconceito. A vertente acrítica refere-se à branquitude individual ou coletiva que sustenta o argumento em prol da supremacia racial branca. “A branquitude acrítica sustenta que ser branco é uma condição especial, uma hierarquia obviamente superior a todos não-brancos” (Cardoso, 2010, p. 611). Essa perspectiva acrítica ganhou maior visibilidade na comunidade internacional, sobretudo, dos países membro da ONU, a partir da experiência do holocausto, em que a Alemanha nazista matou milhões de pessoas, particularmente, judeus. Nesse ponto, vale salientar que “a branquitude crítica condena e analisa os trágicos acontecimentos deste momento histórico. Enquanto que a branquitude acrítica conserva, justifica e reescreve esses acontecimentos, procurando heroificar Adolf Hitler minimizando, ou negando o Holocausto” (Cardoso, 2010, p. 612).

Organizações neonazistas e neofascistas, grupos extremistas e seguidores da extrema direita são alguns exemplos de grupos de brancos que defendem a supremacia racial branca como uma superioridade inata/natural, histórica e inquestionável. A justificativa biológica não se sustenta mais na atualidade, porém a História legitima a sua superioridade. “O discurso principal dessa branquitude, ou melhor branquitude acrítica sustenta-se na idéia de existência de uma superioridade racial branca, apesar dessa ideologia ser francamente desautorizada e rechaçada pela comunidade internacional” (Cardoso, 2010, p. 621). A branquitude acrítica quando atua de forma mais branda, tenta inserir-se em espaços democráticos utilizando discursos racistas disfarçados de nacionalistas ou sob o pretexto de liberdade de expressão. De um modo geral, os indivíduos da branquitude acrítica não se consideram racistas, pois, na condição de brancos, eles são naturalmente superiores aos não-brancos.

O racismo de Estado foucaultiano pode ser lido nesse contexto apontado por Cardoso (2010). Na branquitude crítica, ele está presente de forma sutil e faz questão de deixar evidente a superioridade dos brancos e a inferioridade dos não-brancos, porém, muitas vezes, de forma não marcada e não verbalizada, isso se dá por meio da subjetividade. Já na branquitude acrítica, o racismo de Estado está presente em sua forma mais visceral, deixando nítido os corpos que devem ser mortos para uma melhor sobrevivência dos brancos, como afirmou Foucault (2010) ao tratar sobre biopolítica e normalizar a morte de alguns indivíduos de um determinado grupo populacional. Para Foucault (2010, p. 217), esse racismo assegura a função da morte dentro do biopoder, segundo o princípio “de que a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população, na medida

em que se é elemento numa pluralidade unitária e viva”.

Quais as características da branquitude? Como ela opera na sociedade? Como a identidade racial branca pode ser entendida como um local de privilégio?

Rafaela Rech, em sua tese de doutorado, anota que ações como abordagem superficial da branquitude, não percepção das possibilidades de mudança e a maneira que as pessoas posicionam-se em situações específicas podem colaborar para a manutenção do privilégio branco e, por consequência, alimentar a branquitude. As discussões sobre o tema, para a autora, devem provocar reflexões nos indivíduos que levem a “repensar determinadas ações que fazem parte de nosso cotidiano e que reforçam e mantêm as práticas racistas” (Rech, 2022, p. 39).

Conforme Schucman (2012, p. 23), ao problematizar a branquitude, “é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram. Por isso, é necessário entender as formas de poder da branquitude, onde ela realmente produz efeitos e materialidades”. A autora defende a posição de alguns pontos característicos da branquitude: a **invisibilidade**, os **privilégios materiais**, os **privilégios simbólicos** e o **lócus social da branquitude**.

A **invisibilidade** é uma das características marcantes da identidade racial branca que se caracteriza pela falta de percepção do branco enquanto indivíduo racializado. Para Schucman (2012, p. 24), a brancura “é vista pelos próprios sujeitos brancos como algo ‘natural’ e ‘normal’”. Piza (2014) chama de “lugar de raça” esse espaço de onde se tem a visibilidade do outro, em que é a raça que define os termos dessa relação. A autora aponta essa identidade coletiva como uma construção em contraposição, de modo que os não-brancos é que possuem a percepção racial.

Para a autora não se trata, portanto,

da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais, para uns, e a neutralidade racial, para outros. As consequências dessa visibilidade para negros é bem conhecida, mas a da neutralidade do branco é dada como “natural”, já que é ele o modelo paradigmático de aparência e de condição humana (Piza, 2014, p. 72).

Em conformidade com Frankenberg (2004), essa invisibilidade é seletiva, ou seja, geralmente, não marcada, ela pode ser anunciada ou tornada visível de acordo com os interesses, por exemplo, em momentos em que indivíduos adquirem privilégios pelo fato de serem brancos. O ápice dessa invisibilidade ocorre quando a supremacia racial branca está enraizada na sociedade, de tal forma que os não-brancos não conseguem “apontar a identidade racial do branco, nem tampouco os brancos conseguem se perceber como mais uma das identidades raciais, mas sim como a única identidade racial normal, e outras devem alcançá-la em níveis

intelectuais, morais, estéticos, econômicos etc.” (Schucman, 2012, p. 24). Pinheiro (2023, p. 36) contribui ao afirmar que, de um modo geral, pessoas brancas não são racializadas, “por mais que a branquitude tenha criado o conceito de raça, essas pessoas se veem e se projetam no lugar de ‘ser genérico’ de ‘sujeito universal’; elas, em si, são a representação do humano”.

Existem outros autores que discordam dessa invisibilidade, como Cardoso (2010) e a própria Ruth Frankenberg, que mudou sua orientação sobre o tema ao longo dos anos. Para eles, a invisibilidade da branquitude e a identidade racial branca ser do tipo não marcada são características que não se sustentam. “Desde os primeiros encontros dos europeus com os africanos e ameríndios houve uma delimitação em que portugueses, espanhóis, ingleses, holandeses e alemães foram marcados ou se autodefiniram como brancos, obviamente em hierarquias diferentes” (Cardoso, 2010, p. 619). Isso significa que, para eles, mais importante do que pensar em uma invisibilidade, é analisar as formas de como essa identidade racial branca é marcada.

Os **privilégios materiais** são fatores relacionados à branquitude que são mais facilmente adquiridos e utilizados pelos brancos e que produzem cotidianamente situações de vantagem. Facilidades de acesso à moradia, Educação, Saúde, emprego, crédito, transporte, Políticas públicas, transferência de riquezas herdada entre as gerações e diferentes formas de Bem-Estar Social estão entre os privilégios. O racismo e a branquitude são responsáveis pela manutenção dessa estrutura desigual. Schucman (2012, p. 26) reflete que “são os mecanismos racistas que fazem com que a população branca tenha vantagem no preenchimento das posições da estrutura de classes que comportam privilégios materiais e simbólicos mais desejados”.

O terceiro ponto característico da branquitude refere-se aos **privilégios simbólicos**. Estes são fatores que estão implicitamente ligados à subjetividade que se apresentam juntamente com a identidade racial, seja na superioridade e supremacia dos brancos ou na inferioridade e subalternidade dos não-brancos. Para Schwarcz (2024, p. 46), existe “um lugar simbólico, político e concreto do privilégio que foi sendo construído e historicamente a favor das populações brancas”. Os pesquisadores da branquitude, como Cardoso (2008) e Schucman (2012), defendem que a branquitude foi construída social e historicamente como uma posição racial de superioridade e que nem sempre os privilégios são percebidos pelos sujeitos que os obtêm.

Maria Aparecida Bento (2022) aborda, em seu livro *O pacto da branquitude*, que os sujeitos brancos agem, mesmo inconscientemente, para manter e perpetuar tais privilégios na estrutura da sociedade. Conforme a autora, a omissão do lugar do branco e a falta de reflexão sobre “o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente

que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado” (Bento, 2014, p. 26). Ela postula que existe uma espécie de pacto entre os brancos como um acordo (não verbalizado) de não se reconhecerem como parte essencial na manutenção das desigualdades raciais no Brasil.

A mesma autora reflete sobre os privilégios simbólicos ao afirmar que “o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo” (Bento, 2014, p. 27).

O último ponto característico da branquitude é o **lócus social**. Ruth Frankenberg (2004) defende que a branquitude seja pensada em suas localizações em cada sociedade, geralmente, estruturadas na dominação racial e não apenas em termos culturais. Ela funciona como um lugar de vantagem estrutural na sociedade, dotada de uma gama de práticas e identidades culturais podendo ou não ser marcada e denominada. Para Frankenberg (2004, p. 312), como lugar de privilégio, a branquitude “não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam”. Neste sentido, a branquitude deve ser vista como um produto histórico (a partir do conceito de raça biológica), uma categoria relacional, analisada sob sua complexidade e variando localmente e entre os locais de atuação.

Esses locais de atuação formam o conceito **geografia social de raça**, cunhado por Frankenberg (1995) que diz respeito a um espaço físico com população residente, mais social do que natural, em que as pessoas circulam, convivem em razão de sua raça, como locais de moradia, vizinhança, estudo, passeio, trabalho, lazer, viagens de férias, dentre outros, ocupados por pessoas segundo sua condição racial e independente da classe social. Piza (2000, p. 117) aponta que esse conceito é “demarcado tanto pelo silêncio como forma de comunicar o preconceito e a discriminação, como por um evidente ‘saber’ delimitado pela moral [branca]”.

Como iniciaram os estudos sobre branquitude no Brasil e como ela foi constituída no país? Como os processos de subjetivação atuam na constituição dos sujeitos a favor da branquitude no Brasil? Quem foi o primeiro pesquisador brasileiro a debruçar-se sobre o tema?

O primeiro intelectual a tratar do branco no Brasil foi Guerreiro Ramos, quando publicou o texto *Patologia social do “branco” brasileiro* em 1955<sup>55</sup> (2023), até então quando

---

<sup>55</sup> Esse texto foi publicado, pela primeira vez, no Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), na edição de 24 de julho de 1955, com o título *Situação étnica do Brasil contemporâneo: uma reinterpretação sociológica* e republicado, posteriormente, com o título definitivo, em 1957, no livro *Introdução crítica à sociologia brasileira* pela editora Andes do Rio de Janeiro. O texto foi republicado em uma coletânea do autor em 2023 pela editora Zahar.

se estudava o racismo, mito da democracia racial ou branqueamento da população tratava-se de em estudar o problema do negro. O texto aborda como o racismo e o ideal de estética e beleza brancas produziram uma positividade à branquitude em detrimento de significados culturais negativos relacionados aos negros. Schucman (2012) cita que, para Guerreiro Ramos, não existe branco puro no Brasil, tanto que, no título, o branco vem entre aspas. Para ele, “a patologia do ‘branco’ brasileiro consiste em que, apesar de a grande maioria destes ter ascendência miscigenada cultural e biologicamente com os negros, este é um fator negado por eles” (Schucman, 2012, p. 21).

Segundo Ramos (2023), a patologia consiste no fato de que o branco brasileiro considera vergonhosa qualquer relação de sua origem com a ancestralidade e cultura negras, ao mesmo tempo em que enaltece a cultura europeia branca, da qual não faz parte integralmente. “Essa patologia consiste em que, no Brasil, principalmente naquelas regiões [Norte e Nordeste], as pessoas de pigmentação mais clara tendem a manifestar, em sua autoavaliação estética, um protesto contra si próprias, contra a sua condição étnica objetiva” (Ramos, 2023, p. 233).

Para o autor, a ideia de superioridade da identidade branca presente no imaginário brasileiro promoveria um branqueamento ao longo do tempo na classificação racial. Assim, um preto tenderia a classificar-se como pardo, um pardo como branco e o branco tenderia a isolar-se e impedir qualquer mistura biológica ou cultural com os pretos e pardos, fugindo em definitivo dos estereótipos negativos.

Guerreiro Ramos também foi o primeiro a problematizar os estudos sobre o negro feitos pela Sociologia e Antropologia brasileiras que utilizaram, até então, apenas o negro como sujeito e objeto das investigações no país. Ramos é considerado por pesquisadores contemporâneos (Bento, 2014; Cardoso, 2010; Schucman, 2012) como o precursor do estudo da branquitude e dos brancos brasileiros como objeto de análise para o estudo do racismo e situações de preconceito que os não-brancos sofrem no país. Em 1955, ele já defendia que “na atual fase de desenvolvimento econômico-social do Brasil, não existem mais suportes concretos que permitam a nossa minoria de ‘brancos’ sustentar suas atitudes arianizantes” (Ramos, 2023, p. 245). O termo utilizado por Guerreiro Ramos para referir-se à branquitude foi “brancura”<sup>56</sup>. A palavra “branquitude” foi empregada, pela primeira vez, por Gilberto Freyre em 1962, ao

---

<sup>56</sup> Guerreiro Ramos utilizou o termo “brancura” também para referir-se ao significado que esta palavra tem na atualidade, ou seja, a mesma palavra foi utilizada pelo intelectual para fazer referência à brancura e à branquitude. “Por outras palavras, a brancura seria a pele clara e outros traços como cor e formato de lábios e nariz, textura dos cabelos, ou seja, aspectos sobretudo físicos que leva uma pessoa ser classificada socialmente como branca. [...] A brancura seria também um dos traços da própria branquitude, isto é, uma pessoa pode perfeitamente identificar-se como branca, mesmo que não possua brancura” (Cardoso, 2010, p. 616).

fazer uma analogia com o termo “negritude”. Cardoso (2010, p. 616) explica que, no desenvolvimento do seu raciocínio, Freyre criticou “tanto a utilização da idéia de negritude quanto a utilização da idéia de branquitude vinculada a realidade brasileira, ‘porque se trataria de uma mitificação dualista e sectária contrária a brasileiríssima prática da democracia racial através da mestiçagem’”. A palavra “branquitude”<sup>57</sup> foi utilizada por alguns pesquisadores em momentos pontuais como sinônimo de branquitude, porém o último termo é o mais adotado para referir-se à identidade racial branca.

Para Munanga (2017, p. 10), paralelamente ao crescimento da negritude e identidade negra, sobretudo, a partir da década de 1970, foi mantido um silêncio sobre o branco e identidade branca, “pouco se escreveu sobre a Branquitude na literatura brasileira. É como se a consciência de ser branco não existisse no Brasil por causa da mestiçagem”. Complementando o pensamento do autor, Piza (2000) reflete que a negritude, que seria um processo de positivação da identidade racial negra, a branquitude é entendida aqui como uma construção social que leva a uma neutralidade racial, cujo uso político baseia-se na suposta superioridade dos brancos sobre negros.

Já no século XXI, a partir dos anos 2000, Silva (2017b) alerta que importantes pesquisadoras e pesquisadores despontaram com pesquisas sobre a branquitude no Brasil, como Maria Aparecida Bento, em 2002, com sua tese de doutorado; Lourenço Cardoso, em 2008, com sua dissertação de mestrado; dentre outros como Edith Piza, Liv Sovik e Lia Vainer Schucman. Esses autores trouxeram importantes ferramentas para a interpretação e estudo da branquitude no Brasil e

promoveram um importante deslocamento na interpretação sobre estudos raciais até então vigentes a partir de: a) inserção do debate no Brasil pela relação teoria-pesquisa social; b) problematização do viés interpretativo recorrente nos estudos sobre relações raciais, ao inverterem o sentido e colocarem o foco dos estudos na identidade racial branca; c) revisão dos conceitos fundamentais à interpretação de nossa sociedade como, por exemplo, mestiçagem e democracia racial, levando em consideração aspectos da branquitude; d) problematização da identidade racial branca como elemento de análise na produção da pesquisa social, bem como na produção intelectual (Silva, 2017b, p. 25).

---

<sup>57</sup> Para Piza (2005), “branquitude diz respeito a ser branco como uma identidade social e cultural não demarcada racialmente e voltada para os valores do seu grupo racial, geralmente associados a traços de racismo”. Schwarcz (2024) aponta que o conceito que corresponde à branquitude para os negros é a negritude, que seria o fenômeno que o ativismo negro, na década de 1930, fez para integrar-se no mundo dos brancos, com a negação de sua história diaspórica e vangloriando apenas valores, elementos, narrativas e conceitos ocidentais. Desse modo, a “negritude se refere a um movimento social de autoafirmação; já a branquitude reluta em aceitar essa titulação que remete à especificidade de seu lugar social” (Schwarcz, 2024, p. 37).

A partir da década de 2010, a branquitude ganhou atenção de cada vez mais pesquisadores, fortalecendo o entendimento sobre o tema, as características do conceito e suas implicações na sociedade brasileira. “A ‘atual geração’ de pesquisadores da branquitude no Brasil tem contribuído não só para consolidar questões apresentadas na ‘geração anterior’, como também para abrir novos caminhos, tanto para o adensamento do conceito quanto para a construção de uma teoria sobre o tema” (Silva, 2017b, p. 26).

A branquitude no Brasil deve ser analisada sempre com muita atenção, pois o caso particular brasileiro tem a mestiçagem como esteio devido ao contexto em que o conceito de raça formou-se no país. Desse modo, as análises não podem apenas centrar na dualidade preto/branco, mas é necessário entender os efeitos e materialidades produzidos pelo processo de miscigenação, pela ideologia do branqueamento da população e pelo poder associado à identidade branca.

## 5.2 A subjetividade e a branquitude

Foucault teve toda sua trajetória de vida acadêmica e intelectual pautada no sujeito e, portanto, atravessada pela ideia de subjetividade. Em seu texto *O sujeito e o poder*, de 1982, Foucault (1995) divide seu percurso filosófico em três momentos. A primeira parte de seu trabalho tratou dos modos de investigação com “a objetivação do sujeito produtivo, do sujeito que trabalha, na análise das riquezas e na economia” (Foucault, 1995, p. 231). A segunda parte estudou a objetivação do sujeito nas práticas divisoras: “o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Este processo o objetiva” (Foucault, 1995, p. 231). Na terceira parte, o filósofo relata que estudou o modo pelo qual um ser humano torna-se sujeito. Os estudiosos de Foucault costumam chamar didaticamente as fases de arqueologia, da genealogia e da ética. Em que pese, o filósofo seja reconhecido como o teórico do poder, ele pondera:

eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. [...] Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa (Foucault, 1995, p. 231-232).

Neste sentido, como essa subjetividade é construída? Como a subjetividade opera no sujeito? Como essa subjetividade atua na Educação e na produção de sujeitos?

A subjetividade é formada por elementos individuais e sociais do sujeito, compondo o modo de ser de cada indivíduo, ou seja, o que o diferencia dos demais. Ela constitui-se à medida

que a pessoa vivencia suas experiências nos campos social e cultural. Desse modo, a subjetividade é o resultado da interação das relações sociais que o indivíduo vivencia ao longo da vida. Enquanto conceito multifacetado, esta seção não tem a intenção de esgotar as discussões sobre subjetividade, mas sim, trazer uma breve introdução para contextualização do tema.

A Psicologia social considera que os fenômenos sociais ocorrem de forma simultânea na subjetividade individual e na subjetividade social. A primeira é constituída a partir das vivências e relações sociais como um espaço pessoal dos sentidos, dentro de um sistema individual. A subjetividade não é inata. Ela é adquirida e construída a cada relação vivenciada pelo sujeito e se processa na apropriação das relações do mundo social e cultural, ou seja, à medida que o indivíduo atua no mundo, ele transforma e modifica o mundo e a si mesmo. Os meios de comunicação têm destaque como difusores da circulação de discursos e modelos de comportamento, sendo então considerados fontes de construção de subjetividade na população. Tomando como exemplo a Educação eugênica, ela utilizou, especialmente, jornais, periódicos, revistas, panfletos, música, arte e propaganda<sup>58</sup> para difundir seus ensinamentos, inicialmente, entre a elite letrada e, posteriormente, entre toda a população por meio de práticas de subjetivação. Sobre tais práticas, Foucault (2006c, p. 15) afirma que elas “constituem uma espécie de fenômeno extremamente importante, não somente na história das representações, nem somente na história das noções ou das teorias, mas na própria história da subjetividade ou, se quisermos, na história das práticas da subjetividade”.

Os processos de subjetivação são dotados de estruturas simbólicas que, enquanto presentes no mundo em que o homem vive, atuam efetivamente na constituição de sua subjetividade, na sua personalidade e nas diferentes formas sociais em que ele desenvolve suas ações e relações sociais. A Eugenia, o racismo de Estado, o mito da democracia racial e a branquitude operam diretamente a partir dessas estruturas simbólicas utilizadas pela subjetividade na constituição do indivíduo no período de recorte desta tese.

Cada momento vivenciado pelos indivíduos age nos processos de subjetivação da constituição dos sujeitos. A subjetividade tem um caráter histórico. Cada momento é único no desenvolvimento, ou seja, cada novo momento será constitutivo em relação ao anterior e não uma extensão cumulativa sobre o passado. A subjetividade sempre se expressa de forma

---

<sup>58</sup> Até 1851, a propaganda publicitária praticamente não existia, consistindo apenas em pequenas notas nos jornais, cartazes nos muros ou panfletos em papel simples e preto e branco. Por volta dos anos 1880, a situação mudou na Inglaterra com o crescimento da indústria do algodão e seus derivados, visto que interessava às empresas o aumento da nova burguesia atrelada às cidades. Esse movimento e as novidades tecnológicas expandiram-se aos poucos pelo Ocidente e, por consequência, no Brasil.

diferente em cada indivíduo. O sujeito é parte do seu próprio desenvolvimento, cujas forças não são externas a si próprio, mas partes constitutivas de si.

Na educação eugênica, os processos educativos constituem os sujeitos por meio da **Educação informal**, uma forma de educabilidade que não está nos bancos escolares e que exerce um papel importante no aprendizado e desenvolvimento do ser humano. Diferentemente da escola, onde alguns atores exercem e conduzem a verdade (o saber) e utilizam instrumentos para que a verdade seja revelada (o poder), ou seja, a escola “é um espaço do dizível e do visível” (Jardim, 2006, p. 104). Mesmo que o sujeito esteja inserido em um contexto de Educação formal, a Educação informal e sua subjetividade continuam a ser produzidas, dentro e fora do contexto escolar. Conforme Brandão (1982, p. 03):

ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações.

Como a subjetividade pode ser pensada como resultante de processos biopolíticos? Como os modos ou processos de subjetivação atuam nos indivíduos?

Ao colocar em diálogo a subjetividade com a biopolítica, Silva (2023, p. 102-103) considera que “a subjetivação biopolítica ocorre quando os indivíduos são submetidos a formas específicas de poder que operam sobre suas vidas e corpos, incitando que eles internalizem determinados comportamentos em suas práticas cotidianas, tornando-se parte de sua subjetividade”.

Assim, sob a atuação do biopoder, os sujeitos são subjetivados para serem governados, afinal “sermos sujeitos é nossa maneira de sermos governados em termos biopolíticos” (Gallo, 2017, p. 85). Em outras palavras, Silva (2024, p. 25) afirma que “o poder age sobre as ações dos indivíduos produzindo processos de subjetivação e constituição de sujeitos”.

Importante destacar, o sujeito é pensado em duplo aspecto: como sujeito da ação (de conhecer, de exercer poder), mas também como objeto da ação (sujeito humano que é conhecido como objeto de um saber científico, sujeito submisso a um poder); o que significa que os processos de subjetivação (de constituição de sujeitos) são também processos de objetivação. O sujeito não pode ser pensado, tematizado, abordado, senão como resultante deste feixe de processos, às vezes, contraditórios entre si (Gallo, 2017, p. 79).

O autor defende que, no pensamento foucaultiano, os indivíduos são moldados e influenciados a partir de estratégias de saber-poder, sem possuir uma identidade pré-determinada. Desse modo, a subjetivação efetiva-se na constituição dos indivíduos enquanto sujeitos, visto que não existe um “um sujeito preexistente ou uma identidade essencial, mas sim

um processo em constante construção através das interações entre sujeitos” (Silva, 2023, p. 100). Silva prefere tratar de “processos de subjetivação”, pois, desse modo, “possibilita entender como os sujeitos são interpelados e atravessados por uma série de discursos que os constituem, em dinâmicas sempre abertas e instáveis implicadas também em processos de assujeitamento” (Silva, 2023, p. 100-101).

Nesses processos ou modos de subjetivação, os indivíduos são levados a atuar “sobre si próprios, sob certas formas de autoridade, em relação a discursos de verdade, por meio de práticas do *self*, em nome de sua própria vida ou saúde, de sua família ou de alguma outra coletividade, ou inclusive em nome da vida ou saúde da população como um todo” (Rabinow; Rose, 2006, p. 29). Foucault (2020b, p. 36) defende que “não existe ação moral particular que não se refira à unidade de uma conduta moral; nem conduta moral que não implique a constituição de si mesmo como sujeito moral; nem tampouco constituição do sujeito moral sem ‘modos de subjetivação’”.

A subjetividade, juntamente com o nascimento, morte, reprodução, sexualidade e os processos vitais em geral compõem os controles regulatórios da biopolítica no corpo populacional. Ao abordar sobre a biopolítica da população enquanto controle regulador, Foucault (2020a, p. 150) assevera que

as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em tomo dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação — durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces — anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida — caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo.

No pensamento foucaultiano, o poder traz elementos positivos “no sentido de que produz discursos, práticas sociais, **subjetividades** e está implicado, inclusive, na produção dos saberes, nas verdades que dizem respeito a uma época ou cultura” (Silva, 2024, p. 25, grifo nosso).

Trazendo a raça para o debate, a subjetivação biopolítica ocorre quando as práticas de biopoder incidem sobre seus corpos, de modo que determinadas verdades são criadas, difundidas e “incitam a se identificar com determinado comportamento ou, nesse caso, performar em relação a determinada ‘identificação’ de cor ou raça” (Silva, 2023, p. 102). Os processos de educabilidade/subjetivação podem ser pensados com as

relações de raça na nação: sua ambivalência (o fato de que raça era significativa e ainda assim esse significado era difuso em um discurso médico e científico mais amplo sobre a degeneração); sua elasticidade (que o significado de raça e da raça social de alguém poderia mudar e, como uma fonte de prestígio social, a educação mediava essa elasticidade) e, especialmente, em sua ambiguidade (que os sistemas

escolares em geral tratavam da raça apenas indiretamente, utilizando linguagem codificada médica e científico-social) (Dávila, 2006, p. 36-37).

A branquitude também está inserida nessa análise biopolítica da subjetivação. Para Guerreiro Ramos (2023), o ideal da brancura atua como um elemento que confunde o processo de maturidade psicológica do brasileiro, por meio da subjetividade, e contribui para enfraquecer a integração dos elementos raciais que constituem a sociedade. O autor aponta que

nas condições iniciais de formação do nosso país, a desvalorização estética da cor negra, ou melhor, a associação dessa cor ao feio e ao degradante afigurava-se normal, na medida em que não havia, praticamente, pessoas pigmentadas senão em posições inferiores. Para que a minoria colonizadora mantivesse e consolidasse sua dominação sobre as populações de cor, teria de promover no meio brasileiro, por meio de uma inculcação dogmática, uma comunidade linguística, religiosa, de valores estéticos e de costumes (Ramos, 2023, p. 230).

Para Bento (2014, p. 45, grifo nosso), a branquitude de forma silenciosa reflete “essa herança silenciada [que] grita na **subjetividade** contemporânea dos brasileiros, em particular dos brancos, beneficiários simbólicos ou concretos dessa realidade”. Silva (2023, p. 103, grifo nosso) traz outro ponto para o debate ao assinalar que

a branquitude, portanto, em que pese suas possibilidades teóricas, não me parece suficiente para dar conta da complexidade dos **processos de subjetivação raciais** no Brasil, pois inevitavelmente acaba por operar num sentido essencialista da identidade que, no nosso caso, implica esbarrar na dinâmica indecibilidade mestiça da população.

É com base nesses preceitos, que o conceito **Micropoder da branquitude** foi criado aqui nesta tese para a discussão e reflexão.

### 5.2.1 Micropoder da branquitude

A branquitude, enquanto fenômeno ainda não nomeado, começou a ser gestada no país ainda no Brasil Colônia. Enquanto a elite branca ditava as regras da sociedade, as pessoas pretas e pardas tinham status de subalternidade e subserviência ocasionado apenas em decorrência da cor de sua pele. No Brasil Império, Luís Gama (1830-1882), Lima Barreto (1881-1922), Machado de Assis e Nina Rodrigues, considerados intelectuais “de cor”, figuravam como exceções.

Schwarcz (2024) entende que reconhecer a existência da branquitude, bem como de seus privilégios simbólicos e materiais e a forma como se apresentam na sociedade é um desafio, visto que a democracia racial ainda paira no tecido social. Nesse interim, a branquitude “é entendida como um fenômeno histórico vivido, **subjetiva e internamente**, de maneira mais

ou menos consciente, pelo grupo social que é assim externamente definido” (Schwarcz, 2024, p. 11, grifo nosso).

Assim, enquanto a raça era um marcador importante para a ascensão, as exceções aconteciam e ajudavam na constituição da democracia racial, ao passo em que a branquitude já atuava por intermédio do micropoder para consolidar o pacto citado por Bento (2022). Tanto que “os negros que ocupavam uma posição de classe superior identificavam a si mesmos como membros da comunidade branca” (Costa, 1999, p. 379), ou seja, vivia-se como uma democracia racial com negros incorporados ao mundo dos brancos, porém, nas entrelinhas, existia um pacto da branquitude presente entre os brancos consolidado por meio de um **micropoder**.

O **Micropoder da Branquitude** é um novo conceito aqui descrito para nomear esse segmento do biopoder que atua por intermédio da subjetividade nas relações humanas em prol da branquitude. Esse micropoder atua, principalmente, nas microrrelações de forma capilar, atingindo toda a sociedade por meio de signos não verbais. Tal como o pacto narcísico da branquitude (Bento, 2002; 2022), esse micropoder atua com um discurso não verbal e silencioso, que Foucault (2008c) define como práticas discursivas. Estas formam “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 2008c, p. 133).

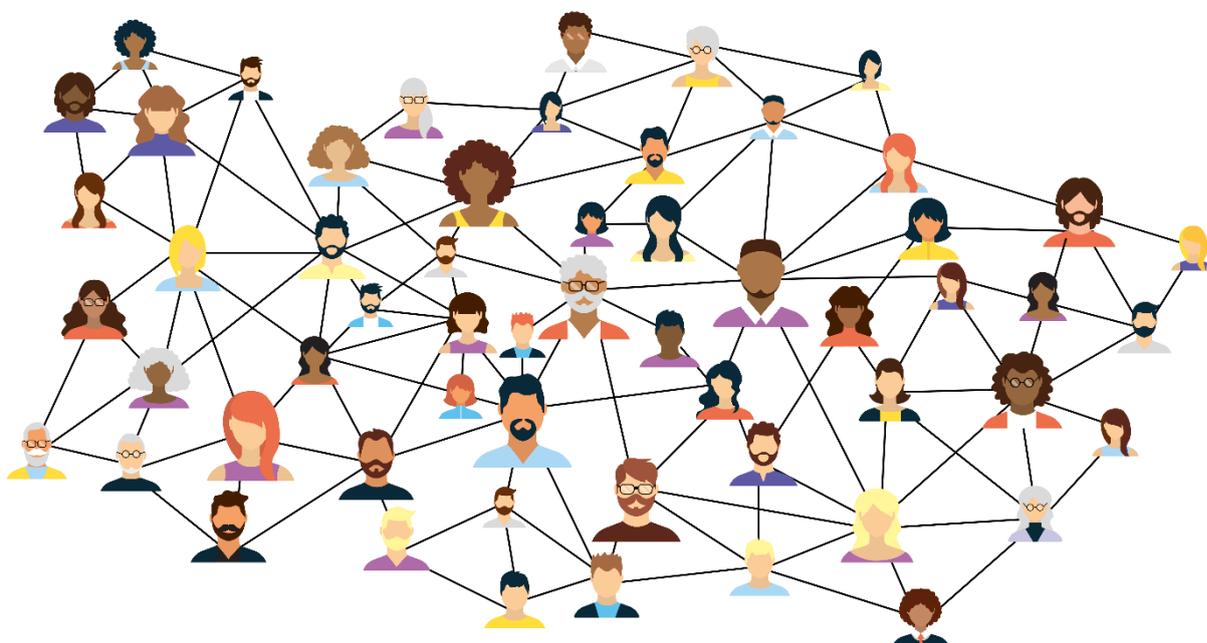
O arcabouço teórico desse conceito é a microfísica do poder foucaultiano que aborda as relações humanas e como o poder é dinâmico e está inserido nelas e em todos os níveis de relação entre os indivíduos. Os micropoderes, embora menos perceptíveis do que o poder do Estado, por exemplo, têm um grande poder de ação sobre os corpos dos indivíduos. Os micropoderes são os poderes exercidos pelos pais, professores, pastores, fiscais, agentes públicos, porteiros, dentre outros, ou seja, pessoas que têm algum tipo de poder (ainda que mínimo) em alguma relação humana e que atuam, na visão foucaultiana, para impor uma disciplina social, ou seja, para Foucault (2021), onde há pessoas, há relações de poder que atuam como “uma disseminação de micropoderes, uma rede de aparelhos dispersos, sem aparelho único, sem foco nem centro, e uma coordenação transversal de instituições e de tecnologias” (Foucault, 2021, p. 253).

Foucault (2021) apresenta que os mecanismos de controle social em função dos micropoderes são mais racionalizados e menos visíveis. Apesar de menos visíveis, são mais eficientes na atuação. O caráter físico do termo foucaultiano aponta que não é só na base mental ou ideológica que o poder se insere, mas também nos corpos dos sujeitos e em suas relações entre si. A figura 13 demonstra como é a atuação do **Micropoder da Branquitude**: “quando

penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida quotidiana” (Foucault, 2021, p. 215). Brandão (1982, p. 12) descreve um pouco dessas relações humanas relacionando com a Educação:

para além das fronteiras do saber comum de todas as pessoas do grupo e transmitido entre todos livre e pessoalmente, para além do saber dividido dentro do grupo entre categorias naturais de pessoas (homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e velhos) e transferido de uns aos outros segundo suas linhas de sexo ou de idade, por exemplo, emergem tipos e graus de saber que correspondem desigualmente a diferentes categorias de sujeitos (o rei, o sacerdote, o guerreiro, o professor, o lavrador), de acordo com a sua posição social no sistema político de relações do grupo.

**Figura 13:** Demonstração de como as microrrelações humanas são subjetivadas pelo Micropoder da Branquitude.



**Fonte:** Elaboração própria<sup>59</sup>.

Segundo Foucault (2021), o poder não emana de um centro, mas se manifesta nos indivíduos, por meio de microrrelações. Além disso, esses poderes estão sempre produzindo novas articulações, que estão relacionadas à produção de saberes e à constituição dos sujeitos. O racismo de Estado também pode estar presente nas ações relacionadas à branquitude por intermédio desses modos de subjetivação na constituição dos indivíduos para definir, em termos biopolíticos, quem deve viver, quem deve morrer, que mortes devem e podem ser normalizadas, que corpo pode ser violentado sem gerar uma comoção nacional, dentre outras questões relacionadas.

<sup>59</sup> A figura 13 foi elaborada pela artista Ana Carolina Fonseca de Magalhães (@anamenezes\_art) sob encomenda, especificamente para esta tese.

Edith Piza (2000) traz um relato pessoal, em seu texto, que demonstra, sem nomear, a atuação do **Micropoder da Branquitude** em sua própria vivência. A autora branca conta que sua infância deu-se de forma humilde no interior e que seu pai era um racista convicto, adepto da branquitude acrítica, segundo o conceito de Cardoso (2010). Piza relata que seu pai dizia, com frequência, que ela deveria conviver apenas com seus iguais, sem nomear ou dizer quem seriam os iguais, visto que, na sua vizinhança, todos conviviam em situações sociais relativamente próximas, ou seja, os processos de subjetivação agiam em sua mente por meio do **Micropoder da Branquitude** para demarcar quem eram os iguais e os desiguais:

assim parte da minha infância e adolescência foi marcada por uma posição racial que meu pai acreditava estar acima de outras, mas não se dizia que eu não poderia brincar com meninas negras. Dizia-se: “procure os seus iguais”. Era portanto uma posição puramente racial, não-nomeada e não-demarcada (Piza, 2000, p. 108).

A branquitude está sempre em movimento, ela reinventa-se a todo instante e se adequa a cada contexto em que está presente. O caráter heterogêneo e dinâmico das relações humanas e raciais no Brasil contribui para que a branquitude renove-se em todos os espaços que já ocupa no país. Cardoso (2010, p. 615) reflete que “a compreensão dos múltiplos aspectos característicos da branquitude pode resultar na maior complexificação das diferentes formas de privilégios obtidos pelos brancos em práticas racistas por vezes sutis”.

Bento (2002, p. 47, grifo nosso) destaca que “a racialidade do branco é vivida como um círculo concêntrico: a branquitude se expande, **se espalha, se ramifica** e direciona o olhar do branco”. É justamente nesse espalhar e ramificar que o **Micropoder da Branquitude** atua por meio da subjetividade. Em sua tese de doutorado, Bento (2002) defendeu o conceito de pacto narcísico da branquitude, demonstrando que existe uma união dos brancos para defender e manter seus privilégios raciais por meio de um acordo silencioso não verbalizado.

Em uma sociedade racista como a brasileira, as pessoas logo ao nascerem são classificadas em diferentes níveis hierárquicos, aqueles classificados socialmente como brancos gozam naturalmente de privilégios em virtude dessa classificação. Ao grupo branco adiciona-se a construção de uma identidade racial que recebe o legado simbólico de referências positivas como: inteligente, belo, culto, civilizado, capitalista, comunista, democrático, etc. A concepção estética e subjetiva da branquitude é dessa maneira dignificada, o que leva que a idéia de que a superioridade se constitua como um dos seus traços característicos (Cardoso, 2010, p. 623).

Bento (2014) citando Kaes (1997) argumenta que a subjetividade ocorre por meio de uma transmissão intergeracional dos conteúdos inconscientes o que ocorre por intermédio de alianças, pactos e contratos não verbais e que

nascemos para o mundo já como membros de um grupo, ele próprio encaixado em outros grupos e com eles conectado. Nascemos elos no mundo, herdeiros, servidores

e beneficiários de uma subjetividade que nos precede e de que nos tornamos contemporâneos: seus discursos, sonhos, seus recalçados que herdamos, a de que servimos e que nos servimos, fazem de cada um de nós os sujeitos do inconsciente submetidos a esses conjuntos, partes constituídas e constituintes desses conjuntos (Kaes, 1997, p. 45 *apud* Bento, 2014, p. 45).

Ao citar Janet Helms (1990), Bento (2002) menciona seis estágios do desenvolvimento da identidade racial branca: Contato, Desintegração, Reintegração, Falsa Independência, Imersão/Emersão e Autonomia. Ao tratar sobre o primeiro estágio, denominado Contato, remete à operação dos processos de subjetivação, aqui entendidos como o **Micropoder da Branquitude**, que se baseia em “estereótipos aprendidos com amigos, na infância, ou na mídia, cujo objetivo, entre outros, é restringir a própria consciência das questões raciais e a interação com pessoas negras” (Bento, 2002, p. 48).

Dialogando com os conceitos de branquitude crítica e acrítica de Lourenço Cardoso (2010), pode-se inferir que apenas, no primeiro, ocorre a atuação do **Micropoder da Branquitude**, visto que ele ocorre de forma orgânica e natural por meio da subjetividade entre os indivíduos da sociedade e sem se preocupar com a reflexão sobre a identidade racial. Já no segundo, o racismo e a supremacia branca são explicitados, portanto, sem a intervenção do novo conceito aqui defendido.

Schucman (2012, p. 23) assinala que para se compreender a branquitude “é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram. Por isso, é necessário entender as formas de poder da branquitude, onde ela realmente produz efeitos e materialidades”. Desse modo, o **Micropoder da Branquitude** é aqui descrito como uma dessas formas de poder, que também se justifica no fato de que, para Foucault, o poder não deve ser analisado no nível da intenção ou da decisão, mas deve ser estudado “do lado de sua face externa, no ponto em que ele está em relação direta e imediata com o que se pode denominar, muito provisoriamente, seu objeto, seu alvo, seu campo de aplicação, no ponto, em outras palavras, em que ele se implanta e produz seus efeitos reais” (Foucault, 2010, p. 25).

De modo geral, penso que é preciso ver como as grandes estratégias de poder se incrustam, encontram suas condições de exercício em **microrrelações de poder**. Mas sempre há também movimentos de retorno, que fazem com que as estratégias que coordenam as relações de poder produzam efeitos novos e avancem sobre domínios que, até o momento, não estavam concernidos (Foucault, 2021, p. 370-371, grifo nosso).

A Educação, por meio dos processos de subjetivação, pode ocorrer em todos os espaços, não apenas na escola, sobretudo, por intermédio das relações humanas. A transferência de saberes, crenças, valores e habilidades ocorre entre gerações diferentes ou entre indivíduos da

mesma geração. Desse modo, em todo momento, pessoas são subjetivadas nas mais diversas relações humanas, como no seio familiar, no grupo de amigos ou na convivência com vizinhos. Em cada local, existe a atuação do **Micropoder da Branquitude** sendo plantada e constituída.

Vista em seu vôo mais livre, a educação é uma fração da experiência endoculturativa. Ela aparece sempre que há relações entre pessoas e intenções de ensinar-e-aprender. Intenções, por exemplo, de aos poucos "modelar" a criança, para conduzi-la a ser o "modelo" social de adolescente e, ao adolescente, para torná-lo mais adiante um jovem e, depois, um adulto. Todos os povos sempre traduzem de alguma maneira esta lenta transformação que a aquisição do saber deve operar. Ajudar a crescer, orientar a maturação, transformar em, tornar capaz, trabalhar sobre, domar, polir, criar, como um sujeito social, a obra, de que o homem natural é a matéria-prima (Brandão, 1982, p. 10).

O **Micropoder da Branquitude** atua nos indivíduos, por meio da condução de conduta por intermédio dos processos de subjetivação, para a manutenção dos privilégios dos brancos de forma não verbal e silenciosa, “onde todos aprendem para serem ‘gente’, ‘adulto’, ‘um dos nossos’ e, meio a meio, alguns aprendem para serem ‘homem’ e outros para serem ‘mulher’, outros ainda começam a aprender para serem ‘chefe’, ‘feiticeiro’, ‘artista’, ‘professor’, ‘escravo’ [ou ‘branco’]” (Brandão, 1982, p. 12).

O racismo de Estado também pode ser lido no **Micropoder da Branquitude**, agindo como uma técnica ou tecnologia do biopoder, por meio dos processos de subjetivação nas relações humanas, utilizando “todos os discursos biológico-racistas sobre a degenerescência, mas também todas as instituições que, no interior do corpo social, vão fazer o discurso da luta das raças funcionar como princípio de eliminação, de segregação e, finalmente, de normalização da sociedade” (Foucault, 2010, p. 52).

Diante do exposto, o conceito **Micropoder da Branquitude** pode ser entendido como um dispositivo da branquitude, constituído a partir de diferentes jogos de forças e micropoderes, que compreende atores e discursos diversos por meio de uma rede que conecta todos os elementos envolvidos.

As bases da constituição da branquitude no Brasil foram formadas pela subjetividade, **Micropoder da Branquitude**, raça, Eugenia, mestiçagem e democracia racial. A próxima seção deste capítulo dedica-se a trazer reflexões e problematizações sobre a interação entre esses conceitos na história da branquitude no Brasil.

### 5.3 As bases da branquitude no Brasil, a desigualdade e o racismo

Partindo de toda a discussão realizada até aqui, pode-se entender que o **Micropoder da Branquitude**, a raça, a Eugenia, a mestiçagem, a democracia racial, a imigração europeia e o

branqueamento da população foram importantes elementos para constituição das bases da branquitude no Brasil. O racismo de Estado foucaultiano, utilizado nesta tese como arcabouço teórico, opera como estratégia de poder e uma de suas estratégias é o medo. O medo do outro, do desconhecido, do diferente, da outra raça foi um importante marcador citado por Fanon (2008) e Bento (2014) e utilizado como motor propulsor para a constituição do preconceito e, com ele, outros fenômenos, como o branqueamento da população e a imigração.

Eis alguns exemplos sobre como tais fenômenos sociais e teorias/doutrinas raciais contribuíram para a constituição da branquitude no país: o biotipo do criminoso sob a ótica da **Antropologia criminal** e o degenerado ou anormal na ótica da **Eugenia** era sempre o preto e o pardo. O **Sanitarismo** expulsou a população negra para a periferia, para a margem da sociedade, colaborando para as desigualdades sociais. A **Higiene** tratava de dar um fim nos doentes. O **branqueamento da população** e a **imigração** atuaram em todo esse processo, afinal, os médicos e intelectuais estavam preocupados com os rumos da população brasileira, e “também os deputados das assembleias legislativas de todo o país apresentavam ousadas propostas de imigração massiva de europeus, objetivando uma miscigenação que levaria à assimilação e ao desaparecimento do negro” (Bento, 2014, p. 37).

Em paralelo a esses fenômenos e teorias/doutrinas sociais, o arranjo da sociedade no Rio de Janeiro (capital federal) promoveu o surgimento das favelas entre 1890 e 1930, atizando os discursos que promoveram uma aproximação entre a negritude, a barbárie e o atraso, o que levou a associação direta da favela como lugar de perigo. Esse contexto surgiu a partir de

angústias e temores provocados pelas rápidas mudanças demográficas que abala a então capital do Brasil. Essas mudanças não podem ser dissociadas, por sua vez, das transformações políticas que se seguiram à abolição da escravatura e à Proclamação da República. Os debates sobre reforma urbana e a necessidade de modernizar e embelezar a cidade, encapsulados no mote ‘o Rio civiliza-se’, mascaram um legado imenso de desigualdade social e discriminação racial (Cardoso, 2022, p. 41).

Todo esse contexto operando na sociedade levou o negro a aparecer sempre estigmatizado, depreciado, desumanizado, adjetivado pejorativamente, ligado a figuras demoníacas no cinema, na televisão e em outros espaços de representação, bem como em posições subalternas, como nos altos cargos de gestão das empresas e até mesmo na política ou nas histórias infantis. Em paralelo, Hasenbalg (2005) defendeu que existiu uma espécie de acordo tácito na sociedade brasileira em não falar sobre racismo e sempre encarar as desigualdades raciais como um problema do negro. O sociólogo criou o conceito de “cor social” para definir a maneira como as cores são manipuladas no Brasil, para que elas indiquem origem e posição social, de forma mais suavizada.

O mito da democracia racial forneceu à elite branca argumentos para defender-se e continuar a gozar dos privilégios da branquitude. Pretos e pardos, por exemplo, constantemente eram culpados pelo insucesso pessoal e profissional, visto que, supostamente, todas as oportunidades estavam disponíveis em igualdade com os brancos. Esse tipo de pensamento negava qualquer tipo de preconceito ou discriminação, apesar das lembranças recentes da escravidão. Estereótipos eram criados sobre os pretos e pardos, como a presença da “mãe” preta, gorda e cuidadora, como a Tia Nastácia (figura 14) imortalizada na obra de Monteiro Lobato “que remetia à lembrança das mucamas e babás zelosas de uma escravidão que era cotidianamente ressignificada como de convívio pacífico e afetivo entre senhores e escravos, era atualizada nessas representações” (Silva, 2023, p. 54).

**Figura 14:** Representação de Tia Nastácia no livro *Serões de Dona Benta* de Monteiro Lobato.



Fonte: Lobato, 1960, p. 42.

Eram frequentes trechos em jornais que tratavam de uma suposta igualdade racial, como na reportagem *O Brasil e a mãe preta*, assinada por Gilberto Freyre, no jornal *O Globo*, em 1955, em comemoração ao dia das mães. No texto, o racismo e a desigualdade estão presentes sutilmente, uma vez que, ao passo em que a palavra “senhora” só foi proferida ao referir-se à mãe branca, para a mãe preta o que restava era o papel de subalternidade e subserviência. O

mito da democracia racial expressa-se juntamente com a branquitude na reportagem em que a mãe preta é representada pela babá “carregando num braço um filho branco e no outro um filho preto; dando de mamar aos dois nos mesmos peitos maternalmente gordos; dando aos dois de comer do mesmo pirão amolengado por suas doces e sábias mãos negras” (Freyre, 1955, p. 10).

A mesma democracia racial está presente na reportagem intitulada *Imigração negra* no *Gazeta de Notícias* no Rio de Janeiro, em 12 de maio de 1923, que trata do

direito de cidadania que, para todos, é igual sob a protecção das leis mais liberais do mundo que são as nossas, e sob a tutela dos **nossos sentimentos de humanidade que não alimentam preconceitos odiosos e não distinguem entre pretos e brancos**, se uns e outros sabem ser moralmente dignos do nosso convívio (Imigração..., 1923, p. 01, grifo nosso).

Porém, ao mesmo passo em que a democracia racial mostra-se evidente, a mesma reportagem menciona que ela vale para os que já são do Brasil, ou seja, novos pretos não são bem-vindos, mesmo se forem dos Estados Unidos (não africanos). Quando ao focar o pedido de imigração de um grupo de estadunidenses pretos, o jornal aponta:

a força de simples instintos humanitários **não é possível**, entretanto, resolver uma questão dessa ordem, quando é certo que ao **problema imigratório está ligado ao destino de uma nação nova**, cuja grandeza futura depende da **excelência dos elementos étnicos que influam na constituição física do seu povo** (Imigração..., 1923, p. 01, grifos nossos).

O mito da democracia racial favoreceu a discriminação racial no Brasil. Ele ajudou a formar um modelo de isenção da sociedade branca/embranquecida e de culpabilização da população negra atuando também por meio da subjetividade e da branquitude, juntamente com a exclusão dos considerados sem valor, indignos e, desse modo, passíveis de serem explorados, prejudicados, discriminados, excluídos ou mesmo mortos. Pelbart (2011) citando Agamben explica que essa população era vista como uma vida nua, indivíduos desumanizados, que, inclusive, não são elegíveis a uma vida digna. No sentido oposto, a população branca é mantida como grupo de referência da condição humana a partir da manutenção dos privilégios materiais e simbólicos e do lócus social do ser branco como modelo e padrão da sociedade.

Ou bem se nega a discriminação racial e se explica as desigualdades em função de uma inferioridade negra, apoiada num imaginário no qual o “negro” aparece como feio, maléfico ou incompetente, ou se reconhece as desigualdades raciais, explicadas como uma herança negra do período escravocrata. [...] Os estudos silenciam sobre o branco e não abordam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios (Bento, 2014, p. 41).

O branqueamento da população era um fenômeno tão presente na elite nacional da primeira metade do século XX que extrapolou sua atuação também nas décadas seguintes,

principalmente por meio do **Micropoder da Branquitude**. Todos queriam branquear. Casar com alguém e ter filhos mais claros estava presente nos processos de subjetivação dos indivíduos como motivo de orgulho. Quando uma mulher gerava uma criança com pele mais escura se dizia que “a barriga saiu suja”, quando o bebê nascia mais claro se dizia que “a barriga saiu limpa”.

**Figura 15:** Propaganda do Leite de Colônia na Revista *Vamos Lêr!* afirmando que o produto “limpa, alveja e amacia a pele”.

**Não fuja da vida  
ao ar livre, receiosa  
pela sua cutis!**

**Defenda sua pelle contra  
sardas e manchas com  
LEITE DE COLONIA.**

Não se fure ao prazer dos sports e da vida ao ar livre, receiando as inclemencias do Sol. Basta resguardar a sua pelle alva e delicada de queimaduras, sardas e manchas causadas pelo rigor do Sol.

Assim, sempre que sahir em excursões ou para a pratica do seu sport predilecto, faça uma leve massagem com Leite de Colonia sobre o rosto, collo e braços. Repita a mesma applicação quando regressar ao seu lar. De uso facil e commodo, o Leite de Colonia refresca e protege a cutis, neutralizando as injurias do Sol. Leite de Colonia limpa, alveja e amacia a pelle.

*Leite de Colônia*

STAFIX fixa o penteado e dá brilho ao cabelo de senhoras e cavalheiros.

Fonte: *Vamos Lêr!*, 1942, p. 29<sup>60</sup>.

<sup>60</sup> Texto da figura 15: Defenda sua pelle contra sardas e manchas com LEITE DE COLONIA – Não se fure ao prazer dos sports e da vida ao ar livre, receiando as inclemencias do Sol. Basta resguardar a sua pelle alva e delicada de queimaduras e manchas causadas pelo rigor do Sol. Assim, sempre que sahir em excursões ou para a pratica do seu sport predilecto, faça uma leve massagem com Leite de Colonia sobre o rosto, collo e braços. Repita a mesma applicação ao regressar ao seu lar. De uso fácil e commodo, o Leite de Colonia refresca e protege a cutis, neutralizando as injurias do Sol. Leite de Colonia limpa, alveja e amacia a pelle (*Vamos Ler!*, 1942, p. 29).

A tentativa de apagamento dos traços negroides também compõe o branqueamento, em que pretos e pardos eram estimulados a buscar artifícios para branquear a pele por meio de cremes estéticos (Figura 15) e o alisamento do cabelo crespo eram um sinal de status social em busca de uma aparência mais embranquecida<sup>61</sup>. Estes foram alguns reflexos que a Eugenia deixou na sociedade pós-Segunda Guerra Mundial de forma difusa, nem sempre verbalizada. Para Souza (2021, p. 222), ao longo do tempo, “o branqueamento se mantém e se reforça também por outros meios: pela construção de uma classe/raça de humilhados, abandonados e marginalizados, sem privilégios de classe e negros em sua esmagadora maioria, em relação à qual todos querem se distinguir positivamente”.

Para Piza (2000, p. 103), o branqueamento, nesse caso, é entendido como “um conjunto de normas, atitudes e valores brancos que a pessoa negra, e/ou seu grupo mais próximo, incorpora, visando atender à demanda concreta e simbólica de assemelhar-se a um modelo branco e, a partir dele, construir uma identidade racial positivada”.

Daflon (2017) refere que o branqueamento ainda ocorre na atualidade a partir do casamento dos poucos não-brancos que ascendem socialmente à elite branca com pessoas brancas, principalmente os pardos, visto que são mais próximos esteticamente e culturalmente. Como os brancos figuram como maioria entre as pessoas com maior nível socioeconômico no Brasil, “há uma forte endogamia de classe e nível educacional no casamento, os não-brancos que atingem mobilidade social não tem muitas opções que casar com brancos” (Daflon, 2017, p. 160). Para a autora, “isso explicaria porque o sistema de hierarquia racial se mantém, uma vez que os filhos de não-brancos que chegam às classes mais abastadas são incorporados ao grupo branco” (Daflon, 2017, p. 161).

Schucman (2012, p. 29) aponta que “toda esta divisão racial do trabalho e dos espaços sociais [incluindo os casamentos] é naturalizada de tal forma, que tanto brancos como negros brasileiros raramente se espantam com esta realidade”. Neste sentido, a branquitude pode ser entendida e constitui-se como um dispositivo que produz grandes desigualdades nas relações raciais no Brasil com os sujeitos brancos exercendo protagonismo nas posições de poder e os negros em situações de subalternidade e subserviência, consolidando o racismo no tecido social. A autora afirma que a mídia tem papel importante na construção da subjetividade da população. A hipervalorização do branco ocorre não apenas porque “a população de elite brasileira é

---

<sup>61</sup> Reflexão do autor: Quando eu era adolescente (década de 1990), as empregadas domésticas se reuniam em grupos em seus quartos de serviço (chamados à época de dependência de empregada) para realizarem o alisamento umas nas outras como uma espécie de ritual. O cheiro do alisante ficava no ar. Horas depois elas surgiam lindas, deslumbrantes, felizes e parcialmente embranquecidas com seus cabelos alisados e jogados ao vento.

branca, mas também porque nos permite reconfirmar que estamos diante de valores de beleza e poder construídos historicamente, que começaram com o processo de colonização europeia e que perduram e se reproduzem nos tempos atuais” (Schucman, 2012, p. 29).

As relações raciais no Brasil evoluíram para a normalização da subalternização dos negros em detrimento dos brancos e de sua branquitude. O elevador, por exemplo, importante equipamento utilizado na verticalização das cidades era um destaque dessa segregação racial e tratado como um exemplo dessa segregação nos grandes centros urbanos. A diferenciação entre elevador social e de serviço retratava “o engenho mais inofensivo do mundo” (Apartheid..., 1988, p. 04).

**Figura 16:** Elevadores social e de serviço em ambientes separados, com o detalhe do tapete no lado social.



**Fonte:** Apartheid..., 1988, p. 04.

A figura 16 estampou uma reportagem de duas páginas do *Jornal do Brasil*, em 1988, intitulada *Apartheid vertical* que abordava sobre o tema com a legenda “o seu direito começa quando o meu tapete acaba” (Apartheid..., 1988, p. 04). Nela, o jornalista Roberto Pompeu descreve que chegou a ocorrer em um edifício no Rio de Janeiro, um elevador com uma grade

no meio separando os dois lados, ou seja, na mesma viagem patrões e empregados separados por uma tela.

Na mesma perspectiva, o quarto de empregada, também conhecido como dependência de empregada, nos imóveis brasileiros do mesmo período, igualmente, reflete a desigualdade retratada na figura 16. Geralmente, quartos pequenos, próximos à área de serviço, longe da circulação dos proprietários do imóvel, sem ventilação adequada e com móveis mais simples.

Todos os fenômenos sociais e elementos explicitados até aqui convergem para o racismo, que figura aliado à branquitude. Para Ruth Frankenberg (2004), a raça enquanto constructo social é transformável e maleável, porém, devido à sua fundamentação e construção no processo histórico, o racismo enraíza-se firmemente nesse contexto. Para Daflon (2017, p. 120), o racismo brasileiro está ligado a um “amalgama de posturas de hostilidade e paternalismo que se manifestam conforme a natureza das relações travadas entre membros do grupo dominante e dos grupos subordinados”. A autora reflete que os estereótipos ligados ao negro ao longo da História do Brasil como “o negro fiel” ou “o escravo nobre” ajudaram na construção e manutenção do imaginário de passividade, obediência, subalternidade e subserviência designado aos pretos e pardos, além de justificar a opressão e punição aos que se rebelam a esse sistema.

Estes estereótipos eram dirigidos àqueles negros que se apresentassem como amigos da ordem, aceitando sua submissão com lealdade e resignação. Ao lado do negro “amigos dos brancos”, dependente e fiel, havia a imagem do negro perigoso, violento, traiçoeiro, feroz, selvagem e bárbaro. Uma série de outras imagens foi mobilizada para representar os negros: “primitividade”, “superstição”, “feitiçaria”, “dependência”, “incapacidade”, “degeneração”, “falta de escrúpulos” e “desqualificação pessoal e profissional” (Daflon, 2017, p. 140).

Daflon (2017) faz uma separação entre os principais estereótipos ligados a pretos e a pardos. Para ela, isso explica o fato de tanto os pretos quanto os pardos enfrentarem barreiras à ascensão econômica, porém com os pardos percebendo menos a discriminação que sofrem. Já a baixa mobilidade social dos pretos, pode ser vista como resultado de discriminações passadas oriundas da escravidão, ou recentes, ocasionadas pelo racismo ou ainda pela falta de oportunidades, em detrimento aos pardos, que costumam ser mais “frequentemente culpabilizados por sua própria condição de pobreza do que os negros, uma vez que não são associados com o repertório de estereótipos benevolentes da vítima/escravo” (Daflon, 2017, p. 141).

Criminalidade, malandragem, preguiça, fuga ao trabalho e licenciosidade sexual são estereótipos, vinculados aos pardos, mais passíveis de ser rechaçados por aqueles que rompem a barreira social para ingressar nas classes médias e elites. Os estereótipos que recaem mais frequentemente sobre os pretos, por sua vez, têm conteúdo mais

explicitamente racializado e menos manipulável pela ascensão social: mormente, um imaginário ligado à ideia de primitividade e falta de inteligência (Daflon, 2017, p. 141).

A branquitude acrítica, conceito de Lourenço Cardoso (2010) já discutido anteriormente, também estava presente na imprensa brasileira e ajudava no contexto da subjetividade nas primeiras décadas do século XX, como na reportagem da figura 17 que estampou a primeira página do jornal *Gazeta de Notícias* no Rio de Janeiro, em 06 de maio de 1923. A Ku Klux Klan (KKK)<sup>62</sup> é citada e vangloriada pelos seus atos, mesmo já existindo a consciência sobre os atos terroristas e violências praticadas. O texto trata da última ação do grupo (incêndio de uma igreja no Canadá) e que os membros “conciliam bem os ensinamentos do suavíssimo Christo com as teorias mais intolerantes e com a prática da violência mais rigorosa... Evoluções do christianismo” (Klu-Klux-Klan, 1923, p. 01), demonstrando a ligação entre a supremacia branca, o racismo, a religião (sobretudo cristã) e o conservadorismo, ainda presentes em grupos contemporâneos ligados à política.

Figura 17: Ku Klux Klan retratada em jornal de grande circulação na capital federal.



Fonte: Klu-Klux-Klan, 1923, p. 01.

<sup>62</sup> Ku Klux Klan foi uma organização civil americana que pregava a supremacia racial branca, o racismo e o antissemitismo. O primeiro grupo da Ku Klux Klan começou a atuar em 1865 logo após a Guerra Civil nos Estados Unidos. No entanto, em 1915, a organização reorganizou-se e sobrevive até os dias atuais (Senra, 2018).

Monteiro Lobato, em carta destinada ao amigo e eugenista Arthur Neiva, chegou a lamentar-se pelo fato de não existir um grupo como a KKK no Brasil. Ele estava nos Estados Unidos e encantou-se com muitas ações e atitudes estadunidenses. Para Leal (2020, p. 93), a carta de 10 de abril de 1928, “revela a persistência do pensamento racial no âmbito privado” e não apenas no âmbito do Sanitarismo, defendido pelo escritor:

o brasileiro, no fundo, não passa de portuguez degenerado. [...] Paiz de mestiços onde o branco não tem força para organizar uma Kux-Klan, é paiz perdido para altos destinos. [...] Um dia se fará justiça ao Klux-Klan; tivéssemos ahi uma defesa desta ordem, que mantém o negro no seu lugar, e estaríamos hoje livres da peste da imprensa carioca – mulatinho fazendo o jogo do gallego, e sempre demolidor porque a mestiçagem do negro destróe a capacidade constructiva (Lobato, 1928).

A branquitude, por meio da subjetividade, é um fenômeno social que também pode ser percebido na literatura nacional, tendo Lobato como importante expoente. Nas primeiras décadas do século XX, ele despontava como um importante escritor brasileiro. Suas obras traziam lugares bem demarcados com os brancos em posição de poder e os não-brancos em posições subalternas. Paula Habib (2023) defende que suas ideias eugenistas não foram aceitas em livros para adultos, mas que, nos livros infantis, ele conseguiu trazer a Eugenia e o racismo desejado a partir dos processos de subjetivação. Monteiro Lobato foi um importante eugenista e aliado de Renato Kehl nas primeiras décadas do século XX. Atualmente, existe um debate sobre o conteúdo de suas obras com cunho racista e eugenista. Em que pese seja um tema relevante, aqui, nesta tese, não será aprofundado. Em determinados momentos, a pesquisa desta tese pode atravessar a obra e vida do escritor supracitado.

Diante do exposto, pode-se perceber como a educabilidade por meio do **Micropoder da Branquitude**, juntamente com os fenômenos sociais discutidos, está presente em todo contexto da constituição da superioridade e privilégio brancos. Conforme Castelo Branco (2019), as técnicas disciplinares e procedimentos de normalização atuam em inúmeras ciências como saberes produtivos que contribuem para o processo de construção de individualidades relacionadas às estruturas de poder já consolidadas, como “um conjunto formidável de saberes [que] foi exposto a serviço da produção de subjetividades e de individualidades. Inúmeros saberes e/ou ciências participam da trama complexa de poder” (Castelo Branco, 2019, p. 44).

Em *O Sujeito e o Poder*, Foucault (1995) aborda as lutas do sujeito, dentre elas, a luta contra a submissão, isto é, contra os modos pelos quais os indivíduos são subjetivados e constituídos como sujeitos. E afirma: “hoje, é a luta contra as formas de sujeição – contra a submissão da subjetividade – que prevalece cada vez mais, mesmo se as lutas contra a dominação e a exploração não desapareceram” (Foucault, 1995, p. 236). Para Farias (2022, p.

02, grifo nosso), “a relação **subjetividade e verdade** envolve as técnicas, discursos e caminhos pelos quais o sujeito alcança o lugar da experiência e o reconhecimento histórico desse lugar”.

Como evidenciado neste capítulo, Michel Foucault constatou, em seus estudos, que a subjetividade do homem moderno surgiu a partir do desenvolvimento das formações e práticas discursivas, do exercício da disciplina e da moralização dos comportamentos. A disciplina pode ser entendida como um conjunto de táticas que produz, fabrica individualidades, subjetividades, por intermédio do controle e **condução de condutas** com manipulação dos corpos dos indivíduos enquanto seres assujeitados a um regime de verdade articulador do binômio saber/poder. O próximo e último capítulo vai tratar dessa condução de condutas e desse regime de verdade ao dialogar com as contribuições que a Educação eugênica fomentou para a constituição da branquitude no Brasil.

## 6 EUGENIA, EDUCAÇÃO, RACISMO DE ESTADO E PRODUÇÃO DA BRANQUITUDE NO BRASIL (1909-1945)

A Educação foi uma das áreas que os eugenistas brasileiros mais se debruçaram para promover a propagação dos seus ideais com a função de estimular as habilidades dos eugenizados em prol do aperfeiçoamento da raça, que, por sua vez, levaria a mudanças significativas na sociedade. Em 1929, Renato Kehl afirmou que “a educação é, indubitavelmente, a alavanca mestra do progresso social, sendo necessário, porém, ter em conta a alavanca mestra do progresso biológico que é a aplicação das leis da hereditariedade, segundo os preceitos da eugenia” (Kehl, 1929a, p. 48). Assim, a Educação atuou como um dispositivo de controle dos discursos de verdade pelo movimento eugenista.

O eugenista, membro da CCBE, da *Eugenics Society* de Londres e da *American Genetics Assotiation*, Octávio Domingues (1929, p. 132-133) registrou que

educar não é só alfabetizar. É despertar a máquina humana para a produção, de acordo com as suas tendências inatas. É fazer o homem adquirir hábitos sociais proveitosos, em detrimento dos maus hábitos, que fatalmente adquiriria, dadas as possíveis tendências hereditárias [...] Se a educação não tem o privilégio de mudar as más heranças em boas, tem essa tríplice função de controlar as tendências inatas do indivíduo, de tornar mais eficazes todos os humanos, bons ou maus hereditariamente, salvo os tipos geneticamente patológicos.

Em conformidade com Jardim (2006, p. 105), a educabilidade é o “meio privilegiado em que saber e poder estão mais explícitos para a implantação de uma técnica institucional: de vigilância, de hierarquia, de disciplina e de controle”. Pode-se fazer um deslocamento do pensamento de Foucault (2020a, p. 161) para a Educação eugênica no Brasil, quando ele pontua que

os primeiros sonhos de aperfeiçoamento da espécie deslocam todo o problema do sangue para uma gestão bastante coercitiva do sexo (arte de determinar bons casamentos, de provocar as fecundidades desejadas, de garantir a saúde e longevidade das crianças), enquanto a nova ideia da raça tende a esmaecer as particularidades aristocráticas do sangue para voltar-se apenas para os efeitos controláveis do sexo.

Para grande parte dos intelectuais do período, era necessário eugenizar, higienizar, sanear e educar a raça brasileira por meio de bons casamentos entre indivíduos caucasianos dotados de boa constituição biológica. O racismo de Estado pode ser lido nesse contexto, uma vez que a intenção era aperfeiçoar a raça, de modo a eliminar da sociedade os indivíduos considerados degenerados e impuros, que funcionavam como um perigo biológico.

Neste sentido, na Eugenia brasileira, os mendelianos tendiam a acreditar que esse processo era dificultoso aos disgênicos pela falta de características hereditárias eugenizadas,

mas a Educação teria a prerrogativa de salvar da degeneração ocasionada pelos venenos sociais, que, por sua vez, poderiam ter condições de perturbar as células reprodutoras e dar origem às taras hereditárias. Enquanto os neolamarckistas, para Jerry Dávila em entrevista a Carvalho e Corrêa (2016, p. 231), traziam “a noção de que o ambiente e a cultura podiam inibir ou nutrir o desenvolvimento e mudar a condição de uma população como um forte impulsionador para políticas públicas em áreas como educação e saúde”. Os dois grupos tinham em comum, no Brasil, a atenção voltada para a Educação a partir da implementação de medidas eugênicas.

Segundo Dávila (2006), a Eugenia no Brasil ajudou a fomentar políticas públicas educacionais e, por consequência, ampliar o desenvolvimento e a Educação no país o que se deu por meio de reformas, haja vista que a escola seria um meio de eugenzar os deficientes e degenerados, ainda que parcialmente.

A ligação entre eugenia e escola teve efeitos contraditórios: por um lado, concentrou esforços, recursos e técnicas para ampliar a educação pública num molde que alcançava famílias até então excluídas. Mas, por outro, os conceitos eugênicos que nortearam as escolas e ordenavam os alunos e professores tendiam a definir como deficientes as pessoas negras ou provenientes de meios pobres. Em vez de exclusão, a presença do pensamento eugênico no ambiente escolar resultou numa moderna inclusão marginalizadora (Dávila; Carvalho; Corrêa, 2016, p. 231).

Como a Educação eugênica atuou no Brasil na primeira metade do século XX? Como o discurso educacional foi utilizado pelo movimento eugenista no Brasil? Como a verdade e a condução de condutas do pensamento foucaultiano podem ser interpretadas no diálogo com a Educação eugênica? De que forma a Educação eugênica contribuiu para a constituição da branquitude no Brasil? Essas e outras questões serão problematizadas neste capítulo.

### **6.1 Educação eugênica no início do século XX**

Para Hillesheim (2015), a Educação ocorre em todos os lugares e os indivíduos são nutridos por ela a todo momento. Conforme a autora, “os sujeitos aprendem em todos os lugares, das mais variadas maneiras, com os outros e consigo próprios” (Hillesheim, 2015, p. 791). Deslocando esse pensamento para a Eugenia, a Educação foi utilizada a partir de uma condução de condutas da população por meio de jogos e efeitos de verdade, norma, saber-poder e subjetividade em prol da educabilidade do corpo populacional. Segundo Foucault (2010, p. 22), “somos igualmente submetidos à verdade, no sentido de que a verdade é a norma; é o discurso verdadeiro que, ao menos em parte, decide; ele veicula, ele próprio propulsa efeitos de poder. [...] Portanto: regras de direito, mecanismos de poder e poder dos discursos verdadeiros” são utilizados em conjunto e aqui, nesta tese, direcionados para pensar a Educação eugênica e

suas contribuições para a branquitude no Brasil.

De acordo com Foucault (1995, p. 242), o exercício do poder

não é simplesmente uma relação entre “parceiros” individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre outros. O que quer dizer, certamente, que não há algo como o “poder” ou “do poder” que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por “uns” sobre os “outros”; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparsa que se apóia sobre estruturas permanentes (Foucault, 1995, p. 242).

Os mecanismos e métodos eugenistas foram utilizados como estratégia biopolítica do poder, o que fica evidenciado quando o filósofo trata das redes de poder como “instrumentos efetivos de formação e de acúmulo de saber, são métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de investigação e de pesquisa, são aparelhos de verificação” (Foucault, 2010, p. 29).

A partir dessas reflexões e pensando na construção da verdade, pode-se indagar: como cada sociedade possui e constitui sua política de verdade e instaura seu regime de verdade? Qual é a verdade desse tempo e desse mundo sobre o tema central desta tese?

Foucault (2011) aponta que a verdade pode ser entendida como um conjunto de procedimentos regulados pela produção, repartição e circulação de enunciados tomados como verdadeiros pela sociedade e complementa:

A verdade é deste mundo: ela é produzida graças a múltiplas imposições. E ela aqui detém efeitos regulados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” da verdade, ou seja, os tipos de discurso acolhidos por ela os quais ela faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obter a verdade; o status dos que têm a tarefa de dizer o que funciona como verdade (Foucault, 2011, p. 217).

Foucault (2011, p. 218) afirma que existe um combate pela verdade ou em torno dela e que “não se trata de um combate ‘a favor’ da verdade, mas em torno do status da verdade” constituindo um papel político desempenhado por ela. A verdade “é ligada circularmente a sistemas de poder que a produzem e a sustentam e a efeitos de poder induzidos por ela e que a reconduzem. ‘Regime’ da verdade” (Foucault, 2011, p. 218). Conforme Foucault (2010), a verdade é produzida e conduzida pelo poder: “somos submetidos pelo poder à produção de verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção de verdade” (Foucault, 2010, p. 22).

Foucault (1995) apresenta o poder como um ato de conduzir os outros com mecanismos de coerção e a partir de um comportamento em um campo mais ou menos aberto de possibilidades, mecanismo utilizado pela Educação eugênica. Para o filósofo, todas as pessoas

estão destinadas, de alguma forma, a agir sobre a possibilidade de ação dos outros indivíduos. Assim, “o exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade. [...] Ele [o poder] não recobria apenas formas instituídas e legítimas de assujeitamento político [...] mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados” (Foucault, 1995, p. 244).

Os sujeitos são constituídos a partir da relação com a verdade. Silva e Hillesheim (2021) afirmam que a política da verdade apresenta-se entre a vontade de verdade e as relações de poder, sendo constituída como um processo em que os discursos são investidos como verdadeiros. Para os autores, o regime de verdade utiliza instituições e instâncias que almejam uma espécie de acordo social com foco naquilo que é considerado como verdadeiro. Os autores destacam que “a produção da verdade, portanto, obedece a uma determinada episteme ou a dispositivos que regram os jogos de verdade” (Silva; Hillesheim, 2021, p. 07).

Foucault (2011) afirma que a verdade é centrada na forma do discurso científico e a partir das instituições que o produzem, assim como existe a necessidade de verdade tanto para a produção econômica quanto para o poder político. “Ela [a verdade] é produzida e transmitida sob o controle não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos. [...] ela é o que está em jogo em todo debate político e enfrentamento social (lutas ‘ideológicas’)” (Foucault, 2011, p. 217, grifo no original).

Trazendo, neste ponto, a raça para o debate, na condição de um dos pilares narrativos das identidades nacionais, foi também, a partir do século XIX, que o dispositivo de gestão da vida e gestão do corpo-espécie da população atuou para o racismo funcionar como dispositivo da eliminação da vida de indivíduos de outros grupos. Conforme já citado anteriormente, Michel Foucault não cita o racismo étnico, mas ao tratar sobre o racismo de Estado, pode-se pensar na Educação eugênica, quando ele refere que

a raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês tem um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo (Foucault, 2010, p. 215).

Silva e Sousa Junior (2022, p. 184) defendem que a entrada da vida no cálculo biopolítico na modernidade “implicou na qualificação e aprimoramento da vida, mas isso também significou que, para a qualificação dessas vidas que devem ser aprimoradas, alguns podem ou mesmo devem morrer”. Os autores afirmam que Foucault encontrou, no racismo de Estado, o dispositivo que atravessa o corpo-espécie da população e identificou quem deve e não deve viver. Assim sendo, para Foucault (2010, p. 214), o racismo foi “o meio de introduzir

afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer”. Os autores finalizam essa discussão apontando “que essa cesura que divide e hierarquiza a população, é uma forma de relação de tipo biológica, que premia os que merecem viver mais que os outros” (Silva; Sousa Junior, 2022, p. 184).

Ao trazer a Educação eugênica para a discussão, indaga-se: como o movimento eugenista atuou por intermédio da Educação nas primeiras décadas do século XX no Brasil? Como o discurso educacional era utilizado pelos eugenistas no Brasil?

A Educação eugênica<sup>63</sup> foi a principal forma de difusão da Eugenia no Brasil, tanto no ambiente formal quanto por meio dos processos de subjetivação, na Educação não academicista, por intermédio do **Micropoder da Branquitude**, conceito abordado no capítulo anterior desta tese. Assim, para a *intelligentsia*, essa modalidade educacional não deveria ficar restrita aos processos educativos em ambientes escolares, mas também deveria ter larga amplitude social. Para Renato Kehl (1932f, p. 01), a Educação eugênica era imprescindível “para a formação de uma mentalidade nova; para a constituição de uma sociedade sã e moralizada; para a composição de uma humanidade de indivíduos integralmente fortes e bellos, - elementos de paz e de trabalho”.

A intenção era que os ensinamentos eugenistas, aliados aos higiênico-sanitários, fossem incorporados ao modo de vida da população brasileira. O próprio Kehl (1920a, p. 16) já defendia que “instruir é eugenizar, sanear é eugenizar” e que era necessário fomentar “a educação eugenica dos ignorantes, que são victimas de tantos males perfeitamente evitáveis” (Kehl, 1919b, p. 181). Neste sentido, a ciência de Galton dialogou com diversos projetos, políticas e teorias, como o branqueamento da população, a Higiene, o Sanitarismo e o Darwinismo social. Renato Kehl (1929c) ao citar a tese para livre docência de *Higiene* na *Faculdade de Medicina de Recife* sobre o exame médico pré-nupcial de autoria do Dr. Waldemar de Oliveira (1900-1977), entusiasta da Eugenia, disse que era necessário educar e instruir o povo já que “somos um paiz de analphabetos, commandados por uma reduzida *elite* intellectual” (Kehl, 1929c, p. 04, grifo do autor). Para Rocha (2011, p. 172), “era preciso ‘educar para os fins eugênicos’, conscientizar sobre o ‘perigo’ da miscigenação e priorizar a educação dos indivíduos que traziam hereditariamente um potencial de habilidades comuns à sua linhagem”. Kern (2020, p. 310-314) defende que

---

<sup>63</sup> Nos anos 1930, a Educação eugênica estava tão disseminada pelo mundo que o Papa Pio XI publicou a encíclica *Casti Connubii* em que, apesar de condenar a esterilização, defendia a Educação eugênica: “Há efetivamente, alguns que, com demasiada solicitude dos fins eugênicos, não só dão certos conselhos salutarres para que facilmente se consiga a saúde e o vigor da futura prole — o que não é, certamente, contrário à reta razão” (Pio XI, 1930).

a promoção da educação eugênica - uma educação dedicada ao nobre propósito do melhoramento racial da população brasileira - seria determinante para a materialização do programa de intervenções proposto pelo movimento eugenista. [...] Uma vez que a educação eugênica fosse amplamente difundida na sociedade, o meio, a população brasileira poderia ser alertada quanto aos prejuízos da inferioridade racial e ser esclarecida quanto aos enormes benefícios da eugenia.

A Educação eugênica proposta pelo movimento eugenista fica evidente ao observar que, no projeto dos estatutos da SESP, elaborados por Renato Kehl, estava presente o ato de educar com “a divulgação, entre o público, de conhecimentos higienicos e eugenicos para o bem do individuo, da collectividade e das gerações futuras” (A Sessão..., 1917, p. 05). Silva (2023, p. 34) indica que a Eugenia no Brasil atuou “a partir de estratégias educacionais e processos de subjetivação que apontavam para um modelo sociocultural europeizante”. A Educação eugênica foi “estratégica para tornar possível a construção de um país marcado pela miscigenação e proliferação de doenças” (Silva, 2023, p. 40).

A governamentalização do Estado brasileiro ocorre efetivamente a partir dos anos 1930, quando assistimos à instituição de políticas e governo de condutas regulados cientificamente, tendo a medicalização da ordem familiar, o investimento em uma educação nacionalista, eugenista e sanitária como prioridades. É o Estado que a partir de 1930 passa a regular a família como estratégia na construção do corpo-espécie da população (Silva, 2023, p. 40).

Neste sentido, a Educação eugênica pode ser deslocada para o pensamento foucaultiano quando o filósofo explica que

as disciplinas vão trazer um discurso que será o da regra; não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, isto é, da norma. Elas definirão um código que será aquele, não da lei, mas da normalização, e elas se referiram necessariamente a um horizonte teórico que não será o edifício do direito, mas o campo das ciências humanas (Foucault, 2010, p. 33).

Renato Kehl (1931, p. 05) era taxativo ao afirmar que a Educação eugênica “é imprescindível para o progresso biológico, moral e social dos homens, devendo figurar, obrigatoriamente, no programma dos cursos gymnasiais e normaes, como matéria à parte ou, não sendo possível, como parte da história natural ou da hygiene”. Neste sentido, por meio da Educação, os eugenistas da elite letrada buscavam promover uma consciência eugênica em toda a sociedade, sobretudo, nos jovens, tentando despertar o compromisso com os ideais eugênicos: “a educação eugenica atingiu presentemente as élites. Não ha estudioso das ciencias medicas, juridicas sociais, pedagogicas que não se interesse pelas questões galtonianas” (Kehl, 1932g, p. 01). Souza (2019, p. 174) afirma que Kehl entendia a Educação como “uma prática eugênica essencial para a regeneração dos corpos e das mentes dos indivíduos”. Renato Kehl (1932c) resume que a Educação eugênica deveria ater-se a 12 pontos que beneficiariam a todos os

indivíduos para um futuro promissor das próximas gerações, sendo eles:

- Selecção matrimonial
- Exame prenupcial
- Fomento da paternidade digna
- Retardamento da paternidade duvidosa
- Impedimento da paternidade indigna
- Limitação da natalidade em casos indicados
- Protecção ás familias de bem-dotados
- Segregação
- Esterilização
- Imigração seleccionada
- Cruzamentos eugenicos, com impedimento para os dysgenicos
- Consciencia eugenica - politica eugenica (Kehl, 1932c, p. 09).

O médico Levi Carneiro (1929b), conferencista no CBE, defendeu que o melhoramento racial da humanidade dependia da Eugenia aliada ao Meio ambiente, hereditariedade, leis sociais e Educação. Segundo ele, a Educação e a Eugenia eram indissociáveis e a educação dos degenerados era uma perda de investimentos.

O ensinamento da eugenia, é, afinal, o mesmo da educação; a defesa da raça depende, como a do indivíduo - da educação. Só a educação completa a obra stricta da Eugenia. Dá à semente o campo, o ambiente em que se desenvolva, floresça e fructifique. A eugenia é uma collaboradora da educação, não uma adversária. Aproveitemo-nos della (Carneiro, 1929b, p. 111).

Carneiro Leão (1887-1966), Diretor Geral da Instrução Pública do governo federal, no final do livro *A Fada Hygia* de Renato Kehl (1930a), relatou que, por toda parte, a Cultura física tornou-se a base da Educação e que “ha, em todos os meios cultos, a preocupação do conhecimento da puericultura, pediatria, hygiene e até da eugenia, para completar a preparação do verdadeiro educador” (Leão, 1930, p. 167).

Na década de 1920, o pensamento eugênico brasileiro estava aliado às pautas da Eugenia preventiva, como **a Higiene e o Sanitarismo**. O interesse central do movimento eugenista “consistia em elaborar um amplo programa de propaganda e conselhos higiênicos, de combate às doenças e outros ‘males sociais’, com vistas ao melhoramento da saúde pública e do futuro da raça” (Souza, 2019, p. 90).

Os **higienistas** defendiam a higiene moral da sociedade, ou seja, “não somente a saúde, mas também a conduta passa a ser objeto de estudo da higiene” (Diwan, 2007, p. 36). Assim, a doença apresenta-se como um problema socioeconômico e a necessidade do isolamento e exclusão dos menos adaptados era latente. Nas primeiras décadas do século XX, a noção de profilaxia foi extrapolada para além dos limites de uma higiene voltada apenas para corpos e espaços. Ela consolidou-se como uma profilaxia moral, social e racial em muitos casos. Diwan (2007) pontua que legisladores e advogados defendiam que a figura do médico atuava como

um técnico que os auxiliaria na correta aplicação das leis sanitárias para a cura social. Apesar da Eugenia ser aliada da Higiene em vários aspectos, para alguns eugenistas, a proposta dos higienistas era refutada, já que contribuía para a manutenção dos indigentes, doentes e delinquentes, ou seja, “melhorar as condições de vida dos grupos degenerados era o mesmo que incentivar a degeneração da raça” (Diwan, 2007, p. 36).

O **movimento sanitarista** teve grande contribuição para o plano ideológico de construção do projeto de nação e a “construção da nacionalidade, como acenavam os sanitaristas, passava pela saúde pública; nesse sentido, o atraso nacional se explicava pela doença e não pelo determinismo biológico (racial)” (Bonfim, 2017, p. 100). Os eugenistas encontraram, no Sanitarismo, uma solução para o problema da regeneração nacional, como Olegário de Moura, vice-presidente da SESP, que argumentou que o Sanitarismo e a Eugenia caminhavam juntos:

digam-se desde logo que Saneamento e Eugenia é uma e mesma coisa. Para o público, Saneamento é talvez uma palavra mais compreensível, mais acessível. Pois bem, não há motivo algum para ser recusada a palavra Eugenia, tanto mais que esta tem carácter científico. [...] Saneamento-Eugenia aspira ser, e, de facto é, o fundamento essencial, incontestado e lógico para o desdobramento e para a marcha ascendente da civilização, nesta parte do planeta (Moura, 1919a, p. 83).

O médico Belisário Penna, grande entusiasta do Sanitarismo, aliava a Educação higiênica com a eugênica e ressaltava que deveria começar desde a escola primária para construir uma consciência sanitária nacional. Silva (2014, p. 914) complementa o debate ponderando que “a educação era a ‘arma’ mais poderosa de divulgação e implementação de políticas higienista-eugenistas no país”. Para Penna, os pressupostos da Educação higiênica e eugênica ocorreriam por meio da “preparação do corpo pela educação física; da mente pela educação moral; do intelecto pela educação formal e para o trabalho pela educação profissional” (Santos, 2012, p. 61). A Educação física

como a educação de modo geral, deveria estar engajada nesse projeto de higienização social, de aperfeiçoamento moral e racial da população. Educação que atingia o corpo do indivíduo, corrigia suas posturas, sua higiene e suas condutas e, por outro lado, atingia a população, entendida como corpo-espécie, através das estratégias de governamento biopolítico, o que produziria sentido para a criação da nacionalidade (Silva, 2014, p. 918).

Além da Educação física, a Educação eugênica tinha várias frentes como tentativa de intervenção na sociedade, como, por exemplo: **a Genética, a Literatura infantil, os concursos de Eugenia e robustez infantil, o controle de casamentos, os exames pré-nupciais, a Educação sexual, a interferência na reprodução e na família.**

Temas ligados à **Genética** (com viés eugenista) deveriam ser ensinados para que as

crianças aprendessem sobre Genética para poderem entender a importância e a raiz da Eugenia. Para isso, esses temas deveriam estar presentes “desde a Escola Primária, por ser a sciencia-mater da Eugenia, no relativo a todos os seres vivos; é a sciencia que *ensina a apurar boas qualidades, à luz da Biologia*” (Kehl, 1929d, p. 04, grifo do autor). Na visão dos eugenistas, era preciso despertar nas crianças o interesse sobre a Genética e a hereditariedade. Em conformidade com Octávio Domingues (1930a, p. 02), uma das bases da ciência eugênica era a Genética: “não é possível falar da Eugenia, convencer um povo das vantagens que advirão à raça, com a applicação de medidas eugenicis, se esse povo desconhece as bases mesmas dessa sciencia e dessas medidas”. Pela hereditariedade, era possível transmitir “sementes eugenizadas” aos descendentes para a geração de indivíduos fortes e sadios, como refere Kehl (1930b, p. 02):

não é por simples meios legais e educativos e nem sempre por processos correctivos, que se obtêm typos fortes, bellos e moralizados de homem, – mas sim, pelos fructos de uniões matrimoniaes entre indivíduos sadios, portadores, portanto, de sementes eugenizadas e em seguida pela protecção pré-natal dos mesmos.

A Educação eugênica atuava na infância em diversos aspectos. Sobre o tema, Paula Habib (2023, p. 141) aponta que, na **Literatura**, “se as ideias eugênicas não haviam sido muito bem recebidas pelo público ‘adulto’, uma outra forma de propagá-las e disseminá-las poderia ser por meio das crianças”. Fazendo-o por sua imersão nas mais diversas disciplinas nas escolas, “Lobato foi, aos poucos, incutindo nas crianças o racismo e os preceitos da Eugenia quando pretendia transmitir-lhes princípios cívicos e higiênicos” (Habib, 2023, p. 144). Foi essa a linha adotada por Monteiro Lobato, reverenciado até os dias atuais pela contribuição com a literatura infantil. Silva (2014, p. 913) pondera que

os manuais escolares, bem como a literatura infantil, deveriam constituir o veículo de pedagogização eugênica no Brasil. Daí o investimento em conferências em escolas e instituições educacionais, a publicação em jornais e livros de acesso mais amplo da população escolar.

Reforçando o interesse da Eugenia com as pautas ligadas às crianças, Renato Kehl participou do Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção à Infância em 1922 e reforçou aos presentes a conscientização de que instruir é eugenizar e sanear é eugenizar, demonstrando a importância da Educação eugênica para as crianças. Dentre os diversos artigos que escreveu para jornais, em 14 de junho de 1923, Kehl registrou para o jornal *Gazeta de Notícias* que, para que a Educação fosse eficaz e atingisse os bons hábitos de saúde, era necessário educar o espírito ainda dócil das crianças. O autor defendia que a Educação higiênica e eugênica deveria começar por conselhos diários nos lares “desde tenra idade, pelas mães, no lar, e pelos mestres

no jardim de infância e nas escolas primárias” (Kehl, 1923a, p. 03). Em 1923, Kehl publicou a primeira edição do livro *A Fada Hygia*, autointitulado como o primeiro livro sobre Educação higiênica e moral dirigido às crianças. No ano seguinte, a cartilha da Higiene, como ficou conhecido, foi adotado como material didático para escolas públicas de diversos estados brasileiros<sup>64</sup>.

**Concursos de Eugenia e robustez infantil** movimentaram a intelectualidade periodicamente a partir da década de 1920 (figura 18). Silva (2023) aponta que o primeiro evento dessa natureza ocorreu em 1922 por iniciativa do pediatra Arthur Moncorvo Filho (1871-1944). As escolas faziam seletivas entre seus estudantes que eram encaminhados para os concursos. Eles escolhiam a criança mais eugenizada dentre as inscritas em cada certame, a partir de critérios como beleza, saúde mental e física, robustez e procedência dos ascendentes, inclusive, sobre casos de alcoolismo e deficiências, como a vencedora em 1928 (figura 19) que “tem 8 irmãos vivos, 6 tios maternos e 7 paternos, todos sadios” (Kehl, 1929e, p. 01).

Figura 18: Reportagem em jornal falando sobre os vencedores dos concursos de Eugenia e robustez infantil.



Fonte: O Julgamento..., 1929, p. 03<sup>65</sup>.

<sup>64</sup> A informação está na 2ª edição do livro: “adoptado, oficialmente, pela Directoria Geral de Instrucção Publica de varios Estados do Paiz” (Kehl, 1930a, p. 03).

<sup>65</sup> Título da reportagem da figura 18: O julgamento dos concursos de eugenia e robustez infantil.

**Figura 19:** Adenir Ferreira de Carvalho, a menina vencedora no 1º concurso de Eugenia em São Paulo em 1928, estampada na página inicial do *Boletim de Eugenia*.



**Fonte:** Kehl, 1929e, p. 01.

Em São Paulo, na ocasião do 6º Concurso de Eugenia Infantil, um dos organizadores declarou, para o jornal *Correio de São Paulo*, a diferença entre os concursos de Eugenia e de robustez na reportagem intitulada *Estimulando o aperfeiçoamento da raça*, demonstrando a preocupação dos eugenistas com a raça no Brasil: “no concurso de robustez, procura-se seleccionar a criança forte, sem que, para isso, seja necessário um exame acurado, metucioso sobre a hereditariedade. No de eugenia, porém, os paes são obrigados, também, a submeterem-se a certas provas” (*Estimulando...*, 1936, p. 07). Os concursos funcionaram como uma ideia de popularização da Eugenia, sobretudo no eixo Rio-São Paulo. Concursos de beleza já ocorriam antes da Eugenia, absorveram a ciência eugênica e, após a Segunda Guerra Mundial, com o declínio do movimento eugenista, permaneceram com outras nomenclaturas.

A **intervenção na reprodução das famílias** era utilizada como um dispositivo de sexualidade para tentar estimular que pessoas eugenicamente aptas tivessem filhos em detrimento dos degenerados e inaptos que não deveriam procriar. Desse modo, os jovens eugenicamente sadios, deveriam ter filhos logo no início da união matrimonial, de forma que o

número de filhos fosse maior do que em casais de degenerados, contribuindo, assim, para a formação do país cada vez mais eugenizado, ou seja, era necessário “impedir, por todos os meios, o casamento das pessoas que não estiverem em situação de dar origem a uma prole sadia e valida” (Ribeiro, 1930, p. 02). Os elogios aos eugenizados que tinham filhos era uma prática comum, como no artigo intitulado *Crescei e Multiplicai-vos no Boletim de Eugenia* em que Kehl (1930b, p. 01) relata que “uma senhora muito religiosa, casada há 9 anos, teve agora o oitavo filho. Desde o primeiro parto que cada 11 meses lança ao mundo um novo rebento. É uma heroína em coragem e abnegação”. Foucault aponta para o perigo biológico como uma guerra não bélica, militar ou política quando afirma que se

esse mecanismo pode atuar é porque os inimigos que se trata de suprimir não são adversários no sentido político do termo; são os perigos, externos ou internos, em relação à população e para a população. Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização (Foucault, 2010, p. 215).

A intenção era que as novas gerações fossem cada vez mais brancas e puras, livres dos elementos biológicos que causavam a degeneração do povo. Os eugenistas tinham o objetivo de racionalizar a natalidade, o que se daria pela orientação da reprodução, sendo que, neste sentido, para Souza (2019, p. 90) o “objetivo era regulamentar o matrimônio e impedir a união conjugal entre os indivíduos considerados inadequados, portadores de taras hereditárias, criminosos e delinquentes”. Como Kehl (1923b, p. 42) afirma

não é exagero dizer-se que nas mãos dos noivos se acham as luzes ou as trevas da prole. São eles que no consórcio de caracteres optimos dão nascimento a filhos fortes e bellos, como os portadores de taras e degenerações dão nascimento a idiotas, a aleijões, a monstriparos de toda sorte.

Esse controle da natalidade pode ser correlacionado com o racismo de Estado foucaultiano, quando o filósofo denominou uma espécie de cesura do tipo biológico, que seria responsável pelo “corte” entre os indivíduos que deveriam viver e os que deveriam morrer no contínuo biológico da espécie humana. Pelbart (2011, p. 58) complementa que

a sexualidade encontra-se precisamente nesse entrecruzamento entre os dois eixos da tecnologia política da vida, a do indivíduo e da espécie, a do adestramento dos corpos e a regulação das populações, a dos controles infinitesimais, o micropoder sobre o corpo e as medidas massivas, estimações estatísticas, intervenções que visam o corpo social como um todo.

Os **exames pré-nupciais** obrigatórios eram uma preocupação dos eugenistas e higienistas. Os nubentes, como eram chamados os noivos, eram estimulados a fazerem exames

e consultas médicas, que consistiam em uma medida de suma importância para evitar as degenerações hereditárias originadas do contato com álcool, sífilis e tuberculose. Desse modo, deveria caber aos médicos o poder de adiar e até mesmo impedir casamentos. Conforme Kehl (1919a, p. 07), o exame era “um dos meios de cercear a liberdade de dar nascimento a uma prole de degenerados, de idiotas, de tarados de toda espécie”.

Em linhas gerais os eugenistas entendiam a proposta do EPN [Exame Pré-nupcial] nos seguintes termos: visavam a realização de uma consulta médica e exames laboratoriais àqueles que pretendiam se casar. Tratava-se de atestar as condições de saúde física e mental dos nubentes. Esse exame não tinha por pretensão ser um atestado de virgindade das noivas. Ao que parece, no caso das mulheres, não deveria ser um exame ginecológico, e, sim, apenas uma inspeção clínica geral [embora o exame íntimo não fosse descartado por alguns políticos, cientistas e intelectuais] (Peixoto, 2017, p. 39).

No Brasil, ao contrário de diversos países do mundo<sup>66</sup>, não houve lei específica com obrigatoriedade para os exames pré-nupciais, apesar do tema ter sido discutido na Assembleia Constituinte de 1933 e de estar sendo discutido no meio científico desde 1918, quando os eugenistas da SESP já tentavam introduzir no *Código Civil Brasileiro* e os psiquiatras eugenistas da LBHM fizeram campanhas para transformar em lei, sobretudo, a partir de 1925. Esse ponto foi sempre tratado pela Eugenia preventiva com a mídia divulgando medidas educativas eugênicas e higiênicas para os exames pré-nupciais, sendo que os eugenistas colocavam nos pais a culpa pelo nascimento de crianças “cegas, surdas e mudas, aleijadas, rachíticas, degeneradas ou loucas” (Ribeiro, 1930, p. 02). Para Souza (2019, p. 90), “através de campanhas em defesa do exame pré-nupcial e do controle racional da natalidade, os eugenistas procuravam instruir as famílias sobre a importância da reprodução eugênica”.

A **Educação sexual** nas escolas, como defendido por eugenistas como Renato Kehl, “visava à formação de uma consciência familiar eugênica que auxiliaria o Estado na construção do futuro da nação” (Silva, 2023, p. 43). Essa vertente da Educação buscava instruir as crianças sobre orientação sexual, casamento e criação dos filhos. As meninas, por sua vez, ainda eram preparadas para suas futuras obrigações de esposa, dona de casa e mãe.

De acordo com Kehl (1926, p. 42), caberia aos médicos, pais e professores “educar e civilizar o instinto de reprodução, obstando o caos moral, o tormento de saber o que se deve aprender com pureza e clarividência. [...] Desse modo evitar-se-ão vícios, desregramentos, doenças, ruínas, degenerações”. Kehl defendeu uma tese na I Conferência Nacional de

---

<sup>66</sup> Ribeiro (1930) aponta que, em 1909, já existia lei exigindo o certificado de saúde dos nubentes em Washington nos Estados Unidos. Em 1930, o documento já era solicitado em 14 estados estadunidenses e diversos países europeus como Suécia, Noruega, Dinamarca, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica e Áustria. Na América do Sul, no mesmo período já existiam leis tornando obrigatório o atestado de saúde dos noivos no Chile e Equador.

Educação em Curitiba (1927a) em que a Educação sexual deveria começar a partir dos quatro anos de idade e abordar todos os assuntos pertinentes paulatinamente, assim como essa Educação deveria ser estendida aos jovens e até mesmo aos adultos, que, muitas vezes, casam-se sem os conhecimentos básicos sexuais ligados à Higiene e Eugenia, “a formação de um ideal como o da Eugenia precisa iniciar-se na escola. A criança deve começar a aprender, desde muito pequena, o verdadeiro papel que representa como célula cooperadora do grande organismo coletivo” (Kehl, 1933, p. 217). Para o médico, a Educação eugênica deveria estar presente em todos os níveis de ensino, incluindo a Educação superior.

Esse evento, além de tratar sobre as reformas no ensino para estruturação de um sistema de ensino unificado no país, também buscava discutir sobre o tipo de indivíduo que deveria ser constituído moralmente por meio da Educação. Por exemplo, pela tese de Belisário Penna (1927), no mesmo evento, a missão dos homens de ciência, como eram chamados os eugenistas, seria a de popularizar a Educação eugênica, higiênica e sanitária para desenvolver uma consciência nos indivíduos sobre os perigos de uma vida “disgênica”. Para o professor Nicolau Ângelis (1927, p. 443), em tese defendida no mesmo evento, o dever dos professores é “difundir nas escolas, às classes mais adiantadas, as consequências da sífilis, do alcoolismo e outros de degenerescência: é tratar da educação sexual, mostrar aos jovens as consequências de uma vida desregrada, os benefícios da virtude, de uma vida moralizada, de uma vida cristã”.

Depois da discussão e reflexões sobre a Educação eugênica, a próxima seção vai se dedicar a buscar, no extenso acervo histórico do período (1909-1945), elementos que ajudam a entender como a Educação eugênica contribuiu para a constituição da branquitude no Brasil a partir de publicações que envolvem direta ou indiretamente brancos, mestiços/pardos e negros no Brasil. O **Micropoder da Branquitude**, enquanto conceito, estará presente como protagonista dessa análise a partir de sua subjetividade.

## 6.2 Educação e produção da branquitude no movimento eugenista

Ao longo da Primeira República (1889-1930), “em uma sociedade estruturada sobre relações sociais legadas do período em que vigorou a escravidão, a concepção de cidadania então em vigor excluía largas parcelas da população do exercício dos direitos e deveres previstos na Constituição de 1891” (Kern, 2020, p. 312). Os recortes racial e educacional podem ser constatados nesse contexto, visto que a maior parte dos pretos e pardos era excluía da sociedade, incluindo o acesso à escola, pois apenas, nos grandes centros urbanos, uma parcela das classes populares tinha esse alcance academicista.

Neste sentido, em que pese a Educação formal tenha sido preocupação dos eugenistas, promover a Educação eugênica apenas no âmbito escolar não era suficiente, haja vista que apenas uma pequena parcela da população tinha acesso à escolarização e os índices de analfabetismo eram altos no país. Assim, para a *intelligentsia* era necessário promover esse tipo de Educação por intermédio da subjetividade, da mídia e de políticas públicas para promover o aprimoramento biológico da raça do povo brasileiro.

No pensamento dos homens de ciência, vários tipos de Educação não acadêmicas, como a moral, sanitária, higiênica, matrimonial, sexual, dentre outras, dialogavam com a Educação eugênica para promover e estimular a regeneração da nação. Conforme descreveu Levi Carneiro (1929b, p. 116):

tanto mais importante ha de ser aqui o papel da Educação, sua parte na formação do nosso povo, quanto mais graves se considerem os erros havidos pela transgressão ou pela inobservancia das normas de Eugenia. [...] Porque, de agora em diante, para solução dos nossos problemas de Educação, havemos de ter em conta, mais attentamente que até agora, os ensinamentos da Eugenia.

As positivas projeções eugenistas que despontavam para a constituição racial da população brasileira nas primeiras décadas do século XX, a partir da concepção neolamarckiana da Eugenia, seriam importantes para conduzir a nação para o progresso civilizatório desejado. A mestiçagem emergia como uma preocupação neste cenário, como aponta Octávio Domingues, que apesar de favorável à mestiçagem, como afirmou que o “mestiçamento de raças humanas não é sinonimo de degeneração. É antes origem e fonte de nossos biotipos, entre os quais teremos aqueles capazes de uma adaptação melhor ao meio brasilico” (Domingues, 1932a, p. 68), ele era contrário à mestiçagem consanguínea:

no caso do mestiçamento brasileiro, deviam ser proibidas todas as uniões consanguineas: irmãos, primos, tios e sobrinhas, etc. Na mestiçagem assim como se pode criar, pela consanguinidade, linhagens de optimas características, podem surgir do mesmo passo familias com os piores atributos. E quem escolhe nesse terreno do sentimento não é bem a razão, isto é, as leis naturaes que a sciencia descobriu (Domingues, 1929, p. 83).

Domingues era um eugenista considerado moderado. Para os eugenistas considerados radicais (como Renato Kehl a partir do final da década de 1920), a mestiçagem e a raça inferior (pretos, pardos e indígenas) eram os causadores da degeneração biológica, social e moral do brasileiro. Essa miscigenação seria culpada pelo atraso do país, ao ser comparado com outras nações desenvolvidas, como Alemanha ou Estados Unidos, em que a Eugenia negativa seguia a todo vapor. Já os eugenistas mais brandos, como Roquette-Pinto, chegavam a considerar que os mestiços fossem intelectualmente equiparáveis aos brancos, porém “é verdade que eles não

são tão profundos, embora sejam, às vezes, mais brilhantes. [Dessa forma, possuíam] uma acentuada fraqueza: a emotividade exagerada, ótima condição para o surto dos estados passionais” (Roquette-Pinto, 1978, p. 95).

Assim, para grande maioria dos intelectuais, os indivíduos disgênicos, como os pretos e pardos, eram úteis à nação de acordo com suas aptidões, a partir da realização de trabalhos braçais e sem pretensão de ascensão social e intelectual. Pizzolatti e Alves (2019, p. 662) argumentam que “em um país mestiço e recém-saído do regime escravista, não se podia dispensar mão de obra útil e, portanto, os sujeitos classificados como ‘disgênicos’ teriam o seu lugar porque seriam essenciais na cadeia produtiva, embora em uma posição subordinada”. Nesses fenômenos, em que a guerra das raças e o racismo de Estado foucaultiano estão presentes subjetivamente, podem ter contribuído para a constituição da branquitude e do racismo contemporâneo. Neste sentido, “o debate sobre raça, aliás, funcionava como um pano de fundo pelo qual parte dos eugenistas brasileiros expressava suas ideologias raciais, seu nacionalismo e seus desejos progressistas e civilizadores” (Souza, 2012, p. 03).

O movimento eugenista empreendeu esforços para disseminar seus ideais em diversos meios, como livros, revistas e periódicos, cartilhas, jornais, legislações, conferências, congressos e outras modalidades de eventos que contribuíram para a constituição da branquitude no Brasil. Ressalta-se que, no período de recorte desta tese, 1909-1945, a comunicação ocorria, sobretudo, por meios físicos, como os supracitados, visto que a internet e redes sociais ainda não haviam sido criadas e disseminadas pela sociedade. Somam-se a esse fato, os altos índices de analfabetismo, particularmente, entre as camadas mais populares, formada, principalmente, por um imenso contingente de pretos e pardos. As próximas seções vão esmiuçar tais publicações em prol de elementos que tenham contribuído para a constituição da branquitude no Brasil.

### **6.2.1 “Estimular no Brasil a educação eugênica e sexual”: Legislação e documentos oficiais**

A Eugenia esteve presente no principal documento nacional, a Carta Magna. O texto aprovado para a Constituição de 1934 trouxe especificamente como atribuição da União, dos Estados e dos Municípios promover a Educação eugênica (Brasil, 1934a), embora na discussão da sua Assembleia Constituinte (1933-1934), o texto inicial tenha trazido também o estímulo à Educação sexual. Esta foi defendida por intelectuais, médicos e políticos eugenistas que consideravam a Eugenia como uma solução para os problemas da raça. A Constituição de 1937,

outorgada por Getúlio Vargas, também possui trechos implicitamente eugenistas, apesar de não nomear diretamente a ciência de Galton, como a versão de 1934.

Os anais da Constituinte de 1934 trouxeram que “todos os problemas relativos á saude e á assistencia públicas serão estudados e coordenados por Conselhos Técnicos e pelos órgãos creados visando o **aperfeiçoamento da raça**” (Brasil, 1935a, p. 175, grifo nosso). A discussão para inclusão da Educação eugênica na alínea “a” do artigo 138 da Constituição de 1934 foi intensa e bem justificada:

país novo, de grande vastidão territorial, de clima variável, com uma população constituída pelas raças mais heterogêneas, de costumes e hábitos diferentes, vivendo nas mais diversas condições higiênicas, não se compreende a razão de se não incluir na nossa magna Carta um capítulo em que se consubstancie, em linhas gerais, medidas para remediar as necessidades da coletividade, baseadas em dados científicos e racionais. Assim, **a educação eugênica se impõe**. atendendo a que a eugenia não só tem por fim a procriação em boas condições fisiológicas, como ainda estuda as causas disgenéticas ou as que podem influir direta ou indiretamente sôbre o valor da espécie, dando a cada cidadão o sentimento da responsabilidade na formação da raça (Brasil, 1935a, p. 176, grifo nosso).

Os exames pré-nupciais também estiveram nas discussões da Assembleia Constituinte de 1934, quando o deputado classista<sup>67</sup> Alberto Surek (1899-1948) sugeriu inserir a promoção do exame pré-nupcial para **melhorar o tipo racial brasileiro**, sob o argumento “de há muito já, se agita no Brasil, notadamente entre a classe médica, a questão do exame pré-nupcial, medida de indisfarçável alcance relativamente á nossa eugenia” (Brasil, 1935a, p. 266). O exame pré-nupcial “ao lado da instrução e da propaganda eugênica, deverá ser uma das primeiras medidas a se adotar [no Brasil]” (Brasil, 1935b, p. 226). Os exames pré-nupciais atravessam a questão racial quando a reprodução dos brancos precisava ser estimulada e a dos pretos e pardos desestimulada. Outra justificativa para o acréscimo dos referidos exames foi

velar pela sanidade e melhoramento da família e da raça, no presente, combatendo cientificamente os males que as afligem, anulando ou atenuando a ação devastadora das endemias ou epidemias que lhes são comuns, tornando o meio ambiente menos nocivo ao homem; velar pela sanidade e melhoramento da família e da raça, no futuro, **evitando casamentos entre inaptos** para a boa geração ou **casamentos prejudiciais para a prole descendente**; é preciso, numa palavra, como bem afirmou Roosevelt, “dar combate ao assassinato da raça” (Brasil, 1935a, p. 287, grifo nosso).

O presidente da República Getúlio Vargas, na Assembleia Constituinte de 1934, deixou evidente o seu interesse na Eugenia e, por conseguinte, nas questões raciais com a superioridade dos brancos em detrimento aos mestiços e pretos quando ele consignou que

---

<sup>67</sup> Deputado classista era uma espécie de deputado federal profissional. Apesar de integrar a Câmara dos Deputados, não representava o povo, mas alguma categoria da sociedade.

todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso pela educação do povo. Refiro-me a educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, **eugênica** e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional (Brasil, 1934b, p. 105, grifo nosso).

O 1º Congresso Brasileiro de Eugenia foi extensamente citado na Constituinte de 1934, como, por exemplo, ao relacionar a importância dos exames pré-nupciais e da imigração europeia para resolver a “onda crescente dos povos de côr” que ocorria no país (Brasil, 1935a, p. 491). O argumento da Constituinte era de que os cientistas e intelectuais reunidos no CBE julgavam “que a seleção rigorosa dos elementos imigratórios é essencial e insubstituível como meio de defesa da nossa raça” (Brasil, 1935a, p. 492). Tanto que o médico e deputado Miguel Couto, ao final da sessão, trouxe a emenda aditiva: “é proibida a imigração africana ou de origem africana, e só consentida a asiática a proporção de 5 por cento, anualmente, sôbre a totalidade de imigrantes dessa procedência existentes no território nacional” (Brasil, 1935a, p. 492-493).

A guerra das raças que Foucault (2010) cita ao tratar sobre o racismo de Estado pode ser interpretada nas entrelinhas das discussões sobre Eugenia da Constituinte de 1934, por exemplo, quando o deputado Xavier de Oliveira (1892-1953) pontua que “para o efeito de residência, é proibida a entrada no país de elementos das raças negra e amarela. [...] O tema que me proponho desenvolver [...] é a formação racial - diria melhoramento - **sub-raacial** - da nossa incipiente nacionalidade” (Brasil, 1935a, p. 546). *Sub-raça* e *contrarraça* são alguns dos termos citados por Foucault (2010) ao abordar sobre essa guerra não bélica de enfrentamento entre as raças no âmbito social, em que, nessa luta, uma raça é superior a outra a partir das diferenças entre elas.

A Educação eugênica funcionou como um dispositivo da sexualidade em prol de uma sociedade eugenizada em contraposição aos degenerados. A regulação da sexualidade também fica evidenciada no decreto-lei nº 3200/1941, assinado por Getúlio Vargas e outros membros de seu governo, que regulava e incentivava os casamentos e a reprodução (Brasil, 1941a). A pesquisadora Simone Rocha (2014, p. 06) aponta que “o ideal de educação para boa parte dos eugenistas estava associado à formação da consciência eugênica com o intuito de que os jovens não contráissem matrimônio com raças e classes sociais diferentes”. Para a autora (Rocha, 2011, p. 172), “era preciso educar para os fins eugênicos” e conscientizar sobre o “perigo da miscigenação e priorizar a educação dos indivíduos que traziam hereditariamente um potencial de habilidades comuns a sua linhagem”.

O deputado eugenista Miguel Couto, ao discutir sobre a raça brasileira, declarou, na Constituinte de 1934, que os brasileiros prestaram um grande serviço à humanidade ao promover a miscigenação do branco com o preto e diminuir a quantidade dos “homens de cor” ao longo das gerações, visto que “em 1768 havia na Baía um branco para 19 pretos e no Rio de Janeiro um branco para 17 pretos” (Brasil, 1935b, p. 77).

A esterilização para impedir a reprodução dos indesejados (Eugenia negativa), aos moldes do que ocorria na Alemanha e nos Estados Unidos foi discutida na Constituinte de 1934, porém os altos custos do projeto impediram que a ideia fosse levada adiante pelo parlamento. Já as discussões sobre a Eugenia positiva estiveram presentes e tiveram protagonismo em diversas sessões da Constituinte:

cumpre-nos adotar um programa de defesa nacional da saúde, encarado sob os seus mais diversos aspectos, baseando-nos em fundamentos de ordem **eugênica, racial e social**, como se faz hoje nos países mais adiantados do mundo. Devemos criar a nossa antropologia política, proporcionar meios para que o ambiente em que vive o nosso povo seja mais propício à saúde, velar pelas leis que regem a transmissão dos fatores hereditários às gerações futuras (Brasil, 1935b, p. 225, grifo nosso).

Octávio Domingues, em sua coluna *Limalhas de um eugenista no Boletim de Eugenia* nº 39 relatou que dois partidos políticos de São Paulo (Partido Democrático - PD e Partido Republicano Paulista - PRP) debruçaram-se nos ideais eugenistas: enquanto o PD atuava com foco na Higiene social e na tentativa de obrigatoriedade dos exames pré-nupciais, o PRP organizou um plano geral para o desenvolvimento da Eugenia no Brasil. A mestiçagem e o branqueamento da população eram preocupações na pauta racial e eugenista dos partidos, conforme o médico mencionou que o

mestiçamento de raças humanas não é sinônimo de degeneração. É antes origem e fonte de novos biotipos, entre os quais teremos aqueles capazes de uma adaptação melhor ao meio brasílico. E essa adaptação melhor da nossa raça em formação é a grande promessa da eugenia no Brasil (Domingues, 1932a, p. 68).

As leis e o incentivo à imigração europeia fizeram parte do projeto político para o branqueamento da população e a Eugenia estava presente nas entrelinhas desse tipo de legislação, como no artigo 38 do Decreto-Lei nº 3010/1938, que dava respaldo para a recusa de algum estrangeiro indesejável:

não será aposto o visto si o estrangeiro não satisfizer as exigências dos artigos anteriores; for aleijado ou mutilado, inválido, cego, surdo e mudo; for inadmissível em território nacional a juízo da autoridade consular; apresentar passaporte viciado; tiver sido anteriormente expulso do Brasil, salvo si já revogado o ato de expulsão; **ou si a autoridade consular tiver conhecimento de fatos ou razoável motivo para considerá-lo indesejável** (Brasil, 1938, art. 38, grifo nosso).

Já o Decreto-Lei nº 3175/1941 versava que a autoridade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores concedia vistos aos estrangeiros depois de concluir que o interessado “**reúne os requisitos físicos e morais** exigidos pela legislação em vigor” (Brasil, 1941b, grifo nosso). Koifman (2012, p. 312) aponta que, nas instruções oficiais, para a aplicação do Decreto-Lei constava que “se o solicitante fosse judeu ou ‘não-branco’, a ‘autoridade consular fará sempre menção dessa circunstância’”. Diante das legislações, a condição étnica era preponderante para o parecer de Ernani Reis, funcionário do MJNI e o privilégio branco era ponto marcante nos despachos.

Intelectuais eugenistas foram deputados, membros da ABL, ocuparam cargos públicos nos ministérios, estiveram na liderança em instituições como a SESP, LBHM e CCBE e utilizaram a máquina pública em prol dos seus interesses no âmbito racial. Esses exemplos de textos de legislações e documentos oficiais aqui descritos deixam evidente a tentativa constante e oficial do Estado brasileiro de permitir o privilégio branco, que, por sua vez, auxiliou na constituição da branquitude no país.

### **6.2.2 Em busca de “uma raça única e pujante”: Conferências, Congressos e outros eventos**

A Primeira República, instaurada com a queda do Império em 1889, foi um período marcado pela busca de um projeto de nação civilizada. A modernidade fazia parte desse projeto e a ciência mostrava-se como uma ferramenta importante nesse processo. Para Gomes (2010, p. 11-12), “o Brasil não seria moderno, não se tornaria um país civilizado, sem o auxílio da ciência, o novo e fundamental instrumento para qualquer tipo de progresso da humanidade”. A autora ainda cita que os intelectuais do período “assumem, de modo quase obsessivo, o desafio de modernizar uma sociedade saída da escravidão e do regime monárquico, considerado responsável, em grande parte, pelo atraso em que o país se encontrava” (Gomes, 2010, p. 12).

Desde o fim do Império que o Brasil, já eram vivenciados eventos científicos como Congressos, Conferências e Exposições nas mais variadas áreas do conhecimento, acompanhando o movimento que também acontecia no Ocidente. Apenas “em torno da Exposição comemorativa do centenário da Independência, em 1922, no Rio de Janeiro, foram realizados 30 congressos, iniciados em 1921, com a Conferência Interestadual do Ensino Primário” (Kuhlmann Júnior, 2010, p. 181). O autor ainda expressa que “mais do que se vincular à produção de conhecimentos específicos, os congressos constituíram-se como articulações políticas que se prestaram a legitimar modelos e critérios de integração ao chamado ‘concerto das nações civilizadas’” (Kuhlmann Júnior, 2010, p. 179).

No meio científico, as Ligas e Sociedades despontavam como produtoras de conhecimento especializado e fomentadoras de eventos científicos, como a SESP, que produziu os *Annaes de Eugenia* (1919). Para a pesquisa desta tese, destacam-se ainda os eventos: *I Conferência Nacional de Educação* (1927), *1º Congresso Brasileiro de Eugenia* (1929), *Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção à Infância* (1922) e *I Congresso de Brasilidade* (1941).

O *Annaes de Eugenia* compõe um volume publicado pela editora da *Revista do Brasil* em 1919. Seus registros reúnem as atividades realizadas durante o funcionamento da SESP, contendo os trabalhos apresentados, as atas de reuniões e o estatuto. Esse documento possui grande relevância para o estudo da Eugenia no Brasil, haja vista que “os trabalhos eruditos e científicos reunidos no volume apresentam os fundamentos seminais do programa reformista em torno do qual se articulou o movimento eugenista local no transcorrer das primeiras décadas do século XX” (Kern, 2020, p. 304). A SESP produzia constantemente conferências e outros eventos para levar adiante os ideais eugênicos, como afirmou Renato Kehl (1919b, p. 30): “essas conferências e outras que se realizarão oportunamente, como sementes levadas pelo vento, disseminarão as ideias eugenicas a todos os recantos”.

Dadas as características da formação da população brasileira, baseada em “cruzamentos intensos de mesclada heterogeneidade, de descurada promiscuidade de adventícios e forasteiros” (Kehl, 1919b, p. 69), a preocupação com a herança biológica determinada pela lei da hereditariedade seria imprescindível para o futuro nacional. Somente a intervenção eugênica sobre a hereditariedade permitiria “eliminar o sub-homem, melhorando o typo humano, evitando a sua decadencia” (Kehl, 1919b, p. 68), e, assim, “salvaguardar a descendencia da degeneração” (Kehl, 1919b, p. 69).

Para Renato Kehl (1919c), a raça precisava ser reparada pouco a pouco dos estragos produzidos pela reprodução dos degenerados. Desse modo, a Eugenia precisava agir antes dessa reprodução, que ocorria, sobretudo, entre os 20 e os 40 anos. Olegário de Moura (1919b, p. 09, grifo nosso) argumentou, na sessão de inauguração da SESP, publicada nos *Annaes de Eugenia*, que a consolidação prática da Eugenia tende “a produzir vida de maneira mais inteligente, e a **fazer viver** de maneira mais consentanea os principios biologicos”. Esse discurso coaduna-se com a biopolítica, o racismo de Estado foucaultiano e com a necropolítica mbembiana no momento em que delimita os indivíduos que podem estar dentro do “fazer viver” e os grupos que podem/devem ser marginalizados, violentados, eugenizados e mortos.

Olegário de Moura (1919c, p. 24), na primeira sessão ordinária da SESP, demonstrou a relação da subjetividade com a Eugenia quando declarou que “pregar principios de hygiene e

eugenicos, não é pregar doutrinas num deserto. Alguém ouvirá e entenderá o alcance dessas predicas científicas”.

Em conferência realizada pela SESP em 02 de maio de 1918, o médico Rubião Meira salienta que a vida livre em sociedade dos descendentes dos escravizados é um problema para os brancos. Ele afirma que a Lei Áurea foi “a causa da decadência, da ruína, do esphacelamento dessa raça, até então laboriosa e pujante, operosa e forte [...]. A sua libertação foi o início do declínio dessa raça, não pela liberdade em si mesma, mas pelas consequências deleterias que acarretou para aquella gente” (Meira, 1919, p. 51). Para ele, os negros, enquanto escravos, eram mais fortes e saudáveis, o que resultava em um melhor trabalho sendo melhor para toda a raça. Em sua concepção, a partir da libertação dos escravizados no Brasil, os pretos e pardos cederam aos vícios sociais, ao alcoolismo e às doenças, o que promovia uma degeneração e malefícios para todos, em alusão ao privilégio branco:

a intoxicação alcoolica, desencadeou sobre os libertos, sua acção nefasta e de mãos dadas com a infecção luetica, irmanadas e aparelhadas consumiu aquella vitalidade pujante, que antes era aproveitada toda sob o tagante na operosidade do trabalho, no cultivo da terra, no amanho do solo (Meira, 1919, p. 51).

O doutor ainda expressou sua crença no branqueamento da população no Brasil em um século, senão de todo o país, ao menos da região sul: “a raça negra, sabeis tão bem como eu, vae desaparecendo, rareando em seus originaes, extinguindo-se [...] substituidos que são pela immigração de estrangeiros” (Meira, 1919, p. 51). A mestiçagem, igualmente, é defendida pelo autor como um fenômeno importante para o desaparecimento dos pretos na população, que pode ser relacionado ao racismo de Estado foucaultiano.

Detenho-me apenas, para concluir, na apreciação do cruzamento das raças, conhecido como é na qualidade de elemento degenerativo importante. [...] Os elementos com os quaes nos cruzamos agora vêm de população valorosa e sadia e si de facto os antigos mestiços constituíam, na phrase de Agassiz, ‘um typo indescriptivel cuja energia physica e mental se enfraquece’ a raça esta sahindo dos cruzamentos que se operam no momento tem tendencia a ser fortalecida com o correr das gerações, com a evolução do tempo (Meira, 1919, p. 60).

Outro elemento importante do seu discurso foi o medo da degeneração que o negro causa na raça, como demonstrado em: “não exaggero nem emprego hyperboles para accentuar o temor de que a actual geração se acha possuida, porque, realmente, é de se **temer** a desagregação eminente que **ameaça** a nossa raça” (Meira, 1919, p. 53, grifos nossos). Décadas depois, o medo da perda dos privilégios materiais e simbólicos foi um dos principais elementos que os pesquisadores da branquitude e da raça apontaram em seus estudos, como refletem Fanon (2008) e Bento (2014).

O médico Fernando de Azevedo (1894-1974), em conferência pela SESP, declarou que não bastavam apenas medidas eugenistas, higienistas e sanitaristas para o bem da civilização brasileira. Era preciso também focar nos sãos em prol de uma raça única nacional, obviamente branca, a partir de uma “harmonia de todos esses elementos ethnicos diversos concentrados por uma força commum **numa raça unica e pujante**” (Azevedo, 1919, p. 117, grifo nosso). Esse texto remete à in/exclusão citada por Daflon (2017), Rosa (2016) e Silva (2015; 2020), visto que se trata de uma inclusão e harmonia de todos os elementos étnicos para, depois, os pretos e pardos serem excluídos pelo branqueamento da população, prevalecendo apenas a raça branca.

A participação de intelectuais dispostos a defender os ideais eugenistas, higienistas e sanitaristas em eventos reforça a importância do movimento eugenista em tentar estar presente em diversos ramos da sociedade, sobretudo, aqueles ligados à Saúde e à Educação. O Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção à Infância foi realizado no Rio de Janeiro, então capital federal, tendo ocorrido em setembro de 1922. O congresso foi dividido em cinco seções, dentre elas, uma seção específica para discussão sobre Eugenia e Higiene, que contou com trabalho apresentado por Renato Kehl, intitulado *Da eugenia e salvação do Brasil* e com conferência do médico Levi Carneiro. Embora o privilégio branco não tenha sido explicitado nesse evento, nota-se a importância da Eugenia e da Higiene em um congresso desse tema e porte.

Renato Kehl, Belisário Penna e Nicolau Ângelis (1899-1981) são exemplos de entusiastas da Eugenia que participaram da I Conferência Nacional de Educação em 1927 em Curitiba. Ângelis (1927, p. 437), sem citar as raças, mas deixando evidente sua posição em sua tese apresentada no evento, deliberou disse que “lavra-se e campeia-se na raça o germe destruidor que acarreta a degeneração dela, e este povo estará, por isso mesmo, condenado ao desaparecimento: será vencido, será subjogado pelas raças mais fortes”. Essa conferência fez parte de um total de quatro conferências realizadas pela Associação Brasileira de Educação que influenciaram as reformas na Educação nacional nas décadas seguintes.

De 30 de junho a 7 de julho de 1929, ocorreu o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro como parte das comemorações do centenário da ANM. O presidente do CBE foi Roquette-Pinto e o secretário-geral do evento foi Renato Kehl. Diversos outros eugenistas participaram da organização e condução dos trabalhos. O evento reuniu cerca de 200 pessoas entre médicos, jornalistas, professores, sociólogos, políticos, antropólogos, sanitaristas, dentre outras categorias de profissionais interessados no tema e foi dividido em três seções: Antropologia, Genética e Educação/legislação. Representantes de países da América Latina também participaram do evento, o que possibilitou trocas de experiências entre as aplicações da Eugenia nas nações. O CBE abordou extensamente a relação

entre a Eugenia e a Educação, dando responsabilidade e protagonismo à Educação eugênica para êxito nas ações no Brasil. A realização de um evento desse porte reflete os interesses da elite do país sobre o tema.

O pensamento e reflexões sobre a composição do povo brasileiro; a recuperação, o aperfeiçoamento e o melhoramento da raça e os problemas sociais que atrapalhavam o desenvolvimento do país eram o centro das preocupações e fortaleciam os debates acalorados entre os eugenistas do congresso.

A imigração foi extensamente debatida no CBE, visto que os intelectuais presentes preocupavam-se em organizar propostas para uma política pública social no país específica sobre o tema. Uma proposta polêmica defendida foi a política nacional de imigração que limitaria a entrada de migrantes eugenicamente inadequados no Brasil. O médico e jornalista Azevedo Amaral (1929) fez questão de salientar que o primeiro problema da imigração está na questão racial. Enquanto poligenista, ele acreditava que as diferentes raças que deram origem à humanidade estavam misturadas ou disfarçadas pela mestiçagem, com exceção dos que se mantiveram puros ao longo das gerações. Assim, o problema do Brasil não seria apenas selecionar grupos étnicos, mas formar uma raça brasileira por meio do estímulo da reprodução da elite branca/eugenizada do país com os migrantes selecionados, obviamente brancos. Carneiro (1929a, p. 16, grifos do autor) complementa que o migrante desejado era “*individualmente são* (physica, moral e intellectualmente) e *geneticamente eugenico*, representando elemento de progresso e civilização”. Desse modo, os africanos, por exemplo, não deveriam ser aceitos no país, como relatou o médico Salles Filho na segunda reunião do CBE. A respeito desse discurso de Salles, Roquette-Pinto lembrou sobre “a relatividade dessas afirmações, porquanto daqui a alguns anos poderão não ter razão de ser como aconteceu relativamente á escravidão que, julgada, em tempo, necessária, não póde de modo algum, ser hoje admittida” (Carneiro, 1929a, p. 19). Esse ponto reforça o tom relativamente discreto em alguns momentos que as discussões eugenistas pautavam a questão racial e o racismo contra pretos e pardos a partir de elementos como a mestiçagem, Higiene e Sanitarismo em prol do privilégio branco.

Em sua conferência *A eugenia no Brasil: esboço historico e bibliográfico*, Renato Kehl (1929a, p. 48) usou dados da violência no Brasil e no mundo e apontou que “enquanto o problema da regeneração humana não for encarado sob o ponto de vista biologico, teremos de encontrar sempre os contrastes sociaes e individuaes, as crises e ameaças á paz na familia, na sociedade e entre as nações”. No evento, influenciado por uma Eugenia de cunho racista e biologicamente determinista, Kehl (1929a) afirmava que não haveria uma regeneração do povo

brasileiro sem um programa eugênico com viés biológico. Para isso, o Estado deveria promover políticas públicas eugenistas para evitar a proliferação dos indesejáveis que causavam atraso no desenvolvimento do progresso nacional.

O CBE serviu também para que os grupos de eugenistas expusessem seu contraponto entre os mais variados temas, como Fróes da Fonseca, que criticou Renato Kehl e seus seguidores ao defender que a mestiçagem não se referia a uma inferioridade inata, ao afirmar que

podemos ter como definitivamente assentado que a mestiçagem não nos cria nenhuma condição de inferioridade e não nos oferece nenhum problema insolúvel. Em meios estritamente científicos não se tomam a sério as phantasias dos pregoeiros do sangue aryano e a pretensa inferioridade das raças negra e vermelha (Fonseca, 1929, p. 78, grifo do autor).

O advogado, escritor e mendeliano Levi Carneiro, por sua vez, em conferência no CBE asseverou que o mestiço fosse bem integrado na sociedade, visto que, em algumas gerações, eles desapareceriam. Novamente pode-se relacionar com o branqueamento da população, com o racismo de Estado foucaultiano e o processo de in/exclusão do mestiço no tecido social.

O mestiço não é melhor nem pior que as raças de que se origina. Reconhece-lhe aptidão para realizar, com êxito, no meio em que se encontra, esforço acaso não menos fecundo que o dos imigrantes de raças pretendidamente superiores, transplantadas de regiões diversas, inadaptáveis ao nosso meio e estiolando-se aqui, em certos casos, rapidamente, dentro em poucas gerações (Carneiro, 1929b, p. 115).

Nas palavras do médico, professor e mendeliano Roquette-Pinto (1929b, p. 122), era preciso ir “eliminando suavemente certos typos e plasmando-se em outros”. Ao passo em que reconhece que a escravidão foi necessária para o país, o autor admite que o sistema escravista “*os deixou absolutamente embrutecidos*. Não deu um passo para eleval-os e preparal-os para a liberdade” (Roquette-Pinto, 1929b, p. 123, grifo do autor).

Os mulatos do Brasil formam um grupo pouco homogêneo. Ha nelles accentuada tendencia para a raça branca de que muito se aproximam por diferentes caracteres. Nenhum dos caracteres estudados (estatura, indice cephalico, indice nasal, perimetro thoracico, comprimento da face, largura bi-zygomatice, espirometria) permite consideral-os como typos involuidos” (Roquette-Pinto, 1929b, p. 129).

Conforme Roquette-Pinto, o branqueamento da população era uma realidade que estava ocorrendo, os mestiços estariam desaparecendo aos poucos pela influência das condições sociais e pela herança das mazelas que a escravidão deixou para esses indivíduos. Para ele, a mestiçagem do branco com o negro origina famílias pouco numerosas

não por causa de infertilidade; a razão é outra e prende-se sobretudo a *causas sociais*. É que a família, condição essencial para a protecção das crianças, é muito precaria

entre esses mestiços (branco x negro ou mulato) devido á falta de educação. É preciso não esquecer que os seus avós foram escravos, expostos ás piores condições de moralidade. E si se remontar á terceira ou quarta geração, pode-se alcançar mesmo africanos anthropophagos... Por isso a mortalidade de mestiços (sobretudo de mulatos) é muito mais alta na primeira infância. Mais tarde faz-se uma verdadeira selecção dos mais robustos. Mas, continuando a sua vida de homens que não receberam a mínima instrucção, comprehende-se que as doenças (syphilis, malaria, verminose), muito mais que os vícios (embriaguez) os eliminem ainda jovens (Roquette-Pinto, 1929b, p. 137, grifo do autor).

Em seu trabalho apresentado no CBE, Roquette-Pinto ainda traz, de forma sutil, o privilégio e a superioridade do branco sobre o mestiço, quando pontua que, “do ponto de vista intellectual, os mestiços não se mostram, em coisa alguma, inferiores aos brancos. É verdade que elles não são tão profundos, embora sejam, ás vezes, mais brilhantes” (Roquette-Pinto, 1929b, p. 137). Ele limita os mestiços que recebem instrucção técnica como os indivíduos desse grupo que podem ser tão bons quanto os brancos europeus. Do ponto de vista moral, o antropólogo atribuiu que os mestiços são mais fracos e inferiores devido à emotividade exagerada, que seria ótima condição para surtos emocionais.

O antropólogo termina seu trabalho trazendo dados de pesquisas realizadas com os mais variados tipos raciais e concluiu que “é preocupação ociosa e anti-científica pretender que o Brasil seja um dia habitado por um typo anthropologico. [...] A antropologia prova que o homem, no Brasil, precisa ser *educado* e não *substituído*” (Roquette-Pinto, 1929b, p. 146-147, grifos do autor). O racismo de Estado foucaultiano com a guerra não bélica entre as raças e a necropolítica mbembiana pode ser, de certo modo, interpretado no pensamento do autor de forma discreta, haja vista que o desaparecimento do mestiço é desejado, embora sua permanência não ofereça um risco para o privilégio branco (aqui entendido como um precursor da branquitude).

A última frase do último trabalho apresentado no volume 1 das *Actas e Trabalhos* do CBE define bem a síntese do branqueamento da população pretendido para o privilégio branco, quando afirma que “o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aconselha a exclusão de todas as correntes immigratorias que não sejam de raça branca” (Amaral, 1929, p. 340).

O I Congresso de Brasilidade ocorreu de 10 a 19 de novembro de 1941 no Rio de Janeiro<sup>68</sup>. Em diversas outras cidades do país, ocorreram eventos concomitantes para a exaltação da pátria e do Estado Novo no Brasil. O evento tinha, como foco, a reflexão sobre a raça brasileira pretendida para o progresso da nação e a valorização eugênica do homem brasileiro, que foi extensamente debatida. O presidente Getúlio Vargas participou do congresso,

---

<sup>68</sup> Outras edições do evento ocorreram, anualmente, até 1944, mas as temáticas principais foram sobre as atualizações da Segunda Guerra Mundial.

quando declarou que “é inadiável dar pronta solução ao problema do fortalecimento da raça, assegurando o preparo cultural e eugênico das novas gerações” (Carvalho, 2010, p. 28). Esse tipo de declaração no evento demonstra que a Eugenia seguia latente nas políticas públicas no início dos anos 1940, em que pese existisse, no discurso oficial, uma postura de combate aos preconceitos raciais e uma exaltação da democracia racial, como a instituição do Dia da Raça, que encobria os ideais eugenistas e de branqueamento da população.

As discussões sobre mestiçagem, branqueamento da população e democracia racial também estiveram presentes no evento, como aponta Carvalho, em sua dissertação de mestrado, ao afirmar que o pedagogo e escritor João Roberto Moreira (1912-1967) declarou, em sessão no I Congresso de Brasilidade:

creio em possibilidades infinitas para o brasileiro que por si e sem recurso subiu aqueles píncaros, poucos, mas altíssimos, a que só atingem os grandes, os super-homens. Um “mestiço” como Machado de Assis ou um “caipira” como Euclides da Cunha, são o símbolo de tais promessas, porque subiram e construíram, sozinhos, pelo próprio esforço e talento sem a base das grandes Universidades com bibliotecas, gabinetes e laboratórios que facilitam e despertam vocações! (Moreira, 1941 *apud* Carvalho, 2010, p. 09).

Ao passo em que o Congresso de Brasilidade trazia as questões raciais para o debate da constituição do povo brasileiro, também superava, para alguns intelectuais como Oliveira Vianna, o ideal de um povo brasileiro exclusivamente branco em detrimento do arranjo racial brasileiro mestiço, que, cada vez mais, apresentava-se no tecido social, embora o privilégio branco não fosse abandonado. Esses pensadores “acabaram por abandonar antigas posições tradicionalmente racistas e avançaram para a defesa de um nacionalismo calcado em uma formação social originalmente brasileira, onde o amálgama das qualidades de cada raça faria surgir um brasileiro de novo tipo” (Carvalho, 2010, p. 13-14).

A Saúde, o Trabalho e a Educação eram consideradas como as áreas de maior preocupação para constituição da *Unidade étnica nacional*, inclusive, em detrimento das questões raciais e da miscigenação, como apontou o congressista Deodato de Moraes no referido evento “, a ‘Unidade Étnica’ no Brasil é, por isso, mais um problema de valorização do homem (saúde, trabalho e disciplina) que realmente, questão racial ou de miscigenação” (Carvalho, 2010, p. 30).

Em alguns momentos, os ideais racistas e eugenistas eram encobertos com discursos em prol de uma sociedade mais saudável e próspera, em outros momentos eram defendidos explicitamente, como também afirmou Moraes (1941) citado por Carvalho (2010, p. 35):

a proibição do matrimônio dos incapazes é, assim, medida eugênica de grande importância social. A melhoria da raça exige legislação cuidadosa no sentido de

afastar os declaradamente anormais da função genésica. O exame pré-nupcial completa a ação preventiva e favorece a eugenia da prole.

A população preta e parda, devido a todo contexto social, era relegada aos trabalhos braçais e serviços domésticos. Segundo Carvalho (2010, p. 65), o processo de miscigenação no Brasil contribuiu “para diminuir o distanciamento na vida cotidiana entre brancos e negro”. Porém, ainda assim, eram bem demarcados os locais sociais de pretos/pardos e brancos no país, visto que “africanos e seus descendentes mais diretos, mesmo aqueles já mestiçados, continuaram localizados nas camadas mais inferiores da sociedade brasileira, mesmo que demonstrassem ‘cultura superior à dos índios e mesmo dos brancos’” (Carvalho, 2010, p. 66).

Para Florestan Fernandes (2007), as desigualdades sociais que se apresentam na sociedade brasileira sobre a população não-branca ocorrem, particularmente, por causa das desvantagens culturais, sociais e econômicas que a escravidão deixou de legado para os brasileiros não-brancos. Essa ideia foi ratificada em diversos momentos pelos intelectuais eugenistas nos eventos supracitados.

### 6.2.3 “A eugenia triunpha agora e sempre”: Teses Doutoriais de Medicina

De acordo com a bibliotecária Ana Lúcia Albano da Bibliotheca Gonçalo Moniz (BGM), da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB), atualmente, ligada à Universidade Federal da Bahia (UFBA), as teses de Medicina dos séculos XIX e XX dividem-se em três tipos: **Teses Doutoriais ou Inaugurais**, defendidas pelos formandos em Medicina para obtenção do grau de doutor em Medicina (o que corresponde, na atualidade, a graduação); **Teses de Concurso**, realizadas pelos candidatos a docentes na Faculdade de Medicina, e as **Teses de Verificação de Título**, que eram realizadas por formados em Medicina no exterior para poderem atuar no Brasil. As teses doutoriais de Medicina foram instituídas em 1832 nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro pela Lei de 03 de outubro de 1832, começaram a ser apresentadas em 1836 na FMB e estiveram como obrigatórias para colação de grau até 1933. A Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo foi criada em 1912 e, a partir de 1918, as teses doutoriais passaram a fazer parte do currículo de Medicina. Milhares de teses foram defendidas nas faculdades de Medicina no país, porém não existe um inventário completo desses documentos. Apenas na FMB, em uma catalogação parcial realizada por Meireles e colaboradores (2004), foram contabilizadas 2502 teses doutoriais de 1840 a 1928.

Segundo a bibliotecária, o formato das teses variou bastante ao longo dos anos: em determinados momentos, o tema era de livre escolha do estudante dentre as mais diversas áreas

da Medicina (incluindo a Higiene, raça, Eugenia e temas sociais), em outros períodos, o formando deveria escolher um tema, dentre alguns pontos oferecidos pelos professores; o número de exemplares entregues pelos egressos foi variável, conforme período e instituição de ensino. Por vezes, eram impressas às dezenas ou mesmo poucas centenas de exemplares. O número de páginas e profundidade das análises também são variáveis ao longo da sua aplicação enquanto método acadêmico, desde teses com menos de 10 laudas até teses com poucas centenas de páginas. Os médicos recém-formados enviavam exemplares principalmente para amigos, parentes, intelectuais, professores, orientadores e médicos. As cópias entregues na secretaria da faculdade eram distribuídas para instituições e bibliotecas de todo o país.

O racismo científico estava em plena evidência no período. Desde o século XIX, os formandos já tratavam, em suas teses doutorais, sobre os temas raciais, Darwinismo social, Higiene ou Antropologia criminal, como Marcos Bento de Souza (1917, p. 54), que afirmou que o legado de Lombroso “é uma verdade que deve ser tomada sem exaggero”, e como Claudemiro Augusto de Moraes Caldas (1868), que abordou filosoficamente sobre a origem das raças humanas ainda no século XIX.

O médico Pery Guimarães, em sua tese doutoral *Ligeiras considerações sobre as raças humanas*, em 1911, considerou o monogenismo como única opção coerente e identificou a raça amarela, oriunda dos asiáticos, como sendo a primeira raça humana e a que se espalhou pelo mundo originando novas raças. Para ele, esta seria a única opção possível, por ser uma raça no meio do caminho entre brancos e pretos. A raça branca europeia possuía uma superioridade incontestável e é descrita, algumas vezes, em sua tese, quando trata, por exemplo, da capacidade dos brancos europeus migrarem para outros locais, levando suas virtudes étnicas e adaptáveis.

A superioridade das raças européas existe actualmente, mas essa superioridade tanto pode ser para ellas, como para as demais, de sorte que o monogenismo tambem pode explicar a desigualdade actual. A emigração dos povos europeus, não importa absolutamente em sua superioridade. O europeu tanto emigra para uma nação constituida por um povo inferior, como para uma constituida por um povo superior (Guimarães, 1911, p. 55).

Guimarães (1911) também aborda a superioridade da raça latina, por ser derivada da raça branca, assim como a raça anglo-saxã. A raça negra, para ele, é a mais inferior, tanto que ele questiona: “entre raças diferentes, haverá, porventura semelhança social entre Shakespeare e um negro de Moçambique ou Madagascar?” (Guimarães, 1911, p. 71). De certa forma, ele mesmo responde:

o trafego dos Negros da Africa para o Brazil foi o elemento quasi predominante na degeneração da nossa raça; e, si hoje ainda existem brancos entre nós, devemos unicamente agradecer á Inglaterra que, dizendo-se movida por piedade pelos infelizes

pretos, impedia o trafego ás outras nações deitando cruzeiros no Atlantico que ao mesmo tempo lhes protegiam o trafego para sua colonias<sup>69</sup> (Guimarães, 1911, p. 76).

Guimarães atribui aos pretos escravizados e à miscigenação o atraso da civilização brasileira:

a importação de negros em pequena quantidade talvez não tivesse inconvenientes. Porém, podemos dizer que houve exactamente o contrario; o governo de Portugal tencionava fazer do Brazil a Africa Americana, em que os negros deviam somente trabalhar como verdadeiros animaes irracionaes. Si ao menos tentassem dar um principio de civilisação a essa gente que não tem ainda progredido, poder-se-ia admitir, mas, sem isso, e sujeitando-a a cruzamentos, é que absolutamente nada produzia. Desde que não houvesse o cruzamento, esta raça preta, embora crescendo tambem, vivendo somente para o trabalho, estaria separada da latina, e não teriamos essa variedade que hoje temos (Guimarães, 1911, p. 81).

O branqueamento da população no Brasil também foi abordado pelo médico, ainda que não tenha sido nomeada: “entre nós, paiz enorme, onde a população é muito misturada e excessivamente pequena, a emigração naturalmente auxiliará o progresso; mas ella pode ser feita sem que se tenha como consequencia mais tarde a degeneração da raça” (Guimarães, 1911, p. 76). A mestiçagem é percebida pela mistura de raças citada pelo autor, “o producto desse cruzamento de um branco com uma negra africana, era um mestiço ou intermediário de raça, digamos, entre o senhor e a escrava” (Guimarães, 1911, p. 78). O dilema do pardo em não ser branco nem preto foi evidenciado como um indivíduo de uma nova raça:

esses mestiços, que já se consideravam como não iguais aos pretos e quasi iguais aos brancos, e sendo por estes repellidos, como não podendo entrar em sua intimidade, esses mestiços, dizemos nós, iam odiando os brancos e esse odio ia tanto mais se accentuando quanto mais se multiplicavam as gerações. [...] Essa nova raça resultante do cruzamento da preta com o branco augmentando extraordinariamente, se separava por completo da raça branca. [...] Importado da Africa para o Brazil, o preto era tratado como um animal qualquer, isto é, como si fosse peor que os cães (Guimarães, 1911, p. 78-79-82).

A mestiçagem foi condenada na tese de Guimarães (1911). Ele cita com ênfase a delegação brasileira que esteve poucos meses antes no Congresso Universal das Raças em Londres e o relatório produzido no evento que apresentava ao mundo o branqueamento da população a partir do elemento mestiço. Em sua concepção, em poucos anos, com os cruzamentos interracialis e a imigração branca “estará por completo abolida a raça mestiça do Brazil” (Guimarães, 1911, p. 83). Pery Guimarães (1911, p. 83) corrobora com o pensamento de Lacerda (1911) de que “o mestiço, produzido pela união sexual do branco com o negro, não constitue uma raça verdadeira, pois, além de não ter um typo, apresenta tendencias a voltar a

---

<sup>69</sup> A historiografia, atualmente, concorda que os interesses britânicos para o fim da escravidão nas Américas geravam em torno, principalmente, do avanço do capitalismo em busca de novos mercados consumidores para aumento da produção industrial.

uma das raças primitivas”. Segundo o médico, outro fator que estava contribuindo para o branqueamento era o fato de a mortalidade ser maior entre os pretos e demais raças inferiores, do que entre os brancos, considerados mais fortes.

Sem citar nominalmente a Eugenia, Guimarães (1911, p. 99) expressou, em sua tese, que “as ciências que tanto têm progredido acharão um meio de exterminar a tuberculose, syphillis e paludismo, e já os futuros habitantes terão essa vantagem sobre nós”, o que reforça que era urgente a necessidade de uma ciência com os futuros ideais eugênicos. Era iminente e pulsante, na sociedade brasileira, que o Estado passasse a controlar as populações, o que já ocorria, de certa forma. A purificação da raça já estava rondando a sociedade com o branqueamento da população e o Darwinismo social. Assim, “nesse processo, os discursos médicos e biológicos ganham importância estratégica nas tecnologias do poder, que incluem práticas de vigilância e de punição para a sociedade e tudo o que fosse considerado desvio” (Schwarcz, 2024, p. 43).

O médico delibera que a sociedade perfeita não existe e para que uma raça não degenera, deve-se buscar essa perfeição. Este é um indício da preocupação com a raça que pairava nos meios científico e intelectual do país, que concedeu terreno fértil para a ciência eugênica no Brasil:

constituída uma raça é mister que ella se conserve, isto é, que não degenera. Dentre as inúmeras causas que concorrem para a decadencia e degeneração de um povo algumas ha que exercem um poder extraordinario, trazendo quasi sempre como consequencia o desaparecimento de seu typo (Guimarães, 1911, p. 67).

Em 1912, em sua tese doutoral, cujo título é *Da esterilidade provocada: ligeirissimas considerações*, o médico Gastão Guimarães defendeu a esterilização de pretos, pois eram uma ameaça real aos brancos. Considerando Foucault para uma análise dessa situação, o filósofo reflete que “a trama ininterrupta da história aparece sob uma forma precisa: a guerra que se desenrola assim sob a ordem e sob a paz, a guerra que solapa a nossa sociedade e a divide de um modo binário é, no fundo, a guerra das raças” (Foucault, 2010, p. 51), ou seja, o teórico vislumbra a guerra das raças presente em ambientes pacíficos, muitas vezes, empregada de forma sutil. Pode-se fazer alusão a esse movimento presente no racismo de Estado foucaultiano e na necropolítica mbembiana, quando o doutor recém-formado aponta para o medo e ameaça (também considerados como motivacionais para a branquitude) que os pretos manifestam nos brancos, quando refere que

na Bahia, os pretos são, na sua totalidade, pobres e [...] são de uma fecundidade ilimitada. Raramente, nós vemos um casal negro que não aumente, todos os annos, a sua próle, na maioria das vezes, numerosissima. No nosso Estado, a raça preta com

suas innumerables variantes, vae cantando victoria; vae ocupando as posições mais em destaque; vae asphyxiando a raça branca (Guimarães, 1912, p. 36).

A partir de 1914, a Eugenia passou a estar nominalmente presente nas teses doutorais, embora seus ideais possam ser encontrados anteriormente. Em todos esses casos, o recorte racial está presente, ainda que subliminarmente, dando privilégio aos brancos em detrimento dos pretos, pardos e indígenas. As teses difundiram-se no meio acadêmico e intelectual do Brasil, como a tese médica de Alexandre Tepedino pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, citada por Renato Kehl (1919a, p. 06) em diversas ocasiões: “o dr. Tepedino, no seu trabalho - a eugenia -, enumera longamente o movimento eugenico mundial”.

A tese doutoral de Tepedino é a pesquisa acadêmica desse tipo mais citada nos livros de Eugenia no Brasil pelo seu pioneirismo, intensidade e robustez ao trazer um tema ainda pouco difundido no país. O prefácio de sua tese, escrito pelo filólogo João Ribeiro, já anunciava que os indivíduos degenerados proliferavam muito mais do que os “normais”, atribuindo uma média de 6-7 filhos para os primeiros e de dois filhos para a descendência máxima dos últimos, por isso, “no limite do possível o casamento entre indivíduos reconhecidos inferiores deve ser impedido” (Tepedino, 1914, p. 11).

Tepedino (1914, p. 09) ratifica o demonstrado na tese de Guimarães (1911), quando indica que a “eugenia é uma palavra nova e não uma nova idéia”. Tepedino (1914, p. 57) define a Eugenia como “a religião nova que dirige os destinos da raça humana, de modo a torná-la mais bella, mais moralizada, mais inteligente” e afirma que “a eugenia triumphá agora e sempre” (Tepedino, 1914, p. 156).

A migração é um tema também abordado pelo doutor em sua tese, sendo que, para ele, a imigração de italianos, alemães e espanhóis estava contribuindo para a melhoria e aperfeiçoamento da raça no Brasil. Desse modo, “o incremento da imigração de bons elementos estrangeiros afigura-se de uma importância capital” (Tepedino, 1914, p. 141). Os Estados Unidos, como de costume, para os intelectuais da época, estavam sempre nos comparativos, como, por exemplo, ao descrever sobre o problema da higiene da raça e a esterilização que já ocorria amplamente. Por exemplo, em Indiana e na Califórnia, “há medidas severas e a esterilização de certos indivíduos reconhecidamente nocivos ao futuro da raça é legalmente autorizada. [...] Apenas devemos dizer que as medidas tomadas nos Estados Unidos para o elemento negro não podem ser postas em prática no Brasil” (Tepedino, 1914, p. 130-141).

Tepedino demonstrou, em sua pesquisa, a correlação dos estudos de Mendel sobre a transmissão de caracteres por meio dos cruzamentos genéticos com a suposta probabilidade das raças dos filhos a partir da cor da pele dos pais. Seria um avanço para a Eugenia conseguir

prever como seria racialmente a prole miscigenada dos casais de nubentes pelo país<sup>70</sup>. “As leis de Mendel se verificam perfeitamente na raça humana, e removem de alguma forma enigmas até agora inexplicáveis” (Tepedino, 1914, p. 47). Era necessário acentuar os bons caracteres da raça, na medida do possível, em uma “luta” genética para o desaparecimento dos caracteres inferiores que comprometem maleficamente a raça humana. O racismo de Estado e a necropolítica, sobretudo, no que tange ao desaparecimento, à inferioridade e à morte social podem ser percebidos no texto da tese: “o índio selvagem foi sempre o indolente de todas as épocas. O negro era o prototypo da servilidade” (Tepedino, 1914, p. 113).

O médico Orlando Thiago dos Santos, em sua tese doutoral *Considerações em torno da família e suas relações com a escola*, em 1924, ao tratar sobre “o phenomeno complexo da hereditariedade ethnica [...] e seu valor pedagogico no preparo da defesa das nações pela eugenia racial” defendeu uma “educação racional do instinto de xenophobia” (Santos, 1924, p. 09) como um fenômeno elementar e fundamental da hereditariedade étnica da memória racial em uma evidente alusão à superioridade branca, ainda que sem citá-la. Ao abordar sobre os perigos de uma vida em comunidades com grande densidade populacional, Santos (1924, p. 41) consignou que “o parasitismo dos seres inferiores intensifica-se sobretudo em nosso clima, embora nem sempre com exaltação morbigênica”. Essa concepção da relação do clima com a cor da pele já existia desde Heródoto (Século V a.C.) e Ptolomeu (século II), segundo Oliva (2003), e prosseguiu com os teóricos da raça, como Leclerc e Kant (Século XVIII), continuando, de certa forma, no período em que a Eugenia esteve latente na sociedade, sendo, inclusive, citado em várias teses doutorais como Guimarães (1911), Santos (1924) e Tepedino (1914).

Em 1927, Paulo de Godoy, em sua tese doutoral, na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, sob o título *Eugénia e Selção*, abordou a superioridade branca ao apontar que os brancos, enquanto “raça autoctone, barbara e audaciosa, ‘plantou no sangue branco, nas primeiras nupcias de raças’, a indomavel enerjia de vencer e conquistar” (Godoy, 1927, p. 09). Godoy enaltece o integralista fascista brasileiro Plínio Salgado ao focar a inferioridade dos caboclos diante dos brancos dominadores. A superioridade branca foi enaltificada quando o médico explanou sobre a migração europeia para o Brasil:

enquanto o estrangeiro - que chegou ao Brazil miseravel e pé no chão - planta, colhe, progride, torna-se senhor da terra, faz-se politico, manda, ordena, - o brasileiro, sem ambição, sem confiança na terra, sem crer em si mesmo, sem leis eugenicis para

---

<sup>70</sup> Atualmente, a ciência concorda que a herança genética da cor da pele é poligênica, complexa e multifatorial que abrange, inclusive, fatores ambientais e alimentares.

melhorar e vencer, vai sendo vagarosamente deslocado e dominado (Godoy, 1927, p. 18).

Em sua tese doutoral, cujo título é *Da sexualidade e da educação sexual*, a primeira médica sergipana, Itala Silva Oliveira, formada pela FMB, em 1927, abordou sobre a Saúde da mulher, em que, além de considerar a inferioridade feminina, dada a submissão milenar, que teria gerado um regresso evolutivo no organismo das mulheres, ela classificou as mulheres em superiores e inferiores. A médica foi considerada feminista para os padrões da época, além de tratar questões de gênero, que não fazem parte desta pesquisa. Sem fazer o recorte racial, mas este estando presente subliminarmente, a médica relata que

as mulheres inteligentes e superiores serão, e já isso se observa hoje, as que entrarão na liça, mais energicamente, e com maior probabilidade de éxito, para a selecção eugenica, porquanto ellas se deixarão atrair mais facilmente pela superioridade intellectual ou moral do homem e mesmo pelo genio do que por outras qualidades (Oliveira, 1927, p. 163).

Na tese doutoral de Luiz Fabrício de Oliveira, *Da eugenia e o exame prenupcial obrigatório*, em 1928, ao passo em que vangloria e elogia a raça branca europeia, na figura do português, também enaltece o preto, que é forte, apesar de escravizado, ou seja, possui alguma virtude ou qualidade que pode ser utilizada ao eugenizar o brasileiro. O pardo é ignorado pelo médico em sua pesquisa.

O brasileiro, - producto do crusamento de tres grandes raças: a europeia, representada pelo portuguez descobridor e colonizador; a cabocla, figurada pelo selvícola autochthone e independente; a negra, na pessoa do africano forte mas escravizado, - é, como dissemos um elemento em plena formação. Urge, pois, eugenisal-o. Eugenisal-o, excluindo os defeitos e fazendo sobresair as optimas qualidades de são possuidores os tres factores ethnicos (Oliveira, 1928, p. 12).

O doutor ainda explica que para a eugeniização do brasileiro “basta apenas um pouco de boa vontade por parte de nós médicos, e uma administração patriótica e segura por parte do governo brasileiro” (Oliveira, 1928, p. 13). Para atingir esse objetivo, ele considera que o primeiro passo é o combate ao analfabetismo, com um certo viés darwinista social ao sinalizar que “só instruindo o sertanejo é que poderemos destruir a grande praga nordestina - o banditismo” (Oliveira, 1928, p. 14). Ratificando a necessidade eugenista de criar uma identidade forte para a nação, ele aponta que, no “decorrer de alguns annos, o brasileiro ideal, a raça forte que o mundo respeitará e que fará o Brasil a Terra da Promissão” (Oliveira, 1928, p. 14).

O médico Carlos da Silva Tupiniquim, em sua tese doutoral pela FMB, *Do exame médico pré-nupcial*, defendida em 1930, não cita diretamente a questão racial, que se encontra contida nas entrelinhas. Ao citar Renato Kehl e seu livro *Lições de eugenia*, argumentou que os

casamentos entre degenerados geneticamente e/ou doentes deveriam ser proibidos e a reprodução deveria ser estimulada nos homens superiores que possuem os “indivíduos mais indicados para dar filhos sãos, vigorosos, inteligentes capazes de aumentar o valôr physico e moral da raça” (Tupiniquim, 1930, p. 54). Ainda citando Kehl, o médico aponta que, por meio da Eugenia, é possível utilizar meios científicos para seleção e aperfeiçoamento da raça, o que daria por intermédio de indivíduos admiráveis “quer em beleza, quer em robustez, dotados de caracteres que os valorizam industrialmente, muitos d’elles perfeitamente estabilizados pela repetição selectiva procedida atravez de varias gerações” (Tupiniquim, 1930, p. 56).

Longe de querer esgotar as pesquisas em teses doutorais de Medicina sobre Eugenia, esta tese buscou trazer o recorte racial e em prol da branquitude que alguns médicos apresentaram em suas teses doutorais. Os professores da cadeira de “Hygiene” nas faculdades de Medicina, como Alfredo Ferreira de Magalhães, que foi professor da FMB de 1896 a 1941, orientaram inúmeras teses que versaram sobre Eugenia, tanto direta quanto indiretamente. O maior argumento que consolida essa ideia é que Renato Kehl foi citado extensivamente nas teses doutorais pelo país.

#### 6.2.4 “Quem é bom já nasce feito”: Revistas, Periódicos e similares

Entre o fim do século XIX e início do século XX, o mercado editorial estava em efervescência no Brasil. O estudo de publicações periódicas sequenciais auxilia a entender quais eram os temas de interesse da época, a maneira como eles foram abordados, quem eram os autores e intelectuais que contribuíram, bem como quem era o público-alvo de cada publicação. Inúmeras revistas e similares foram criadas com os mais variados propósitos, como é o caso da *Revista do Brasil*, fundada em 1916<sup>71</sup>, com o objetivo de “construir um núcleo de propaganda nacionalista” (De Luca, 1999, p. 46). As publicações culturais e de variedades passaram a constituírem-se como um produto refinado no meio intelectual.

Esses periódicos, elaborados para agradar e divertir um público heterogêneo, recorriam em larga escala à imagens, fotos e ilustrações, e abordaram extensa gama de assuntos: crônica social e política, humor, moda, crítica teatral e de arte, reportagens, poesias, contos, romances, charges, caricaturas, entrevistas, variedades. Muitas reservavam considerável espaço para notas sobre casamentos, aniversários, batizados, banquetes, retratos de homens públicos, artistas e literatos famosos. [...] Os magazines pretendiam revelar a moda do dia, as regras do bom gosto e bem viver, numa palavra, todo o necessário para que o seu leitor, em geral pertencente aos

---

<sup>71</sup> A *Revista do Brasil* foi fundada por Júlio de Mesquita, Alfredo Pujol e Luís Pereira Barreto, em 1916, e vendida para Monteiro Lobato em 1918, que foi o proprietário até sua falência em 1925, quando se encerrou a primeira fase da publicação.

extratos médios da sociedade, pudesse se familiarizar com os padrões de elegância das classes abastadas (De Luca, 1999, p. 56-58).

Assim, existiram periódicos especializados em teatro, cinema, humor, esportes, saúde, aqueles voltados para o público infantil ou feminino, além dos voltados para grupos profissionais, como médicos, juristas, professores, agricultores etc. As publicações passavam constantemente por mudanças nas linhas editoriais para tentar sobreviver ao mercado, cada vez mais cheio de periódicos para uma população pouco alfabetizada, que contava com menos de 30% da população que sabia ler e escrever em 1920 e 44% em 1940 (De Luca, 1999).

A Eugenia e os temas raciais figuraram em periódicos especializados ou estiveram presentes nas entrelinhas de magazines dos mais variados temas editoriais. O *Boletim de Eugenia* foi o primeiro e mais importante periódico difusor especializado em Eugenia no país. Fundado por Renato Kehl, foi publicado entre 1929 e 1933. Inicialmente, eram edições mensais (1929 a 1931) e, posteriormente, passou a ser trimestral (1932 e 1933). Cada edição tinha geralmente entre quatro e 10 páginas com artigos e colunas sempre com o objetivo de promover a Eugenia no Brasil e despertar o interesse dos leitores para os problemas do país, como as questões relacionadas aos temas eugenistas, como, por exemplo, raça, imigração, Educação, Higiene e Genética. O periódico publicava pequenos artigos de intelectuais nacionais e internacionais sobre as mais diversas áreas que dialogavam com a Eugenia e teve grande repercussão no meio intelectual no Brasil e no mundo, tendo sido utilizado como referência nos principais jornais de circulação nacional como foi o caso, por exemplo, *O Estado de São Paulo* e *Correio da Manhã*. Além disso, o próprio periódico circulou dentro da revista médica *Medicamenta*, o que ampliou o seu poder de circulação, sobretudo, pela parcela intelectual da sociedade.

Neste sentido, os trabalhos que compunham o *Boletim*, em sua maioria, tematizavam “educação, imigração [sendo um dos mais polêmicos e discutidos assuntos], leis da hereditariedade, cultura nacional, casamento, doenças, classe social, entre outros” (Rocha, 2010, p. 36). A partir do ano de 1932, Renato Kehl passou a dividir a direção do *Boletim* com Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Júnior (1898-1988), que simpatizavam com os ideais de Kehl sobre a Eugenia.

Galton, em seus estudos, já defendia o controle reprodutivo dos indivíduos impróprios e o incentivo da reprodução dos bem-dotados. Essa prática, no Brasil, foi exaustivamente utilizada pelos eugenistas para tentativas de controle de casamentos e de exames pré-nupciais obrigatórios. Renato Kehl assinalou que, considerando que “quem é bom já nasce feito” (Kehl, 1929f, p. 01), a Educação encontra limites na domesticação dos indóceis, “cuja constituição é

resultante de um processo hereditario irremovível” (Kehl, 1929f, p. 01). Desse modo, uma maneira fácil de resolver isso com a população brasileira seria com

a simples resolução dos indivíduos fortes e inteligentes de se casarem até os 22 anos de idade, e o simples retardamento de 11 annos no casamento dos individuos dysgenicos, dariam em resultado a quadruplicação dos “bem dotados” ou dos elementos “constructores e uteis” á communitade, no decorrer de apenas um seculo (Kehl, 1929f, p. 02).

Era indispensável e urgente divulgar entre as pessoas pobres e incultas, “a necessidade de restringir a natalidade” (Kehl, 1929g, p. 01). O autor E. R.<sup>72</sup> publicou, no *Boletim*, que “pela educação sexual e por um perfeito conhecimento dos seus deveres perante a raça, os homens saberão um dia orientar, conscientemente, os seus instinctos em beneficio da colletividade” (E.R., 1930, p. 01).

Kehl relatou que as medidas eugênicas eram necessárias diante da origem do povo brasileiro. Essa constatação resultava da análise do censo demográfico de 1872, “em que foram computados 8.419.672 habitantes livres e 1.510.896 escravos, calculava-se existiam então 1.954.452 individuos de proveniencia legitimamente africana, 386.955 de ‘raça americana’ e 3.801.782 de mulatos e mestiços” (Kehl, 1929g, p. 01). A necropolítica e o racismo de Estado apresentam-se como uma estratégia biopolítica presente nas atitudes de Kehl ao registrar que

tendo em vista a diferença de densidade das tres camadas sociais, - uma levissima, de brancos, outra leve, de typos medios, e uma terceira macissa, de inferiorizados, não poderei deixar de opinar, favoravelmente, pela propaganda da limitação da natalidade no nosso paiz, sobretudo entre os individuos componentes da ultima camada (Kehl, 1929g, p. 01).

Diversos autores tentaram fazer ligações da Eugenia com os estudos sobre hereditariedade no *Boletim*, tanto direta quanto indiretamente, como Renato Kehl (1929f, p. 01, grifos do autor) que desumanizou os não-brancos ao dividir os indivíduos em três tipos: “gente innata e intrinsecamente **humana**, gente **domesticavel** e gente doente ou indomavel”. A necropolítica de Mbembe e o racismo de Estado de Foucault podem ser percebidos nesse processo de desumanização dos não-brancos. Ao abordar o assunto, Octávio Domingues (1930b, p. 03) colabora ao afirmar que a “herança biologica é um dos factores mais importantes.

<sup>72</sup> A utilização de abreviaturas e pseudônimos ocorreu de forma recorrente no *Boletim de Eugenia*, incentivada pelo próprio diretor fundador Renato Kehl (Kehl, 1930c). Durante os anos de publicação, o periódico apresentou textos assinados por ‘Um pae’ (ano 1, v. 3, 1929), ‘João do Norte’ (ano 1, v. 8, 1929), ‘Macrobio’ (ano 3, n. 29, 1931), ‘João Sem Nome’ (ano 3, n. 26, 1931). As abreviaturas mais frequentes foram: ‘C.C.’, ‘E.R.’, ‘W.F.K.’ e ‘M.S.’, responsáveis por mais de 25 artigos e traduções, como, por exemplo, os artigos traduzidos do Prof. Dr. Lundborg (Diretor do Instituto de Eugenia de Upsala na Suécia) assinadas pelo Doutor ‘W.F.K.’ (ano 2, n. 14, 1930 e ano 3, n. 34, 1931).

Cada dia mesmo cresce em seu prestígio, porque a ciência ha verificado que a saúde conseguida por meios artificiaes é um bem precario comparativamente á saúde herdada”.

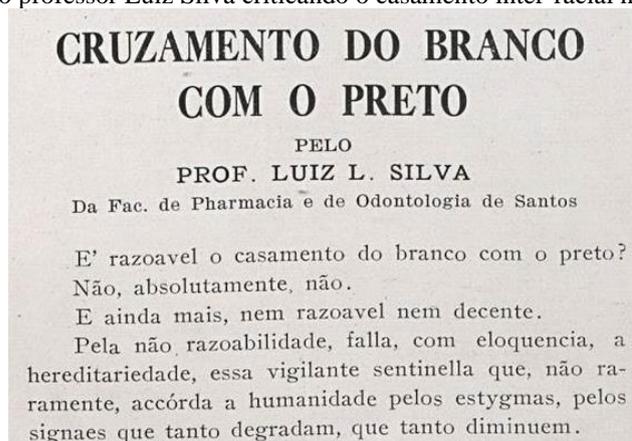
Piza Júnior (1933) escreveu longos artigos no *Boletim* sobre a genética do cruzamento do preto com o branco relacionando e comparando com os postulados mendelianos para justificar a superioridade branca e os malefícios da sua miscigenação com os pretos, notoriamente inferiores. Ao final da sequência de artigos, ele concluiu que o branco e o preto são tão diferentes sob variados aspectos, “que bem poderiam ser considerados como pertencendo a especies distintas. [...] O casamento do branco com o preto e dos mulatos entre si, é como um cruzamento inter-especifico, ou seja, um verdadeiro polihybridismo complicado por um elevado grau de heterozigose” (Piza Júnior, 1933, p. 10). Para o autor, as raças branca e preta vêm se reproduzindo por milênios “numa verdadeira promiscuidade de raças” (Piza Júnior, 1933, p. 11). O médico prossegue com sua análise traçando o cruzamento do preto com o branco sob os mais variados aspectos. Do ponto de vista zoológico, considera como natural, sob o aspecto antropológico, as uniões entre essas raças não são consideradas naturais e sob o ponto de vista social, “limitar-nos-emos simplesmente a dizer, que através do prisma social, o casamento do branco com o preto, quaisquer que sejam as vantagens que disso advenham para o individuo ou para a comunidade, deve ser considerado, na situação presente, como uma união repugnante” (Piza Júnior, 1933, p. 12).

A migração europeia era constantemente utilizada pelos intelectuais no *Boletim de Eugenia* como fator preponderante para o branqueamento da população, sendo este um fenômeno importante para a diminuição dos elementos inferiores do país, visto que, aos poucos, os recém-chegados iam

transfundindo o seu sangue nas veias do nosso povo, concorrendo, efficazmente, para que, dentro de algumas gerações, se modifiquem, de modo favoravel as condições da nossa nacionalidade, ainda composta, infelizmente, de inúmeros elementos trefegos, indisciplinados, fracos e instaveis, como se verifica, mesmo entre os mestiços com destaque social e politico do paiz (Kehl, 1929g, p. 02).

Dessa maneira, era necessária “a introdução de grandes contingentes de sangue aryano” (Telles, 1929, p. 03) para conseguir sanar “os erros do passado com a introdução do africano e com a mescla do indio [...] que tornaram o Brasil um conglomerado de mestiços” (Telles, 1929, p. 03). Para os eugenistas mais radicais, o casamento do preto com o branco, por exemplo, era inadmissível, como definiu o professor Luiz Silva (Figura 20).

**Figura 20:** Artigo do professor Luiz Silva criticando o casamento inter-racial no *Boletim de Eugenia*.



**Fonte:** Silva, 1931, p. 03<sup>73</sup>.

O artigo *Cruzamento de raças*, do professor Herman Lundborg (1868-1943) da Universidade de Upsala, traduzido para o *Boletim* pelo autor, que assina como W.K, traz uma discussão interessante sobre a mestiçagem. Em contraponto aos eugenistas mais radicais que condenam veementemente a miscigenação, ele aponta os prós e os contras nesse fenômeno:

do ponto de vista de raças inferiores a mestiçagem com raças biologicamente superiores será talvez recomendável, mas do ponto de vista da raça superior, seguramente não. A mestiçagem universal traria certamente a decadencia dos povos mais civilizados e a perda das suas mais altas capacidades (Lundborg, 1931, p. 01).

Entre os artigos mais racistas no *Boletim de Eugenia*, destaca-se *O Brasil e a raça*, assinado por João do Norte (1929), pseudônimo utilizado por Gustavo Barroso (1888-1959), que foi membro da ABL, diretor do Museu Histórico Nacional, um dos líderes do integralismo e teórico adepto do antissemitismo. O texto trata de um capitão alemão do século XIX, que considerou as tropas brasileiras como macacos. O autor concordou e afirmou que foi o péssimo aspecto físico de “nossa gente” que fez com que os brasileiros fossem apelidados pelos argentinos como macacos ou macaquitos. Na sequência, o texto tece elogios a Renato Kehl e ao seu livro *Lições de eugenia*, enfatizando os aspectos raciais da publicação, como a inferioridade e degeneracionismo dos mestiços, terminando seu artigo com a afirmação que o Brasil precisa aplicar a Eugenia e o branqueamento da população “com o correr dos tempos, seculos talvez, o Brasil, poderá ir trabalhando para se libertar da sua mestiçagem eugenicamente inferior e causa de seus desequilibrios, suas desharmonias e seus conflictos incompatíveis” (João do Norte, 1929, p. 04). Com efeito, em termos foucaultianos, esse racismo é, acima de

<sup>73</sup> Texto da figura 20: Cruzamento do branco o preto pelo Prof Luiz L. Silva da Fac. de Pharmacia e Odontologia de Santos – É razoável o casamento do branco com o preto? Não, absolutamente não. E ainda mais, nem razoável nem decente. Pela não razoabilidade, falla, com eloquencia, a hereditariedade, essa vigilante sentinella que, não raramente, accôrda a humanidade pelos estygmas, pelos signaes que tanto degradam, que tanto diminuem (Silva, 1931, p. 03).

tudo, uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, visto que a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é a condição para a aceitabilidade do fazer morrer: “se o poder de normalização quer exercer o velho direito soberano de matar, ele tem de passar pelo racismo” (Foucault, 2010, p. 216). Foucault (2010, p. 202) pondera que “o efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar”. Essa morte pode ser metaforizada em uma morte social ou civil, como uma estratégia biopolítica de desaparecimento que se daria pelo branqueamento da população ou controle da reprodução e não necessariamente uma morte física.

Renato Kehl demonstrou ser adepto da Eugenia mais radical com relação às questões raciais em alguns momentos no *Boletim*, como por exemplo, quando trouxe alguns trechos do seu livro *Sexo e Civilização: Aparas Eugênicas*, que depreciam os mestiços, compartilhando com o leitor um otimismo com o futuro étnico do país, que viria com a reprodução dos indivíduos superiores, da seleção natural, da imigração europeia, que seriam suficientes para branquear a população. No artigo, Kehl (1929h) concorda com Paulo Prado (1869-1943) que o branqueamento tem ocorrido no Brasil de forma contínua e que, depois de cinco ou seis gerações, estaria terminado (Prado, 1928).

O professor Ignácio da Cunha Lopes Filho (1871-1973), da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, em seu artigo sobre a democracia racial e o branqueamento da população afirma que “a população de origem africana, graças de certo á inexistencia do preconceito de castas, vai sendo rapidamente absorvida pelos cruzamentos felizes que se efetuam para gaudio da eugenia” (Lopes Filho, 1932, p. 50). Para ele, a raça negra achava-se “em franco declínio por via da absorpção rapida que se vai operando graças ás correntes imigratorias europeas” (Lopes Filho, 1932, p. 50).

O privilégio branco fica evidente em diversos momentos do *Boletim*, como na abordagem sobre os concursos de Eugenia e robustez, que, dentre outros critérios, analisou a ascendência racial dos inscritos. Renato Kehl comentou sobre a vencedora do primeiro concurso realizado em São Paulo, dando “parabéns á primeira brasileira eugenzada e a seus paes que devem estar radiantes com a victoria da pequerrucha” (Kehl, 1929e, p. 01-02). A vencedora deveria ser “a criança que mais se aproxima do tipo brasileiro” (Boletim de Eugenia, 1931a, p. 05), conforme descrição na propaganda para inscrições do 3º concurso de Eugenia na edição do folhetim de novembro de 1931. Crianças pardas ou pretas, evidentemente, não faziam parte do tipo brasileiro pretendido. Esse fato dialoga com a análise de Schwarcz (2024, p. 10) quando ela registra que “a branquitude também cria padrões de beleza e de sociabilidade, ao

mesmo tempo que é grande produtora de imagens e, portanto, de imaginários nacionais”, que são naturalizados pela sociedade.

O concurso de beleza *Miss Brasil* também foi pauta do *Boletim de Eugenia* em que Kehl (1929i, p. 04) apontou que “a escolhida para Miss Brasil parece-nos ser, plasticamente, a mais prendada de todas”. Ao comparar com as últimas vencedoras estadunidenses, o médico afirma estar certo de que “a nossa representante não fará má figura” (Kehl, 1929i, p. 04). A vencedora de 1929 foi a carioca Olga Bergamini de Sá (1911-1997). O privilégio branco é marca presente nesse tipo de concurso que movimentava a elite brasileira. Não cabiam mulheres pretas, pardas ou indígenas no período analisado por esta tese<sup>74</sup>. Neste sentido, Schucman (2012) esclarece que a estética branca é tomada com um valor, como um capital simbólico utilizado para aquisição de oportunidades em diversos campos, como oportunidades de trabalho, relações afetivas e privilégios.

A Eugenia era vista pelos intelectuais como a única solução para o problema da raça brasileira, como evidenciou o *Boletim de Eugenia* (1931b, p. 06), em artigo sem identificação do autor, citando o professor Werner Siemens, da Universidade de Munique/Alemanha: “a primeira condição da conservação do nosso povo, assim como da raça branca no seu conjunto, é a difusão concreta de solidos conhecimentos relativos á eugenia”.

No próprio *Boletim*, Humberto de Campos (1886-1934) e Renato Kehl fazem referência à nova publicação *Educação eugênica*, de direção e responsabilidade de Kehl. Na referida publicação, ao apresentar estatísticas oficiais, o eugenista demonstra a crise social no Brasil “que lhe ameaça a autonomia e a unidade, é mais um problema eugenico do que puramente social. As classes inferiores, com todos os seus defeitos de origem e de educação, ameaçam destruir os elementos que a antiga sociedade brasileira selecionara” (Campos, 1932, p. 45). Na publicação, deixou evidente que a Educação deve ser utilizada pelos preceitos eugenistas em favor da reprodução:

á educação peçamos valioso auxilio em favor do bom exito das medidas eugenicas. Pela educação podemos ensinar a todos os humanos a belleza das uniões eugenicas e pregar o horror á reproducção entre tipos cuja herança biologica claudicante fôr uma ameaça fatal á descendencia (Domingues, 1932b, p. 10).

A *Careta* foi uma revista ilustrada que circulou semanalmente no país desde 1908 até 1960. “Irreverente, a revista criada por Jorge Schmidt perduraria por décadas com características de um semanário que mantinha crônicas, fotografias, caricaturas, propagandas,

---

<sup>74</sup> A primeira não-branca a ser eleita Miss Brasil foi a parda Deise Nunes (1968-) em 1986, o feito só foi repetido depois de 30 anos, em 2016, com Raíssa Santana (1995-).

enfim, uma revista que legitimava seu estilo peculiar de variedades” (Carvalho; Cunha, 2015, p. 215). Humor, ironia e crítica, mesmo sem respeitar as posições hierárquicas na sociedade, foram características marcantes no magazine: “o humor e as caricaturas entravam da subjetividade para conseguir contornar as censuras e poder sugerir ao leitor algumas reflexões que poderiam ser diretamente problemáticas para o editorial” (Carvalho; Cunha, 2015, p. 217).

A Eugenia passou a vigorar com recorrência em reportagens e charges na *Revista Careta*, a partir da década de 1920. No início da década de 1930, outros temas na atmosfera eugenista foram abordados, como propagandas dos livros de Renato Kehl e artigos abordando a Eugenia propagada pelo arianismo de Hitler na Alemanha. Esses textos demarcavam a superioridade branca ariana em detrimento a outros tipos raciais, como as “morenas”, além do recorte de gênero, que não é objeto de pesquisa desta tese, como o artigo do médico João Peregrino Júnior da Rocha Fagundes (1898-1983), conhecido como Peregrino Júnior: “O Sr. Hitler, cujo programma de renovação eugenica da Alemanha é severo e avançado, volveu os seus olhos inexoraveis de ditador [...] e lançou aos nazistas um ‘ultimatum’ inesperado: Nada de morenas! Para casar, só as louras!” (Fagundes, 1933, p. 22). Apesar da evidente superioridade branca, o autor tece uma crítica ao Führer alemão, reigstrando que as morenas brasileiras têm muitas virtudes superiores em relação às loiras, ainda que as primeiras sejam inferiores em determinados aspectos: “são mais sentimentaes e mais sensiveis, são mais saudaveis, comem mais e são mais fieis. Em compensação, as louras mentem menos, são mais inteligentes e têm uma sensibilidade mais fina e subtil. Eis ahi o depoimento da sciencia” (Fagundes, 1933, p. 24).

**Figura 21:** Propaganda de perfume na revista *Careta*.



. Fonte: Quina Petróleo Oriental, 1939, p. 10.

Em outros momentos, o privilégio branco era expresso sutilmente, fazendo-o por meio do **Micropoder da Branquitude**, como na propaganda do perfume riviéra *Quina Petroleo Oriental*, que deixava os “cabelos sedosos, brilhantes, finamente perfumados” com a imagem de uma mulher branca com seus cabelos em destaque. Certamente, uma mulher preta ou parda não caberia no referido anúncio (figura 21).

Outra propaganda, dessa vez, do *Sabonete Eucalol*, feito de eucalipto, intitula-se como um sabonete genuinamente brasileiro e traz, em seu texto, que os brasileiros devem preferir produtos do Brasil, como o referido produto de higiene dada a sua qualidade. Ademais, “são vendidos por preços ao alcance de todos brasileiros” (Sabonete Eucalol, 1939, p. 16). Ao ver o desenho da imagem na figura 22, que representa os clientes, fica evidente que todos os brasileiros a que a postagem refere-se são brancos. Pretos, pardos e indígenas são invisibilizados em uma possível evidência ao racismo de Estado e a necropolítica, em que esses grupos são desprovidos de humanidade e, portanto, indignos de serem considerados brasileiros passíveis de consumir o produto.

**Figura 22:** Parte da Propaganda do sabonete Eucalol na revista *Careta*.



**Fonte:** Sabonete Eucalol, 1939, p. 16.

Em fevereiro de 1945, portanto, antes do final da Segunda Guerra Mundial e da ampla divulgação das atividades realizadas pela Eugenia nazista, até mesmo uma propaganda do creme dental Gessy na *Revista Careta* afirmava-se estar a serviço da Eugenia há 50 anos (figura 23). Esse fato demonstra como a Eugenia estava difundida na sociedade nas mais diversas áreas, até mesmo em uma publicidade de pasta de dente. A propaganda apareceu com essa referência ao movimento eugenista até dezembro do mesmo ano, ainda que a Segunda Guerra Mundial tenha terminado meses antes.

Figura 23: Propaganda do creme dental Gessy na revista *Careta*.

*Gessy protege no Ponto Vital!*

ONDE A ESCÓVA não atinge... começam as cáries. Proteja seus dentes nesse Ponto Vital, usando o Creme Dental Gessy.

Sua espuma, de ação ultra-penetrante, atinge onde a escóva não alcança: combate as fermentações dos resíduos alimentares, destrói os germes causadores da cárie, neutraliza o excesso de ácido, evita o tártaro.

Gessy é três vezes concentrado — custa menos, rende mais. Gessy limpa, dá brilho aos dentes e combate o mau hálito. Use Gessy três vezes ao dia.

**GESSY CUSTA MENOS!**

Compare Gessy com as demais dentífricos de alta qualidade. Verá que Gessy lhe oferece até 20% de vantagem no preço. Escolha qualidade e economia, escolhendo Gessy.

50 ANOS A SERVIÇO DA EUGENIA E DA BELEZA!

Fonte: Gessy, 1945, p. 27<sup>75</sup>.

Figura 24: Propaganda do Leite de Colônia na revista *Careta*.

**A CUTIS SEM IMPERFEIÇÕES FAZ A MULHER FELIZ**

**Leite de Colônia**

Rejuvenesce a epiderme  
limpa, alveia e amacia a pelle

Auxilia os seus encantos fazendo-se sempre mais bella. (Carmen)

Fonte: Leite de Colônia, 1935, p. 14<sup>76</sup>.

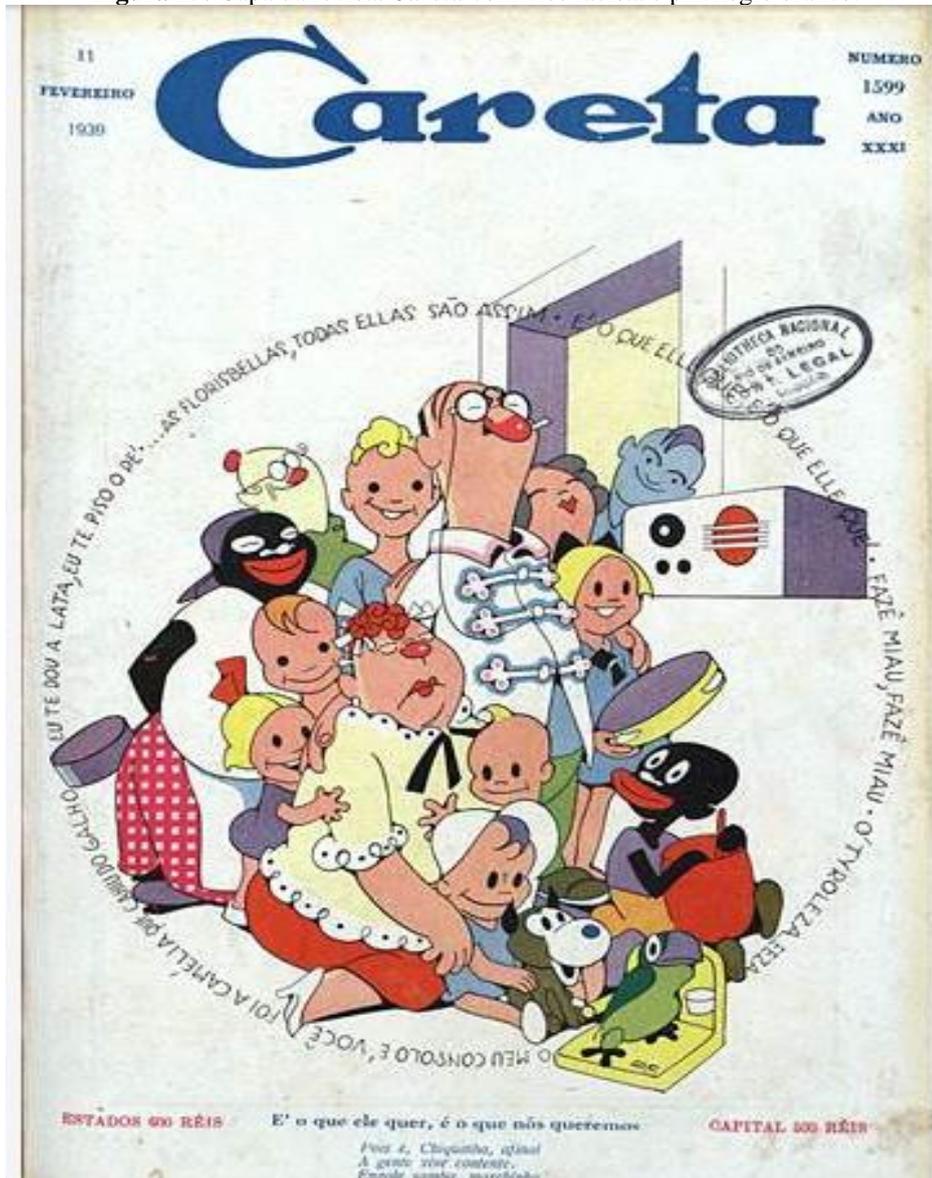
<sup>75</sup> Texto da parte inferior da figura 23: 50 anos a serviço da eugenia e da beleza!

<sup>76</sup> Texto da figura 24: A cutis sem imperfeições faz a mulher feliz. Leite de Colonia rejuvenesce a epiderme. Limpa, alveja e amacia a pelle.

O branqueamento, enquanto condição a ser alcançada para uma maior aceitação da sociedade, estava presente subjetivamente em diversos produtos que prometiam, por exemplo, alvejar a pele, como o *Leite de Colônia* que resolvia as imperfeições em prol da felicidade feminina (figura 24).

A capa da edição n° 1599, em fevereiro de 1939, trouxe uma charge em comemoração ao carnaval daquele ano (figura 25). Notam-se 13 personagens, sendo 11 brancos e dois pretos. Os últimos estão com suas fisionomias bem estereotipadas, sem cabelos evidentes, narizes achatados, com os lábios vermelhos demasiadamente desproporcionais aos dos brancos semelhantes aos de macacos, deixando evidente a inferioridade que se dá por meio da subjetividade.

**Figura 25:** Capa da revista *Careta* com viés racista e privilégio branco.



A mulher preta da imagem é gorda, está com lenço na cabeça, avental e uma panela na mão. Uma típica cozinheira daquele tempo, imortalizada pelo personagem Tia Nastácia de Monteiro Lobato (figura 14), inspirada na *Mommy* estadunidense. O menino preto está com uma roupa simples, comparando com as demais crianças e segura um recipiente que parece algum objeto utilizado na cozinha, com um objeto dentro similar a um cabo de colher de pau, enquanto outras crianças brancas estão sendo cuidadas por uma babá e estão com brinquedo e pandeiro nas mãos. Seria o menino preto um ajudante da mulher preta ou quem sabe filho dela? Essa dúvida certamente ficou na subjetividade do leitor da revista.

Para Carvalho (2014, p. 262), características físicas, como os lábios avolumados nos negros “acarreta uma referência entre a construção física e o estereótipo cultural, que se cristalizara na identificação de uma sociedade que enxerga seus pares por meio de ‘critérios raciais’”. De acordo com Silva (2023, p. 52), as raras vezes que pretos e pardos apareciam em veículos de imprensa, como as revistas, eram “seguidas de observações que ratificavam os estereótipos raciais que poderiam ser remetidos às teorias raciais que a narrativa da democracia racial, paradoxalmente, procurava negar”.

Os estereótipos carregados pelos pretos nessa charge são símbolos que nada têm de aleatórios. Schwarcz (2024, p. 24) expõe que os símbolos são elementos que fazem parte da rotina da população, muitas vezes, não são enunciados, cujo “significado vem do fato de serem compartilhados e aceitos pela sociedade. Sendo assim, eles acabam por dialogar com a realidade, produzindo e corroborando percepções, mas igualmente as concretizando”.

Aliado ao privilégio branco, a subalternidade e subserviência dos negros esteve presente nas páginas da *Careta*. Em 1922, um artigo declarou que crianças negras trazem alegria para a casa, como um animal de estimação:

eis aqui uma observação que não deixa de ser interessante. Em toda a casa onde ha crianças e um jardim, o quadro só tem realmente um aspecto de alegria quando entre as crianças ha um pretinho ou uma mulatinha. Para nós brasileiros o negrinho é o animal mais interessante da vida. Uma casa sem essa figurinha de destaque tem sempre uma mediocre apparencia de alegria (Careta, 1922, p. 18).

Essa referência já acompanha o Brasil desde os tempos de colônia, em que crianças até cerca de 5-6 anos eram tratados como animais de estimação. Após essa idade, eram transferidos para as atividades habituais de escravizados, como trabalho na lavoura, por exemplo. O francês Debret esteve em missão pelo Brasil de 1816 a 1831 e retratou uma cena semelhante em sua aquarela *Um Jantar Brasileiro*, que representa uma típica refeição brasileira: enquanto o marido ainda come silenciosamente, a mulher, já satisfeita, brinca com os negrinhos de estimação e os

escravizados esfomeados observam a cena trabalhando ou estão à disposição para servir (figura 26).

**Figura 26:** Aquarela *Um Jantar Brasileiro* de Debret.



**Fonte:** Debret, 1827.

Além da revista *Careta*, diversas outras revistas seguiam na mesma linha editorial, demonstrando a atmosfera eugenista que era exposta por intermédio dos processos de subjetivação no período de recorte desta tese. A revista *O Cruzeiro* foi editada de 1928 a 1985 e trazia variedades, contos, reportagens, colunas sociais, propagandas e outros conteúdos. Em 1938, apresentou uma grande reportagem sobre supostas feitiçarias realizadas no Congo, país da África. Com um tom exótico e preconceituoso, o texto traz uma narrativa de um homem que esteve no Congo e acompanhou de perto a vida e rituais sagrados daquele povo (figura 27).



Silva (2023) atribui a Cultura eugênica à quase ausência de pretos e pardos nas revistas, bem como em outros veículos da imprensa, como os jornais, pois era uma sociedade branca que representava os ideais do país. O autor complementa que “a presença pontual de negros e mestiços atendia a determinadas demandas culturais como no caso do carnaval e arte popular” (Silva, 2023, p. 52). Fotos da sociedade branca estavam constantemente nas revistas, estampando a cor que a nação queria mostrar para o país e para o mundo, como, por exemplo, o jantar dançante da figura 28 oferecido pelo prefeito de Poços de Caldas/MG, o doutor Assis Figueiredo, ao ministro Marques dos Reis. Segundo Schwarcz (2024, p. 11), a branquitude, na condição de uma representação social, “conforma uma sorte de ‘invisibilidade’ que não gera reflexão sobre si. Transforma-se, pois, na norma que não precisa ser nomeada, que classifica e estuda os ‘outros’ e que, não obstante, não é classificada - uma forma confortável de ser e estar na sociedade”.

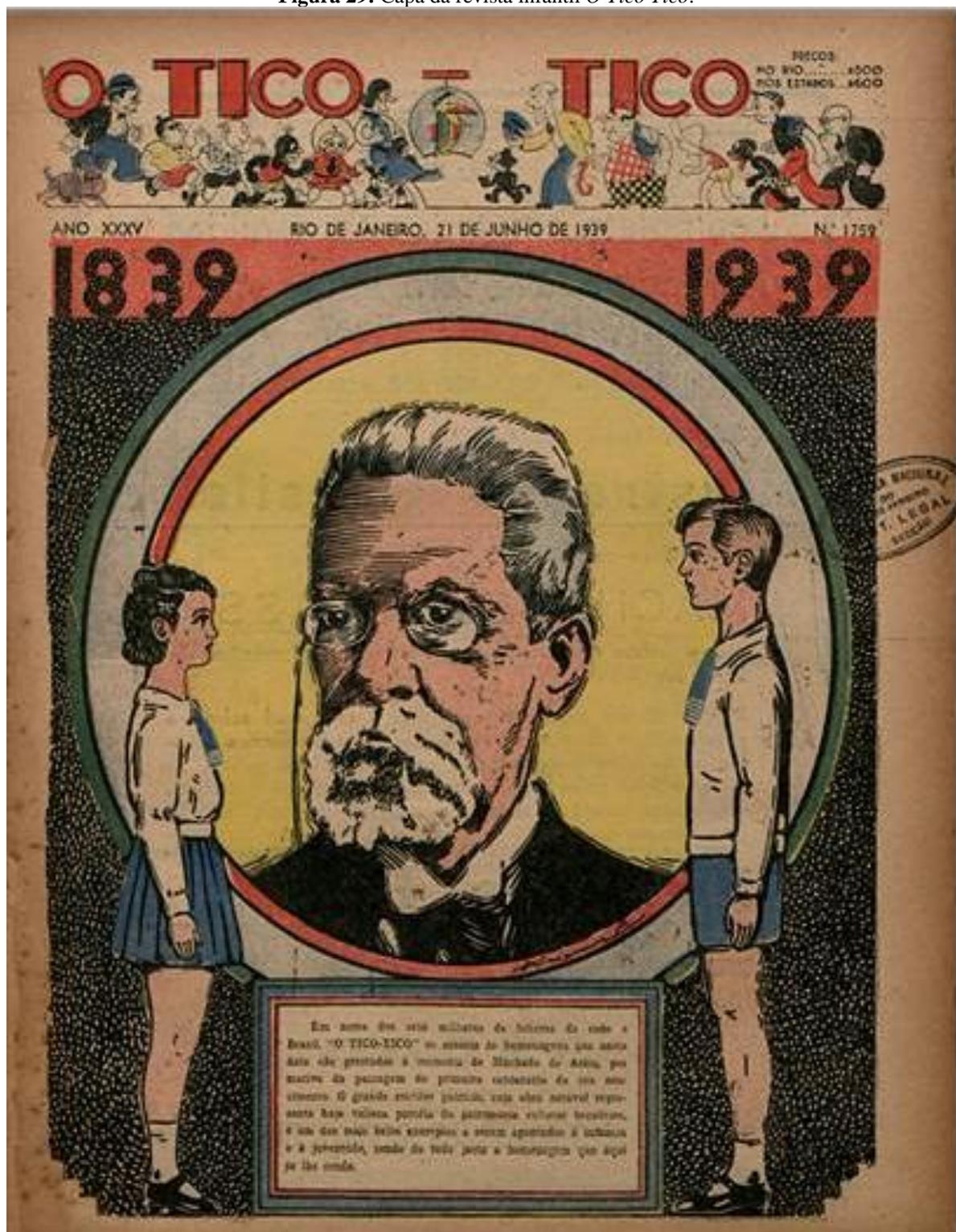
**Figura 28:** Fotos de coluna social na revista *O Cruzeiro*.



**Fonte:** *O Cruzeiro*, 1936, p. 10-11.

A revista infantil *O Tico-Tico* foi publicada de 1905 a 1977. Conforme as demais revistas do período, o magazine apresentava também o privilégio branco e estereótipos negros. Na capa apresentada na figura 29, logo abaixo do nome da revista, há uma série de pessoas representadas, em que é possível ver duas crianças pretas, parecidas com macacos. A edição nº 1759, em 1939, trouxe uma homenagem ao centenário de nascimento de Machado de Assis, que é representado branqueado, fenômeno apontado por Daflon (2017), Dávila (2006), Munanga (2020) e Nogueira (1985), em que o status social poderia branquear algumas pessoas, autorizadas indiretamente pela intelectualidade, como o exemplo do escritor.

Figura 29: Capa da revista infantil *O Tico Tico*.



Fonte: *O Tico Tico*, 1939, p. 01.

Além do *Boletim de Eugenia*, periódico especializado sob os mais variados aspectos do fenômeno social, os intelectuais do país conseguiram levar a subjetividade da Educação eugênica e das questões raciais a favor do privilégio branco para diversas outras revistas, como, por exemplo, na *Revista de Higiene e Saúde* em 1925, em que Kehl publicou o artigo *A*

*consanguinidade e a surdo-mudez*, que abordou sobre o controle da reprodução dos “bem-nascidos” a partir da necessidade da regulamentação dos exames pré-nupciais como política pública obrigatória (Souza, 2019). Já na *Revista Educação*, em 1928, Belisário Penna publicou um artigo com o texto da sua tese, apresentada na *I Conferência Nacional de Educação*, no ano anterior, que enfocou a Educação higiênica e eugênica nas escolas (Bonfim, 2017). Na *Revista das Clínicas*, o doutor Cunha Lopes publicou, em 1931, um folheto anexado à revista, denominado “Doutrinas e fatos da hereditariedade”, em que discorre, em 16 páginas, sobre “um resumo das doutrinas genéticas em evidência, com suas modalidades aplicáveis ao homem” (Boletim de Eugenia, 1932, p. 47). Na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, em 1929, João Ribeiro publicou o texto *Africanismos*. Ele tratou sobre as palavras africanas introduzidas no português falado no Brasil e declarou uma espécie de medo como “um terror secreto nos faz todos brancos, e esse mesmo pavor nos inibe da preocupação do índio e principalmente do negro”. A revista *Brazil Médico* foi editada semanalmente de 1887 a 1971 e abordava temas relacionados à Medicina e Cirurgia. A Eugenia, dada sua proximidade com a Medicina, esteve presente em diversos artigos ao longo de sua existência. A primeira menção à Eugenia foi em 1912 sobre o Congresso que havia ocorrido em Londres naquele ano, de modo a apresentar a nova ciência aos leitores e a importância da esterilização dos deficientes e degenerados (Brazil Médico, 1912).

No período de recorte desta tese, foram dezenas de revistas publicadas nos mais variados temas, além de revistas voltadas para variedades, conforme descrito anteriormente. É impossível esgotar todo esse vasto campo de pesquisa devido à quantidade de exemplares e da penetração que a Eugenia conquistou nas páginas dessas revistas ao longo das décadas, porém, com os excertos e imagens aqui descritos, é possível entender a atmosfera racial que a Educação eugênica, a subjetividade e o **Micropoder da Branquitude** promoveram no país em prol do privilégio branco que culminou na branquitude posteriormente.

### 6.2.5 “Typos a eliminar e typos a multiplicar”: Jornais

O período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX vivenciou uma revolução no mercado editorial. Os jornais que até então eram confeccionados de modo artesanal em tipografias de pequeno porte, “passaram a demandar equipamentos e métodos de produção específicos que permitiam caracterizá-los como atividade industrial” (De Luca, 1999, p. 36).

Seus proprietários, subordinados à lógica do capital, viram-se instados a assegurar a saúde financeira do empreendimento, o que exigia uma administração racional, capaz de otimizar lucros, aliada à atualização constante da maquinaria e das técnicas. Tratava-se de atender os imperativos da produtividade e de oferecer ao público uma mercadoria visualmente aprimorada, que incorporasse os rápidos avanços registrados nos processos de impressão (De Luca, 1999, p. 36).

Reportagens, crônicas, propagandas, entrevistas, coluna social, literatura, foram gêneros que passaram a ser cada vez mais elaborados. Seções e colunas específicas começaram a surgir, sendo cada vez mais especializadas, como: colunas dedicadas ao público feminino, colunas sociais, espaços destinados à saúde, esportes, policial, lazer, dentre outras áreas. A fotografia substituiu a litografia e a xilografia, figurando ao lado de ilustrações, caricaturas e charges.

O jornal ditava estilo, moda e passava a fazer parte da vida das grandes cidades, impondo um ritmo cada vez mais apressado. Ao passo em que certos autores, intelectuais e artistas passaram a ser consagrados e conquistaram fama, prestígio e lucro ao estamparem jornais, outros caíam no ostracismo e na insignificância a partir de suas ausências nas páginas impressas de cada edição. “Nas primeiras décadas do século XX, parte considerável da vida intelectual brasileira gravitou em torno da imprensa, encarada como uma atraente oportunidade de trabalho para os homens das letras” (De Luca, 1999, p. 37).

No período abrangido por esta pesquisa, a imprensa acessava “a cultura cotidiana e que ao transcrever acontecimentos e expressar opiniões de grupos específicos, escolhe o que é dito e o que não vale o registro, de tal forma que seleciona por aproximação ideológica, os discursos a serem distribuídos e expostos à comunidade” (Souza, 2017, p. 1587).

Dezenas, *quicá* centenas, de folhetins circularam pelas ruas do país desde a criação da imprensa no Brasil, sobretudo, nos grandes centros urbanos. *A Epoca*, *A Gazeta*, *A Noite*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *Folha da Manhã*, *Folha da Noite*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Commercio*, *O Malho*, *O Globo* e *O Jornal*, são alguns dos jornais que circularam pelo país. Muitos deles não são mais editados, como o *Correio Paulistano*, por exemplo, que foi editado de 1854 a 1963. Outros permanecem ativos, como o *Estado de São Paulo* (fundado em 1875<sup>78</sup>), o *Folha de São Paulo* (fundado em 1921<sup>79</sup>) e *O Globo* (fundado em 1925).

Aqui, neste tópico, foi descrita uma pequena amostra, porém significativa, da vastidão de fontes históricas que dialogam com a pesquisa desta tese. Diante da grande quantidade de jornais e edições, seria impossível esgotar todas as fontes disponíveis, visto que a Eugenia,

---

<sup>78</sup> O jornal *O Estado de São Paulo* foi criado com o nome de *A Província de São Paulo*. Com a Proclamação da República, em 1889, foi efetuada a troca do nome do jornal, que passou a ser grafada no folhetim a partir de 01 de janeiro de 1890. Em 1892, o jornal modernizou sua grafia, passando a ter o “São” abreviado.

<sup>79</sup> O jornal *Folha de São Paulo* foi formado pela fusão do *Folha da Noite*, fundado em 1921, *Folha da Manhã*, edição matutina do anterior, fundado em 1925 e *Folha da Tarde*, fundado 24 anos depois.

temas raciais e outras ciências relacionadas como Sanitarismo e Higiene social foram temas frequentes nas páginas dos folhetins.

O recorte racial com o privilégio branco em detrimento ao apagamento negro estava presente nos jornais do país. Por vezes, o Brasil era retratado como uma verdadeira democracia racial, outras vezes, populações negras estavam presentes como protagonistas em determinadas reportagens, como nos carnavais, matérias policiais e outras estereotipadas. Para Schwarcz (2024), o nacionalismo foi construído no Brasil com (e para) raça e gênero demarcados: homens brancos. Conforme a antropóloga, “a língua, a história, os mapas, a literatura, os jornais, a propaganda e as imagens cumprem papel fundamental no sentido de tornar natural, ou pouco passível de questionamento, o que na verdade é da estrutura da engenharia social” (Schwarcz, 2024, p. 27-28). A Eugenia apareceu nas páginas dos jornais “com discursos patrióticos e intenções político/morais dirigidas à melhoria da raça brasileira” (Souza, 2017, p. 1586). Um exemplo é uma reportagem em *O Jornal*, de alguém que assinou com as iniciais E.T., que definiu que a Eugenia precisa dar conta da pobreza étnica do povo brasileiro. Para o autor, a pobreza tem cor e não é branca (E.T., 1920).

Renato Kehl foi um intelectual constante nas páginas dos jornais. Ele esteve presente em reportagens, entrevistas, colunas semanais e até nas colunas sociais, o que reforça sua importância no meio intelectual e político nacional, propagando a Eugenia pelo país e pelo mundo. Sem citar nominalmente a raça, Kehl (1930d) em artigo intitulado *A criminalidade como destino*, explicou que há um determinismo verdadeiro e indiscutível que “é o determinismo biológico. Os estudos modernos sobre hereditariedade, constituição e temperamento demonstram a evidência que todos nós estamos presos a uma fatalidade orgânica e psychica” (Kehl, 1930d, p. 02).

Ao retornar de sua viagem à Alemanha em setembro de 1928, Renato Kehl concedeu entrevista à imprensa carioca e afirmou ao *O Jornal* que viu com alegria que os países europeus estavam se preocupando muito com a capacidade racial, que só a Eugenia seria capaz de melhorar a raça e ajudar a vencer o perigo da decadência. Para isso, “terá que zelar pela defesa étnica, eliminando os efeitos da ‘contra-selecção’, que são terríveis. É este o critério dominante na Alemanha, onde o futuro da raça é preocupação máxima” (Kehl, 1928, p. 04). Desse modo, a superioridade branca foi comentada por Kehl, de forma indireta, quando ele argumentou que o movimento eugenista europeu deveria servir de modelo para o Brasil, sobretudo, na Alemanha que estava conseguindo produzir um maior número de homens válidos.

Conforme já descrito anteriormente, essa viagem foi um ponto de virada no pensamento de Renato Kehl, que passou a propagar a Eugenia negativa, em detrimento da Eugenia positiva.

O debate espalhou-se pela intelectualidade e ganhou os jornais. Em 1934, em reportagem do *Correio da Manhã*, cujo título era *A esterilização dos degenerados*, Floriano de Lemos (1885-1968) trouxe reflexões sobre a esterilização eugênica como elemento principal sobre a discussão das esterilizações que estavam ocorrendo na Alemanha nazista com o objetivo de Hitler em aperfeiçoar a raça ariana. O médico trouxe diferentes pontos de vista e concluiu que, na realidade brasileira, não cabia esse tipo de procedimento. Ao longo de seu texto, a superioridade branca e a inferioridade negra foram evidentes, bem como os estereótipos ligados aos negros, que contribuem para os processos de subjetivação dos sujeitos. Ao explicar sobre um exemplo de uma vizinha quando morou no bairro do Catete no Rio de Janeiro, o neolamarckista manifestou-se: “havia um portuguez casado com uma senhora muito escura, de nariz chato, cabelos impossiveis de pentear e grandes beiços pendurados” (Lemos, 1934, p. 04). Outro fato curioso de seu texto, deixa nítida a sua crença na herança por caracteres adquiridos e sua dúvida em ser adepto da esterilização eugênica:

vi, na minha clinica, uma senhora que teve treze filhos. todos de cabelos pretos, ser surprehendida com o nascimento de uma menina de cabelos vermelhos como os estigmas do milho. E a unica explicação que a mãe achou para aquello foi esta: durante a gestação, viera para a sua casa uma prima muito amiga, de cabellos vermelhos, que ella não via ha muito tempo e cujo aproximação lhe dera então uma grande alegria. Assim, sendo a herança ainda tão cheia de incognitas, não sei como procurar-se na esterilização hitleriana uma garantia scientifica do futuro da raça (Lemos, 1934, p. 04).

Para Schwarcz (2024, p. 240), no controle dessa reprodução: “previam-se medidas anticoncepcionais e a esterilização para elementos provenientes de classes mais desfavorecidas e empobrecidas, compostas de negros e mestiços - considerados ‘elementos inferiores’”. A esterilização foi abordada por Kehl no jornal *Gazeta de Notícias*, em 1923, quando defendeu uma hominicultura, uma espécie de condução na seleção da reprodução humana da mesma forma que os zootecnistas faziam com as espécies animais. Em sua visão, os indivíduos deveriam ser registrados em uma repartição especializada denominada Registro Genealógico Oficial, que deveria “assignalar as nobrezas phisicas, intellectuaes e moraes da élite, da verdadeira élite eugénica” (Kehl, 1923c, p. 01). Mostrava-se evidente a dualidade nos cadastros e autorizações pretendida de brancos e não-brancos:

um indivíduo para casar-se terá de sujeitar-se a uma minuciosa analyse do seu registo e da sua propria pessoa; só depois da folha corrida, fornecida pela repartição genealogica e do attestado de sanidade, terá o honroso direito ao casamento prolifico. Sim, prolifico, porque os individuos considerados inaptos à procriação terão apenas direito aos prazeres do himeneu, quando préviamente submettidos à esterilização (Kehl, 1923c, p. 01).

Em outra reportagem no *Gazeta de Notícias*, Kehl (1923d) ponderava que é necessário eliminar paulatinamente os sub-homens promovendo esterilização nos disgênicos. Para o eugenista, nessas condições “será preciso considerar os **tipos a eliminar** e os **tipos a multiplicar**; além disso, estabelecer os preceitos destinados à proteção individual sob todos os aspectos pela educação, pelo exame de sanidade pre-nupcial, pela puericultura ante e post-natal” (Kehl, 1923d, p. 01, grifos do autor). Os termos realçados por Kehl deixam evidente a essência da Eugenia enquanto estratégia biopolítica e de racismo de Estado, sobretudo, pela máxima “Fazer viver e deixar morrer”, ou seja, fazer viver os tipos a serem multiplicados e deixar morrer os tipos a serem eliminados em uma espécie de guerra das raças, a partir do biológico. A necropolítica também pode ser entendida nesse trecho, já que, mais do que serem deixados morrer, eles são tipos a serem, de fato, eliminados. A morte e o desaparecimento dos indesejáveis, na leitura foucaultiana e mbembiana, é essencial para o bem viver dos “homens perfeitos, sãos, felizes e sociáveis” (Kehl, 1923d, p. 01), ou seja, a morte de alguns era em benefício ao bem viver de outros.

Athayde (1929, p. 04) asseverou que a Eugenia brasileira tinha o objetivo de “chegar ao superhomem por meios puramente humanos” o que ocorreria por meio do aperfeiçoamento biológico da raça, utilizando os conhecimentos sobre a hereditariedade. Os pretos e pardos, certamente, não faziam parte desse super-homem brasileiro desejado. Em um discurso que demonstra as contradições da época, ao comparar com o trecho de Athayde (1929), o presidente Getúlio Vargas, em passagem pelo Recife, em 1933, disse que o estado de Pernambuco merece todas as honrarias por ter vencido a luta contra os holandeses: “para defender a Patria que surgia, amalgamou, com o sangue vertido em commum, o branco, o indio e o negro, libertando-nos, para sempre, do preconceito da côr e fundindo as tres raças que deveriam formar o cerne da nacionalidade” (Vargas, 1933, p. 02). A atmosfera da democracia racial mostra-se evidente nesse trecho do presidente e atuava como um dispositivo de segurança no sentido de assegurar uma harmonia entre as raças.

Em 1927, em um conto intitulado *A novena do pretinho Thomé*, a autora Maria Rosa Resedá, em *O Jornal* conta a história e as mazelas de um menino negro órfão trazido da África. Sua imagem é um desenho estereotipado, em que não é possível definir corretamente as feições (figura 30). Na narrativa, o menino faz uma novena para Nossa Senhora. Durante os nove dias, ele comparece na igreja e pede para tornar-se branco. Ao final do período, ele recebe um bilhete “antes ser negrinho de corpo e branquinho de alma” (Resedá, 1927, p. 08). Uma senhora auxilia o menino na interpretação: “a mãe do céu antes quer que tu sejas preto, mas que a tua alma se conserve branca, pura, quer dizer: que caminhes sempre pela estrada do bem” (Resedá, 1927,

p. 08). Essa história reflete o pensamento da época sobre o branqueamento da população e provoca, na subjetividade do leitor, por meio do **Micropoder da Branquitude**, o que todo negro deveria almejar: ser branco, quando não na cor da pele, pelo menos, que fosse na alma. Vale salientar que, na atualidade, existe um provérbio de cunho racista que pode ser relacionado com esse conto: “preto de alma branca”, utilizado quando se quer fazer algum elogio para aquele indivíduo negro. Em outro conto do jornal, novamente o branco e o preto entravam em oposição aos sentimentos. Dessa vez, em 1920, sob o título de *Alma Negra*, o conto tratava de uma mulher branca que havia traído seu marido e essa espécie de crime a fazia ter alma negra. “Do negror do seu crime nascerá impiedoso o castigo. [...] Alma negra! A eterna maldição te acompanhe” (Diniz, 1920, p. 02). A associação do preto a elementos e sentimentos ruins, pejorativos e degradantes era uma constância no racismo cotidiano que se estruturava cada vez mais na sociedade, porém seguia disfarçado sob a égide da democracia racial.

Figura 30: Conto sobre um menino negro em *O Jornal*.



Fonte: Resedá, 1927, p. 08<sup>80</sup>.

Sobre a perpetuação de estereótipos, uma pequena reportagem não assinada, em 1920, retrata a estranheza do carnaval e de suas músicas em uma evidente alusão aos negros que atuavam como protagonistas dessa festa. “A musica barbara dos sambas e cordões é selvagem,

<sup>80</sup> Título da reportagem da figura 30: A novena do pretinho Thomé.

e tem muito de africano, reminiscências, talvez, dos tempos da escravidão longínqua, perpetuadas nos carnavais, que se sucedem” (A Propósito..., 1920, p. 02). O texto prossegue fazendo elogios aos europeus, afirmando que eles sabem cantar e apreciar um bom canto.

O historiador da arte Rafael Cardoso define que a importância do carnaval como mecanismo de coesão social não deve ser subestimada:

desde suas origens nas festividades de entrudo, na era colonial, o Carnaval sempre operou como um mecanismo para subverter relações de poder e propriedade. Até hoje, ele é visto como um hiato temporário nas convenções sociais e uma licença para sustar proibições em nome da folia. Mesmo que atravessada por disparidades de classe e raça, gênero e sexualidade, a atitude carnavalesca preconiza um efetivo afrouxamento de regras e potencializa a possibilidade de encontros inesperados, além de permitir cruzamentos de fronteiras e territórios (Cardoso, 2022, p. 94).

Inúmeras reportagens estamparam as páginas dos jornais sobre a Política imigratória brasileira. Ao abordar sobre o tema, uma reportagem, em 1921, em *O Jornal* relata que imigrantes negros são indesejáveis. Além de outras justificativas, o texto indica que eles seriam perigosos do ponto de vista eugênico, pois poderiam “perturbar o processo de caldeamento e depuração que cumprimos já quatro séculos” (As Imigrações..., 1921, p. 01) em uma nítida alusão ao branqueamento da população. O medo, como um dos elementos da branquitude, também é visto no texto: “com uma longa tradição de odios, os negros norte-americanos viriam trazer para o nosso meio uma divisão de raças que não conhecemos” (As Imigrações..., 1921, p. 01).

Os imigrantes brancos europeus, apesar de bem-vindos para atuarem na política de branqueamento da população desde o final do século XIX e de continuarem vindo em remessas expressivas durante o período de recorte desta tese, a partir do final da década de 1920, começaram a ser cada vez mais regulados para entrada no Brasil, pois intelectuais tinham dado “o grito de alarme com receio do aumento da criminalidade e das taras mentais e físicas que uma emigração excessiva e mal selecionada poderia causar” (Souza, 1928, p. 02). Para o autor, em reportagem no *Gazeta de Notícias*,

alguns sábios fizeram vêr perigos que a mestiçagem podia apresentar para o vigor da raça. Ora, o caldeamento das populações tem fatalmente como resultado a mistura dos sangues, quaesquer que sejam as precauções de caracter legislativo tomadas no interior do país contra os casamentos mixtos (Souza, 1928, p. 02).

As propagandas foram presença constante em todos os jornais e a representação de brancos e não-brancos era bem demarcada. Enquanto pessoas brancas eram retratadas em posições de poder, privilégio e superioridade, como a mulher bela e fascinante do restaurador

de cabelos Juventude Alexandre, em 1918, no Jornal *A Época*, como se observa na figura 31 ou eram retratadas como clientes da loja de presentes Casa Sú no *Correio da Manhã* (figura 32).

**Figura 31:** Mulher branca bela e fascinante em propaganda de produto para cabelos.

**Ser bella e fascinante**

— Como ?  
— Simplesmente usando o

**JUVENTUDE - ALEXANDRE**

unico restaurador dos cabellos que evita a sua queda e a caspa.

— E quando?  
— Já imediatamente compre um frasco da

**JUVENTUDE - ALEXANDRE**

que custa apenas 25000 e poderá ser bella e fascinar o mundo.

— Il onde se vende esse preparado ?

A JUVENTUDE-ALEXANDRE

vende-se em todas as Perfumarias e Drogerias.

Fonte: Juventude Alexandre, 1918, p. 08.

**Figura 32:** Mulheres brancas retratadas como consumidoras em loja de presentes.

**Presentes**

**QUE ENCHEM DE ALEGRIA**

★ Porque são vestidos lindos, blusas, saias, maillots, sweaters, lingerie, etc.. E meias de seda de todas as malhas, em tonalidades que realçam a sedução. Presentes úteis da mais alta qualidade.

**Casa Sú**  
GONCALVES DIAS - EQ. ASSEMBLEIA  
RIO

PANAM

Fonte: Casa Sú, 1943, p. 07.

Em oposição, a representação de pretos ou pardos em propagandas ilustravam pessoas doentes, como na campanha do xarope Bromil, no *Jornal do Commercio* do Amazonas em 1917, que prometia curar a tosse e a degeneração, chamada de miséria física, sendo que a imagem deixa evidente que o indivíduo está doente, pois não tomou o remédio como se observa na figura 33 ou são completamente estereotipados, como retratado na figura 34.

**Figura 33:** Homem não-branco doente em propaganda de remédio para tosse.



Fonte: Bromil, 1917, p. 04.

**Figura 34:** Meninas negras estereotipadas em propaganda de medicamento para prisão de ventre.



Fonte: Negritas, 1938, p. 16.

Sobre a figura 34, Schwarcz (2024, p. 307) analisa seu teor:

duas meninas negras aparecem estereotipadas, com lábios volumosos, cabelos curtos encaracolados, praticamente nuas e sem sapatos. Mesmo assim têm “ar petulante”, numa clara associação com a sexualidade negra. A propaganda é feita da caricatura fácil, que vira e mexe explora preconceitos sociais, aumentando ou deslocando imaginários existentes na sociedade. Mulheres negras - meninas negras - curariam até prisão de ventre. A piada com toda a certeza não tem graça nenhuma.

A raça branca carregava o fardo da herança da missão civilizatória do período colonial, para ensinar e normalizar os princípios de higiene, especialmente, entre as classes menos favorecidas, dentre elas, os pretos, pardos, indígenas e brancos pobres. A Eugenia atuou no “imaginário popular, que tinha no espaço do lar o seu grande alvo e nas propagandas uma forma inesperada de difusão de máximas eugenistas, sobretudo endereçadas à raça negra” (Schwarcz, 2024, p. 244). Assim, produtos de higiene e beleza e, por consequência, o asseio, eram associados ao combate às doenças, que, por sua vez, estavam atreladas à pobreza e à raça negra que compunham os degenerados. “E é esse debate que transforma com facilidade um conjunto de teorias acadêmicas numa disputa em torno do sabão e seus derivados de limpeza” (Schwarcz, 2024, p. 245).

A superioridade branca, por meio do **Micropoder da Branquitude**, estava presente nas páginas dos jornais, dentre outras formas, pelos concursos de beleza. Na edição de 15 de dezembro de 1929, em *O Jornal*<sup>81</sup>, uma grande reportagem de Nóbrega da Cunha trazia informações sobre o concurso de beleza feminina que seria realizado pelo jornal *A Noite* e trazia consigo uma justificativa desse tipo de seleção: “Ha o objectivo racial, concorrendo para a melhoria do nosso typo ethnico, de acordo com o principio eugenico - uma mulher sã, de formas modelares, perfeitas, será, amanhã, mãe de um filho perfeito” (Cunha, 1929, p. 01).

Assim, presume-se que não havia espaço para pretas e pardas nesse tipo de certame, em que a branquitude operava de maneira relacional de modo que o branco via-se como uma construção social que operava como uma normalização que constitui o outro. No sentido de: “eu me faço superior na medida que te faço inferior” (Schwarcz, 2024, p. 47). Esse contexto fica evidente na figura 35, em que as misses estaduais de 1929 com seus paraninfos posam para fotografia da primeira página do jornal *A Noite* em uma das festas em comemoração ao concurso que movimentava a sociedade. Todos, na imagem, são brancos.

---

<sup>81</sup> A mesma reportagem foi enviada pelo jornal *A Noite* para os jornais *Estado de Minas*, *Diário de São Paulo* e *O Jornal*.

**Figura 35:** Misses estaduais com seus paraninfos e convidados de festa em homenagem ao concurso de 1929.



**Fonte:** Nas vésperas..., 1929, p. 01.

Em 1938, era evidente a atmosfera de branqueamento da população que acontecia no Brasil por meio da mestiçagem e da imigração europeia, tanto que não houve o levantamento do quesito cor/raça no censo de 1920, por não ser considerado necessário. Naquele ano, o jornal *Correio da Manhã* fez uma grande reportagem, no dia 06 de setembro, destacando as comemorações ao Dia da Raça, que havia sido instituído três anos antes.

Quem observou com atenção o typo racial e eugenico dos meninos e rapazes, que, aos milhares, no dia de ante-hontem encheram as lindas praças do centro da cidade e que com garbo irreprehensivel, para suas edades, foram passados em revista pelas mais altas autoridades administrativas do paiz, não póde deixar de se ufanar e se vangloriar com a depuração ethnica que se vem processando, lenta e gradativamente em nossos meios. [...] O brasileiro ainda é uma raça em formação (As Commemorações..., 1938, p. 01).

No mesmo ano, o presidente Vargas, nas comemorações do Dia da Raça, voltou a responsabilizar a Eugenia para o futuro da nação com tom nacionalista: “as comemorações da patria e da raça deverão ser, daqui por diante, uma demonstração inequivoca do nosso esforço pelo levantamento do nivel cultural e eugenico da mocidade, fonte de revigoroamento das energias nacionaes e penhor seguro do progresso da patria” (Vargas, 1938, p. 01).

O movimento eugenista tentou justificar a superioridade branca e a inferioridade negra sob os mais diversos aspectos. Renato Kehl, em sua coluna no *Correio da Manhã*, argumentou que os filhos legítimos proporcionam “famílias bem constituídas [e que isso] está na razão directa da maior proporção dos habitantes de côr branca” (Kehl, 1930e, p. 02). Ele tentou justificar sua teoria ao comparar a quantidade de filhos ilegítimos na Bahia e Porto Alegre: “na Bahia, onde a raça negra prepondera, a ilegitimidade foi de 50% em 1928. [...] Em Porto Alegre, onde predominam os elementos brancos, a percentagem encontrada foi de 10%” (Kehl, 1930e, p. 02).

No *Jornal do Commercio*, além de Kehl (1932e) argumentar que os superiores devem casar-se mais cedo que os inferiores, para ajudar a dissolver a parte residual da raça humana na sociedade, composta por famílias cada vez mais numerosas destes últimos, ele deixa claro que a mestiçagem deveria ser condenada sob todos os aspectos, sendo considerada uma aberração o casamento de um homem branco com uma mulher negra ou vice-versa. “os casamentos devem, portanto, se processar dentro da mesma raça e, de preferência, da mesma classe” (Kehl, 1932e, p. 03). O autor ainda defendeu que os casais de bem-dotados deveriam receber incentivos financeiros do governo para terem filhos.

Diante do exposto, notam-se diversas situações que, na atualidade, são entendidas como racismo. Porém, a atmosfera de democracia racial do período não permitia que fossem consideradas como tal. Em uma pesquisa com a palavra “racismo” no *Jornal do Commercio* (RJ) de 1930 a 1939 foram contabilizadas 132 ocorrências do termo. Quase todas abordam sobre o racismo hitlerista e fascista liberal que utilizava o antissemitismo e prosseguia na Europa em busca da pureza racial (algumas registram o racismo ou seu combate em países como Argentina, Espanha, Estados Unidos ou Inglaterra). Uma dessas reportagens associou o que ocorria na Alemanha com o integralismo no Brasil, ainda assim, negando o racismo local: “crêmos no repudio total da mentalidade brasileira, de qualquer estúpido principio racista em nossa Patria. Crêmos na mocidade nossa, christã e nacionalista. Impermeavel á infamia de qualquer racismo ou preconceito racial” (Attar Netto, 1936a, p. 06). Apenas duas ocorrências explanavam sobre o racismo no Brasil, ainda assim, de forma sutil, superficial e sem aprofundar no tema, como, por exemplo, quando a reportagem aborda sobre a psicologia do estudante brasileiro, na ocasião da formatura da turma de bacharéis em Direito de 1936, em que a democracia racial foi posta:

a defesa deste passado e deste patrimônio, a democracia brasileira, que é nossa formação, isenta de racismos ou preconceitos racistas, é, porque foi e será, outro traço da psychologia do estudante brasileiro, onde productos desta nova ethnia, são orgulhos da nossa Patria, jamais idéa de casta ou grupo privilegiado. Jamais idéa de seja qual fôr a excepção. Orgulho desta nova ethnia. [...] Seja qual fôr o racismo que empolgue, [...] jamais terá abrigo no coração e na alma deste povo brasileiro, que só pode ter, só quer um orgulho: o de ser integralmente brasileiro, sem esquecer jamais que é profundamente humano (Attar Netto, 1936b, p. 07).

A outra ocorrência em que o racismo no Brasil é citado foi protagonizada por Alceu Amoroso Lima (1893-1983), imortal da ABL, que fez um discurso em conferência no Palácio Itamaraty e que foi publicado na íntegra no *Jornal do Commercio*, em que ele falou sobre o racismo. Lima (1939) considerou que a raça brasileira estaria ainda longe de estar formada, sendo ainda instável. O imortal da ABL defendeu que raça e cultura são conceitos que não

dialogam entre si e o racismo, abordado sem aprofundamento, foi citado como sendo apenas “a ultima heresia sociologica, com que se pretende illusoriamente combater a penultima heresia sociologica, o Communismo” (Lima, 1939, p. 05).

A escassez de reportagens que abordem o racismo no período deixa evidente a impregnação da democracia racial na sociedade. Para Foucault, o racismo moderno está ligado diretamente à técnica e tecnologia do biopoder, como um instrumento de controle político e de regulação econômica, bem como ao funcionamento de um Estado que utiliza a guerra das raças a partir da estatização do biológico. “A justaposição, ou melhor, o funcionamento, através do biopoder, do velho poder soberano do direito de morte implica o funcionamento, a introdução e a ativação do racismo. E é aí, creio eu, que efetivamente ele se enraíza” (Foucault, 2010, p. 217- 218).

Era comum que os meios de divulgação, comunicação e mídia fizessem menção ou mesmo propaganda sobre outros meios, como o *Gazeta de Notícias* que trouxe uma propaganda do livro recém-lançado de Renato Kehl: “está de parabens a literatura scientifica nacional com o apparecimento da ‘A Cura da Fealdade’, notavel trabalho [...] do autor consagrado de varias obra sobre tão momentoso e palpitante assumpto de medicina social” (Livro..., 1923, p. 09). Os livros serão objeto de análise do próximo tópico.

### **6.2.6 Entre o sangue maldito das raças inferiores e o sabão de coco ariano: Livros**

Apenas Renato Kehl, principal expoente da Eugenia no Brasil, publicou mais de 30 livros. Foram obras escritas em estilos diferentes, com temas variados e para públicos diversos, como educadores, pais e estudantes. A grande maioria deles aborda temas sociais, Eugenia e Higiene, mas também estiveram presentes obras em outras áreas, como Filosofia e Saúde. Monteiro Lobato, Roquette-Pinto, Octávio Domingues e Oliveira Vianna são outros exemplos de eugenistas que tiveram ampla publicação de livros, cada um em sua área de atuação. Além dos eugenistas, outros intelectuais, igualmente, tiveram suas obras publicadas na primeira metade do século XX e que apresentam relevância para esta tese, como Gilberto Freyre e Arthur Ramos. Rocha (2011, p. 162-163) assinala que o “projeto de formação de homens fortes, saudáveis e vigorosos encontrou na publicação de pequenos livros e cartilhas de higiene um importante recurso pedagógico, cuja elaboração envolveu médicos, professores, editores e ilustradores”.

Para Gilberto Freyre (2006), a escassez de mulheres brancas no Brasil Colônia fez com que houvesse relações “dos brancos com as mulheres de cor - de ‘superiores’ com ‘inferiores’”

(Freyre, 2006, p. 33). O autor, de certa forma, romantizou esse relacionamento interracial ao afirmar que tais relações entre “senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, **adoçam-se**, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base” (Freyre, 2006, p. 33, grifo nosso). A miscigenação originada desses cruzamentos tornou-se, aos poucos, o símbolo da brasilidade mestiça, tendo a mulata como um ícone da sensualidade e sexualidade tropicais<sup>82</sup>.

Esse pensamento reverberou no meio brasileiro em consonância com o ditado popular “branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar” muito comum entre os séculos XIX e início do XX, conforme Freyre comenta em *Casa Grande & Senzala* (2006, p. 72):

ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata. Aliás o nosso lirismo amoroso não revela outra tendência senão a glorificação da mulata, da cabocla, da morena celebrada pela beleza dos seus olhos, pela alvura dos seus dentes, pelos seus dengues, quindins e embelegos muito mais do que as “virgens pálidas” e as “louras donzelas.

Dessa forma, a atmosfera criada com esse ditado popular nacional, juntamente com o exemplo nazista (alemão) da prática bem-sucedida da Eugenia, formava um discurso que agradava a intelectualidade brasileira. Freyre (2006, p. 33) sinaliza para a democracia racial presente na sociedade ao afirmar que “a miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical”. Nesse caldeirão social, a Eugenia e o racismo de Estado despontavam no texto freyriano visto que “os traços de vida estéril e de físico inferior que geralmente se associam às sub-raças: ao sangue maldito das chamadas ‘raças inferiores’” (Freyre, 2006, p. 34).

Monteiro Lobato publicou um texto chamado *Negrinha* em um livro de contos para adultos, que recebeu o mesmo nome em 1920. A trama se passa logo após a abolição da escravidão no Brasil na casa de Dona Ignacia, uma branca ex-senhora de escravizados que cria uma criança órfã de sete anos, a negrinha, filha de uma ex-escravizada de sua senzala. O fato de a menina não ter um nome e ser chamada apenas de negrinha denota uma desumanização. Ela passa por diversos tipos de humilhações e violências ao longo do texto: “o corpo de negrinha era tatuado de signaes roxos, cicatrizes, vergões. Batiam nelle os da casa, todos os dias, houvesse ou não motivos” (Lobato, 1920, p. 12). O autor deixa evidente em todas as suas obras, por intermédio dos processos de subjetivação que constituem os sujeitos, quais os papéis de

---

<sup>82</sup> No início do século XX, em decorrência da imigração, a mulher branca estrangeira, com destaque para as polonesas, ganhou um certo protagonismo no mercado do sexo, porém, sem conseguir destituir por completo a mulata desse posto (Albuquerque Junior, 2003).

brancos e pretos que almejava para a sociedade. Brancos em posição de poder e superioridade, pretos em posição de subalternidade, subserviência e inferioridade. Lobato critica qualquer igualdade pretendida entre brancos e pretos: “nunca se affizera ao regimen novo - essa indecencia de negro igual a branco, e qualquer coisinha: a polícia! ‘Qualquer coisinha’: uma mucama assada ao forno porque se engraçou della o senhor” (Lobato, 1920, p. 13). Após a menina morrer por uma febre, ocorrida conjuntamente com uma tristeza profunda, a senhora relata que a única coisa que sente falta é de dar uns cascudos nela: “como era boa para um cocre” (Lobato, 1920, p. 24).

Em 1927, Lobato publicou o romance para adultos chamado *O Choque das Raças*, também conhecido como *O presidente negro*. A obra apresenta uma distopia em que, no ano de 2228, teria sido eleito o primeiro presidente negro nos Estados Unidos. O livro aborda um momento em que os negros ultrapassariam os brancos em números absolutos e, por causa disso, conseguiriam eleger o presidente negro. O livro de ficção científica refere que houve, nos EUA, uma transfiguração dos negros em brancos, de cabelos encarapinhados em cabelos lisos e sedosos e, como um clímax, ocorreria uma esterilização em massa, cuja meta seria exterminar até o último negro do território nacional. O autor tentou vender seu livro para diversas editoras nos Estados Unidos sem sucesso. Nenhuma delas achou que seria interessante uma distopia que abordasse essa guerra das raças em uma nação imersa no racismo científico e na Eugenia.

Lobato fez muito sucesso na literatura infantil. Em todas suas histórias eram bem demarcados os locais ocupados na sociedade por brancos e não-brancos. Existem inúmeros trechos considerados racistas e eugenistas em suas obras originais, como no *Sítio do Pica Pau Amarelo*, um conjunto de obras que ganhou grande notoriedade com vários personagens marcantes, como Dona Benta, que é uma mulher branca e com destaque, e a mulher negra, Tia Nastácia, como a empregada. Um dos exemplos está na obra *Histórias de Tia Nastácia*, em que a personagem Emília fala para a empregada da casa que dá nome ao livro: “bem se vê que é preta e beijuda! Não tem a menor filosofia, esta diaba. Sina é o seu nariz, sabe? Todos os viventes têm o mesmo direito à vida, e para mim matar um carneirinho é crime ainda maior do que matar um homem. Facínora!...” (Lobato, 1995, p. 88).

O historiador e sociólogo Oliveira Vianna explicita, em seu livro *Populações Meridionais do Brasil*, publicado em 1920, uma preocupação sobre o nacionalismo com base nas populações que constituíam o país, contendo contingentes populacionais isolados e origens étnicas diversificadas. Para ele, era fundamental a caracterização sociorracial do povo brasileiro, de modo a ressaltar o quanto o país é distinto de outros povos. As questões raciais e a presença do preconceito são bem demarcadas em seu texto com o exato lugar de cada um na

sociedade brasileira desde o Brasil Colônia. Os negros com uma predisposição ao trabalho rural e a família senhorial exclusivamente branca, como detentora do poder. A superioridade branca e a mestiçagem estão presentes em diversos momentos, como, por exemplo, quando o autor escreve que

os brancos - os senhores, a parentela dos senhores, os seus agregados - exercem uma função culminante. São os reproductores da moda, os grandes padreadores da índia, os ganhões fogosos da negralhada. Alguns delles, mesmo entre os mais nobres, só deixam “filhos naturaes e pardos” (Vianna, 1920, p. 67-68).

De acordo com Vianna (1920), os mestiços são produtos históricos dos latifúndios que serviam como “campo de cruzamento, do centro integralizador das tres raças distinctissimas” (Vianna, 1920, p. 68). A elasticidade do mestiço, já citada na tese por pesquisadores como Daflon (2017), Dávila (2006), Munanga (2020) e Nogueira (1985), é mencionada por Vianna (1920) como um lugar racial não definido pelo mestiço:

o mestiço, na sociedade colonial, é um desclassificado permanente. O branco superior, da alta classe, o repelle. Como, por seu turno, elle foge das classes inferiores, a sua situação social é indefinida. Elle vive perpetuamente numa sorte de equilibrio instavel, sob a pressão constante de forças contradictorias (Vianna, 1920, p. 69).

A importância da imigração europeia para o branqueamento da população que se daria pela mestiçagem no sul do Brasil é um ponto importante descrito por Vianna (1920, p. 107): “essa emigração de mestiços superiores, isto é, daqueles capazes de se confundirem, pela sua apparencia, com os brancos da massa emigrante, é esplendidamente confirmada pela analyse da estructura anthropologica da população”. Vianna define e classifica o mulato conforme a superioridade ou inferioridade de sua miscigenação e aborda sobre casamentos interraciais. Entre brancos e pretos, poderia gerar bons frutos em casos excepcionais:

productos directos do cruzamento de branco com negro, herdado, ás vezes, todos os caracteres psychicos, e mesmo somaticos, da raça nobre. Do matiz dos cabellos á coloração da pelle, da moralidade dos sentimentos ao vigor da intelligencia, são de uma apparencia perfeitamente aryana. [...] Os mestiços de branco e negro, os mulatos idiosyncrasicos, tendem, segundo essa lei, na sua descendencia, a voltar ao typo inferior, approximandado-se delle mais e mais pela indole e pelo physico. [...] Os cruzados de indio e branco parecem, pelo menos no physico, superiores aos mulatos: são mais rijos e solidos. Como a raça vermelha é menos distante da europeia que a africana, os seus cruzados, os mamelucos, apparentam ter uma equilibração maior do que os mestiços de branco e negro (Vianna, 1920, p. 106-108-109).

O medo, que é uma característica da branquitude, é recorrente na subjetividade do texto de Vianna. Dentre outros exemplos, para manter a superioridade e inferioridade bem demarcadas, o autor traz que o preconceito racial como uma função importante na sociedade para a manutenção do privilégio branco ao afirmar que

os preconceitos de côr e de sangue, que reinam tão soberanamente na sociedade [...], têm, então, para nós uma função verdadeiramente providencial. São admiráveis aparelhos selectivos, que impedem a ascensão até as classes dirigentes desses mestiços inferiores, que formigam nas sub-camadas da população (Vianna, 1920, p. 108).

Para o antropólogo Roquette-Pinto (1978), em seu livro *Ensaio de Antropologia Brasileira*, publicado originalmente em 1933, ao passo em que o negro aparenta ser mais resistente do que o branco, ele dá a impressão de ser menos bem adaptado às condições do meio. Para ele, a causa de todos os males da raça brasileira está nas raízes escravagistas que fundaram o Brasil: “se os nossos avós tivessem cuidado um pouco de educar e instruir os escravos; [...] embora conservando o cativo, já que isso lhe parecia necessário, promovido a adoção de algumas providências capazes de melhorar as condições de eficiência da raça negra” (Roquette-Pinto, 1978, p. 30), ou seja, na leitura de seu pensamento, o privilégio branco era uma consequência da forma como as relações raciais foram construídas no Brasil.

Citando e concordando com o biólogo estadunidense Charles Davenport (1866-1944) sobre a mestiçagem e o intelecto dos mestiços, Roquette-Pinto hierarquizou a inteligência intelectual com base na raça, tendo o branco como o ápice, ao assinalar que

os mulatos ocupam uma situação intermediária entre brancos e negros, quanto à capacidade mental. Embora alguns mulatos sejam iguais aos mais dotados brancos, quanto a certos característicos mentais, contudo, entre eles existe uma grande porcentagem de indivíduos que parecem ainda menos aptos do que os próprios negros, para o fim de conseguir seu progresso natural (Roquette-Pinto, 1978, p. 36-37).

Apesar dessa constatação, paradoxalmente, o antropólogo acreditava que todo esse contexto ocorria por causas sociais e não biológicas. Adepto da Eugenia positiva, ele defendia que o Brasil precisava ser educado e não substituído com intervenções drásticas como a esterilização. Ao criticar, neste sentido, a política de povoamento que se deu no país, ele deixa evidente o privilégio branco alinhado com o movimento eugenista, ainda que, com críticas à forma como se deu a imigração, indicando os tipos raciais presentes:

- a) trucidou o índio.
- b) Importou negros escravos - o que foi uma necessidade - *mas os deixou absolutamente embrutecidos*. Não deu passo para elevá-los e prepará-los para a liberdade.
- c) Mandou buscar, a peso de ouro, gente branca, sem *escolha*, nem *fiscalização*, entregando-lhe, desde logo, um capital apreciável, terra, casa, ferramentas, assistência.
- d) Abandonou à triste sorte da sua indigência os melhores elementos nacionais (Roquette-Pinto, 1978, p. 79, grifos do autor).

O antropólogo atribuiu o suposto fato de as famílias inter-raciais terem poucos filhos devido à falta de Educação. Não pela infertilidade, mas pela precariedade do seio familiar e

causas sociais, como embriaguez e doenças, principalmente sífilis, malária e verminoses. A culpa também remonta ao passado ancestral dos negros: “se remontar à terceira ou quarta geração, pode-se alcançar mesmo africanos antropófagos... Por isso a moralidade de mestiços (sobretudo de mulatos) é muito mais alta na primeira infância” (Roquette-Pinto, 1978, p. 95).

A democracia racial, igualmente, é evocada pelo autor, quando ele justifica a grande quantidade de casamentos inter-raciais: “o *problema das raças* não existe no Brasil. Negros, índios, mestiços ou brancos, todos gozam mais ou menos das mesmas considerações sociais que só dependem do grau de instrução ou da riqueza” (Roquette-Pinto, 1978, p. 95). Em paralelo, o autor, no mesmo livro, enfoca a democracia racial ao afirmar que “embora não exista a *questão de raças* no Brasil, não é menos certo que negros e mulatos não encontram a mesma facilidade de vida, o mesmo *amparo social*, que os brancos” (Roquette-Pinto, 1978, p. 98-100), o que denota um alinhamento sobre o privilégio branco e ao que viria ser a branquitude décadas depois.

O médico Octávio Domingues, em seu livro *A Hereditariedade em face da educação*, publicado em 1929, traz um panorama sobre a herança dos caracteres adquiridos, aborda os postulados de Mendel, tanto em animais ou plantas, quanto traz a abordagem mendeliana nos humanos, sendo que enfatizou a Eugenia, fazendo suposições sobre os casamentos interracialis. Ele considera que ao passo em que, na mestiçagem, podem surgir indivíduos pertencentes a “linhagens de optimas características, podem surgir do mesmo passo familias com os piores atributos” (Domingues, 1929, p. 83).

Ao tratar sobre as pesquisas antropológicas e antropométricas de Davenport nos EUA e Roquette-Pinto no Brasil, ele atesta que o branqueamento da população estava em curso no país: “eis explicado o desaparecimento do preto no Brasil, prenunciado para dentro de alguns annos” (Domingues, 1929, p. 97).

A Educação, por sua vez, é um ponto constante no seu livro, principalmente, aliada à Eugenia e à Higiene para o melhoramento da raça humana. Para Domingues (1929, p. 132), “a educação póde muito. Póde quasi tudo em materia de melhorar tendencias e desenvolver intelligencias mediocres. Mas o que ella não póde é mudar, modificar a constituição hereditária do individuo”. O recorte de raça pode ser percebido nesse pensamento do intelectual em que atesta que nem a Educação seria capaz de melhorar a degeneração racial. No sentido da Eugenia, ele defendia que as raças humanas deveriam ser educadas com relação aos casamentos e criticava os intelectuais que tratavam a humanidade como um rebanho controlável e manipulável. Embora reconheça a superioridade da raça branca e a inferioridade dos mestiços

e pretos, Domingues (1929) afirma que não se trata de uma raça pura e que existe um mestiçamento próprio, inclusive dentro dos brancos europeus.

Dentre as dezenas de livros de Renato Kehl, para esta pesquisa, foram selecionados alguns deles que possuem maior relação com a Eugenia e o privilégio branco, foco desta tese. Até meados dos anos 1920, a Educação, a Higiene, a Saúde materna e as orientações matrimoniais, temas típicos da Eugenia positiva, eram destaque nas suas obras.

Em 1920, Kehl publicou *Eugenia e medicina social: problemas da vida*. Belisário Penna prefaciou a obra afirmando que o livro chegara em um bom momento para preencher uma lacuna sensível no meio intelectual. Para o autor, entre os objetivos da Eugenia, figuravam “proteger a humanidade do cogumelar de - *gentes feias* [...] e ter *filhos bonitos*” (Kehl, 1920a, p. 11, grifos do autor). As gentes feias, além de outras degenerações e vícios sociais, têm o recorte de cor definido: majoritariamente não-branco. Do mesmo modo, os filhos bonitos citados também têm cor: branca. A restrição aos casamentos considerados inadequados foi mencionada: “a eugenia evita os males nas suas origens. Ella proíbe o casamento a todo indivíduo atacado de mal hereditario. Quem não applaude esta disposição proibitiva em defesa das nossas futuras proles?” (Kehl, 1920a, p. 16). A Educação seria a responsável por essa demanda: “precisamos educar o povo e crear leis restrictivas, que impeçam os casamentos entre **inaptos** para a boa geração [...] evitando assim, o **nascimento de innocentes desgraçados**” (Kehl, 1920a, p. 31-34, grifo nosso). Ao tratar de inaptos, remete ao racismo de Estado, em que a morte do inapto, do anormal, da raça ruim é para o bem viver de outro grupo racial, demonstrando que o poder da vida e da morte não é apenas estatal e que também pertence a diversos indivíduos, como os eugenistas em suas atividades e publicações.

Em 1923, Kehl publicou *A cura da fealdade*. Esse livro veio como uma inspiração eugênica da busca incessante pelo padrão de beleza perfeito. Para o médico, a raça plasticamente perfeita já teria existido e, desse modo, um dos objetivos da Eugenia era retornar a essa perfeição. Como em outras obras, o autor evoca a beleza das estátuas antigas como um padrão de beleza e normalidade a ser atingido. Além dessa beleza grega, exaltada por dezenas de imagens de estátuas gregas, alguns ensinamentos gregos, igualmente, eram dignos de serem atingidos como o sacrifício exigido em busca do homem ideal: “todo o nosso segredo consiste em sacrificar a nossa existência para existir” (Kehl, 1923e, p. 14). Para ele, em sua generalidade, o povo brasileiro era feio, tendo a raça como um dos fatores da feiura, sendo que a Eugenia estava à disposição para resolver este problema:

em consequência desse estado de morbidez, é que os nacionaes são, na quasi generalidade, feios, esqualidos, fracos, minguidos, não podendo competir com os

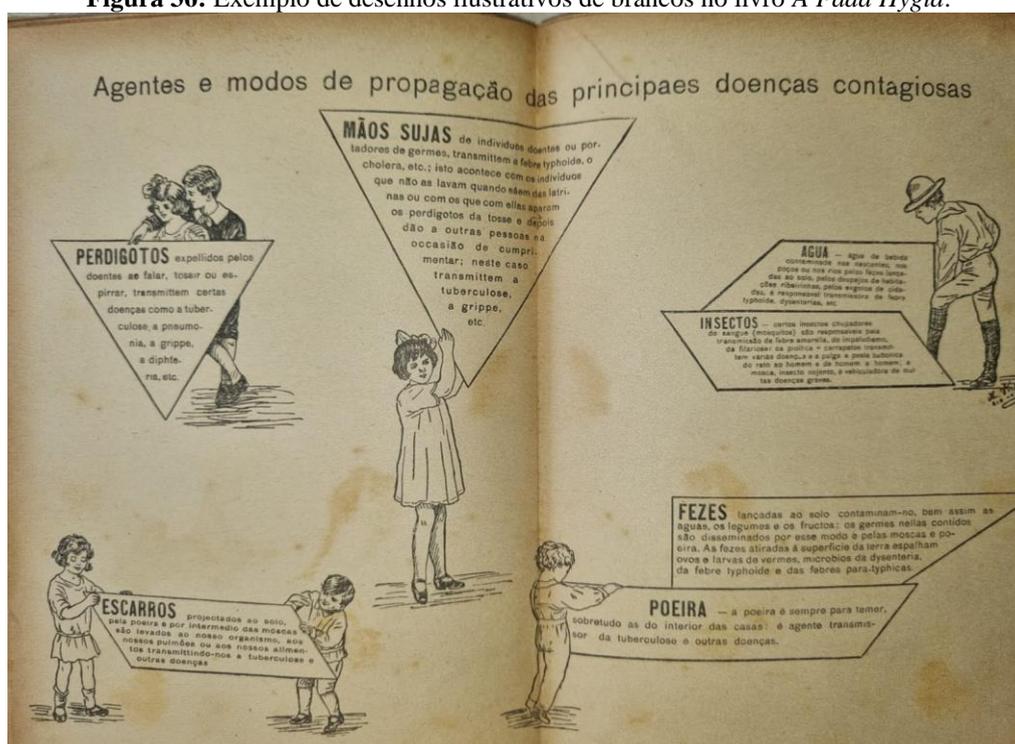
estrangeiros que aportam ás nossas plagas com saude e robustez, cheios de vida e de ânimo para o trabalho [...] Os brasileiros, physicamente inferiores, sem constancia, iniciativa, resistencia e disciplina e outras qualidades requeridas para o successo no commercio, na indústriã, na lavoura, vão aos poucos entregando-lhes as nossas riquezas e patrimônios (Kehl, 1923e, p. 167).

Ao abordar que o povo brasileiro ainda não teria uma característica de uma raça única, devido à grande miscigenação formada por imigrantes brancos, pretos e pardos oriundos de seus ascendentes africanos e dos indígenas, Kehl pondera que o futuro brasileiro seria branco em decorrência do branqueamento da população, da superioridade branca e da inferioridade não-branca, inclusive, o autor chega a declarar que os indivíduos da raça negra que apresentam inteligência e algum destaque “são exceções e raríssimas que não servem para invalidar a regra” (Kehl, 1923e, p. 175). Fica evidente, de acordo com os estudos foucaultianos, que essa era uma guerra travada por outros meios (não bélicos) em que uma raça considerada verdadeira e única detém o poder e é titular da norma.

Assim, pairava, na atmosfera intelectual, o simbolismo de que os estrangeiros brancos, sobretudo, europeus e estadunidenses eram sempre mais belos do que os nacionais, sendo a beleza branca a ser pretendida e almejada pelo ideal eugenista.

De acordo com as regras da evolução e com os factos que se vão evidenciando, é certo o prognostico, de que a futura raça brasileira será branca, pela desassimilação, pela depuração, que se vae lentamente operando, isto é, com a eliminação dos caracteres recebidos das raças negra e selvícola (Kehl, 1923e, p. 172).

**Figura 36:** Exemplo de desenhos ilustrativos de brancos no livro *A Fada Hygia*.



Fonte: Kehl, 1930a, p. 110 e 111.

Em 1925, Renato Kehl lançou seu primeiro livro infanto-juvenil - *A Fada Hygia*. Esse livro era repleto de imagens, o que justificava a atração do público-alvo e trazia diversos conselhos eugenistas, higienistas e conservadores. A primeira parte do livro trata de uma fada chamada Hygia que aparece para conversar e dar conselhos para as crianças sobre medidas de Higiene. A segunda parte da obra contém 23 temas que são abordados na forma de conselhos e instruções sobre ar, água, alimento, mãe, asseio do corpo, exercícios físicos, micróbios, doenças, vícios e muito mais. A questão racial esteve presente no livro a partir do **Micropoder da Branquitude**, visto que constam 121 gravuras. Destas, 83 representam pessoas, sendo todas brancas, como por exemplo, as ilustradas na figura 36. Esse mesmo cenário está presente no livro *Alfabeto da Saúde*, publicado, em 1936, para o mesmo público-alvo.

Com a intenção de fornecer rotinas adequadas e higiênicas para o bem-viver, o autor expressa valores morais e conservadores, como ao apontar os papéis sociais e características de homens e mulheres: “quando homens, cidadãos fortes, bellos e patriotas e as meninas quando moças, boas mães de família, providas de conhecimentos bastantes para manter a paz, a saúde e a felicidade no lar” (Kehl, 1930a, p. 52-53). O livro *A Fada Hygia* fez tanto sucesso que foi noticiado pelo *Jornal do Brasil* (*O Ensino...*, 1925, p. 13) que havia sido “aprovado e adoptado pelas Directorias de Instrucção Publica do Districto Federal, do Estado de São Paulo, Pará e Pernambuco”. Esse fato demonstra a força da Eugenia e de Renato Kehl enquanto seu principal propagandista, bem como a penetração política alcançada por esta ciência.

**Figura 37:** Desenho de mulher branca no livro *Formulario da Belleza*.



**Fonte:** Kehl, 1927b, p. 29.

Em 1927, foi lançado o *Formulario da Belleza: receitas escolhidas*. O livro foi exclusivamente dedicado às mulheres com orientações gerais sobre os cuidados com a beleza feminina, especialmente, sobre o uso de cosméticos e proteção higiênica e moral do corpo. Entre textos sobre regimes, cuidados com as mais variadas partes do corpo, nudez, exercícios físicos e regras gerais de beleza, estão 24 desenhos e 18 fotografias de mulheres, como exemplificado na figura 37. Todas brancas. A partir do **Micropoder da Branquitude**, fica evidente quem eram as mulheres belas retratadas por Kehl (1927b). No livro, sutilmente, o autor afirma que, para ser rainha da beleza, é preciso ser branca, visto que, para “ser ‘rainha da beleza’ de uma raça é [preciso] possuir justas proporções das partes, harmonia de linhas, delicadeza de contornos, epiderme **rosada** e fina” (Kehl, 1927b, p. 86, grifo nosso).

Em 1929, pouco tempo depois da primeira viagem de Renato Kehl à Alemanha nazista e no mesmo ano do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, o autor lançou o livro *Lições de eugenia*. Este foi o primeiro livro após o revés no pensamento do eugenista, que passou a ser adepto e defensor da Eugenia negativa em detrimento da Eugenia positiva e preventiva. A intenção do autor com o lançamento do livro era tornar a Eugenia mais conhecida no meio intelectual e no público em geral.

O controle matrimonial foi um dos temas extensivamente abordados, de modo a favorecer a estabilização de qualidades “hereditarias optimas e em impedir a aquisição de caracteres degenerativos e transmissiveis hereditariamente, - elucidando e organizando a sociedade humana contra os factores de degeneração, controlando os casamentos, evitando o matrimonio entre tarados e degenerados” (Kehl, 1929b, p. 06). Para isso, casamentos interraciais deveriam ser proibidos, pois poderiam levar à degeneração da nacionalidade brasileira.

A Eugenia foi tratada no livro em todos os seus aspectos, como os exames pré-nupciais e a esterilização. Kehl esclareceu que “o problema da segregação e esterilização de anormaes interessa tanto os que vivem como os que estão para nascer. O homem precisa para o proprio bem, constituir uma humanidade de ‘bons animaes’, organizando dentro della a ‘aristocracia dos eugenizados’” (Kehl, 1929b, p. 153). Para o autor, a esterilização dos degenerados tratava-se de uma importante medida de profilaxia racial, sendo indicada para criminosos, anormais, inaptos e quem apresentasse qualquer estigma de degeneração. A imigração também foi um tema muito tratado no livro em questão. Para o autor, os imigrantes deveriam ser rigorosamente selecionados e nunca deveriam ser estimuladas as migrações de negros e amarelos, pois, “bastam-nos os que aqui aportam espontaneamente,... e que não são poucos” (Kehl, 1929b, p. 190).

Kehl percebia o Brasil como um grande laboratório racial, em que a miscigenação se processava continuamente, gerando um dos principais problemas raciais do país. No último capítulo do livro, o autor dedicou-se integralmente à miscigenação e à imigração. O cenário era pessimista para o autor, visto que a miscigenação produzia indivíduos híbridos e degenerados que, pela incompatibilidade genética, provocavam doenças e vícios nos portadores dessa má conformação. “Os mestiços, collocados em paralelo com os representantes de raças não cruzadas, sem mesclas, não resistem a termos de comparação; só a falsa visão poderá aceitar a sua igualdade ou a sua superioridade” (Kehl, 1929b, p. 191). Por isso, na visão do médico, o branqueamento da população era necessário e a nação precisava embranquecer a qualquer custo. Ele ainda usou uma metáfora sobre a limpeza ao afirmar que a nacionalidade iria embranquecer de qualquer maneira, nem que fosse à custa de muito sabão de coco ariano.

Dessa forma, Kehl (1929b) deixava bem evidente: negros deveriam casar-se com negros e brancos deveriam casar-se com brancos. Com a mestiçagem ocorrendo entre as raças, o futuro da nação estaria designado ao fracasso. Nesse pensamento, o negro não deveria ser impedido de casar e ter filhos, mas deveria fazê-lo com indivíduos da mesma cor para que os “genes mal nascidos” não proliferassem em detrimento aos “bem nascidos” e deveriam ter filhos tardiamente, para que tivessem poucos filhos por casal, ou seja, “sob o ponto de vista eugenico contra-indicamos toda e qualquer união de raça, isto é, entre individuos da raça branca com a negra, da branca com a selvagem, da branca com a amarella, e assim por diante” (Kehl, 1929b, p. 191).

Para Kehl, todo esse pensamento não era um preconceito de cor ou raça, mas a forma como a ciência apresentava-se a partir de preceitos naturalmente concebidos pela evolução. Ele chegava a afirmar que todos merecem igualmente atenção, o que, de certa forma, tangencia a democracia racial:

não temos preconceito de raça; a nosso ver tanto são dignos os brancos como os pretos ou amarelos, quando elles são dignos. Consideramos todos os sêres humanos merecedores, igualmente, das nossas atenções. [...] Como já esclarecemos, somos contrarios ao cruzamento da raça branca com a preta ou amarella, unica e exclusivamente, por motivos eugenicicos, sem outro qualquer motivo ou preconceito de superioridade ou inferioridade” (Kehl, 1929b, p. 189-196).

Em 1933<sup>83</sup>, pouco depois de retornar de sua segunda viagem à Europa, Renato Kehl publicou *Sexo e Civilização: aparas eugênicas*. O livro veio carregado de racismo científico e ideais da Eugenia negativa, que foram extensivamente tratados nas suas páginas. A mestiçagem

---

<sup>83</sup> Nesse mesmo ano, Hitler chegou ao poder na Alemanha, utilizando um discurso nacionalista que defendia a raça ariana e o racismo biológico, o que possibilitou que as ideias eugenistas ganhassem força no país.

foi condenada e responsabilizada pelos desvios da norma genética e por dar origem aos mestiços, considerados elementos feios, fracos e perturbadores do progresso nacional. De acordo com Kehl (1933), o casamento de um indivíduo superior deveria ser evitado com “pessoa de classe inferior e, sobretudo, com indivíduos de raça diferente e com mestiços das primeiras gerações. Está provado que tais casamentos são disgênicos, dando origem a tipos inferiores física, psíquica e moralmente” (Kehl, 1933, p. 85). O privilégio e a superioridade da raça branca em detrimento à inferioridade dos negros é ponto presente e evidente em diversos momentos da obra. Ao fazer o recorte racial no censo de 1872, o autor indica que cada brasileiro útil precisa carregar o peso morto de vinte ou mais parasitas, referindo-se aos pretos, mestiços e indígenas: “esses **parasitas** continuam a procriar desabaladamente, em contraste com a diminuta progressão natal das classes verdadeiramente produtoras e uteis do país” (Kehl, 1933, p. 87, grifo nosso).

O Brasil vem sofrendo, desde os seus primeiros anos de colonização, as consequências dessa mestiçagem dos tipos brancos, pretos e índios. Os eugenistas não podem, pois, ser favoráveis aos cruzamentos de raças diferenciadas como seja entre a branca e a preta, a branca e a amarela, a indígena e a preta. Razões biológicas saltam á evidencia e razões sociais aí estão á vista. [...] Só aberrações individuais ou traições de momento fazem com que um branco procure uma preta ou uma branca aceite um preto (Kehl, 1933, p. 201).

Esses livros de Kehl aqui apresentados compõem uma pequena amostra de seu viés eugenista com recorte racial em prol do privilégio branco, porém, diversos outros livros dele, igualmente, possuem um viés eugenista e higienista. Muitos livros sugerem esses temas já nos próprios títulos, como, por exemplo: *O médico do lar* (1922), *Melhoremos e prolonguemos a vida: a valorização eugênica do homem* (1923), *Como escolher um bom marido* (1924), *Como escolher uma boa esposa* (1924), *Bíblia da Saúde* (1926), *A interpretação do homem* (1951), *Tipos vulgares* (1927), *Porque sou eugenista?* (1937), *Pais, médicos e mestres: problemas de educação e hereditariedade* (1939) e *Itinerário de Vida* (1954). Em muitos deles, o recorte racial está explicitado ou implícito na subjetividade de suas páginas.

Na contramão dos eugenistas, alguns poucos intelectuais debruçaram-se em argumentos contrários à ciência eugênica. Arthur Ramos foi um deles, com vários livros e publicações sobre o combate ao racismo, mesmo com a atmosfera da democracia racial e a negação, inclusive, política e estatal, de que havia preconceito racial no Brasil. Ele considerava que o racismo era a última etapa de um processo de europeização do mundo e que se encontrava em um momento crítico na sociedade. Para ele, os cientistas sociais precisavam contrapor-se “às aberrações do racismo [presentes na] nossa já vasta experiência do contacto harmônico de raças” (Ramos, 1943, p. 24).

No seu livro *Guerra e relações de raça*, publicado em 1943, ele criticava a hierarquização das raças: “não podemos erguer categorias de superioridades e inferioridades de um povo em relação ao outro” (Ramos, 1943, p. 23). O médico recrimina a imposição europeia em ditar as regras no Ocidente:

não se tratará, então, de saber o que pensam os europeus da vida e do mundo. Mas o que pensam também, Negros, e índios, e outros povos coloniais e semi-coloniais. [...] As ansias de dominação econômica, levaram-nos a racionalizar atitudes e opiniões sobre a ‘inferioridade’ dos povos conquistados (Ramos, 1943, p. 22-23).

Entre algumas conclusões em seu livro, Ramos (1943, p. 118-120) assevera que as opiniões “sobre a inferioridade do Negro no Novo Mundo constituem as chamadas estereotípias, preconceitos, dogmas raciais e sociais. [...] O problema do Negro no nosso país, é o de qualquer grupo humano que necessite ter melhorado o seu status social ou econômico”.

A próxima seção vai abordar resumidamente sobre a presença do privilégio branco na arte no período de recorte desta tese.

### **6.2.7 Do regozijo de uma raça à redenção de Cam: Arte**

Esta seção não estava prevista originalmente no projeto desta tese, porém, ao longo das pesquisas nas fontes citadas anteriormente, alguns documentos e obras de arte apresentaram-se como pertinentes para o privilégio branco sob atmosfera eugênica, tema central desta pesquisa.

A História da arte é repleta de significados e expressões para uma linguagem de entendimento, geralmente, subjetiva. A representação artística é uma forma que o homem encontrou para expressar-se por intermédio de suas produções. Existem vários tipos de artes audiovisuais, como, por exemplo, pintura, gravura, desenho, escultura, cerâmica, arquitetura, fotografia, teatro, dança, música e cinema. Para Schwarcz (2024, p. 64), a arte “participou de forma influente na naturalização das categorias raciais”, de modo a demarcar o espaço ocupado por cada uma delas. Segundo Schwarcz (2024, p. 172) citando Geertz (1981), as obras de arte se “configuram como uma maneira de mediação simbólica dentro das relações sociais”. Para esta pesquisa, foram demonstradas algumas obras de artes que dialogam com a mestiçagem, democracia racial, biopolítica, necropolítica, Educação eugênica e branquitude/privilégio branco, temas extensivamente abordados nesta tese de doutoramento.

Conforme demonstrado até aqui, a Eugenia conseguiu penetração em diversas áreas da sociedade e a arte foi uma delas. Um grande exemplo é que o professor Fernando de Magalhães ministrou um curso intitulado *As realizações da eugenia* na Escola de Belas Artes do Rio de

Janeiro. “O Prof. Fernando de Magalhães realizou na Escola de Bellas Artes um curso de tres conferências sobre as realizações da Eugenia, as quaes despertaram muito interesse no meio culto carioca, sendo o illustre e brilhante orador muito applaudido pelos seus numerosos ouvintes” (Boletim de Eugenia, 1929b, p. 01).

**Figura 38:** Pintura *A redenção de Cam* do Museu Nacional de Belas Artes.

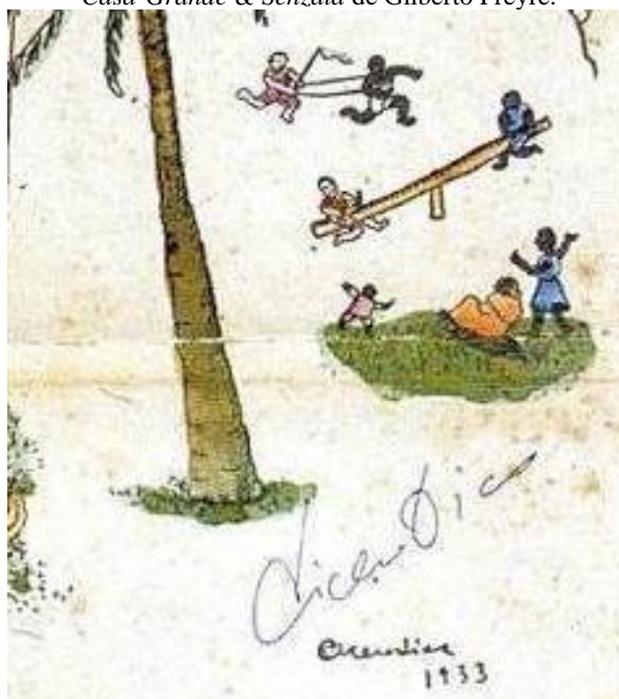


**Fonte:** Brocos, 1895.

É justamente no Museu Nacional de Bellas Artes, ligado, atualmente, ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibraim) que se encontra a pintura *A redenção de Cam* (Figura 38). Pintada pelo artista espanhol Modesto Brocos (1895), a obra mostra o Brasil almejado pela elite branca intelectual da época, um país que estava embranquecendo. Percebe-se, nele, uma senhora, possivelmente, uma ex-escravizada retinta dando graças ao Senhor pelo êxito no embranquecimento de sua família. Sua filha, mestiça, está sentada com seu neto branco no colo. A fruta na mão da criança representa dias melhores e graças alcançadas. Por trás da idosa, saem folhas de palmeiras representando esperança na direção de seus descendentes. O homem branco sentado, marido da mulher mestiça, lança um olhar de satisfação por estar cumprindo o seu papel no branqueamento. Até o chão da imagem tem seu significado: próximo da idosa retinta é apenas chão de barro batido e próximo ao homem é um chão com pedras no calçamento, mostrando o progresso civilizatório na direção do branco.

Pode-se dialogar com o poder exercido pela obra ao tentar transmitir uma verdade sobre o branqueamento da população, desde o contexto que o artista queria demonstrar, passando pelo contratante do pintor e chegando até os ideais da intelectualidade da época em prol da superioridade branca. A pintura foi incorporada ao artigo apresentado no Congresso Universal das Raças, em 1911, por João Batista de Lacerda, quando demonstrou para a elite intelectual e científica de diversos países participantes que o Brasil estava embranquecendo (Lacerda, 1911).

**Figura 39:** Detalhe da gravura aquarelada *Casa-grande do Engenho Noruega* que compõe um encarte no livro *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre.



Fonte: Dias, 1933.

A gravura aquarelada *Casa-grande do Engenho Noruega*, de autoria de Cícero Dias (1907-2003), conterrâneo e amigo de Gilberto Freyre, fez parte do livro *Casa-Grande & Senzala* desde sua primeira edição em 1933. O encarte trouxe para o debate informações subjetivas que vão além de uma simples gravura, trazendo o mito da democracia racial, as relações raciais e a demarcação de cada cor na sociedade. Schwarcz (2024) aponta que é preciso ver os detalhes da imagem. A autora explica que essa arte apresenta

no lado direito, por exemplo, aparentes brincadeiras ingênuas de infância [que] correspondem, na verdade, a registros de classe e de violência racial: um menino branco brinca com um garoto negro como se este fosse um animal, tratando-o na base do chicote. Outro rapazinho da casa-grande se diverte mantendo seu colega negro suspenso na gangorra [figura 39]. Há também detalhes em que homens brancos fazem sexo com mulheres negras em meio ao jardim da propriedade, com claras insinuações sobre a sensualidade e, em consonância com o que escreveu Freyre, o abuso dos corpos das escravizadas (Schwarcz, 2024, p. 340).

Pode-se fazer um deslocamento para o pensamento mbembiano quando o filósofo camaronês argumenta que, em certas ocasiões, as pessoas negras “apanhadas nas redes de dominação racial, de verem seus corpos e pensamentos operados a partir de fora e de se verem transformadas em espectadores de algo que, ao mesmo tempo, era e não era a sua própria existência” (Mbembe, 2018, p. 20-21)

A pintura intitulada *A Pátria*, de Pedro Bruno (1848-1949), é um quadro pintado em 1919, que foi produzido para enaltecer a jovem República que buscava consolidar o seu espírito republicano (figura 40). É uma obra cheia de sentimento patriótico. Nela, percebe-se uma grande bandeira do Brasil, sendo costurada por mulheres, que representam a mãe, como se o Brasil, na qualidade de um bebê, estivesse sendo cuidado e alimentado por sua genetriz. As crianças representam o futuro da nova nação independente e o bebê segurando uma das estrelas traz esperança para dias melhores, esperança para a República que se avizinha. Sentada em um canto escuro e sombrio está uma mulher; em outro canto escuro está um homem idoso, ambos representam a monarquia que está sendo abandonada. Na parede rosada, existem três quadros com figuras que remetem ao patriotismo e à República: um com a foto do Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do Brasil, outro com a imagem de Tiradentes, que, após relegado da História por cerca de um século, foi tomado como mártir no período republicano, e o terceiro com Benjamin Constant utilizando a farda que triunfou na Guerra do Paraguai. Também está presente a imagem de uma santa sobre a mesa, indicando que, por mais que o Estado seja laico, a população é devota. A tela teve uma grande repercussão na sociedade, sua imagem saiu da parede do museu e foi estampada em cédulas, selos e cartazes.

**Figura 40:** Pintura *A Pátria* indicando que não havia espaço para pretos, pardos e indígenas na nação brasileira.



**Fonte:** Bruno, 1919.

De acordo com Portella (2015), museóloga do Museu da República/RJ, a intenção de Pedro Bruno e outros artistas contemporâneos era a construção de um ideário de identidade nacional que se faria pela produção artística da Escola Nacional de Belas Artes, antiga Academia Imperial de Bellas Artes. Era evidente o desejo de modernidade e progresso em detrimento da imagem exótica tropical, atrasada e inerte que reinava no intelecto ocidental a respeito do Brasil.

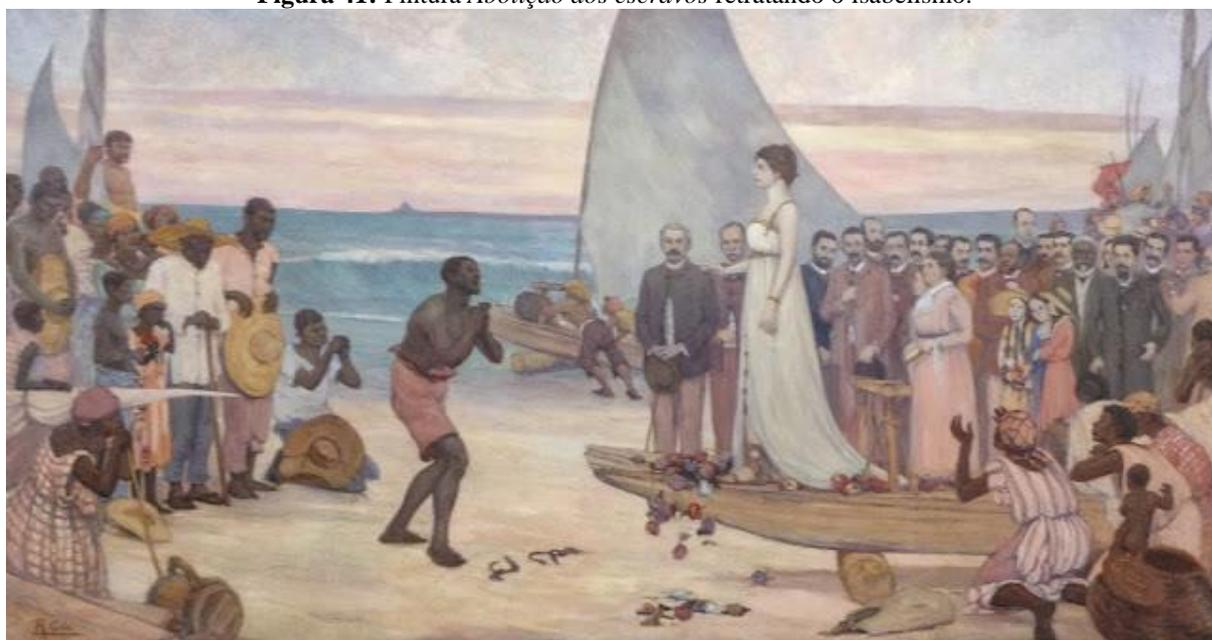
Na leitura biopolítica desta obra, pode-se constatar que não existe espaço na nação para negros, mestiços e indígenas. Esses indivíduos, considerados degenerados, impuros e inferiores não eram bem-vindos na almejada nação brasileira branca e que se tentava consolidar. As teorias raciais, a Eugenia, o Darwinismo racial e o branqueamento da população brasileira estavam em todos os espaços intelectuais. De acordo com Foucault (2010), o “Fazer viver ou deixar morrer”, máxima da biopolítica, veio a introduzir não somente instituições de assistência, mas também mecanismos mais sutis e economicamente mais racionais relacionados aos interesses da elite intelectual, como o desaparecimento de negros e indígenas da população, consolidando a supremacia branca. Segundo Schwarcz (2024, p. 276, grifos da autora),

se existe na tela uma clara subordinação do papel feminino, nota-se uma falta gritante: não há mulheres negras ou indígenas na *Pátria*, só vemos mulheres brancas. Fica

também evidente como o trabalho doméstico moralmente elevado nada tem a ver com aquele da limpeza, por exemplo, considerado “sujo”, e pouco dignificante. *A Pátria* explora um ambiente em tudo europeu: as mulheres e as crianças são todas brancas. Até a paisagem que se divisa pela janela lembra nas suas formas e cores os Alpes gelados, em vez dos trópicos brasileiros.

Nas primeiras décadas do século XX, existia, na atmosfera brasileira, um movimento de culto à Princesa Isabel (1846-1921), que ficou estigmatizada no período como uma heroína civil e religiosa, como forma de gratidão à sua benevolência e caridade ao assinar a Lei Áurea. Esse fenômeno ficou conhecido como isabelismo e foi uma forma romantizada sobre a abolição da escravidão no Brasil, sem considerar elementos históricos que a historiografia, atualmente, reconhece como preponderantes para que a regente assinasse o documento. A Coroa estava completamente pressionada e não havia outra solução, além da assinatura. Diversas obras de arte representam o isabelismo, como a tela *Abolição dos escravos* de Raimundo Cella (1890-1954), datada de 1938 (figura 41), em que a princesa é o elemento central na representação do término da escravidão no Ceará, movimento que ocorreu em 1884, portanto, quatro anos antes da abolição nacional. A pintura retrata um louvor à Princesa Isabel e à abolição como um ato de bondade, minimizando a luta dos negros, ignorando os interesses socioeconômicos e escondendo séculos de violência. A luta era preta, mas o protagonismo era branco.

**Figura 41:** Pintura *Abolição dos escravos* retratando o isabelismo.



**Fonte:** Cella, 1938.

Na literatura, além dos livros de Monteiro Lobato já citados na tese, “uma série de obras de ficção [de outros autores] são publicadas nesse período, e fazem grande sucesso, a partir da projeção de um Brasil que no futuro seria branco” (Schwarcz, 2024, p. 284). Uma das mais

emblemáticas é *Canaã*, de Graça Aranha (1868-1931), publicada originalmente em 1902 e que teve grande sucesso nas décadas seguintes. “Canaã explora a espinhosa questão da raça dentro de um enquadramento que previa um futuro branqueamento da população, seguindo-se a ótica da Eugenia, citada no livro como a ciência que canalizaria a formação do ‘tipo étnico brasileiro’” (Schwarcz, 2024, p. 284). *Macunaíma*, de Mário de Andrade, também dialogou com a raça e com a Cultura brasileira. Outros romances foram mais deterministas e pessimistas com grande sucesso nas primeiras décadas do século XX, como *O mulato* (1881) e *O cortiço* (1890), ambos de Aluísio Azevedo (1857-1913),

neles se reforçam imagens de mulheres negras de “moral sexual pouco cristã”, e muitas vezes inferteis - como é o caso da “mulata” Rita Baiana, que, seguindo teorias do período, por fazer parte das populações miscigenadas, era “incapaz” de ter filhos, apesar da vida sexual ativa. Aliás, a maioria dos personagens femininos desses romances vive em concubinato e/ou mantém relações ilícitas com homens brancos e/ou negros (Schwarcz, 2024, p. 294).

Ao fazer um recorte racial nas obras de arte do período de estudo desta tese, percebe-se que muitos artistas “trataram de naturalizar formas de ver a escravidão, numa produção que, de um lado, erradicava ou suavizava o conflito e, de outro, buscava romantizar os corpos negros” (Schwarcz, 2024, p. 318). A sociedade branca, frequentemente, era retratada conversando em suas casas ou se divertindo em festas, enquanto pretos e pardos eram representados normalmente em suas mais diversas atividades laborais.

A música, por sua vez, foi um elemento importante com o recorte racial no Brasil. O samba, atualmente, considerado patrimônio imaterial brasileiro<sup>84</sup>, surgiu no Rio de Janeiro no começo do século XX, a partir de encontros de pretos e pardos que celebravam em rituais religiosos de matriz africana. A popularização desse ritmo gerou alguns subtipos, como, por exemplo, o samba-enredo, sobretudo, nas favelas cariocas; o samba de roda do Recôncavo Baiano, que virou presença em diversos locais do país ou o samba-reggae, também da Bahia. O surgimento das escolas de samba do carnaval na capital federal na década de 1920 fez com que o ritmo saísse dos terreiros e chegasse a outras camadas da sociedade, bem como ajudou a criar estereótipos, como a mulata com corpo escultural.

Na música clássica, o maestro Heitor Villa-Lobos (1887-1959), no início da década de 1930, criou o Canto Orfeônico. Posteriormente, as finalidades do Conservatório de Canto

---

<sup>84</sup> O Samba de Roda foi reconhecido como patrimônio cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2004; reconhecido como Obra Prima da Humanidade pela UNESCO em 2005 e reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado da Bahia, em 04 de março de 2020, sob decreto nº 19.495/2020. O samba-enredo é um bem cultural imaterial do Rio de Janeiro, juntamente com o Partido Alto e o Samba de Terreiro. O IPHAN registrou o samba como patrimônio cultural imaterial em 2007.

Orfeônico foram estabelecidas no Título I, Capítulo I, da Lei Orgânica do Ensino do Canto Orfeônico <sup>85</sup> (9.494/46). O projeto musical de Villa-Lobos, aprovado pelo presidente Getúlio Vargas, teve um viés nacionalista. “Villa-Lobos valorizava a influência indígena na música nacional, o que remetia à ‘primitividade’ da população brasileira em virtude de sua matriz miscigenada” (Silva, 2023, p. 50). O maestro compôs para os corais escolares canções como *Regozijo de uma raça*, que trazia sons africanos como primitivos que evoluíam para uma marcha europeia, deixando evidente o caminho da evolução humana desejada. Ao invés de tentar apagar as culturas afro-brasileira e indígena, sua intenção era convertê-las em folclore nacional.

Era claro que Villa-Lobos via seu programa musical como um instrumento de aculturação europeia de alunos não brancos e para a preservação da disciplina social em escolas onde alunos de diversas raças conviviam cada vez mais. [...] Villa-Lobos contrapunha a brancura - definida pelo progresso pela beleza e pela virtude - à negritude, que personificava a rebelião, os maus hábitos e os problemas de hereditariedade. [...] Villa-Lobos planejava criar uma nova estética nacional que, entre outras coisas, fosse hostil à cultura afro-brasileira (Dávila, 2006, p. 249-250).

O preto e branco do título desta tese, além de presente na citação no *Boletim de Eugenia* do professor Luiz Silva (1931) ao abordar sobre casamentos inter-raciais, também dialoga com as tensões culturais do período entre a elite dominante (branca) e a massa populacional (não-branca). Essa expressão manifestou-se na arte com “expressão em mídias como fotografia e artes gráficas [...]. No contexto brasileiro, a interseção entre exclusões segundo critérios racistas e classistas torna quase impossível pensá-los de modo isolado” (Cardoso, 2022, p. 25).

As poucas páginas desta seção sobre arte não conseguem apresentar a totalidade que esse segmento representa sobre a Educação eugênica e o privilégio branco no Brasil. Embora não represente o todo, esses parágrafos constituem uma parcela significativa que ilustra alguns estereótipos que foram criados a partir dos recortes raciais com a superioridade branca e inferioridade não-branca, desempenhando um papel importante e refletindo tendências e características que impactaram o cenário da constituição da branquitude no Brasil.

---

<sup>85</sup> O Canto Orfeônico é uma prática de canto coletivo amador, que recebeu esse nome em homenagem a Orfeu, o deus grego que encantava as feras com sua música

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento eugenista esteve presente no país tanto em publicações/momentos/locais de protagonismo, como no periódico especializado *Boletim de Eugenia* ou no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, quanto dividindo espaço com o cotidiano da sociedade brasileira em páginas de jornais e revistas. Por exemplo, na mesma página de jornal em que se encontra um artigo sobre Eugenia, igualmente, constam propagandas de produtos de beleza, notícias sobre a Europa e sobre Guerras, bem como colunas sociais e notícias policiais.

A Eugenia exibiu diversas faces pelas nações onde se fez presente. Na versão brasileira, apresentou-se como um caldeirão multifacetado e polissêmico, em que vários projetos se expressaram, debateram em discussões acaloradas e buscavam conquistar cada vez mais adeptos. A ciência de Galton esteve entranhada na elite letrada do país e, por intermédio de seus apoiadores, buscou alcançar todas as esferas da sociedade, contando com políticas públicas em muitas ocasiões. O caso brasileiro ganhou destaque pelo mundo, dentre outras questões, por algumas contradições, como, por exemplo, na crença no neolamarckismo por grande parcela dos intelectuais do país, tema já bem resolvido em outras nações ocidentais.

Enquanto capital federal, o Rio de Janeiro teve um papel central na Eugenia brasileira. Os eugenistas propagavam seus textos em diversos locais, de modo a atingir o maior número possível de pessoas letradas, visto que o número de analfabetos era muito grande na primeira metade do século XX. Por exemplo, um mesmo texto era divulgado em diversos jornais cariocas. Um trecho de livro de Renato Kehl, por exemplo, poderia ser citado em um jornal e presente em conferências/eventos, como no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia. Para referir apenas um caso específico, a tese *Problema eugenico da imigração*, de Azevedo Amaral, que foi apresentada no CBE, onde consta, nas *Actas e Trabalhos* do evento, foi publicada na íntegra em *O Jornal* no dia 07 de julho de 1929.

A Educação, aqui entendida como a vertente formal e a educabilidade/subjetivação, figurou como ponto central desta tese, devido à sua relação com a Eugenia e outros movimentos correlacionados como a Higiene e o Sanitarismo. São inúmeras as vezes que Renato Kehl e outros eugenistas citam a Educação como protagonista e aliada da Medicina nas discussões em prol do melhoramento racial, particularmente, pela crença no neolamarckismo, ou seja, o determinismo biológico-racial a partir do social assumiu uma dimensão claramente educativa. A Educação apresentou-se como elemento preponderante tanto na Eugenia negativa quanto na positiva, atuando como um instrumento auxiliar no aprimoramento da humanidade e regeneração nacional.

O Brasil era considerado um “imenso hospital” devido às mais variadas doenças (tuberculose, febre amarela, chagas, malária, sífilis e outras) que se alastravam por todas as camadas da população em um contexto marcado pelo crescimento exponencial e desordenado vivido pelas grandes metrópoles. A falta de instrução, as péssimas condições sanitárias e a disseminação de vícios e venenos sociorraciais contaminavam o tecido social e impediam o crescimento da civilização rumo ao desenvolvimento. Dessa forma, a Eugenia, por intermédio da Medicina e, sobretudo, a partir da Educação, assumia a responsabilidade do melhoramento da população por meio do aprimoramento do indivíduo e do fortalecimento do corpo social para o trabalho.

Na atualidade, a Eugenia ainda é um tema sensível e desconhecido por grande parte da sociedade e da comunidade acadêmica. Essa ciência e seu significado foram praticamente expurgados da linguagem comum, acadêmica e científica gradativamente desde o término da Segunda Guerra Mundial, momento em que se intensificou o veto a essa doutrina e desencadeou-se um processo generalizado de esquecimento, movimento comum em situações similares e grandes traumas sociais. Após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, os discursos eugenistas disfarçaram-se em outras estratégias, narrativas e discursos com reorientação de postulados, inclusive na imprensa, como jornais e revistas. O próprio Renato Kehl continuou publicando seus livros com regularidade e defendendo a Eugenia até o fim de sua vida em 1978, já outros eugenistas reorientaram suas biografias e tentaram esconder sua adesão a esse movimento.

Em contraposição ao pacto silencioso da branquitude citado por Cida Bento, a Eugenia foi uma espécie de pacto explícito e verbalizado sobre o privilégio branco na sociedade. Enquanto os brancos ocupavam lugar de destaque e privilégio, os não-brancos estavam sempre em posições de subalternidade e subserviência.

O racismo de Estado e a biopolítica foucaultiana foram utilizadas para ancorar as lentes teóricas desta tese, visto que o aperfeiçoamento biológico da raça humana como uma estatização desse biológico é ponto marcante nas palavras do filósofo francês. Sobre o racismo de Estado, Foucault alertou que o poder de vida e morte não é apenas do Estado, mas também de diversos indivíduos que projetam o biopoder a partir das microrrelações em uma sociedade. Pode-se inferir esse poder para Renato Kehl e outros eugenistas, que travavam essa guerra em defesa da Eugenia como dispositivo biopolítico, de sexualidade e segurança para regular o corpo humano e a vida. O movimento eugenista no Brasil pode ser entendido como um desdobramento do que Foucault conceituou como racismo de Estado. Nessa perspectiva, o Estado produz uma guerra silenciosa, não bélica, não militar, mas uma guerra no campo

biológico, no que se refere especificamente à educação eugênica. Esta tese apresenta que, na primeira metade do século XX, a intelectualidade buscou formar indivíduos saudáveis, produtivos e integrados como uma reação às concepções científicas que se apresentavam e influenciavam a elite brasileira, fazendo-os acreditar e comprovar cientificamente que o brasileiro preto e pardo era degenerado, inapto, inferior e doente, podendo transmitir os defeitos morais, físicos e mentais aos descendentes, prejudicando todo o corpo populacional. Inserir a Educação juntamente com a Eugenia, teorias raciais modernas, branquitude e racismo de Estado nesta tese justifica-se, haja vista que foram áreas em que os pensadores raciais colocaram suas ideias e hipóteses em prática.

A sociedade brasileira viveu um grande momento entre 1909 e 1945, período de recorte desta pesquisa. A sociedade enfrentava problemas relacionados à saúde, higiene, raça, pobreza e violência. Diversos fenômenos sociais estiveram presentes na interação com a educação eugênica e, muitas vezes, se contradiziam gerando adeptos e ferrenhos defensores de seus postulados. A defesa ou condenação da mestiçagem como entrave civilizatório, a democracia racial que pairava sobre a intelectualidade, a crença na ausência de racismo, o branqueamento da população, a afirmação do sentimento de brasilidade e a formação das identidades nacionais são alguns exemplos de fenômenos extensivamente tratados nesta pesquisa.

Ao passo em que o governo Vargas fomentava a democracia racial em diversos espaços, contraditoriamente, igualmente, estimulava as doutrinas raciais como a ciência eugênica, sobretudo, com relação à sua face educacional. A maior constatação desse fato é a presença da Eugenia de forma direta na Constituição de 1934, promulgada após Assembleia Constituinte e indiretamente na de 1937, outorgada pelo presidente. O nacionalismo conservador deixou evidente que sempre teve cor, gênero e classe: homens brancos da elite nacional (gênero e classe não foram objetos de estudo desta tese).

A mestiçagem é um dos pontos marcantes para pensar o Brasil, devido à sua constituição histórico-racial como ruptura da pureza racial. Ao ser utilizada como uma etapa transitória no processo de branqueamento do país, constituiu-se como um fenômeno central sobre a constituição das identidades raciais nacionais, que ainda estão em curso e em constante movimento. Atualmente, essas identidades são delimitadas, tanto pelo novo foco da exaltação da negritude e no problema secular do racismo, quanto pela antiga utilização do mestiço como elemento transitório e elástico entre o preto e o pardo, além do movimento parditude que segue crescendo, bem como pela inércia na ruptura da supervalorização, privilégio e superioridade brancos. A ideologia e política do branqueamento da população, da Eugenia e dos outros

fenômenos correlacionados causaram uma cesura entre pretos e pardos, dificultando o desenrolar histórico do processo identitário de ambos.

A democracia racial, que, na década de 1960, foi convertida em mito, tornou diversos símbolos mestiços em elementos nacionais. Esse mito ainda persiste na atmosfera intelectual de muitos brasileiros que fomentam a mestiçagem, a harmonia racial e a ideologia do branqueamento da população. No lugar de uma sociedade brasileira projetada como essencialmente branca, o século XXI apresentou uma sociedade plural constituída de pretos, pardos, brancos, indígenas e, em menor proporção, amarelos, que, combinados em proporções desiguais, apresentam a diversidade do povo brasileiro.

Os processos de subjetivação relacionados com a branquitude atuam no governo das condutas dos indivíduos e, portanto, em ações, falas e práticas condizentes com o privilégio branco. Sobre esse tema, esta tese trouxe o conceito de **Micropoder da Branquitude**, como um segmento do biopoder que opera por intermédio da subjetividade nas relações humanas em favor da branquitude por meio, principalmente, das microrrelações que ocorrem de forma capilar, atingindo toda a sociedade a partir de um conjunto de sinais não verbais.

Em centenas de fontes consultadas, foram encontradas evidências de que a Educação eugênica contribuiu substancialmente para a constituição da branquitude no Brasil em um país marcado pelos recortes raciais e eugenistas, a partir do privilégio e superioridade brancos e inferioridade não-branca, relegada, muitas vezes, a estereótipos preconceituosos. A justificativa científica para o racismo, as políticas de imigração seletiva com restrições de não-brancos, o reforço aos estereótipos raciais, a influência eugênica na Educação e na Cultura e ideais eugenistas como política de Estado são alguns exemplos de contribuições da Eugenia para a constituição da branquitude no Brasil. O enraizamento desses elementos na sociedade deixou como legado um impacto que ainda pode ser percebido na contemporaneidade no Brasil (esse viés não faz parte desta pesquisa).

A ausência de pretos e pardos nas fontes históricas é nítida. A sociedade apresentava-se como branca pela intelectualidade em jornais, revistas e demais elementos midiáticos na sociedade brasileira, não retratando a pluralidade que já havia naquela época. A presença pontual de não-brancos restringe-se a espaços, como, por exemplo, elementos carnavalescos e culturais, sempre identificados com estereótipos raciais, remetidos às teorias raciais e seus desdobramentos, como a Eugenia, que ajudavam na consolidação da democracia racial. As sociedades urbanas, em particular, o Rio de Janeiro, apresentavam-se como uma bolha da elite branca que vivia nas regiões centrais, e os não-brancos, que eram relegados aos subúrbios e favelas. Não existia uma divisão rígida entre esses mundos, mas o papel social e geográfico de

cada tipo racial era bem delimitado.

Esta pesquisa revelou que, muitas vezes, a branquitude não permite racializar as subjetividades brancas e mostra-se como um elemento invisível, marcado por privilégios materiais ou simbólicos ou ainda por intermédio do medo e que o racismo, em diversas ocasiões, apresenta-se como uma forma inocente ou não intencional, mas se mostra atravessado por suas práticas ao ser analisado minuciosamente.

Diante de todo esse contexto, pode-se entender como foi possível que, a partir da superioridade dos brancos e inferioridade dos negros, houvesse a normalização e universalização da composição da sociedade brasileira com brancos na universidade e negros como serviços gerais nas mesmas instituições; com brancos como clientes e negros como garçons no mesmo restaurante; com os brancos como moradores das regiões centrais e negros residentes em favelas e periferias (por vezes, ao lado dos edifícios e condomínios de luxo) e com a ausência de negros nas telenovelas, no jornalismo televisivo, na apresentação de programas e em outros espaços da mídia/cultura ou ainda no carnaval, quando milhares de pessoas das comunidades desfilam em cada escola de samba, no entanto os destaques de carros alegóricos e rainha de bateria são as atrizes/artistas brancas. A partir da dinâmica social, imagens vão sendo construídas de forma positiva ou negativa e manipulam a sociedade pela subjetivação e pelo **Micropoder da Branquitude**.

A branquitude atua no racismo como um dispositivo de segurança, principalmente, a partir de práticas e estereótipos que mantêm a ideologia de privilégio do grupo branco, detentor de poder. O enfrentamento ao racismo como um processo de desconstrução e reconstrução e o estudo das relações raciais no Brasil devem ser objeto cada vez mais presente em pesquisas na academia. Reconhecer a existência da branquitude alicerçada no racismo estrutural e suas reverberações é um desafio para a sociedade contemporânea democrática. Enquanto esse reconhecimento não for amplo na população, não haverá uma democracia plena para todos no Brasil.

A multirracialidade presente no país deve servir de estímulo para que cada vez mais pesquisas se debrucem sobre os mais diversos vieses na investigação da recepção e atuação dos ideais racialistas no Brasil. Nesse ínterim, é salutar que, social e racialmente, homens brancos e mulheres brancas compreendam e reconheçam que fazem parte de um grupo também diverso, que contou com a formação de vários grupos étnicos por meio de um processo histórico e singular na constituição da branquitude do país.

Futuras pesquisas e publicações sobre o movimento eugenista no Brasil e sua relação com a branquitude podem e devem contribuir ainda mais para revelar pontos ainda pouco

explorados da intelectualidade e do pensamento social no Brasil. Ainda existem muitas documentações e vertentes que podem ser pesquisados na Eugenia, além de ser um tema ainda pouco explorado na academia, na Educação básica e na sociedade de um modo geral. Espera-se que esta tese produza diversos *insights* que possam ser convertidos em inúmeras pesquisas no cenário racial brasileiro.

## REFERÊNCIAS

A LAVOURA. **O Cachoeirano**, Cachoeiro de Itapemirim/ES, Ano XI, n. 20, p. 02, 20 maio 1888.

A PROPOSITO do que os cariocas cantam. **O Jornal**, Rio de Janeiro/RJ, ed. 245, 16 fev. 1920. Coluna Commentarios, p. 02.

A SESSÃO de ontem - varias communicações - a necessidade da cultura physica. **Correio Paulistano**, São Paulo/SP, ed. 19542, p. 05, 02 dez. 1917.

ADOPTARÁ o Brasil a esterilização? **O Globo**, Rio de Janeiro/RJ, ed. matutina, p. 01, 11 out. 1935.

ADVERSE, Helton. Foucault, o Totalitarismo e o Racismo de Estado. **Revista O Que nos Faz Pensar**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 48, p. 232-255, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/oqfnfp/article/view/746>. Acesso em: 20 dez. 2022.

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil**. Brasília: Senado federal, Conselho Editorial, 2000. 516 p. (Coleção: O Brasil visto por estrangeiros).

AGÊNCIA SENADO FEDERAL. **1º Censo do Brasil, feito há 150 anos, contou 1,5 milhão de escravizados**. 2022. Reportagem de Ricardo Westin. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1o-censo-do-brasil-feito-ha-150-anos-contou-1-5-milhao-de-escravizados>. Acesso em: 26 nov. 2023.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino: uma invenção do falo - Uma história do gênero masculino (Nordeste - 1920/1940)**. Maceió: Edições Catavento, 2003. 256 p.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História**. São Paulo: Intermeios, 2019. 276 p.

ALVES, Amauri. **Direitos trabalhistas: história, políticas e reformas**. História, políticas e reformas. 2022. Entrevista concedida à Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Disponível em: <https://ufop.br/noticias/em-discussao/direitos-trabalhistas-historia-politicas-e-reformas>. Acesso em: 15 mar. 2024.

AMARAL, Antônio José de Azevedo. O pessimismo ingles - progresso e decadencia - como se ha de regenerar a raça? - a “Eugenie Society” - Uma proposta radical. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 3077, 19 dez. 1909. Coluna De Londres, p. 02.

AMARAL, Antônio José de Azevedo. O problema eugenico da imigração. *In*: 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1929, v. 1, p. 327-340.

AMARAL, Inácio do; ROQUETTE-PINTO, Edgard; MEDEIROS, Maurício de; RAMOS, Arthur; LIMA, Hermes; PIMENTA, Joaquim; LIMA, Queiroz; REBELLO, Castro; REZENDE, Leônidas de; FREYRE, Gilberto, VIANNA, Victor; AMARAL, Azevedo. Manifesto dos intelectuais brasileiros contra o preconceito racial. 1935. *In*: RAMOS, Arthur. **Guerra e relações de raça**. Rio de Janeiro: Gráfica perfecta, 1943. 183 p.

AMARAL, Tarsila do. 1933. [**Operários**]. 1933. Pintura, óleo em tela, 120 x 205cm. São Paulo: Palácio Boa Vista.

ANDRADE, Érico. A opacidade do iluminismo: o racismo na filosofia moderna. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 137, p. 291-309, ago. 2017.

ÂNGELIS, Nicolau Meira de. Pela perfeição da raça brasileira. *In*: COSTA, Maria José Franco Ferreira de; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **I Conferência Nacional de Educação**, Tese n° 78. Brasília: INEP, 1997 (1927). p. 437-445.

APARTHEID vertical. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro/RJ, ed. 240, ano 98, 04 dez. 1988. Caderno B/Especial, p. 04. Disponível em: [https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_10&pagfis=249754](https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pagfis=249754). Acesso em: 07 maio 2024.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006. 384 p.

ARAÚJO, Mariele S. **A medida das raças na mistura imperfeita**. Simões Filho/BA: Editora Kalango, 2015. 148 p.

ARQUIVO NACIONAL. **Cartaz de 1888 comemorativo a Abolição da Escravidão no Brasil**. Portal Wikimedia commons, 1888. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cartaz\\_de\\_1888\\_comemorativo\\_a\\_Aboli%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_Escravid%C3%A3o\\_no\\_Brasil.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cartaz_de_1888_comemorativo_a_Aboli%C3%A7%C3%A3o_da_Escravid%C3%A3o_no_Brasil.jpg). Acesso em: 12 set. 2023.

AS COMEMORAÇÕES da independência. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro/RJ, ed. 13444, p. 01. 06 set. 1938.

AS IMMIGRAÇÕES indesejáveis. **O Jornal**, Rio de Janeiro/RJ, ed. 771, p. 01, 30 jul. 1921.

ATHAYDE, Tristão de. Limites da Eugenia. **O Jornal**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 3260, 07 jul. 1929. Coluna Vida Literaria, p. 04.

ATTAR NETTO, Aben. Existe uma dialectica anti-semita? **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 16, p. 06, 18 out. 1936a. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568\\_12&Pesq=racismo&pagfis=44886](https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_12&Pesq=racismo&pagfis=44886). Acesso em: 16 set. 2024.

ATTAR NETTO, Aben. Psychologia do estudante brasileiro. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 58, p. 06, 06 dez. 1936b. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568\\_12&Pesq=racismo&pagfis=45751](https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_12&Pesq=racismo&pagfis=45751). Acesso em: 16 set. 2024.

ATWOOD, Margaret. **O conto de Aia: the handmaid's tale**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017 (1985). 368 p. Tradução de Ana Deiró.

AVELINO, Beatriz Bueno. **Parditude, mestiçagem e identidade no Brasil: uma crítica à rigidez binária e a suas implicações para a população parda**. 2023. 64 f. Trabalho de

Conclusão de Curso (Graduação) - Curso Bacharelado em Produção Cultural, Universidade Federal Fluminense - UFF, Rio das Ostras, 2023.

AZEVEDO, Aleksandro Peixoto de; KOEHLER, Carlos Benevenuto Guisard. Eugenia na Alemanha nazista: o racismo como política de estado. **Revista Scientiarum Historia**, [S.L.], v. 1, p. 01-08, 16 jun. 2021. Programa de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 30, p. 151-162, dez. 1996.

AZEVEDO, Fernando de. O segredo de marathona. *In: Annaes de Eugenia* (Sociedade Eugênica de São Paulo). São Paulo: Ed. Revista do Brasil, 1919. p. 113-135.

BARROS, Igor Côrrea de. A emergência da população como problema político: o conceito de governamentalidade em Michel Foucault. **Revista Existência e Arte**, ano 11, n. 11, p. 05-18, dez. 2019.

BARROS, João Roberto. O racismo de Estado em Foucault. **Revista INTERthesis**, v. 15, n. 1, p. 01-16, jan.-abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2018v15n1p1>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009. 252 p.

BARROS II, João Roberto. A Cidade Biopolítica: dispositivos de segurança, população e homo oeconomicus. **Problemata: International Journal of Philosophy**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 216-233, 11 jul. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v7i1.27701>. Acesso em: 24 out. 2023.

BATISTA-DUARTE, Ewerton. Leis Jim Crow. *In: SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. Dicionário racial: termos afro-brasileiros e afins*. v. 01. Curitiba: Appris, 2024. p. 166-169.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o estado-nação? **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 53, p. 1-16, 11 jun. 2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014. p. 25-58.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 148 p.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. 185 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BILAC, Olavo. **Discursos**: pronunciados por Olavo Bilac na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Direito de São Paulo. São Paulo: Casa Vanorden, 1915. Publicação da

"Bibliotheca Circulante" da Faculdade de Direito. 12 p.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi.  
**Psicologias:** uma introdução ao estudo de psicologia. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 368 p.

**BOLETIM DE EUGENIA.** 3º Concurso de Eugenia. Rio de Janeiro/RJ: Comissão Central Brasileira de Eugenia, ano 3, n. 35, nov. 1931a. Mensal. Direção e redacção de Renato Kehl. p. 05.

**BOLETIM DE EUGENIA.** Cursos de Eugenia: as realizações da Eugenia. Rio de Janeiro/RJ: Comissão Central Brasileira de Eugenia, v. 1, n. 11, abr. 1929b. Mensal. Direção e Propriedade de Renato Kehl. p. 01.

**BOLETIM DE EUGENIA.** Notas. Piracicaba/SP: Comissão Central Brasileira de Eugenia, ano 4, n. 38, abr.-jun. 1932. Trimestral. Direção de Renato Kehl, Octávio Domingues e Salvador de Toledo Piza Junior. p. 47.

**BOLETIM DE EUGENIA.** O que todos precisam compreender. Rio de Janeiro/RJ: Comissão Central Brasileira de Eugenia, ano 3, n. 33, set. 1931b. Mensal. Direção e redacção de Renato Kehl. p. 06.

**BOLETIM DE EUGENIA.** Rio de Janeiro/RJ: Comissão Central Brasileira de Eugenia, v. 1, n. 4, abr. 1929a. Mensal. Direção e Propriedade de Renato Kehl. p. 01.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, Eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na Educação brasileiras. **Educar**, Curitiba, n. 12, p. 153-165, 1996.

BONFIM, Paulo Ricardo. **A Educação no movimento eugênico brasileiro (1917-1933)**. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba, 2013.

BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, higienizar e regenerar:** uma história da Eugenia no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. 228 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação.** 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 54 p.

BRASIL. **Assembleia Nacional Constituinte (1934)**. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933/1934 (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1934b. Disponível em:  
<https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=392421&pagfis=173>. Acesso em: 12 jul 2024.

BRASIL. **Assembleia Nacional Constituinte (1935)**. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933/1934 (Vol. 4). Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1935a. Disponível em:  
<https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=392421&pagfis=1947>. Acesso em: 12 jul 2024.

BRASIL. **Assembleia Nacional Constituinte (1935)**. Annaes da Assembléa Nacional

Constituinte 1933/1934 (Vol. 8). Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1935b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=392421&pagfis=4445>. Acesso em: 12 jul 2024.

BRASIL. **Constituição (1891)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição (1937)**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição (1967)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967: promulgada em 24 de janeiro de 1967. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 3010 de 20 de agosto de 1938**. Regulamenta o decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 528 de 02 de julho de 1890**. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro, RJ, 28 jun. 1890. v. 1, n. 4, p. 1424-1424. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3175 de 07 de abril de 1941**. Dispõe sobre a organização e proteção da família. Rio de Janeiro, RJ. Câmara dos Deputados. 1941b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3200-19-abril-1941-413239-normaatualizada-pe.html#:~:text=DECRETO%20DLEI%20N%C2%BA%203.200%2C%20DE,organiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20prote%C3%A7%C3%A3o%20da%20fam%C3%ADlia.&text=DO%20TERCEIRO%20GRAU-,Art.,termos%20do%20presente%20decreto%20delei>. Acesso em: 13 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3200 de 19 de abril de 1941**. Restringe a imigração e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ. Câmara dos Deputados. 1941a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3175-7-abril-1941-413194-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Restringe%20a%20imigra%C3%A7%C3%A3o%20e%20d%C3%A1,que%20lhe%20confere%20o%20art>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei n° 7967 de 28 de setembro de 1945.** Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências. Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. Lei n° 1 de 14 de janeiro de 1837. Sobre instrução primária no Rio de Janeiro. **Revista História da Educação**, v. 9, n. 18, jul-dez. 2005, p. 199-205. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321627122014>. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. **Lei n° 1390 de 03 de julho de 1951.** Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr. Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: [BRASIL. \*\*Lei n° 2040 de 28 de setembro de 1871.\*\* Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: \[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\\_03/leis/lim/LIM2040.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/lim/LIM2040.htm\). Acesso em: 07 set. 2023.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1390.htm#:~:text=L1390&text=LEI%20No%201390%2C%20DE%203%20DE%20JULHO%20DE%201951.&text=Inclui%20entre%20as%20contraven%C3%A7%C3%B5es%20penais,de%20ra%C3%A7a%20ou%20de%20c%C3%B4r. Acesso em: 10 dez. 2023.</a></p>
</div>
<div data-bbox=)

BRASIL. **Lei n° 3270 de 28 de setembro de 1885.** Regula a extinção gradual do elemento servil. Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3270.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm). Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. **Lei n° 3353 de 13 de maio de 1888.** Declara extinta a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: [BRASIL. \*\*Lei n° 601 de 18 de setembro de 1850.\*\* Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: \[BRAZIL livre. \\*\\*O Cachoeirano\\*\\*, Cachoeiro de Itapemirim/ES, Ano XI, n. 20, p. 01, 20 maio 1888b.\]\(https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/10601-1850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais. Acesso em: 07 set. 2023.</a></p>
</div>
<div data-bbox=\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203353%2C%20DE%2013,Art. Acesso em: 20 out. 2024.</a></p>
</div>
<div data-bbox=)

BRAZIL livre: treze de maio - extinção da escravidão. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro/RJ, p. 01-02, 14 maio 1888a. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730\\_02&pagfis=13781](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pagfis=13781). Acesso em: 28 mar. 2023.

**BRAZIL MÉDICO.** Imprensa médica estrangeira. Brazil Médico, Rio de Janeiro, ano 27, v. 34, p. 358-359, 08 set. 1912. Semanal. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=081272x&pesq=%22sociedade%20de%20pediatria%20de%20paris%22&pasta=ano%20193&pagfis=8276>. Acesso em: 13 set. 2024.

BROCOS, Modesto. 1895. [**A Redenção de Cam**]. Pintura, Óleo sobre tela, 199 x 166 cm. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes.

BROMIL. **Jornal do Commercio**, Manaus/AM, ed. 4663, 21 abr. 1917. Propaganda publicitária. p. 04. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&Pesq=alveja%20pele&pagfis=22962](https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&Pesq=alveja%20pele&pagfis=22962). Acesso em: 15 set. 2024.

BRUNO, Pedro. 1919. [**A Pátria**]. Pintura, Óleo sobre tela, 278 x 199 cm. Rio de Janeiro: Museu da República.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 266 p. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Revisão Técnica de Carla Rodrigues.

CALDAS, Claudemiro Augusto de Moraes. **Origem das raças humanas**. 1868. 40 f. Tese Doutoral (Graduação) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1868.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. 1500. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf). Acesso em: 28 nov. 2023.

CAMPOS, Humberto de. O apostolado do Dr. Kehl. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba/SP, ano 4, n. 38, p. 45-46, abr.-jun. 1932.

CANDIOTTO, César; D'ESPÍNDULA, Thereza Salomé. Biopoder e racismo político: uma análise a partir de Michel Foucault. **Interthesis**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 20-38, jul-dez 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/.../view/1807-1384.2012v9n2p20>. Acesso em: 05 mar. 2020.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud**. v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (período: 1957 - 2007). 2008. 232 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Colonialismos e Cidadania Global, Faculdade de Economia/Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

CARDOSO, Rafael. **Modernidade em preto e branco: arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1945**. São Paulo: Companhia das letras, 2022. 366 p.

CARETA. Rio de Janeiro: [s.ed.], ano 15, v. 732, 01 jul. 1922. Semanal. p. 18.

CARETA. Rio de Janeiro: [s.ed.], ano 31, v. 1599, 11 fev. 1939. Semanal. p. 01 (capa).

CARNEIRO, Levi. Acta da 2ª reunião - 2 de julho de 1929. In: 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1929a. v. 1, p. 16-22.

CARNEIRO, Levi. Educação e Legislação. In: 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929,

Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1929b. v. 1, p. 107-116.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci Carneiro. **O racismo na História do Brasil**: mito e realidade. 2 ed. São Paulo: ática, 1995. 64 p. Coleção: História em movimento.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 431 p.

CARTER, Bob. Os feiticeiros do Congo: curiosas revelações sobre os mysterios da magia negra. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 34-53, 26 fev. 1938. Semanal.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. **A Eugenia no humor da revista ilustrada Careta**: raça e cor no governo provisório (1930-1934). 2014. 315 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Assis, 2014.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; CUNHA, Fabiana Lopes da. Em busca do “tipo eugênico nacional”: uma discussão sobre cor e raça nas caricaturas da revista careta (1930-1934). **Tempos históricos**, v. 19, dez. 2015, p. 214-234.

CARVALHO, Luiz Felipe de. **Educação e unidade nacional no Estado Novo**: o Primeiro Congresso de Brasilidade (1941). 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2010.

CARVALHO, Reinaldo Forte. “O Diretório Pombalino”. **Sæculum – Revista de História**, [S.L.], v. 26, n. 44, p. 455-472, 29 jul. 2021. Portal de Periodicos UFPB.

CASA SÚ. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro/RJ, ed. 15060, 05 dez. 1943. Propaganda publicitária, p. 07. Disponível em:  
[https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842\\_05&pesq=negrita&hf=hemerotecadigital.bn.br&pagfis=18483](https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=negrita&hf=hemerotecadigital.bn.br&pagfis=18483). Acesso em: 17 set. 2024.

CASTELO BRANCO, Guilherme. **Michel Foucault**: filosofia e biopolítica. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019. 117 p. Coleção Estudos foucaultianos.

CASSOL, Nilvo Luiz; OLIVEIRA, Eduardo Chagas. Ausência de reflexão filosófica na formação das ciências. In: SANTOS, Antônia da Silva; FERNANDES, Gilberto Pereira; GALEFFI, Dante Augusto (org.). **Difusão social do conhecimento**: perspectivas epistemológicas multirreferenciadas. Curitiba: CRV, 2019. Cap. 4. p. 79-91.

CELA, Raimundo. 1938. **[Abolição dos escravos]**. Pintura, Óleo sobre tela, 222 x 390 cm. Fortaleza: Academia de Letras do Ceará.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013 (1998). 389 p.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 7 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. 491 p. (Coleção Biblioteca Básica).

COSTA, Marcio Martins; CARDIM, Mariana Gomes. Projeto de Pesquisa: como fazer. In:

**Método e metodologia na pesquisa científica.** 2. ed. São Caetano do Sul/SP: Yendis, 2007. Cap. 5. p. 71-87.

COUTO, Miguel. Associações científicas: Academia Nacional de Medicina. **Brazil-Medico:** Revista semanal de Medicina e Cirurgia, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 272-276, 22 jul. 1914. Semanal. Sessão solenne de 30 de junho de 1914 - Ano XXVIII.

CUNHA, C. A. Nóbrega da. Concurso Internacional de Belleza. **O Jornal.** Rio de Janeiro/RJ, ed. 3398, p. 01, 15 dez. 1929.

CURTO, Maria Paula Ferreira. **Biopolítica e as organizações:** um estudo sobre a noção de biopolítica em Michel Foucault e uma reflexão sobre os mecanismos de poder na 'população organizacional'. 2009. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

D'ALENCASTRO, J. Grave Erro! **Jornal O Bandeirante.** São Paulo/SP, ed. 03, ano I, p. 02-03, Set. 1918.

DAFLON, Verônica Toste. **Tão longe, tão perto:** Identidades, discriminação e estereótipos de pretos e pardos no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. 184 p.

DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na Belle Époque.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 316 p.

DARSIE, Camilo; HILLESHEIM, Betina; WEBER, Douglas Luís. O discurso de controle de doenças da Organização Mundial da Saúde e a produção de espacialidades nacionais. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação,** [S.L.], v. 25, p. 01-14, 2021.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura:** política social e racial no Brasil - 1917-1945. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 399 p. Tradução de Cláudia Sant'Anna Martins.

DÁVILA, Jerry; CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; CORRÊA, Igor Nazareno da Conceição. Eugenia e Educação no Brasil do século XX: entrevista com Jerry Dávila. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos,** [S.L.], v. 23, n. 1, p. 227-234, dez. 2016.

DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil:** um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. 319 p.

DEBRET, Jean-Baptiste. 1827. **[Um Jantar Brasileiro].** Jean Baptiste Debret, 1827. Aquarela sobre papel. Rio de Janeiro: Museu Castro Maya.

DEMOCRACIA racial. **Jornal do Brasil,** Rio de Janeiro/RJ, ed. 184, ano 78, p. 06, 10-11 nov. 1968. Disponível em: [https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_08&pagfis=124659](https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=124659). Acesso em: 07 dez. 2023.

DIAS, Cícero. 1933. **[Casa-Grande do Engenho Noruega].** Gravura aquarelada, tinta sobre papel, 43,5 x 43 cm. Coleção Flávia e Waldir Simões de Assis Filho.

DIAS, Maria Odila da Silva. **O fardo do homem branco:** Southey, historiador do Brasil. São

Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. 298 p.

DINIZ, Pedro. Alma Negra. **O Jornal**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 395, p. 02. 17 jul. 1920. Coluna O Conto d'O Jornal.

**DIRETÓRIO**, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão: em quanto Sua Majestade não mandar o contrário. Lisboa: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 1758. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca. 41 p.

DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da Eugenia no brasil e no mundo. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 158 p.

DOMINGUES, Octavio. A Eugenia e os recentes programas políticos. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba/SP, Ano 4, n. 39, p. 67-70, jul-set 1932a. Coluna Limalhas de um Eugenista.

DOMINGUES, Octavio. **A hereditariedade em face da Educação**. vol. VI. São Paulo: Melhoramentos, 1929. 168 p. (Coleção Bibliotheca de Educação).

DOMINGUES, Octavio. Algumas conclusões. *In*: Kehl, Renato Ferraz (org). **Educação eugénica**. v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1932b. p. 10.

DOMINGUES, Octavio. Os programmas de ensino e a genetica. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 13, p. 02-03, jan 1930a. Separata da Medicamenta.

DOMINGUES, Octavio. Saude, Hygiene e Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 18, p. 02-05, jun. 1930b. Separata da Medicamenta.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos Latinoamericanos**, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 01-16, 2005. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/dialogos/article/view/113653>. Acesso em: 28 ago. 2023.

DONATO, Sílvia. Quilombos no asfalto: São Paulo acha que negro deve ficar no seu lugar. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 27, p. 18. 01 fev. 1963. Disponível em: [https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_08&Pesq=%22democracia%20racial%22&pagfis=36394](https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22democracia%20racial%22&pagfis=36394). Acesso em: 09 dez. 2023.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. Tradução de Vera Porto Carrero.

DUARTE, André. Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI. **Revista cinética**, v. 1, n. 1, p. 01-16, 2008. Disponível em: [http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre\\_duarte.pdf](http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.pdf). Acesso em: 22 nov. 2022.

E.R. Causas da desorganização matrimonial: falhas da Educação moderna. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 19, p. 01-03, jul. 1930. Separata da Medicamenta.

E.T. Pela eugenia da raça. **O Jornal**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 558, p. 09, 27 dez. 1920.

ECOS do congresso dos eugenistas. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo/SP, ed. 12322, 11 set. 1912. Coluna Curiosidades, p. 04.

EL-DINE, Lorena Ribeiro Zem. **Raça, História e Política em Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo**. 2010. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2010.

ESTIMULANDO o aperfeiçoamento da raça. **Correio de São Paulo**, São Paulo/SP, ed. 1194, p. 07, 07 maio 1936.

FAGUNDES, João Peregrino Júnior da Rocha. Louras ou morenas? **Careta**, Rio de Janeiro, ano 26, v. 1319, p. 22-24, 30 set. 1933. Semanal. Coluna Block Notes.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008 (1952). 194 p. Tradução de Renato da Silveira.

FARIAS, Ediênio Vieira. Noção de sujeito em 'Subjetividade e Verdade' de Michel Foucault. **Revista Educação em Páginas**, [S.L.], v. 1, p. 01-05, 12 set. 2022. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Edições UESB.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 6. ed. São Paulo: Editora contracorrente, 2021 (1964). 888p.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007 (1972). 313 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2272 p. Coordenação e edição de Marina Baird Ferreira e Margarete dos Anjos.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault revoluciona a pesquisa em Educação? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 371-389, jul./dez. 2003.

FLORÊNCIO, Benedicto. Os pretos em São Paulo. **O Kosmos**. São Paulo/SP, n. 28, ano III, p. 02, 16 nov. 1924.

FLORESTAN diz que democracia racial é mito para conforto dos brancos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro/RJ, ed. 271, ano 74, p. 12, 17 nov. 1964. Disponível em: [https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_08&&pagfis=61014](https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&&pagfis=61014). Acesso em: 07 dez. 2023.

FONSECA, Álvaro Fróes da. Os grandes problemas da anthropologia. *In*: 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1929, v. 3, p. 63-86.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c (1969). 236 p. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves.

FOUCAULT, Michel. A função política do intelectual (1976). *In*: **Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina**. Ditos & Escritos VII. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 213-219. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito:** Curso no *Collège de France* (1981- 1982) São Paulo: Martins Fontes, 2006c. 680 p. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** 3 ed. Rio de Janeiro: NAU editora, 2002 (1973). 160 p. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 1999 (1966). 406 p. Tradução de Salma Tannus Muchail.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade:** Curso no *Collège de France* (1975- 1976). 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 269 p. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão.

FOUCAULT, Michel. Gerir os ilegalismos. *In: Michel Foucault: entrevistas a Roger Pol-Droit.* São Paulo: Graal, 2006a (1975). p. 41-52.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade:** volume 1 - a vontade de saber. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020a (1976). 175 p. (Coleção Biblioteca de Filosofia). Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade:** volume 2 - o uso dos prazeres. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020b (1984). 319 p. (Coleção Biblioteca de Filosofia). Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021 (1979). 431 p. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica:** Curso no *Collège de France* (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b. 474 p. Tradução de Eduardo Brandão. Revisão da tradução de Cláudia Berliner.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia, a História. 1971. *In: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.* Ditos e Escritos II. 1. ed. Brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 260-281. Tradução de Elisa Monteiro. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta.

FOUCAULT, Michel. O cuidado com a verdade. 1984. *In: Ética, sexualidade e política.* Ditos e Escritos V. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006b. p. 240-251. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. *In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder.* 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021 (1979). p. 143-170. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 229-250. Tradução de Vera Porto Carrero

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**: Curso no *Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a. 572 p. Tradução de Eduardo Brandão. Revisão da Tradução de Cláudia Berliner.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014 (1975). 302 p. Tradução de Raquel Ramallete.

FRANCO, Francisco Soares. **Ensaio sobre os melhoramentos de Portugal e do Brazil**. 4º caderno. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821. 56 p.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não marcada. *In*: WARE, Vron. **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 307-338.

FRANKENBERG, Ruth. **White women, race matters**: the social construction of whiteness. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995. 289 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 96 p.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. São Paulo: Global, 2006 (1933). 727 p.

FREYRE, Gilberto. O Brasil e a mãe preta. **O Globo**. Rio de Janeiro/RJ, ed.8485, p. 10, 03 maio 1955.

FRY, Peter. **A persistência da raça**: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005. 348 p.

FUNDOU-SE ontem a sociedade eugénica de São Paulo. **Correio Paulistano**, São Paulo/SP, ed. 19585, p. 03, 15 jan. 1918.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**. Fortaleza, v. 16, n. 3, dez. 2016, p. 34-44.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e Educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. 238 p. (Coleção Educação: Experiência e Sentido).

GALLO, Silvío. Biopolítica e subjetividade: resistência? **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 33, n. 66, p. 77-94, out./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/53865/33973>. Acesso em: 25 mar. 2024.

GALLO, Sílvio. (Re)pensar a Educação. *In*: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 253-260.

GALTON, Francis. **Hereditary genius**. London: MacMillan and CO, 1869. 390 p.

GALTON, Francis. **Inquiries into human faculty and its development**. New York: MacMillan and CO, 1883. 387 p.

GARLAND, David; FRANÇA, Leandro Ayres. O que significa escrever uma “história do presente”? a abordagem genealógica de Foucault explicada. **Revista Justiça e Sistema Criminal**, v. 6, n. 10, p. 73-96, jan./jun. 2014.

GESSY. **Careta**. Rio de Janeiro: [s.ed.], ano 38, v. 1913, 24 fev. 1945. Semanal. Propaganda Publicitária, p. 27.

GODOY, Paulo de. **Eugenia e Selção**. 1927. 98 f. Tese Doutoral (Graduação) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, São Paulo, 1927.

GOÉS, Weber Lopes. **Racismo e Eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. São Paulo: Liber Ars, 2018. 240 p.

GOMES, Angela de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2010. Cap. 1, p. 11-29.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: da independência do Brasil à Lei Áurea**. 1 ed. Volume III. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022. 591 p.

GOULD, Staphen Jay. **A falsa medida do homem**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014 (1981). Tradução de Valter Lellis Siqueira. 369 p.

GUEDES, Roberto. **Egressos do Cativoiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850)**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008. 404 p.

GUÉRIN-MÉNEVILLE, Félix Édouard. **Dictionnaire pittoresque d'histoire naturelle et des phénomènes de la nature**. Paris: imprimerie de cosson, 1838. Tome Septième, 640 p. Disponível em: <https://www.biodiversitylibrary.org/item/111205#page/8/mode/1up>. Acesso em: 21 set. 2023.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999. 256 p.

GUIMARÃES, Gastão Clovis de Souza. **Da esterilidade provocada: ligeiríssimas considerações**. 1912. 45 f. Tese Doutoral (Graduação) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1912.

GUIMARÃES, Pery. **Ligeiras considerações sobre as raças humanas**. 103 f. Tese Doutoral (Graduação) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1911.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. **Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou: raça, eugenia e nação**. Curitiba: Appris, 2023. 195 p.

HANDEM, Priscila de Castro; SILVA, Rafaela de Oliveira Lopes; COSTA, Marcio Martins da; ROCHA, Ronilson Gonçalves; CARDIM, Mariana Gomes. Correntes filosóficas. In: **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Caetano do Sul/SP: Yendis, 2007.

Cap. 3, p. 19-49.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005. 316 p. Traduzido por Patrick Burglin.

HENRIQUE, João. Do conceito eugenico do habitat brasileiro. **Brazil-Medico**: Revista semanal de Medicina e Cirurgia, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 127, 20 abr. 1918. Semanal. Ano XXXII.

HILLESHEIM, Betina. Políticas públicas e Educação: desdobramentos para a pesquisa. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. 03, 2015, p. 788-796.

HILLESHEIM, Betina; SILVA, Mozart Linhares da. O espectro eugenista no discurso biodeterminista contemporâneo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38 n. 3, Jul/Set. 2018, p. 413-423.

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital - 1848-1875**. 5. ed. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 2000. 339 p. Tradução de Luciano Costa Neto.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: Programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 230 p. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educar**, Curitiba, v. 25, p. 127-141, 2005. Editora UFPR.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora Unesp, 2006. 453 p.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1986 p.

IMMIGRAÇÃO negra. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro/RJ, ed. 109, p. 01, 12 maio 1923. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_05&pagfis=8677](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&pagfis=8677). Acesso em: 13 maio 2023.

INTERIOR. **Aurora Fluminense**, Rio de Janeiro/RJ, ed. 885, v. 7, p. 01, 10 mar. 1834. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pagfis=3869>. Acesso em: 02 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Brasil 500 anos**: território brasileiro e povoamento - história indígena - os números da população indígena. 2023a. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/os-numeros-da-populacao-indigena.html>. Acesso em: 23 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Brasil 500 anos**: território brasileiro e povoamento - estatísticas de povoamento - evolução da população brasileira. 2023b. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do->

povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html. Acesso em: 23 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Panorama Censo 2022**. População. 2023c. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 23 dez. 2023.

JARDIM, Alex Fabiano Correia. Michel Foucault e a Educação: o investimento político do corpo. **Unimontes Científica**. Montes Claros, v. 8, n. 2, jul./dez. 2006, p. 103-117. Disponível em: <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/223/215>. Acesso em: 04 jan. 2022.

JOÃO DO NORTE. O Brasil e a raça. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 08, p. 04, ago. 1929. Separata da Medicamenta.

JUVENTUDE ALEXANDRE. **A Epoca**, Rio de Janeiro/RJ, ed. 2210, 03 ago. 1918. Propaganda publicitária. p. 08. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/pdf/720100/per720100\\_1918\\_02210.pdf](https://memoria.bn.gov.br/pdf/720100/per720100_1918_02210.pdf). Acesso em: 15 set. 2024.

KEHL, Renato Ferraz. 2a Sessão ordinária. *In: Annaes de Eugenia* (Sociedade Eugênica de São Paulo). São Paulo: Ed. Revista do Brasil, 1919b. p. 29-31.

KEHL, Renato Ferraz. **A cura da fealdade: eugenía e medicina social**. Rio de Janeiro: Monteiro Lobato e Co., 1923e. 509 p.

KEHL, Renato Ferraz. A definição oficial da palavra “Eugenia”. *In: Kehl, Renato Ferraz (org). Educação eugénica*. v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1932b. p. 14-15.

KEHL, Renato Ferraz. A Eugenia na Europa e no Brasil - De regresso á patria o dr. Renato Kehl refere a O JORNAL o que, a respeito, observou no Velho Mundo (entrevista). **O Jornal**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 3009, p. 04, 18 set. 1928.

KEHL, Renato Ferraz. A Eugenia no Brasil: esboço histórico e bibliográfico. *In: 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929, Rio de Janeiro. Actas e Trabalhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1929a, v. 3, p. 45-61.

KEHL, Renato Ferraz. A Eugenia ou Eugénica: a luta contra as degenerações. **O Jornal**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 235, p. 03, 06 fev. 1920b.

KEHL, Renato Ferraz. **A fada hygia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930a. 171 p.

KEHL, Renato Ferraz. A nova fase do Boletim de Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba/SP, ano 4, n. 37, p. 03, jan.-mar. 1932g.

KEHL, Renato Ferraz. **Bíblia da Saúde: Hygiene**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926. 482 p.

KEHL, Renato Ferraz. Concurso de beleza. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 04, maio 1929i. Separata da Medicamenta.

KEHL, Renato Ferraz. Congresso de Eugenia, em Nova York: Os principaes pontos que serão debatidos. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 11417, p. 03, 03 mar. 1932a.

KEHL, Renato Ferraz. Crescei e multiplicai-vos. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 18, p. 01-02, nov. 1930b. Separata da Medicamenta.

KEHL, Renato Ferraz. Criminalidade como destino. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 10938, 19 ago. 1930d. Coluna Aparas Médicas, p. 02.

KEHL, Renato Ferraz. Darwinismo Social e Eugenia. *In: Annaes de Eugenia* (Sociedade Eugênica de São Paulo). São Paulo: Ed. Revista do Brasil, 1919a. p. 175-184.

KEHL, Renato Ferraz. Educação e Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 09, p. 01-02, set. 1929f. Separata da Medicamenta.

KEHL, Renato Ferraz. Educação eugénica. *In: Kehl, Renato Ferraz (org). Educação eugénica*. v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1932f. p. 01.

KEHL, Renato Ferraz. Estatutos da Comissão Central Brasileira de Eugenia. *In: Kehl, Renato Ferraz (org). Educação eugénica*. v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1932d. p. 13-14.

KEHL, Renato Ferraz. **Eugenia e medicina social: problemas da vida**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920a. 239 p.

KEHL, Renato Ferraz. Filhos illegitimos - Familias numerosas. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 10916, 24 jul. 1930e. Coluna Aparas Médicas, p. 02.

KEHL, Renato Ferraz. **Formulario da beleza: receitas escolhidas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927b. 260 p.

KEHL, Renato Ferraz. Homicultura. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 62, p. 01, 15 mar. 1923c. Disponível em:  
[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_05&pagfis=8463](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&pagfis=8463).  
Acesso em: 14 set. 2024.

KEHL, Renato Ferraz. Inquerito sobre a Educação sexual da infancia e da mocidade. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 19, p. 04, set. 1930c. Separata da Medicamenta.

KEHL, Renato Ferraz. **Lições de eugenia**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929b. 274 p.

KEHL, Renato Ferraz. Limitação da natalidade. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 12, p. 01-02, dez. 1929g. Separata da Medicamenta.

KEHL, Renato Ferraz. O ensino da Eugenia nas escolas secundarias. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 30, p. 05, jun. 1931. Separata de Medicamenta.

KEHL, Renato Ferraz. O ensino da Genética nas escolas primárias. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 11, p. 04, nov. 1929d. Separata da Medicamenta.

KEHL, Renato Ferraz. O ensino de Hygiene nas escolas primárias. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 126, p. 03, 14 jun. 1923a.

KEHL, Renato Ferraz. O homem puro sangue: a possibilidade da sua criação. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 87, p. 01, 13 abr. 1923d. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_05&pagfis=8263](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&pagfis=8263). Acesso em: 14 set. 2024.

KEHL, Renato Ferraz. O Nosso Boletim. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 1, v. 1, n. 1, p. 01-02, jan. 1929c. Separata de Medicamenta.

KEHL, Renato Ferraz. O problema da Educação sexual: importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos - como, quando e por quem deve ser ela ministrada. *In*: COSTA, Maria José Franco Ferreira de; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **I Conferência Nacional de Educação**, Tese n° 75. Brasília: INEP, 1997 (1927a). p. 433-437.

KEHL, Renato Ferraz. O problema do casamento. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 84, p. 04, 10 abr. 1923b.

KEHL, Renato Ferraz. Os problemas da Regeneração das Raças. **Jornal A Noite**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 3075, p. 01, 03 jul. 1920c.

KEHL, Renato Ferraz. Pelas gerações futuras. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro/RJ. ed. 94, p. 03, 21 abr. 1932e.

KEHL, Renato Ferraz. Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 1, v. 1, n. 5, p. 01-02, maio 1929e.

KEHL, Renato Ferraz. Porque sou eugenista. *In*: Kehl, Renato Ferraz (org). **Educação eugênica**. v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1932c. p. 03-11.

KEHL, Renato Ferraz. Questões de raça. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 6-7, p. 03-04, jun.-jul. 1929h. Separata da Medicamenta.

KEHL, Renato Ferraz. Sessão inaugural. *In*: **Annaes de Eugenia** (Sociedade Eugênica de São Paulo). São Paulo: Ed. Revista do Brasil, 1919c. p. 03-07.

KEHL, Renato Ferraz. **Sexo e civilização**: Aparas eugênicas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933. 287 p.

KERN, Gustavo da Silva. A Educação eugênica nos Annaes de Eugenia. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 21, n. 45, p. 301-321, jan./abr. 2020.

KLEIN, Herbert. S. Demografia da escravidão. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Cap. 20. p. 185-194.

KLU-KLUX-KLAN. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro/RJ, ed. 104, p. 01, 06 maio 1923. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_05&pagfis=8631](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&pagfis=8631).  
Acesso em: 13 maio 2023.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2012. 447 p.

KÜHL, Stefan. **The Nazi connection**: Eugenics, American racism, and German National Socialism. New York: Oxford University Press. 1994. 157 p.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Congressos Profissionais no final do século XIX e início do século XX: ciência e política. *In*: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2010. Cap. 10, p. 179-196.

LACERDA, João Batista de. The metis, or half-breeds, of Brazil. *In*: FIRST UNIVERSAL RACES CONGRESS, 1911, Londres. **Papers on Inter-racial problems**. Londres: The World'S Peace Foundation, 1911, v. 1, p. 377-382.

LEAL, Rhaiane das Graças Mendonça. **Nacionalismo Militante**: uma análise da correspondência de Monteiro Lobato e Arthur Neiva (1918-1942). 2020. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, Rio de Janeiro, 2020.

LEÃO, A. Carneiro. Apreciações de higienistas e educadores. *In*: KEHL, Renato. **A fada hygia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930. p. 167-168.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990. 553 p. Tradução de Bernardo Leitão.

LEITE DE COLÔNIA. **Careta**. Rio de Janeiro: [s.ed.], ano 28, v. 1415, 03 ago. 1935. Semanal. Propaganda Publicitária. p. 14.

LEMOS, Eduardo Floriano de. A esterilização dos degenerados. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 11994, p. 04, 04 jan. 1934.

LIMA, Alceu Amoroso. Diretrizes do pensamento brasileiro. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 274, p. 05-06, 20 ago. 1939. Disponível em:  
[https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568\\_12&Pesq=racismo&pagfis=60558](https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_12&Pesq=racismo&pagfis=60558). Acesso em: 16 set. 2024.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos brasileiros de psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, p. 20-33, 2018.

LIMA, Manuel de Oliveira. A evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo/SP, ed. 12356, p. 03, 15 out. 1912.

LIMA, Mário Hélio Gomes de. **Casa grande & Senzala**: o livro que dá razão ao Brasil mestiço e pleno de contradições. São Paulo: realizações, 2013. 198 p. (Coleção Biblioteca Textos Fundamentais).

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira república. *In*: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996. p. 23-40.

LIVRO precioso: ‘A Cura da Fealdade’ de Renato Kehl. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro/RJ, ed. 224, p. 09, 06 out. 1923. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_05&Pesq=eugenia&pagfis=9991](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&Pesq=eugenia&pagfis=9991). Acesso em: 15 set. 2024.

LOBATO, José Bento Monteiro. [**Correspondência**]. Destinatário: Arthur Neiva. New York, 10 abr. 1928. 1 carta. Disponível: CPDOC-FGV/RJ. Localização: AN c 1918.06.21.

LOBATO, José Bento Monteiro. **Histórias de Tia Nastácia**. São Paulo: Brasiliense, 1995 (1937). 141 p.

LOBATO, José Bento Monteiro. Negrinha. *In*: LOBATO, José Bento Monteiro. **Negrinha**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revista do Brasil, 1920. p. 09-24.

LOBATO, José Bento Monteiro. **Serões da Dona Benta**. São Paulo: Brasiliense, 1960 (1967). 235 p.

LOPES FILHO, Ignácio da Cunha. Aspectos etnograficos da esquisofrenia. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba/SP, ano 4, n. 38, p. 48-51, abr.-jun. 1932.

LUNDBORG, Herman. Cruzamento de raças. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 34, p. 01-03, out. 1931. Separata da Medicamenta. Traduzido por W.K.

LYNCH, Richard A. A teoria de poder de Foucault. *In*: TAYLOR, Dianna. **Michel Foucault: Conceitos fundamentais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2018. p. 23-40. Tradução de Fábio Creder.

MACEDO, Cristian Cláudio Quinteiro. A influência da Frenologia no Instituto Histórico de Paris: raça e história durante a Monarquia de Julho (1830-1848). **Revista humanidades em diálogo**, v. 7, n -, p. 127-145, 2016.

MACHADO, Roberto. Introdução - Por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2021 (1979). p. 07-34.

MAI, Lilian Denise; ANGERAMI, Emília Luigia Saporiti. Eugenia negativa e positiva: significados e contradições. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 251-258, abr. 2006.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Cientificismo e Antirracismo no Pós-2a Guerra Mundial: uma análise das primeiras Declarações sobre Raça da Unesco. *In*: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça como questão: História, Ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. 316 p.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2013. 385 p.

- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018. 319 p. Tradução de Sebastião Nascimento.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, v. 2, p. 122-151, 2016.
- MEIRA, Domingos Rubião Alves. Factores de degeneração de nossa raça: meios de combater-os. *In: Annaes de Eugenia* (Sociedade Eugênica de São Paulo). São Paulo: Revista do Brasil, 1919. p. 45-64.
- MEIRELES, Nevolanda Sampaio; SANTOS, Francisca da Cunha; OLIVEIRA, Vilma Lina Nonato; LEMOS-JUNIOR, Laudenor P.; TAVARES-NETO, José. Teses Doutorais de Titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia, de 1840 a 1928. **Gazeta Médica da Bahia**, v. 74, n. 01, p. 09-101, jan.-jun. 2004.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 505 p.
- MIRANDA, Marisa Adriana. La eugenesia y sus ámbitos de validación científica (Argentina, siglo XX). *In: CALVO, Luis; GIRÓN, Álvaro; PUIG-SAMPER, Miguel Ángel (org.). Naturaleza y laboratorio*. Barcelona: Residència D'Investigadors - Csic-Generalitat de Catalunya, 2013. Cap. 10. p. 243-264.
- MIRANDA, Marisa Adriana. **¡Madre y pátria!** eugenesia, procreación y poder en una Argentina heteronormada. Buenos Aires: Teseo, 2020. 268 p.
- MIRANDA, Marisa Adriana. Noviazgo y eugenesia en ámbitos latinos: casar selectos para parir selectos. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, [S.L.], v. 15, n. 107, p. 49-78, 17 dez. 2014. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- MORAES, Marcos Vinicius Malheiros. "Genealogia - Michel Foucault". *In: Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. 2018. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/genealogia-michel-foucault>. Acesso em: 28 set. 2022.
- MOREIRA, Juliano. A seleção individual de imigrantes no programa de higiene mental. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 8, p. 364-369, 2005.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988. 250 p.
- MOURA, José Olegário de Almeida. 1ª Sessão ordinária. *In: Annaes de Eugenia* (Sociedade Eugênica de São Paulo). São Paulo: Revista do Brasil, 1919c. p. 23-25.
- MOURA, José Olegário de Almeida. Saneamento, Eugenia e Civilização. *In: Annaes de Eugenia* (Sociedade Eugênica de São Paulo). São Paulo: Revista do Brasil, 1919a. p. 82-90.
- MOURA, José Olegário de Almeida. Sessão inaugural. *In: Annaes de Eugenia* (Sociedade Eugênica de São Paulo). São Paulo: Ed. Revista do Brasil, 1919b. p. 07-11.
- MUNANGA, Kabengele. Prefácio. *In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO,*

Lourenço (orgs). **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 09-12.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. 158 p.

NA TERRA do preconceito. **O Clarim d'Alvorada**. São Paulo/SP, Ano I, n. 2, p. 03, 04 mar. 1928.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Londres: Typographia de Abraham Kingdon e Ca, 1883. 256 p.

NAS VÉSPERAS da partida de Olga Bergamini de Sá: Galveston promete régia hospedagem á eleita do Brasil. **A Noite**, Rio de Janeiro/RJ, ed. 6256, p. 01, 19 abr. 1929. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_02&Pesq=%22miss%20brasil%22&pagfis=25409](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_02&Pesq=%22miss%20brasil%22&pagfis=25409). Acesso em: 15 set. 2024.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016 (1978). 229 p.

NEGRITAS. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo/SP, ed. 20973, 18 fev. 1938. Propaganda publicitária, p. 16.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco**: estudos de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. 133 p.

NOTAS e informações. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo/SP, ed. 11882, p. 05, 27 jun. 1911.

O ENSINO da higiene. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro/RJ, ed. 80, ano 35, p. 13, 03 abr. 1925. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_04&pagfis=36756](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_04&pagfis=36756). Acesso em: 01 out. 2024.

O JULGAMENTO dos concursos de Eugenia e robustez infantil. **Folha da Manhã**, Rio de Janeiro/RJ, ed. 26363, p. 03, 26 fev. 1929.

**O CRUZEIRO**. Rio de Janeiro: Editora graphica O Cruzeiro, ano 8, v. 21, 28, mar. 1936. Semanal. Coluna social Factos da Semana, p. 10-11.

**O TICO TICO**. Rio de Janeiro: [s. ed], ano 35, v. 1759, 21 jun. 1939. Mensal. p. 01 (capa).

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, [s. l], ano 25, n. 3, p. 421-461, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/jSfDJDycj4nzJwRH6W3xzLH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2024.

OLIVEIRA, A. Para os nossos leitores. **Jornal O Alfinete**. São Paulo/SP, ano I, n. 3, p. 01, 22 set. 1918.

OLIVEIRA, Itala Silva de. **Da sexualidade e da Educação sexual**. 1927. 210 f. Tese Doutoral (Graduação) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1927.

OLIVEIRA, Luiz Fabricio de. **Da Eugenia e o exame prenupcial obrigatorio**. 1928. 95 f. Tese Doutoral (Graduação) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1928.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994 (1985). 148 p.

PAIXÃO, Marcelo J. P. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003. 150 p. (Coleção Políticas da Cor).

PEIXOTO, Priscila Bermudes. **Até que a Eugenia nos separe: raça, saúde e a proposta do exame médico pré-nupcial no Brasil (1918-1936)**. 2017. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2017.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital: Ensaio de Biopolítica**. 1 ed. São Paulo: Iluminuras, 2011. 252 p.

PENNA, Belisário. Por que se impõe a primazia da Educação higiênica escolar. *In*: COSTA, Maria José Franco Ferreira de; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **I Conferência Nacional de Educação**, Tese nº 1. Brasília: INEP, 1997 (1927), p. 29-33.

PETRUCELLI, José Luis. **A cor denominada: estudos sobre a classificação étnico-racial**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2007. 156 p. (Coleção Políticas da Cor).

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 160 p.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica CASTI CONNUBII do Sumo Pontífice Pio XI**. Dispõe acerca do Matrimônio Cristão em face das atuais condições, exigências, erros e vícios da família e da sociedade. 2014 (31 dez. 1930). Veritatis Splendor. Disponível em: <https://www.veritatis.com.br/casti-connubii-pio-xi-31-12-1930/>. Acesso em: 21 out. 2024.

PIZA, Edith. Adolescência e racismo: uma breve reflexão. *In*: Simpósio Internacional do Adolescente, 1., 2005, **Anais [...]**. São Paulo: I SIA, 2005. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000082005000100022&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000100022&lng=en&nrm=abn). Acesso em: 21 out. 2024.

PIZA, Edith. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. *In*: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 97-125.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014. p. 59-90

PIZA JUNIOR, Salvador de Toledo. A hereditariedade da cor da pele no casamento branco-preto: conclusão. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba/SP, ano 5, n. 41, p. 05-12, jan.-mar. 1933.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição; ALVES, Alexandre. Os debates sobre Educação moral, caráter e conduta do indivíduo nas primeiras décadas do século 20 e seus reflexos na atualidade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [S.L.], v. 100, n. 256, p. 651-674, 18 jun. 2019. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

PORTELLA, Isabel Sanson. **A Pátria**: Pedro Bruno, 1919. 2015. Museu da República/RJ. Disponível em: <https://museudarepublica.museus.gov.br/a-patria/>. Acesso em: 16 nov. 2021.

PORTINARI, Candido. 1934. [**Mestiço**]. 1934. Pintura, óleo em tela, 81 x 65cm. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo.

POSIÇÃO de Grandeza. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro/RJ, ed. 294, ano 72, p. 06, 21 dez. 1962. Disponível em: [https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_08&pagfis=35208](https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=35208). Acesso em: 07 dez. 2023.

POVO levará a fartura, diz Papa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro/RJ, ed. 216, ano 76, p. 01, 14 set. 1966. Disponível em: [https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_08&pagfis=89520](https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=89520). Acesso em: 07 dez. 2023.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Oficinas Gráficas Duprat-Mayença (Reunidas), 1928. 127 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 390 p.

PRADO JUNIOR, Martinho; QUEIRÓZ, Nicolodo de Souza; BARROS, Raphael A. Paes de. Imigrantes. **Correio Paulistano**. São Paulo/SP, ed. 9276, p. 03, 08 ago. 1887. Disponível em: [https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_04&Pesq=milagre&pagfis=9204](https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_04&Pesq=milagre&pagfis=9204), Acesso em: 26 nov. 2023.

PRIORE, Mary del. **Histórias da gente brasileira**: colônia. Volume 1. São Paulo: Leya, 2016a. 427 p.

PRIORE, Mary del. **Histórias da gente brasileira**: império. Volume 2. São Paulo: Leya, 2016b. 515 p.

PROBLEMA racial nos EUA ganha côres dramáticas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro/RJ, ed. 94, ano 72, p. 15, 25 abr. 1962. Disponível em: [https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_08&pagfis=28107](https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=28107). Acesso em: 07 dez. 2023.

QUINA PETRÓLEO ORIENTAL. **Careta**. Rio de Janeiro: [s.ed.], ano 31, v. 1599, 11 fev. 1939. Semanal. Propaganda Publicitária, p. 10.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires/Argentina: CLACSO, 2005. Colección Sur Sur. p. 107-130.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. **Política & Trabalho: revista de ciências sociais**, [S. l.], v. 24, n. 24, p. 27-57, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6600>. Acesso em: 25 mar. 2024.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Negro sou: a questão étnico-racial e o Brasil - ensaios, artigos e outros textos (1949-1973)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 319 p. Organização de Muryatan S. Barbosa.

RAMOS, Arthur. **A mestiçagem no Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2004 (1949). 179 p. (Coleção nordestina). Tradução e revisão de Waldir Freitas Oliveira.

RAMOS, Arthur. **Guerra e relações de raça**. Rio de Janeiro: Departamento editorial da União Nacional dos Estudantes, 1943. 185 p.

RECH, Rafaela. **(Bio)políticas educacionais e Eugenia nos tempos do ministro Gustavo Capanema**. 2017. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Santa Cruz do Sul - Unisc, Santa Cruz do Sul, 2017.

RECH, Rafaela. **Educação de mulheres e ensino normal na primeira metade do século XX no Brasil**. 2022. 139 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Santa Cruz do Sul - Unisc, Santa Cruz do Sul, 2022.

REIS, Ernani S. Fatos e Idéias da Semana. **Jornal A Noite**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 11633, 02 jul. 1944. Coluna Fatos e Idéias da Semana, p. 06.

REIS FILHO, Lúcio. Imagens da África nos quadrinhos e no cinema no início dos anos 1930: Tintim e King Kong. **Revista Dia-logos**, v. 11, n. 2, jul.-dez. 2017. p. 14-32.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882. **Revista Aulas**, v. 1, n. 1, ago. 2006. p. 01-21. UNICAMP. Tradução de Glaydson José da Silva.

RESEDÁ, Maria Rosa. A novena do pretinho Thomé. **O Jornal**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 2481, p. 08, 09 jan. 1927.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015. 358 p.

RIBEIRO, João. Africanismos. **Revista da Academia Brasileira de Letras**. Ano XX, v. 30, n. 90, Rio de Janeiro, p. 187-197, jun. 1929.

RIBEIRO, Leonídio. Vantagens do exame medico antes do casamento. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 46, p. 02-03, 22 fev. 1930.

ROCHA, Heloísa. Helena Pimenta. **A higienização dos costumes: Educação escolar e Saúde**

no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). São Paulo: Fapesp, 2003. 272 p.

ROCHA, Simone. A educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no Boletim de Eugenia 1929-1933. **Cadernos de pesquisa: pensamento educacional**, Curitiba, v. 6, n. 13, p. 162-177, 2011.

ROCHA, Simone. Educação eugênica na constituição brasileira de 1934. *In: X ANPED SUL*, 2014, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: Anped, 2014. p. 01-14.

ROCHA, Simone. **Eugenia no Brasil: análise do discurso "científico"** no Boletim de Eugenia (1929-1933). 2010. 100 f. Tese (Doutorado) - Curso de História da Ciência, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957. 209 p. (Coleção Fórum).

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier - Livreiro Editor, 1888. 388 p. Digitalizado por Brasiliana Digital/USP.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. Acta da 2ª reunião - 2 de julho de 1929. *In: 1º Congresso Brasileiro de Eugenia*, 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1929a. v. 1, p. 16.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Ensaio brasileiro**. 5ª série, v. 190. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. 244 p. (Edição ilustrada).

ROQUETTE-PINTO, Edgar. **Ensaio de Antropologia brasileira**. 2ª ed, v. 22. São Paulo: Ed. Nacional, 1978 (1933). 122 p. (Coleção brasileira).

ROQUETTE-PINTO, Edgar. Nota sobre os typos anthropologicos do Brasil. *In: 1º Congresso Brasileiro de Eugenia*, 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1929b. v. 1, p. 119-147.

ROSA, Camila Francisca da. **Raça, biopolítica e Educação: dispositivos de in/exclusão**. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Santa Cruz do Sul - Unisc, Santa Cruz do Sul, 2016.

SÁ, Bruno Vivas de; COELHO, Maria Thereza Ávila Santos Coelho; MENDES, José Sacchetta Ramos. **O mestiço no projeto de formação da identidade brasileira proposto pela Escola de Recife: diálogos com o romantismo alemão**. Salvador: EdUFBA, 2022. 266 p.

SABATINA. **Pacotilha**, Maranhão, ed. 208, p. 01, 31 ago. 1912. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=168319\\_02&pagfis=3544](https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=168319_02&pagfis=3544). Acesso em: 13 ago. 2024.

SABONETE EUCALOL. **Careta**. Rio de Janeiro: [s.ed.], ano 31, v. 1599, 11 fev. 1939. Semanal. p. 16.

SALAINI, Cristian Jobi. Sobre as teorias raciais. *In: CARVALHO, Ana Paula Comin;*

SALAINI, Cristian Jobi; ALLEBRANDT, Débora; MEINERZ, Nádia Elisa; WEISHEIMER, Nilson. **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: InterSaberes, 2012. p. 97-110.

SAMPAIO, Orlando da Veiga. **Hygiene mental e alcoolismo**. 1928. 51 f. Tese Doutoral (Graduação) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1928.

SANTANA, Nara M. C.; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Projetos de modernidade: autoritarismo, Eugenia e racismo no Brasil do século XX. **Revista de Estudios Sociales**, [S.L.], n. 58, p. 28-38, out. 2016. Universidad de los Andes.

SANTOS, Barbara Helena de Oliveira. O biopoder como garantia do racismo de Estado. **Contextura**, Belo Horizonte, n. 16, 2020, p. 14-22

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **O movimento negro e o Estado (1983-1987): O caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2006. 183 p.

SANTOS, Orlando Thiago dos. **Considerações em torno da Família e suas relações com a Escola**. 1924. 62 f. Tese Doutoral (Graduação) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1924.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. O Plano de Educação Higiênica de Belisário Penna: 1900-1930. **Dynamis**, Blumenau, v. 1, n. 32, p. 45-68, 2012.

SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, degeneração e a viabilidade de uma nação: debates em Antropologia física no Brasil (1870-1930). In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). **Raça como questão: História, Ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. p. 83-108.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país**. São Paulo: todavia, 2022. 336 p.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Eugenia. In: RIOS, Flávia; SANTOS, Márcio André dos; RATTS, Alex. **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023. p. 143-147.

SCHWARCZ, Lilia. **Imagens da branquitude: a presença da ausência**. São Paulo: Companhia das letras, 2024. 427 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro enigma, 2012. 147 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das letras, 1993. 373 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Raça deu sempre o que falar. *In*: FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007 (1972). p. 11-23.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das letras, 1988. 470 p.

SEIXAS, Rogério Luis da Rocha. Da biopolítica a necropolítica e a racionalidade neoliberal no contexto do COVID-19. **Voluntas**: Revista Internacional de Filosofia, [S.L.], v. 11, p. 01-11, 5 ago. 2020. Universidad Federal de Santa Maria.

SENADO FEDERAL. **População Brasileira – 2010 (Censo IBGE)**. Observatório equidade no legislativo. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/responsabilidade-social/oel/panorama-nacional/populacao-brasileira>. Acesso em: 26 nov. 2023.

SENRA, Ricardo. '**Ele soa como nós**': David Duke, ex-líder da Ku Klux Klan, elogia bolsonaro, mas critica proximidade com israel. 2018. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45874344>. Acesso em: 14 maio 2024.

SEQUEIRA, António d'Oliva de Sousa. **Adição ao projecto para o estabelecimento político do reino-unido de Portugal, Brasil e Algarves**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1821. 57 p.

SERVAJARIA racista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro/RJ, ed. 173, ano 70, p. 05. 29 maio 1960. Disponível em: [https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_08&pagfis=3203](https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=3203). Acesso em: 07 dez. 2023.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2015. 438 p.

SILVA, Luiz L. Cruzamento do branco com o preto. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 30, p. 03, jun. 1931. Separata de Medicamenta.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, Educação e Eugenia no Brasil (1911-1945). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 8, n. 4, p. 900–922, 2014. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5070>. Acesso em: 18 set. 2022.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945). **Cadernos IHUideias**, São Leopoldo, v. 13, n. 235, p. 03-30, 2015. UNISINOS. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/235cadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

SILVA, Mozart Linhares da. **Introdução à biopolítica de Michel Foucault e seus desdobramentos na contemporaneidade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 126 p.

SILVA, Mozart Linhares da. Miscigenação e biopolítica no Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 4, n. 8, p. 192-210, 2012.

SILVA, Mozart Linhares da. Necropolítica e violência racial no Brasil. *In*: BRAGA, Amanda (Org.). **Por uma microfísica das resistências**: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade. 1 ed. Campinas: Pontes Editores, 2020, v. 1, p. 275-305.

SILVA, Mozart Linhares da. População-*sacer* e a democracia racial no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, Set./Dez. 2017a, p. 593-620.

SILVA, Mozart Linhares da. **Produção de subjetividades raciais no Brasil**: da democracia racial às políticas de identidade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 134 p.

SILVA, Mozart Linhares da; HILLESHEIM, Betina. “Jogos de verdade”, Educação e o ethos do fascismo contemporâneo. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 39, n. 1, p. 01-17, 17 mar. 2021. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

SILVA, Mozart Linhares da; SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. Necrobiopolítica, imunidade de rebanho e processos de educabilidade na gestão da pandemia da COVID-19 no Brasil. *In*: CANNAVÔ, Vinicius Barbosa; PINTO, Tainá Suppi; ROCHA, Cristianne Maria Fammer. **Nos rastros de Foucault**: diálogos contemporâneos. São Paulo: Pimental Cultural, 2022. p. 166-196. DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.94395.7

SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. *In*: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (orgs). **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017b. p. 19-32.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das letras, 2012. 393 p.

SLAVE VOYAGE. **Estimates**. 2023. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 23 nov. 2023.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y; POLLNOW, Camila Gabriela; BASTOS, Ruan Lucas; FISCHER, Eduardo Matheus Campos. O racismo de Estado e a guerra como paradigmas da biopolítica. **Revista profanações**, v. 9, 2022, p. 185-199.

SOUSA, Kátia Menezes de. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. *In*: TASSO, Ismara; NAVARRO, Pedro (orgs). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá: Eduem, 2012. p. 41-55.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021. 304 p.

SOUZA, Marcos Bento de. **Valôr da Educação em Higiene**. 1917. 56 f. Tese Doutoral (Graduação) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1917.

SOUZA, Simone Carlos de. O ideário da Eugenia no periódico Correio Paulistano. *In*: VIII Congresso Internacional de História, 8., 2017, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: Uem, 2017. v. 1, p. 1586-1594. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3731.pdf>. Acesso em: 08 set. 2024.

SOUZA, Tancredo Soares de. A regulamentação das migrações: as legislações sobre a imigração. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 254, p. 02, 24 out. 1928. Disponível

em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_05&Pesq=eugenia&pagfis=27105](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&Pesq=eugenia&pagfis=27105). Acesso em: 14 set. 2024.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As idéias eugênicas do Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entreguerras. **Revista História em Reflexão**, v. 6, n. 11, p. 01-23, jan./jun. 2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as idéias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920. **Revista de História Regional**, v. 11, n. 2, p. 29-70, jun./set. 2006.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: Higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul./dez. 2008. Disponível em: [https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=74](https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=74), Acesso em: 12 set. 2022.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Renato Kehl e a Eugenia no Brasil**: ciência, raça e nação no período entreguerras. Guarapuava: Editora Unicentro, 2019. 330 p.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Editora Aeroplano, 2009. 176 p.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia**: raça, gênero e nação da América Latina. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 224 p.

TAYLOR, Dianna. **Michel Foucault**: Conceitos fundamentais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2018. 261 p. Tradução de Fábio Creder.

TELLES, Antonio de Queiroz. O problema migratório e o futuro do Brasil. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 11, nov. 1929. p. 03-04. Resumo da conferência no Rotary Club de São Paulo. Separata de Medicamenta

TELLES, Edward E. **O Significado da Raça na Sociedade Brasileira**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2004. 239 p. Tradução Ana Arruda Callado.

TEPEDINO, Alexandre. **Eugenia**. 1914. 156 f. Tese Doutoral (Graduação) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1914.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 194 p.

TUPINIQUIM, Carlos da Silva. **Do exame médico pré-nupcial**. 1930. 69 f. Tese Doutoral (Graduação) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1930.

UNIVERSITY OF MISSOURI (Columbia). Ellis Library. **Controlling Heredity**: international eugenics congresses. International Eugenics Congresses. 2011. Curadoria de Michael Holland. Disponível em: <https://library.missouri.edu/specialcollections/exhibits/show/controlling-heredity/america/congresses>. Acesso em: 03 mar. 2023.

VALENÇA, João; VALENÇA, Raul; BABO, Lamartine. **O Teu Cabelo Não Nega**.

Recife/Rio de Janeiro: Gravadora Victor. 1929/1931. 3 minutos.

**VAMOS LÊR!** Rio de Janeiro: A Noite, n. 284, 08 jan. 1942. Semanal. p. 29. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=183245&pagfis=14064>. Acesso em: 08 maio 2024.

VARGAS, Getúlio. Como falou, ontem, em Recife, o sr. Getulio Vargas. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 11891, p. 02, 06 set. 1933. Discurso proferido na íntegra.

VARGAS, Getúlio. Falando aos brasileiros. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 13446, p. 01, 08 set. 1938. Discurso proferido na íntegra.

VEIGA, Edison. **O que foi o Massacre de São Bartolomeu, ocorrido há 450 anos**. 2022. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-62630277>. Acesso em: 03 mar. 2023.

VEIGA-NETO, Alfredo. Teoria e método em Michel Foucault - (im)possibilidades. **Caderno de Educação FAE/PPGE/UFPEL**, v. 1, n. 34, p. 83-94, set./dez. 2009.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 207 p.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações Meridionaes do Brazil: historia, organização, psicologia**. v. 1. São Paulo: Monteiro Lobato editora, 1920. Edição da Revista do Brasil.

WESCHENFELDER, Viviane Inês; SILVA, Mozart Linhares da. A cor da mestiçagem: o pardo e a produção de subjetividades negras no Brasil contemporâneo. **Análise Social**, [S.L.], v. 53, n. 227, p. 308-330, 24 jan. 2021.

WESTIN, Ricardo. **1º Censo do Brasil, feito há 150 anos, contou 1,5 milhão de escravizados**. 2022. Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1o-censo-do-brasil-feito-ha-150-anos-contou-1-5-milhao-de-escravizados>. Acesso em: 29 ago. 2023.